

Tesis Doctoral



**VNiVERSiDAD
D SALAMANCA**

FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA
Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea
Área de Historia Contemporánea

SIMBIOSE DOS POVOS

**OS IMIGRANTES CHINESES NO SUL DA EUROPA
NA VIRAGEM
DO SÉCULO XX PARA O SÉCULO XXI**

Autor: Maria João Vieira de Almeida Mortágua

Tesis doctoral dirigida por el Profesor Eduardo de Sousa Ferreira, presentada
en el Departamento de Historia Medieval, Moderna y Contemporánea,
Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca

Vº Bº
El Director de la Tesis

El Autor

Fdo.: Eduardo de Sousa Ferreira

Fdo.: Maria João Mortágua

2011

ÍNDICE

ÍNDICE	v
Lista de figuras, gráficos e tabelas	vii
INTRODUÇÃO	1

I PARTE

AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA	7
I.1. Origens e evolução.....	9
I.2. Causas e dinâmicas	19
I.3. O volume	31
I.4. Tipologias	35
I.5. Práticas transnacionais	38
I.5.1. Os novos espaços sociais, as redes sociais e o capital social	44
I.6. Modos de incorporação dos imigrantes nas sociedades receptoras	49
I.6.1. Os modelos de integração/incorporação dos imigrantes no século XX e no século XXI	55
I.7. Novas características societais: implicações nas bases do Estado-nação.....	67
I.8. As migrações internacionais contemporâneas e o Desenvolvimento	73
I.8.1. A necessidade de um Desenvolvimento Sustentável	81

II PARTE

A PRESENÇA DE MIGRANTES CHINESES NO SUL DA EUROPA	93
II.1. Os emigrantes chineses no mundo	95
II.1.1. Origens e evolução da emigração chinesa	95
II.1.2. A <i>Nova Emigração</i> chinesa	107
II.1.3. A emigração chinesa para a Europa	119
II.1.3.1. A <i>nova emigração</i> chinesa na Europa	124
II.2. Os migrantes chineses no sul da Europa: Itália, Espanha e Portugal	138
II. 2.1. A imigração chinesa em Itália	141

II.2.1.1. Notas conclusivas	190
II. 2.2. A imigração chinesa em Espanha	195
II.2.2.1. Notas conclusivas	283
II. 2.3. A imigração chinesa em Portugal	292
II.2.3.1. Notas conclusivas	336

III PARTE

INCORPORAÇÃO DOS MIGRANTES CHINESES NAS SOCIEDADES DE ACOLHIMENTO.. 341

III.1. A influência do sistema de valores chinês nos emigrantes chineses	343
III.1.1. O sistema de valores chinês	343
III.1.1.1. O sistema de valores chinês e os chineses emigrados	356
III.1.2. O papel central da família	361
III.1.3. A importância de <i>Guanxi</i>	366
III.2. Os negócios como denominador comum dos emigrantes chineses	369
III.2.1. Antecedentes históricos	369
III.2.2. As famílias de negócios chinesas	373
III.3. Modos de Incorporação dos migrantes chineses no Sul da Europa	377
III.3.1. No(s) mercado(s) de trabalho	384
III.3.2. A relevância das redes sociais e do capital social	396
III.3.3. As práticas e relações transnacionais	402
III. 4. Os negócios dos emigrantes chineses e o Desenvolvimento	405
III.4.1. A sustentabilidade do Desenvolvimento	411

CONCLUSÃO	417
------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	433
---------------------------	------------

Lista de figuras, gráficos e tabelas

Figuras

1. Dinâmica das relações transnacionais do migrante internacional	39
2. Dinâmica das relações do migrante internacional no século XXI	46
3. Região Nanyang	96
4. O Grande Canal Jiang-Han	97
5. As províncias de Guangdong, Fujian, e Zhejiang	99
6. Rotas do comércio chinês em 1850	101
7. Os portos marítimos chineses no contexto do Tratado de Nanjing	103
8. Regiões administrativas de Itália	189
9. Símbolo de ying e yang	345

Gráficos

1. Evolução do <i>stock</i> de migrantes internacionais, 1960-2005 (milhões)	31
2. Evolução do número de residentes chineses em Itália na década de 1980	149
3. Evolução do número de residentes estrangeiros em Itália na década de 1990	158
4. Representatividade dos residentes comunitários e extra-comunitários em Itália na década de 1990 (%)	158
5. Residentes chineses em Itália na década de 1990	161
6. Residentes chineses segundo a idade em Itália no ano 1997 (%)	163
7. Evolução dos residentes chineses em Itália entre 1980 e 2007	190
8. Evolução do número de residentes estrangeiros em Espanha, 1986-1999	208
9. Residentes estrangeiros provenientes de países da União Europeia em Espanha, 1986-1999	209
10 e 11. Residentes extra-comunitários por continente de origem em Espanha, nos anos 1986 e 1999	211
12. Evolução dos residentes chineses em Espanha, 1986-1999	212
13. Trabalhadores chineses/ trabalhadores asiáticos em Espanha na segunda metade da década de 1990	224
14. Trabalhadores chineses segundo sector de actividade em Espanha, 1995	227
15. Evolução do número de estudantes estrangeiros em Espanha, 1992-1999	229
16 e 17. Número de estudantes chineses/estudantes extra-comunitários segundo o sexo em Espanha, 1997-1999	230

18. Residentes chineses segundo o sexo em Espanha, 2000-2008 (%)	238
19. Residentes chineses segundo o regime de residência em Espanha, 2000-2008 ...	244
20. Evolução dos trabalhadores estrangeiros contratados em Espanha, 2002-2008...	249
21. Evolução dos trabalhadores chineses em Espanha, 2002-2008	250
22. Trabalhadores chineses segundo o grupo de ocupação em Espanha, 2003-2008...	256
23. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a dependência laboral em Espanha, 2000-2008	263
24. Empreendedores segundo a origem do empreendedor por sexo em Espanha em 2006 (%)	268
25. Empreendedores segundo a origem do empreendedor por nível de estudos em Espanha em 2006 (%)	269
26. Evolução dos requerentes de emprego estrangeiros em Espanha, 2001-2008	272
27. Evolução residentes chineses em Espanha entre 1961 e 2008	284
28. Residentes chineses segundo o sexo em Portugal no ano 1991 (%)	306
29. Unidades empresariais de empresários chineses distribuídas segundo o sector de actividade em Portugal, 1995 (%)	307
30. Evolução do <i>stock</i> dos residentes estrangeiros em Portugal, 1999- 2008	313
31. Evolução do volume da imigração chinesa em Portugal, 1999-2008	309
32. Crescimento do número total de trabalhadores estrangeiros ao serviço em Portugal, 2002-2007	310
33. Trabalhadores estrangeiros ao serviço segundo a dependência laboral em Portugal, 2002-2007	321
34. Evolução do número do universo dos desempregados e do número dos estrangeiros desempregados em Portugal, 2002-2008	321
35. Evolução dos desempregados estrangeiros em Portugal, 2002-2008	330
36. Evolução residentes chineses em Portugal entre 1980 e 2008	337
37. Evolução dos residentes chineses em Itália, Espanha e Portugal, 1990-2008	423

Tabelas

1. Número de migrantes internacionais segundo sexo por região, 1960-2005 (milhões)	18
2. Crescimento do <i>stock</i> de migrantes internacionais, 1960-2005 (milhões)	32
3. Dimensão e crescimento do <i>stock</i> de migrantes internacionais, 1960-2005 (milhões)	33
4. Os três maiores emissores de migrantes internacionais, 2005	33
5. Taxa de crescimento dos migrantes internacionais por região, 1960-2005	34

6. Dimensão e crescimento do número de migrantes internacionais por região, 1960-2005 (milhões)	35
7. Distribuição dos emigrantes chineses por continente/principais países de destino no início dos anos 1980	110
8. Emigração chinesa nos anos 1980 e 2000	113
9. Número total de migrantes chineses na Europa em 1935 e em 1955	122
10. Estrangeiros em Itália entre 1861 e 1961	142
11. As principais nacionalidades dos titulares de autorização de residência em Itália em 1970	145
12. Evolução das autorizações de residência em Itália na década de 1970	146
13. Residentes estrangeiros em Itália na década de 1970 segundo o continente de origem	146
14. Evolução das autorizações de residência em Itália na década de 1980	148
15. Autorizações de residência segundo as principais nacionalidades em Itália em 1980	148
16. Residentes estrangeiros segundo o continente de origem em Itália na década de 1980 (%)	149
17. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Itália na década de 1980	151
18. Residentes estrangeiros com autorização de residência segundo o motivo em Itália na década de 1980	153
19. Localização geográfica das dez origens mais representativas dos residentes estrangeiros em Itália na década de 1980	154
20. Evolução do número de residentes estrangeiros em Itália na década de 1990	156
21. Residentes nacionais de países terceiros segundo o continente de origem em Itália na década de 1990 (%)	159
22. As dez nacionalidades mais representativas de residentes extra-comunitários em Itália em 1990 e 1999	160
23. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Itália na década de 1990 (%)	162
24. Residentes estrangeiros segundo a idade em Itália, no ano 1997 (%).....	163
25. Residentes chineses/residentes estrangeiros por sexo e segundo o estado civil em Itália no ano 1997 (%).....	164
26. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo a localização geográfica em Itália em 1997 (%)	165
27. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo a localização geográfica por região administrativa em Itália no ano 1997 (%)	166
28. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o motivo da presença em Itália no ano 1997 (%)	168

29. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a situação laboral em Itália no ano 1997	169
30. Estrangeiros com autorização de residência em Itália, 1999-2007	171
31. Residentes extra-comunitários segundo continente de origem em Itália, 2000-2007	172
32. Residentes chineses em Itália, 1999-2007	173
33. Vistos concedidos por Itália a cidadãos chineses, 2000-2007	173
34. Residentes estrangeiros segundo o sexo em Itália, 2000-2007 (%)	174
35. Crescimento dos residentes chineses segundo o sexo em Itália, 1999-2000 (%)	175
36. Residentes estrangeiros segundo a idade em Itália em 2001 e 2006 (%)	176
37. Residentes chineses segundo a idade em Itália, 2000-2007 (%)	177
38. Residentes estrangeiros segundo o estado civil em Itália em 2001 e 2006 (%)	178
39. Residentes chineses segundo o estado civil em Itália, 2000-2007 (%)	178
40. Residentes estrangeiros segundo a região geográfica em Itália, em 2001 e 2006 (%)	180
41. Residentes chineses segundo a localização geográfica em Itália, 2000-2007	181
42. Residentes estrangeiros segundo a localização geográfica por região administrativa em Itália, em 2001 e 2006 (%)	182
43. Residentes chineses segundo a localização geográfica por região administrativa em Itália, 2000-2007 (%)	183
44. Residentes estrangeiros segundo motivo da presença em Itália, em 2001 e 2006 (%)	184
45. Residentes chineses segundo o motivo da presença em Itália, 2000-2007 (%)	185
46. Trabalhadores estrangeiros segundo a situação laboral em Itália, em 2001 e 2006 (%)	186
47. Trabalhadores chineses segundo a situação laboral em Itália, 2000-2007 (%)	188
48. Residentes estrangeiros em Espanha, 1975-1985	200
49. Evolução da população estrangeira residente segundo o continente de origem em Espanha, 1975-1985	201
50. Residentes chineses segundo a Comunidade Autónoma em Espanha, 1961-1985	202
51. Residentes estrangeiros em Espanha, 1986-1999	208
52. Residentes estrangeiros segundo continente de origem em Espanha, 1986-1999	212
53. Crescimento do número de residentes chineses em Espanha, 1991-1999	213

54. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 1997-1999	214
55. Residentes chineses segundo a idade em Espanha, 1997-1999	216
56. Residentes estrangeiros segundo a idade em Espanha, 1999 (%)	216
57. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o regime de residência em Espanha, 1995-1999	219
58. Residentes chineses em Regime Comunitário e naturalizações de residentes chineses em Espanha, 1995-1999	220
59. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários <i>versus</i> residentes chineses/residentes extra-comunitários segundo o continente de origem em Espanha, 1995-1999	223
60. Taxa de trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários sobre residentes chineses/extra-comunitários em Espanha, 1995-1999	223
61. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo continente de origem em Espanha, 1995-1999	224
62. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo o sexo em Espanha, 1995-1998	225
63. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo a idade em Espanha, 1995	226
64. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo o sector de actividade em Espanha, 1995	227
65. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo a dependência laboral em Espanha, 1995-1999	228
66. Taxa de crescimento dos trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários por conta própria em Espanha, 1995-1999	228
67. Estudantes chineses/estudantes estrangeiros segundo o continente de origem em Espanha, 1992-1999	230
68. Estudantes chineses/estudantes extra-comunitários segundo a idade em Espanha, 1997-1999	231
69. Residentes estrangeiros em Espanha, 1999-2008	233
70. Residentes extra-comunitários segundo o continente de origem em Espanha, 2000-2008	234
71. Variação absoluta dos residentes chineses e extra-comunitários em Espanha, 2000-2008	234
72. Representatividade dos continentes de origem dos residentes chineses/residentes extra-comunitários em Espanha (2000-2008)	235
73. Evolução do número de residentes chineses em Espanha, 1999- 2008	236
74. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 2000-2008	237

75. Taxa de crescimento do número de residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 2000-2008	238
76. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo a idade em Espanha, 2000-2008 (%)	239
77. Residentes chineses segundo o local de nascimento em Espanha, 2005-2008	240
78. As cinco Comunidades Autónomas espanholas com maior incidência de residentes estrangeiros em Espanha, nos anos 2000 e 2008	241
79. Distribuição geográfica dos residentes chineses segundo a Comunidade Autónoma em Espanha, 2000-2008 (%)	242
80. As cinco províncias com maior incidência de residentes chineses em Espanha, nos anos 2000 e 2008	243
81. Residentes estrangeiros segundo o regime de residência em Espanha, 2000-2008	244
82. Concessões de nacionalidade espanhola a cidadãos chineses segundo o motivo, 2004-2008	246
83. Concessões de nacionalidade espanhola a cidadãos chineses, 2004-2008	246
84. Residentes chineses segundo o tipo de autorização de residência em Espanha, 2002-2008 (%)	247
85. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros contratados em Espanha, 2002-2008	249
86. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 2002-2008	250
87. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a idade em Espanha, 2002-2008	251
88. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros contratados segundo o nível de estudos em Espanha, 2003-2008 (%)	252
89. Trabalhadores estrangeiros segundo o sector de actividade em Espanha, 2002-2008	253
90. Trabalhadores chineses segundo o sector de actividade em Espanha, 2002-2008	254
91. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo o tempo de trabalho em Espanha, 2002-2008	257
92. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a modalidade do contrato em Espanha, 2002-2008	258
93. Trabalho temporário de trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a duração em Espanha, 2003-2008 (%)	260
94. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo o número de trabalhadores da empresa em Espanha, 2003-2008 (%)	261

95. Representatividade dos trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a dependência laboral em Espanha, 2002-2008 (%)	264
96. Evolução dos trabalhadores chineses segundo dependência laboral em Espanha, nos anos 2000 e 2008	265
97. Países de origem dos empreendedores estrangeiros em Espanha em 2006	266
98. Sectores de actividade das iniciativas empreendedoras segundo a origem do empreendedor em Espanha em 2006 (%)	267
99. Principais motivos dos empreendedores segundo a origem do empreendedor em Espanha em 2005-2006 (%)	267
100. Empreendedores segundo a origem do empreendedor em Espanha por idade em 2006	268
101. Evolução dos requerentes de emprego chineses em Espanha, 2001-2008	272
102. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros requerentes de emprego segundo o sexo em Espanha, 2001-2008 (%)	273
103. Requerentes de emprego chineses/requerentes de emprego estrangeiros segundo a situação laboral em Espanha, 2006-2008	275
104. Requerentes de emprego estrangeiros desempregados em Espanha, 2006-2008	276
105. Requerentes de emprego estrangeiros empregados segundo o sexo em Espanha, 2005-2008	277
106. Estudantes chineses em Espanha, 1999-2008	279
107. Vistos concedidos por Espanha a cidadãos chineses, 2001-2008	282
108. Tipos de visto concedidos por Espanha a cidadãos chineses/cidadãos estrangeiros, 2001-2008	282
109. Vistos concedidos por Espanha a cidadãos chineses segundo o sexo, 2007-2008	283
110. Residentes estrangeiros em Portugal entre 1980 e 1989	298
111. Evolução dos residentes chineses em Portugal, 1980-1989	299
112. Distribuição geográfica dos residentes chineses segundo o distrito em Portugal na década de 1980	300
113. Evolução do número de residentes estrangeiros em Portugal durante a década de 1990	301
114. Pedidos de regularização extraordinária em Portugal, 1992/93 e 1996	302
115. Residentes chineses em Portugal na década de 1990	303
116. Residentes chineses segundo a idade e o sexo em Portugal no ano 1991	306
117. Taxa de trabalhadores chineses sobre residentes chineses em Portugal na década de 1990	306

118. Actividade ocupacional dos imigrantes chineses com autorização de residência em Portugal na década de 1990	307
119. Distribuição geográfica dos residentes chineses em Portugal na década de 1990	308
120. Naturalizações de imigrantes chineses em Portugal concedidas entre 2000 e 2008	311
121. Imigrantes chineses em Portugal titulares de Autorização de Permanência, 2001-2005	313
122. Evolução das dez nacionalidades de países extra-comunitários mais representativas em Portugal, 1999-2006	314
123. Residentes chineses segundo o sexo em Portugal, 1999-2008 (%)	317
124. Residentes chineses segundo a idade em Portugal, 2001-2006 (%)	318
125. Imigrantes chineses segundo o distrito em Portugal, 1999-2008	320
126. Trabalhadores estrangeiros ao serviço segundo a dependência laboral em Portugal, 2002-2007 (%)	322
127. Imigrantes chineses ao serviço em Portugal, 2002-2007 (%)	323
128. Trabalhadores extra-comunitários empregados segundo o sector de actividade em Portugal, 2001 (%)	326
129. Evolução dos desempregados estrangeiros segundo o sexo em Portugal, 2002-2008 (%)	331
130. Evolução do desemprego por região em Portugal, 2002-2008 (%)	332
131. Número de desempregados chineses em Portugal, 2004-2005	334
132. Desempregados chineses segundo o grupo etário em Portugal, 2004-2008	335
133. Desempregados chineses segundo a escolaridade em Portugal, 2004-2008	335
134. Desempregados chineses segundo a região geográfica em Portugal, 2004-2008	336
135. Desempregados chineses segundo a categoria da procura em Portugal, 2004-2008	336
136. Desempregados chineses segundo o tempo de inscrição em Portugal, 2004-2008	336

INTRODUÇÃO

Há conhecimento de movimentações geográficas de indivíduos ao longo da História, motivadas pelas mais diversas razões, com maior importância em determinados momentos históricos como a criação de Estados, a industrialização ou o colonialismo, nos últimos séculos. Estes fluxos migratórios têm apresentado características variadas, acompanhando a evolução dos tempos. São cada vez maiores em termos quantitativos e qualitativamente também diferentes, nomeadamente em relação ao tipo de movimentos, às motivações e aos objectivos que estão por detrás deles.

Constata-se que nos tempos modernos as migrações internacionais se generalizaram, não havendo quase nenhum Estado que não tenha emigrantes ou imigrantes ou ambos simultaneamente. Na lógica do vigente sistema capitalista, há uma característica comum às migrações contemporâneas: a motivação económica. Factores de atracção e de repulsão estão na origem desta emigração. Existe, por um lado, uma procura de mão-de-obra necessária ao crescimento económico e, por outro, uma procura de melhores condições e qualidade de vida. Conclui-se, portanto, que a maioria das movimentações é feita por trabalhadores, estando-se assim perante uma mobilidade de mão-de-obra.

Com a globalização surge um panorama específico onde há um desenvolvimento económico e social, mas também um aumento do desequilíbrio a nível internacional. Consequentemente, as migrações actuais, para além da característica de se fazerem por *necessidade*, caracterizam-se também por serem migrações de *oportunidade*, traduzindo-se numa tentativa de conseguir melhorar a qualidade de vida, às vezes através do desenvolvimento de uma actividade empresarial. Para além disso, é indiscutível a importância que as migrações internacionais têm representado para o Desenvolvimento ao longo dos séculos, tendo sido tanto *causa* como *efeito*: tanto são resultado do processo de desenvolvimento económico e social e da consequente melhoria das condições económicas e educacionais, como da falta delas; tanto podem contribuir para o processo de desenvolvimento do país de origem e/ou de acolhimento como contribuir para a estagnação e desigualdades.

Quanto às redes migratórias, estas têm usufruído das facilidades trazidas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação. A mobilidade de pessoas faz-se de um modo mais acessível, cómodo e simples e a comunicação entre países de origem e de destino torna-se mais frequente e menos pontual. Há, de acordo com Manuel Castells, uma alteração espacial do mundo, passando-se de um ‘espaço de locais’ para um ‘espaço de fluxos’. Anteriormente, os migrantes escolhiam um destino e aí ficavam fixados. No presente, muitos migrantes circulam entre vários locais. Apesar de a maioria das migrações internacionais ser de carácter permanente, estão assim favorecidas outras formas de migração, como sejam as migrações temporárias, circulares, transnacionais e multi-direccionais.

Os migrantes internacionais têm cada vez mais práticas e relações transnacionais, surgindo através de redes sociais que não dependem da mesma forma dos limites fronteiriços. Contudo, este processo evolutivo das migrações não tem sido acompanhado pelos governos que continuam a seguir a lógica de economias nacionais desadequada a esta nova característica das migrações. Surge assim a necessidade premente, por parte dos Estados, de uma adaptação à evolução das migrações, visto os elementos do Estado-nação terem sofrido alterações.

De um modo geral, pode considerar-se as migrações como co-responsáveis por transformações sociais que têm ocorrido nos mais diversos Estados. A ideia de nação homogénea é algo que tende a esbater-se. A unidade cultural e política, característica tradicional do Estado-nação, depara-se com um novo tipo de identidade: o surgimento de uma identidade que mantém muito de nacional mas que, por adquirir determinadas características resultantes de novas vivências, é diferente. É importante que esta não seja vista como uma ameaça mas sim como uma vantagem para todos.

A proliferação acelerada de práticas e relações transnacionais conduz a um número cada vez maior de indivíduos que opta por ter uma vida dual, isto é, que desenvolve determinadas actividades no país de destino e ao mesmo tempo mantém ligações regulares e duráveis com o país de origem, mas também com outros países – ligações essas que podem ser feitas tanto ao nível económico, político, social ou cultural. São indivíduos que vivem divididos entre duas (ou mais) realidades, que normalmente falam duas línguas, têm duas casas e investem (pelo menos) nesses dois

pólos. Consequentemente, surgem novos modos de incorporação que não existiam até então.

Podemos considerar que, actualmente, a emigração chinesa é um caso exemplificativo desta situação.

Como reflexo da globalização, a partir dos anos 1980, aos emigrantes chineses passa a ser possível o estabelecimento de relações mais regulares com o país de origem, contribuindo para a manutenção dos seus traços culturais (o que já era possível mas com mais dificuldades).

No caso concreto do Sul da Europa, a presença significativa de migrantes chineses começa na década de 1990, devendo este fluxo ser enquadrado nos movimentos migratórios inter-continentais e intra-europeus; por um lado, por se registar um aumento do volume do fluxo migratório directo da República Popular da China e, por outro, fruto de uma melhoria da qualidade de vida nos países do sul da Europa, pelo facto de os migrantes chineses se deslocarem do norte para o sul da Europa. Apesar do recente crescimento económico registado na República Popular da China, resultante, entre outros factores, da política ‘um país, dois sistemas’, ainda existem razões para os chineses procurarem outros países, seja por *necessidade* – o desenvolvimento económico é restrito às zonas urbanas e costeiras –, seja por vontade de encontrar *oportunidades* de melhorar a qualidade de vida.

Esta migração tem claramente motivações de ordem económica, dedicando-se, ao contrário do que sucede no território chinês, à actividade comercial nos sub-sectoros da restauração, do pequeno comércio retalhista e do comércio grossista, verificando-se um grande número de trabalhadores por conta própria. Relevante é o facto de recentemente se estar a verificar uma *subida* desta actividade no sector da indústria, com maior ênfase na indústria têxtil. A rede social que a sustenta permite-lhe a incorporação no mercado de trabalho numa base étnica com relativa facilidade e rapidez, através da oferta de trabalho e de alojamento.

Desde as duas últimas décadas do século XX que os países do sul da Europa Itália, Espanha e Portugal, outrora considerados como países de emigração, se tornaram simultaneamente países de imigração. Como fenómeno recente que é, tem várias áreas de trabalho que ainda não foram objecto de investigação científica, como é o caso

da imigração chinesa para o sul da Europa, numa perspectiva de conjunto. Até ao momento, a literatura existente sobre a imigração chinesa em Itália, Espanha e Portugal foca-se sobretudo na análise nacional da actividade empresarial dos imigrantes chineses. Tendo em consideração esta realidade, a presente tese pretende contribuir para o enriquecimento do conhecimento dessa temática e caracteriza-se por ser inovadora, desde logo pela escolha do objecto de estudo – o recente fluxo de imigrantes chineses para o sul da Europa –, pela interligação que é feita entre vários conceitos num único trabalho científico relativo a migrações de pessoas (migrações, globalização e glocalização, diversidade cultural, identidade, hibridação, simbiose, Estado e nação, redes sociais, capital social, transnacionalismo e Desenvolvimento) e igualmente pela análise da evolução dos imigrantes chineses no sul da Europa (com excepção da Grécia, uma vez que o seu número é residual e visto não haver interligação entre os chineses que se encontram na Grécia e os restantes países do sul da Europa, como acontece entre Itália, Espanha e Portugal), com particular enfoque entre a última década do século XX e a primeira década do século XXI – na viragem de século, período que marca o início de alterações nestas migrações.

Em conformidade, através do estudo da relação de dois aspectos centrais, a evolução das migrações internacionais e o fluxo migratório contemporâneo chinês para o sul da Europa, pretende-se chegar a uma perspectiva teórica que permita verificar a existência (ou não) de um novo tipo de migração.

Para atingir o objectivo principal, faz-se a análise das migrações internacionais contemporâneas até à fase da globalização e utiliza-se uma análise diacrónica das migrações chinesas para a Europa e em particular para o Sul da Europa, para se chegar ao último fluxo que teve início na última década do século XX.

São levadas a cabo uma abordagem quantitativa e outra qualitativa, através de um levantamento sistemático de fontes secundárias da literatura da especialidade disponível (desde o início até ao fim do trabalho da tese). Procede-se à utilização de fontes primárias através da inovadora análise das estatísticas oficiais existentes sobre a presença chinesa em Portugal, Espanha e Itália. Optou-se pela utilização de fontes estatísticas oficiais similares nos três países, por serem os dados mais seguros e ‘puros’, de modo a conseguir-se uma comparação a mais fidedigna possível.

Com a metodologia seguida, pretende-se identificar padrões de semelhanças e diferenças nos três contextos em estudo e analisar de que forma estes influem na verificação de uma caracterização comum ou não. Por outro lado permitir-nos-á identificar os factores que contribuem e influenciam o aparecimento e/ou desenvolvimento de uma nova forma de migração. Tal permitirá chegar a um enquadramento teórico e identificar as dinâmicas em curso de modo a conseguir-se estabelecer relações de causalidade.

Para além disso, a metodologia utilizada permite a análise histórica do percurso dos imigrantes chineses e possibilitará o reconhecimento dos processos históricos que, a médio e longo prazo, influenciam a sustentação e transformação das atitudes dos migrantes e dos seus padrões de comportamento.

A tese é constituída por três partes.

A primeira parte é dedicada à caracterização das migrações internacionais contemporâneas que é feita através da análise das suas origens e evolução, das suas causas, dinâmicas, volume e tipologias, assim como das relações e práticas transnacionais que são cada vez mais frequentes, mas também da relevância das redes sociais e do capital social para os migrantes internacionais. É feita ainda uma abordagem relativa à influência das migrações internacionais nas novas características da Sociedade actual e, por último, uma análise da relação entre as migrações internacionais contemporâneas e o Desenvolvimento, relevando-se a necessidade de um Desenvolvimento Sustentável.

Na segunda parte pretende-se abordar a presença dos migrantes chineses no Sul da Europa. Começa-se por fazer um enquadramento sobre as origens e evolução da emigração chinesa no mundo, na Europa e em particular no sul da Europa. Com base nos dados estatísticos oficiais nacionais, elabora-se de forma separada uma análise da imigração chinesa em cada um dos países – Itália, Espanha e Portugal –, análise esta que é enquadrada na análise geral da imigração a nível nacional, de modo a haver termo de comparação entre a imigração chinesa e os principais fluxos imigratórios a nível nacional, conseguindo-se assim verificar se estamos perante um fluxo imigratório distinto dos demais. Para tal, procede-se à evolução da imigração chinesa em cada um dos países, assim como à caracterização ao longo do tempo, com particular destaque

para a última década do século XX e para o início da primeira década do século XXI. Alcançados estes objectivos, será possível fazer uma análise comparativa da imigração chinesa entre os três países – Itália, Espanha e Portugal – que irá contribuir para a verificação de eventuais semelhanças entre eles.

Na terceira parte trata-se a incorporação dos migrantes chineses nas sociedades de acolhimento no sul da Europa. Para tal, procede-se à análise da influência do sistema de valores chinês nos emigrantes chineses, através da abordagem do sistema de valores chinês, do papel da família e da importância de desenvolver *Guanxi*. É igualmente tratado o facto de os negócios serem o denominador comum dos emigrantes chineses, abordando-se os antecedentes históricos e as famílias de negócios chinesas. De seguida, faz-se a análise dos modos de incorporação dos migrantes chineses no Sul da Europa, com particular destaque para o mercado de trabalho, visto estarmos perante uma imigração maioritariamente laboral, assim como da relevância das redes sociais, do capital social e das práticas e relações transnacionais. Por fim, aborda-se a relação entre os negócios dos emigrantes chineses e o Desenvolvimento.

I PARTE

As migrações internacionais na época contemporânea

I.1. Origens e evolução

I.2. Causas e dinâmicas

I.3. O volume

I.4. Tipologias

I.5. Práticas transnacionais

I.5.1. Os novos espaços sociais, as redes sociais e o capital social

I.6. Modos de incorporação dos imigrantes nas sociedades receptoras

I.6.1. Os modelos de integração/incorporação dos imigrantes no século XX
e no século XXI

I.7. Novas características societais: implicações nas bases do Estado-nação

I.8. As migrações internacionais contemporâneas e o Desenvolvimento

I.8.1. A necessidade de um Desenvolvimento Sustentável

I.1. Origens e evolução

As migrações são um fenómeno natural tão antigo como a própria História. Milhões e milhões de indivíduos migraram para todas as partes do mundo ao longo dos tempos, conquistando e povoando todos os continentes. De acordo com a metáfora de Christian Ferrer¹, a história das migrações poderia ter começado com a expulsão do paraíso. «Trabalhar, parir e migrar – três variedades da dor – têm sido desde aquele momento a chave da fronteira, signos distintivos do luto humano.» (Ferrer, 1993 *apud* Villa, 1999: 60)

Na transição da Antiguidade para a Idade Média, na Europa Ocidental, entre os anos 300 e 900, deram-se as invasões bárbaras² que terão sido consequência das incursões dos hunos oriundos da Ásia Central e que provocaram pressões populacionais na Europa Central levando os povos aí residentes a deslocarem-se para o ocidente da Europa. Já na Idade Média, no século XIII, e noutra região geográfica, o império mongol invadiu a China, a Rússia, a Pérsia e a Índia. Uns séculos mais tarde, a criação de outro império poderoso, o otomano, foi acompanhado por outros vastos fluxos migratórios provenientes da Ásia Central que através da Ásia Menor culminaram na tomada de Constantinopla. Todas estas deslocções populacionais contribuíram para moldar o mundo moderno provocando profundas e permanentes alterações no estilo de vida, na língua, na cultura, nas estruturas sociais e económicas e nos sistemas políticos e administrativos.

Depois do início dos descobrimentos marítimos que, conjuntamente com a invenção da imprensa e o Renascimento, marcaram a chamada Idade Moderna, deram-se, no século XVI, as primeiras migrações europeias para o *Novo Mundo*: de ingleses protestantes para a América do Norte ou de italianos e judeus para a América do Sul. A colonização implicou a emigração além-mar de europeus, na qualidade de marinheiros, soldados, agricultores, comerciantes, padres e administradores. A mão-de-obra colonial foi conseguida primeiro através das migrações forçadas de escravos

¹ Sociólogo argentino.

² A designação de bárbaro é originária do grego antigo, sinónima de estrangeiro e posteriormente foi usada pelos romanos para designarem os povos que com eles não partilhavam a mesma cultura, costumes e organização política.

africanos para as Américas (cerca de 15 milhões entre os séculos XV e XIX) dada a resistência dos aborígenes ao trabalho colonial e, mais tarde, pela utilização de serviçais que eram transportados através dos impérios coloniais, atravessando enormes distâncias.

Entre o início do século XIX e do início do século XX (de 1815 a 1914), assistiu-se ao desenvolvimento e modernização dos transportes marítimos e terrestres – tais como o barco a vapor e as ferrovias – que claramente foram o veículo para o aumento substancial do volume das migrações. Calcula-se que nesse período o número de migrantes internacionais rondava os 60 milhões, desempenhando a Europa e a Ásia um papel tipicamente de região de origem (o que mais tarde se veio a alterar), enquanto a América e a Oceânia eram regiões de destino dos migrantes internacionais, tendo sido os principais destinos os Estados Unidos da América (E.U.A.) com aproximadamente 33 milhões de imigrantes, a Argentina com 6,4 milhões, o Canadá com 5,2 milhões, o Brasil com 4,4 milhões e a Austrália com 3 milhões (Segal & Marstin, 1992 *apud* Villa, 1999: 37-39).

Porém, não obstante a relevância do desenvolvimento das comunicações, as intensas migrações dos séculos XIX e XX ficaram a dever-se principalmente à forte pressão populacional resultante da explosão demográfica pela qual os países do *Velho Continente* vinham passando desde meados do século XIX. A melhoria das condições climáticas, de higiene pessoal e os avanços na vacinação (particularmente para a varíola) foram as razões que estiveram por detrás daquele aumento demográfico. Também a melhoria verificada ao nível dos rendimentos e do emprego, assim como o aumento da produção e distribuição alimentares, proporcionaram melhores condições de vida às populações. «Por outro lado, a revolução das ideias, insuflada pelo liberalismo, viria também a criar um novo quadro mental» (Infopédia, 2003). Este crescimento demográfico europeu processou-se a um ritmo bastante superior ao dos restantes continentes e uma vez que o crescimento demográfico não parava de aumentar e a oferta de mão-de-obra era superior ao número de postos de trabalho, começaram-se a registar crises de desemprego nos países europeus industrializados. Também na Europa Ocidental, nessa altura, as economias industrializadas procederam ao recrutamento de largos contingentes de trabalhadores migrantes, como foi o caso dos irlandeses que foram para a Grã-Bretanha, dos polacos para a Alemanha e dos italianos

para França (Noiriel, 1988: 308-318). Contribuindo para o agravar da situação na Europa, esteve a migração intra-europeia de camponeses de países menos desenvolvidos que iam em busca de trabalho no sector secundário. Tudo isto fez com que tivesse emigrado da Europa para outros continentes uma grande quantidade de população *excedentária* constituída por indivíduos jovens que proporcionaram aos países de acolhimento, para além da óbvia força de trabalho, uma alta taxa de fecundidade.

Embora a Industrialização tenha provocado um aumento da emigração, esta situação não era homogénea; nem todos os países europeus foram fornecedores de emigrantes para outros continentes. A França foi um dos países onde não se registaram saídas relevantes, tendo, desde cedo, adoptado um sistema de incentivo à limitação dos nascimentos.

A Irlanda³ foi um dos principais *exportadores* de migrantes na primeira metade do século XIX em especial para os E.U.A., mas também para o Canadá e Inglaterra. Este significativo fluxo emigratório irlandês deveu-se à grave pobreza em que a população se encontrava, resultante do extraordinário crescimento demográfico (em 1841, a Irlanda era o país mais populoso da Europa com mais de 8 milhões de habitantes recenseados), da proliferação de doenças contagiosas, da destruição das plantações de batata (provocada por um fungo) que a Irlanda exportava para a Inglaterra e que era a base da alimentação do mundo rural irlandês, mas também dos conflitos sociais associados à situação de rivalidade entre católicos e protestantes. Este fluxo manteve-se até ao início do século XX.

Quanto à Inglaterra e à Escócia, estes países sofreram vários surtos emigratórios entre 1815 e 1914, primeiro para os E.U.A. e Canadá, e nos finais do século XIX e princípio do século XX também para a Oceânia, África do Sul e Austral. Os alemães foram para os E.U.A., Brasil, Austrália e para países da África Austral. Os escandinavos juntaram-se às vagas alemãs e britânicas. Os italianos emigraram para os E.U.A., América Latina e para outras regiões da Europa, nomeadamente França. Nos finais do século XIX, devido ao superpovoamento, à inexistência de desenvolvimento económico e à crise que atingiu a Itália entre 1882 e 1892, a emigração italiana

³ No caso da Irlanda, apesar de densamente povoada, perdeu quase metade da sua população entre 1850 e 1913. De 8 milhões de habitantes em 1845, a população baixou para cerca de 6,5 milhões ao longo de cinco anos. Só no primeiro ano morreram mais de 500 mil irlandeses, para além dos cerca de 800 mil que foram para a Inglaterra e principalmente para os E.U.A. mas também Canadá e Austrália (Infopédia, 2003).

aumentou de forma exponencial, principalmente a proveniente do Norte e Centro, de regiões agrícolas produtoras de vinho e seda, mas também das tradicionais regiões do Sul – Campânia, Calábria e Sicília. Os emigrantes portugueses rumaram em maior número nesta época para o Brasil mas também houve um número significativo de açorianos que optou por fazer parte das tripulações baleeiras norte-americanas e um outro de madeirenses que se fixou na Venezuela e na África do Sul. A juntar a esta emigração da Europa Ocidental, no princípio do século XX iniciou-se o processo emigratório da Europa Central e Oriental (austro-húngaros, russos e polacos) para os E.U.A., para outras regiões da Ásia e muitos ainda para o Cáucaso e Sibéria.

A presença estrangeira na América do Norte contribuiu fortemente para o processo de construção da nação dos E.U.A. e do seu crescimento económico, estimando-se em 30 milhões o número de pessoas que foi para a *terra prometida* na segunda metade do século XIX e início do século XX (entre 1849⁴ e 1920).

No continente asiático, a presença de migrantes internacionais foi pouco relevante no século XIX e início do século XX. Apesar da intensificação da procura europeia de matérias-primas e de recursos humanos qualificados (administração e comerciantes), a presença de europeus na Ásia não foi significativa e limitou-se às cidades costeiras, pois os índices demográficos asiáticos eram muito superiores aos ocidentais. Na Tailândia, Java e Malásia estabeleceram-se várias colónias de chineses que posteriormente se deslocaram para a América do Norte (Califórnia, Nova Gales do Sul e Columbia Britânica) para trabalharem na construção do caminho-de-ferro do Pacífico. Concluído este grande projecto, tanto nos E.U.A. como no Canadá, por ali ficaram e começaram a dedicar-se ao comércio e a outras actividades menos valorizadas na Europa. Da Índia saíram milhares de indianos que se estabeleceram na África do Sul e na África Oriental, para além de certas regiões da América do Sul e da Malásia. Estes emigravam principalmente para trabalhar nas plantações, por vezes nas minas ou no serviço doméstico.

Para além destas migrações por via marítima, registaram-se ainda migrações por via terrestre como é o caso da colonização russa da Sibéria e da Ásia Central.

África foi tanto um continente de origem como de destino de migrantes internacionais, tendo sido palco do processo de colonização, mas também foi teatro

⁴ Em 1849, dá-se a corrida ao ouro na Califórnia.

de migrações forçadas (tráfico de escravos) e, posteriormente, do processo de descolonização. Até 1914, a presença europeia foi pouco numerosa⁵ e fez-se sobretudo em cidades costeiras, na sua maioria pertencentes a colónias europeias. A África Austral foi uma excepção, tendo tido até meados do século XIX uma presença europeia incipiente mas, a partir de 1860, com a descoberta de ouro e diamantes, o movimento imigratório aumentou e também pela imposição da Conferência de Berlim que obrigava à ocupação física pelos europeus.

No período entre as duas Grandes Guerras, a estagnação económica e a instabilidade política provocaram a redução das migrações internacionais. As pressões demográficas na Europa diminuíram e as consequências da Primeira Guerra Mundial fizeram-se sentir, provocando uma redução no volume de saídas de europeus para o exterior. A França e a Alemanha foram os únicos países que recrutaram trabalhadores estrangeiros durante este período. Em França chegavam colónias de polacos e italianos para trabalhar nas cidades industrializadas do Norte e Leste do país, enquanto espanhóis e italianos executavam trabalhos agrícolas na região Sudoeste. Contudo, nos anos 1930, como consequência dos efeitos da crise económica de 1929, os imigrantes eram vistos pelos nacionais como concorrentes aos escassos empregos existentes em França e muitos acabaram por ser deportados, registando-se, em 1936, uma redução de 500 mil (Cross, 1983). Na Alemanha nazi eram recrutados, em larga escala, trabalhadores estrangeiros – sobretudo pela força – para substituir os nacionais que tinham de cumprir serviço militar. Por parte da maioria dos países tradicionalmente receptores de migrantes, a adopção de leis que restringiam a imigração contribuiu para a diminuição dos fluxos migratórios. No caso dos E.U.A. – país que vivia uma grave recessão económica causada pela *Grande Depressão* –, o Congresso decretou um sistema de quotas, fixadas por nacionalidades, de modo a travar a imigração em grande escala.

O fim da Segunda Guerra Mundial marca uma viragem nas migrações internacionais, registando-se alterações tanto a nível quantitativo – aumento dos fluxos migratórios – como qualitativo.

⁵ Com excepção da Argélia, país que se tornou num «apêndice económico-social e político da França» (Infopédia, 2003).

Foram implementados programas de imigração por países como os E.U.A., Canadá, Austrália e Argentina, países que viram na imigração uma oportunidade de alargamento das suas populações de modo a aumentarem as suas capacidades laborais num momento em que pretendiam tirar partido do *boom* económico *post-* guerra. «Povoar ou perecer» foi um dos *slogans* usados pelos programas de imigração para promover os principais projectos de desenvolvimento de infra-estruturas, tais como a construção de barragens, estações hidroeléctricas, sistemas de irrigação, estradas e caminhos-de-ferro. Foram construídos vastos centros de acolhimento e criados programas de formação de modo a facilitar o estabelecimento e adaptação dos imigrantes nos destinos. À volta destes fluxos migratórios desenvolveu-se uma 'indústria' para suportar os processos migratórios, que ia desde a promoção, recrutamento e selecção dos imigrantes, à administração dos planos de viagens subsidiados e à logística de transportes.

No caso da Europa, tradicionalmente região de origem de migrantes internacionais até então, a situação que se fazia sentir fez com que se tornasse simultaneamente numa região de atracção de migrações: devido aos trabalhos de reconstrução que eram necessários realizar (sessenta por cento das infra-estruturas tinham sido destruídas), chegaram cerca de 13 milhões de migrantes, sendo a Alemanha Ocidental, a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Holanda os principais destinos. Paralelamente, o grande fluxo migratório para os E.U.A. só se desenvolveu a partir de 1965, ano em que as restrições legislativas à imigração foram abolidas.

Outra característica nova dos fluxos migratórios *post-* segundo conflito mundial está relacionada com o aumento da diversificação da origem.

À Europa chegaram maioritariamente migrantes do então denominado *Terceiro Mundo*, fruto das pressões demográficas que estes países passaram a sofrer. Da região da bacia do Mediterrâneo chegaram cerca de 8 milhões de indivíduos (provenientes do Magrebe, da Turquia) e também havia muitos que vinham da África subsahariana. Contudo, apesar de o fluxo migratório proveniente do sul da Europa, com excepção de Portugal, para a Europa Central ter abrandado nos anos 1960, não deixou de existir. O fluxo proveniente da Jugoslávia também era bastante significativo.

No caso dos E.U.A., até 1965, a legislação e os critérios dos programas eram especificamente formulados para permitir a imigração europeia e para restringir

a migração originária de outras partes do mundo. Porém, com a redução do número de chegadas de migrantes europeus, uma década depois, os objectivos dos programas de imigração foram ajustados, passando a dar menos importância à origem e valorizando-se mais as habilitações, qualificações e experiência profissionais dos imigrantes. Assim, aos E.U.A. começaram a chegar, em maior número, migrantes provenientes da região das Caraíbas, do México, da América do Sul e Central, do Médio Oriente e do sul e sudeste da Ásia.

Se por um lado aos tradicionais países industrializados começaram a chegar novos fluxos migratórios, os novos países produtores de petróleo tanto na América Latina, no Golfo Pérsico, em África como na Ásia passaram a atrair migrantes. No caso dos países produtores do Golfo Pérsico, estes receberam cerca de 7 milhões de indivíduos na década de 1980, na sua maioria provenientes de países vizinhos mas também do sul e sudeste asiáticos (caso dos provenientes da Índia, Paquistão e Filipinas). Em alguns casos, esta migração teve uma duração curta, função de conjunturas económicas desfavoráveis, como foi o caso dos tunisinos que foram para a Líbia e dos ganeses que foram para a Nigéria mas que, passado pouco tempo, tiveram de regressar aos seus países de origem.

O referido período de aumento exponencial das migrações internacionais iniciado em 1945 foi interrompido pela grave recessão económica desencadeada pela crise petrolífera de 1973 que provocou uma mutação na economia mundial, com o investimento de capitais a abandonar os antigos centros, os modos de produção e distribuição a evoluírem para uma forma mais global e para um inevitável aumento do desemprego. As migrações internacionais desempenharam um papel essencial nestes processos de transformação social, económica e política à escala mundial, sendo, ao mesmo tempo, influenciadas por essas transformações e responsáveis pela sua modelação. Em termos económicos, a opinião pública considerava que os países de acolhimento beneficiavam do crescimento económico e que os países de origem eram ajudados tanto pela diminuição do excesso de mão-de-obra como pelas remessas dos seus emigrantes.

O fim da década de 1980 e o princípio seguinte constituíram um período de migrações sem precedente, função das enormes transformações económicas, sociais, políticas e ideológicas de âmbito internacional, que passaram pelo aumento das

desigualdades regionais, dos conflitos, das guerras e da desagregação da Checoslováquia, da antiga Jugoslávia e da União Soviética. Quando a União Soviética se desagregou, a emergência de quinze novos Estados independentes fez com que o número de migrantes internacionais tivesse aumentado dramaticamente; inúmeros migrantes internos passaram a ser considerados migrantes internacionais. As outras duas situações de desagregação (Checoslováquia e ex-Jugoslávia) também tiveram repercussões idênticas mas em menor escala. Neste período, os principais destinos dos migrantes internacionais permaneceram os mesmos, os E.U.A. e a Europa, mas o número de países de origem continuou a aumentar.

Outra especificidade relevante das migrações internacionais neste período refere-se à sua composição. As leis restritivas nos tradicionais países de imigração, paradoxalmente, favoreceram a vinda legal de membros das famílias (mulheres e filhos menores) dos imigrantes já estabelecidos em detrimento de homens adultos que, por sua vez passaram a trilhar cada vez mais o caminho da imigração ilegal. A migração de familiares correspondeu a 55% dos migrantes chegados à Suíça, 70% a França e 90% à Bélgica. O maior país de imigração, os E.U.A., entre 1980 e 1990, acolheu 5,8 milhões de pessoas. As leis norte-americanas de 1980 e 1986 tentaram regularizar cerca de 4 milhões de imigrantes clandestinos. As quotas passaram a ser periodicamente revistas, privilegiando a chegada de mão-de-obra qualificada e diplomada e dificultando a entrada de indivíduos com baixa formação e sem conhecimento da língua inglesa. Porém, esta política restritiva só veio fazer com que o número de imigrantes em situação irregular aumentasse.

Na década de 1990, concretamente em 1995, segundo as Nações Unidas, o número de migrantes internacionais (excluindo os refugiados) rondava os 165 milhões, registando-se uma certa estabilização dos fluxos migratórios. Alemanha, E.U.A., Japão, Reino Unido, Itália, Canadá, França Austrália, Suíça e Países Baixos foram os principais destinos dos migrantes internacionais neste período. Registou-se um aumento da dispersão dos migrantes internacionais, tendo surgido novas regiões de fixação de migrantes, como foi o caso do sul da Europa – Portugal, Espanha e Itália – que era, até então, uma região de origem de migração (questão a ser abordada na segunda parte deste trabalho). Ao mesmo tempo, os fluxos migratórios no sudeste e leste asiáticos acentuaram-se. No caso do Japão, os chineses (21%), os filipinos (20%)

e os brasileiros (9,3%) representavam praticamente metade dos imigrantes no território. Os fluxos migratórios para os E.U.A. deixaram de ser constituídos maioritariamente por europeus, como tinha acontecido no século anterior, passando a América Latina e as Caraíbas (46%) e a Ásia (34%) a serem as regiões de origem mais representativas. Na União Europeia, as migrações internas eram as mais significativas, representando 66% do total, seguidas das migrações internacionais provenientes do continente africano (16%) e da Ásia (10%).

As migrações internacionais contemporâneas

Na viragem do século XX para o século XXI, as migrações internacionais passaram a estar, mais do que nunca, no centro da agenda política internacional e a ser um assunto controverso e de interesse mediático. Em todas as épocas da História as migrações internacionais têm-se apresentado como um desafio tanto para os Estados e as sociedades de origem e de acolhimento, como para a comunidade internacional. Contudo, num mundo cada vez mais global, as migrações afectam a vida de um maior número de pessoas e Estados do que em qualquer outra época.

De um modo geral, as tendências e os processos migratórios internacionais têm sofrido várias mudanças fundamentais, impondo à Sociedade novos desafios. O número de migrantes internacionais continuou a aumentar e deu-se uma reconfiguração dos fluxos migratórios, observando-se uma nova distribuição geográfica, com uma concentração nos países desenvolvidos e nos pólos economicamente mais atractivos, assim como novas formas de migração e um aumento da migração feminina.

Estimando as Nações Unidas que o número de migrantes internacionais em 2005 fosse de 191 milhões (apesar de só representarem aproximadamente 3% da população mundial), a feminização das migrações tem sido crescente e a partir de 1990 começou a haver uma aproximação numérica entre ambos os sexos, chegando-se ao ano de 2005 praticamente sem diferenças significativas, com as mulheres a representarem 49,6% (95 milhões) dos migrantes internacionais. Também se começou a verificar que são, cada vez mais, as mulheres que tomam a decisão de migrar sozinhas. Destas, cerca de 63% eram provenientes de países desenvolvidos e as restantes de países em desenvolvimento.

Tabela 1. Número de migrantes internacionais segundo sexo por região, 1960-2005
(milhões)

Área geográfica	1960		1965		1970		1975		1980		1985		1990		1995		2000		2005	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Mundo	40	35	42	37	43	38	46	41	52	47	59	52	79	76	84	81	89	88	96	95
Regiões mais desenvolvidas	17	16	18	17	19	19	22	21	24	24	27	27	40	43	46	49	50	55	55	60
Regiões menos desenvolvidas	24	20	23	20	23	20	24	20	29	23	32	25	39	33	38	32	39	33	41	34
África	5	4	5	4	6	4	6	5	8	6	8	6	9	8	10	8	9	8	9	8
Ásia	15	13	15	13	15	13	15	13	18	14	21	16	27	23	26	22	27	23	29	24
Europa	7	9	9	8	10	9	11	10	11	11	12	11	23	26	26	29	27	31	30	34
América Latina e Caraíbas	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	3	3	3	3	3	3
América do Norte	6	6	6	6	6	7	7	8	9	10	11	11	14	14	17	17	20	20	22	22
Oceânia	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	2	3	2	3

Fonte: UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2006
(elaboração da autora)

No sistema migratório internacional do século XXI, há cada vez mais países que não são somente emissores, receptores ou áreas de trânsito, apresentando em simultâneo duas ou mesmo três destas funções. Praticamente nenhum Estado deixa de estar directa ou indirectamente envolvido ou mesmo à margem dos efeitos das migrações internacionais.

É também visível a interligação entre as diversas partes interessadas tanto a nível nacional, regional ou local e incluem os próprios migrantes, os empregadores, os consumidores, as famílias, as redes e práticas transnacionais de todo o tipo, as instituições da sociedade civil e governamentais.

Desta forma, as migrações internacionais contemporâneas possuem um conjunto de novas características que em vários aspectos as distinguem das suas predecessoras. Para além das alterações na sua composição e orientação, função das mudanças sócio-económicas, consubstanciam novas formas, acarretam novas causas e consequências, tanto para o país de origem como de acolhimento.

É precisamente das migrações internacionais contemporâneas ocorridas entre a última década do século XX e na primeira década do século XXI que nos iremos ocupar de forma particular ao longo deste trabalho.

I.2. Causas e dinâmicas

O que leva as pessoas a movimentarem-se de uma região para outra?

Da análise das movimentações populacionais desde os tempos mais remotos até à época contemporânea, identificam-se constantes deslocações forçadas e voluntárias. Se por um lado as alterações climáticas, as catástrofes naturais e os conflitos armados tornam as migrações uma estratégia de fuga, a inovação tecnológica contribuiu, num primeiro momento, para o aumento das populações e a sua expansão para posteriormente permitir que os indivíduos se deslocassem de forma mais rápida e mais barata de áreas menos prósperas a fim de melhorarem as suas condições de vida.

Apesar das motivações que têm levado as pessoas a saírem do seu local de origem serem muito diversas, a motivação económica tem marcado as migrações em grande escala ao longo dos tempos, com maior importância em determinados momentos históricos como a criação de Estados, a industrialização ou a colonização. É portanto importante, ao analisarem-se as determinantes das migrações em geral, tomar em consideração as condicionantes do contexto em análise.

Também na época contemporânea, a causa mais evidente das migrações internacionais continuou a ser a económica, caracterizando-se estas por serem migrações por *necessidade* ou de *oportunidade*. Seja de uma ou de outra forma, o objectivo dos migrantes é sempre o de melhorar as suas condições de vida. A disparidade inter-regional ao nível dos rendimentos, do emprego e do bem-estar social (Castles, 2005), resultante das insuficiências e falências do processo de *desenvolvimento* dos países de origem, faz com que os indivíduos vejam na emigração um meio de melhorar a sua qualidade de vida. Ao comparar as migrações com um fluxo de água ou de electricidade – um fluxo ajustável que responde às diferenças de pressão entre os extremos opostos de uma conduta –, Robert Lucas sugere que não é o nível absoluto dos factores *push* e *pull* que importa, mas sim a diferença existente entre os factores (1981).

Os indivíduos que recorrem à emigração por *necessidade*, nos mais variados locais, utilizam-na como estratégia de sobrevivência, «encontrando na migração uma forma de fugir a conflitos armados, violações dos direitos humanos, governos autoritários e corruptos, desemprego e pobreza» (GCIM, 2005: 57), assim como

o fazem por razões ambientais, que vão desde as alterações climáticas aos desastres naturais (cheias, sismos, tsunamis, erupções vulcânicas, etc.). No início do século XXI, havia cerca de 550 milhões de pessoas em todo o mundo que ganhavam menos de um dólar por dia; mais de 850 milhões de pessoas, incluindo uma criança em três em idade pré-escolar a sofrer de desnutrição; mais de 1 bilhão de pessoas a carecer de acesso a água potável e 2,6 bilhões sem saneamento básico; o produto interno bruto *per capita* era sessenta e seis vezes mais elevado nos países desenvolvidos do que nos países em desenvolvimento (PNUD, 2000).

Por outro lado, muitos indivíduos vêm a saída dos seus países de origem como uma *oportunidade* de passarem a obter rendimentos mais elevados que eventualmente lhes proporcionará acesso a outros bens materiais. Não há uma relação linear entre pobreza e emigração. Há que frisar a ideia de que não é necessariamente o subdesenvolvimento por si só que causa a emigração de pessoas, mas sim os diferenciais de rendimentos existentes entre os vários países do mundo. Regra geral, os indivíduos que emigram não são os mais pobres da sua sociedade, mas sim aqueles que possuem meios (e também capacidades físicas e de entendimento) que lhes permitem fazê-lo. Aqui, as redes sociais e o capital social têm um papel primordial como iremos constatar mais adiante.

Não obstante a relevância das migrações desde o século XIX, como já verificámos, este tema não foi, ao longo do tempo, devidamente acompanhado pelos estudiosos das ciências sociais, tendo aparecido de forma marginal até ao final do século XX, época em que se tornou um problema político dos Estados.

Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês, foi o primeiro autor a teorizar sobre as explicações e características dos movimentos migratórios em 1885, «(...) é, quase invariavelmente, o decano das referências bibliográficas da teoria migratória, citado em trabalhos oriundos de diferentes ciências sociais» (Peixoto, 2004: 4) e está na base de todos os modelos modernos de *push & pull* (atração e repulsão)⁶. Ravenstein fez um estudo sobre as migrações internas na Grã-Bretanha onde enumerou um

⁶ Vide, por exemplo, Jackson (1991): 20-2.

conjunto de 'leis empíricas da migração'⁷, estudo esse que serviu de base para a teorização sobre o processo de migração populacional, no qual foram considerados vários factores determinantes para o processo migratório, tais como sexo, distância, transportes e tecnologia, que considerava funcionarem apenas como catalisadores, uma vez que, para o autor, a principal causa dos movimentos populacionais era de cariz económico. No contexto da sua análise, o termo *leis da migração* deve ser interpretado como os factos, características e atitudes observadas pelo autor na maior parte dos movimentos migratórios por ele estudados, e que têm em consideração o contexto e a época particular em que foram analisados, ou seja, a Revolução Industrial (Muniz, 2002).

Não existe para as migrações uma 'teoria geral', havendo sim um conjunto de teorias autónomas dos mais variados campos das ciências sociais que servem para a sua análise. Assim sendo, pode-se dizer que o fenómeno migratório resulta de uma conjugação de factores e interacções que conduzem as migrações internacionais e que é analisado por diferentes disciplinas, como a Antropologia, a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, a Geografia e o Direito que, através de metodologias e visões diversas, tentam compreender este fenómeno complexo e multidimensional. Segundo Jansen,

«(...) a migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes regiões; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um

⁷ As *leis da migração*, apresentadas no primeiro estudo de Ravenstein, em 1885, são as seguintes: (1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as 'correntes de migração' dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. (2) O processo de atracção para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. (3) O processo de dispersão é o inverso do de atracção. (4) Cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora. (5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. (6) Os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais do país. (7) As mulheres são mais migratórias do que os homens» (Ravenstein *apud* Peixoto, 2004: 4). «No seu tratamento de Ravenstein, e com base nos comentários de 1889, Lee (1969: 283) subsume aqueles sete enunciados a cinco, e acrescenta-lhes dois outros: o do aumento da migração com o progresso tecnológico (desenvolvimento dos meios de locomoção, indústria e comércio); e o da dominância dos motivos económicos (predominância do desejo de melhoramento dos aspectos 'materiais' da vida humana).» (Peixoto, 2004:4)

papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante.» (1969: 60)

Esta ideia de um desenvolvimento interdisciplinar do estudo das migrações sai reforçada com a visão das principais obras de referência da primeira metade do século XX.

«Numa perspectiva ampla, alguns dos trabalhos pioneiros das teorias migratórias têm uma dimensão nitidamente sociológica: é o caso do clássico de Thomas e Znaniecki, editado entre 1918 e 1920, acerca da integração dos camponeses imigrados da Europa Oriental nas cidades norte-americanas; ou de outros textos da Escola de Chicago – com destaque para os de Park –, sobretudo desde 1915, acerca da integração e conflitos urbanos, em larga parte devidos à absorção migratória. Não foi por acaso que estas obras tiveram uma apropriação por outras áreas disciplinares da sociologia, incluindo os estudos sobre a família, a ruralidade e, sobretudo, a sociologia urbana⁸. Os textos que se integraram explicitamente no domínio das migrações foram outros: a compilação de Dorothy Thomas (1938), editada no final dos anos 30, acerca da selectividade migratória – que reúne contributos provenientes de diversas áreas paradigmáticas; o texto de Zipf (1946) e os de Stouffer (1940 e 1960), acerca da relação entre mobilidade e distância e das 'oportunidades intervenientes' (*intervening opportunities*) – que se inserem na tradição aberta por Ravenstein e iniciam uma formalização matemática crescente do problema; o de Rossi (1955), acerca do ciclo de vida e mobilidade residencial urbana – que se integra explicitamente na 'investigação social' (e 'psicologia social'), embora sem grande apoio nos principais paradigmas sociológicos de então; o de Rose (1970/1958), acerca da relação entre 'distância' e 'estatuto socioeconómico dos migrantes' – que procura articular as análises quantitativas de Stouffer com a 'variável sociológica' do estatuto; ou o de Lee (1969/1966) – texto que surge numa revista de 'demografia' e procura conjugar as múltiplas referências teóricas anteriores, incluindo a de Ravenstein, numa (novamente ambiciosa) 'teoria da migração'.» (Peixoto, 2004: 5-6)

Na literatura contemporânea sobre migrações internacionais as análises dos fenómenos migratórios têm por base determinadas teorias. Não sendo nosso objectivo fazer um levantamento exaustivo da vasta bibliografia teórica sobre as causas das migrações, fazemos aqui menção às teorias mais referenciadas na fundamentação das análises dos fenómenos migratórios: alguns estudiosos analisam as migrações internacionais à luz da *Teoria Económica Neoclássica*, outros discutem ainda os movimentos

⁸ Vide Ferreira (1992) apud Peixoto (2004).

pela *Abordagem Histórico-Estrutural* e mais recentemente nos debates das tendências e desafios implícitos e explícitos nas migrações internacionais, outros autores utilizam a perspectiva da *Teoria dos Sistemas Migratórios* que inclui diversas disciplinas de modo a abranger todas as dimensões da experiência migratória (Castles & Miller, 2009).

O modelo *Neoclássico* que tem exercido uma influência dominante nas políticas migratórias de muitos países ocidentais, contempla o papel do mercado e as suas forças de atracção e repulsão (*pull & push*), dá relevo à decisão individual de migrar e tem como base a análise racional de custo/benefício que o migrante faz relativamente a esta escolha entre migrar ou permanecer no local de origem. A migração é entendida como simples somatório de indivíduos que se movem em função do diferencial entre o custo e benefício da decisão de migrar. «Segundo a teoria económica neoclássica, a principal causa da emigração é o esforço individual para maximizar rendimentos, trocando economias de baixos salários por outras de altos salários» (Borjas, 1989: 457-485). De acordo com esta teoria, o sucesso do migrante está na educação, na experiência de trabalho, domínio da língua da sociedade de acolhimento, no tempo de permanência no destino e de outros elementos do capital humano (Sasaki & Assis, 2000) que possui. Nesta perspectiva, a grande disparidade de rendimentos entre países ricos e países pobres deveria constituir razão suficiente para a 'escolha racional' de migrar. Neste modelo de mercado livre, as migrações internacionais deveriam conduzir, a longo prazo, a uma convergência de níveis salariais dos países emissores e receptores e conseqüentemente a um declínio nas migrações. Contudo, as limitações deste modelo para a explicação dos movimentos de pessoas que se verificam na realidade têm sido repetidamente demonstradas⁹, sendo muitas as críticas feitas por estudiosos das migrações ao modelo *neoclássico*:

- Segundo Castles & Miller (1998), a deficiência desta teoria encontra-se na incapacidade de explicar os movimentos existentes e na resposta insuficiente ao fenómeno pela dimensão económica das migrações, pois ao maximizar o bem-estar individual e o equilíbrio no mercado de trabalho, acaba por ter pouco valor explicativo;

⁹ Vide, por exemplo, Massey *et al.* (1998) e capítulo 2 de Castles & Miller (1998).

- Segundo Alejandro Portes¹⁰ (1995), à acção racional não deveria ser atribuída tanta relevância, uma vez que os indivíduos perante a decisão de migrar e no processo de inserção na sociedade de acolhimento são influenciados pelas suas relações sociais, não sendo esta uma decisão meramente individual. Os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos, mas como membros de estruturas sociais que afectam as suas decisões. Ao considerar os migrantes como inseridos em grupos étnicos, redes sociais e utilizando-se do capital social para o seu empreendimento migratório, Portes fornece-nos categorias analíticas que permitem compreender melhor a complexidade dos novos movimentos migratórios. No contexto de mudança das características dos fluxos, Portes propõe princípios, tais como a influência centro-periferia e o desequilíbrio estrutural, os modos de incorporação, os grupos intermediários e os enclaves étnicos e a economia informal, que questionam a perspectiva neoclássica sobre as origens da migração e a inserção económica dos imigrantes (Sasaki & Assis, 2000: 6-7). Para além do aspecto económico, os indivíduos também procuram atender às expectativas relacionadas com a comunidade a que pertencem;

- Segundo Sassen (1988), embora seja inegável que a pobreza, o desemprego e o aumento demográfico possibilitem as migrações internacionais, é importante identificar quais são os processos que afectam essas condições, criando uma situação que leva à migração. Tais processos estão relacionados com a reorganização da economia mundial nas duas últimas décadas, resultando na formação de um espaço transnacional, onde a circulação de trabalhadores é apenas um dos fluxos entre outros, como os de capital, mercadorias, serviços e informações. Nesse sentido, e perante a internacionalização da produção e a reorganização da economia mundial, o investimento estrangeiro é uma das variáveis para compreender os fluxos das migrações internacionais (Sasaki & Assis, 2000: 8). A transformação da estrutura do mercado de trabalho está intimamente relacionada com as mudanças que também ocorreram na organização industrial. É o que a autora designa por ruptura da estrutura tradicional do trabalho. Dando o exemplo da subcontratação organizada e da oportunidade para formação de pequenos negócios, defende que, em alguns casos, estes permitem que antigos sistemas de trabalho

¹⁰ O autor parte do conceito de acção social de Max Weber segundo o qual a acção individual (seja ela racional, afectiva e/ou tradicional), não pode ser dissociada do seu contexto social. Ela é produto de relações estabelecidas pelos próprios indivíduos. Isto é, não existe racionalidade humana 'isolada' sem influência de um determinado ambiente sociocultural (Santos, 2005).

doméstico, artesanal e familiar sejam reanimados e floresçam. Constatamos também que se assiste a uma proliferação de economias 'informais' e 'clandestinas' no mundo capitalista avançado que utilizam modos de produção que envolvem a exploração, principalmente nos sectores ocupacionais menos qualificados nas grandes cidades. Isso significa, portanto, que se está perante uma transformação no modo de controlo do trabalho e do emprego (Sasaki & Assis, 2000: 9);

- Segundo a abordagem económica alternativa que nos é fornecida pela 'nova economia das migrações laborais' (Stark, 1991), a decisão de migrar não é tomada pelo indivíduo de forma isolada, mas sim por unidades maiores de pessoas inter-relacionadas – famílias e comunidades – nas quais as pessoas tendem a agir colectivamente, de modo a maximizar o rendimento esperado, ao mesmo tempo que se procura minimizar os eventuais constrangimentos do mercado de trabalho (Sasaki & Assis, 2000: 7). Para além disso, esta abordagem defende que a explicação para a existência de migrações internacionais não está somente no diferencial de rendimento entre os países de origem e destino, assim como também devem ser tidos em conta outros factores como sejam as oportunidades de arranjar um emprego, a disponibilidade monetária para o empreendedorismo, a necessidade de controlar o risco a longo prazo e as remessas (Castles, 2005: 53-54). Neste sentido, para o economista Massey, a unidade de análise não é o indivíduo isolado mas sim as famílias ou outras unidades de produção e consumo culturalmente definidas; o diferencial de rendimento não é uma condição necessária para ocorrer a migração internacional, uma vez que os migrantes podem contar com incentivos para diversificar os riscos através das suas redes sociais; a migração internacional, emprego e produção local não são mutuamente possibilidades exclusivas; as políticas governamentais ocasionam mudanças económicas que afectam a distribuição de rendimentos podendo influenciar a migração internacional independente dos seus efeitos sobre o rendimento (Massey, 1997 *apud* Sasaki & Assis, 2000: 7).

A *Abordagem Histórico-Estrutural* foi formulada primeiro por cientistas sociais na América Latina e África como resposta às dificuldades encontradas na aplicação do modelo neoclássico aos países em desenvolvimento. Surgiu na década de 70 do século XX, altura em que a estagnação económica mundial evidenciou que a imigração era uma questão política relevante para os países desenvolvidos.

As suas explicações para as movimentações populacionais focam-se na influência de factores estruturais através do impacto na distribuição do trabalho e nas formas associadas de recrutamento e remuneração laborais, tais como os recrutamentos massivos de mão-de-obra feitos por autoridades e agentes económicos – ao contrário da teoria neoclássica que se concentra nas migrações individuais e voluntárias – como é exemplo o surgimento de fluxos migratórios para a Europa Ocidental no *post-* Segunda Guerra Mundial. Esta abordagem releva o papel das grandes instituições, tais como as empresas e os Estados¹¹, no processo migratório.

Dentro da perspectiva *Histórico-Estrutural*, há vários autores que dão diferentes tratamentos aos processos migratórios. No caso de Singer (1973), as migrações seriam processos historicamente condicionados por características estruturais da industrialização. As mudanças demográficas, sociais e históricas, representadas sobretudo pelo crescimento populacional (decorrente da alta taxa de fecundidade), pela modernização e pela alteração das relações de produção, seriam as principais responsáveis pela determinação da dinâmica migratória. Segundo este autor, haveria dois tipos de factores de expulsão (*push*) – os de mudança e os de estagnação – que actuariam sobre a região de origem. O autor também avalia a migração como um fenómeno estrutural e relacionado com a classe social (ou grupo) do migrante. Por ser um processo social cuja unidade actuante é o grupo e não o indivíduo, a hipótese levantada por Singer é que «(...) o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele» (Singer, 1973: 54). Isto significa que, sobretudo por razões económicas, num primeiro momento determinados grupos migravam e somente num segundo momento haveria uma selecção dentro desses mesmos grupos.

Mas há muitas outras abordagens estruturais ao estudo das migrações internas e internacionais que realçaram outros fenómenos. Assim, para além da emergência e expansão do modo de produção capitalista (Singer, 1973), estas incluem: o estilo do desenvolvimento que é prosseguido (Lopes, 1973; Portes, 1981); o papel dos países na divisão internacional do trabalho (Sassen-Koob, 1980); o desenvolvimento desigual em e entre países (Bonacich e Hirata, 1981); a articulação entre as formações do capita-

¹¹ A importância dada ao Estado pela *Abordagem Histórico-Estrutural* poderia eventualmente levar a pensar que, mudando-se as estratégias do Estado, as migrações internacionais deixariam de existir. Contudo, através da observação dos factos históricos, percebe-se que os fluxos migratórios, uma vez iniciados, desenvolvem as suas próprias dinâmicas e não são facilmente travados.

lismo e não-capitalismo e como afecta a distribuição dos alimentos e a reprodução dos custos laborais (Buroway, 1976; Wolpe, 1975) e as funções anti-cíclicas *cost-lowering* da força de trabalho migrante (Castells, 1975; Portes, 1978; Sassen-Koob, 1978) (Muniz, 2002: 303).

A *Abordagem Histórico-Estrutural* tem as suas raízes na Economia Política Marxista e na Teoria do Sistema Mundial (Wallerstein, 1979, 1986). De acordo com Castles & Miller (2009: 38), esta aproximação enfatiza a distribuição desigual do poder económico e político na economia mundial.

Com raízes firmes na tradição marxista, os 'locais' que são baseados na análise histórico-estrutural são as classes (ou fracções de classes) que constituem a formação social particular. Assim, as classes são definidas pelas relações sociais de produção. A estrutura das classes, por sua vez, é conceptualizada como uma relação exploradora que garante a apropriação desigual dos recursos naturais e o valor produzido pelo trabalho humano. O princípio é o de que a acumulação e expansão do capital são um processo que se faz através da análise de classes e grupos específicos e dos movimentos políticos e ideológicos que formam o conteúdo da História (Muniz, 2002: 302).

Para a Teoria do Sistema Mundial, a migração laboral era uma das principais formas de criação de laços de dominação entre economias capitalistas e a sua periferia subdesenvolvida (Schultz, 1973) e pontuava os interesses do capital como absolutamente determinantes, sem dar o adequado relevo aos motivos e acções dos indivíduos e grupos envolvidos. Segundo Petras (1981)¹², um dos traços principais do actual *sistema-mundo* – o capitalismo moderno – é a criação de um 'mercado de trabalho global'. O movimento global de capital e mercadorias pode ser, deste modo, relacionado com importantes fluxos de trabalho que constituem a maior parte das migrações internacionais. A razão principal dos fluxos migratórios, de acordo com Petras, é a existência de 'zonas salariais' (*wage zones*) diferenciadas. Os mecanismos específicos de desenvolvimento e subdesenvolvimento (ou de centralidade e perifericidade) levaram à criação de excedentes de mão-de-obra nas periferias, numa situação generalizada de baixos salários, e a uma necessidade de recursos humanos, acompanhada de altos salários, nos países mais desenvolvidos. Resultam daqui os sinais de propensão à migração que outras teorias (como os modelos de *push & pull*) também admitiam.

¹² A adaptação da Teoria do Sistema Mundial ao estudo das migrações internacionais tem sido realizada por vários autores. O texto de Petras (1981) é um dos mais conhecidos.

Simplesmente neste caso são forças estruturais da economia mundial que geram os diferenciais económicos e que 'transportam', de uma certa forma, os migrantes (Petras *apud* Peixoto, 2004: 26).

Tanto a Economia Política Marxista como a Teoria do Sistema Mundial foram ambas bastante criticadas por serem consideradas demasiado tendenciosas para analisar de forma adequada a complexidade das migrações contemporâneas. A juntar a estas críticas estão as inúmeras feitas também à própria Abordagem Histórico-Estrutural, entre elas as mencionadas por Muniz (2002):

- Há autores que são da opinião que esta abordagem é menos efectiva na identificação dos custos e benefícios específicos que afectam a decisão de migrar e em termos de especificar outras variáveis, como as redes sociais, que podem afectar a propensão para migrar e a direcção do fluxo migratório (Dinerman, 1978; Portes, 1978);
- A fraca conceptualização do processo de decisão é um aspecto do grande problema de identificação dos mecanismos que ligam a alteração macro-estrutural ao movimento populacional. Na medida em que a abordagem lida com os indivíduos como um todo, presume-se que o seu comportamento possa ser explicado primeiro pela localização individual dentro do sistema mais vasto;
- Ao contrário do modelo Neoclássico, a Abordagem Histórico-Estrutural no estudo das migrações é considerada mais difícil de resumir. Uma das razões é porque está presente numa variedade de modelos que incluem desde a 'teoria da dependência'¹³, o 'colonialismo interno'¹⁴, o enquadramento 'centro-perifeira'¹⁵ e, mais recentemente, a perspectiva 'acumulação global'¹⁶;
- Em vez de tratar as migrações como uma dimensão discreta da realidade social, esta abordagem assume que o movimento populacional só pode ser examinado no contexto da análise histórica das mais amplas transformações estruturais em curso numa determinada formação social (Bálan, 1973; Bálan, 1979; Lopes, 1973);
- Não há uma correlação necessária entre o destino de determinadas categorias sociais e a propensão dos indivíduos para migrar.

¹³ Vide Portes e Browning (1976) e Cardoso e Faletto (1979).

¹⁴ Vide Walton (1975).

¹⁵ Vide Cornelius e Kemper (1978).

¹⁶ Vide Portes e Walton (1981) e Sassen-Koob (1980).

- Críticos da abordagem histórico-estrutural rejeitam dados históricos de classes e conflitos de classes como preocupações metafísicas, ou como o domínio de outra disciplina, ou como um conjunto de questões que são tão problemáticas que vale a pena não as considerar. «(...) os dados não falam por si só». O uso de dados históricos para explicar acontecimentos particulares é visto como uma tentativa inválida de 'adaptar' a teoria à experiência através da introdução, no momento, de explicações *ad hoc* para anomalias empíricas (discutidos em Castells, 1980:59);
- O materialismo histórico marxista presume a hierarquia das decisões. Os elementos conceptuais do enquadramento materialista não podem ser planeados no mesmo plano teórico sem que force a estrutura subjacente da perspectiva;
- Dentro da política económica marxista, presume-se que as mudanças sociais ocorrem como resultado das 'tendências e contratendências' estruturalmente determinadas. A origem das contradições dominantes está situada na luta de classes que é ela própria modificada pelas decisões políticas e as acções de diferentes classes num determinado período histórico;
- Os padrões de migração são explicados através das alterações na organização da produção que afecta desigualmente o destino das diferentes classes sociais, mas os factores que conduzem às transformações na estrutura de produção operam em níveis muito diferentes do sistema social. A Abordagem Histórico-Estrutural enfrenta assim a tarefa de delinear o impacto na migração de forças e contraforças cujas origens existem ao nível internacional, nacional, regional e local.

Finalmente, na *Teoria dos Sistemas Migratórios*¹⁷ e de acordo com Castles & Miller (2009), um sistema migratório é constituído por dois ou mais espaços geográficos e, nesse sentido, a aproximação dos sistemas migratórios implica examinar ambos os extremos do fluxo e estudar todos os nexos entre os dois lugares envolvidos. Isto pode ser classificado como «relações e comparações Estado a Estado, ligações culturais e redes familiares e sociais» (Fawcett & Arnold *apud* Castles & Miller, 2009: 39).

Segundo esta perspectiva e de um modo geral, os movimentos são gerados pela existência de vínculos prévios entre os países de origem e de destino baseados na

¹⁷ Vide Salt (1987): 244-5, *Idem* (1989): 438-456, Kritz e Zlotnik (1992), Kritz *et al.* (1992).

colonização, na influência política, no intercâmbio e outras ligações culturais. Assim, os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema migratório particular. A existência de relações particulares (incluindo migratórias) entre regiões ou grupos de países gera, por sua vez, condições de alguma continuidade, uma vez que as decisões migratórias individuais são tomadas sob a influência desse contexto, que elas próprias contribuem para consolidar (Peixoto, 2004: 27).

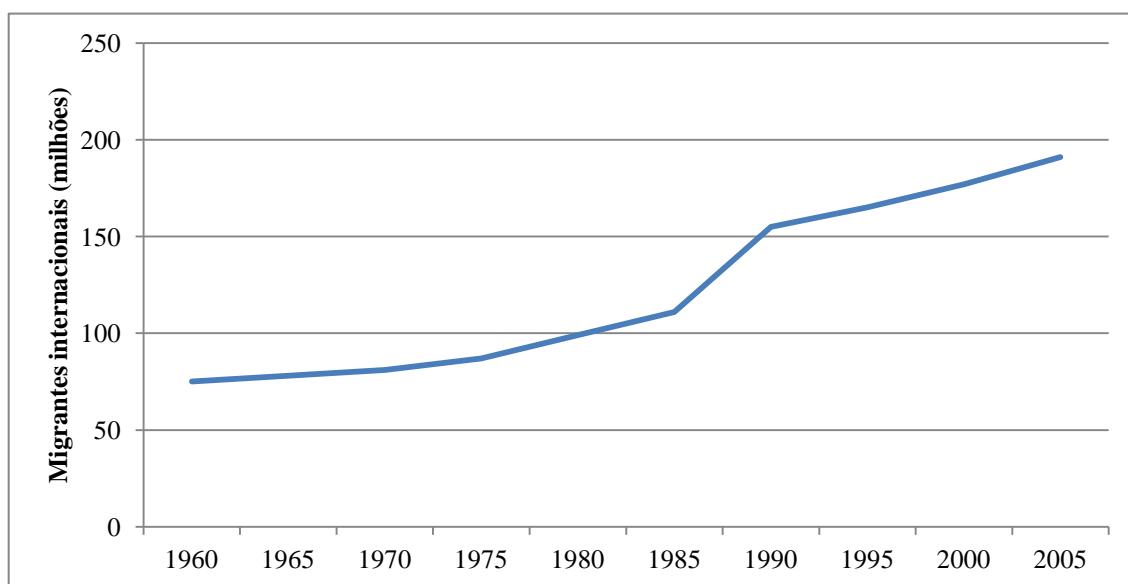
A aproximação dos sistemas migratórios é vista como parte de uma visão mais interdisciplinar que surge como uma nova corrente dominante da teoria migratória, em que qualquer movimento migratório pode ser visto como a consequência da interação entre as estruturas macro, micro e meso. Enquanto as macro-estruturas se referem a factores institucionais em grande escala, as micro-estruturas correspondem às redes, práticas e crenças dos próprios migrantes. Estes dois níveis estão vinculados por um conjunto de mecanismos intermediários que se designa de meso-estruturas (Peixoto, 2004: 39-40). As macro-estruturas são factores relativos às relações entre os Estados, no que concerne ao controlo dos fluxos migratórios estabelecido pelos países de origem e de destino. Em relação às micro-estruturas, estas referem-se às redes familiares e sociais informais desenvolvidas pelos migrantes como apoio à migração e que tornam a emigração um processo mais seguro para os migrantes e suas famílias. Nas redes informais estão incluídas as relações pessoais, os padrões de organização familiar, os vínculos de amizade e comunitários e a ajuda mútua e solidária em assuntos económicos e sociais. Estas têm um papel muito importante como fonte de informação, proporcionando-lhes um conhecimento prévio do local de destino, na capacidade de organização do projecto de migrar, na adaptação necessária à inserção num novo ambiente pelo processo de socialização. As meso-estruturas dizem respeito a factores que estão relacionados com o papel das instituições, nomeadamente da área educativa, com o papel social da organização como apoio aos estudantes nos espaços académicos. Assim, segundo a Teoria dos Sistemas Migratórios, estes três tipos de estrutura referidos – macro, micro e meso – devem ser todos interligados na análise das várias etapas do processo migratório.

Em suma, perante este leque variado de teorias, constata-se que as causas que estão por detrás das migrações internacionais contemporâneas são também elas muito diversas. Independentemente do ponto de vista, é necessário que na sua análise esteja presente o facto de estarmos perante um processo dinâmico e, como tal, é fundamental demonstrar de que modo os diferentes aspectos inseridos num determinado contexto espaço-temporal interagem entre si.

I.3. O volume

As migrações internacionais não são de todo um fenómeno novo da época contemporânea mas assumem especificidades próprias e dimensões nunca antes registadas e, em particular, de forma mais acentuada na viragem do século XX para o século XXI.

Gráfico 1. Evolução do *stock* de migrantes internacionais, 1960-2005 (milhões)



Fonte: UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2006
(elaboração da autora)

Entre 1960 e 2005, o número de migrantes internacionais¹⁸ cresceu aproximadamente 115 milhões, passando de 75 milhões para 191 milhões, correspondendo a 3% da população mundial. De 1960 a 1975 o aumento fez-se de modo gradual, tendo havido uma aceleração no crescimento que atingiu o seu valor máximo em 1990, ano em que se registou um aumento de 44 milhões de migrantes internacionais. Em 1995 o crescimento abrandou significativamente para cerca de 10 milhões, tendo tido um ligeiro aumento na década seguinte, registando-se um acréscimo de 14 milhões em 2005¹⁹.

Tabela 2. Crescimento do *stock* de migrantes internacionais, 1960-2005 (milhões)

Ano	Migrantes Internacionais	Crescimento	
		Nº	%
1960	75		
1965	78	3	0,8
1970	81	3	0,7
1975	87	6	1,3
1980	99	12	2,7
1985	111	12	2,2
1990	155	44	6,7
1995	165	10	1,3
2000	177	12	1,4
2005	191	14	1,5

Fonte: UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2006
(elaboração da autora)

Em termos geográficos, no ano de 1960, 57,3% dos migrantes internacionais (43 milhões) encontravam-se nas chamadas regiões menos desenvolvidas. Contudo, apesar de entre 1960 e finais da década de 1980 a presença de migrantes internacionais nas regiões mais desenvolvidas ter aumentado, ao mesmo tempo que nas regiões menos desenvolvidas começava a mostrar sinais de estagnação, só a partir de 1990 é que se regista uma inversão da situação. Assim, a partir de 1990, o número de migrantes internacionais nas regiões mais desenvolvidas passa a ser superior. Apesar disso, a evolução do crescimento em ambas as regiões mantém-se ascendente mas de forma muito mais acentuada nas regiões mais desenvolvidas.

¹⁸ Conceito de migração internacional, segundo a Organização Mundial das Migrações: «The movement of a person or group of persons from one geographical unit to another across an administrative or political border, who wish to settle definitively or temporarily in a place other than their place of origin».

¹⁹ Os dados mais recentes disponíveis referem-se ao ano 2005.

Tabela 3. Dimensão e crescimento do *stock* de migrantes internacionais, 1960-2005 (milhões)

Área geográfica	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Mundo	75	78	81	87	99	111	155	165	177	191
Regiões mais desenvolvidas	32	35	38	42	48	54	82	95	105	115
Regiões menos desenvolvidas	43	43	43	44	52	57	73	70	72	75

Fonte: UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2006 (elaboração da autora)

A tendência dominante a partir da última década do século XX passa a ser da migração do Hemisfério Sul (menos desenvolvido) para o Hemisfério Norte (mais desenvolvido), ao invés dos anteriores e predominantes fluxos migratórios Sul-Sul. Esta situação resultou da crescente interdependência entre os Estados causada pela liberalização económica, das contínuas disparidades de rendimentos entre os Estados, dos meios de transporte cada vez mais acessíveis e das crescentes disparidades demográficas entre países mais e menos desenvolvidos como descrito anteriormente.

Todas as regiões do mundo foram atingidas pelo intenso e crescente aumento das actividades migratórias iniciado no final do século XX. Uma região mais como fornecedoras de migrantes, outras como receptoras e ainda outras com ambas as características. O continente africano continua a ter intensas deslocações internas, sendo as sub-regiões mais afectadas a África Austral, o Magrebe e a zona ocidental. Apesar disso, passou a ter um papel fundamental como região de origem das migrações Sul-Norte. A Ásia, para além de ter uma forte componente de migração interna (particularmente a China e a Índia), tornou-se a maior fonte de migrantes internacionais, tendo especial relevância os trabalhadores temporários contratados, e cuja região de destino principal é o Médio Oriente.

Tabela 4. Os três maiores emissores de migrantes internacionais, 2005

Países	Número (milhões)
China	35
Índia	20
Filipinas	7

Fonte: UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2006 (elaboração da autora)

A Europa e a América do Norte foram as regiões onde se registaram as mais elevadas taxas de crescimento a partir de 1990 (*vide* Tabela 5), não obstante a Oceânia, a Austrália e a Nova Zelândia terem continuado a ser países de destino das migrações internacionais, em particular das provenientes da Ásia.

A Europa, apesar de ter uma dinâmica específica por causa da União Europeia e não tendo deixado de ser uma região de origem de migrantes internacionais, passou a ser uma região de destino de fluxos migratórios cada vez maior.

No continente americano, o fluxo migratório da América Latina e Caraíbas para a América do Norte tem sido contínuo ao longo dos tempos.

Entre 1990 e 2005 o número total de migrantes internacionais cresceu 36 milhões, dos quais somente 2 milhões se localizavam em regiões menos desenvolvidas. A maioria verificou-se na Europa e na América do Norte que juntas receberam cerca de 32 milhões de migrantes internacionais nesses quinze anos (*vide* Tabela 5). É necessário não deixar de considerar as migrações irregulares²⁰ que, no ano 2000 se estimou serem aproximadamente 5 milhões na Europa e 10 milhões nos E.U.A.

Assim, no ano 2005, os migrantes internacionais estavam divididos em partes quase iguais entre três tipos de fluxos: Norte-Norte (53 milhões); Norte-Sul (14 milhões); Sul-Sul (61 milhões); Sul-Norte (62 milhões) (UNDESA, 2006).

Tabela 5. Taxa de crescimento dos migrantes internacionais por região, 1960-2005

Área geográfica	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1980-85	1985-90	1990-95	1995-00	2000-05
Mundo	0,8	0,7	1,3	2,7	2,2	6,7	1,3	1,4	1,5
Regiões mais desenvolvidas	1,8	1,6	2,0	2,2	2,4	10,4	2,8	2,0	1,9
Regiões menos desenvolvidas	-0,1	0,0	0,6	3,1	2,0	2,4	-0,7	0,4	1,0
África	0,7	1,0	2,0	4,9	0,5	2,5	1,9	-1,7	0,7
América Latina e Caraíbas	-0,6	-0,6	0,2	1,1	0,6	2,2	-2,9	0,7	1,1
América do Norte	0,3	0,4	3,3	3,4	4,1	4,4	3,9	3,7	1,9
Ásia	-0,2	-0,3	0,2	2,7	2,9	2,4	-1,1	1,3	1,2
Europa	3,1	2,4	1,4	1,6	1,4	3,1	2,3	1,0	1,9
Oceânia	3,6	3,4	2,0	2,3	2,2	2,5	1,2	0,0	-0,1

Fonte: UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2006
(elaboração da autora)

²⁰ Estima-se que todos os anos atravessassem as fronteiras internacionais entre 2.5 milhões e 4 milhões de migrantes internacionais irregulares (GCIM, 2005: 81-82).

Tabela 6. Dimensão e crescimento do número de migrantes internacionais por região, 1960-2005 (milhões)

Área geográfica	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005
Mundo	75	78	81	87	99	111	155	165	177	191
África	9	9	10	11	14	14	16	18	17	17
América Latina e Caraíbas	6	6	6	6	6	6	7	6	6	7
América do Norte	13	13	13	15	18	22	28	34	40	45
Ásia	29	28	28	28	32	37	50	47	50	53
Europa	14	17	19	20	22	23	49	55	58	64
Oceânia	2	3	3	3	4	4	5	5	5	5

Fonte: *United Nations Department of Economic and Social Affairs*, 2006 (elaboração da autora)

I.4. Tipologias

Os fluxos migratórios internacionais têm apresentado características diferentes, acompanhando a evolução dos tempos. A tendência tem sido de aumento quantitativo e de maior diversidade, nomeadamente em relação ao tipo de movimentos, às causas, às motivações e aos objectivos que estão por detrás deles, como já constatámos.

Ocupando-nos de momento das tipologias das migrações internacionais, podemos dizer que não existe uma classificação geral amplamente aceite mas sim que existe um vasto conjunto de tipologias, função dos critérios e das variáveis utilizadas, entre elas o tempo, o jurídico, as motivações ou a forma (Matos, 1993; Castles, 2005; Oliveira, 2008; Santos, 2003; Castro, 2008; Pereira, 2007; IOM, n.d.). A contribuir para esta situação está a circunstância já referida de as migrações internacionais serem uma temática multidisciplinar e transversal a um número elevado de disciplinas, passando assim por um conjunto de abordagens que abrange nomeadamente a geografia, a demografia, a política, a sociologia, a economia, a medicina, a psicologia ou o direito.

Não sendo nossa pretensão apresentar uma nova tipologia ou adoptar plenamente uma das existentes, há um conjunto de variáveis, muitas vezes com designações diferentes, comum à generalidade dos autores, variáveis essas aceites de forma universal que é importante salientar. São elas o *tempo*, a *forma* e as *motivações*.

A variável *tempo* refere-se à duração e/ou periodicidade com que os indivíduos permanecem na condição de migrantes internacionais, distinguindo-se assim frequentemente os migrantes entre *permanentes* e *temporários*, dependendo da duração da estadia no local de destino. De acordo com a Organização das Nações Unidas, são considerados migrantes permanentes, aqueles que o são há pelo menos um ano. Dentro das migrações temporárias de duração variável mas inferior a um ano, distinguem-se, por um lado, as que acontecem uma vez e, por outro, as que se repetem por mais vezes. Estas podem ser circulares (ou pendulares) ou sazonais, quando ocorrem de acordo com um determinado período ou estação do ano.

Quando se fala na *forma* como a migração internacional é feita, pretende-se distinguir entre a migração *voluntária*, que parte de uma decisão livre do indivíduo, da família ou do grupo, e a migração *forçada* que é impelida por factores externos ao próprio indivíduo e que muitas vezes resulta da «necessidade de salvaguardar a vida e a liberdade individual» (Pereira, 2007: 19), como é o caso dos conflitos bélicos, das catástrofes naturais, ou por razões políticas. Dentro do grupo de migrantes voluntários podem distinguir-se (1) o imigrante permanente que tem estatuto legal de residente; (2) o trabalhador contratado a termo certo para exercer uma determinada função; (3) o emigrante que permanece estreitamente ligado, seja profissional, cultural ou pessoalmente, com o seu país de origem (relações e práticas transnacionais); (4) o profissional temporário que pertence a uma empresa multinacional que desloca determinados trabalhadores em função das suas necessidades; ou (5) o indocumentado que entrou num Estado soberano sem autorização ou conhecimento prévios das autoridades nacionais, ou que permaneceu para além do prazo estabelecido para o efeito aquando da titularidade de uma autorização de estadia. Dentro do grupo dos trabalhadores, há que distinguir entre trabalhadores com fracas qualificações e os altamente qualificados, tendo tido os primeiros um papel crucial no desenvolvimento económico *post-* Segunda Guerra Mundial e os segundos são os mais procurados actualmente.

As *motivações* frequentemente referidas que levam os indivíduos a decidir pela migração são variadas, contribuindo em muito para a existência de vários tipos de migrante. Como já anteriormente verificado, a razão de cariz económica, seja por necessidade ou seja por oportunidade, é sem dúvida a que mais tem levado o indivíduo

a optar pela emigração, o que faz com que os chamados migrantes económicos sejam claramente a maioria.

A classe dos refugiados corresponde àqueles que têm motivações de índole política ou económica, abrangendo «todos os indivíduos que, fora do seu país natal, não desejem aí regressar por temer perseguições raciais, religiosas ou políticas, e todos aqueles que, pelas mesmas razões, de lá desejem sair» (Matos, 1993: p.4). Os mesmos tipos de motivação têm os requerentes de asilo. Os refugiados e os asilados não são contabilizados no grupo dos imigrantes, são categorias distintas, e portanto não tratados no presente trabalho.

Estas três variáveis encontram-se todas interligadas e entre elas pode resultar um número elevado de combinações, como por exemplo, o caso do indivíduo que, de forma *voluntária*, emigra a fim de tentar melhorar o seu nível de vida e o da sua família que permanece no país de origem e que vai *trabalhar temporariamente* para outro país para desempenhar um função específica durante um *período limitado* de tempo; ou o caso do indivíduo que opta por ser empresário noutro país que não o de origem, que comercializa produtos e bens do seu país e que acaba por ter o seu tempo dividido por, pelo menos, dois países.

Nos últimos cinquenta anos predominaram as migrações permanentes, as migrações laborais temporárias (e os movimentos de refugiados). Contudo, a tendência nos últimos vinte anos tem sido de aumento da diversificação, da proliferação e da combinação dos tipos de fluxos (Castles, 2005). Fruto da globalização²¹, os movimentos ficaram mais facilitados e menos dispendiosos, o que fez aumentar o número de deslocações e a frequência entre países. O que até então era claro e definido, no mundo actual já não o é. Se antes era clara a linha que dividia a migração permanente da migração temporária, posteriormente houve espaço para o aumento

²¹ O conceito de globalização, amplamente utilizado nos últimos anos, traz uma longa história de desenvolvimento no sistema mundial que remonta ao aparecimento do capitalismo na Europa nos finais da Idade Média. No entanto, desde os finais do século XIX, os historiadores colocam o início da fase de globalização no capitalismo global, fortemente marcada por mudanças tecnológicas. Contudo, não existe uma definição única e universalmente aceite para globalização. Como acontece com todos os conceitos nucleares das ciências, o seu sentido exacto é contestável. Segundo Held *et al.* (1999: 21) a globalização é «um processo (ou um conjunto de processos) que incorpora a transformação da organização espacial das relações e das transacções sociais – medidas em termos de extensão, intensidade, velocidade e impacte –, gerando fluxos e redes de actividade, de interacção e de exercício de poder transcontinentais ou inter-regionais.»

de outras formas de migração, como seja a transnacional (da qual nos iremos ocupar na secção seguinte) e a circular. Desta forma, apesar de a maioria das migrações internacionais ser de carácter permanente, são cada vez mais frequentes as temporárias, circulares, transnacionais e multi-direccionais.

Outras situações que se verificam de modo mais significativo são, por um lado, o retorno dos emigrantes, fruto do desenvolvimento económico dos países de origem mas também dos incentivos dos governos ao seu retorno de modo a ajudarem no processo de desenvolvimento dos seus países de origem e, por outro, são os reformados que, com a maior facilidade de transportes e melhoria das comunicações, optam por viver em países com melhores condições de vida ao nível do clima por exemplo, procurando assim uma melhoria da qualidade de vida, com mais tranquilidade e maior diversidade de oferta para actividades de lazer.

I.5. Práticas transnacionais

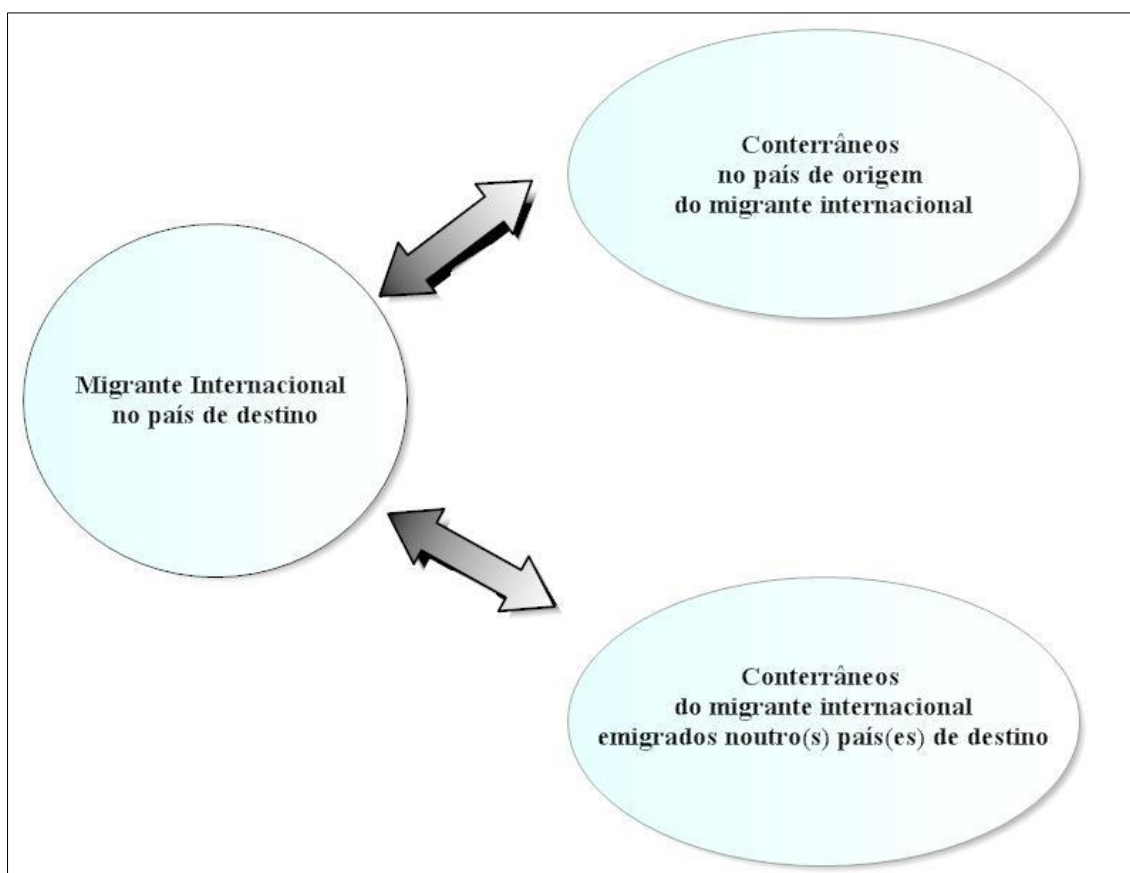
Na viragem do século XX para o século XXI as grandes alterações provocadas pela globalização são extensíveis a todos os sectores da actividade humana. «As novas tecnologias permitem a rápida transferência de capitais, bens, serviços, informações e ideias de um país e continente para outro» (GCIM, 2005:1), assim como permitem que os indivíduos se possam movimentar e comunicar de forma mais simples, mais frequente e mais barata²².

Estas facilitações da mobilidade e da comunicação – alterando a importância dos conceitos de *tempo* e de *espaço* – são também responsáveis por alterações quantitativas e qualitativas das migrações internacionais. Para além de proporcionarem ao indivíduo o contacto frequente com outras culturas diferentes, independentemente de onde se encontre, seja no país de origem seja fora dele, também contribui para

²² No caso das comunicações assistiu-se a uma verdadeira revolução. Estima-se que na última década do século XX o número de linhas telefónicas passou de 700 mil para 2,5 biliões e que o número de utilizadores de Internet passou de 1 milhão para 1 bilião (Koser, 2008b). Em relação aos custos das viagens aéreas por milha baixaram cerca de 20% entre 1930 e 1990; quanto ao custo das chamadas telefónicas, uma chamada entre Londres e New York passou de \$300 USD para \$1 USD entre 1930 e 1996 (ver 'World migration tops 120 million, says ILO', Press Release, 2 March 2000, <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/pr/2000/2.htm>).

a intensificação das relações dos migrantes internacionais com o local de origem, o que por sua vez beneficia a manutenção e revitalização das culturas dos migrantes internacionais mas, porém, é certo que pode provocar exactamente o oposto – o desprendimento e o afastamento. Para além das eventuais relações com o país de origem, estão também favorecidas as relações com conterrâneos que se encontram emigrados noutros países de destino.

Figura 1. Dinâmica das relações transnacionais do migrante internacional (elaboração da autora)



É perante estas condições que as migrações internacionais contemporâneas são mais diversificadas, passando-se de uma lógica de relações unidireccionais simples para uma lógica de relações multidireccionais complexas (Góis, 2004:7). Se até então as migrações internacionais eram sobretudo de carácter definitivo ou temporário, em que havia a deslocação do país de origem para o país de destino de forma definitiva ou então temporária (origem-destino, saída-entrada), posteriormente outras formas

passaram a ter mais relevo, tendo o fenómeno da circularidade passado a estar cada vez mais presente.

Não obstante as facilidades de deslocação e comunicacionais no contexto da globalização, as práticas transnacionais não são de todo uma novidade da última viragem de século. São exemplos documentados do passado, os migrantes checoslovacos nos E.U.A. que providenciavam propaganda e fundos de modo a ajudarem na retirada da ex-Checoslováquia do império Austro-húngaro (Wittkle, 1949 *apud* Basch, Schiller & Blanc, 2008: 265); as visitas à terra natal, por exemplo dos imigrantes irlandeses e ingleses nos E.U.A.; o envio de remessas; os irlandeses republicanos e a máfia italiana que mantinham ligações sociais, económica e políticas iniciadas no século XIX (Grillo, Riccio & Salih, 2000); os polacos emigrados nos E.U.A. que no início do século XX apoiavam cooperativas agrícolas na Polónia (Thomas & Znaniecki, 1996).

No entanto, impulsionadas pelos avanços tecnológicos no domínio dos transportes e das comunicações, as práticas transnacionais cresceram, tanto em número como em intensidade, frequência, regularidade e diversidade.

«(...) o transnacionalismo estava vivo e bem há cem anos atrás. Mas se há paralelos com o passado, há também muito que é novo no início do século XXI. Avanços nos transportes e nas comunicações tornaram possível aos imigrantes manter de forma mais frequente, imediata e próxima o contacto com as suas sociedades de origem, e em sentido real mudou as naturais ligações transnacionais.» (Foner, 2005: 9)

Talvez por terem sido práticas de carácter pontual durante muito tempo, nunca foram consideradas suficientemente relevantes para se criarem conceitos específicos para elas, apesar de terem sido devidamente documentadas. Porém, as consideráveis 'novas' práticas transnacionais do final do século XX tornaram necessária a actualização da teoria das migrações internacionais de modo a contemplar esta abordagem. É assim que, pela primeira vez, nos anos 1990, foi definido, por um grupo de antropólogas

norte-americanas, o conceito de transnacionalismo^{23 24}, dentro dos estudos das migrações internacionais: Glick-Schiller, Basch & Blanc-Szanton inicialmente definiram transnacionalismo (e transmigrantes) como

«the processes by which immigrants build social fields that link together their country of origin and their country of settlement. Immigrants who build such social fields are designated 'transmigrants'. Transmigrants develop and maintain multiple relations – familial, economic, social organizational, religious, and political that span borders. Transmigrants take actions, make decisions, and feel concerns, and develop identities within social networks that connect them to two or more societies simultaneously.» (Glick-Schiller, Basch & Blanc-Szanton, 1992: 1-2)

De então para cá, a abordagem transnacional tem sido defendida por uns e criticada por outros, tendo vindo a sofrer uma revisão substancial desde o seu início²⁵, como é de todo compreensível na elaboração teórica de um fenómeno 'novo' e portanto pouco estudado.

Uma das críticas está relacionada com a sua generalização, pois dado ser uma situação excepcional e os primeiros estudos terem tido por base estudos de caso, não se deveria fazê-lo²⁶. Nem todos os migrantes têm práticas transnacionais. Os estudos já feitos indicam que somente uma pequena parte dos migrantes internacionais é que tem práticas transnacionais consistentes²⁷;

Outros criticam a designação de *comunidade transnacional* pois não tendo todos os imigrantes práticas transnacionais não se deve também neste caso generalizar;

Outra das críticas tem a ver com a utilização do conceito de *transmigrante*²⁸, havendo autores que são da opinião de que não há necessidade de fazer essa distinção e que o termo imigrante é suficiente e não precisa de ser complementado (Castles, 2005).

²³ A origem do termo transnacionalismo é da autoria de Randolph Bourne que o utilizou pela primeira vez a expressão 'trans-national America' para designar a entrada dos imigrantes nos E.U.A. e as suas frequentes visitas às terras de origem (Bourne, 1916: 86).

²⁴ Há autores, tais como Grillo (2001) que preferem utilizar o termo *Transmigration*.

²⁵ Vide Levitt e Jaworsky (2007) e Kivisto & Faist (2009).

²⁶ Vide Guarnizo & Smith (1998), Portes (2001), Landolt (2000) e Portes, Guarnizo & Haller (2003).

²⁷ Vide Portes, Guarnizo & Haller (2002), Itzigsohn *et al.* (1999) e Guarnizo (2000).

²⁸ Glick-Schiller sugeriu que a utilização do termo *transmigrante* para designar o indivíduo que vive a sua vida a cruzar fronteiras geográficas, desenvolvendo redes sociais, familiares, políticas, económicas e religiosas que os ligam a dois ou mais Estados (1999: 203).

Críticas à parte, é indiscutível a importância da abordagem às práticas transnacionais que permitiu saber de que forma, ao longo do tempo, os indivíduos têm vindo a estar ligados ao seu país de origem e de qual a relevância desta ligação tanto na sociedade de origem como nas sociedades de destino e consequentes impactos, nomeadamente económico, social ou cultural. Ficou assim favorecida a relação entre origem e destino, começando a haver uma complementaridade entre os estudos de imigração e os de emigração, deixando ambos de serem vistos e considerados como fenómenos separados. Para além disso, surgiu também a necessidade de substituir o Estado, como unidade de análise, pelo indivíduo e as suas redes sociais.

Considera-se então, indo ao encontro da opinião de Kivisto & Faist (2009), que o transnacionalismo é o modo de ligação entre o país de origem e as sociedades de acolhimento, nas várias facetas da vida social – familiar, cultural, económica, política, religiosa ou outras – em que essas relações sociais e simbólicas se caracterizam por serem densas e fortes e se fazem ao longo do tempo e através do espaço. Estão ligadas através de trocas, reciprocidade e solidariedade que permitem atingir um grau de coesão social elevado e um conjunto de representações simbólicas e colectivas. Independentemente da frequência maior ou menor das práticas transnacionais, sejam elas contactos, viagens, actividades, padrões de vida, ideias ou ideologias, que abrangem tanto a sociedade de origem como a(s) de acolhimento.

Estando assim criadas condições que facilitam as práticas transnacionais, as razões que levam os imigrantes a desenvolvê-las parecem ser inúmeras e distingue-os entre si. Estudos empíricos demonstraram que, em certos casos, esta 'opção' se faz como oposição à assimilação como modo de incorporação na sociedade de acolhimento ou a formas de exclusão social e discriminação (Vancea, 2005). Muitos são também os migrantes, com capital económico disponível, que desenvolvem práticas transnacionais de cariz económico, como oportunidade de melhorar a sua qualidade de vida ou como expansão empresarial, tanto no país de origem como no(s) país(es) de acolhimento. Há ainda outros indivíduos, frequentemente repetidos na literatura²⁹, que vêem nas práticas transnacionais um instrumento de melhoria do seu estatuto social.

Entre as razões que levam à tomada de práticas transnacionais verifica-se que umas são previamente planeadas e outras são espontâneas, fruto das condições

²⁹ Vide Fouron & Glick Schiller (2001), Georges (1992), Goldring (1998), Guarnizo (1994), Mahler (2001), Ong (1992) e Smith (1998).

da(s) sociedade(s) de acolhimento mas também das redes sociais que os migrantes fazem parte e do seu capital social. Verifica-se então que há migrantes que vão desenvolvendo práticas transnacionais frequentes ao longo do seu percurso migratório e há outros que iniciam a emigração de forma transnacional, como estratégia planeada.

No que respeita às condições que proporcionam aos migrantes a tomada de práticas transnacionais, há estudos que sugerem que os imigrantes que se encontram 'bem incorporados' na sociedade de acolhimento estão por essa razão mais aptos para desenvolver práticas transnacionais (Portes, Guarnizo & Haller, 2003). Porém, há também quem sugira que os imigrantes com níveis mais elevados de capital social são mais propensos para desenvolver práticas transnacionais (Portes, Guarnizo & Landolt, 1999).

Quanto às práticas transnacionais propriamente ditas, estas são muito diversas e heterogéneas, havendo umas mais complexas que outras. Na vida social dos migrantes internacionais são desenvolvidas acções que passam por telefonemas internacionais, faxes, emails, Internet, TV satélite, acesso a eventos na sua terra de origem, diferentes formas de turismo internacional, acordos e negociações com organizações internacionais e Organizações Não Governamentais. No âmbito económico, as remessas regulares, as mercadorias transportadas de forma ocasional pelos migrantes internacionais, seja para venda seja para oferta, e os investimentos imobiliários em terrenos, habitação ou negócios no local de origem são algumas das actividades económicas desenvolvidas. No domínio político, as actividades passam nomeadamente pela participação em campanhas eleitorais nos países de origem e de destino, assim como o exercício do direito de voto em eleições locais no país de acolhimento e eleições nacionais no país de origem. Ao nível cívico-societal, as práticas e interacções transnacionais vão desde a organização de campeonatos desportivos, até à participação em grupos religiosos e associações que prosseguem fins relacionados com o desenvolvimento dos locais de origem. Em termos culturais, a assistência de espectáculos musicais ou de dança de grupos relacionados com o país de origem e a leitura de obras produzidas na sociedade de origem são algumas das práticas transnacionais

desenvolvidas³⁰. Porém, também existem práticas transnacionais ilícitas como o tráfico de drogas, armas, materiais nucleares e de pessoas³¹.

Para estes migrantes, as práticas transnacionais entre duas ou mais sociedades incorporadas em redes sociais acabam por representar o seu quadro de referência e são o elemento central das suas vidas. Muitos destes migrantes são bilingues e movem-se frequentemente entre pelo menos dois países onde mantêm interesses sociais, económicos, políticos ou culturais³².

No entanto, apesar das existentes condições facilitadoras de práticas transnacionais na Sociedade actual que permitem manter relações com o país de origem, nem todos (poucos) os migrantes o fazem. Uns porque não podem, outros porque não querem. No caso das relações económicas porque não podem, porque não têm capital económico disponível, por si só potenciador de determinadas práticas transnacionais como o envio de remessas ou de investimento. Porque não querem, mais frequentemente no caso das relações sociais e culturais. Em conformidade e de acordo com estudos de caso á realizados, a maior intensidade das práticas transnacionais refere-se a actividades sociais e culturais.

I.5.1. Os novos espaços sociais, as redes sociais e o capital social

As práticas transnacionais que se tornam parte da rotina da vida social dos migrantes internacionais constroem-se e desenvolvem-se em *espaços sociais*³³ que atravessam as fronteiras nacionais. Estes têm várias designações, sendo

³⁰ Vide Portes (1997): 71 e Portes, Guarnizo & Landolt (1999): 222.

³¹ Vide Williams e Savona (1996), Stares (1996) e Castells (1996).

³² Vide Portes, Guarnizo & Haller, (2003): 1212 e Portes (1997): 812.

³³ A temática dos espaços sociais é abordada por um vasto conjunto de obras publicadas, das quais destacamos Beck (2000); Guarnizo & Smith (1998); Urry (2000); Robertson (1992); Pries (2000); Massey (1994); Castells (1996); Levitt & Glick-Schiller (2004); Faist (2000a), Kivisto & Faist (2009).

denominados por «Transnational Social Field»³⁴, ou «Transnational Social Space»³⁵, ou «Transnational Social Formation»³⁶ ou simplesmente por campos ou espaços sociais, consoante os autores.

Neste contexto, espaço não é equivalente a lugar, tem um significado social que vai para além da territorialidade e inclui não somente recursos físicos mas também várias estruturas oportunas, a vida social e as imagens subjectivas, valores e significados que os vários lugares representam para os migrantes (Kivisto & Faist, 2009).

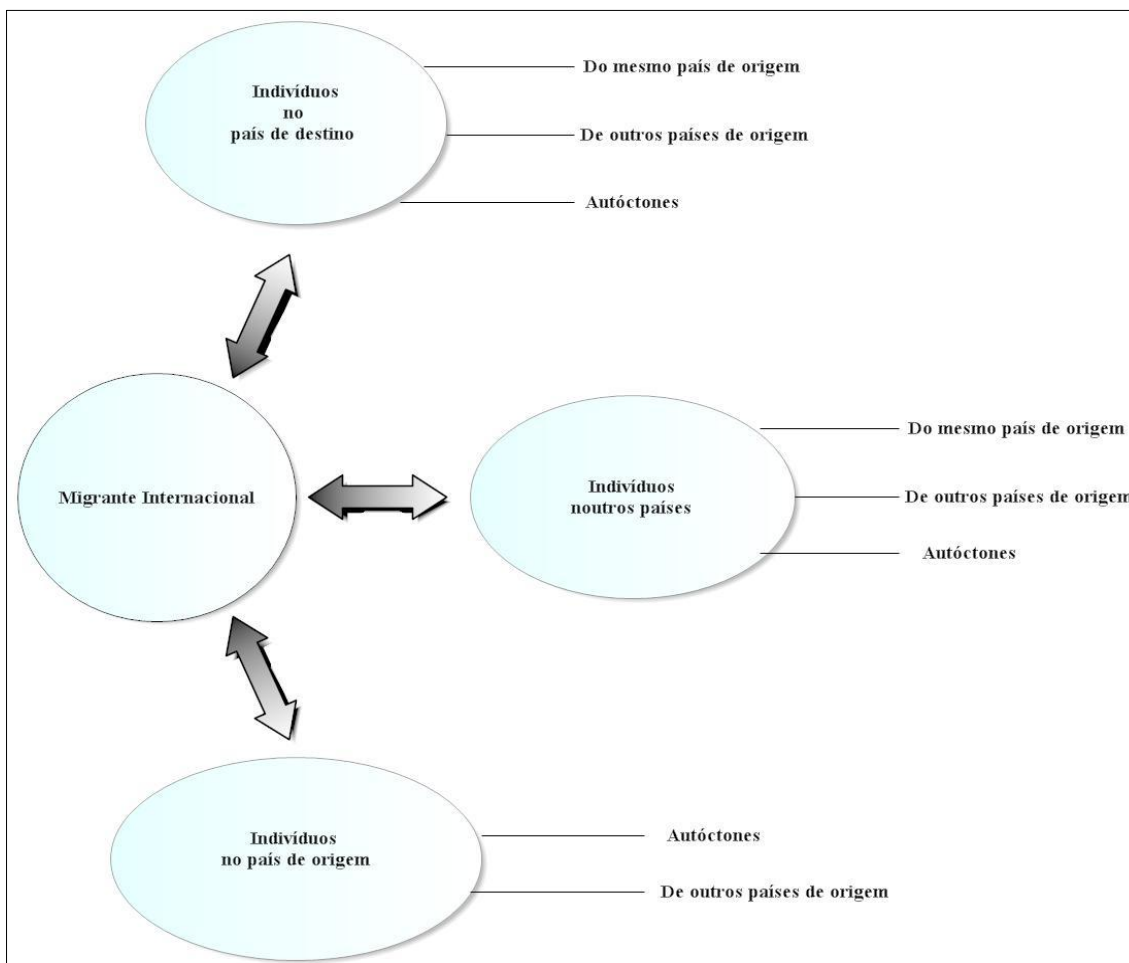
É neste *novo espaço social* não limitado pelas fronteiras físicas dos Estados que se desenvolve uma dinâmica entre o migrante que se encontra no(s) seu(s) local(es) de destino, indivíduos que se encontram no país de origem e indivíduos que se encontram num eventual segundo (ou mais) lugar de destino, independentemente das suas origens. São então estes diferentes locais que compõem o espaço social dos migrantes e onde são levadas a cabo práticas transnacionais que fazem parte das suas rotinas. Para além das relações transnacionais, não se pode deixar de salientar o facto de o migrante também estabelecer uma eventual dinâmica com indivíduos no país de destino, sejam eles oriundos do mesmo país/região de origem, outros imigrantes ou autóctones. Todas estas relações são igualmente relevantes para a vida do migrante.

³⁴ Este conceito é o mais referido pela literatura da especialidade, como por exemplo, Glick-Schiller, Basch & Blanc-Szanton (1992); Basch, Glick-Schiller & Szanton Blanc (1994); Glick-Schiller (1999); Glick-Schiller (2000).

³⁵ Kivisto & Faist identificam 3 tipos de espaços sociais transnacionais, cada um com um laço característico: (1) Grupos familiares são baseados em laços de reciprocidade e também podem ser vistos como remessas; (2) Circuitos transnacionais, em contraste, requerem relações de troca instrumentais como aquelas que estruturam redes de negócios; (3) Comunidades transnacionais são baseadas na solidariedade derivada da concepção partilhada de identidade colectiva, estas comunidades constituem um paralelo com as comunidades étnicas localizadas num lugar em vez de um espaço transnacional (2009: 195).

³⁶ Vide Guarnizo (2000): 4.

Figura 2. Dinâmica das relações do migrante internacional no século XXI
(elaboração da autora)



Para além disso, é na partilha deste espaço social que se gera o sentido de pertença nos indivíduos que constroem assim uma *rede social*.

«(...) La pertenencia es definida por los mismos migrantes a partir de la expansión territorial de sus redes sociales, las cuales se estructuran transnacionalmente a través de sus prácticas (Smith, 1995). En tal sentido, esta pertenencia llega a ser substantiva, y no sólo declarativa, en la medida en que permite trastocar la percepción de las presencias físicas y contiguas por la de presencias imaginadas y simbólicas.» (Canales & Zlolniski, 2000: 234)

No contexto das migrações internacionais e neste caso particular daquelas em que há práticas transnacionais, estas redes sociais, que podem ser designadamente familiares, de vizinhança, empresariais, institucionais ou associativas, têm um papel

importante em vários momentos, minimizando o risco inerente à migração. Quando um indivíduo decide emigrar, a escolha do lugar de destino assim como o planeamento da viagem, a obtenção de informações, o processo de instalação tanto em termos habitacionais como laborais, as oportunidades de negócio, o apoio financeiro e a assistência administrativa passam pelo apoio da rede social. Já depois de instalados no destino, os recursos disponíveis na rede social continuam a ser importantes. A circulação de bens e serviços, o apoio económico e social são disso exemplo. Assim como aquando de um eventual retorno ao país de origem.³⁷

É assim que o *capital social* decorrente de relações sociais duráveis baseadas na cooperação, na confiança e na reciprocidade e no entendimento mútuo das normas e valores por parte dos indivíduos que compõem as redes sociais representa a capacidade de mobilização dos recursos da rede social.

Bourdieu considera o capital social como um agregado de recursos que se estabelecem através de redes de relações duradouras, onde existe conhecimento e reconhecimento mútuo, enquanto para James Coleman são estruturas que facilitam as acções dos indivíduos no interior de uma determinada estrutura ou meio social (*apud* C6, 2007). Portes (1995: 12), na mesma linha de Coleman (1998), define capital social como «The capacity of individuals to command scarce resources by virtue of their membership in networks or broader social structures. (...) The resources themselves are *not* social capital; the concept refers instead to the individual's *ability* to mobilize them on demand». O autor Robert Putman que tratou o conceito de capital social de forma ampla e aplicada desde 1993, considera que «Whereas physical capital refers to physical objects and human capital refers to properties of individual, social capital refers to connections among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them.» (Putman, 2000:19)

No contexto das práticas transnacionais, a rede social é entendida como um conceito que abarca o surgimento e a manutenção dos vínculos sociais, económicos, culturais e simbólicos que os imigrantes mantêm através do tempo e do espaço com o país de origem. Do mesmo modo, a prática destas acções e os intercâmbios transnacionais fortalecem a rede social. Há assim uma estreita relação entre a migração

³⁷ Vide, por exemplo, Vertovec (2002), Massey *et al.* (1993), Meyer (2001), Koser (2008a), Poros (2001).

internacional e a rede social, sendo portanto a migração um processo «that both depends on, and creates, social networks» (Portes, 1995: 12).

Porém, as redes sociais e o capital social no contexto das práticas transnacionais levadas a cabo pelos migrantes não têm somente aspectos positivos. Há que referir que a dinâmica destas redes de cooperação, confiança e reciprocidade entre os indivíduos que fazem parte da mesma rede social também pode restringir a liberdade dos indivíduos assim como pode levar à reprodução de tensões, conflitos e contradições que contribuem para recriar o marco da desigualdade estrutural que condiciona a reprodução social dos seus membros.

«En el caso de la desigualdad social, por ejemplo, ésta es creada y reproducida en la medida que las redes sociales a la vez que configuran redes de inclusión social (...), también configuran formas de exclusión (...). Cada forma de inclusión es también una forma de exclusión. Esto es, la red social permite el acceso a determinados flujos de información, intercambios, y posicionamientos sociales. Pero es también una forma de exclusión en un doble sentido. Por un lado, excluye y margina a otros individuos que no pertenecen a la red social, a la comunidad, y por otro, también impide que los miembros de la comunidad accedan a otras redes de información e intercambios. De esta forma, las redes sociales a la vez que se extienden y modifican, recrean distintas formas de desigualdad.» (Canales & Zolniski, 2000: 238)

Portes também chama a atenção para eventuais efeitos negativos do capital social, uma vez que, ao permitir o reconhecimento através de certos critérios de homogeneidade, onde reina a solidariedade partilhada, pode vedar a terceiros o acesso a várias oportunidades (Portes, 1998).

Apesar de em termos absolutos o número de imigrantes que desenvolvem práticas transnacionais estar longe de corresponder à maioria dos imigrantes internacionais, tudo indica que estas se venham a desenvolver cada vez mais. A mudança de visão por parte dos Estados, em particular dos grandes emissores de migrantes internacionais, em relação aos seus nacionais que se encontram no exterior contribui em muito para essa situação. As suas iniciativas, nomeadamente políticas, assim o indicam. Em muitos casos, os emigrantes são considerados um instrumento político e/ou económico, como é o caso dos chineses (o qual abordaremos mais adiante) e dos indianos, muito relevante para o desenvolvimento nacional do país de origem.

Olhando especificamente para a área económica, os empresários transnacionais – «imigrantes independentes cujas actividades empresariais requerem viagens frequentes ao estrangeiro e cujo sucesso das suas empresas depende dos contactos e associações noutra país, primariamente do seu país de origem» (Portes, Guarnizo & Haller, 2002: 287) –, apesar de ainda não muito representativos em termos absolutos³⁸, começam a ter uma importância muito significativa, tendo vindo a despertar grande interesse por parte dos países de origem como das sociedades de acolhimento. É disso exemplo o caso dos emigrantes chineses de que nos ocuparemos em particular no desenvolvimento deste trabalho.

I.6. Modos de incorporação dos imigrantes nas sociedades de acolhimento

Tem havido, ao longo dos tempos, um largo confronto de filosofias, políticas, conceitos e opiniões sobre a temática relativa à presença de imigrantes ‘dentro dos Estados’.

Integração tem sido o termo mais utilizado na literatura sobre imigração para designar o processo dinâmico de incorporação dos imigrantes na sociedade de acolhimento mas, não obstante a sua utilização generalizada, não tem sido de todo consensual.

Vejamos então a evolução da utilização do conceito de integração, conceito este que não teve uma definição única ao longo dos tempos desde que foi utilizado pela primeira vez na primeira metade do século XIX até ao início do século XXI.

A formulação clássica do conceito de integração e o seu relacionamento com as dinâmicas de mudança social que deram origem à modernidade remontam ao século XIX, a Auguste Comte (1835).

«Interrogando-se sobre como é assegurada a integração entre as partes numa sociedade caracterizada por processos de crescente diferenciação funcional, (...) argumentou que a organização social seria mantida pelo incremento da interdependência sistémica, pelo alargamento das funções de coordenação via

³⁸ Num estudo realizado por Portes, Guarnizo & Haller (2002), os autores concluíram que a percentagem de imigrantes de cada grupo que correspondia a empresários transnacionais era muito pequena: salvadorenhos 5.3%, dominicanos 4.8%, colombianos 4.3%, de um total de 5.1%.

centralização da autoridade e pelo desenvolvimento de um moral comum entre os seus membros» (Pires, 2003: 14).

No começo do século XX (1902), Émile Durkheim contribuiu para o aprofundamento do conceito de integração,

«realçando, sobretudo, a relação entre os processos de diferenciação e os de crescente generalização/abstractização dos sistemas simbólicos (e em especial do sistema de valores), por um lado, e os modos de especificação normativa das relações inter e intra-unidades do sistema, por outro». (Pires, 2003: 14)

Já no século XXI, vários autores são da opinião de que a integração é um processo de adaptação criativa às condições de vida locais e à (re)construção colectiva e cooperativa dos territórios onde vivem, envolvendo um processo de aprendizagem mútua, feito de cooperação e conflito, diálogo e troca de saberes, experiências e práticas culturais entre indivíduos, grupos sociais ou comunidades étnicas que partilham o mesmo espaço geográfico (Ang, 2003; Koff, 2003; White, 1999; *Idem*, 2002).

Demetrios Papademetriou (2003) define integração como o processo de inter-acção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade de acolhimento, pelo qual, ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada formam um todo integrado. O autor enfatiza a diversidade de intervenientes no processo de integração: imigrantes, governos, instituições e comunidades locais.

Por sua vez, a União Europeia designa por integração o processo dinâmico e bidireccional de adaptação mútua de todos os imigrantes e residentes nos Estados-Membros e onde é requerido a participação de ambas as partes³⁹.

Porém, apesar de ainda muito utilizado, continua a existir muita discordância à volta da utilização do termo *integração*. Muitas vezes, ao conceito de integração é atribuída uma conotação negativa que está relacionada com a associação ao conceito de *assimilação*, como se de sinónimos se tratassem, apesar de a integração corresponder

³⁹ Este princípio foi identificado e adoptado pelo Conselho Europeu nas conclusões da Conferência de Tessalónica em Junho de 2003.

ao processo em si e a assimilação ser um dos seus modelos, entre muitos outros como de seguida veremos.

Para além disso, quando se fala de integração e se tem presente o seu significado literal, inevitavelmente é-lhe atribuída uma relação desequilibrada entre as partes, neste caso, entre os nacionais de um Estado e os imigrantes – *nós* e os *outros* –, estando subentendida a 'obrigação' de a parte minoritária se submeter ao sistema normativo dominante, havendo assim uma relação entre dominador e dominado que é obviamente desequilibrada. Por mais que se tente contornar a conotação negativa atribuída à integração, mesmo através do acrescento de novos significados ao conceito de integração no contexto das migrações internacionais, não se pode contornar o facto de a sua definição designar a *inserção de uma parte num todo*. Em todas as definições de integração são referidas acções como entrada, adaptação, inclusão, insinuação⁴⁰.

É assim, portanto, importante que a conceptualização do fenómeno em causa acompanhe a evolução que o mesmo tem sofrido ao longo dos tempos. Com isto pretende-se dizer que no presente século XXI a presença de imigrantes nas sociedades de acolhimento é algo diferente do que existia até então, e que por isso faz sentido e torna-se necessário fazer uso de um outro conceito que melhor defina o processo em causa e à volta do qual haja um consenso generalizado e que não seja pejorativo. Em conformidade, se é correcto falar-se em integração quando nos referimos aos séculos anteriores, o mesmo não acontece quando nos referimos às novas formas de inserção do século XXI.

Posto isto, parece haver razões de sobra que justifiquem *per se* a criação de um novo conceito ou a utilização de um outro conceito já existente que exprima de forma mais correcta, precisa e literal o processo em questão no actual período temporal. Neste sentido, o conceito existente que se apresenta como melhor opção e do qual fazemos uso, é o de *incorporação*⁴¹, uma vez que contempla a ideia de *simbiose* que muito bem define o processo subjacente. Neste, está vincada a importância de todas as partes no todo e não há qualquer tipo de 'vestígios etnocêntricos'.

⁴⁰ Definição de integração: acto de entrar num grupo, acto de se adaptar a uma sociedade (Dicionário Farlex, 2009); acto ou efeito de integrar ou integrar-se; inclusão; adaptação; metido dentro (Dicionário Porto Editora, 2009). Integrar: tornar inteiro; incluir num todo; completar; fazer-se parte integrante de; insinuar-se. Do latim *integrare*, 'integrar, restaurar' (Dicionário Porto Editora, 2009).

⁴¹ Por definição, *incorporação* designa o acto ou efeito de incorporar, de misturar que visa «juntar num só corpo; reunir; dar forma corpórea a; fazer parte; reunir-se; ingressar». Do latim *incorporare* (Dicionário Porto Editora, 2009).

De modo a compreender-se de forma clara esta escolha pela *incorporação*, far-se-á de seguida uma breve abordagem à simbiose.

A simbiose consiste numa

«(...) relação mutuamente vantajosa entre dois ou mais organismos vivos de espécies diferentes. Na relação simbiótica, os organismos agem activamente em conjunto para proveito mútuo, o que pode acarretar especializações funcionais de cada espécie envolvida. (...) A simbiose implica uma inter-relação de tal forma íntima entre os organismos envolvidos que se torna obrigatória.» (Dicionário Aurélio, 2010)

O termo simbiose começou por ser utilizado pelas Ciências Biológicas⁴² ainda nos finais do século XIX. Apesar de ter sido Albert Bernhard Frank a propor o termo 'Symbiotismus'⁴³ pela primeira vez em 1877, a autoria do termo é atribuída a Anton de Bary, um ano mais tarde⁴⁴. Na mesma linha, Andreas Franz Wilhelm Schimper, sugeriu a natureza simbiótica da célula vegetal⁴⁵, em 1883. Já no início do século XX,

⁴² Dois exemplos de casos clássicos para a compreensão do conceito de simbiose: (i) «Orquídeas e muitas outras espécies de hábito epifítico habitam locais ricos em matéria orgânica, mas pobres em sais minerais. No entanto, as suas raízes (frequentemente apresentando um tecido esponjoso, o velame) abrigam fungos do tipo Micorriza, que atacam a matéria orgânica do substrato e a decompõem na forma de sais minerais, que podem assim ser assimilados pelos vegetais. Em contrapartida, as plantas realizam a fotossíntese e sintetizam moléculas orgânicas, como carboidratos e aminoácidos, essenciais à sobrevivência dos fungos. (ii) As mitocôndrias vivem no interior das células eucarióticas, produzindo energia na forma de ATP, numa estreita relação simbiótica. Essa relação é tão forte que a célula e a mitocôndria não conseguem viver separados. Acredita-se que as mitocôndrias eram organismos que viviam isolados no exterior das células e que foram incorporadas por algumas células, criando uma forte relação entre os dois organismos: a célula fornece alimento e um ambiente seguro para o desenvolvimento e reprodução da mitocôndria e esta se responsabiliza pelo fornecimento de energia da célula. Uma prova disso seria o facto de a mitocôndria ter material genético próprio (o DNA mitocondrial).» (Wikipedia, 2010)

⁴³ «We must bring all the cases where two different species live on or in one another under a comprehensive concept which does not consider the role which the two individuals play but is based on the mere coexistence and for which the term Symbiosis [Symbiotismus] is to be recommended.» (Frank, *apud* Sapp, 1994: 7)

⁴⁴ Anton De Bary, botânico e microbiologista alemão, fez uso do termo simbiose (*symbiose*) numa comunicação intitulada «O fenómeno da simbiose» apresentada no encontro geral de naturalistas e físicos alemães em Cassel em 1878, definindo-a como «The living together of unlike named organisms». Neste primeiro texto De Bary não referiu Albert Bernhard Frank, só o tendo feito em textos posteriores. (Sapp, 1994: 7)

⁴⁵ «Should it be definitively proven that the plastids are not formed a new in the egg cells, then their relationship to the organism that contains them would more or less remind us of a symbiosis. It is possible that the green plants indeed owe their origin to the union of a colourless organism with one evenly stained with chlorophyll.» (Schimper *apud* Sapp, 1994: 41)

na Rússia, Andrei Sergeevich Famintsyn e Konstantine Mereshkowsky, que propôs o termo 'symbiogenesis' em 1910⁴⁶, desenvolvem o seu trabalho à luz desta perspectiva.

Porém, tendo como pano de fundo o Liberalismo, o termo simbiose e os conceitos a ele associados sofreram uma forte oposição na primeira metade do século XX, tendo sido desenvolvidos (sobretudo por anarquistas), tal como o conceito de mutualismo⁴⁷, contemporaneamente aos ideais anarquistas (Sapp, 1994). Neste contexto, a ideia de incorporação harmoniosa entre organismos diferentes não era bem acolhida numa ideologia que postulava a luta individual pela vida e a competição e o conflito entre organismos, acabando a comunidade científica, avessa a qualquer tipo de alterações evolutivas, por considerar a simbiose como não tendo qualquer tipo de papel significativo na Evolução.

Foi só durante a segunda metade no século XX (1970), com a bióloga Lynn Margulis, através da sua obra «The Origin of Eukaryotic Cells», que se deu o renascimento da simbiose. Posteriormente, na sua obra «Symbiotic Planet: A new look at evolution» (1998), a microbióloga e prémio Nobel, onde faz um balanço dos resultados dos seus estudos, descreve o processo de evolução da vida no planeta, que, na sua opinião, se deu por cooperação e não por competição, como simbiótico e desdobra as implicações da simbiose para além da célula, indo até os ecossistemas. Ressalva o facto de qualquer forma de vida ser de certa forma igual sem que nenhuma possa ser considerada superior a outra. De acordo com o pensamento da autora, somos todos seres simbiotes⁴⁸ num planeta simbiótico, carecendo de relações mútuas para a sobrevivência e evolução. A perpetuação e evolução da vida deu-se dessa forma e a sua continuidade dependerá de entendermos esse jogo de relações simbióticas e aplicá-lo na

⁴⁶ Mereshkowsky definiu a simbiogénese como «the origin of organisms through the combination or association of two or more beings that enter in symbiosis.» (Mereshkowsky, 1920: 65 *apud* Sapp, Carrapiço & Zolotonosov, 2002: 425)

⁴⁷ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) defendia «teorias como mutualismo e federalismo que exerceram um profundo efeito no crescimento do socialismo e anarquismo como movimentos de massas.» As ideias de Proudhon davam especial ênfase nos diferentes aspectos do mutualismo, onde todas as trocas de serviços deveriam ser estritamente equivalentes. Em 1871 a comuna toma o controlo de Paris e manifesta um ponto de vista claramente Proudhiano, em que um sistema cooperativo e mutualista poderia substituir o capitalismo o que foi expresso numa palavra de ordem: «A abolição da exploração do Homem pelo Homem, último vestígio da escravatura.» Também Peter Kropotkin, (1842-1921), anarquista russo na sua obra «Mutual Aid: A Factor of Evolution» (1902), defende que «no mundo animal a sociabilidade, cooperação e entre ajuda são o factor evolutivo mais importante e que conduziu aos grupos animais mais desenvolvidos e inteligentes. A ajuda mútua é o factor de evolução por excelência.» (Calado, n.d.)

⁴⁸ *Simbionte* é um adjectivo usado na Biologia e pretende designar um indivíduo associado em simbiose com outro indivíduo.

nossa relação com a natureza que, de forma geral, nos últimos anos foi 'inferiorizada' pelo ideal antropocêntrico.

Transpondo este tipo de relação para o caso da incorporação de imigrantes nas sociedades de acolhimento, e da convivência entre indivíduos com culturas distintas de um modo geral, obtém-se assim um processo interactivo harmonioso entre pessoas de diferentes culturas, no qual existe de facto igualdade entre as partes, reconhecimento de ganho mútuo na convivência com outras culturas diferentes e em que a competição é substituída pela cooperação e articulação, sem haver contudo pretensão de obter uma cultura homogénea.

O modo como os imigrantes se incorporam num determinado espaço social, que é desde logo complexo, multifacetado e dinâmico, resulta de um conjunto vasto de variáveis que vão desde a influência da macroestrutura económica, social, política e institucional dos países de destino em geral e das especificidades dos contextos locais de fixação em particular que muitas vezes acabam por ter mais influência que as próprias políticas nacionais (Koff, 2003) e que passam pelo sistema político local, os preconceitos existentes e as atitudes e formas de acolhimento (boa recepção, indiferente, ou contestada) passando também pelos efeitos da evolução dos tempos e das respectivas conjunturas, até às não menos importantes características dos fluxos imigratórios e seus imigrantes.

É desta forma que as condições à disposição dos imigrantes no momento da chegada têm uma importância relevante no sucesso (ou não) do processo de incorporação. Os ambientes hostis aos imigrantes tendem a dificultar a interacção e a acentuar as diferenças com a população local, potenciando tensões e conflitos que comprometem o desenvolvimento de sociedades que se pretendem cada vez mais coesas.

I.6.1. Os modelos de integração/incorporação dos imigrantes no século XX e no século XXI

Apesar destas muitas variáveis, a assimilação, a exclusão diferencial, a etnicização e, sobretudo, o multiculturalismo foram os modelos de integração que dominaram as abordagens académicas e políticas no século XX. Não sendo propósito deste trabalho ocupar-se do estudo detalhado dos modelos de integração, aprez fazer uma breve abordagem aos principais modelos do século passado dando maior ênfase ao modelo multicultural, modelo este que foi adoptado pelos maiores países de imigração e aquele que continua mais presente no século XXI.

Quanto ao modelo *assimilacionista* que parte do pressuposto de que existe uma aproximação do migrante aos quadros de referência da sociedade de acolhimento, há várias abordagens. Para Alba e Nee, «(...) em termos mais gerais, a assimilação pode ser definida como o declínio e, no seu término, o desaparecimento das distinções étnicas e raciais e das diferenças sociais e culturais que as expressam» (Alba e Nee, 1997: 863 *apud* Pires, 2003: 97-98). Já para Castles, «a *assimilação* significa encorajar os imigrantes a aprender a língua nacional e a aprender os hábitos sociais e culturais da comunidade que os acolhe» (2005: 106). Portes (1999) defende que a assimilação significou desde sempre a incorporação dos imigrantes num segmento específico da sociedade. Há ainda autores que identificam *assimilação* como homogeneização⁴⁹, como é o caso de Kasal (1995) – tendo-se, contudo, verificado ao longo dos tempos que a assimilação como processo de homogeneização cultural, do chamado *melting pot*, não seria viável –, outros que definem assimilação como um processo de incremento da similitude (Brubaker, 2001), outros ainda, como a Escola de Chicago, que defendem que o que está em causa é a construção de referências de uma pertença nacional comum (Park e Burgess, 1921: 735 *apud* Pires, 2003). Segundo Pires (2003), o conceito de assimilação, na sua génese, não assume a conotação negativa actualmente percebida. Isto é, por assimilação não se entende homogeneização dos grupos porque estes trazem

⁴⁹ Nesta linha, Portes e Zhou (1993) utilizam o conceito de 'assimilação segmentada' que se define na assimilação de diferentes populações imigrantes por referência a diferentes subpopulações da sociedade de destino.

diferença e diversidade para a sociedade de acolhimento, porque ela própria não é homogénea. Nesta perspectiva, Pires considera que

«(...) o que está em causa no processo de assimilação é a construção das referências de uma pertença nacional comum, não a homogeneização cultural de um espaço social diferenciado. Ou seja, e ao contrário do que sustenta Brubaker (2001:534), a definição clássica do conceito de assimilação remete muito mais para as dinâmicas identitárias que para as de homogeneização. Nem podia, aliás, ser de outra forma, pois não se percebe como é que a integração dos imigrantes implicaria homogeneização, quando, neste processo, o que está em causa é a sua inclusão em sociedades heterogéneas.» (2003: 97)

Relativamente ao modelo de *exclusão diferencial*, de acordo com a opinião de Castles, este tem em comum com o modelo de assimilação o princípio de que os imigrantes não devem «produzir mudanças sociais e culturais significativas na sociedade de acolhimento» (Castles, 2005: 108). À luz deste modelo, a imigração é vista pelas autoridades «como uma ameaça à integridade da nação, com o potencial de a enfraquecer seriamente na eventualidade de uma recessão económica, de uma guerra ou da ocorrência de outra qualquer catástrofe» (*Idem, Ibidem*). Para além disso, este modelo também considera a imigração como temporal e funcional, considerando os imigrantes meramente como trabalhadores temporários.

A *etnicização* parte do pressuposto de que existe uma segmentação, existindo uma fraca aproximação do migrante aos quadros pre-existentes da sociedade de acolhimento, podendo este criar novos quadros ou aproximar-se daqueles criados pela sua etnia (Pires, 2003), resultado do confronto entre imigrantes e sociedade de acolhimento. No decorrer do tempo, vão-se dando mudanças tanto ao nível da intensidade e do âmbito como no interior das populações imigrantes (Vermeulen, 2001).

Finalmente, o *multiculturalismo* consiste num modelo que pressupõe que os diferentes grupos étnicos estão sujeitos aos seus próprios códigos de conduta, coexistindo de modo concordante e separadamente no seio da sociedade de acolhimento. «O multiculturalismo implica o abandono do mito do Estado-nação homogéneo e monocultural, e significa o reconhecimento dos direitos de preservação da cultura e de formação de comunidades, associando-os à igualdade social e à protecção face à discriminação.» (Castles, 2005: 66) O multiculturalismo visa resistir à homogeneidade cultural, a uma cultura única, ao mesmo tempo que reduz a importância das outras

culturas distintas da cultura dominante. Pode ser considerado como uma forma de controlar a diferença no quadro do Estado-nação, por não pôr em causa o princípio territorial e porque «(...) perpetua a ideia de uma pertença primária a uma sociedade e de uma lealdade para com um único Estado-nação» (Castles, 2005: 109). Neste sentido, as políticas multiculturais fazem recair o processo de integração para o lado da etnicização, limitando, desta forma (paradoxal) a diversidade, uma vez que as fronteiras dos grupos/etnias são claramente definidas, limitando-se assim o cruzamento e a variedade culturais.

Vários Estados, uns por terem vindo a considerar a assimilação um modelo injusto e na tentativa de lutarem contra a discriminação e a dominação branca, outros porque foram levados a isso, optaram, na década de 1980, por implementar políticas multiculturais, como foi o caso do Canadá (desde 1982), E.U.A., Austrália, África do Sul, Colômbia, Paraguai, Grã-Bretanha, França, Holanda e Suécia (apesar de o Canadá, Austrália e Suécia terem sido os únicos Estados a assumirem como oficial a política de multiculturalismo).

Contudo, as diferenças nos países que adoptaram o modelo multicultural são muito significativas, sobretudo entre os países que se construíram sobre a imigração e que, desde logo, se assumiram como países de imigração, como é o caso do Canadá, E.U.A. e Austrália, e os países europeus que, apesar de não se considerarem como países de imigração, contam com a presença de um grande número de imigrantes no seu território.

Uma das grandes diferenças entre estes dois grupos tem a ver com o tipo de problemas relacionados com a imigração. De um modo geral, nos países europeus esses problemas estão relacionados com a religião, enquanto nos outros é a questão racial que está no centro das tensões.

O Canadá, com uma política de imigração selectiva, dando preferência aos trabalhadores qualificados, está assim a contribuir para que os imigrantes sejam vistos como algo positivo pela opinião pública que concorda com o aumento da imigração.

Na Austrália, se numa primeira fase imperou a assimilação dos aborígenes, depois da Segunda Grande Guerra a raça foi substituída pela cultura e o país adoptou o modelo multicultural, no qual as normas sociais, valores e modos de vida passaram a ter uma

concepção mais pluralista, em conformidade com a realidade cujo suporte social provinha de grupos sociais, agências e instituições étnicas.

No caso destes dois países, as suas características geográficas são vincadamente relevantes para o processo de incorporação, uma vez que ao ser-lhes possível fazer um controlo de entradas eficaz e conseqüentemente controlar a imigração ilegal, conseguem assim oferecer mais e melhores condições de vida aos recém-chegados, o que traz benefícios a nível da qualidade de vida da população em geral, contribuindo desde logo para a coesão social.

Infelizmente esta situação não se estende aos E.U.A., nação que se depara com graves dificuldades no controlo fronteiriço com o México de onde provêm milhares de pessoas anualmente que continuam a engrossar o número de ilegais. Aqui, a religião também não é de um modo geral um foco de tensões e conflitos (apesar dos acontecimentos do *11 de Setembro de 2001* terem sido associados ao Islão), situação que é beneficiária da distinção bastante clara entre religião e poder.

Já na Europa, como referido, as tensões e conflitos sociais estão associadas sobretudo à questão religiosa e em especial no Reino Unido, França e Holanda, países que adoptaram políticas multiculturais.

No caso do Reino Unido, a imigração vinda das colónias foi fundamental para o processo de reconstrução no *post-* Segunda Guerra Mundial. Na altura, esta era uma população que se encontrava em desvantagem, face à denominada população branca. Neste contexto, as minorias étnicas presentes no território começaram a organizar-se, dando origem ao surgimento de grupos étnicos distintos da maioria nos mais diversos segmentos da sociedade, tais como partidos políticos, associações, escolas ou hospitais, tendo sido iniciado este modelo multicultural, primeiro a nível local e só posteriormente se alargou a nível nacional. Em conformidade, surgiram medidas e políticas que acompanharam esta tendência de separação por parte das minorias étnicas. Há que salientar a circunstância de o Reino Unido ser composto por diferentes países, o que não deixa de ter influência no tratamento de questões relativas à imigração e conseqüentemente no modo como os imigrantes são integrados (porque neste caso é de facto de integração que se trata e não de incorporação) na sociedade de acolhimento. São todos considerados cidadãos britânicos apesar de participarem nos diversos sectores da sociedade de forma separada/diferenciada. No início do século XXI, o modelo

multicultural começou a ser criticado no seio da sociedade britânica, começando a ser-lhe apontadas fraquezas. O paradigma do multiculturalismo foi substituído pelo paradigma do islamismo, como consequência do clima de tensão existente causado pelas exigências dos islamistas que pretendem ver o islamismo reconhecido como uma das religiões do Estado. A pretensão da institucionalização do Islão causa desconforto no seio do Estado, não podendo deixar de se considerar o facto de no Reino Unido a religião não estar separada do poder.

Quanto ao caso holandês, não há consenso no que respeita ao modelo de integração anteriormente existente. Autores como Joppke, Koopmans, Sniderman e Hagendoorn são da opinião que durante cerca de dez anos, entre as décadas de 1980 e de 1990, o modelo foi multicultural e onde havia a emancipação do grupo e não do indivíduo. Mas outros, como Jan Duyvendak, defendem que não existiram políticas multiculturais. Duyvendak é da opinião de que o que existiu estava mais próximo da aculturação, tendo havido uma tentativa de 'transformar' os imigrantes em pessoas mais holandesas. Posteriormente, a situação alterou-se e a partir da segunda metade da década de 1990 existiu um modelo pluralista. Contudo, a Holanda caminhou no sentido de uma sociedade culturalmente mais homogénea e mais uniforme, passando a valorizar cada vez mais a identidade nacional. Em pleno século XXI, define-se como uma sociedade avançada e com valores progressistas, como no caso de temas como o género e o sexo, mas a posição progressista e monocultural do Estado holandês cria problemas de relacionamento com os islamistas que são manifestamente conservadores. A pretensão da Holanda de querer que toda a sociedade siga o mesmo caminho não é bem acolhida pelos islamistas e a intolerância ao pluralismo tem gerado tensões sociais, assistindo-se a um aumento da discriminação, de sentimentos de exclusão e de riscos de radicalização. Os problemas de relacionamento giram todos à volta da cultura e da religião. Há um sentimento de receio generalizado em relação aos muçulmanos.

Em França, políticas multiculturais emergiram como estratégia para lidar com particulares problemas políticos e sociais existentes na sociedade francesa na segunda metade do século XX. Até então, o modelo republicano de integração consistiu num projecto de assimilação cívica e étnica a uma nação (Payet, 2005) que pretendia 'transformar' os imigrantes em franceses. Porém, na década de 1960, este projecto ficou seriamente comprometido, na medida em que se achava que os imigrantes mais recentes

não europeus⁵⁰ não eram passíveis de ser assimilados e que portanto as políticas assimilacionistas já não eram eficazes. Estavam assim criadas condições para o surgimento de organizações étnicas que tomaram o papel de intermediário entre o indivíduo e o colectivo nacional, o que não existia até então. Foi neste contexto que na década de 1970 se assistiu ao reforço da vertente diferenciadora em detrimento da vertente universalista nos mais diversos sectores da sociedade (Lorcerie, 2001 e 2003; Payet, 1996 e 2000c *apud* Payet, 2005), assim como passou a ser tida em consideração a dimensão étnica. Durante as últimas três décadas, as diversas questões relativas à imigração em França que foram colocadas levam a crer que os valores republicanos continuam a ser considerados pelo Estado francês como fundamentais, assistindo-se mesmo a uma valorização do nacionalismo no início do século XXI: na década de 1980 surgiu a questão da nacionalidade; no final dos anos 1990, princípio do século XIX a anti-discriminação; entre 2002 e 2005 o secularismo (islão, género, igualdade, poligamia), e posteriormente a questão da identidade nacional como civilização e moral. É assim que os conflitos e as tensões sociais relacionadas com a imigração são vistos pela França como um problema de identidade causado pelas diferentes identidades dos imigrantes. Porém, esta posição vincadamente nacionalista entra em contradição (e não é certamente compatível) com o próprio desenvolvimento da Sociedade actual em que cada vez mais se fala nos benefícios mútuos do contacto entre culturas diferentes.

Por fim, há que referir que uma década depois da sua implementação, o modelo multicultural começou a ser contestado, tendo sido acusado de criar desigualdades, incompreensões e litígios sociais entre os diferentes grupos presentes no local de acolhimento e de não dar relevância à cidadania e às relações sociais. «A face oculta deste multiculturalismo é o risco de encerramento de cada cultura numa experiência particular incomunicável. Uma tal fragmentação cultural levar-nos-ia a um mundo de seitas e à recusa de qualquer norma social.» (Touraine, 1998: 217)

⁵⁰ No século XX, existiram cinco vagas de imigração para França, quatro das quais originárias de países europeus: (i) A primeira parte do século foi dominada pela imigração vinda da Bélgica e da Itália à qual se seguiu (ii) a imigração de polacos (e em simultâneo ocorreu a 'imigração interna' da colónia francesa argelina) e depois da Segunda Grande Guerra Mundial, (iii) iniciou-se a emigração portuguesa rumo a França. Na segunda metade dos anos 1960, surgiu uma nova vaga de imigração mas desta vez não europeia, originária sim das (iv) colónias francesas localizadas no norte de África (Schain, 2004).

Na abordagem desta problemática da incorporação (integração) dos imigrantes nas sociedades de acolhimento não podemos deixar de olhar para o passado para identificar as suas raízes e assim poder compreender o fenómeno. Ao fazê-lo, verifica-se que, ao longo dos séculos, as sociedades humanas sempre conheceram o fenómeno da dominação entre pessoas.

«Mesmo na *polis* grega, animada pelo ideal de democracia, havia homens e sub-homens. Aquela era constituída apenas pelos que gozavam da liberdade e podiam entregar-se à 'ociosidade', com base numa suficiência de bens. A seu lado, coexistiam os que eram dotados de um estatuto inferior.» (Fernandes, 1995: 7)

Nessa altura, a relação desequilibrada entre indivíduos não tinha fundamentos racistas nem mesmo religiosos como veio a acontecer mais tarde, pois, muitas vezes, povos da mesma matriz racial guerreavam entre si e o dominado passava a ser cativo do dominador, ou ainda como aconteceu na Índia com o sistema de castas.

Foi na Idade Média que se desenvolveu o sentimento de superioridade de cariz religioso e o fundamento racista remonta ao século XIX.

No início dos Descobrimentos, os primeiros contactos havidos entre conquistadores portugueses e africanos não contaram com tensões ou conflitos de origem racial. Os africanos fizeram acordos comerciais com os europeus que incluíam o comércio de escravos que, naquela época, era uma forma aceite de aumentar o número de trabalhadores numa sociedade e não uma questão racial. Porém, no séc. XIX, o desenvolvimento industrial fez com que os países mais industrializados procurassem não só alargar os seus impérios coloniais, mas também reforçar o domínio sobre os países menos desenvolvidos. Foi assim que, aquando da colonização europeia dos continentes africano e americano no século XIX, se fez uso, pela primeira vez, de explicações de cariz racista para justificar a imposição das leis e modos de vida europeus aos povos autóctones e desse modo assegurarem-se regalias aos colonos europeus. Foi nessa época que se tornou frequente a distinção entre raças inferiores – índios e negros – e superiores – os brancos.

«Em Julho de 1885 realizou-se em França, na Câmara dos Deputados, um grande debate sobre política colonial. Em 28 de Julho discursou o deputado Jules Ferry:

As raças superiores têm o direito em relação às raças inferiores. Têm um direito e um dever. Têm o dever de as civilizar.

Jornal da Câmara dos Deputados, 1885»

Esta situação de superioridade europeia e de imposição de valores culturais e religiosos europeus estendeu-se ao século XX, motivada principalmente por razões económicas. Foi neste contexto que a corrida a África continuou. As colónias continuavam a ser muito vantajosas sobretudo do ponto de vista económico, apresentando-se como uma fonte barata de matérias-primas (cujo lucro não beneficiava os nativos mas sim os colonos europeus), um mercado preferencial para escoar a produção das metrópoles, um bom local para investir capitais em actividades lucrativas e também serviu para desanuviar a pressão demográfica que se fazia sentir em algumas metrópoles.

Este breve olhar sobre o passado permite-nos encontrar a origem dos 'vestígios etnocêntricos' que ainda perduram no dealbar do século XXI e que tanto prejudicam a interacção entre indivíduos com culturas diferentes.

Porém, apesar de essa existência persistir, ganharam especial relevo outras formas de incorporação dos imigrantes na sociedade de acolhimento com novas dimensões fundamentais, onde o conceito de *interculturalidade* tem um papel crucial. Inevitavelmente, as bases em que assentam os modelos de integração predominantes até então encontram-se enfraquecidas.

Antes de passarmos a esta nova realidade, é importante salientar que *interculturalidade* não corresponde de todo a *multiculturalidade*. Por vezes têm surgido contradições e discordâncias nesse sentido. Segundo Miquel Alsina (1997 *apud* Pierobon, 2006:57), um dos primeiros autores que se debruçou sobre a temática da interculturalidade, «(..) o multiculturalismo corresponde à coexistência de distintas culturas num mesmo espaço real, enquanto que a interculturalidade representa as relações efectivadas entre elas próprias». Numa sociedade multicultural as culturas presentes são estáticas, não havendo uma relação dinâmica entre elas, contrariamente ao que está subjacente ao conceito de interculturalidade.

A diversidade cultural e a perspectiva intercultural

A diversidade cultural que caracteriza a maioria das sociedades modernas, culturalmente abertas, obriga a alterações sociais de modo a desenvolverem-se novas formas de convivência, assim como a alterações ao nível institucional que acompanhem esta nova realidade social, como já referido anteriormente. Surge assim a necessidade, por parte dos Estados (mas também a nível individual), de desenvolver competências interculturais e capacidades de adaptação a diferentes cenários sociais, fruto da presença constante, e não meramente pontual, de diferentes culturas.

O aumento e a mudança de composição das migrações internacionais, sejam elas voluntárias ou forçadas, vieram acelerar as alterações na relação entre os indivíduos no espaço social (partilhem estes a mesma cultura ou não). O contacto frequente entre indivíduos de culturas diferentes de que atrás falávamos, assim como as interligações e interdependências crescentes entre si, espalharam-se praticamente a todos os Estados. O tempo em que o indivíduo, de um modo geral, via o 'outro' do lado de lá da fronteira já se encontra distante e cada vez mais o espaço social conta com a presença de um leque mais vasto de diferentes 'outros'.

Habitado a desenvolver-se dentro de uma cultura identitária, o indivíduo tem dificuldade em considerar a convivência com outras culturas diferentes como uma riqueza. Neste contacto com o 'outro', em regra, sobressaem as diferenças, mais do que o reconhecimento das semelhanças. As sociedades na viragem do século XX para o século XXI, e em particular as ocidentais, deparam-se, como já vimos, com tensões e conflitos sociais em parte de cariz religioso. A actual intolerância existente em relação ao 'outro' resulta do medo, receio e temor do desconhecido e tem raízes na intolerância cultural que caracterizou a época em que os Estados-nação se formaram; as invasões napoleónicas destruíram as soberanias e o orgulho de vários povos e deram origem ao desenvolvimento do nacionalismo e conseqüente valorização do Estado-Nação.

Para mudar o rumo desta convivência que se verifica extremamente conflituosa e perigosa em termos sociais, há que mudar do *paradigma da superioridade cultural* para o *paradigma da igualdade cultural*, em que a cooperação, o consenso e a tolerância são conceitos práticos indispensáveis ao equilíbrio das sociedades.

Portanto, perante um modelo de sociedade actual marcado pela diversidade cultural, parece inevitável que se pense e se aja de forma intercultural, não fazendo assim sentido criar um sistema específico para os imigrantes mas sim criar um sistema único concebido para todos, partindo-se do princípio que a diversidade cultural é uma das características comuns das sociedades actuais.

A perspectiva intercultural baseia-se na procura do conhecimento cruzado entre as várias culturas presentes na sociedade e também no respeito mútuo entre elas e sujeita a códigos e sistemas de leis. Transmite a ideia de diversidade, reconhecendo que se vive em sociedades mais complexas onde é importante que seja criado um espaço comum para as diferentes culturas presentes, o que se obtém através da interacção e do diálogo intra- e entre- culturas que proporciona simultaneamente um maior e melhor conhecimento de si e dos outros.

Em conformidade, a interculturalidade pressupõe uma mentalidade (intercultural) baseada na compreensão pela diversidade, no respeito e na defesa da igualdade e na interacção cultural, permitindo (i) a diversidade na unidade, (ii) deixar de se considerar a cultura da sociedade de acolhimento como a cultura de referência enquanto a cultura do imigrante é relegada para segundo plano sem ser apreendida e aceite, e ainda (iii) ver a presença de diferentes culturas como um enriquecimento para todos.

Contudo, isto não presume que não haja tensões, conflitos, desigualdades nas relações entre indivíduos ou grupos de culturas diferentes. No entanto, uma sociedade intercultural parte do pressuposto que para se constituir uma sociedade pluralista (e democrática), o diálogo com o outro, os confrontos entre os diferentes grupos sociais e culturais fazem parte do processo e são fundamentais para o enriquecimento quer pessoal, quer colectivo das nossas identidades, das nossas maneiras de ver o mundo, enfim, da própria Humanidade. Conforme Candau:

«A interculturalidade aposta na relação entre grupos sociais e étnicos. Não elude os conflitos. Enfrenta a conflitividade inerente a essas relações. Favorece os processos de negociação cultural, a construção de identidades de ‘fronteira’, ‘híbridas’, plurais e dinâmicas, nas diferentes dimensões da dinâmica social.» (2001)

Esta nova realidade acompanha assim a evolução da sociedade na qual as novas tecnologias de comunicação e a facilidade de acesso aos transportes permitiram fluxos mais frequentes de pessoas, de bens, mas também de ideias e símbolos culturais que trouxeram novas características aos fluxos migratórios internacionais, alterando igualmente o seu próprio contexto. Consequentemente, a diversidade de origens dos indivíduos nas sociedades em geral aumentou, o que já fez com que certos governos passassem a ter uma abordagem diferente em relação aos imigrantes, dando um especial enfoque à perspectiva intercultural no processo de incorporação e tendo como meta global proporcionar as condições necessárias para os imigrantes fazerem parte do todo. Embora mantendo a dimensão socioeconómica particular importância, passaram-se a valorizar mais as áreas, cívica, cultural e política. O acesso às instituições, aos bens e aos serviços públicos e privados por parte dos imigrantes, assim como a participação cívica, numa base de igualdade face aos cidadãos nacionais, passou a ser (pelo menos) considerado essencial. Estando, portanto, as diferentes dimensões da incorporação inter-relacionadas.

«Por exemplo, os empregos revelam-se de enorme valor e importância para o desenvolvimento da língua e de uma competência cultural mais alargada, para além de conduzirem ao estabelecimento de relações sociais. Por sua vez, as relações sociais fazem aumentar as oportunidades económicas. A língua é útil no mercado de trabalho, para além de proporcionar mais oportunidades de educação, indicando simultaneamente conhecimento da população e sociedade anfitriãs.» (Comunidades Europeias, 2004:11)

Numa sociedade cada vez mais diversificada e dinâmica, torna-se assim indispensável contribuir para a construção de uma relação harmoniosa entre indivíduos com culturas diferentes. Iniciativas, nomeadamente políticas, que compreendam a diversidade cultural e que favoreçam a participação de todos os cidadãos, permitindo a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz, contribuem inevitavelmente para um ambiente social harmonioso.

Está assim identificado um conjunto de princípios, medidas e directrizes de cariz intercultural indispensável para uma incorporação mais harmoniosa dos imigrantes nas sociedades de acolhimento. Contudo, há ainda um longo caminho a percorrer nesse

sentido quando olhamos para a prática. A observação da realidade na viragem do século XX para o século XXI leva-nos a crer que muitas alterações têm de ser feitas, nomeadamente no que respeita à actual valorização do nacionalismo por parte de determinados Estados (como é o caso da França e da Holanda), porque é claramente contraditória com o percurso desejável e que se deve fazer mas também com as características do mundo actual, profundamente marcado pela globalização. Porém, cabe à Sociedade e a cada um de nós a não menor tarefa de retirar o semblante negativo da dicotomia 'nós e o outro' sem que isso implique uma anulação ou homogeneização cultural. Para tal será necessário, cada vez mais, enfatizar-se a importância do contacto com culturas diferentes para o enriquecimento do indivíduo e das diferentes sociedades, indo-se, desta forma, ao encontro dos novos elementos que caracterizam as sociedades do século XXI – problemática de que nos ocuparemos de forma mais detalhada no item seguinte.

«Neste contexto, a interculturalidade alude a um tipo de sociedade emergente, em que as comunidades étnicas, os grupos e classes sociais se reconhecem nas suas diferenças, e buscam uma mútua compreensão e valorização do outro. O prefixo 'inter' expressa, antes de tudo, uma interacção positiva que concretamente se expressa numa busca de suprimir as barreiras entre os povos, as comunidades étnicas e os grupos humanos, quaisquer que sejam os seus traços identitários. Supõe-se, assim, que a busca de instâncias dialogais esteja focada na aceitação mútua e na colaboração entre culturas que se entrecruzam. Deve ser, portanto, uma proposta teórica destinada a responder aos desafios de uma sociedade pluricultural que sobretudo seja válida para sentar as bases de uma forma de convivência humana.» (Ventura, 2009: 1-2)

Ainda relativamente à incorporação de imigrantes nas sociedades de acolhimento é importante abordar-se a problemática referente à modelização das novas formas que a incorporação apresenta. Apesar de já existirem, de facto, novas formas, ainda não foram definidos os respectivos modelos.

Os países do Sul da Europa ilustram bem esta situação em que, embora haja um conjunto de práticas relativas ao processo de incorporação dos imigrantes, não estão definidos os modelos porque, ao não corresponderem a nenhum dos modelos existentes, é preciso (ou não) criar uma designação para eles e provavelmente isso ainda não aconteceu pela simples razão de não ter havido o necessário distanciamento temporal suficiente para tal. Esta situação é fruto das circunstâncias de serem países onde

o fenómeno da imigração é algo recente e que não foi previamente planeado, não tendo passado tempo suficiente para se pensar num modelo. Simplesmente agiu-se.

Porém, esta realidade leva-nos a pensar se afinal ainda faz sentido continuar a falar-se de modelos de incorporação e qual a sua eventual importância para o processo em si. Estamos perante um mundo em que cada país tem as suas características próprias que têm de ser tomadas em consideração, que vão desde o contexto político, legislativo, económico, social, à sua história, passando pela presença de uma diversidade de culturas, etnias e religiões, e que dificilmente se compadecem com a implementação de um modelo, que por definição é rígido. Estas características têm um papel central na forma como a incorporação se desenvolve, o que provavelmente faz com que acabe por não ser fundamental continuar a definir modelos mas mais importante que isso é ter o conjunto de princípios, medidas e directrizes de cariz intercultural de que falávamos e que este se torne prioritário e 'obrigatório' para todos. Só assim se conseguirá caminhar para a construção de sociedades verdadeiramente *simbióticas*.

I.7. Novas características societais: implicações nas bases do Estado-nação

Perante uma Sociedade em que as migrações internacionais são um fenómeno constante, surge a necessidade premente, por parte dos Estados, incluindo os tendencialmente conservadores, de uma adaptação das suas bases à nova realidade do século XXI, em que as migrações internacionais devem ser incluídas nas suas configurações.

A intensificação e facilitação das migrações internacionais e a consequente presença de múltiplas culturas nas nações têm vindo, neste último virar de século, a 'ameaçar' o conceito de Estado-nação e a desvalorizar as bases em que este se fundamenta.

O Estado-nação surgiu como unidade política e cultural em reacção à Revolução Francesa, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX, num contexto de emergência da ideologia nacionalista e de intolerância cultural. Tradicionalmente, o Estado-nação é formado por um povo étnico-culturalmente homogéneo delimitado por um espaço territorial bem definido por fronteiras físicas.

Implicando a homogeneidade cultural a exclusão de todos os que são diferentes, logo dos imigrantes, aquela não faz sentido (nem nunca fez) e não seria possível actualmente, num mundo em que a imigração e a inerente diversidade cultural estão presentes em todos os países.

Porém, essa homogeneidade étnico-cultural não tem passado de um mito.

Não sendo os elementos culturais estáticos, estes têm passado por alterações, parte delas fruto da diversidade cultural trazida pelas migrações internacionais às sociedades com as quais contactam contribuindo, inevitavelmente, para uma cultura heterogénea.

«A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o género humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza. Nesse sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.» (UNESCO, 2002)

É indiscutível que as migrações internacionais têm contribuído para a evolução cultural dos indivíduos, das nações, dos Estados e dos Estados-nação, sobretudo no caso das sociedades que (mais) acolhem imigrantes em número significativo. Com a globalização, este processo foi acelerado, fruto da maior mobilidade e interdependência que a caracterizam.

Muitas vezes, estas alterações trazidas pelos imigrantes são vistas como uma ameaça e não como um contributo muito valioso para a evolução cultural colectiva e individual. Porém, este fenómeno não é novo, sempre aconteceu, de uma forma mais lenta é certo, não havendo, por vezes, consciência dos seus efeitos na formação da própria cultura em si e da sua evolução. É importante ter presente que não há culturas 'puras', que estas não são estáticas – apesar de terem elementos estáticos e exclusivos que devem ser preservados – e portanto, vão evoluindo no percurso da História.

«A criação cultural é, ao mesmo tempo, preservação e transformação. Como dizia Hegel, *Aufheben* é transformar para conservar. A única maneira de conservar é transformar. A única maneira de manter vivo o passado cultural é transformá-lo, criar o novo a partir das antigas formas culturais.» (Caldera, n.d.)

Evidentemente que a globalização de uma forma geral e em especial as migrações internacionais aceleraram as alterações culturais das sociedades mas não se pode atribuir-lhes a responsabilidade da alteração de algo inalterável. As culturas contemporâneas são o resultado dos acontecimentos pelos quais passaram ao longo da sua existência e portanto, não são e nunca foram estanques. É neste processo evolutivo que o contacto entre culturas distintas é de facto uma fonte de riqueza cultural. Cada cultura tem elementos exclusivos, que é o que a distingue das demais, mas tem também outros elementos que podem e devem ser trocados, apropriados e transformados, nomeadamente através do contacto com outras culturas.

A cultura portuguesa é um bom exemplo para ilustrar o contributo do contacto com outras culturas na sua evolução ao longo dos tempos que, apesar de ter sido acelerada pela globalização, já existia, como podemos ver no caso das principais características da cultura portuguesa nos séculos XV e XVI.

«A sua [de Portugal] estrutura política assentava num modelo de relacionamento de matriz feudo-vassálica, que havia sido trazido pelos povos germânicos, aquando da queda do Império Romano, mas o Direito e a Religião eram herdeiros sobretudo das tradições de Roma. A Filosofia e a Ciência, por sua vez, tinham as suas origens no legado grego (...). A religião predominante tivera as suas origens na Ásia, da confluência da tradição judaica com o pensamento original de Jesus Cristo (em que encontramos referências éticas comuns ao pensamento budista e taoista, por exemplo), e que depois se havia moldado ao pensamento helénico e, no Ocidente, à tradição latina e ao pensamento pagão pré-existente. A religião, só por si, era, pois, o resultado de um longo e complexo encontro de culturas, que decorrera basicamente, ao longo do primeiro milénio da Era Cristã.» (Castles, 2005: 39)

É desta forma que se pode verificar que qualquer cultura é *per se* híbrida⁵¹. Composta por vários elementos, uns exclusivos que se vão perpetuando ao longo do tempo e que são transmitidos de geração em geração e outros novos, muitas vezes resultado do contacto com diferentes culturas, que vão sendo incorporados, transformados ou não, e que mais tarde acabarão por se tornar também eles próprios exclusivos. Não há assim a anulação dos tais elementos exclusivos de cada cultura.

⁵¹ Híbrido, do latim *hibrida*. Na Biologia, diz-se que é um animal resultado do cruzamento de espécies diferentes, que é resultante de alguma mistura de raças (exemplo: *a mula é um animal híbrido*), ou que tem elementos diferentes na sua composição. Em Gramática, diz-se de, ou composto de, elementos de diferentes línguas. Na indústria automóvel, designa o veículo que utiliza mais do que uma fonte de energia para o seu funcionamento. (Bernd, n.d.)

É um processo positivo de evolução da cultura em que há a preservação dos elementos existentes, ao mesmo tempo que o contacto, por vezes tenso e conflituoso, entre culturas diferentes proporciona a criação de elementos novos ou a incorporação de elementos dessas outras culturas.

Há autores, como Néstor Canclini⁵², filósofo e antropólogo argentino radicado no México, que designam este processo por *hibridação cultural*. Para Canclini é a relação entre as culturas nas sociedades actuais que forma uma nova cultura, esta híbrida. O autor entende que a hibridação cultural abrange «processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objectos e práticas». (Canclini, 2001: XIX)

Porém, estando de acordo com a utilização de *hibridação cultural* para o desígnio do processo em causa, discordamos do facto de se considerar que este é um fenómeno novo, datado da segunda metade do século XX. Este processo aconteceu desde que uma determinada cultura passou a ter elementos novos resultantes do contacto com o 'outro'. Neste sentido, constata-se que houve culturas híbridas praticamente desde as primeiras migrações internacionais e que, por sua vez, é extremamente difícil apurar 'o estágio de pureza' de uma qualquer cultura. Não há culturas 'puras' mas sim culturas que representam elas próprias diferentes processos de hibridação.

Portanto, posto isto, será mais rigoroso afirmar que a globalização acelerou, intensificou e expandiu o processo de hibridação cultural, o que fez com que existissem certamente mais culturas híbridas e culturas com um grau de hibridez mais elevado. Se antes este processo estava restrito às cidades ditas cosmopolitas, como, por exemplo, nas cidades mercantis, locais onde havia uma concentração maior de pessoas de diferentes origens, a partir dos finais do século XX espalhou-se praticamente por todas as sociedades, tendo surgido, isso sim, novos espaços híbridos.

É assim que fica criada a necessidade de se substituir o *paradigma das culturas homogéneas* pelo *paradigma das culturas heterogéneas*.

⁵² Néstor Canclini trata o fenómeno de hibridação cultural, em particular na cultura urbana, sendo da opinião de que é na cidade que se processa uma constante interacção do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação. Tomando como exemplo os países latino-americanos, procura compreender o intenso diálogo entre a cultura erudita, a cultura popular e a cultura de massas, assim como a sua inserção no contexto mundial. Canclini prefere a utilização do termo híbrido aos termos mestiçagem ou sincretismo. Segundo o autor, mestiçagem estaria sobretudo associado à mistura de raças, no sentido, portanto, de miscigenação, enquanto sincretismo à mistura de diferentes credos religiosos. Assim, hibridação seria a expressão mais apropriada de modo a abarcar diversas mesclas interculturais.

Para tal, é importante que o Estado-nação, na sua essência conservador, altere a tendência de manutenção da matriz de homogeneidade cultural e para isso é preciso que se sinta fortalecido e consciente dos valores e importância que tem e que preserve as características que o tornam distinto dos outros, ao mesmo tempo que não veja o 'outro' como uma ameaça mas sim como uma fonte de riqueza cultural. Esta só se consegue se a competição for substituída pela cooperação, fomentando assim uma relação simbiótica.

Se olharmos para a época de Napoleão, e analisarmos os elementos culturais de um determinado Estado-nação europeu, verificamos certamente que estas características não se encontram exactamente iguais. Sofreram alterações ao longo dos tempos, nomeadamente como resultado do contacto entre culturas diferentes. Portanto, parece que de nada serviu ter feito valer o nacionalismo⁵³, ter medo do desconhecido, do 'outro'. Teria sido muito mais proveitoso para todos ter-se usufruído do contacto e da presença do 'outro', fomentado a incorporação dos imigrantes com base numa relação simbiótica entre eles, na perspectiva de um enriquecimento mútuo.

O mesmo se pode afirmar quando nos referimos aos focos de nacionalismo do século XXI, que são contrários a um contexto em que impera a mobilidade e a diversidade cultural. Como se viu na secção anterior, inúmeros casos de nacionalismos continuam a surgir por todo o Globo e em países em que não era previsível que isso viesse a acontecer, como são disso exemplo na Europa, a Holanda e a França.

Por outro lado, ao contributo que os nacionais e os imigrantes dão para a formação da cultura de um Estado-nação, há que acrescentar o contributo dos seus emigrantes espalhados pelo mundo. Cada vez mais estes – que provavelmente têm uma cultura mais híbrida que os seus conterrâneos, resultante da vivência noutras paragens e do contacto com outras culturas diferentes – estão interligados com o país de origem de várias formas, o que lhes permite influenciarem e contribuírem para a cultura de origem. É para além das suas fronteiras físicas, junto dos emigrantes, que os Estados

⁵³ «(...) não se deve confundir nacionalismo com patriotismo. (...) Pode-se definir patriotismo como o sentimento de lealdade às terras e ao grupo, respeito pelas leis e instituições; e nacionalismo como o sentimento de superioridade étnico-cultural, respeito pela etnia, língua e tradição. Após a Segunda Grande Guerra, o conceito de nacionalismo passou a comportar uma carga negativa, sempre associada a um certo irracionalismo, fonte de imperialismos e contrário a doutrinas e aos princípios modernos de mundialismo e de universalidade.» (Prémio Jean Monnet, 2005)

devem intervir de modo a fomentar o sentimento de pertença, preservando assim o seu património cultural.

É também sobre as fronteiras físicas e o território como bases do Estado-nação que a globalização e as migrações internacionais têm provocado alterações na sua conceptualização.

Vive-se num mundo em que as fronteiras e o território confinado dos países estão a perder os seus contornos nítidos e passaram a ter outra (menor) importância. A ideologia inerente ao nacionalismo metodológico que aborda o estudo dos processos social e histórico como se eles estivessem confinados dentro das fronteiras de um Estado-nação já não faz sentido no presente momento.

A globalização faz assim aparecerem novos espaços, que Manuel Castells (1996) designa de 'espaço de fluxos' sem contudo comprometer os territórios nacionais mas contribuindo para o aumento de práticas transnacionais.

Outra consequência deste esbatimento das fronteiras é o maior envolvimento na relação entre o global e o local, processo este que alguns autores designam de *glocalização*⁵⁴. Esta facilitação de interacção entre o global e o local veio, sem dúvida, interferir na relação entre os imigrantes e os seus locais de origem e para o surgimento de diversas práticas transnacionais, muitas delas inovadoras. Porém, apesar do local e do global estarem mais do que nunca interligados e de esta relação ter proporcionado que a nível local existisse uma oferta heterogénea, seja ela cultural, de bens e serviços ou outra qualquer, também provocou uma reacção defensiva dos locais com a pretensão de proteger as suas características e soberania.

A maior frequência das 'novas' formas de migrações internacionais obriga a alterações e ajustes dentro dos Estados, nomeadamente ao nível legislativo e político. De um modo geral, os sistemas legislativos não são favoráveis a outros tipos de imigração que não a permanente. É necessário criar condições idênticas tanto entre autóctones e imigrantes como entre os diferentes tipos de imigrantes, garantindo assim

⁵⁴ O termo *glocalização* foi introduzido na década de 1980 como estratégia de gestão japonesa, inspirada na *dochakuka* – palavra derivada de *dochaku*, que, em japonês, significa «o que vive em sua própria terra» –, conceito originalmente referido à adaptação das técnicas de cultivo da terra às condições locais. No Ocidente, o primeiro autor a explicar a ideia de *glocal* foi o sociólogo Roland Robertson nos anos 1990. Segundo ele, o conceito de 'glocalização' tem o mérito de restituir à globalização a sua realidade multidimensional; a interacção entre global e local evitaria que a palavra 'local' definisse apenas um conceito identitário, contra o 'caos' da modernidade considerada dispersiva e tendente à homologia. Posteriormente, autores como Keith Hampton, Barry Wellman e Zygmunt Bauman usaram frequentemente o termo.

que ficam salvaguardados os direitos daqueles que se ausentam por determinados períodos de tempo do país de acolhimento e que não haja ‘cidadãos de segunda’. Medidas como a atribuição da dupla cidadania, e o direito de voto são positivas neste contexto. Outro ajuste incontornável a fazer tem a ver com a readaptação do mercado de trabalho. Num contexto de globalização, em que a mobilidade de mão-de-obra é enorme, cada vez mais, faz sentido que haja um regime laboral global que tenha em conta as diferentes formas de migrações internacionais.

Surge assim por parte dos Estados, incluindo os tendencialmente conservadores, a necessidade premente de uma reestruturação, em que as migrações internacionais, nas mais diversas formas, são um fenómeno que inevitavelmente deve ser incluído nas suas configurações. Falta haver uma tomada de consciência generalizada e que, de um modo geral, os Estados passem a actuar em conformidade com esta nova realidade.

I.8. As migrações internacionais contemporâneas e o Desenvolvimento

A importância das migrações internacionais para o Desenvolvimento ao longo dos séculos é indiscutível, tendo sido tanto *causa* como *efeito*. Tanto são resultado do processo de desenvolvimento económico e social e da consequente melhoria das condições económicas e educacionais, ou da falta delas. Tanto podem contribuir para o processo de desenvolvimento do país de origem e/ou de acolhimento, ou então contribuir para a estagnação e desigualdades. Portanto, a tendência existente de se tratar as migrações internacionais de forma independente do desenvolvimento não faz sentido.

De forma sucinta, iremos proceder a uma abordagem histórico-temporal ao nexo Migrações e Desenvolvimento, através da qual se torna evidente a necessidade de não deixar de fora as migrações internacionais quando se trata o Desenvolvimento, seja ele tratado de um modo global ou a nível económico, político, social, cultural ou outro. Por fim, abordar-se-á a Sustentabilidade do Desenvolvimento, tão necessária e benéfica para todos.

Entre o século XVI e o século XIX, de um modo geral, os fluxos migratórios fizeram-se a partir de sociedades mais avançadas para regiões mais pobres, como são disso exemplo as, já anteriormente referidas, migrações europeias para o continente americano. Neste caso, o contributo positivo registou-se para ambos: para os países da Europa Ocidental, esse fluxo teve especial importância na resolução do problema do crescimento populacional e da escassez de alimentos; para os países americanos, como foi o caso da Argentina e dos E.U.A., o excedente europeu de mão-de-obra, em boa parte com qualificações profissionais especializadas, contribuiu para o desenvolvimento industrial e agrícola dos seus países.

A partir do século XX, as migrações internacionais passaram a fazer-se sobretudo no sentido Sul-Norte e Sul-Sul, de sociedades menos desenvolvidas para sociedades mais avançadas, contrariamente ao que acontecia até então.

No caso específico da Europa depois de 1945, a presença de milhares de imigrantes oriundos da África negra, Ásia, Médio Oriente e Antilhas (e posteriormente da Turquia e Norte de África) foi imprescindível para o processo de reconstrução europeia, assim como para o decorrente crescimento económico e para a industrialização, ao passo que para os países de origem, na sua maioria pobres, a emigração num primeiro momento foi considerada positiva na medida em que aliviava, a curto/médio prazo, a pressão demográfica, minimizava o problema da escassez de alimentos e diminuía o desemprego, ao mesmo tempo que havia entrada de remessas. Mas posteriormente, perante o atraso de desenvolvimento nestes países, esta consideração mudou e foi substituída pela convicção de que a longo prazo a emigração massiva acabou por ser prejudicial ao país de origem.

Os anos 1980 foram o ingresso da Ásia nos fluxos migratórios internacionais, sendo a principal região de onde provinham os migrantes que chegaram aos Estados Unidos da América, Canadá e Austrália, mas também ao Próximo Oriente, onde 12 milhões de trabalhadores asiáticos colaboraram na industrialização dos países petrolíferos dessa região. Mais uma vez, os fluxos migratórios contribuíram para o Desenvolvimento, de forma óbvia para os países de destino mas também para os países de origem, através de entrada de capital, de consumo e de investimento.

Já no século XXI, a importância atribuída até então às migrações internacionais alterou-se, assistindo-se a uma crescente valorização dos migrantes como agentes

do Desenvolvimento para a prosperidade dos Estados de origem que ia para além da importância das remessas monetárias, não obstante a circunstância de em certas situações os 'retornados' serem vistos como ameaças ao sistema estabelecido. A noção de que ao Desenvolvimento estava associado o retorno dos emigrantes foi complementada pela ideia de que, mesmo não havendo retorno definitivo, os emigrantes poderiam contribuir de outras formas, através de retorno temporário – migrações circulares – ou de práticas transnacionais, contributos que passam nomeadamente pelo aspecto financeiro, sociocultural, técnico e especializado ou pela transferência de conhecimentos. Um dos mais significativos aspectos recentes na abordagem dos Estados de origem às suas populações emigradas vai neste sentido, da não insistência no retorno definitivo e no fomento do 'contributo à distância'. O caso da China é exemplificativo dessa mudança. O slogan do Estado 'retornar para servir o país' do passado recente foi substituído pelo slogan 'servir o país'.⁵⁵

Porém, as remessas monetárias – sobretudo para consumo e investimento – não perderam a sua importância e continuam a ser vistas pelos países de origem como um importante contribuição para o Desenvolvimento, nomeadamente como factor de redução da pobreza. O UNDP (2007) estimou que 500 milhões de pessoas (8 por cento da população mundial) recebem remessas. Contribuindo para o melhoramento do nível de vida dos familiares dos emigrantes, permitem que estes beneficiem de oportunidades de educação e formação, assim como de melhor assistência médica, sendo também uma fonte de capital para o estabelecimento de pequenos negócios. Para além disso, indirectamente, quando as remessas são utilizadas na aquisição de bens e serviços, ou quando são investidas em projectos comunitários ou em empreendimentos que requerem mão-de-obra, como por exemplo projectos produtivos como a irrigação de terras ou a instalação de estruturas de água potável em pequenas localidades, acabam por beneficiar um conjunto de pessoas mais alargado do que aquele que as recebe de forma directa.

Sendo que uma boa parte das remessas não é enviada por canais oficiais porque os emigrantes tentam reduzir os custos de transacção, ou noutros casos porque se encontram 'sem papéis', o que representa uma barreira no contacto com as instituições financeiras, é difícil apurar o volume exacto das remessas internacionais.

⁵⁵ Vide II.1. sobre a emigração chinesa no mundo que aborda de modo particular esta temática.

Porém, segundo o Banco Mundial, «tem-se assistido a uma expansão notável do volume de remessas enviadas para casa pelos migrantes internacionais. (...) Calcula[-se] que o valor das remessas transferidas formalmente em 2004 foi de cerca de 150 mil milhões de dólares, representando aproximadamente 50 por cento do aumento em apenas cinco anos» (GCIM, 2005: 25), e em 2006 era de 199 mil milhões de dólares (UNDP, 2007). Para países como o Lesoto, Jordânia, Bósnia-Herzegovina, Albânia, Nicarágua, Iémen, Moldávia, Salvador, Jamaica, as remessas correspondem a mais de um décimo do PIB (Banco Mundial, 2005). No caso da China, dos 30 a 40 milhões de chineses que se estima viverem no exterior, a OCDE (2005) calcula que em 2004 os investimentos por eles realizados no país de origem correspondiam a cerca de 45 por cento do total do Investimento Directo Estrangeiro do país. De forma não surpreendente, sucessivos governos chineses criaram incentivos para investimento capital em selectivas áreas empresariais, como teremos oportunidade de abordar de forma mais detalhada na segunda parte do presente trabalho.

É assim que as remessas monetárias continuam a ter um forte impacto para os países de origem a nível nacional mas sobretudo a nível local porque são normalmente aplicadas a este nível, o que faz com que algumas regiões com altas taxas de emigração sejam mais desenvolvidas do que outras, como é o caso de Fujian e Guangdong na China. Porém, também são mais dependentes das remessas. As remessas também têm forte impacto em países com conflitos militares, na sustentação de esforços de guerra, na reestruturação das hierarquias locais, na transformação das relações de género (Vertovec, 2000), por exemplo. Para além disso, criam diferenças entre os que têm emigrantes na família e os que não têm.

Os emigrantes passaram a ter um papel estratégico para os Estados de origem. Juntamente com as suas remessas, embora privadas, passaram a ser considerados como bons embaixadores do seu país de origem⁵⁶, importantes para o investimento e a promoção do comércio dos seus países de origem no exterior, no plano político e como agentes de mudança.

«Na verdade, a história das relações transnacionais dos emigrantes ao seu país de origem, mostrou que eles podem-se organizar a partir de fortes lobbies para os interesses do país de origem, como é o caso dos esforços dos

⁵⁶ Vide Bauböck (2001); Ostergaard-Nielsen (2003).

judeus americanos em influenciar a política externa dos Estados Unidos em direcção a Israel, para fazer contribuições significativas para os candidatos para as campanhas eleitorais no país de origem, como é comum entre os dominicanos, haitianos e mexicanos nos Estados Unidos.» (Levitt, 2001a)

Muitos países começaram a desenvolver políticas relativas à emigração, criando incentivos financeiros para a manutenção da relação dos emigrantes com o país de origem, incentivos esses que passam nomeadamente pela disponibilização de contas ou títulos em moedas estrangeiras, de modo a não correrem o risco de ver as suas poupanças reduzidas, por isenções fiscais tanto para a poupança como para o investimento, por um sistema jurídico simplificado e também por condições especiais ao nível das infra-estruturas.

Para além deste novo instrumento estratégico para os governos dos países de origem, tanto a nível da política económica como das relações externas, os emigrantes também começaram a ter um papel fundamental enquanto canais de informação e de disponibilização de inteligência económica sobre mercados, facilitação de fluxos comerciais e como elementos de ligação a redes de conhecimento. Um exemplo paradigmático é a forma como a China tem mobilizado os emigrantes chineses, cujo contributo é decisivo para compreender o sucesso da economia chinesa e da sua integração na economia global.

Em termos políticos, os governos dos países de origem procuram contemplar as actividades dos seus emigrantes na agenda política, criando assim uma aproximação e a promoção do vínculo entre eles. A importância dos emigrantes para os partidos políticos, nomeadamente financeira é relevante.

O surgimento da 'Nova Teoria do Crescimento Económico', que concebe o conhecimento como o motor do crescimento, tem estimulado o interesse em promover a transferência de conhecimentos e tecnologias do exterior, a fim de promover o crescimento económico no país de origem. Em conformidade com esta ideia, têm sido criados dois tipos principais de política: um deles é baseado na facilitação do retorno temporário (ou às vezes de longa duração), proporcionando consultoria ou oportunidades de bolsas para investigadores expatriados – sendo o programa TOKTEN de longa-duração

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁵⁷ o exemplo clássico; o outro é baseado no fomento das chamadas 'redes de conhecimento da diáspora' – redes dispersas de investigadores do país de origem que colaboram em projectos científicos na esperança de beneficiarem o seu país de origem (Kuznetsov, 2006 *apud* Gamlen 2008). Assim, estas redes contribuem para minorar os efeitos das saídas de trabalhadores qualificados dos países de origem, ao mesmo tempo que permitem o desenvolvimento de determinadas áreas sensíveis como a educação e a saúde. Nesta dupla perspectiva, as práticas transnacionais e as migrações circulares ganham pleno significado.

O empreendedorismo migrante tem sido crescente e representa um papel importante na economia, sobretudo como fonte de transferências financeiras e de investimento para os países de origem mas também nos países de destino como teremos oportunidade de verificar mais adiante. A maior rede de negócios de emigrantes no mundo é de chineses que abrange um conjunto de redes interligadas – locais, regionais e nacionais – e é sem dúvida o caso exemplificativo por excelência desta situação (e do qual nos ocuparemos no desenvolvimento deste trabalho). Na maior parte dos casos, os empreendedores chineses são empresários com negócios no(s) país(es) de destino que se abastecem na China, em muitos casos em empresas suas.

Há um conjunto de novas actividades económicas relacionadas com a emigração que vem sendo desenvolvido. Neste, estão incluídos novos modos de empreendedorismo migrante em que o papel dos emigrantes na facilitação do comércio internacional é cada vez mais valorizado. A criação de fábricas de produtos para venda aos emigrantes no exterior, de escritórios de advocacia e agências de viagens especializadas ou o 'turismo dos emigrantes' no país de origem, de cibercafés, filmes e programas de televisão para distribuição e consumo no exterior, de empresas especializadas na exportação de alimentos e medicamentos tradicionais (Vertovec, 2006), são novas actividades económicas resultantes da emigração.

São frequentes os programas de formação e aconselhamento empresarial que os países de origem proporcionam aos migrantes para ajudá-los a desenvolver as competências empresariais de negócio necessárias a um envolvimento bem sucedido

⁵⁷ O Programa TOKTEN (Transferência de Conhecimentos Através de Nacionais Expatriados) permite a quadros qualificados que vivam fora do seu país de origem, regressarem a este durante curtos períodos, para prestarem assistência a organismos académicos, de investigação, públicos ou industriais.

em actividades comerciais e de investimento. Todo este acompanhamento por parte do país de origem vem contribuir para fortalecer e estreitar as relações com os nacionais que se encontram no exterior.

«Nos últimos anos, os governos dos países emissores têm agido no sentido de intensificar os contactos com as respectivas diásporas e de as envolver, de diversas formas, na vida nacional. Em muitos países, os estatutos de dupla nacionalidade⁵⁸ para os emigrantes têm vindo a ser aprovados; também o direito de votar em eleições nacionais lhes tem vindo a ser concedido; e alguns governos têm mesmo explorado formas de garantir a representação das comunidades emigrantes nas assembleias legislativas. Para além disto, diversos destes governos estabeleceram agências e programas no estrangeiro que visam os seus emigrantes, a quem proporcionam a prestação de serviços diversos.»⁵⁹ (Portes, 2006a: 218)

Para além disso, ao criarem essas condições e tornando-se mais competitivos, os Estados de origem não só irão assegurar que a emigração se torne uma opção e deixe de se fazer por necessidade, como intensificam o impacto das remessas monetárias, ao mesmo tempo que incentivam as populações no exterior a investir no seu país de origem e também encorajam o regresso, seja ele definitivo, temporário ou virtual. É compreensível que os emigrantes estejam mais inclinados a regressar a países que oferecem aos seus cidadãos um crescimento económico sustentado, um clima empresarial favorável e condições de trabalho dignas.

Relativamente aos países de acolhimento, os benefícios da imigração são mais evidentes. A presença de migrantes internacionais tem sido bastante relevante para a sua prosperidade, não obstante potenciais desvantagens. Segundo vários autores, apresentam-se como potenciais desvantagens a concorrência por empregos e consequentes tensões sociais, principalmente em países em que o nível de desemprego nacional é elevado; salários locais mais baixos; incentivo à criação de guetos; a necessidade de formação ao nível da aprendizagem da língua do país de acolhimento;

⁵⁸ Cerca de 70 países, incluindo Canadá, México, Itália, Israel, África do Sul, Nova Zelândia, Turquia, República Dominicana, Índia, permitem dupla cidadania desde os anos 90 do século XX.

A dupla cidadania ou cidadania tem dois efeitos: encoraja os emigrantes a obter naturalização, integração e aumento de influência política no(s) país(es) de acolhimento e oferece um conjunto de direitos que promove a sua ligação com o país de origem (Ostergaard-Nielsen, 2003).

⁵⁹ Vide Kivisto & Faist (2009), Guarnizo & Smith (1998), Landolt (2000), Levitt (2000); *Idem* (2001b); Ostergaard-Nielsen (2001), *Idem* (2003); Smith (2001).

a dependência de determinadas actividades económicas relativamente à mão-de-obra estrangeira; situações de *brain waste* (não aproveitamento das qualificações da mão-de-obra estrangeira); perdas para a Balança de Pagamentos; custos de serviços sociais.⁶⁰

No mundo ocidental, em termos demográficos, a baixa taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida provocam graves faltas de mão-de-obra, assim como problemas de sustentabilidade dos sistemas de reformas e de segurança social que são minimizadas pela presença de residentes estrangeiros, sobretudo daqueles que estão activamente inseridos no mercado de trabalho.

De um modo geral, os países de imigração continuam a depender de mão-de-obra estrangeira para prosperar economicamente. A escassez de trabalhadores nacionais não-qualificados – causada pela indisponibilidade dos nacionais, perante o aumento do nível de vida, para trabalhos árduos e com remunerações baixas – e de trabalhadores altamente qualificados em áreas como a saúde, educação, engenharias, novas tecnologias de informação, faz com que a imigração, sem ser a solução para o problema, não deixe de contribuir para o desagravamento do problema.

Para além disso, o imigrante, embora tenha uma propensão para a poupança mais elevada do que os autóctones que se reflecte nas remessas monetárias enviadas para o país de origem, é um consumidor. Ao consumir, dá trabalho aos que produzem e distribuem bens de consumo, bens duráveis e serviços, contribuindo assim para o crescimento económico.

Outra contribuição positiva dada pela presença de imigrantes ao país de destino está relacionada com o empreendedorismo imigrante. Apesar de a maioria dos imigrantes trabalhar por conta de outrem, a relevância dos que se dedicam à actividade empresarial é grande. Introduzem inovação, criam novos postos de trabalho, ao mesmo tempo que contribuem para o aumento da oferta de bens e serviços muitas vezes a preços competitivos, facto que é favorável ao consumo das classes sociais menos abastadas. Em muitos casos, ao abastecerem-se em fornecedores do país de acolhimento, estão também a contribuir para o seu crescimento económico.

Por fim, do ponto de vista sociocultural, a presença de indivíduos de origens diferentes contribui positivamente para a diversidade e dinâmica da sociedade do país de acolhimento, como já tivemos oportunidade de constatar anteriormente em I.6.

⁶⁰ Sobre esta problemática, *vide*, por exemplo, ILO (2001) e Stalker (2000).

Como é facilmente constatado, quando se fala de Desenvolvimento, de um modo geral, refere-se simplesmente, se bem que erradamente, à vertente económica, reflectindo-se assim o facto de durante décadas se ter vindo a viver numa Sociedade cujo ponto central corresponde ao crescimento e actividade económicas. Acontece que ultimamente já se começa a abordar a importância das remessas ditas ‘sociais’ que englobam conhecimentos, ideias e práticas universais como os direitos humanos, a igualdade de género e a democracia. Porém, de um modo generalizado, são tratadas no âmbito de estudos relativos, por exemplo, a redes sociais e capital social e não incorporadas em estudos relativos ao Desenvolvimento.

Constata-se também que há vários Estados, tanto de origem como de acolhimento, dependendo dos seus interesses (sobretudo económicos), que têm tomado medidas no sentido de articular as políticas relativas às migrações – imigração e emigração – com os seus processos de desenvolvimento. Acontece que, no contexto actual que se vive na primeira década do século XXI, será mais eficiente e mais eficaz se se fizer uma gestão harmoniosa global das migrações internacionais com objectivos de co-desenvolvimento que tenha em vista, não só os interesses dos países de acolhimento e de origem, mas também do Indivíduo em geral, recorra ele ou não à emigração. Para tal, é inevitável que *a priori* haja a consciencialização política de que o desenvolvimento de países menos avançados é vantajoso para todos, mais que não seja porque reduz a pressão migratória e aumenta as oportunidades a nível económico que são tão importantes no sistema actual. Este é o caminho para que, através da coerência, coordenação, complementaridade e consistência entre Estados, venhamos a optar por um processo de Desenvolvimento Sustentável global mais harmonioso e coeso que possa garantir de forma duradoura a paz e o crescimento económico e que não comprometa o futuro das gerações seguintes.

I.8.1. A necessidade de um Desenvolvimento Sustentável

No *post-* Segunda Guerra Mundial verificou-se uma crescente liberalização dos fluxos internacionais de comércio, de capitais, de tecnologias e de informação, assim como um aumento da mobilidade dos indivíduos. Associado a esta liberalização está

o desenvolvimento industrial que se traduziu num aumento gigantesco da produção anual no mundo. Acontece que durante décadas se viveu numa Sociedade (ocidental) que tinha como ponto central o crescimento económico e a actividade económica, centrado apenas no lucro, e onde não se valorizava a interligação entre as pessoas, os *habitats* e os sistemas económicos. A *prosperidade* e o *crescimento* não foram acompanhados de preocupações de sustentabilidade ambiental, económica, nem social, o que acabou por resultar num ‘sem número’ de situações insustentáveis. O ambiente foi, durante muito tempo, tratado como algo adaptável e sem limites de esgotamento, capaz de absorver todos os desperdícios e cujos recursos naturais eram tratados como inesgotáveis. O crescimento económico cego aumentou o fosso entre países ricos e pobres, criando graves situações de desigualdades sociais e económicas. Descurou-se o papel solidário da sociedade, não promovendo de modo equitativo o bem-estar das pessoas, tais como o acesso à educação, aos cuidados de saúde, à informação, à cultura, às novas tecnologias.

Só por volta da década de 1980 é que começou a haver a consciência da necessidade imprescindível do equilíbrio entre o progresso económico, o bem-estar do Indivíduo e a sustentabilidade do planeta para as gerações futuras e que para tal seria necessário salvaguardar a sustentabilidade do desenvolvimento.

A definição geralmente adoptada de *desenvolvimento sustentável*⁶¹ como o «desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades» foi a definição contida no relatório ‘Our Common Future’ (também conhecido por ‘The Brundtland Report’) que saiu da reunião da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, chefiada pelo Primeiro-Ministro Norueguês Gro Brundtland e realizada em 1987. Esta comissão foi criada para propor que se realizasse uma ‘agenda global para a mudança’ do conceito e das práticas do desenvolvimento.

⁶¹ As ciências naturais e sociais ainda não chegaram a um consenso quanto ao conceito universal de desenvolvimento sustentável. Contudo, segundo Mark Mawhinney, existem quatro elementos presentes na sua concepção, os quais estão relacionados com a exigência de (1) visão a longo prazo, (2) equilíbrio entre as necessidades económicas, sociais e ambientais, (3) preocupação com a qualidade de vida e (4) combate à pobreza. A diversidade e a amplitude dos desafios inerentes à efectivação de modelos sustentáveis de desenvolvimento impõem a correcção dos desequilíbrios que resultam do modo de vida actual. Assim, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como «(...) um complexo tema transdisciplinar que proporciona um estudo interessante das restrições e das armadilhas da vida moderna» (2005: 9).

O relatório chamava a atenção da necessidade urgente de repensarmos os nossos modos de vida e de governo.

Contudo, o desenvolvimento sustentável só entrou na agenda política mundial no início da década de 1990, através da iniciativa da Organização das Nações Unidas que promoveu a *Earth Summit – Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento*, em 1992, no Rio de Janeiro⁶². Nessa altura, a implementação do desenvolvimento sustentável assentava em (apenas) dois pilares fundamentais: o desenvolvimento económico e a protecção ambiental. Só em 1995, na Cimeira Social de Copenhaga, é que foi introduzido o terceiro pilar – a coesão social. Em 2002, realizou-se a *Cimeira da Acção - Cimeira Mundial do Desenvolvimento Sustentável*, em Joanesburgo, considerada a mais importante das reuniões internacionais da altura porque os temas prioritários aí tratados – população, pobreza e desigualdades, alimentação e agricultura, água, florestas, energia, mudanças climáticas, saúde e recursos aquíferos, saúde e poluição do ar – e os objectivos fixados – erradicação da pobreza, água e saneamento básico, padrões sustentáveis de produção e de consumo, energia, substâncias químicas poluentes, gestão de recursos naturais, responsabilidade das empresas, saúde – reflectiam as preocupações internacionais actuais relativas ao desenvolvimento sustentável e revelavam as medidas pretendidas ou já em execução. Ficou decidido que seria imprescindível tornar o desenvolvimento sustentável uma prioridade central a nível global com objectivos de acção fixados com metas e compromissos.

Um problema global requer uma resposta global

No actual mundo globalizado – resultado do acelerado movimento de bens, capital, ideias e pessoas, do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, informação e dos meios de transporte, da liberalização cada vez mais ampla dos mercados – a ligação e interdependência entre os povos é cada vez maior. Neste contexto, a globalização acaba por ser simultaneamente benéfica e prejudicial para o progresso dos povos e das nações. Se, por um lado, tem proporcionado a tomada de atitudes e comportamentos egoístas centrados em ganhos imediatos e sem se ter

⁶² Foi adoptada na *Earth Summit a Agenda 21* que pretendia incentivar os Estados a aplicar Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, como forma de aplicar e desenvolver as decisões saídas da Conferência.

em conta a sustentabilidade do desenvolvimento, por outro, por ter um cariz universal, permite que haja uma acção concertada entre os Estados, os agentes económicos e a sociedade civil de modo a serem criadas normas, condutas e princípios éticos universais que visem atingir a sustentabilidade do desenvolvimento.

Depois de a ONU ter lançado o debate público sobre o tema do desenvolvimento sustentável, a própria ONU e outras entidades supra-nacionais têm desenvolvido acções e realizado intervenções nesse âmbito, como são disso exemplo o Protocolo de Quioto⁶³, a Declaração do Milénio⁶⁴ (2000), a Estratégia Ambiental da OCDE para a primeira década do século XXI (2001) e a iniciativa da UNESCO, em 2002, de proclamar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014).

A União Europeia desde 1998 que tem vindo a definir uma Política e uma Estratégia próprias de desenvolvimento sustentável, nas quais foram tomadas em consideração as resoluções de âmbito internacional e as prioridades e metas mais adequadas ao estágio de desenvolvimento do conjunto dos Estados membros. O primeiro passo que marcou esta definição aconteceu no Conselho Europeu de Cardiff (Junho 1998), onde foi decidido que as propostas da Comissão Europeia deveriam ser acompanhadas de uma avaliação do ponto de vista do impacto ambiental e que as questões de desenvolvimento sustentável seriam integradas nas políticas sectoriais do Conselho. Mas foi em 2001, no Conselho de Gotemburgo, que a União Europeia passou a ter uma *Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável*, centrada nas alterações climáticas, nos riscos para a saúde pública, recursos naturais e transportes sustentáveis. Um ano mais tarde, no Conselho de Barcelona, a Estratégia passou a ter uma dimensão externa. Esta Estratégia aparece como complemento da Estratégia de Lisboa (2000) que visa tornar a Europa numa das regiões mais competitivas do mundo, baseada no

⁶³ O Protocolo de Quioto é consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (Outubro de 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia (Agosto de 1990) e que culminou com a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática* na ECO-92 no Rio de Janeiro, Brasil (Junho de 1992). O protocolo implica compromissos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa do aquecimento global. Assinado em 1997, só entrou em vigor a 16 de Fevereiro de 2005. Os E.U.A., Arábia Saudita, Austrália e Canadá não fazem parte do Protocolo.

⁶⁴ A *Declaração do Milénio* foi adoptada por 147 Chefes de Estado e por 189 Estados da Organização das Nações Unidas. Tem como principais metas a erradicação da pobreza extrema e da fome; alcançar a educação primária universal; a promoção da igualdade de género e a mulher; a redução da mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental.

conhecimento e capaz de garantir o crescimento económico sustentável e com maior coesão social. Em 2006, a *Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável* foi revista e foram fixados como principais desafios as alterações climáticas e a energia limpa; os transportes sustentáveis; a conservação e gestão dos recursos naturais; a saúde pública; a inclusão social, demografia, as migrações internacionais de indivíduos e pobreza global. Foram ainda consideradas políticas trans-sectoriais como contributo para a educação e formação, a investigação e a sociedade do conhecimento. Para além disso, a acção da UE foca-se nos Estados Membros, pressionando-os a produzirem os seus próprios Planos Estratégicos Nacionais de Desenvolvimento Sustentável.

Não obstante a circunstância de o sistema vigente ter melhorado as condições de vida e aumentado a esperança de vida dos indivíduos, não de todos é certo, mas de uma vasta proporção da população mundial, porém, tem actuado como um ‘motor’ de um desenvolvimento insustentável como já referido. Apresentando-se como criador de riqueza, acumulador de capital e acelerador da circulação de capitais, pautado por uma clara visão economicista das sociedades e dos indivíduos, tem vindo a gerar graves problemas sociais e ambientais, o que contribui para a sua própria falência, a sua auto-destruição. O facto de se ter como principal imperativo a economia e por ser um sistema por natureza ‘cego’ em relação aos aspectos sociais e ambientais, levou à situação actual de défice de sustentabilidade. Fazer frente a esta situação não será de todo uma tarefa fácil. Será necessária uma resposta global de todos os agentes da sociedade, resposta que implica necessariamente objectivos de sustentabilidade a longo prazo. A ideia de que o investimento que tem em conta os aspectos social e ambiental é um encargo é errada e é preciso que passe a ser visto como um factor positivo do desenvolvimento em geral e em particular para o crescimento económico, uma vez que contribui para o aumento da produtividade e da competitividade.

Quanto ao aspecto social em particular, é assim portanto urgente haver uma tomada de consciência colectiva sobre a importância da questão social para todas as vertentes da sociedade e actuar em conformidade, de modo a dar resposta às transformações económicas, políticas e sociais que se foram verificando no mundo. Nesse sentido, por um lado, é crucial que o indivíduo não seja distinguido pelas diferentes ‘peças’ que compõem a sua vida, que não seja visto como o ‘indivíduo-trabalhador’ ou o ‘indivíduo-social’, mas como o *indivíduo* na sua globalidade uma vez

que as ‘peças’ estão todas inter-ligadas e inter-relacionadas entre si, constituindo estas, apesar de diferentes, vários planos da mesma realidade – como *Indivíduo Total* (Mortágua, 2010). Por outro, há que haver uma mudança de mentalidade e um ajuste da própria configuração dos Estados de modo a que se esbata a perspectiva negativa associada à diferença entre nacionais e estrangeiros, problemática anteriormente abordada de modo específico⁶⁵.

Do ponto de vista meramente económico, há muitas vantagens nestas alterações. Quanto mais equilibrado e feliz é um indivíduo mais ânimo tem para trabalhar, logo torna-se mais produtivo e, também, o trabalho proporciona-lhe poder de compra para consumir bens e serviços. Para além disso, a disponibilidade financeira dos indivíduos contribui para a redução dos problemas sociais que por sua vez garante estabilidade social e política, indispensáveis ao próprio crescimento económico. Neste sentido, apraz a necessidade de colocar os diversos sectores da sociedade ao serviço do bem-estar e da felicidade dos indivíduos, caminhando-se assim para uma sociedade mais justa, harmoniosa e coesa.

Para que estas premissas sejam alcançadas, será inevitável repensar e alterar o próprio modelo de sistema prestando especial atenção a alguns dos seus principais componentes.

Um deles diz respeito à mensuração do crescimento e ao próprio modelo de desenvolvimento. Ter o crescimento económico, este representado pela taxa de crescimento do PIB⁶⁶, como principal indicador do desenvolvimento de um país, deixando de fora o âmbito social e o ambiental, apresenta-se desadequado da realidade do actual mundo globalizado e não faz qualquer tipo de sentido. Porém, embora seja este o modelo seguido pela maioria dos governos, já existe outra medida, a de desenvolvimento humano, cujo índice⁶⁷ contempla três dimensões: a riqueza, a educação e a esperança de vida. Para além das necessidades materiais, inclui as necessidades imateriais dos indivíduos, como a dignidade, a liberdade, o acesso à informação, a cultura, a cidadania ou a qualidade do meio ambiente. De acordo com a realidade actual e quando comparado com o modelo tradicional, apresenta-se mais

⁶⁵ Vide I.6.

⁶⁶ Relativamente à confiabilidade dos principais indicadores macro-económicos vide Rato (2007).

⁶⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano foi desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq em 1990 e passou a ser utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento a partir de 1993.

justo e adequado, o que leva a crer que, certamente, o seu estabelecimento venha a ser vantajoso.

Estamos perante uma realidade em que os investimentos não são geradores de postos de trabalho, em que a utilização de tecnologias avançadas no processo produtivo para o esforço de aumentar os lucros através do aumento da produção e da produtividade também faz com que se reduza o número de trabalhadores e em que a fatia de população que não tem salários seja cada vez maior, tornando assim urgente repensar o sistema de distribuição de riqueza das nações. Deste modo, a distribuição de riqueza e de rendimentos vigente também precisa de ser objecto de análise e de mudança, de modo a acompanhar a evolução real da sociedade e também a tornar-se num modelo mais justo, equitativo e inclusivo.

Ao utilizar o salário, directo ou indirecto⁶⁸, este modelo de distribuição deixa de fora necessariamente uma grande fatia da população, sobretudo os mais velhos e as mulheres, o que o torna injusto e desadequado à realidade. No caso destes dois grupos em particular, são eles que normalmente se ocupam de tarefas sociais, tanto no papel dos chamados ‘cuidadores informais’ que se ocupam dos cuidados de familiares mais velhos, de crianças, de doentes, ou aqueles (sobretudo aquelas) que optam (ou são levados a isso) pelo trabalho doméstico. Esta é uma situação particularmente injusta do ponto de vista social, uma vez que estes indivíduos acabam por ter um papel muito importante dentro da sociedade, contribuindo, em muito, para a felicidade e o bem-estar de um grande número de indivíduos, para o bem comum. Para além disso, trazem vantagens directas ao Estado ao contribuírem para o não aumento das despesas sociais, nomeadamente em creches, lares de idosos e de doentes, assim como nas despesas relativas a cuidados de saúde, porque ao proporcionarem e contribuírem para o bem-estar de outros indivíduos, contribuem para que estes não sofram tanto de problemas de saúde mental e física. Por outro lado, a não inclusão destes indivíduos na distribuição de riqueza e a sua consequente indisponibilidade monetária acaba por prejudicar o consumo, não estando assim a contribuir para o crescimento económico.

Ainda em relação à distribuição de rendimentos, outra situação que necessita de atenção é a que diz respeito às grandes discrepâncias salariais entre trabalhadores –

⁶⁸ «O salário directo é aquele que é recebido pelo pagamento do trabalho realizado por cada um, enquanto o salário indirecto é o que é recebido através das transferências e prestações sociais, ainda que os indivíduos não tenham uma actividade laboral.» (Rato, 2010)

a nível interno e entre Estados – que causam profundas desigualdades sociais e contribuem para o avolumar dos problemas sociais sobretudo relacionados com a discriminação social, a marginalidade e a exclusão social mas também contribuem para a pressão migratória.

A necessidade de soluções inovadoras

Os desafios que se apresentam às sociedades para estas se ajustarem a um mundo cada vez mais globalizado são múltiplos. Há que reconciliar o *económico* com o *social* e com o *político*; reagir à passagem de uma economia baseada nos serviços para uma economia baseada nas tecnologias de informação e comunicação; reajustar os sectores, as regiões e as populações; resolver o decréscimo económico que traz consigo aumento do desemprego e redução da competitividade; lidar com os problemas demográficos; equilibrar a falta ou excesso de mão-de-obra; adaptar o aumento da esperança média de vida; resolver os problemas sociais; reduzir os impactos negativos causados ao ambiente.

É aqui que entra a *inovação* como actuação estratégica necessária, nos vários âmbitos da sociedade, nomeadamente a nível político, económico, social, cultural, ambiental, educacional, habitacional, para a criação do tão necessário desenvolvimento sustentável. Não é certamente uma novidade recorrer à inovação, nomeadamente em situações de crise, mas é novidade a sua generalização a todos os domínios. É importante que a inovação passe a ser considerada essencial para toda a sociedade, uma vez que é, de facto, o principal mecanismo de criação e sustentabilidade do desenvolvimento em geral e do crescimento económico em particular. Apresenta-se assim um desafio para todas as sociedades assim como para todos os agentes – cidadãos, governos, autoridades regionais e locais, empresas, organizações –, de modo a tornarem-se mais inovadores, o que Isoird (2008) define de *innov-active*, criando uma 'cultura de inovação' comum a todos.

Posto isto, na abordagem a esta nova realidade, e em particular aos problemas sociais e ambientais, é imprescindível generalizar o conceito de inovação. As soluções existentes não resolvem os problemas actuais, os novos e os velhos, e por isso é preciso trabalhar no sentido de seguir um caminho inovador, na direcção do desenvolvimento

sustentável que nos leve à criação de sociedades inovadoras, moral e eticamente mais ‘humanas’, mais justas, mais solidárias e mais coesas. A inovação torna-se assim essencial para a sociedade uma vez que é o principal mecanismo que permite a criatividade, a sustentabilidade, o crescimento e portanto o Desenvolvimento.

Porém, embora haja ainda um longo caminho a percorrer, desde a última década do século XX que se começou a dar mais atenção à importância da sustentabilidade do desenvolvimento e a relacioná-la com a inovação, mas só há relativamente pouco tempo é que foram dados os primeiros passos visíveis ao nível governamental no sentido da valorização da inovação na resolução dos problemas actuais.

Para além da necessidade imperiosa de inovar no domínio do ambiente, nomeadamente caminhando para a utilização comum de novos recursos energéticos de modo a acabar com a tão perigosa dependência energética de recursos naturais esgotáveis ou na criação de novos produtos e serviços verdes (o que, por um lado, é amigo do ambiente e, por outro, contribui para o desenvolvimento de novos consumos, e cria emprego, logo, contribui para o crescimento económico e para o desenvolvimento), é necessário inovar no domínio social em particular, de modo a enfrentar e encontrar novas soluções para os problemas sociais que acabam por ser o problema central nas sociedades actuais que por sua vez acaba por influenciar e ter repercussões em todos os outros domínios, como já mencionado.

O campo da inovação social que visa e gera mudança social surge como um conjunto de novas estratégias, métodos, técnicas ou processos que pretende dar resposta a um conjunto muito vasto de necessidades sociais, visando, nomeadamente, a inclusão social, as condições de trabalho, a saúde mental e física, a educação ou a pobreza. Esta pode ser iniciativa tanto do sector público como do sector privado ou do sector não-lucrativo (o chamado 'terceiro sector'), com o fim de melhorar as condições de vida dos indivíduos, ao nível individual ou colectivo, de modo a criar mais equidade e justiça social.

Um dos novos desafios das sociedades actuais é o aumento da esperança média de vida e este, pela sua importância, carece de uma atempada atenção e resposta de modo a tornar-se numa oportunidade e não num problema grave. O facto de se viver mais e com mais saúde, para além de ter implicações no prolongamento da vida activa e ter de ser alvo de ajustes, faz com que a procura de bens e serviços de saúde

e de assistência social seja tendencialmente crescente. Portanto, perante uma situação nova para a qual não há uma resposta eficaz e adequada por parte das soluções tradicionais, urge a necessidade de criar soluções inovadoras globais, sobretudo tendo em vista o bem-estar dos indivíduos e o bem comum, que contrariem o potencial aumento dos problemas sociais dos mais velhos, grupo com grandes vulnerabilidades, nomeadamente aqueles relacionados com a solidão e a exclusão social, e de problemas de saúde, ao mesmo tempo que este desafio se torna numa oportunidade em termos económicos. Por exemplo, neste âmbito, o papel inovador das tecnologias de informação e comunicação, incluindo a sua acessibilidade, pode contribuir como uma ferramenta de contacto dos idosos com familiares e amigos, contribuindo para a manutenção das redes sociais tão importantes na vida dos indivíduos⁶⁹ e, por outro, pode contribuir para uma gestão mais eficiente e eficaz dos serviços de saúde e da assistência social. Ainda no âmbito da saúde, o desenvolvimento de novas investigações que levem ao maior conhecimento das doenças e a criação de novos medicamentos para doenças associadas à longevidade, também é uma área com grande potencial. Tal como a aposta inovadora num mundo verde e amigo do ambiente, uma aposta inovadora nos indivíduos e, no caso particular nos mais velhos, vai trazer muitas vantagens, sobretudo sociais contribuindo necessariamente para o crescimento económico e conseqüentemente para o desenvolvimento.

No caso das empresas, a crescente (e imprescindível) importância dada à responsabilidade social, contributo das empresas como agentes de mudança para um desenvolvimento sustentável, demonstra que esta já começa a ser por elas considerada como vantajosa. Neste sentido, o investimento em inovação torna-se importante em termos de competitividade.

Porém, apesar de ainda não estar criada uma verdadeira cultura de inovação social em função do bem comum, nas últimas três décadas, têm sido tomadas várias iniciativas no sentido de responder aos novos, assim como aos velhos, problemas sociais. É certo que ainda não é a posição concertada ideal mas pelo menos demonstra que estamos numa fase de transição, num período de mudança e que algo se está a fazer. Neste sentido, têm surgido por todo o mundo, tanto no Norte como no Sul, várias empresas, organizações – cooperativas, mutualidades, fundações, comunidades, associações –,

⁶⁹ As redes sociais são cada vez mais um instrumento que permite estabelecer relações dinâmicas de parceria que admitem uma intervenção social mais abrangente e mais justa.

e iniciativas, tais como o microcrédito por exemplo, que são geridos, tendo em conta objectivos sociais, conciliados com eficácia financeira, e no sentido do bem comum. Estes empreendimentos que se reconhecem na designação de «economia social», presentes em variadíssimos sectores de produção e de serviços, segundo o Relatório de Iniciativa do Parlamento Europeu sobre Economia Social, representam 10 por cento das empresas europeias, cerca de 2 milhões de empresas, e 6 por cento do emprego total, sendo reconhecido o seu crescimento sustentado.

Neste sentido, é interessante verificar que nas últimas décadas vários conceitos se têm vindo a tornar 'moda' e que têm todos em comum o social – economia social, inovação social, empreendedorismo social, capital social, redes sociais. Verifica-se então que a atenção aos aspectos sociais tem sido crescente, resultado da preocupação que estes têm começado a gerar no seio das sociedades, fruto do acentuado aumento de tensões e conflitos sociais um pouco por todo o lado, por sua vez resultante do aumento dos problemas sociais, alguns destes novos e outros já antigos, aos quais é necessário responder de forma inovadora. Agora, é necessário caminhar no sentido de generalizar esta preocupação social a todos. Para tal, a relação que precisa de ser criada entre o político, o económico e social – Estado, Mercado e Sociedade – tem de ser vista como uma relação simbiótica, de modo a conseguir-se criar sociedades mais justas, coesas e onde a principal premissa seja o bem-estar dos indivíduos, contribuindo assim de forma inovadora e sustentada para o legado futuro. (Mortágua, 2010)

II PARTE

A presença de migrantes chineses no sul da Europa

II.1. Os emigrantes chineses no mundo

II.1.1. Origens e evolução da emigração chinesa

II.1.2. A *Nova Emigração* chinesa

II.1.3. A emigração chinesa para a Europa

II.1.3.1. A *Nova Emigração* chinesa na Europa

II.2. Os migrantes chineses no sul da Europa: Itália, Espanha e Portugal

II.2.1. A imigração chinesa em Itália

II.2.2. A imigração chinesa em Espanha

II.2.3. A imigração chinesa em Portugal

II.1. Os emigrantes chineses no mundo

Para uma melhor compreensão da situação da emigração chinesa na viragem do século XX para o século XXI, torna-se pertinente fazer uma abordagem às suas origens e evolução. Sem pretensão de sermos exaustivos, procura-se realçar constante inter-relação da emigração chinesa com o comércio, nomeadamente no que se refere aos locais de origem dos emigrantes que na sua maioria estão localizados na zona costeira da China, região onde se encontram os portos marítimos, ou ao facto de a emigração chinesa ter seguido as rotas do comércio chinês. Posteriormente, dá-se um enfoque especial à *Nova Emigração* chinesa, seguida de uma análise particular da emigração chinesa para a Europa.

II.1.1. Origem e evolução da emigração chinesa

A história da emigração chinesa confunde-se com a própria história da China. O facto de os fluxos emigratórios representarem um factor determinante no desenvolvimento do país tem sido uma constante. Apesar da sua importância, a emigração nem sempre foi reconhecida e apoiada pelas autoridades chinesas ao longo dos séculos. Porém, é evidente a contínua influência do Estado no desenvolvimento dos fluxos emigratórios, assim como dos seus padrões.

Como é do conhecimento geral, a China tem práticas ancestrais, algumas delas datadas de 10 mil anos a. C., de produção e comércio de produtos tropicais, tais como a madeira e produtos manufacturados como os esmaltes, a porcelana, os têxteis e produtos em laca. Estas actividades continuaram por numerosas dinastias, tendo chegado até nós. Associado a estas actividades está o comércio marítimo que já na dinastia Tang (618-907), época em que a China era o Estado mais rico e avançado do mundo, se encontrava em próspero desenvolvimento (Zhou, 2006).

Já durante a dominação mongol (1214-1360)³, a dinastia Yuan (1279-1368) procedeu à expansão do comércio marítimo para a Rússia e para a Pérsia. Mediante tal expansão, os contactos com o exterior foram fomentados, o que foi, de facto, um factor positivo para o país, tendo contribuído, entre outras, para o desenvolvimento de novas invenções e tecnologias. Para além disso, houve outras medidas tomadas que também facilitaram o contacto com outros povos, como o conjunto de construções iniciado, do qual a ampliação do Grande Canal⁴ (*vide* figura 4.) tem maior relevo, e em especial da parte norte do canal, permitindo assim que o comércio dos chineses se estendesse por outras regiões da Ásia e que também se dessem os primeiros contactos dos chineses com o mundo ocidental.

Figura 4. O Grande Canal Jiang-Han



³ O Grão-canato da China (China, Mongólia, Coreia, Sul da Sibéria e algumas regiões da actual Myanmar), governado por Kublai, fundou a dinastia Yuan.

⁴ O Grande Canal da China, também conhecido como Grande Canal Jing-Han, é o canal ou rio artificial mais antigo do mundo com 1.794 quilómetros. Da iniciativa do imperador Yang Guang da dinastia Sui, o Canal entre Pequim (Beijing) e Hangzhou (Zhejiang), começou a ser escavado no ano 611.

Posteriormente, durante a dinastia Ming (1368-1644), concretamente no reinado do imperador Yongle (1402-1424), os comerciantes e os emigrantes chineses no Sudeste Asiático tiveram uma excelente oportunidade para prosperar. Porém, a meio do século XV, numa tentativa de controlar o comércio marítimo e restringir as influências marítimas, o comércio dos emigrantes foi banido mas, apesar da proibição, continuou de forma clandestina. Mais tarde, em 1567, as autoridades chinesas reconheceram o crescimento comercial da China para o Sudeste Asiático e foram licenciados 50 *junks* (barcos orientais) por ano, legalizando-se assim o comércio informal existente. Com isto, deu-se origem a novos portos no Sudeste Asiático, como o porto de Manila (Filipinas), Hoi An (Vietname), Phom Penh (Cambodja), Patani (Malásia), o porto da pimenta em Java Oriental e o porto holandês de Batavia (Jacarta)⁵. Foi então assim que, nessa altura, se registou uma nova expansão das actividades mercantis dos emigrantes chineses no Sudeste Asiático e no Japão e também se abriu caminho para que mais comerciantes se tornassem emigrantes. Estes eram oriundos sobretudo das províncias da costa sudeste (Guangdong e Fujian) e este (Zhejiang) da China onde se encontravam os principais portos marítimos – Quanzhou, Xiamen, Shantou, Hong Kong, Fuzhou, Wenzhou – e onde predominavam os chineses falantes dos dialectos Hokkien, Teochiu, Cantonês e Hakka⁶.

⁵ Sobre a actividade nos portos no Sudeste Asiático nos séculos XV-XVI *vide*, por exemplo, Pan (1999), Purcel (1996), ou Reid (1965).

⁶ Os falantes do dialecto Hokkien eram originários sobretudo de Quanzhou e Zhangzhou no sudeste da Província de Fujian; os falantes de Teochiu são originários da costa, da região de Chaouzhou, na região este da província de Guangdong; os falantes do dialecto cantonês vinham sobretudo da região do Delta do Rio das Pérolas, junto da cidade de Guangzhou da província Guangdong; os falantes do dialecto Hakka, apesar de dispersos pelo sudeste da China, desde Taiwan e Fujian à província de Guangxi na região Oeste, estão mais concentrados junto às fronteiras de Guangdong-Fujian-Jiangxi (Ember, Ember & Skoggard, 2005: 66).

Figura 5. As províncias de Guangdong, Fujian, e Zhejiang



Aquando da colonização europeia na Ásia, o domínio comercial da China no Sudeste Asiático deixou de ser exclusivo e passaram a partilhá-lo com os portugueses, os espanhóis, os holandeses e os britânicos.

Quando os europeus chegaram à região asiática no início do século XVI, estabeleceram os seus próprios entrepostos comerciais⁷ onde já existiam pequenas colónias de comerciantes chineses. Reconhecendo a relevância dos chineses para as suas colónias, os europeus tornaram-nos seus principais intermediários, tanto no comércio chinês como no comércio local, para além de lhes terem atribuído outras funções, como a cobrança de impostos. Em contrapartida, uma das principais contribuições dos europeus para a China foi o fornecimento de prata do *Novo Mundo* via Manila, onde os galeões espanhóis de Acapulco descarregaram toneladas de prata como forma de pagamento de têxteis e porcelanas chinesas. De Manila a prata era transportada em *junks* para o sudeste da China, actividade esta que teve um papel decisivo na actividade mercantil e comercial dos chineses. Durante algum tempo, os *junks* transportaram também o comércio holandês entre Java e a China, transportando igualmente migrantes para trás e para frente.

⁷ Portugueses em Malaca (1511), espanhóis em Manila (1570), holandeses em Batavia (1619) e britânicos em Penang e Singapura (1786 e 1819) (Kuhn, 2006).

«The emigrants, as Wang Gungwu has pointed out, started as 'merchants without empires' (merchants including all the skilled artisans who built the colonialists' cities in Southeast Asia). Though without empires of their own, those merchants did have, so to speak, 'borrowed empires' – those of the European colonialists, where they went about their business and, in close collaboration with them, opened China to the world and the world to China.» (Kuhn, 2006: 1)

No século XVII, até meados da dinastia Qing (1644-1911)⁸, a emigração chinesa caracterizou-se essencialmente por deslocações para locais próximos situados no Sudeste Asiático. Neste período, as orientações ideológicas do governo chinês que permitiram às províncias costeiras desenvolverem relações comerciais com o exterior, o recuo da actividade comercial externa do Japão que deixou os chineses sem outros concorrentes asiáticos, assim como as rivalidades existentes entre espanhóis e holandeses que 'libertaram' as armadas chinesas para várias intervenções (Gungwu, 2000: 107), foram todas elas circunstâncias que favoreceram o fluxo emigratório chinês, pequeno mas significativo, não obstante a sua proibição em 1648.

Aquando dessa proibição que durou dois séculos (até 1860), os emigrantes foram considerados pelas autoridades como párias, piratas, fora da lei ou como traidores da civilização chinesa. Por exemplo, quando chegaram queixas relativas ao massacre ocorrido na colónia holandesa em Batavia no ano de 1740, o imperador Qianlong disse «they had deserted their ancestors' graves to seek profits abroad» (Tsai, 1979: 499 *apud* Duara, 1997: 43). Neste contexto, o comércio com estrangeiros foi restrito ao porto de Guangzhou, o que desencadeou, por parte dos mercadores e dos comerciantes, o desenvolvimento de estratégias inovadoras para contornar as regulamentações governamentais que, mais tarde, acabaram por facilitar a emigração e a ligação com os emigrantes.

O comércio intra-asiático e as missões chinesas atingiram o seu pico em 1790, depois da colonização europeia, e continuaram até ao declínio do império chinês nos anos 40 do século XIX. Estas actividades estimularam a emigração chinesa – clandestina –, havendo, entre 1740 e 1840, aproximadamente um milhão de chineses instalados no Sudeste Asiático: a população chinesa estimada em Bangka (na Indonésia) era de trinta mil indivíduos a meio do século XVIII (Andaya, 1997); em Batavia

⁸ A dinastia Qing, também conhecida como dinastia Manchu, foi fundada pelo clã Manchu Aisin Gioro e foi a última dinastia imperial da China.

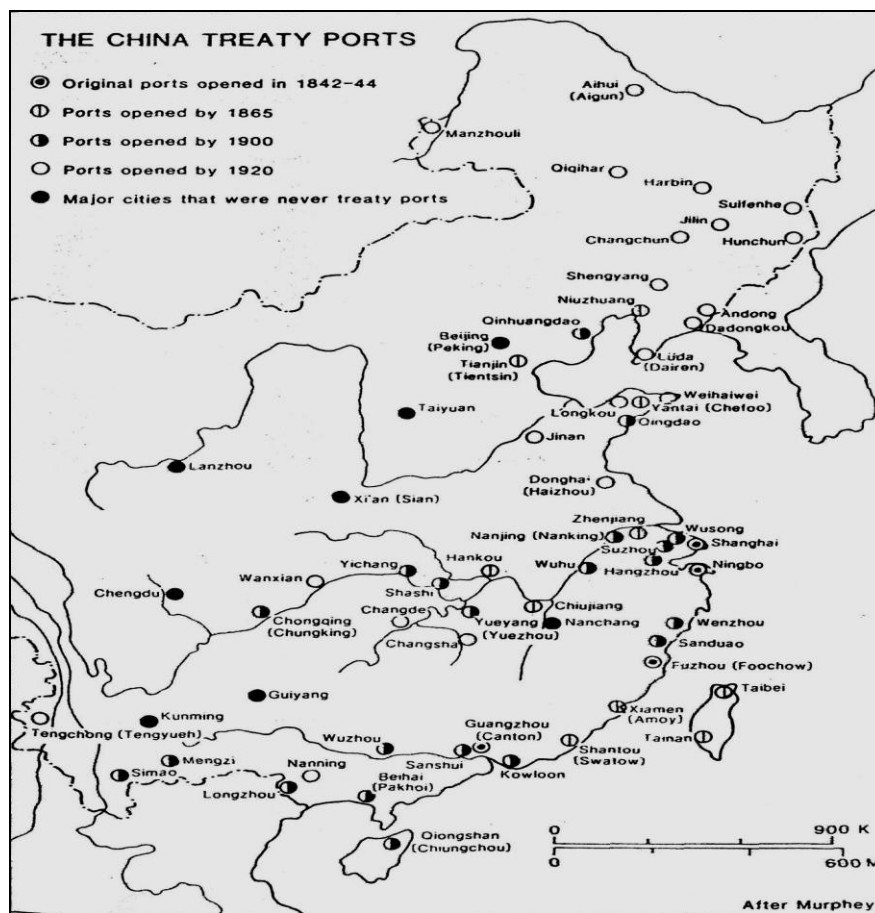
No início do século XIX, a economia chinesa começou a deteriorar-se e a partir de meados do século a China vivencia um dos períodos mais instáveis da sua história, permitindo que o mercado europeu e as suas iniciativas económicas dominassem a Ásia, sobretudo impulsionados pelo poder britânico no sudeste e leste da Ásia durante e depois das Guerras Napoleónicas. Numa tentativa de inverter esta tendência, a determinada altura, durante a dinastia Qing (1644-1912), o imperador Xianfeng, apercebendo-se da mais-valia que a emigração poderia representar e passando a assumir que a emigração não podia continuar a ser vista como ilícita, pôs fim à vigente proibição da emigração em 1860 (que durou até 1893), tendo o fluxo emigratório (voluntário ou involuntário) aumentado. Foi neste contexto que na segunda metade do século XIX se registou uma emigração chinesa massiva, causada principalmente pelos problemas económicos e sociais que se faziam sentir no país. Para além das fomes e das catástrofes naturais que assolavam a China⁹, as guerras – a Revolta de Taiping (1850-1864)¹⁰ e a Guerra dos Boxers (1899-1900)¹¹ –, o desvio do comércio de chá para a Índia e as indemnizações exigidas pelo Ocidente no âmbito do Tratado de Nanjing que pôs fim à Primeira Guerra do Ópio (1840-1842) e que forçaram os chineses a abrir cinco portos ao comércio e residência de britânicos – Guangzhou no Sul, Fuzhou e Xiamen no Sudeste, Ningbo e Shangai no Leste – e a ceder Hong Kong à Grã-Bretanha, foram todos eles factores que contribuíram para o aumento exponencial da emigração.

⁹ Sobretudo inundações e secas. *Vide*, por exemplo, Amaro (1998).

¹⁰ A Revolta de Taiping (1851-1864) foi um confronto que teve início na província de Guangxi entre as forças imperiais chinesas e um grupo religioso liderado por Hong Xiuquan, auto-proclamado místico cristão, com o objectivo de criar uma nova cultura de modo a substituir a tradição confucionista e budista. Foi um dos conflitos mais sangrentos da História, estimando-se que tenha provocado entre 20 e 50 milhões de vítimas mortais.

¹¹ A Guerra dos Boxers foi um conflito ocorrido na China, onde o movimento popular Yiotan, anti-ocidental e anti-cristão, lutava contra a presença dos estrangeiros em seu território e sustentava que com treino adequado, incluindo o ritual do boxe chinês, os seus membros poderiam vencer os ocidentais, que usavam armas de fogo.

Figura 7. Os portos marítimos chineses no contexto do Tratado de Nanjing



Foi igualmente nesta época que os destinos começaram a ser mais diversificados. Se até então os emigrantes chineses, sobretudo os comerciantes, escolheram países do Sudeste Asiático, na segunda metade do século XIX, depois da Primeira Guerra do Ópio, atravessaram oceanos. Esta emigração foi principalmente composta por *coolies* – indivíduos de sexo masculino recrutados à força ou defraudados¹² por correctores portugueses e britânicos nas aldeias do sul da China (sobretudo da província de Guangdong) – que eram levados para o continente americano, primeiramente para as plantações de açúcar em Cuba e para as minas de prata no Peru, onde existia escassez de mão-de-obra¹³. Posteriormente, foram também para os E.U.A., Canadá, México,

¹² «Migrants, having been recruited by force or fraud, were "crowded into constricted boats, deprived boats, deprived of ventilation and even of the most essential food, and subjected during the voyage, to a barbarous treatment"» (Stewart, 1970: 27-28 *apud* Kuhn, 2008: 133).

¹³ Para Cuba e para o Peru foram recrutados mais de 200 mil chineses entre 1847-1876 (Ember, Ember & Skoggard, 2005: 69).

Panamá, Austrália, Nova Zelândia e Europa Ocidental. Devido à escravatura ter começado a ser abolida, a procura de mão-de-obra barata intensificou-se e os trabalhadores chineses foram substituídos pelos escravos africanos.

Em 1878 começou o estabelecimento de consulados no Sudeste Asiático e nas Américas de modo a dar resposta às necessidades dos nacionais no exterior. Os emigrantes chineses contribuíram para a força nacional, nomeadamente através de apoio financeiro para os empreendimentos estatais e competências técnicas na construção naval e na produção de armamento, beneficiando a China da sua riqueza e presença além fronteiras. Foi então neste contexto que os emigrantes chineses passaram de traidores a mandarins honrados, começando a serem considerados como outra forma de fidelidade e contribuição para com o país natal. É nesta altura que as relações comerciais chinesas e a emigração começam a ser interrelacionadas e oficialmente reconhecidas.

Posteriormente, o governo dos Qing, claramente enfraquecido, tentou a sua própria reanimação, com as reformas da Nova Política (1901-1903). Neste contexto, as políticas relativas à emigração passaram a estar centradas no incentivo do envolvimento comercial por parte dos emigrantes com a China, de modo a contrariar a tendência de monopolização estrangeira em áreas como a indústria mineira e as ferrovias.

Em 1912, no seguimento da revolta armada liderada por Sun Yat-Sen um ano antes, que derrotou a dominação da dinastia Qing e estabeleceu uma nova República da China¹⁴, Pequim procedeu a uma política de nacionalização, o que acabou por forçar os empresários chineses a procurarem de forma intensa novos espaços com mercados atractivos. Estes novos emigrantes chineses escolheram sobretudo locais para onde familiares ou amigos tinham já emigrado, sendo que o Sudeste Asiático concentrou cerca de setenta por cento desse fluxo na década de 1930.

Por outro lado, as políticas intervencionistas do Estado (1912-1949), iniciadas por Sun Yat-Sen e continuadas por Chiang Kai-Shek, tenderam a valorizar os emigrantes e o nacionalismo, chegando mesmo a serem incentivados nas escolas

¹⁴ «As ideias republicanas de Sun Yat-Sen eram, no entanto, perfeitamente equivalentes às da Europa, porquanto se apoiavam no nacionalismo, na democracia liberal e na justiça social. Muitos foram, porém, os que acreditaram que as suas ideias salvariam a China. No entanto, o pensamento europeu é muito diferente do pensamento chinês» (Amaro, 1998: 313).

modelos de conduta dos seus compatriotas que se encontravam no exterior, para além de incrementarem apoio financeiro aos emigrantes. No início da década de 1920 e até aos anos 1950, muitos professores chineses emigraram para o Sudeste Asiático para ensinarem as crianças dos emigrantes (Pan, 1999: 206).

Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas da China relativas à emigração chinesa passaram a visar também a reeducação dos emigrantes sobre a sua história nacional, como contribuição para a consolidação da identidade da nação. Para além de representarem um recurso financeiro, foram assim considerados como um dos recursos para a formação da identidade nacional chinesa.

Contudo, logo após a fundação da República Popular da China (RPC) com Mao Zedong (1949), a China transformou-se num país com um regime socialista totalitário baseado nos princípios políticos do socialismo real soviético e cujo modelo económico e político rígido controlava todos os meios de produção existentes, a tecnologia, as forças armadas e todos os recursos naturais do país. Desde 1966 até à sua morte (1976), Mao impôs um conjunto de regras totalitárias, compilado no ‘Livro Vermelho’, que contribuiu para o isolamento internacional face ao Ocidente, aos seus emigrantes mas também à própria União Soviética, fruto da sua entrada forçada na Guerra da Coreia e subsequentemente demorada Guerra Fria. Foi neste contexto que os fluxos migratórios voltaram a ser, mais uma vez, proibidos pelas autoridades chinesas e os emigrantes ilegais novamente considerados traidores e sujeitos a punições.

Não obstante a implementação de medidas restritivas à emigração entre 1950 e 1980 e o conseqüente abrandamento da emigração chinesa nas três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, estima-se que na década de 1950 o número de emigrantes chineses rondasse os 20 milhões, dos quais 12 milhões encontravam-se na região do Sudeste Asiático (Zhou, 2006). Ao contrário do que aconteceu no século XIX, a maioria dos fluxos de emigração entre 1950 e 1960 foi para a América do Norte¹⁵, Austrália, Europa Ocidental e Japão. Aquelas nações que tinham virado as costas à emigração asiática antes dos anos 1960, liberalizaram consideravelmente as suas políticas de imigração, o que levou à formação de Estados modernos de imigração. Começando pelo Canadá em 1962, e seguido dos EUA em 1965, Austrália em 1973

¹⁵ Como resultado das restrições impostas pelos E.U.A. à entrada de cidadãos chineses na década de 1960, o Canadá passou a ser o principal local de destino dos novos emigrantes. É assim que no espaço de vinte anos (1951-1971), a população chinesa do Canadá passou de 32 mil para cerca de 120 mil.

e finalmente a Nova Zelândia em 1978, as políticas de imigração restritivas foram afastadas, permitindo a entrada de pessoas das mais variadas origens, culturas e raças. Apesar disso, a maioria dos emigrantes chineses continuava a estar concentrada no Sudeste Asiático¹⁶ e continuava a ser composta sobretudo por chineses falantes dos dialectos Hokkien, Teochiu, Cantonês, Hakka, oriundos de províncias do sudeste da China, sobretudo de Guangdong (68%) e de Fujian (32%)¹⁷, regiões litorais estas onde estão localizados os portos marítimos mais importantes, como já anteriormente abordado.

«For example, most of the emigrants who went to Southeast Asia were from eastern Guangdong – Chaozhou-Shantou (Swatow) – in particular, while most of the emigrants who went to the Philippines and the Americas were mostly from Southwest Guangdong – The Sze Yap region. In Thailand (Siam before 1939), 85% of the Chinese immigrants or Sino-Thais could trace their origin to the Chaozhou-Shantou region (Burusatanaphand 1995; Chan & Tong, 2001). In the Philippines, almost all Cantonese settling there were from the Sze Yap region. In the United States, close to 75% of the Chinese immigrants in San Francisco in the Chinese Exclusion era were from Taishan (Toishan – a apart of Sze Yap)» (Zhou, 2006: 172-173).

É ainda de referir que, para além de os emigrantes, maioritariamente homens, até esta época serem oriundos de um número pequeno de províncias localizadas na costa Sudeste da China, dentro destas províncias eram também poucos os locais de origem. Só mais tarde, na passagem do século XX para o século XXI é que a emigração chinesa deixou de ter esta característica, passando a estar generalizada a praticamente todo o território e a todas as localidades dentro das províncias, como veremos mais adiante.

Apesar das restrições governamentais à emigração continuarem a existir (para as quais a pressão do Ocidente e dos países vizinhos contribuíram bastante), na década de 1970, a taxa média de crescimento da emigração chinesa foi de 2,5% e os destinos escolhidos foram, para além do Sudeste Asiático, as regiões mais industrializadas:

¹⁶ Tailândia 2.8 milhões, Hong Kong semelhante, 2.5 milhões na Malásia, 2.5 milhões na Indonésia, 1 milhão no Vietname, 1.6 milhões em Singapura, 300 mil na Birmânia, 300 mil nas Filipinas, 300 mil no Camboja e cerca de 500 mil em Macau (George, 1985).

¹⁷ «In the Philippines, the Chinese population was almost entirely Fujianese in 1800, and a hundred years later, between 85% to 90% of the people of Chinese descent were Fujianese and the rest were Cantonese (See Wickberg 1999a & 1999b). In Cambodia, Cantonese dominated the Chinese community in earlier days but later were overwhelmed by the Chaozhouese (Wickberg, 1999b). In Malaysia, Hakkas were the dominant dialect group among the Chinese. In contrast, almost all (99%) of the Chinese immigrants in North and South America and West Indies of the period were from Guangdong» (Pan, 1999:187).

Europa (15,4%), América (7,8%) e Oceânia (4,3%) (Poston, Mao & Yu (1994) *apud* Liu, 2005: 291-316).

II.1.2. A Nova Emigração Chinesa

A designada *Nova Emigração* chinesa refere-se àquela que saiu do país a partir das reformas de Deng Xiaoping em 1978, como reflexo da *Nova China*, «more educated, more skilled, more urbanized» (Kuhn, 2008). Esta caracteriza-se por ser uma mistura de velhos e novos elementos, em que os laços regionais e linguísticos passam a ter menos importância e é dada mais relevância à etnicidade da 'Grande China'¹⁸. Outra nova característica relevante tem a ver com o uso dado às remessas que passam a não ser somente para financiar as famílias e para investimentos nos locais de origem mas passam a ser usadas também para o financiamento de novos emigrantes.

A *Política de Porta Aberta* e as reformas implementadas por Deng Xiaoping fizeram com que a China vivenciasse um crescimento económico exponencial. O 'Programa das Quatro Modernizações' – agricultura, indústria, ciência e tecnologia – foi um amplo projecto nacional de política educacional, industrial, agrícola, científica e tecnológica, levado a cabo pelo governo de modo a iniciar a recuperação económica e tecnológica da China. O governo realizou inúmeras privatizações; permitiu a entrada controlada de investimento estrangeiro; criou as Zonas Económicas Especiais (ZEE) na zona litoral Leste para instalação de empresas de capital misto; transformou a produção agrária na qual 70 por cento da população estava ocupada, através da privatização das comunas populares, dividindo em partes iguais a produção rural entre o Estado e o mercado interno e externo, ao mesmo tempo que incentivou a política

¹⁸ «O conceito de Grande China (Da Zhongguo), após alguma evolução e amadurecimento académico, consagra um espaço geográfico-cultural de estrutura política multiforme e de base económica integrada. Assim, pressupondo 'uma convergência entre interesses económicos e factores histórico-culturais' (Romana, 1995:39), o termo refere-se à articulação da China Continental com os restantes territórios de influência chinesa: a Região Administrativa Especial de Hong Kong, nascida em 1997, a RAE de Macau desde Dezembro de 1999, Taiwan, considerada província chinesa, e a Diáspora Chinesa dispersa por vários pontos do globo (Wang, 1997: 189-190)» (Silveira, 2001: 6). *Vide* também Harding (1993) sobre o conceito de 'Grande China'.

salarial que por sua vez contribuiu para a criação de um mercado de consumo; apostou no investimento em novas tecnologias e inovação com apoio de cientistas estrangeiros (europeus e norte-americanos); investiu fortemente no sector da defesa. Para além destas medidas, a opção pelo estabelecimento das Regiões Administrativas Especiais (RAE) – Macau e Hong Kong – que prevê a prática do capitalismo sob um alto nível de autonomia por cinquenta anos, deu início ao que se designa de ‘um país, dois sistemas’.

Foi nessa altura que se começou a assistir na China a uma mudança profunda preconizada por uma nova estratégia política nacional que levou a inevitáveis alterações socioculturais. A sociedade chinesa que durante as últimas três décadas tinha passado por graves privações económicas, sem acesso a quaisquer bens de consumo, era então incentivada a ganhar dinheiro e a contribuir para a riqueza da nação. O enriquecimento passou a ser um objectivo colectivo mas também dos chineses a nível individual, aplicando-se um dos lemas do líder, 'enriquecer é glorioso'. Começou a passar-se a mensagem de que qualquer um pode chegar a ser rico. Foi assim que o dinheiro passou a estar directamente relacionado com o sucesso, o que, por sua vez, fomentou o consumo e transformou a sociedade chinesa num dos mais importantes mercados de consumo do mundo.

Das muitas formas de enriquecer existentes, a emigração passa a ser considerada uma delas. Consequentemente, dá-se um aumento acentuado da emigração, estimulando-se que nos primeiros seis anos após a *política de porta aberta* da China, cerca de 350 mil chineses se tornaram emigrantes. Não obstante, factores como a pressão populacional, a alta taxa de desemprego ou a grande diferença entre ricos e pobres também conduziram à procura de riqueza no exterior.

O controlo da emigração foi significativamente reduzido, chegando mesmo o Estado a incentivar a emigração que já se vinha a intensificar desde o fim da Revolução Cultural¹⁹ em 1969, surgindo assim uma vaga de novos emigrantes que se distingue, entre outras características, pelas práticas transnacionais generalizadas.

Para além do incentivo à emigração de um modo geral, as autoridades chinesas, conscientes da importância da emigração para a economia e desenvolvimento do país

¹⁹ A *Grande Revolução Cultural Proletária* foi iniciada por Mao Zedong em 1966. Considerando este movimento de estudantes e trabalhadores que a burocracia prejudicava o Partido Comunista Chinês, era sua pretensão transformar cada unidade económica chinesa (tais como fábricas, fazendas) em unidades de estudo e reconstrução do comunismo. Desta forma, o colectivismo era expandido e o campo das ideias, da cultura, chegava a todos.

e incluindo os emigrantes na rede económica da 'Grande China', incentivaram o retorno dos estudantes e dos mais antigos emigrantes ricos e o investimento no território nacional. 'Retornar para servir o país' era o slogan oficial.

Muitas das migrações chinesas nos anos 70 e 80 do século XX, sobretudo as intra-asiáticas, foram clandestinas e sustentadas por redes migratórias centenárias, mas também, em menor dimensão, na sequência dos programas governamentais de intercâmbio de estudantes e de estudo no exterior, implementados no final da década de 1970 e que pretendiam ser um instrumento para recuperar o atraso tecnológico que a China padecia face ao Ocidente. Como consequência da falta de apoio por parte do Estado, os trabalhadores chineses entravam nos países de destino como estudantes ou turistas e ficavam para além da validade das respectivas autorizações de estadia, como, por exemplo, na Coreia e no Japão. Nesta altura também, aproveitando o abrandamento das políticas de imigração dos E.U.A. e do Canadá, a emigração chinesa para a América do Norte aumentou de forma substancial. Uma das formas de entrada irregular nos E.U.A. mais utilizada pelos emigrantes chineses foi (e continuou a ser) através do México.

No início dos anos 1980 a emigração chinesa rondava os 27,5 milhões de emigrantes chineses, dos quais 91% encontravam-se no continente asiático. Dos restantes (2.542.968), 60% viviam no continente americano (maioritariamente nos E.U.A. e Canadá), 30% na Europa, 7% na Oceânia (Austrália e Nova Zelândia) e 3% em África.

Tabela 7. Distribuição dos emigrantes chineses por continente/principais países de destino no início dos anos 1980

Continente/país de destino	Ano	Emigrantes chineses	Continente/país de destino	Ano	Emigrantes chineses
Ásia		20.047.523	República Dominicana	1982	5.500
Indonésia	1982	6.150.000	Paraguai	1982	4.000
Tailândia	1980	4.800.000	Argentina	1982	2.000
Malásia	1982	4.100.000	Bolívia	1982	2.000
Singapura	1980	1.856.237 ^a	Chile	1982	2.000
Filipinas	1982	1.036.000	Honduras	1982	1.000
Burma	1982	700.000	Outros		4.160
Vietname	1983	700.000 ^b	Europa (incluindo US)		761.044
Macau	1981	271.140	Reino Unido	1982	230.000
Índia	1982	110.000	França	1982	210.000
Japão	1982	54.607	União Soviética	1985	210.000 ^b
Cambodja	1983	50.000 ^b	Holanda	1982	60.000
Coreia do Sul	1980	46.192	RFA	1982	20.000
Arábia Saudita	1982	45.000	Suécia	1982	5.000
Brunei	1982	40.784	Áustria	1982	4.500
Turquia	1982	36.000	Bélgica	1982	4.000
Coreia do Norte	1983	10.000 ^b	Espanha	1982	3.500
Laos	1983	10.000 ^b	Itália	1982	3.500
Nepal	1980	9.100 ^b	Suíça	1982	3.200
Timor Leste	1979	8.300 ^b	Portugal	1982	2.500
Mongólia	1983	4.000 ^b	Dinamarca	1982	2.000
Paquistão	1982	3.600	Irlanda	1984	1.000 ^b
Sri Lanka	1982	3.000	Outros		1.844
Ruykyu	1982	2.400	Oceânia		177.128
Outros		1.163	Austrália	1983	122.700
Américas		1.527.165	Nova Zelândia	1982	20.000
EUA	1982	910.843	Tahiti	1983	20.000
Canadá	1982	325.000	Papua Nova Guiné	1982	5.000
Brasil	1982	65.000	Fiji	1980	4.600
Peru	1982	52.000	Outros		4.828
Panamá	1982	33.000	África		77.631
Jamaica	1982	20.000	Maurícias	1982	34.100
México	1982	20.000	Madagáscar	1982	13.600
Venezuela	1982	14.000	Reunião	1982	13.400
Guatemala	1982	13.700	África do Sul	1983	11.000
Equador	1982	12.800	Nigéria	1982	1.000
Suriname	1982	10.000	Angola	1983	700 ^b
Cuba	1982	7.000	Seychelles	1982	600
Costa Rica	1982	6.000	Moçambique	1979	400 ^b
Guiana	1982	6.000	Outros		2.831
Colômbia	1982	5.600	Total		22.599.491
Trinidad e Tobago	1980	5.562 ^a			

Fonte: Poston & Yu (1990), com base em: a) dados dos censos nacionais;
b) dados de publicações da China

Para melhor se compreender a dimensão e os contornos da exponencial emigração chinesa (regular e irregular) nos anos 1980, é relevante considerar a importância de outros aspectos que também contribuíram para tal, dentro de um contexto de aumento do crescimento populacional e da grande reforma económica da China, assim como das alterações estruturais da nova política económica chinesa e das condições nos países de destino que passamos a abordar.

A erosão do Estado social, juntamente com a dissolução do racionamento alimentar e dos benefícios sociais do Estado como a habitação, porventura fizeram desaparecer a razão de permanência num determinado local. Quando esta ligação forte foi quebrada, os chineses sentiram-se livres para considerar a migração, interna ou internacional, como uma outra forma alternativa de subsistência (Goldstone, 1997).

A maior facilidade de ligação dos antigos emigrantes chineses espalhados pelo mundo com o país de origem, para além de lhes ter propiciado condições para o aumento do número de práticas transnacionais, facilitou a emigração de familiares, amigos e conhecidos para junto deles.

A motivação para emigrar também foi estimulada pelas condições dos países receptores. A formação e consolidação de modernos países de imigração no passado recente e o crescimento da procura de vários tipos de trabalhador, qualificado e não-qualificado, por parte de países menos industrializados também contribuíram para o aumento da emigração chinesa. Foi assim que estes novos emigrantes continuaram a ir em grande número para a Ásia (sobretudo Coreia do Sul e Japão), mas os destinos principais foram os países desenvolvidos do Ocidente – Canadá, E.U.A., Europa – e a Austrália, como já referido. Neste contexto, as organizações criminosas de tráfico e exploração de pessoas aproveitaram a ausência ou afrouxamento do controlo fronteiriço por parte de certos países, como a região este da Rússia ou da Comunidade Europeia, para aumentarem a sua actividade.

Após a liberalização da lei da emigração em 1985 que tornou a viagem num direito basilar e menos burocrático, e os protestos na Praça de Tiananmen em 1989, iniciou-se a mais recente vaga de emigrantes chineses, destacando-se por ser muito mais heterogénea que as anteriores. Beneficiando da redução de controlo de viagens dos cidadãos chineses para o exterior, nos anos 1990 a emigração acelerou e atingiu

o seu máximo em termos de volume, registando-se um total anual de 180 mil emigrantes nessa década.

Tendo começado nos anos 1980, acelerado nos anos 1990 e continuado até ao início do século XXI, a emigração chinesa para os Novos Países Industrializados asiáticos, para a Austrália, Canadá, E.U.A. e muitos países europeus continuou a ser uma realidade, reduzindo assim a parte proporcional de emigrantes chineses a viver concentrados na tradicional região do Sudeste Asiático. Porém, esta região continuou a ser o destino onde se encontram mais emigrantes chineses – 78 por cento – fruto da herança de uma história milenar. Muitos destes chineses que estão no Sudeste Asiático ocupam hoje posições-chave no sector bancário, nos transportes e no comércio por grosso. Asseguram a coesão da colectividade fundando escolas, sociedades de cooperação e organizando-se sob a forma de associações desportivas e mesmo sociedades secretas, muitas destas, também, com fins beneficentes. Para além destes destinos, os emigrantes chineses passaram a ir em maior número para o continente africano, estimando-se que o número de chineses a trabalhar e a viver em África ronde os 750 mil²⁰ na primeira década do século XXI.²¹

Chegou-se então ao início do século XXI com uma crescente emigração chinesa para todo o mundo. Estima-se que o universo de migrantes de etnia chinesa a viver fora da China continental, Hong Kong, Taiwan e Macau fosse de 39-40 milhões no ano 2000. Porém, quando comparado com o total da população na China (1,35 biliões), o número de emigrantes chineses torna-se insignificante: 2 por cento.

²⁰ «In recent years, the People's Republic of China has built increasingly stringer with African nations. As of August 2007, there were an estimated 750.000 Chinese nationals working or living for extended periods in different African countries. An estimated 200.000 ethnic Chinese live in South Africa. In a 2007 *New York Times* article, Chad Chamber of Commerce Director estimated an 'influx of at least 40.000 Chinese in coming years' to Chad. As of 2006 there were as many as 40.000 Chinese in Namibia, an estimated 80.000 Chinese in Zambia and 50.000 Chinese in Nigeria. As many as 1000.000 Chinese are living and working across Angola. There are currently 35.000 Chinese migrant workers in Algeria» (Wikipedia).

²¹ Sobre a problemática da imigração chinesa em África *vide*, por exemplo, Mohan & Kale (2007).

Tabela 8. Emigração chinesa nos anos 1980 e 2000

Continentes/País de destino	Década de 1980	Emigrantes chineses (1)	Década de 2000	Emigrantes chineses (2)	Crescimento Anos 1980/2000
Ásia	1982	23.631.231	2006	30.976.784	31%
Indonésia	1982	6.150.000	2005	7.566.200	23%
Malásia	1982	4.100.000	2008	6.187.400	51%
Tailândia	1980	4.800.000	2005	7.053.240	47%
Singapura	1980	1.856.237a	2009	2.684.900	45%
Vietname	1983	700.000b	2005	1.263.570	81%
Filipinas	1982	1.036.000	2005	1.146.250	11%
Myanmar	1982	700.000	2005	1.101.314	57%
Japão	1982	54.607	2008	519.561	851%
Coreia do Sul	1980	46.192	2009	624.994	1.253%
Cambodja	1983	50.000b	2005	343.855	588%
Índia	1982	110.000	2005	189.470	72%
Laos	1983	10.000b	2005	185.765	1.758%
Américas	1982	1.663.075	2008	6.059.240	264%
E.U.A.	1982	910.843	2007	3.376.031	271%
Canadá	1982	325.000	2006	1.612.173	396%
Peru	1982	52.000	2005	1.300.000	2.400%
Brasil	1982	65.000	2005	151.649	133%
Panamá	1982	33.000	2003	135.000	309%
Cuba	1982	7.000	2008	114.240	1.532%
Argentina	1982	2.000	2008	100.000	4.900%
Europa	1982	550.926	2006	1.700.000	209%
Rússia	1985	210.000b	2005	998.000	375%
França	1982	210.000	2005	230.515	10%
Reino Unido	1982	230.000	2008	500.000	117%
Itália	1982	3.500	2007	156.519	4.372%
Espanha	1982	3.500	2008	128.022	3.558%
Holanda	1982	60.000	2006	114.928	92%
Alemanha	1982	20.000	2004	71.639	258%
Irlanda	1984	1.000b	2006	16.533	1.553%
Portugal	1982	2.500	2007	9.689	288%
Roménia	1978	33b	2002	2.249	6.715%
Oceânia	1983	168.456	2003	1.000.000	494%
Austrália	1983	122.700	2006	669.896	446%
Nova Zelândia	1982	20.000	2006	147.000	635%

África	1982	78.509	2003	103.000	31%
África do Sul	1983	11.000	2008	200.000	1.718%
Angola	1983	700b	2007	40.000	5.614%
Zâmbia	1979	31	2003	20.000	64.416%
Maurícias	1982	34.100	2007	30.000	-12%
Total	1982	26 092 197		39.839.024	53%

Fonte: Poston & Yu (1990), com base em: a) dados dos censos nacionais;
b) dados de publicações da China (elaboração da autora)

Em termos geográficos, a *nova emigração* chinesa na viragem do século XX para o século XXI caracteriza-se por uma grande diversidade das suas origens. Apesar de muitos dos emigrantes mais recentes, na sua maioria homens, serem da região sul da China, a percentagem de outras regiões cresceu extraordinariamente, como o caso do Nordeste.

Ao contrário dos seus predecessores que eram predominantemente trabalhadores²² (com uma pequena minoria de comerciantes), a composição da *nova emigração* é também ela diversificada e complexa. Nesta altura, os emigrantes chineses, independentemente de se encontrarem ou não em situação legal, podem ser distinguidos por quatro tipos predominantes: (I) os emigrantes temporários que foram como estudantes particularmente para países industrializados e que mais tarde acabam por não regressar à China; (II) os quadros qualificados que emigram por causa das suas habilitações profissionais; (III) os emigrantes que se juntam aos seus familiares; (IV) os emigrantes empresários e trabalhadores indiferenciados.

Quanto aos estudantes e de acordo com dados da UNESCO (2002), 380 mil estudantes chineses foram estudar para o estrangeiro no final do ano 2000. A maioria dos cidadãos chineses que foi estudar para fora do país é originária do norte e este da China e de grandes cidades como Beijing e Shangai. Este número representa uma grande parte do total dos 1,6 milhões de população estudante chinesa internacional. Entre eles, cerca de 50 mil estudantes chineses foram ao abrigo de programas do Estado, mais de 100 mil foram enviados pelas respectivas unidades de trabalho e cerca de 160 mil foram por iniciativa própria. Para além destes, cerca de 100 mil chineses

²² De acordo com um inquérito feito em Qingtian, na província de Zhejiang, dos 40 mil emigrantes legais que saíram da China entre 1979 e 1995, 50% eram camponeses, 25% trabalhadores, 12,5% comerciantes, 7,5% estudantes e 5% quadros qualificados. Como consequência, eles só podiam ter encontrado trabalho em negócios étnicos como restaurantes e indústrias têxteis (Zhou, 2006: 183).

alteraram o estatuto dos seus vistos para estudantes com financiamento próprio. Encontrando-se espalhados por 103 países, porém cerca de 90% estão concentrados nos E.U.A., no Canadá, no Japão, na Austrália e na Europa. Estima-se que anualmente 25 mil estudantes chineses continuem a optar por estudar no exterior.

Em relação aos Quadros Qualificados chineses, sabe-se que até ao final de 2006 havia aproximadamente 1,4 milhões, dos quais 600 mil emigraram antes de 1978 e 800 mil depois dessa data. No caso concreto do Canadá que implementou uma política de imigração selectiva, em 1998, dos 19.749 chineses que entraram legalmente no Canadá, 60 por cento (11.927) eram profissionais (Hongying *apud* Liu, 2005). Passados dois anos, foram mais de 40 mil novos emigrantes chineses para o Canadá, sendo que a maioria era formada por profissionais, representando mais de 20 por cento do total de imigrantes acolhidos nesse mesmo ano. Desde o final dos anos 90 do século XX que estes se tornaram um eleitorado especial do governo chinês. O governo e algumas agências semi-governamentais colocaram em prática cerca de duzentas políticas e numerosos programas de estímulo ao retorno ou ao desenvolvimento de estreitas ligações dos emigrantes quadro qualificados com a China (Biao, 2008).

Nos últimos anos, o aumento do número de empresários com práticas transnacionais entre os *novos emigrantes* tornou-se um componente adicional importante do rápido crescimento económico da China. Estes empresários nasceram e foram educados na China e mantêm ligações familiares, pessoais e profissionais com o país de origem. Apesar de muitos deles se terem tornado cidadãos ou residentes permanentes dos países de destino, a China continua a ser uma importante fonte de apoio. Tendo muitos deles sido educados e trabalhado na China e/ou no Ocidente, adquiriram conhecimento de culturas e tecnologias diferentes, o que acarreta um papel significativo na modelação dos seus comportamentos empresariais, tanto na China como nas sociedades de acolhimento. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) veio proporcionar mais oportunidades para aqueles a quem a cultura chinesa e as práticas ocidentais são ambas familiares. Actualmente, os emigrantes empresários têm vantagens únicas em desenvolver os seus negócios na China, tendo em conta as inúmeras e vantajosas oportunidades proporcionadas pelas autoridades. Este tipo de emigrantes chineses será tratado de forma particular ao longo deste trabalho.

Apesar das diferenças significativas no que respeita aos seus conhecimentos educacionais e ao *status* socioeconómico, os vários grupos de novos emigrantes partilham uma similaridade importante, nomeadamente por terem nascido e crescido na China, e por terem o chinês como língua mãe. Para além disso, em geral, as práticas transnacionais são comuns a todos.

Uma considerável proporção da emigração chinesa, até pelo menos 10 por cento, é irregular e tem vindo a aumentar e é umas das principais preocupações sobretudo dos países de destino²³. É composta por indivíduos que entraram de forma clandestina nos países de destino, por outros que optaram por permanecer nos países de destino para além da validade dos vistos ou por vítimas de redes de tráfico. Muitos emigrantes clandestinos recorrem ao barco mas a maioria opta pela via aérea através de uma variedade de rotas complexas que envolvem os países do Sudeste Asiático, a Rússia, países do leste da Europa e América Latina. Estas rotas são essencialmente o produto das redes de emigrantes chineses e mais particularmente das associações criminosas, as tríades. A maioria dos emigrantes irregulares é originária do sul da China, principalmente da província de Fujian, mas também há um fluxo significativo de emigrantes ilegais das províncias do nordeste da China, nomeadamente para o Extremo Oriente da Rússia onde se estima que se encontre cerca de um milhão de chineses a viver nas regiões fronteiriças da Sibéria. Com o pagamento de aproximadamente cinquenta mil dólares aos agentes, no caso da emigração irregular para os EUA, este movimento tornou-se uma questão problemática sobretudo para o país de destino onde, controlados por associações criminosas, os emigrantes vivem em circunstâncias ténues, mantidos em situações de trabalho forçado para pagamento de dívidas, como acontece em particular no comércio nas *Chinatown* de Nova Iorque e São Francisco. Esta situação é sobretudo fruto da procura de trabalho em enclaves étnicos chineses em países de destino e também do controlo apertado da emigração nos países de origem.

«A 5 de Abril [de 2006], 22 cidadãos chineses foram presos no porto de Seattle, Estado de Washington, quando saíam do contentor de 12 metros onde se tinham escondido, no navio de carga que os trouxe da China.

Na véspera, o ministro da Administração Interna, Michael Chertoff, anunciara que os Estados Unidos e a China estavam a ultimar um acordo para

²³ Sobre a problemática da emigração chinesa ilegal e redes chinesas de tráfico de pessoas *vide* Skeldon (2000), Pieke (2004), Chin (1999), Myers (1997), Skeldon (2000), Kuhn (2008).

repatriar 39 mil chineses clandestinos. No dia 16 de Março, um juiz de Manhattan condenara uma americana de origem chinesa à pena máxima de 35 anos de prisão, por ter dirigido, durante 20 anos, uma das redes de passadores de imigrantes mais lucrativas de Nova Iorque, responsável por pelo menos duas dezenas de mortos.» (Courrier International, 2006)

Foi com Jiang Zemin e depois com Hu Jintao que as autoridades chinesas passaram a atribuir à emigração uma importância fundamental, passando esta a ser incluída na agenda política e a estar sempre presente na formulação e implementação das políticas governamentais. Os emigrantes passaram assim a constituir um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do país, representando um papel importante tanto na área económica como na inovação e tecnologia. Apesar de a maior contribuição dos emigrantes chineses (sejam eles documentados ou indocumentados) para a nação continuar a ser feita através das remessas que são veiculadas para o consumo das famílias e para investimentos nos locais de origem dos emigrantes²⁴, a emigração também passou a ser vista como uma importante contribuição para o aumento de *know-how* tecnológico e para o conhecimento das práticas internacionais num vasto leque de áreas. Em conformidade com esta opção, as práticas transnacionais são cada vez mais fomentadas pelo próprio governo central e pelos governos regionais. Por exemplo, no que respeita à transmissão de conhecimentos, cerca de três mil emigrantes chineses académicos visitaram vários institutos de investigação e agências governamentais em Fujian para fazerem apresentações ou como consultores durante os últimos anos de 1990 (Luo & Zeng *apud* Liu, 2005). Para além disso, trabalham cerca de 4.100 retornados nas cinquenta e seis zonas industriais criadas na China para atrair estudantes e cientistas chineses no exterior, existentes no início do século XXI (Zhoukan *apud* Liu, 2005).

É neste contexto que na viragem do século XX para o século XXI se testemunha o renascimento do nacionalismo nos emigrantes chineses, não obstante a ligação com o país natal que sempre caracterizou a emigração chinesa, porém de forma menos significativa nas primeiras vagas de emigração devido às dificuldades encontradas ao longo dos tempos.

²⁴ Os emigrantes de etnia chinesa contam com cerca de 80% de Investimento Directo Estrangeiro na China (Bolt, 2000; Shambaugh, 1995).

Através das mais variadas iniciativas, o governo chinês passou a promover a aproximação dos seus emigrantes à nação, procurando envolvê-los em questões relacionadas com a prosperidade económica, a regeneração cultural e a unificação nacional. É amplamente difundido aos novos emigrantes que eles podem contribuir para estas questões, beneficiando também da realização das mesmas.

Surge assim uma alteração quanto à contribuição que os emigrantes chineses podem dar à China. O até então slogan oficial de ‘retornar para servir o país’ foi substituído por ‘servir o país’, independentemente de haver ou não um retorno físico e definitivo à China. Através de uma diferente ponderação atribuída ao elemento territorial, esta nova orientação expande grandemente os horizontes e os espaços dos novos emigrantes. O governo chinês pretende assim tentar aproximar o Estado-nação aos emigrantes chineses espalhados pelo mundo, dando-lhe mais ênfase como entidade soberana e símbolo cultural. Estes esforços também reduzem a distância, em termos de conotações políticas, geográficas e culturais da China com os assuntos relacionados com os seus compatriotas no exterior.

Num contexto de globalização em que os transportes e as comunicações passaram a estar muito facilitados e acessíveis a todos e também com o incentivo do governo chinês, de um modo geral e sobretudo os *novos emigrantes* mantêm fortes ligações com a pátria, permanecendo cultural e politicamente ligados e interessados pelos assuntos relativos à China. A extensão de escolas chinesas²⁵ e os meios de comunicação em chinês no exterior (incluindo os jornais, os programas televisivos, os *websites* e os grupos de discussão na Internet) alimentam o seu entusiasmo pelo conhecimento sobre a China, promovem a cultura chinesa e acabam por fomentar o nacionalismo, contribuindo para a existência de um forte sentimento de pertença a uma comunidade chinesa una e única, sem estar limitada às fronteiras físicas.

Outros factores contribuíram para o renascimento do nacionalismo chinês e para a existência de uma ligação mais profunda com a China, como sejam as novas condições político-legais que passaram a permitir aos emigrantes mais recentes manter a sua cidadania de origem, ou as habilitações académicas e profissionais mais elevadas

²⁵ Nos anos 1990 existiam 635 escolas de língua chinesa nos EUA (189 na Califórnia), onde estavam inscritos cerca de 83 mil estudantes (Zhou & Kim *apud* Liu, 2005). Na Europa, existiam 266 escolas chinesas no fim dos anos 90 (Hongying *apud* Liu, 2005).

dos *novos emigrantes*, quando comparados com os seus compatriotas de vagas emigratórias anteriores.

II.1.3. A emigração chinesa para a Europa

Entre o século XVI e o século XVIII, ao contrário do que acontecia na China que contava com a presença de alguns milhares de europeus, sobretudo missionários e comerciantes, na Europa havia poucos chineses, não mais de duas ou três centenas, tendo muitos deles ido para Roma e Nápoles a fim de exercerem actividades ligadas à Igreja Católica.

Curiosamente, o primeiro registo de um chinês na Europa data de 1540 em Portugal. Provavelmente terá sido feito prisioneiro e escravizado numa viagem dos portugueses a um dos portos da costa sudeste da China na primeira metade do século XVI. Não era um mero servo doméstico mas sim um pessoa com educação que dominava o chinês e o português, tendo sido levado para Portugal por João de Barros para fazer trabalhos de tradução (Mungello, 1943: 77).

Não obstante haver registos de emigrantes chineses no continente europeu no final do século XIX, só no século seguinte é que a sua presença se tornou significativa, tendo havido vários fluxos distintos ao longo do século. Os quatro principais, na primeira década do século XX sucederam-se dois destes importantes tipos de fluxos migratórios da China para a Europa.

Um deles era composto por trabalhadores chineses, à semelhança dos *coolies*, anteriormente referidos, que foram para os continentes americano e oceânico no século XIX. Chegaram durante o período da Primeira Guerra Mundial e haviam sido recrutados pela França para trabalharem na indústria militar e no apoio logístico. Depois de o conflito terminar, foram contratados, por cinco anos, cerca de mais 100 mil emigrantes chineses, provenientes de Shandong, Shangai e Zhejiang, para trabalhar para as forças aliadas na reconstrução europeia, sobretudo da França. Porém, no fim do tempo de contrato, nem todos regressaram à China, tendo cerca de três mil decidido ficar, dos quais 1.850 trabalhadores qualificados chineses, assinaram contratos de longo

prazo com empresas francesas da indústria (Live, 1998: 98 *apud* Ember, Ember & Skoggard, 2005) e outros acabaram por casar com mulheres francesas e ficar emigrados em França. Os trabalhadores contratados foram igualmente importantes na abertura do Extremo Leste da Rússia antes da Revolução de 1917. Os que acabaram por ficar durante a revolução combateram ao lado dos bolcheviques contra os *brancos* (Larin, 1998).

Um segundo fluxo esteve relacionado com a colonização europeia do sul e sudeste da Ásia e com o rápido desenvolvimento das rotas marítimas entre o Ocidente e o Oriente. Estas rotas eram longas e árduas e as condições de trabalho dos marinheiros europeus não eram as melhores, como foram disso exemplo os funcionários que trabalhavam nas casas das máquinas das embarcações onde a temperatura chegava a atingir 50°C-60°C. A determinada altura, os trabalhadores europeus começaram a reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de tratamento, o que foi 'resolvido' pelas empresas marítimas através da substituição da mão-de-obra europeia por marinheiros asiáticos, incluindo chineses sobretudo da região de Cantão, mão-de-obra esta mais barata e que se sujeitava às difíceis condições de trabalho nos navios sem reivindicações. Foi assim que, no final da primeira década do século XX, as empresas marítimas britânicas empregavam cerca de 39 mil trabalhadores chineses. Também outras empresas marítimas holandesas, francesas, alemãs e dinamarquesas tinham milhares de chineses entre os seus trabalhadores.

Com tantos chineses a trabalhar nas empresas marítimas era previsível que a sua presença também se fizesse sentir nos portos marítimos europeus – ou porque se encontravam doentes, ou a aguardar a partida do navio, ou encontravam-se à espera da renovação do contrato, ou ainda porque não queriam continuar a trabalhar nos navios – encontrando-se habitualmente aglomerados em pensões chinesas. Indo ao encontro desta atitude de separação da restante sociedade, foram surgindo em vários portos europeus, tais como Amesterdão, Roterdão, Liverpool, Londres, Hamburgo, uma espécie de *Chinatown*.

Um terceiro fluxo emigratório de chineses era composto por vendedores ambulantes, oriundos dos distritos de Wenzhou e Qingtian da província de Zhejiang, que começaram a chegar à Europa na primeira metade do século XX. Este movimento migratório ficou a dever-se ao facto de ter surgido o rumor no distrito de Qingtian

de que as esculturas chinesas feitas em pedra de sabão tinham um mercado «maravilhoso» na Europa (Thuno, 1999:162). Consequentemente, centenas de chineses da província de Zhejiang, sobretudo camponeses, decidiram emigrar para a Europa no intuito de se tornarem ricos com a venda de esculturas de pedra. Embora a maioria não tenha conseguido alcançar o seu objectivo, não houve um regresso massivo à terra natal. Principalmente por terem vergonha de regressar de mãos vazias, estes chineses ficaram como vendedores ambulantes de gravatas baratas, laços, ou pequenos brinquedos nas estradas da Europa (Ember, Ember & Skoggard, 2005).

Um quarto fluxo emigratório de chineses para a Europa era composto por estudantes chineses. Apesar de iniciado ainda no final do século XIX, só na segunda década do século XX é que este fluxo de jovens chineses que emigravam com o propósito de estudar em universidades europeias se tornou numericamente relevante. Alguns destes estudantes chineses eram enviados pelo próprio Governo chinês, outros tinham simplesmente o apoio dos pais e outros ainda estavam por conta própria. Foi assim que nos anos 20 do século XX cerca de dois mil estudantes foram estudar para França, tendo sido influenciados pelo movimento de propaganda na China que proclamava os ideais da Revolução Francesa e, entre estes, alguns tornaram-se conhecidos líderes revolucionários chineses depois de regressarem à China, como foi o caso de Deng Xiaoping. Mas nem todos regressaram. Cerca de um quarto deles optou por ficar em França.

Para além dos fluxos já referidos, também outros chineses étnicos oriundos de colónias europeias do Sudeste Asiático, como as Índias Orientais holandesas, a Indochina francesa e a Malásia britânica, optaram por emigrar para a Europa. Apesar de serem chineses étnicos, tinham diferenças culturais substanciais em relação aos emigrantes provenientes do território chinês, uma vez que muitos deles já nem falavam chinês porque pertenciam a gerações recentes de famílias que tinham ido da China para o Sudeste Asiático há muito tempo atrás.

Fruto da presença de todos estes diferentes grupos de emigrantes chineses, o número total de imigrantes chineses na Europa era de 40 mil em 1935 (Ember, Ember & Skoggard, 2005), marcando o primeiro pico de imigração chinesa na Europa até então. Porém, este número rapidamente diminuiu porque, na 'percepção' de um segundo

conflito mundial ter lugar, muitos migrantes chineses optaram pelo regresso à terra natal. Os que ficaram na Europa viveram uma situação extremamente difícil.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a Europa Ocidental rapidamente sarou as feridas da guerra e entrou numa fase de desenvolvimento económico. Num contexto de prosperidade geral, o sistema social de previdência tornou-se um modelo ideal, tendo os imigrantes chineses que se encontravam na Europa beneficiado dele. Porém, este factor de atracção mostrou-se não suficiente para impulsionar o fluxo migratório da China para a Europa.

Na China, vivia-se o estabelecimento da República Popular da China que contribuiu para a diminuição da corrente emigratória, nomeadamente tornando difícil a saída aos familiares e amigos dos emigrantes chineses oriundos de Zhejiang e Guangdong, como já referido na secção anterior. Esta situação fez com que houvesse menos migrantes chineses na Europa na década de 1950 do que na década de 1930.

Tabela 9. Número total de migrantes chineses na Europa em 1935 e em 1955

Migrantes chineses na Europa	Ano 1935	Ano 1955
	38.484	13.794

Fontes: Ano 1935: Ember, Ember & Skogard (2005); Ano 1955: Poston & Yu (1990)

A partir de então, a situação altera-se e a emigração chinesa para a Europa, sobretudo para a parte Ocidental, passa a ter uma tendência de crescimento acentuado que chega até à actual primeira década do século XXI.

Foi assim que, entre o final dos anos 1950 e o princípio dos anos 1960, se iniciou um novo fluxo proveniente das regiões rurais dos Novos Territórios de Hong Kong. Nessa altura estavam a ocorrer alterações no sistema agrícola, com a substituição da economia de arroz pelo cultivo de vegetais e por parques industriais, o que forçou muitos chineses camponeses a procurar alternativas de meios de subsistência. Estando Hong Kong sob administração britânica, a escolha da Grã-Bretanha como país

de destino passou a aumentar. Assim, durante os anos entre 1955 e 1960, emigraram em média anualmente 450 pessoas dos Novos Territórios para a Grã-Bretanha (Ng, 1968: 37). Para além destes, também chegaram à Grã-Bretanha, via Hong Kong, chineses continentais.

Em 1965 já existiam cerca de 45 mil chineses a viver na Grã-Bretanha. Encontravam ligados, na sua grande maioria, à restauração étnica. Porém, a determinada altura, devido às limitações de emprego fora do negócio de restauração chinesa e ao espaço limitado para estes negócios se expandirem, acabou por dar-se uma progressiva re-emigração dos chineses na Grã-Bretanha para países próximos, primeiro para a Holanda e para a Bélgica e mais tarde para a França e Alemanha. Outro fluxo que surgiu nesta época (finais dos anos 1950 e princípios dos anos 1960), foi o proveniente da Indonésia para a Holanda, causado pelas perseguições anti-chineses vividas pelos emigrantes chineses.

Já na segunda metade da década de 1970 surgiu um outro fluxo migratório de chineses étnicos oriundo do Sudeste Asiático para a Europa Ocidental. As razões que levaram a esta re-emigração estiveram relacionadas com o processo de descolonização e a situação de instabilidade económica provocada por conflitos políticos e as consequentes perseguições vividas pelos chineses que se haviam estabelecido na Indochina há já várias gerações. Neste caso, mais uma vez, a relação colonial teve peso na tomada de decisão de emigrar. Devido à relação entre a Indochina e a França, foram aceites em França como refugiados cerca de 145 mil indochineses, muitos deles vietnamitas. Para além deste país da Europa Ocidental, também outros aceitaram receber refugiados da Indochina, totalizando-se entre 200 e 250 mil de emigrantes provenientes da Indochina, dos quais entre 120 e 150 mil eram chineses étnicos (Li, 2002 *apud* Ember, Ember & Skoggard, 2005). No caso dos emigrantes chineses estabelecidos na Indonésia, o fluxo emigratório teve como destino principal a Holanda, como era conjecturável tendo em conta o passado colonial.

II.1.3.1. A nova emigração chinesa na Europa

A partir do meio da década de 1980 surge um novo fluxo de emigrantes chineses para a Europa, mas desta vez proveniente de várias regiões da China continental. Este fluxo exponencial, a designada *Nova Emigração* chinesa, manteve-se contínuo até à actual primeira década do século XXI, como já referido, sendo que a viragem do século XX para o século XXI foi o período em que mais se intensificou.

No contexto de reformas do governo de Deng Xiaoping, da *política de porta aberta* e de retirada das restrições à emigração, mais de 300 mil dos emigrantes chineses escolheram a Europa como destino, durante os anos 1980, havendo um total de mais de 750 mil no início da década (*vide* tabela 7, pág. 110). Apesar de ser um número impressionante, quanto comparado com o número total do universo dos emigrantes chineses, cerca de 27,5 milhões, deixa de o ser.

Quanto à entrada regular de emigrantes chineses na Europa, esta contemplou sobretudo a autorização de trabalho, a licença para criação de empresas ou investimentos, a educação e a reunificação familiar. Para além destes, houve também outros emigrantes chineses em situação irregular, ou porque decidiram permanecer para além do prazo das autorizações legais, ou por terem entrado de forma clandestina na Europa. Esta situação ocorreu sobretudo em França, Itália e Espanha, países onde o controlo da imigração é menor e onde foram feitas várias regularizações extraordinárias ao longo da década de 1980²⁶.

Em relação às regiões de origem dos migrantes chineses que se estabeleceram na Europa, cerca de dois terços provinham da província de Zhejiang, dos distritos de Wenzhou e Qingtian no Sul da província, falantes do dialecto Wu. Os oriundos de Hong Kong e do Delta do Rio das Pérolas, na província de Guangdong, falantes de Cantão e Hakka, e os chineses residentes no Sudeste Asiático, falantes de vários dialectos mas principalmente de Hokkien (Sul de Fujian), Teochiu (Shantou), Cantão e Hakka (Pieke, 2002: 9). Apesar de em menor número, também havia migrantes chineses dos distritos de Fuzhou e Fuqing da província de Fujian.

²⁶ França: 1981; Itália: 1982, 1986; Espanha: 1986.

No início da década de 1980, o Reino Unido continuava a ser o principal destino dos migrantes chineses na Europa, contando com cerca de 30 por cento do total dos migrantes chineses em situação regular. Em França, como na União Soviética, estavam cerca de 210 mil imigrantes chineses a residir. Nestes três países estava concentrada a maioria da imigração chinesa (85 por cento). Não obstante, também na Holanda se encontrava um número significativo de imigrantes chineses que rondava os 60 mil (*vide* tabela 7, pág. 110).

Apesar de ainda pouco representativa em termos de volume, foi na década de 1980 que a emigração chinesa para a Europa de Leste se começou a tornar significativa. Fruto das circunstâncias políticas, durante as duas décadas anteriores – sérios conflitos ideológicos e tensões diplomáticas entre a China e Bloco de Leste –, não havia até então praticamente imigrantes chineses nessa região. Os que tinham emigrado antes do segundo conflito mundial foram fortemente discriminados e poucos foram da China para se juntar a eles.

Na segunda metade da década de 1980 as circunstâncias no país de origem e nos países do leste da Europa alteraram-se. Na China vivia-se a liberalização económica e no Bloco de Leste vivia-se uma profunda crise económica no contexto da Guerra Fria e conseqüente colapso económico na União Soviética que provocou na região uma profunda carência de bens e mercadorias, não havendo produtos para vender nas lojas. Esta situação de devastação foi vista como uma oportunidade comercial por parte de muitos chineses que decidiram arriscar ir para aquela região. Foi assim que surgiu o fluxo de emigrantes chineses composto por vendedores ambulantes, comerciantes, revendedores e mercadores, conhecidos por *Daoye* para a Europa de Leste, sobretudo para a Hungria, mas também para o Extremo Oriente da então União Soviética.

No início, os *Dayoe* beneficiaram do acordo de não-visto entre a China e a Hungria (1988 a 1991) e a concessão mais fácil de visto de turismo junto à fronteira com a então União Soviética. Alguns jovens chineses carregavam pesadas malas cheias de roupas ou outros produtos leves de fábricas em Guangzhou, Fujian e Zhejiang para vender nas estações ferroviárias quando viajavam no comboio sino-soviético entre a Sibéria e Moscovo. Na viagem de regresso, aproveitavam para levar alguns produtos para vender na China. Alguns destes vendedores estabeleceram-se em Moscovo

ou Budapeste quando não conseguiam vender os seus produtos rapidamente. Os anos 1980 foram anos de grande lucro. Em média tinham um lucro de 200 por cento na venda de produtos chineses na Hungria. Muito tornaram-se ricos ‘do dia para a noite’, o que funcionava como factor de atracção para eventuais emigrantes chineses.

Em 1989, com a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, começou uma nova fase política na Europa de Leste. Neste contexto, a emigração chinesa para a região aumentou. Para além da Rússia e da Hungria, também a República Checa, Roménia, Polónia e a antiga Jugoslávia passaram a ser destinos escolhidos pelos emigrantes chineses, os quais se ocupavam em termos laborais como vendedores ambulantes, investidores, ou empresários e trabalhadores da restauração.

A nova emigração chinesa para a Europa na viragem do século XX para o século XXI

A diferente fase em que a emigração chinesa para a Europa entrou nos anos 1980 tornou-se mais nítida na década de 1990. Foi sobretudo entre o final desta e início da primeira década do século XXI que as diferenças se tornaram ainda mais acentuadas, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Não obstante a Europa atrair cada vez mais chineses, o seu número é relativamente baixo quando comparado com o total da imigração e com as nacionalidades mais representativas. O número de regiões de origem assim como de destino aumentaram ainda mais e os contextos socioeconómicos também se alteraram; os tipos de emprego e o empreendedorismo diversificaram-se; novos métodos de entrada têm sido utilizados, com o aumento do recurso à reunificação familiar e ao asilo no caso da França, Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda e outros países do norte da Europa; a representatividade numérica entre homens e mulheres aproximou-se, sobretudo com as recentes vagas de emigração do nordeste da China; e houve um relativo envelhecimento da população migrante chinesa. A emigração chinesa passou a caracterizar-se também por ter migrantes das mais variadas origens sociais, com ou sem ligações às emigrações chinesas anteriores ou ao local de origem e pelo aumento de práticas transnacionais.

Iremos de seguida abordar a presente importância das redes migratórias, assim como as alterações ocorridas na China e na Europa que influenciam os actuais fluxos

emigratórios chineses para a Europa, as relativas às regiões de origem e às actuais actividades profissionais dos imigrantes chineses na Europa.

Apesar das diferenças que foram surgindo ao longo das décadas, as redes migratórias chinesas continuaram a ter uma notável importância na história da emigração chinesa. Os novos migrantes chineses da década de 1990 usaram estas antigas ligações e adicionaram novas. Esses contactos foram feitos primeiro entre membros da família e depois por amigos. Dada a circunstância de as origens geográficas dos emigrantes mais antigos serem das províncias do Sul, não é surpreendente que as primeiras redes migratórias sejam originárias dessa região tradicionalmente de emigração. Por exemplo, enquanto entre 1949 e 1979 havia somente 5.292 chineses emigrados da cidade de Fuqing da província de Fujian, duas décadas mais tarde, o número total passou para 44.214 (Liu, 2005: 294).

A maioria dos migrantes chineses na Europa das antigas e das novas vagas de emigração têm ligações baseadas, primeiro nas relações familiares e noutras redes sociais que foram geradas, mas também são o resultado das estratégias migratórias, dando origem a um coeso e dinâmico sistema migratório entre a China e os países europeus de destino. Recentes projectos de investigação realizados demonstraram que os novos fluxos migratórios chineses são ainda parte das redes migratórias, apoiadas pela existência de uma rede. Depois de chegados à Europa, os migrantes mantêm fortes ligações à China, onde a maioria ainda tem familiares próximos, como as mulheres, os filhos, os pais e os irmãos. Estas relações também têm uma vertente importante ligada ao que se designa por *migrant contract* que é uma dívida financeira. A maioria dos emigrantes chineses pediu dinheiro emprestado para financiar a viagem para fora da China e, pelo menos no início, as remessas enviadas para a China são principalmente para pagar a dívida (Guérassimoff-Pina, 2006).

Os novos fluxos de migrantes chineses são caracterizados também pelas ligações intra-europeias, o que se traduz numa crescente mobilidade, função das oportunidades de trabalho ou negócio que eventualmente surjam. De acordo com esta nova realidade, um projecto de investigação desenvolvido em França no ano 2000 apurou a existência de ligações entre os migrantes chineses em França e outros que vivem noutros países europeus (Ma Mung, 2000). Porém, não é uma situação nova. Estas ligações já vêm

das duas últimas décadas do século XX quando imigrantes chineses re-emigraram de países do centro e norte da Europa para países do sul da Europa, para aproveitar o surgimento de novas oportunidades económicas e legislativas (processos de regularização extraordinários).

Os actuais fluxos de migrantes chineses para a Europa não podem deixar de ser relacionados com as alterações das condições tanto na China como a nível internacional.

Desde as reformas ocorridas na China em 1978 e da lei da emigração de 1985 que o país deixou de ser um Estado fechado para passar a ser um dos actores principais na cena internacional, tanto no campo político, económico ou social. As reformas económicas levadas a cabo em regiões e províncias chinesas tradicionalmente menos ligadas ao exterior impulsionaram as ligações com os emigrantes chineses espalhados pelo mundo e mesmo com estrangeiros, fomentando assim o comércio e o investimento estrangeiros, ao mesmo tempo que se permitia a mobilidade interna e internacional de pessoas.

«Reform and foreign trade generated unprecedented economic growth, in turn creating a new entrepreneurial elite and middle class with a life style and expectations to match (Tomba, 20004). In terms of social and spatial mobility, Chinese now have almost as much freedom as residents of non-socialist countries. However, as China's market reform creates an increasingly level playing field, it produces not only winners but also losers: rural dwellers in the interior or otherwise isolated places and urban residents who have been shed by state enterprise reform without much hope of finding comparable employment elsewhere.» (Pieke *et al.*, 2004: 11)

Na segunda metade da década de 1990, o governo chinês implementou um sistema de modernização empresarial e desenvolveu reformas como principais objectivos para o estabelecimento de um sistema socialista de economia de mercado. A partir daí, a reestruturação económica chinesa focou-se na reforma empresarial. É suposto ser estabelecido um sistema empresarial moderno através da reforma das grandes e médias empresas estatais. Problemas de desemprego surgiram antes de um sistema de seguros privado ter sido desenvolvido e os fundos de segurança social pudessem ser obtidos. Ao mesmo tempo, houve um êxodo rural para as cidades, registando-se em 2002 uma migração interna de aproximadamente 129 mil indivíduos

(Migration News, 2002). Os destinos mais comuns foram as regiões da costa Este e Sudeste como Guangdong, Zhejiang, Fujian e Shanghai, tradicionais regiões de emigração onde há uma alta concentração de investimento directo estrangeiro. No Nordeste, muitas fábricas e minas foram encerradas. Cerca de 20 milhões de desempregados urbanos estavam a viver com um valor mensal de 30 dólares em 2002 (Yun, 2004). A taxa de desemprego urbana foi estimada em 7% pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social chinês, incluindo trabalhadores em *lay-off* das empresas estatais.

A decisão da China participar na Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001 provavelmente causou despedimentos adicionais e alimentou pressões migratórias. Ser membro da OMC tem tido efeitos positivos e negativos na migração. Apesar de ter levado ao aumento do investimento estrangeiro, as autoridades chinesas também estão preparadas para aumentar o desemprego quando empresas estatais ineficientes começarem a ser pressionadas por concorrentes estrangeiros. Consequentemente, o número de desempregados chineses que procuram oportunidades no exterior tende a aumentar.

A nova importância dada à emigração pelo Governo chinês como pilar fundamental do desenvolvimento do país é bem visível no interesse estatal junto dos seus emigrantes no exterior. Apesar do Estado chinês não cobrar taxas ou outra forma de contribuições não voluntárias, como fazem alguns países com grandes emigrações como as Filipinas e a Eritreia, tem uma intervenção indirecta, através de organizações, escolas e redes dos emigrantes no país de residência.

Também a nível local as autoridades chinesas têm apoiado os emigrantes que se encontram no exterior e os seus familiares que ficaram no local de origem, ao mesmo tempo que a própria emigração é igualmente fomentada. É disso exemplo concreto o que se passa de forma directa na comarca de Mingxi e indirectamente em Fuzhou, província de Fujian, cujo fluxo migratório para a Europa é muito recente. Em Mingxi, a exportação de mão-de-obra é uma prioridade elevada para as autoridades da comarca que estão activamente empenhadas na criação de uma nova zona de emigração chinesa segundo o modelo das antigas regiões de emigração ao longo da costa de Fujian. Os emigrantes são vistos como modelos a seguir. As autoridades também ajudam os familiares dependentes dos emigrantes na resolução de problemas ou mesmo

convidando-os a participar em seminários. O apoio oficial à emigração é dado através de aulas gratuitas sobre assuntos e capacidades relevantes para futuros emigrantes. Os temas abordados incluem conhecimento geral sobre países estrangeiros (assuntos legais, costumes, condições locais) e formação em costura, cozinha e comércio. (Pieke *et al.*, 2004)

Do lado da Europa, os recentes alargamentos da União Europeia, juntamente com a circunstância de os países do sul da Europa se terem tornado também países de destino de fluxos migratórios facilitaram aos migrantes em geral, e em particular aos chineses, a procura de oportunidades de trabalho e de negócio por toda a Europa. Por um olhar chinês, a Europa é uma vasta região global, na qual existem inúmeras oportunidades de trabalho e negócio. Estas passaram a não ser somente escolhidas em função de eventuais ligações a anteriores emigrações mas sobretudo em função das condições que oferecem relativamente à oferta de trabalho e das condições favoráveis a novos negócios.

Para além disso, a liberdade de circulação de pessoas dentro da União Europeia (Schengen) foi muito útil para os nacionais de países terceiros em geral e para os imigrantes chineses em particular, aproveitando as oportunidades de regularização que foram surgindo, sobretudo no sul da Europa – Itália, Espanha e Portugal – e em França, a partir da última década do século XX. Obtida a documentação pretendida, muitos deles voltaram para os países do centro da Europa onde se encontravam anteriormente.

Por último, o colapso da União Soviética fez com que novos mercados se tornassem acessíveis aos trabalhadores, comerciantes e investidores chineses. Para além disso, essa região passou a funcionar como uma nova e ‘larga’ porta de entrada para qualquer país da Europa.

«As a result, in the 1990s and 2000s the whole of Europe from Moscow to Dublin and Lisbon has become a playing field for Chinese migrants with networks and migratory flows that connect Budapest and Prato as closely as they connect London and Rotterdam» (Pieke *et al.*, 2004: 194)

Quanto às regiões de origem dos migrantes chineses, estas são mais diversificadas do que acontecia até então. Não obstante, a maioria dos que se encontram em situação

regular na Europa continua a ser proveniente de Zhejiang, tradicional província chinesa de emigração para a Europa e a mais pequena província da China. Segundo dados oficiais chineses relativos a passaportes emitidos, cerca de 300 mil indivíduos emigraram da província de Zhejiang, dos quais 4/5 de Wenzhou e os restantes de Qingtian. A revitalização da emigração de Zhejiang demonstra a vitalidade das antigas regiões de emigração (Zhuang, 2000), assim como das redes migratórias. A emigração continuou a ser um estilo de vida da comunidade, apesar da alteração das razões políticas e económicas relativamente à emigração anterior e das suas próprias características, nomeadamente quanto às práticas transnacionais. Os migrantes chineses da província de Zhejiang são predominantemente comerciantes. Considerados perspicazes para situações de mudança, marcadamente motivados e empreendedores, são distinguidos pela sua capacidade de trabalho árduo, força física e resistência. Dizem preferir trabalhar para eles próprios do que ter um salário. A progressão profissional típica consiste em começarem como vendedores ambulantes ou como empregados de negócios étnicos e acabarem donos de um negócio próprio que vai desde a restauração e comércio de produtos étnicos, a negócio de venda a retalho, à produção de artigos em couro e vestuário ou à construção. No caso da sua inserção na indústria do vestuário e couro, esta escolha está ligada ao facto de os empresários de Zhejiang serem conhecidos na China como alfaiates e trabalhadores de couro.

Da província de Fujian, tradicional região de emigração para o Sudeste Asiático e América do Norte, começou a chegar um fluxo de migrantes para a Europa. Este fluxo de Fujian para a Europa está sobretudo relacionado com as demandas de trabalho na indústria chinesa de restauração no Reino Unido e as fábricas têxteis de imigrantes chineses de Zhejiang em Itália.

Também surgiram novos fluxos migratórios provenientes das províncias de Jilin, Liaoning, Heilongjiang e Hebei da região nordeste da China, sobretudo de indivíduos solteiros e mulheres. Os novos fluxos do Nordeste são o resultado da política de Reforma e de Abertura ao exterior. No contexto das já mencionadas reformas económicas levadas a cabo pelas autoridades chinesas, todas as empresas estatais que não eram rentáveis foram encerradas, situação que provocou o desemprego massivo de milhares de trabalhadores e de empresários que viram na migração internacional uma forma de encontrar alternativas de trabalho e de negócio. Também as principais cidades

chinesas, como Beijing, Tainjin e Shangai passaram a ver os seus habitantes ir para a Europa.

Recente que é, o fluxo do Nordeste é menos estruturado do que os fluxos provenientes de Zhejiang ou de Fujian. É claro que ainda não têm uma rede migratória na base da sua migração e que muitos deles passam através da Europa Central e de Leste para a Europa Ocidental. Os migrantes chineses do Nordeste são frequentemente discriminados pelas emigrações chinesas mais antigas que os vêm com desconfiança e os associam ao tráfico de pessoas e à prostituição²⁷. Saber se os imigrantes chineses do Nordeste também vão acabar por trazer a família e formar novas redes migratórias são questões que se colocam e que só daqui a algum tempo poderão ter resposta.

No caso concreto dos migrantes chineses indocumentados presentes na Europa, a sua maioria é igualmente originária do sudeste da China, e principalmente das regiões mais desenvolvidas das províncias de Fujian e de Zhejiang, mas também há um fluxo significativo mais recente de emigrantes ilegais das províncias do Nordeste, em grande número para o extremo oriente da Rússia, onde se estima que se encontre cerca de 1 milhão de chineses a viver nas regiões fronteiriças da Sibéria. França, Itália, Espanha e Portugal regularizaram mais de 60 mil chineses desde a última década do século XX. Esta situação sugere que uma parte significativa destas regularizações corresponderia a imigrantes em situação irregular, com muitos migrantes chineses chegados para trabalhar na economia informal.

Ainda que na década de 1990 os principais países europeus de destino dos emigrantes chineses continuassem a ser o Reino Unido, a França, a Rússia e a Holanda, muitos optaram por re-emigrar para outros países vizinhos – Alemanha, Bélgica e países nórdicos – ou mesmo para o sul da Europa e para a Europa Central e de Leste (*vide* tabela 8, págs.113-114).

Os três países europeus onde se encontram mais imigrantes chineses passaram a funcionar como países de trânsito de muitos migrantes chineses recém-chegados que depois se dirigiram para o sul, leste e centro da Europa à procura de novas oportunidades de negócio e de trabalho, sobretudo nos negócios étnicos.

²⁷ Segundo Yun (2004), as prostitutas chinesas que apareceram nas ruas de Paris e Milão no início da década de 2000 são sobretudo do Nordeste.

Para além destes, muitos dos imigrantes chineses estabelecidos há já bastante tempo nos primeiros países europeus para onde emigraram, re-emigraram para outros países europeus, fugindo assim à saturação de excesso de oferta de restauração chinesa e procurando novos mercados onde a presença comercial dos chineses era inexistente ou onde ainda havia lugar para eles. Para além disso, houve alguns que foram atraídos pela possibilidade de entrarem em países do sul da Europa – Itália, Espanha e Portugal – como trabalhadores por conta própria e outros ainda pela facilidade em trabalhar de forma irregular durante um largo período de tempo até conseguirem a regularização numa amnistia. Deste modo, a mobilidade intra-europeia dos migrantes chineses aumentou de forma relevante e evidente. Não foi somente um movimento entre países onde havia saturação de oferta de comércio étnico mas também pela procura de mercados com maior potencial de sucesso e com melhores oportunidades de investimento.

No caso concreto da Europa de Leste, apesar do sucesso económico dos emigrantes chineses, o fluxo emigratório da década de 1980 começou a decrescer na década de 1990. A situação na Europa de Leste era muito instável e era limitado o espaço para actividades económicas estrangeiras, tendo o desemprego se tornado um problema sério. Depois de 1992, época marcada pela política de imigração apertada na Hungria, muitos imigrantes chineses procuraram outros destinos. A sua situação económica não era deveras promissora, encontrando-se alguns deles endividados, o que fez com que se vissem obrigados a partir. Nessa altura, dizia-se que o ‘Danúbio estava cheio de lágrimas de imigrantes chineses’. Foi assim que, no final da década de 1990, se contabilizavam somente cerca de 10 mil imigrantes chineses residentes na Hungria, correspondendo a um terço do número existente no início da mesma década. Desde então, alguns continuaram a sair mas também outros, menos, continuaram a entrar.

Os imigrantes chineses na Hungria vêm quase exclusivamente da China e não há uma dominação de uma região particular, apesar de os oriundos da província de Fujian serem em maior número, correspondendo a 18 por cento. São sobretudo originários das mais ricas regiões urbanas e costeiras da China, mas muitos deles vêm de zonas que não têm tradição emigratória para a Europa. Esta migração envolve uma ascendente mobilidade dos indivíduos, educação acima da média e motivação individual. A maioria dos chineses na Hungria desenvolve actividades relacionadas com importação, venda

ou retalho de vestuário e calçado baratos da China, mas também um crescente número de chineses encontra-se no sector do comércio.

Relativamente às actividades profissionais dos imigrantes, no início da imigração chinesa na Europa esta estava concentrada no sector da restauração, que exigia trabalho pouco qualificado e baixos salários. A partir do final do século XX e início do século XXI, as actividades profissionais que os migrantes chineses passaram a exercer por toda a Europa vão desde a criação de negócios, sobretudo de pequena dimensão, aos trabalhos pouco qualificados em restaurantes e comércio étnicos, na indústria têxtil e construção mas também começaram a ter presença noutros trabalhos que não são étnicos. As migrações massivas de chineses para Europa não só fornecem mão-de-obra barata para negócios de restauração e comércio étnicos estabelecidos na Europa ocidental mas também têm inserido uma dinâmica que procura a expansão, o que tem levado à exploração de novos nichos económicos (importação-exportação, produção de vestuário, comércio de produtos de baixo custo não étnicos fabricados na China) no sul, leste e norte da Europa.

A maioria dos imigrantes chineses na Europa conseguiu trabalho na economia étnica (vestuário, restauração, cuidadores de crianças, indústria têxtil e construção). Os seus patrões são sobretudo dos seus grupos de dialectos de Zhejiang mas também incluem os do dialecto Teochew da província de Guangdong e alguns chineses da província de Fujian e do Camboja. Em particular, muitas mulheres chinesas trabalham no vestuário. As do Nordeste também trabalham como cuidadoras de crianças em famílias de Zhejiang. Normalmente estas famílias não têm apoio familiar para cuidar das crianças mais jovens porque os seus horários de trabalho são muito extensos e os horários das creches não servem as suas necessidades. Este tipo de trabalho das mulheres do Nordeste não é nada popular, sendo apontado por ter más condições de trabalho, ser um trabalho árduo e mal pago. Diz-se que, em geral, as chinesas do Nordeste são muito infelizes quando trabalham para as famílias de Zhejiang que têm a má reputação de terem origens camponesas. Algumas chegam mesmo a dizer que preferem ir para a prostituição – para ganhar mais dinheiro – do que trabalhar como cuidadoras de crianças para imigrantes chineses de Zhejiang.

Imigrantes chineses, trabalhadores não-qualificados, no Reino Unido encontram-se cada vez mais em sectores que não a restauração e o retalho chineses, em especial na construção, uma tendência que começou uns anos antes em New York. Enquanto alguns destes encontram trabalho por sua iniciativa, a maioria é colocada em equipas por recrutadas chinesas que cobram honorários pelo seu serviço. Reciprocamente, trabalhadores não chineses começaram a aparecer nos piores trabalhos no sector étnico chinês com salários ainda mais baixos que os imigrantes chineses. Provavelmente ainda é prematuro desenhar firmes conclusões sobre estas tendências muito recentes mas tudo indica que o rápido aumento da comercialização e mercantilização que já se difundiu ao longo do processo de migração está agora a espalhar-se para outros aspectos da vida migrante, selectivamente começando a quebrar as barreiras étnicas tradicionais que dividem o mercado de trabalho.

Os migrantes chineses, maioritariamente os oriundos de Zhejiang, também começaram a apostar na indústria do vestuário e peles em França e Itália. Considerando a Europa como um mercado de consumo, produzir directamente na Europa foi uma iniciativa empresarial que trouxe grandes vantagens económicas. Desta forma, os imigrantes chineses donos das fábricas de vestuário e peles em França e em Itália conseguem contornar as taxas de transporte, os procedimentos de exportação e os limites do sistema de quotas imposto pela União Europeia e a OMC. Para além disso, estas especializações complementam os mercados existentes em França e Itália. Os chineses de Zhejiang beneficiam não somente de um mercado europeu vasto onde a livre circulação de bens é possível, mas também da reputação dos produtos ‘made in Italy’ (como o couro) e ‘Made in France’ (como o vestuário), o que atrai distribuidores de todo o mundo. O interesse destes vai para o preço baixo combinado com a etiqueta ‘Made in Italy/Made in France’.

Esta actividade laboral está intimamente relacionada com a situação vivida pelos migrantes chineses antes de terem emigrado para a Europa. É muito frequente os habitantes da Wenzhou, província de Zhejiang, terem pequenas e familiares oficinas que estão regionalmente concentradas e que têm uma organização peculiar. Cada oficina especializa-se na produção de uma peça, que depois é montada localmente. Com a produção especializada, a produtividade é alta e os custos de gestão são baixos. Este tipo de produção, denominado ‘Modelo Económico de Wenzhou’, é recomendado

pelo governo chinês para todo o país, de modo a impulsionar a economia privada. Quando se olha para os negócios étnicos em França e em Itália – produção chinesa de produtos em pele e a indústria da roupa – reconhece-se uma extensão desse modelo. Baseiam-se na coesão familiar, nas redes de proximidade, na alta intensidade laboral, na necessidade limitada de investimento em activos fixos e na sobreposição do trabalho e da residência.

Também se constata uma maior diversidade em termos de categorias profissionais dos imigrantes chineses. Existem assim vários grupos distintos. O grupo mais numeroso, composto por trabalhadores, maioritariamente em negócios cujos donos são co-étnicos. Um segundo grupo, proveniente sobretudo de Zhejiang, é composto por empresários, artesãos e comerciantes. Para muitos deles, a mobilidade é um modo de vida, tendo a feroz competição económica e a incerteza na esfera económica na China contribuído para essa tendência. Um terceiro grupo de indivíduos que declararam não ter uma actividade ocupacional na China (estudantes e domésticas). Começa a surgir um novo grupo constituído por Quadros Qualificados que incluem enfermeiros, professores, engenheiros, médicos e executivos, sobretudo mulheres, que haviam enfrentado *lay-offs* ou foram mesmo despedidas de empresas do sector público no Nordeste da China. Apesar de serem bem qualificadas, as suas qualificações deixaram de ser suficientes para a economia chinesa, ou foram consideradas demasiado velhas para serem recicladas.

Existem diferenças dentro da Europa no que respeita às actividades ocupacionais.

Na parte Ocidental da Europa, os novos migrantes chineses procuram principalmente trabalhar nos nichos tradicionais do sector comercial, tais como restauração e vestuário.

Nos países da Europa Central e do Norte, foram limitadas as entradas de trabalhadores não-qualificados a determinados sectores e passaram a permitir preferencialmente a entrada de quadros qualificados e estudantes. Foi o caso concreto da Alemanha, Grã-Bretanha e Dinamarca.

Nos países do sul e leste da Europa, os migrantes chineses conseguem de uma forma mais fácil iniciar actividades comerciais independentes. A partir da década de 1990, os países do sul da Europa também permitiram o estabelecimento de empresários chineses. Na Europa de Leste, perante dificuldades económicas,

os próprios Estados têm fomentado as actividades comerciais com fortes ligações à China (Guérassimoff, 2003).

Uma das características mais marcantes na recente tendência na migração chinesa para a Europa tem sido o crescimento substancial do número de estudantes. Desta forma, o aumento geral de estudantes e bolseiros chineses no exterior também se fez sentir na Europa, apesar de os países de destino mais procurados por estudantes chineses continuarem a ser os E.U.A., o Canadá, a Austrália e o Japão. Estima-se que anualmente 25 mil estudantes chineses continuem a optar por estudar no exterior, sendo que uma grande parte deles acaba por não regressar. No caso da Europa, para o Reino Unido por exemplo, o número de estudantes chineses cresceu de 4.445 no ano lectivo 1998-1999 para 35.135 em 2003-2004; ou na Alemanha, os estudantes chineses são os mais representativos dentro do total de estudantes estrangeiros, rondando os 20 mil (Liu, 2005). França, Holanda e Reino Unido são outros dos destinos mais procurados pelos estudantes chineses. A maioria dos estudantes está a prosseguir estudos em ciências, tecnologia e negócios. A Europa tem um número semelhante aos E.U.A. em 2000-2001, rondando o total de estudantes chineses na Europa os 60 mil.

II.2. Os migrantes chineses no Sul da Europa: Itália, Espanha e Portugal

Não obstante as especificidades particulares dos contextos internos de Itália, Espanha e Portugal ao longo do tempo, todos partilham o facto de serem recentes países de imigração. Tradicionalmente países de origem de fluxos migratórios para todos os continentes, viram as suas emigrações nacionais reduzirem de volume e serem ultrapassadas pelo crescente número de migrantes internacionais que passaram a escolher o sul da Europa como destino, a partir das últimas décadas do século XX. Esta nova e rápida alteração foi acompanhada pelo retorno de muitos nacionais à terra natal, fruto dos distintos processos de descolonização.

Quanto ao que conduziu a esta situação, não se pode afirmar que houve uma razão principal para os países do sul da Europa se tornarem países de imigração, houve sim um conjunto de factores que conjugados entre eles acabaram por ser responsáveis por essa nova realidade.

A crise económica da década de 1970 causada pelas crises petrolíferas e o consequente encerramento das fronteiras por parte dos países europeus do centro e norte da Europa (principalmente Reino Unido, França, Alemanha e Suíça), foram factores importantes que contribuíram para que os países do sul da Europa, que até então tinham sido países de trânsito, passassem a ser países de destino de fluxos migratórios.

Do lado dos países do sul da Europa, a estabilidade política, o rápido crescimento económico, o desenvolvimento dos mercados laborais com significativos sectores irregulares, a necessidade crescente de mão-de-obra (sobretudo pouco qualificada), a escassez ou mesmo inexistência de mecanismos de controlo da imigração foram todos factores que contribuíram para que se tornassem, de facto, países de imigração.

Este ‘melhoramento’ dos países do sul da Europa fez com que as diferenças económicas entre eles e os países emissores fossem cada vez maiores, como, por exemplo, no caso dos países do lado sul do Mediterrâneo, o que funcionou como factor de atracção de imigração, sobretudo laboral (não obstante haver um considerável número de refugiados em Itália).

As características geográficas dos países do sul da Europa, pela sua proximidade com o continente africano, com vastas zonas costeiras que apresentam complexos

problemas de controlo, são favoráveis à entrada ilegal via marítima, o que se verifica no caso da Itália e de Espanha.

Comum a todos é a circunstância de a natureza particular do desenvolvimento económico dos países do sul da Europa fomentar o emprego no turismo e nos serviços, tendo estes sectores um importante peso nas economias nacionais dos países, o que fez com que muitos indivíduos passassem a utilizar a entrada nos seus territórios, inicialmente para fins turísticos mas que depois acabem por ficar de forma irregular, e também muitos trabalhem nessas áreas.

Nestes países, a presença de imigrantes está nitidamente relacionada com o passado colonial. As nacionalidades mais representativas em termos numéricos e também as que estão nos países do Sul da Europa há mais tempo correspondem a antigas colónias; os nacionais de países africanos de expressão portuguesa e do Brasil no caso de Portugal, os latino-americanos e filipinos no caso de Espanha e os africanos da região do corno de África no caso italiano são disso exemplo. Como já anteriormente referido, no caso espanhol e italiano, a Igreja Católica teve um papel importante na migração feminina de africanas e latino-americanas de ex-colónias que iam respectivamente para Itália e Espanha, a fim de exercerem actividade laboral como empregadas domésticas.

Associados a estes factos estão outros que dizem respeito às migrações internas e à cada vez menor disponibilidade da população autóctone para trabalhos não-qualificados, como resultado do próprio desenvolvimento económico e consequente aumento do nível de vida. Portanto, estando os autóctones menos disponíveis para os chamados *bad jobs*, e tendo a oferta de trabalho também aumentado, as necessidades de mão-de-obra na indústria, serviços e agricultura acabaram por ser supridas com mão-de-obra imigrante. Também a menor disponibilidade dos autóctones para a mobilidade interna tem sido crescente e esta situação não pode deixar de ser associada à tendência que começou na década de 1990 de aquisição de habitação própria (sobretudo em Portugal e Espanha) e ao aumento do nível de vida da população em geral.

Apesar das dificuldades apresentadas pelas diferenças de metodologia das diversas fontes de Itália, Espanha e Portugal e de estes não partilharem do mesmo nível de riqueza estatística (com Espanha a destacar-se pela boa qualidade dos seus dados

estatísticos disponíveis e Portugal pela sua escassez), e tendo em consideração as condições particulares de cada um dos três países, procede-se de seguida à análise da presença de imigrantes chineses de forma separada, de modo a verificar a existência ou não de uma caracterização comum, permitindo-nos identificar padrões de semelhanças e diferenças entre a imigração chinesa nos três contextos em estudo. Para além disso, de modo a verificarmos se se está perante um tipo de imigração diferente, a análise da imigração chinesa está inserida na análise da população residente estrangeira total em cada um dos três países. Desta forma, temos o enquadramento necessário para concluir se, na verdade, a imigração chinesa no sul da Europa é diferente dos restantes fluxos migratórios dominantes.

Por último, é importante referir que a abordagem à população residente estrangeira tem em conta a distinção entre cidadãos comunitários e cidadãos extra-comunitários, uma vez que há grandes diferenças entre ambos os grupos, a começar logo pela representatividade numérica que é bastante díspar e também a nível de direitos e regalias, sendo que os cidadãos comunitários como tal têm um estatuto mais próximo dos autóctones do que os nacionais de países terceiros. De um modo geral, ao não se tratarem as origens dos fluxos migratórios como uma vertente fundamental, os estudos e dados estatísticos relativos à imigração na Europa não têm considerado essa distinção, assumindo-se comumente que as características do universo da população residente estrangeira se podem generalizar. Porém, desde 1992, com a assinatura do Tratado da Comunidade Europeia em Maastricht, que a nível comunitário é feita a distinção entre cidadãos da União Europeia e nacionais de países terceiros mas verifica-se que a sua generalização ainda não aconteceu.

II.2.1. A imigração chinesa em Itália

Com esta secção pretende-se elaborar a análise da imigração chinesa em Itália enquadrada na análise da imigração em geral. Para tal, procede-se à evolução da imigração chinesa em Itália, assim como à sua caracterização ao longo do tempo, com particular destaque para a última década do século XX e para a primeira década do século XXI.

Na elaboração desta análise foram utilizados preferencialmente os dados estatísticos disponíveis do *ISTAT – Istituto Nazionale di Statistica*, que tem por base dados do *Ministero dell' Interno* de Itália. Através desta informação estatística é possível caracterizar a população residente estrangeira em geral, assim como os residentes chineses, tendo em conta inclusive os indicadores relativos à nacionalidade, sexo, idade, estado civil, localização geográfica, motivo da presença e situação laboral.

Para além da utilização desta fonte estatística, foi necessário recorrer à literatura especializada, de modo a colmatar as lacunas existentes, nomeadamente em relação a períodos temporais mais antigos que não estão incluídos na informação estatística disponível, como é o caso de Colombo & Sciortino (2004) e European Migration Network (2003).

Antecedentes históricos

Não obstante Itália ter sido um país de emigração desde a sua unificação em 1861¹, a presença de residentes estrangeiros foi também uma constante desde o início. Porém, o saldo migratório positivo aconteceu somente a partir da década de 70 do século XX e só desde então é que Itália passou a ser considerada um país de imigração.

¹ A designada «Grande Emigração» italiana iniciou-se em meados do século XIX e teve o seu auge entre 1890 e 1914.

Volume da emigração italiana de 1861 a 1910: 1.210.400 entre 1861-1870; 1.175.960 entre 1871-1880; 1.879.200 entre 1881-1890; 2.834.739 entre 1891-1900; 6.026.690 entre 1901-1910 (ISTAT *apud* Zincone, 2006).

Mesmo depois da Segunda Grande Guerra, 300 mil italianos continuaram a emigrar anualmente. Só na década de 1970 é que os factores *push* começaram a diminuir e o retorno começou a exceder a emigração, passando esta a ter um volume anual de 40-50 mil emigrantes. Estima-se que entre 1961 e 1976 tenham emigrado 26 milhões de italianos, sendo que metade foi para outros países europeus e os outros para o norte e sul do continente americano. 2/5 da emigração italiana era originária de regiões do sul de Itália.

Entre 1871 e 1961, os residentes estrangeiros representavam entre 0,2% e 0,3% do total da população residente em Itália. Apesar de os valores serem extremamente baixos ao nível nacional, a nível regional a sua presença era bem notada.

Tabela 10. Estrangeiros em Itália entre 1861 e 1961

	Residentes estrangeiros	Estrangeiros não-residentes	Total estrangeiros	População residente total	% Residentes estrangeiros	% Total estrangeiros
1861				22.182.377		
1871			60.982	27.303.509		0,2
1881			59.956	28.953.480		0,2
1901	37.762	23.844	61.606	32.965.504	0,1	0,2
1911			79.756	35.845.048		0,2
1921	89.517	20.923	110.440	39.943.528	0,2	0,3
1931	83.027	54.770	137.797	41.651.617	0,2	0,3
1936	73.920	34.677	108.597	42.943.602	0,2	0,3
1951	47.177	82.580	129.757	47.515.537	0,1	0,3
1961	62.780			80.515.569	0,1	

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base em dados estatísticos dos censos italianos de vários anos (elaboração da autora)

Em relação às diferentes origens dos estrangeiros, os países europeus fronteiriços ou aqueles com os quais a Itália partilhava ligações geopolíticas foram os mais representativos no final do século XIX: Áustria-Hungria, Alemanha, França, Jugoslávia e Suíça. Destes países chegavam profissionais, proprietários, industriais, membros das ordens eclesiásticas, agricultores, pescadores e empregadas domésticas que trabalhavam para famílias das cidades do norte de Itália. Havia também estrangeiros não-europeus, americanos, russos, turcos, argentinos e brasileiros. A presença de latino-americanos esteve necessariamente relacionada com a forte emigração italiana anterior para o continente americano, sendo muitos desses imigrantes provavelmente gerações recentes de emigrantes italianos.

Outros estrangeiros de origens mais distantes e menos representadas começaram a aparecer no início do século XX, como foi o caso dos chineses cuja chegada se iniciou por volta de 1918. Estes primeiros chineses, originários de Wenzhou, cidade portuária no sul da província de Zhejiang, eram sobretudo homens de negócio com empresas pequenas que já tinham estado previamente noutros países europeus, sobretudo em França, tendo sido recrutados para trabalhar durante a Primeira Guerra Mundial e uma vez terminado o conflito, foram expulsos. Instalaram-se primeiro em Milão, tendo-se

depois deslocado para Bolonha ou Toscana, onde entraram na indústria da seda e dos fertilizantes (Pan, 1999: 319-321). Logo que possível, começaram a chamar os seus familiares para os ajudar nas pequenas empresas familiares, numa primeira fase aqueles que se encontravam noutros países europeus, como a Holanda ou a Alemanha, e posteriormente os que se encontravam na China. Em 1935, havia 274 imigrantes chineses em Itália e até aos anos 1940 rondava as quatro centenas. Foi após 1950 que a chegada de cidadãos chineses a Itália se adensou, coincidindo com o período *post-* guerra na Europa e com o aumento de dificuldades económicas e sociais causadas pela situação política que se vivia na altura na China, factores *pull* e *push* estes que tornaram mais provável a resposta positiva ao convite de se juntarem aos seus familiares em Itália. Em 1965, já havia mais de 700 residentes chineses espalhados por Milão, Roma, Bolonha, Florença e Prato.

Embora a circunstância de a imigração ser sobretudo laboral, os refugiados (que estatisticamente são uma categoria à parte) também tiveram uma presença importante nos séculos XIX e XX em Itália. No período *post-* reunificação, os refugiados marcaram o período entre 1861 e o início da Primeira Grande Guerra. Nessa altura, as políticas migratórias italianas eram liberais, tais como muitas de outros países europeus. Foi neste contexto que ao longo da costa Liguriana se foram instalando refugiados, como os húngaros que foram transferidos para Turim depois dos movimentos revolucionários na Hungria em 1848 ou os exilados russos. Já depois do fim da Primeira Grande Guerra e até 1933, a presença de refugiados em vários centros urbanos não passou despercebida, apesar de o seu volume não ter sido grande. Em Milão, por exemplo, houve soviéticos a criar negócios, igrejas ortodoxas que foram construídas e clubes sociais ítalo-russos que surgiram. Muitos refugiados arménios passaram a fazer parte da produção e comércio de tecidos em várias cidades, chegando mesmo a dominar certos nichos comerciais. Da Albânia chegaram refugiados, mas também estudantes, mercadores e industriais. Entre 1933 e 1938 foram recebidos em Itália judeus alemães, na condição de estes não exercerem actividades anti-fascistas².

Para além dos trabalhadores e dos refugiados, surgiram dois outros tipos de residente estrangeiro que escolheram Itália para residir, uns atraídos pela imagem

² Em 1933 foram aprovadas leis raciais que alteraram radicalmente a situação dos judeus estrangeiros que entrassem em Itália. Até então e desde 1919, os judeus que entraram em Itália foram expulsos. (Lenders, 1995)

de Itália como um país mediterrânico rico em história e em beleza natural e outros, tais como alemães, ingleses e russos da classe média alta, que depois da unificação se fixaram em Capri, atraídos por um regime socialmente menos repressivo, nomeadamente em relação às leis relativas à conduta sexual³.

A descolonização decorrida após a Segunda Grande Guerra teve importantes responsabilidades nos fluxos migratórios por toda a Europa e nomeadamente em Itália. Juntamente com os milhares de italianos retornados que regressaram a Itália, muitos cidadãos oriundos das colónias que, com razões para partir, optaram pelo mesmo destino. Parte deste novo fluxo migratório proveniente das ex-colónias esteve directamente relacionado com o retorno específico de empresários, oficiais e executivos italianos, como foi o caso dos primeiros imigrantes tunisinos que chegaram à Sicília em 1968 ou dos eritreus que tinham trabalhado para colonos italianos e que nos anos 1960 começaram a emigrar para Itália de modo a manterem as anteriores relações profissionais. No caso concreto dos tunisinos, o baixo custo da viagem entre a Tunísia e a Sicília transformou uma região italiana que era historicamente marcada pela emigração num dos principais destinos de imigração dos países do norte de África.

Foi também no final da década de 1960 que começaram a chegar trabalhadores estrangeiros que eram contratados, ora para trabalhos sazonais ora para trabalhos domésticos. Foi o caso dos tunisinos contratados para a pesca ou a agricultura na Sicília, dos jugoslavos no Nordeste italiano, ou das africanas de Leste, das filipinas e das cabo-verdianas que eram recrutadas para trabalhos domésticos através dos canais da Igreja católica. Estes fluxos de migração laboral continuaram até à década de 1970.

Ainda no final dos anos 1960, deu-se início ao fluxo de estudantes estrangeiros para Itália. Este estava relacionado com vários factores, como o papel central que a Itália tinha na indústria petrolífera em países produtores, o baixo custo dos estudos universitários, o número reduzido de restrições nas matrículas e o uso frequente de bolsas de estudo como instrumento de cooperação internacional.

³ Sobre a temática dos homossexuais em Itália *vide* Barbagli & Colombo (2001).

A década de 1970

Não obstante a imigração anterior, o saldo migratório começou a ser anualmente positivo na década de 1970 e conseqüentemente Itália tornou-se, de facto, num país de imigração.

Em 1970 havia 143.838 imigrantes a residir legalmente em Itália, correspondendo a 12,9% da população total, sendo que 61,3% eram provenientes de países europeus, 25,7% do continente americano, 7,8% da Ásia, 3,3% de África e 1,9% da Oceânia. Os países de origem dos residentes estrangeiros mais representativos foram a Jugoslávia, os mais numerosos, a Argentina (muitos deles seriam descendentes de italianos), o Irão, a Polónia, a Venezuela, o Brasil, a Índia, a Síria, a Turquia e a Líbia. Com excepção da Jugoslávia, os fluxos imigratórios para Itália na década de 1970 não eram caracterizados pela proximidade geográfica, contrariamente ao que aconteceu na década anterior.

Tabela 11. As principais nacionalidades dos titulares de autorização de residência em Itália em 1970

Nacionalidade	N	% do total
Jugoslava	6.460	4,5
Argentina	2.068	1,4
Iraniana	1.752	1,2
Polaca	1.504	1,1
Venezuelana	1.477	1,1
Brasileira	1.406	1,0
Indiana	1.057	0,7
Síria	975	0,7
Turca	930	0,6
Libanesa	860	0,6
Total	143.838	12,9

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base nos dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

A primeira metade da década de 1970 foi a que registou um crescimento mais acentuado e constante de imigração, tendo voltado a acontecer no último ano da década.

Tabela 12. Evolução das autorizações de residência em Itália na década de 1970

Ano	Autorização de residência (N)	Crescimento (%)
1970	143.838	
1971	156.179	8,6
1972	167.961	7,5
1973	175.746	4,6
1974	186.423	6,1
1975	186.415	0,0
1976	186.713	0,2
1977	191.503	2,6
1978	194.062	1,3
1979	205.449	5,9

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base nos dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Nota:

Os dados incluem permissões expiradas e referem-se a permissões com validade de mais de três meses.

Em relação à evolução da representatividade das origens dos imigrantes em Itália ao longo da década de 1970, verificou-se que as nacionalidades provenientes dos continentes africano e asiático foram as que mais aumentaram, ganhando representatividade em relação à Europa e América, continentes de origem mais representativos.

Tabela 13. Residentes estrangeiros em Itália na década de 1970 segundo o continente de origem

Ano	Total N	Continente de origem					Apátridas e outros %
		Europa %	África %	Ásia %	América %	Oceânia %	
1970	143.838	61,3	3,3	7,8	25,7	1,9	0,0
1971	156.179	62,6	3,3	7,8	24,5	1,8	0,0
1972	167.961	60,8	3,7	8,3	24,7	1,8	0,7
1973	175.746	59,9	4,2	8,6	24,8	1,8	0,7
1974	186.423	59,5	4,4	8,6	25,1	1,8	0,7
1975	186.415	60,5	4,7	8,1	24,3	1,8	0,6
1976	186.713	59,8	4,7	8,8	24,3	1,8	0,6
1977	194.062	59,2	5,1	9,6	23,9	1,7	0,5
1978	194.024	59,3	5,0	9,6	23,9	1,7	6,5
1979	205.449	56,6	6,5	8,6	21,8	2,0	4,5

Fonte: European Migration Network (2003), com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Nesta década, a imigração foi marcada pela presença de refugiados, sobretudo de estudantes e dissidentes políticos que fugiam de regimes ditatoriais em África, Médio

Oriente, América Latina e na Ásia. As principais nacionalidades dos refugiados políticos incluíam eritreus e somalis, iranianos, iraquianos, palestinos, argentinos, chilenos, cambodjanos e vietnamitas (Zincione & Caponio, 2006). Para além destes, também houve um largo número de estudantes e dissidentes políticos gregos que fugiam à ditadura militar grega.

Quanto ao fluxo de migrantes económicos que tinha sido iniciado na década de 1960, esse adensou-se durante a década de 1970 e estendeu-se a novos sectores e a novas regiões, como foi o caso dos tunisinos que deixaram de estar presentes somente no sector agrícola, passando a estar também no sector das pescas e simultaneamente em diferentes zonas da ilha siciliana, ou como os africanos subsaharianos que começaram a ir trabalhar sazonalmente para a região de Campania no Sul na colheita de tomate. Para além destes, houve trabalhadores do Médio Oriente contratados para várias fábricas em Reggio-Emília, senegaleses e ganeses como trabalhadores não-qualificados em pedreiras, pequenas e médias siderurgias, fábricas têxteis e alimentares nas províncias Bergamo, Brescia e Veneto do interior Norte. Não obstante, a contratação de jugoslavos para trabalhos de reconstrução a seguir ao terramoto de Friuli em 1976 levou a um novo fluxo e à recomposição do subsistema migratório que tinham unido a Itália e os Balcãs por mais de um século.

A presença de estudantes estrangeiros também foi crescendo, sendo que logo em 1970, do total das autorizações de residência (143.838), 27 mil foram atribuídas para fins de estudo.

A década de 1980

A primeira metade da década de 1980, com excepção do ano de 1981, ficou marcada pelo crescimento quase nulo ou mesmo negativo do número de imigrantes com autorização de residência. Foi então a partir de 1986 que o crescimento anual foi constantemente positivo, com particular destaque para o crescimento de 36,5% registado em 1987.

Tabela 14. Evolução das autorizações de residência em Itália na década de 1980

Ano	Autorização de residência (N)	Crescimento (%)
1980	198.483	-3,4
1981	207.660	4,6
1982	209.548	0,9
1983	207.373	-1,0
1984	194.562	-6,2
1985	194.559	0,0
1986	207.201	6,5
1987	282.783	36,5
1988	297.315	5,1
1989	320.104	7,7

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base nos dados do com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Nota:

Os dados incluem permissões expiradas e referem-se a permissões com validade maior do que três meses.

Em relação às dez nacionalidades mais representativas no início da década, é relevante verificar que a maioria era composta por nacionalidades pertencentes ao continente asiático e africano. Da Europa, somente a jugoslava é que entra nesse grupo e da América, só a Argentina.

Tabela 15. Autorizações de residência segundo as principais nacionalidades em Itália em 1980

Nacionalidade	N	% do total
Iraniana	8.399	4,2
Jugoslava	6.472	3,3
Filipina	4.107	2,1
Etíope	4.048	2,0
Egípcia	3.139	1,6
Indiana	2.535	1,3
Jordana	2.411	1,2
Cabo-verdiana	2.168	1,1
Libanesa	2.080	1,0
Argentina	2.018	1,0
Total	198.483	18,8

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base nos dados do *Ministero dell' Interno* de Itália

Quanto à evolução da representatividade dos continentes de origem ao longo da década de 1980, há um crescimento acentuado dos continentes africano e asiático, tendência que já vinha da década anterior. A Europa, apesar de continuar a ser o continente mais representativo, sofre um decréscimo de dez pontos percentuais.

A América mantém a representatividade, apesar de ter perdido vantagem face a África que passa para segunda posição e duplica a sua representatividade. A Ásia tem um aumento acentuado, passando de 4,0% em 1980 para 16,4% em 1989.

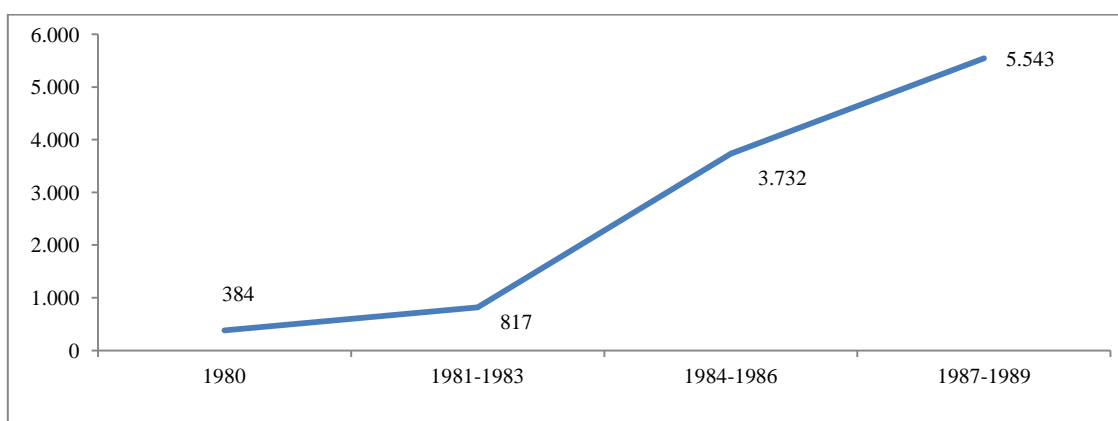
Tabela 16. Residentes estrangeiros segundo o continente de origem em Itália na década de 1980 (%)

	Continente de origem (%)					Apátridas e outros (%)
	Europa	África	Ásia	América	Oceânia	
1980	53,2	10,0	4,0	21,0	1,4	0,4
1981	52,7	10,5	14,6	20,5	1,4	0,3
1982	52,1	10,9	14,8	20,5	1,4	0,3
1983	52,0	10,7	15,3	20,2	1,4	0,4
1984	51,9	10,7	15,6	20,1	1,4	0,3
1985	52,1	10,5	15,4	19,5	1,4	1,1
1986	52,3	10,6	15,2	20,3	1,4	0,2
1987	46,9	16,0	16,7	19,0	1,2	0,2
1988	45,3	18,3	16,1	18,9	1,2	0,2
1989	43,0	20,3	16,4	19,2	0,9	0,2

Fonte: European Migration Network (2003), com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

A responsabilidade pelo aumento de representatividade do continente asiático foi, sem dúvida, do aumento do número de residentes chineses que se fez sentir na década de 1980, sobretudo na segunda metade da década. Entre 1980 e 1989, o crescimento foi de 1.343,5%, passando de 384 residentes chineses em 1980 para 5.543 em 1989.

Gráfico 2. Evolução do número de residentes chineses em Itália na década de 1980



Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base nos dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Esta segunda vaga de migrantes chineses para Itália era composta por cidadãos da província de Fujian, província fronteira com a província de Zhejiang e concretamente com a cidade de Wenzhou de onde eram originários os primeiros migrantes chineses que chegaram a Itália depois da Primeira Guerra Mundial como oportunamente referido. Inicialmente, os cidadãos chineses de Fujian foram chamados pelos seus familiares de Zhejiang que se encontravam emigrados em Itália.

Quanto aos residentes estrangeiros segundo o sexo, verificaram-se diferentes evoluções em função da origem, ao longo da década de 1980. O conjunto dos residentes estrangeiros caracterizou-se por uma maior presença de indivíduos do sexo masculino. Porém, ao tratar-se os residentes de países da Comunidade Europeia e os residentes nacionais de países terceiros de forma separada, verificam-se grandes discrepâncias. O grupo dos residentes comunitários, que já no início da década era composto maioritariamente por mulheres, viu o seu número aumentar ao longo da década, sobretudo no início da mesma. Por seu lado, os residentes nacionais de países terceiros que foram sempre mais homens que mulheres, viram essa diferença acentuar-se cada vez mais ao longo da década, chegando-se a 1989 com 71,7% de homens. No entanto, não se pode generalizar essa situação às diferentes origens dos residentes extra-comunitários, uma vez que há situações muito díspares. Os residentes provenientes da Europa, Ásia e África tiveram uma evolução ascendente em relação ao aumento do número de indivíduos do sexo masculino, com maior acentuação no caso dos homens africanos que no fim da década passaram a ser 84,7% do total de residentes africanos. Enquanto isso, os residentes provenientes da América, que foram sempre mais mulheres do que homens, continuaram essa tendência. O grupo dos residentes provenientes da Oceânia, ao longo da década de 1980, passou a ter mais mulheres do que homens.

Relativamente aos residentes chineses em particular, a situação foi diferente de todas as outras atrás referidas. Durante toda a década, o número de homens foi sempre superior ao número de mulheres e praticamente não houve alterações relativamente a essa representatividade.

Tabela 17. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Itália na década de 1980

	Homens (%)				Mulheres (%)			
	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989
Residentes chineses	58,5	59,2	60,2	58,6	41,5	40,8	39,8	41,4
Total residentes estrangeiros	45,8	51,4	63,0	69,0	54,2	48,6	37,0	31,0
Residentes comunitários	44,4	36,5	31,4	31,2	55,6	63,5	68,6	68,8
Residentes extra-comunitários	46,5	54,3	66,8	71,7	53,5	45,7	33,2	28,3
Europa	48,8	51,3	51,4	58,7	51,2	48,7	48,6	41,3
África	53,3	72,6	85,9	84,7	46,7	27,4	14,1	15,3
Ásia	49,6	46,0	49,9	60,4	50,4	54,0	50,1	39,6
América	38,6	29,9	28,4	31,3	61,4	70,1	71,6	68,7
Oceânia	59,2	34,9	33,1	37,2	40,8	65,1	66,9	62,8
Apátridas	64,8	75,0	56,3	50,0	35,2	25,0	43,8	50,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Durante a década de 1980, o fenómeno da imigração irregular começou a tomar dimensões significativas. Se, por um lado, países europeus tradicionalmente de imigração como o Reino Unido, a Alemanha e a França começaram a aplicar leis de imigração muito restritivas, por outro, a ‘permeabilidade’ de Itália também contribuiu para tal realidade. O governo italiano começou a tomar medidas na tentativa de combater este fenómeno. Foi assim que em 1987 foi publicada a lei nº943/1986 relativa à regulação do emprego e tratamento de trabalhadores de países terceiros⁴. Nesse ano realizou-se a primeira amnistia que foi aproveitada por milhares de cidadãos estrangeiros não-comunitários empregados ou à procura de trabalho em situação irregular que conseguiram assim obter uma autorização de residência. 65% das autorizações de residência foram concedidas para fins laborais.

Ao longo da década de 1980, o trabalho e a família foram os principais motivos que levaram milhares de estrangeiros a solicitar uma autorização de residência. Houve um crescimento acentuado do motivo laboral do total dos estrangeiros, mas mais dos extra-comunitários do que dos comunitários (facto relacionado com o exercício de actividades laborais de baixas qualificações). As autorizações de residência de estrangeiros oriundos de países europeus (não-comunitários) foram as que mais aumentaram ao longo da década de 1980, reflectindo assim o aumento de pessoas que procuravam ir para Itália para trabalhar e não aumentando o número de refugiados que

⁴ Lei nº943/1986, «Regulamentos sobre o emprego e tratamento de trabalhadores imigrantes não-comunitários e contra a imigração ilegal», publicada no *Official Gazette* nº8 a 12 de Janeiro de 1987.

havia até então. Os africanos e os asiáticos tiveram, ao longo da década, principalmente motivos laborais. Por seu lado, os provenientes do continente americano não apresentavam tanto o trabalho como motivo principal, apesar de a percentagem ter mais do que duplicado, passando de 21,3% para 46,9%, fruto das novas vagas migratórias de trabalhadores já referidas.

Quanto aos residentes chineses em particular, foram sempre mais motivados pelo trabalho, tendo a maioria crescido de 66,5% em 1980 para 80,1% no final da década, em detrimento de outros motivos. O motivo familiar rondou sempre os 20%, para o qual homens e mulheres tiveram contributos distintos. A percentagem de homens rondava os 8%, enquanto a das mulheres era cerca de 37%.

Tabela 18. Residentes estrangeiros com autorização de residência segundo o motivo em Itália na década de 1980

Ambos os sexos																				
	Total motivos					Motivo laboral					Motivo familiar					Outro motivo				
	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989
	N	N	N	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Residentes chineses	364	817	3.732	5.543	1.422,8	66,5	77,2	79,3	80,1	1.733,9	20,6	22,2	20,1	19,5	1.338,7	12,9	0,6	0,7	0,5	-44,7
Total residentes estrangeiros	100.678	25.121	64.390	176.538	75,3	34,7	62,9	75,5	81,9	313,9	23,0	22,1	15,5	11,6	-11,2	42,3	15,0	9,0	6,4	-73,4
Residentes comunitários	36.395	4.092	6.973	11.890	-67,3	28,2	33,9	34,8	38,4	-55,6	19,1	34,0	38,9	35,3	-39,7	52,7	32,1	26,3	26,3	-83,7
Residentes extra-comunitários	64.283	21.029	57.417	164.648	156,1	38,4	68,5	80,4	85,1	467,8	25,2	19,8	12,7	9,9	1,1	36,4	11,7	6,9	5,0	-65,0
Europa	20.014	1.985	4.334	15.779	-21,2	31,9	48,2	57,5	73,9	82,4	16,3	20,8	20,2	16,0	-22,5	51,8	31,0	22,2	10,1	-84,6
África	10.048	8.264	30.371	96.470	860,1	70,5	82,6	91,4	93,1	1.168,2	12,9	13,8	6,9	5,5	306,5	16,6	3,6	1,8	1,4	-19,0
Ásia	11.762	7.299	16.630	36.866	213,4	53,3	75,6	80,8	85,0	399,9	16,3	13,5	11,4	8,0	54,1	30,5	10,9	7,8	7,0	-27,7
América	21.281	3.414	5.927	15.272	-28,2	21,3	32,0	41,2	46,9	57,9	44,9	47,0	40,4	36,2	-42,2	33,7	21,0	18,4	16,9	-64,1
Oceânia	632	63	139	231	-63,4	38,0	14,3	25,9	29,9	-71,3	14,6	30,2	28,1	34,2	-14,1	47,5	55,6	46,0	35,9	-72,3
Apátridas	546	4	16	30	-94,5	27,8	25,0	56,3	60,0	-88,2	12,1	0,0	12,5	16,7	-92,4	60,1	75,0	31,3	23,3	-97,9
Homens																				
	Total motivos					Motivo laboral					Motivo familiar					Outro motivo				
	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989
	N	N	N	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Residentes chineses	213	484	2.245	3.248	1.424,9	77,9	84,5	90,0	92,3	1.706,6	8,9	14,9	9,2	7,3	1.142,1	13,1	0,6	0,8	0,4	-53,6
Total residentes estrangeiros	46.087	12.914	40.535	121.804	164,3	44,6	77,7	88,8	92,6	448,2	9,3	10,8	5,7	3,3	-5,3	46,1	11,4	5,5	4,1	-76,4
Residentes comunitários	16.174	1.495	2.189	3.705	-77,1	36,0	46,2	50,7	50,6	-67,8	9,6	19,5	18,5	15,2	-63,7	54,4	34,2	30,8	34,2	-85,6
Residentes extra-comunitários	29.913	11.419	38.346	118.099	294,8	49,3	81,9	91,0	93,9	651,8	9,1	9,7	5,0	2,9	28,0	41,6	8,5	4,0	3,2	-69,8
Europa	9.776	1.019	2.228	9.265	-5,2	43,2	63,0	71,0	86,3	89,4	6,1	10,4	8,4	4,8	-26,3	50,7	26,6	20,6	9,0	-83,2
África	5.354	5.996	26.077	81.677	1.425,5	77,2	89,9	95,6	97,2	1.819,0	8,2	7,5	3,3	1,9	250,2	14,5	2,6	1,1	1,0	0,6
Ásia	5.834	3.359	8.300	22.277	281,8	60,1	84,2	90,5	93,4	493,2	9,8	8,7	5,4	2,7	5,8	30,1	7,1	4,1	3,8	-51,1
América	8.221	1.020	1.686	4.779	-41,9	31,9	47,4	50,8	55,8	1,6	12,8	25,1	24,1	18,4	-16,3	55,3	27,5	25,0	25,8	-72,9
Oceânia	374	22	46	86	-77,0	34,8	18,2	23,9	36,0	-76,2	7,2	13,6	13,0	14,0	-55,6	58,0	68,2	63,0	50,0	-80,2
Apátridas	354	3	9	15	-95,8	36,2	33,3	55,6	60,0	-93,0	8,5	0,0	11,1	6,7	-96,7	55,4	66,7	33,3	33,3	-97,4
Mulheres																				
	Total motivos					Motivo laboral					Motivo familiar					Outro motivo				
	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989	1980	1981-1983	1984-1986	1987-1989	Crescimento 1981-1989
	N	N	N	N	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Residentes chineses	151	333	1.487	2.295	1.419,9	50,3	66,7	63,0	62,7	1.793,4	37,1	32,7	36,4	36,7	1.405,4	12,6	0,6	0,5	0,6	-31,6
Total residentes estrangeiros	54.591	12.207	23.855	54.734	0,3	26,3	47,1	52,8	58,3	121,8	34,6	34,0	32,3	30,2	-12,5	39,1	18,8	15,0	11,5	-70,4
Residentes comunitários	20.221	2.597	4.784	8.185	-59,5	22,0	26,8	27,6	32,9	-39,6	26,7	42,3	48,2	44,4	-32,8	51,2	30,9	24,2	22,7	-82,0
Residentes extra-comunitários	34.370	9.610	19.071	46.549	35,4	28,9	52,6	59,1	62,7	194,3	39,2	31,8	28,3	27,7	-4,3	31,9	15,6	12,7	9,6	-59,4
Europa	10.238	966	2.106	6.514	-36,4	21,2	32,6	43,4	56,2	68,9	26,0	31,7	32,7	32,0	-21,7	52,8	35,7	23,9	11,8	-85,8
África	4.694	2.268	4.294	14.793	215,1	62,8	63,4	65,6	70,9	255,6	18,3	30,4	28,6	25,3	335,4	18,9	6,2	5,7	3,8	-36,2
Ásia	5.928	3.940	8.330	14.589	146,1	46,5	68,3	71,1	72,0	281,2	22,7	17,6	17,3	16,1	74,7	30,8	14,1	11,6	11,9	-5,2
América	13.060	2.394	4.241	10.493	-19,7	14,7	25,4	37,4	42,9	134,8	65,1	56,4	46,9	44,3	-45,4	20,2	18,2	15,7	12,8	-48,9
Oceânia	258	41	93	145	-43,8	42,6	12,2	26,9	26,2	-65,5	25,2	39,0	35,5	46,2	3,1	32,2	48,8	37,6	27,6	-51,8
Apátridas	192	1	7	15	-92,2	12,5	0,0	57,1	60,0	-62,5	18,8	0,0	14,3	26,7	-88,9	68,8	100,0	28,6	13,3	-98,5

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Os trabalhadores estrangeiros não-qualificados temporários foram sobretudo absorvidos pelos sectores da indústria e da construção mas também pela agricultura, como o caso dos europeus de Leste que trabalhavam na colheita de fruta no fim da década de 1980.

Houve também um fluxo de trabalhadores qualificados dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico que assumiram posições importantes no mundo empresarial, como seja na gestão corporativa ou na indústria da moda.

Quanto aos estudantes, a partir de 1988, devido a maiores restrições políticas, o número de lugares disponíveis para estrangeiros nas universidades começou a diminuir. Em 1984 havia 2,7% do total das vagas para estrangeiros, passando em 1994 para 1,4%.

Na década de 1980, a localização geográfica dos estrangeiros espelhava a sua distribuição por sector de actividade. Quer isto dizer que os estrangeiros estavam localizados nas regiões industriais e agrícolas do país e distribuídos por nacionalidade, havendo uma forte concentração num número muito reduzido de províncias, como se pode confirmar com a leitura da tabela seguinte. Com excepção dos residentes provenientes da Albânia, Senegal e Tunísia, na segunda metade da década de 1990 a concentração foi sendo reduzida. Este foi também o caso dos residentes chineses que rumaram para Norte.

Tabela 19. Localização geográfica das dez origens mais representativas dos residentes estrangeiros em Itália na década de 1980

		Autorizações de residência			
		3 províncias (%)	1 ^o província	2 ^a província	3 ^a província
Marrocos	1980	35,8	Roma	Milão	Reggio Emilia
	1985	24,2	Reggio Emilia	Perugia	Milão
Albânia	1980	55,2	Trieste	Roma	Milão
	1985	59,1	Caserta	Trieste	Milão
Filipinas	1980	68	Roma	Milão	Nápoles
	1985	46,5	Roma	Milão	Nápoles
Roménia	1980	57,9	Latina	Roma	Milão
	1985	35,9	Milão	Trieste	Roma
China	1980	59,8	Roma	Bolonha	Milão
	1985	48,7	Milão	Perugia	Bolonha
Tunísia	1980	50,5	Trapani	Roma	Milão
	1985	53,9	Trapani	Perugia	Palermo
Jugoslávia	1980	52,0	Trieste	Roma	Milão
	1985	52,3	Trieste	Perugia	Roma

		Autorizações de residência			
(cont.)		3 províncias (%)	1º província	2ª província	3ª província
Senegal	1980	53,2	Roma	Perugia	Bolonha
	1985	59,8	Perugia	Roma	Brescia
Egipto	1980	71,0	Roma	Milão	Reggio Emilia
	1985	52,9	Milão	Roma	Reggio Emilia
Sri Lanka	1980	73,8	Roma	Nápoles	Milão
	1985	51,4	Roma	Nápoles	Milão
Total	1980	46,8	Roma	Milão	Perugia
	1985	47,7	Roma	Perugia	Milão

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base em dados estatísticos do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaborado pela autora)

A década de 1990

A década de 1990 foi o período do crescimento económico do nordeste italiano e mais tarde da economia do Sul mas também a época das pequenas e médias empresas em Itália. Devido ao facto de a mão-de-obra nacional não satisfazer as necessidades dessas empresas, essas necessidades foram satisfeitas por mão-de-obra estrangeira, como o caso dos trabalhadores marroquinos e senegaleses que anteriormente tinham estado a trabalhar em França e na Bélgica.

O aumento do número de residentes estrangeiros que havia tido lugar durante a segunda metade da década de 1980 continuou de forma muito acentuada no início da década de 1990, sobretudo no ano 1990, ano em que se registou um crescimento de 71,3%. Porém, ao longo da década houve várias oscilações, com anos de grandes aumentos, como em 1996 e 1999, mas também anos em que o crescimento do número de residentes estrangeiros não foi muito significativo, chegando mesmo a ser negativo em 1992.

Tabela 20. Evolução do número de residentes estrangeiros em Itália na década de 1990*

	Autorização de residência (N)	Crescimento (%)
1989	320.104	
1990	548.193	71,3
1991	648.935	18,4
1992	589.457	-9,2
1993	649.102	10,1
1994	677.791	4,4
1995	729.159	7,6
1996	986.020	35,2
1997	1.022.896	3,7
1998	1.090.820	6,6
1999	1.340.655	22,9

Fonte: Colombo & Sciortino (2004), com base em dados estatísticos do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaborado pela autora)

Nota:

* Os dados incluem permissões expiradas e referem-se a permissões com validade de mais do que três meses.

O crescimento do número de residentes estrangeiros não reflecte necessariamente as entradas de estrangeiros em Itália mas é antes resultado dos processos extraordinários de regularização que ocorreram em 1990 e em 1995⁵ e que permitiram a regularização de 484.950 cidadãos estrangeiros indocumentados (228.089 regularizações em 1990 e 256.851 regularizações em 1995). Para além disso, esta situação sugere que os dados relativos a residentes estrangeiros nas duas décadas anteriores não espelham de forma fidedigna a realidade, uma vez que havia uma presença de cidadãos estrangeiros a residir e a trabalhar em Itália muito maior do que aquela que era contabilizada através dos títulos de Autorização de Residência. Durante os anos 1970 e 1980, apesar de a grande procura de trabalhadores estrangeiros por parte de pequenas e médias empresas e também de famílias, as políticas governamentais italianas não acompanharam esta necessidade, deixando assim aberta a porta da imigração irregular.

De modo a combater o fenómeno cada vez maior da imigração irregular, o Governo italiano, que era formado por partidos da central esquerdista, aprovou a Lei Nº39/90 – Lei Martelli. Esta legislação foi a primeira tentativa de regular a imigração de uma forma sistemática e foi um esforço de criação da fundação de uma política de imigração. Até esta altura, a questão da imigração foi bastante desarticulada. A colocação dos trabalhadores estrangeiros e italianos numa igualdade de condições foi alargada a todos os estrangeiros, e fundos foram alocados à criação de facilidades de recepção.

⁵ Lei Nº39/90 e Decreto legislativo nº489/95 respectivamente.

Desta forma, o processo de regularização de 1990 foi o resultado desta Lei e baseou-se no baixo nível de selectividade, estendendo a possibilidade de legalização aos trabalhadores por conta própria também. Os dois objectivos desta medida foram a normalização das condições de trabalho e o combate ao trabalho irregular de cidadãos nacionais de países terceiros.

No fim dos anos 1990, de acordo com o Acordo de Schengen e na tentativa de continuar a combater a imigração irregular, o Governo italiano tomou mais medidas legislativas nesse sentido. Deparando-se com a necessidade de criar um enquadramento jurídico uniforme e estável para definir as orientações e objectivos de uma nova política de imigração, fez a Lei nº40/98 que, por princípio, tomava em consideração a questão social. Seguidamente, as questões associadas ao fenómeno da imigração e a sua flexibilidade natural tornaram possível a adopção de medidas que visavam alterar e corrigir a própria Lei durante a fase de implementação. Nesse contexto, o Governo publicou o Texto consolidado das disposições que regem a imigração e a situação dos estrangeiros «testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero» – Decreto Legislativo nº286/98, bem como o regulamento de implementação (Decreto Presidencial nº394/99). Para além disso, a Lei nº40/98 foi também seguida por um acto de regularização (*Prime Ministerial Decree* 16/10/98).

Depois de tomadas todas estas medidas legislativas, chegou-se ao ano 1999 com 1.340.655 residentes estrangeiros.

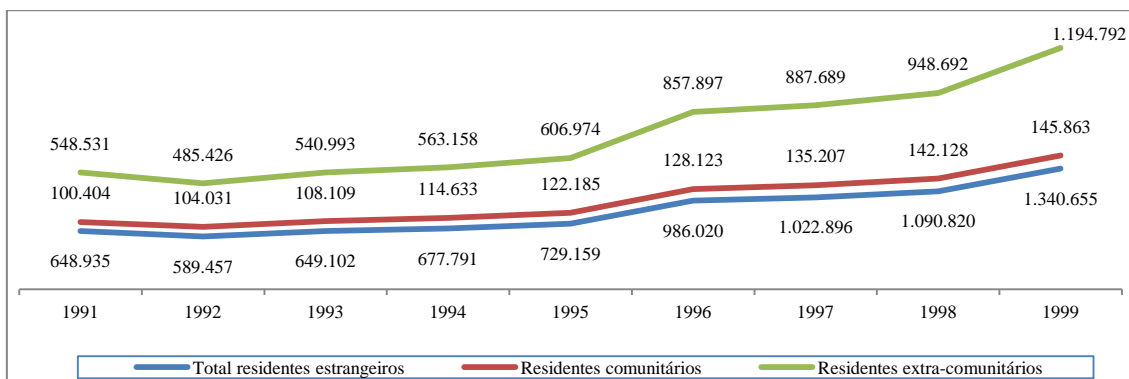
Para além dos residentes, o número de estudantes estrangeiros continuou a diminuir devido ao agravamento das restrições políticas iniciadas em 1988, fizeram com que o número de lugares disponíveis para estrangeiros nas universidades continuasse a diminuir. Se em 1984 correspondeu a 2,7%, em 1994 era somente de 1,4%.

A origem dos estrangeiros

Na continuidade do que vinha a acontecer desde a segunda metade da década anterior mas agora de forma muito mais significativa, a década de 1990 ficou, de facto, marcada por um aumento exponencial do número de residentes estrangeiros em Itália, tendo esse número mais que duplicado.

Acontece que o crescimento de 106,6% do número total de residentes estrangeiros reflectiu o real crescimento de 117,8% do número de residentes extra-comunitários, tendo tido o grupo dos residentes comunitários apenas um crescimento de 45,3%.

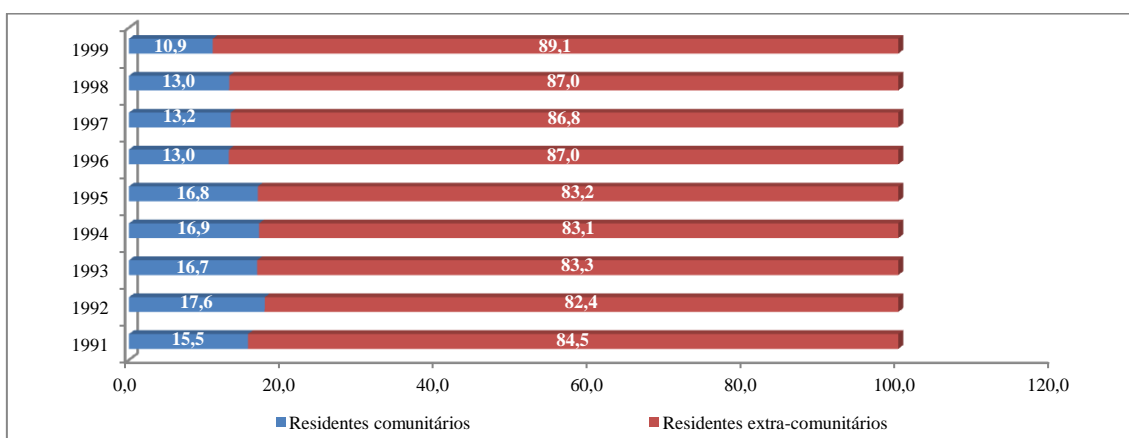
Gráfico 3. Evolução do número de residentes estrangeiros em Itália na década de 1990



Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Em termos de representatividade dos residentes comunitários e dos residentes extra-comunitários no conjunto dos residentes estrangeiros em Itália, ao longo da década de 1990 verificou-se um progressivo aumento da presença de cidadãos nacionais de países terceiros, em detrimento dos nacionais de países da União Europeia, chegando-se ao fim da década com os residentes extra-comunitários a representarem a quase a totalidade dos residentes estrangeiros em Itália (89,1%).

Gráfico 4. Representatividade dos residentes comunitários e extra-comunitários em Itália na década de 1990 (%)



Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Relativamente à década anterior, a década de 1990 ficou caracterizada por um aumento da presença de imigrantes provenientes de um número também cada vez maior de países terceiros e sobretudo do hemisfério sul.

Segundo o continente de origem, no início da década de 1990 a Europa (não comunitária) continuou a ser o continente mais representativo, apesar de ter vindo a perder representatividade face ao aumento do número de residentes oriundos de África e da Ásia. Ao longo da década, estes dois continentes mantiveram a sua representatividade praticamente inalterada, ao contrário da Europa que aumentou até meio da década, voltando a diminuir nos dois anos seguintes mas, no entanto, voltando a inverter a tendência nos dois últimos anos da década.

Tabela 21. Residentes nacionais de países terceiros segundo o continente de origem em Itália na década de 1990 (%)

	Residentes extra-comunitários					
	Total	Europa	África	Ásia	América	Oceânia
1991	548.531	19,4	41,5	21,3	17,2	0,5
1992	485.426	23,0	37,2	20,4	18,7	0,5
1993	540.993	27,3	35,3	19,3	17,6	0,4
1994	563.158	29,0	33,7	19,3	17,4	0,4
1995	606.974	28,7	33,9	19,7	17,2	0,4
1996	857.897	28,2	35,1	21,3	15,1	0,3
1997	887.689	27,9	35,0	21,7	15,0	0,3
1998	948.692	29,8	33,4	21,9	14,6	0,2
1999	1.194.792	32,2	32,6	21,5	13,5	0,2

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

O fluxo migratório proveniente da Europa foi sobretudo composto por cidadãos de alguns países dos Balcãs, região atingida por contínuas crises económicas e políticas, especialmente da Albânia, Kosovo e Roménia. No caso da Albânia, existiu um movimento dinâmico desde 1992 que foi inicialmente apoiado pela escassez geral no país, um dos mais pobres do mundo em grande parte da década de 1990. Esta emigração albanesa foi claramente adensada pelos acontecimentos dramáticos que se seguiram ao colapso em 1997 do ‘esquema em pirâmide’ e da guerra que teve lugar em 1999. Contudo, estudos recentes demonstram que a emigração para Itália (e Grécia) é entendida pelas comunidades albanesas como uma forma de vida ou estratégia de segurança. Assim sendo, os factores *push* mencionados precisam de ser enquadrados

num contexto social mais complexo. No caso concreto da emigração romena, uma elevada percentagem dos recém-chegados são de etnia cigana. Os motivos que os levaram a emigrar estão relacionados com um estilo de vida particular mas também com a procura de uma vida melhor.

Em conformidade com a representatividade dos continentes de origem ao longo da década, o conjunto das nacionalidades mais representativas dos residentes extra-comunitários acompanharam esta evolução, como se pode verificar na tabela 22.

Tabela 22. As dez nacionalidades mais representativas de residentes extra-comunitários em Itália em 1990 e 1999

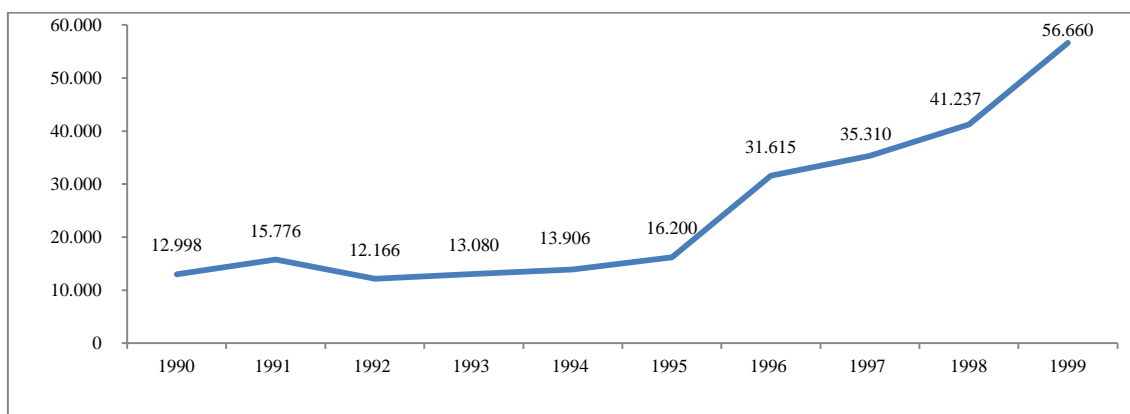
1990			1999		
Nacionalidade	N	% do total	Nacionalidade	N	% do total
Marrocos	63.809	11,6	Marrocos	155.864	11,6
Tunísia	31.881	5,8	Albânia	133.018	9,9
Filipinas	26.166	4,8	Filipinas	67.386	5
Jugoslávia	22.335	4,1	Roménia	61.212	4,6
Senegal	21.073	0,8	China	56.660	4,2
Egipto	14.183	2,6	Tunísia	46.773	3,5
China	12.998	2,4	Jugoslávia	41.234	3,1
Polónia	10.933	2	Senegal	40.890	3,1
Brasil	9.364	1,7	Egipto	34.042	2,5
Sri Lanka	8.747	1,6	Sri Lanka	31.991	2,4
Total	548.193	40,4	Total	1.340.655	49,9

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Foi também na década de 1990 que a nacionalidade chinesa passou a fazer parte das nacionalidades mais representativas em Itália, tendo sofrido um aumento significativo de 335,9% entre 1990 e 1999 e representando 4,2% do total dos estrangeiros portadores de uma autorização de residência.

Esta terceira vaga de migrantes chineses em Itália resultou da nova política de reestruturação económica iniciada por Deng Xiaoping que provocou o encerramento de grandes indústrias e minas no nordeste da China, problemática anteriormente abordada. Neste caso, o fluxo migratório não se deveu a ligações pessoais entre a origem e o destino como nas duas vagas anteriores.

Gráfico 5. Residentes chineses em Itália na década de 1990



Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo o sexo

No início da década de 1990, o total de residentes estrangeiros em Itália era maioritariamente (60,1%) composto por indivíduos do sexo masculino, dando continuidade ao que vinha a acontecer na década anterior. Durante a primeira metade da década a tendência foi de descida, tendo aumento a representatividade dos homens mais uma vez em 1996. Até ao fim da década, a tendência foi outra vez de aumento da representatividade das mulheres.

Não obstante, no caso dos residentes comunitários, as mulheres foram mais do que os homens sem grandes alterações ao longo da década, como já acontecia na década anterior.

Quanto aos residentes extra-comunitários, embora o grupo das mulheres tenha tido um crescimento (160,5%) muito superior ao dos homens durante a década de 1990, os homens foram sempre em maior número. Porém, comparativamente à década anterior, passaram a ter menor representatividade.

Esta evolução não ocorreu da mesma forma para as diferentes origens dos residentes extra-comunitários durante a década de 1990, aliás como aconteceu na década anterior. Verificou-se que o aumento do número de residentes europeus foi mais significativo no caso do sexo masculino. Contrariamente, os residentes de África, América e Ásia registaram crescimentos mais elevados no caso das mulheres, com particular destaque para as residentes chinesas cujo crescimento verificado entre 1991 e 1999 foi de 306,5% contra 227,8% dos homens.

Tabela 23. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Itália na década de 1990 (%)

	1991		1992		1993		1994		1995	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Residentes chineses	60,2	39,8	58,9	41,1	58,2	41,8	56,9	43,1	55,2	44,8
Total residentes estrangeiros	60,1	39,9	56,0	44,0	55,4	44,6	53,5	46,5	52,7	47,3
Residentes comunitários	41,2	58,8	41,1	58,9	40,7	59,3	40,4	59,6	40,3	59,7
Residentes extra-comunitários	63,5	36,5	59,2	40,8	58,3	41,7	56,2	43,8	55,3	44,7
Europa	58,5	41,5	56,1	43,9	57,2	42,8	55,4	44,6	53,7	46,3
África	81,1	18,9	76,9	23,1	75,0	25,0	72,6	27,4	71,7	28,3
Ásia	56,8	43,2	53,4	46,6	52,6	47,4	50,8	49,2	50,1	49,9
América	35,8	64,2	34,4	65,6	33,0	67,0	31,9	68,1	31,3	68,7
Oceânia	48,5	51,5	49,1	50,9	49,0	51,0	47,6	52,4	47,4	52,6
Apátridas	62,7	37,3	61,1	38,9	60,5	39,5	60,1	39,9	59,5	40,5
	1996		1997		1998		1999		Crescimento 1991-1999	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Residentes chineses	56,3	43,7	55,4	44,6	53,9	46,1	54,9	45,1	227,8	306,5
Total residentes estrangeiros	56,2	43,8	55,2	44,8	53,4	46,6	54,7	45,3	87,9	134,7
Residentes comunitários	40,3	59,7	40,6	59,4	40,7	59,3	40,4	59,6	42,3	47,3
Residentes extra-comunitários	58,6	41,4	57,4	42,6	55,3	44,7	56,4	43,6	93,5	160,8
Europa	57,4	42,6	55,1	44,9	53,0	47,0	54,2	45,8	234,8	299,7
África	74,1	25,9	72,9	27,1	70,4	29,6	70,5	29,5	48,8	166,9
Ásia	54,5	45,5	53,8	46,2	52,1	47,9	54,6	45,4	111,0	130,5
América	30,9	69,1	30,8	69,2	30,7	69,3	30,7	69,3	46,9	84,4
Oceânia	46,5	53,5	45,6	54,4	45,5	54,5	45,4	54,6	-13,3	-1,7
Apátridas	62,2	37,8	62,6	37,4	62,7	37,3	63,4	36,6	-30,4	-32,5

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo a idade

O total dos residentes estrangeiros caracterizava-se por ser uma população jovem, com a maioria (80,1%) entre os 18 e os 44 anos, não se tendo registado diferenças relevantes entre homens e mulheres. Não obstante, existem grandes diferenças entre o grupo dos residentes comunitários e o grupo dos residentes extra-comunitários.

Os residentes comunitários estão mais distribuídos entre as faixas etárias que vão dos 18 aos 65 e mais anos, sendo esta última a mais numerosa. Esta situação foi justificada pela circunstância de uma boa parte dos residentes comunitários na altura serem-no por motivos relacionados com o lazer e não tanto com o trabalho como os residentes extra-comunitários, temática que já tivemos oportunidade de abordar. Quanto à faixa entre os 0 e os 17 anos, há a salientar a pequena representatividade que não chegava a atingir um ponto percentual.

Os residentes extra-comunitários eram mais jovens do que os residentes comunitários, encontrando-se a quase totalidade (81,1%) entre os 18 e os 44 anos.

Para além disso, a percentagem de menores de 18 anos é de 3,5%. Não obstante, os residentes provenientes da América e da Oceânia também têm uma percentagem significativa de indivíduos com 65 e mais anos.

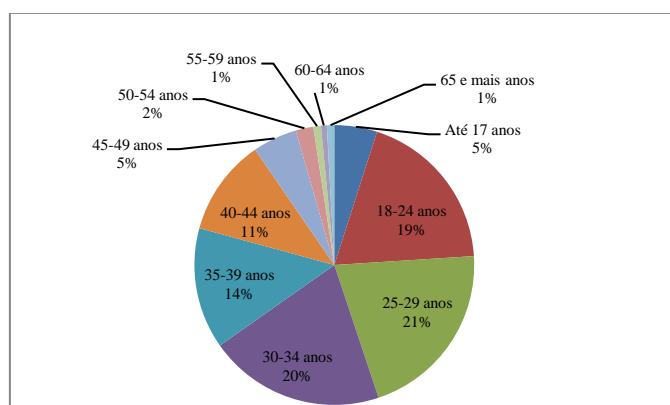
Tabela 24. Residentes estrangeiros segundo a idade em Itália, no ano 1997 (%)

	Total (N)	Faixa etária										
		Até 17 anos	18-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65 e mais anos
Total residentes estrangeiros	1.022.896	3,1	11,7	19,7	21,3	15,4	9,8	5,8	3,5	2,5	1,9	5,2
Residentes comunitários	135.207	0,8	9,7	13,9	15,8	11,3	7,5	6,1	5,9	5,9	5,1	18,1
Residentes extra-comunitários	887.689	3,5	12,0	20,6	22,2	16,1	10,2	5,7	3,1	2,0	1,4	3,3
Europa	247.717	4,5	17,3	22,8	18,0	12,0	8,3	5,1	3,0	2,1	1,6	5,3
África	310.748	2,9	9,1	21,2	27,8	19,2	10,5	4,9	2,0	1,2	0,7	0,6
Ásia	192.864	2,5	11,2	20,4	21,6	17,5	12,4	7,0	3,5	1,6	0,9	1,4
América	133.461	4,3	10,1	15,6	17,9	14,4	9,9	7,1	5,4	4,2	3,2	7,8
Oceânia	2.225	3,0	6,1	9,1	11,2	8,9	7,7	6,1	7,9	7,8	8,9	23,4
Apátridas	674	2,1	2,5	2,4	3,0	3,9	3,6	1,9	3,9	4,7	4,7	67,4

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

No caso concreto dos residentes chineses, estes caracterizavam-se por estarem mais concentrados entre os 18 e os 44 anos (85,5%) e de terem uma fatia significativa do seu total na faixa etária até aos 17 anos (4,9%), superior a qualquer dos outros grupos analisados. Os residentes com 55 e mais anos eram de facto muito poucos, cerca de 2,5% do total dos 35.310 residentes chineses em Itália em 1997.

Gráfico 6. Residentes chineses segundo a idade em Itália no ano 1997 (%)



Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo o estado civil

Do total dos residentes estrangeiros quase metade (49,0%) correspondia a indivíduos solteiros e a outra metade (48,5%) a indivíduos casados, havendo uma percentagem maior (53,4%) de solteiros no caso dos homens e de casadas (52,1%) no caso das mulheres. Situação idêntica aconteceu com os residentes extra-comunitários. Apesar disso, houve diferenças entre os vários continentes de origem. Os residentes de origem americana tinham uma igualdade numérica entre casados e solteiros. Os africanos solteiros eram em maior número e havia mais residentes oriundos da Europa e da Ásia casados do que solteiros. Há que salientar o facto de em todos estes residentes extra-comunitários o número de mulheres casadas ter sido superior ao dos homens.

Os residentes comunitários eram maioritariamente solteiros, tanto no caso das mulheres como nos homens.

Quanto aos residentes chineses, houve mais indivíduos casados superior a qualquer dos outros grupos (62,1%) e a diferença numérica em relação a solteiros era mais acentuada do que nos outros grupos, sobretudo no caso das mulheres.

Tabela 25. Residentes chineses/residentes estrangeiros por sexo e segundo o estado civil em Itália no ano 1997 (%)

	Ambos os sexos				Homens				Mulheres			
	Total (N)	Solteiro	Casado	Outro	Total (N)	Solteiro	Casado	Outro	Total (N)	Solteiro	Casado	Outro
Residentes chineses	35.310	37,1	62,1	0,8	19.572	40,6	59,1	0,3	15.738	32,8	65,9	1,3
Total residentes estrangeiros	1.022.896	49,0	48,5	2,5	564.283	53,4	45,6	1,0	458.613	43,6	52,1	4,3
Residentes comunitários	135.207	53,1	41,5	5,3	54.933	55,0	41,5	3,5	80.274	51,9	41,5	6,6
Residentes extra-comunitários	887.689	48,3	49,6	2,0	509.350	53,2	46,1	0,7	378.339	41,8	54,4	3,8
Europa	247.717	45,1	51,5	3,4	136.384	50,5	48,3	1,2	111.333	38,5	55,4	6,1
África	310.748	51,6	47,2	1,2	226.677	55,8	43,8	0,4	84.071	40,3	56,3	3,4
Ásia	192.864	46,8	52,1	1,1	103.711	48,6	51,0	0,4	89.153	44,7	53,3	2,0
América	133.461	48,9	48,4	2,7	41.141	59,3	39,1	1,7	92.320	44,3	52,5	3,2
Oceânia	2.225	54,4	40,4	5,2	1.015	58,9	37,6	3,4	1.210	50,6	42,8	6,6
Apátridas	674	44,8	47,3	7,9	422	40,8	54,0	5,2	252	51,6	36,1	12,3

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

A localização geográfica dos estrangeiros

Outra tendência relevante caracterizou a imigração em Itália na década de 1990: a mudança na localização geográfica dos residentes estrangeiros no país.

Aparentemente, depois do período em que a localização geográfica dos imigrantes foi ditada pela facilidade de entrada, pela proximidade geográfica aos países de origem e rotas de chegada, assim como pela existência de um sector informal vasto na região

sul de Itália, na década de 1990 os imigrantes tenderam a deslocarem-se para regiões com mais oportunidades de trabalho formal. Deste modo, o Norte tornou-se a região de permanência de longa duração. Os processos de regularização de 1990 e de 1995 também favoreceram o movimento de imigrantes de Sul para Norte. Para legalizarem a sua situação, os estrangeiros em situação irregular tinham de obter um trabalho regular no prazo de seis meses a contar da data do início do processo. Assim, os imigrantes indocumentados a trabalhar na economia informal do Sul deslocaram-se para Norte à procura de um trabalho mais estável. Consequentemente, passaram a existir profundas diferenças entre o norte e o sul de Itália. No Sul, os imigrantes tinham em grande número trabalhos irregulares, estando principalmente concentrados no sector informal e no trabalho agrícola sazonal.

Dos 1.022.896 residentes estrangeiros presentes em Itália no final de 1997, cerca de metade estavam concentrados no Norte (52,6%), enquanto as regiões Centro e Sul tinham respectivamente 30,8% e 11,0%, estando 5,7% localizados nas Ilhas.

Os residentes comunitários estavam presentes sobretudo no Centro (36,2%), no Noroeste (33,6%) e no Nordeste (20,0%). Os residentes extra-comunitários estavam em maior número no Noroeste (31,0%), seguido do Centro (30,0%) e depois do Nordeste (21,5%). Registaram-se diferenças entre os diferentes continentes de origem dos nacionais de países terceiros, como se pode verificar na tabela 26. As Ilhas e o Sul eram as regiões em que se encontravam menos residentes estrangeiros.

Quanto aos residentes chineses, estes estavam mais concentrados no Noroeste (36,3%) e no Centro (36,1%) mas também, em menor número, no Nordeste (19,2%). No Sul encontravam-se somente 6,5% dos residentes chineses e nas Ilhas estavam 676 residentes chineses do total de 35.310 em Itália no ano 1997.

Tabela 26. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo a localização geográfica em Itália em 1997 (%)

	Itália (N)	Noroeste	Nordeste	Centro	Sul	Ilhas
Residentes chineses	35.310	36,3	19,2	36,1	6,5	1,9
Total residentes estrangeiros	1.022.896	31,3	21,3	30,8	11,0	5,7
Residentes comunitários	135.207	33,6	20,0	36,2	6,6	3,6
Residentes extra-comunitários	887.689	31,0	21,5	30,0	11,6	6,0
Europa	247.717	26,2	28,6	30,6	11,8	2,8
África	310.748	35,6	22,6	19,9	12,5	9,4
Ásia	192.864	31,1	14,1	41,8	7,6	5,4
América	133.461	29,1	16,3	34,7	14,9	5,0
Oceânia	2.225	19,4	13,7	49,5	11,3	6,2
Apátridas	674	39,6	26,7	26,9	5,2	1,6

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

No Noroeste do país, a região administrativa em que os residentes estrangeiros estavam mais concentrados foi Lombardia, tendo os residentes chineses maior representatividade quando comparados com o grupo dos residentes comunitários e o grupo dos residentes extra-comunitários.

No caso do Nordeste, os residentes estrangeiros não estavam tão concentrados numa determinada região administrativa, embora estejam em maior número em Emília-Romagna e Veneto. No caso dos residentes chineses passou-se o mesmo.

No Centro, Lazio foi a região administrativa que contou com mais residentes estrangeiros em geral, mas também comunitários e extra-comunitários. Porém, no caso dos residentes chineses foi na região da Toscana que havia mais residentes chineses.

No Sul, era na região de Campania que viviam mais residentes estrangeiros.

Nas Ilhas, Sicília era onde se encontravam mais residentes estrangeiros, sobretudo mais residentes extra-comunitários. No caso dos residentes chineses, apesar de numericamente pouco representativos, estavam tanto na Sicília como na Sardenha.

Tabela 27. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo a localização geográfica por região administrativa em Itália no ano 1997 (%)

	Itália (N)	Noroeste				Nordeste				Centro	
		Piemonte	Liguria	Lombardia	Valle d'Aosta	Emilia- Romagna	Friuli-V. Giulia	Trentino- Alto Adige	Veneto	Lazio	Abruzzo
Residentes chineses	35.310	6,6	2,4	27,1	0,1	10,1	1,4	0,7	7,0	12,6	1,3
Total residentes estrangeiros	1.022.896	6,6	3,0	21,5	0,2	8,0	2,9	2,2	8,2	20,0	1,4
Residentes comunitários	135.207	5,6	4,8	22,8	0,4	5,9	2,5	5,9	5,7	24,8	1,0
Residentes extra-comunitários	887.689	2,8	2,7	8,1	0,1	8,3	3,0	1,8	4,0	19,3	1,5
Europa	247.717	7,0	2,5	16,4	0,2	7,8	6,6	3,2	11,1	16,9	3,0
África	310.748	9,0	2,7	23,6	0,3	11,2	0,8	1,3	9,3	11,4	0,8
Ásia	192.864	3,6	1,6	25,8	0,1	7,3	0,7	0,9	5,1	30,6	0,8
América	133.461	5,4	4,6	19,0	0,2	4,0	4,5	0,9	6,9	25,5	1,2
Oceânia	2.225	4,2	2,4	12,7	0,1	2,9	4,1	1,1	5,5	37,7	2,6
Apátridas	674	8,6	4,2	26,7	0,1	3,0	9,3	8,3	6,1	19,3	0,4
		Centro			Sul				Ilhas		
		Marche	Toscana	Umbria	Puglia	Basilicata	Calabria	Campania	Molise	Sicília	Sardenha
Residentes chineses	1,2	21,0	3,6	1,0	0,0	0,3	3,8	0,0	1,0	0,9	
Total residentes estrangeiros	2,2	6,7	6,1	2,5	0,2	1,4	5,3	0,1	4,6	1,0	
Residentes comunitários	2,2	7,1	5,8	1,6	0,1	0,6	3,2	0,1	2,1	1,5	
Residentes extra-comunitários	2,2	6,7	6,2	2,7	0,2	1,5	5,6	0,1	5,0	1,0	
Europa	3,4	7,6	8,8	4,4	0,3	1,1	2,8	0,3	2,1	0,6	
África	2,0	4,9	8,0	2,4	0,3	2,3	6,7	0,1	7,9	1,5	
Ásia	1,3	8,5	3,4	0,9	0,1	1,2	4,6	0,0	4,9	0,5	
América	1,4	6,3	4,2	2,9	0,1	0,5	10,1	0,1	3,9	1,1	
Oceânia	1,1	6,8	8,0	1,9	0,2	2,2	3,9	0,5	4,7	1,5	
Apátridas	1,5	4,7	5,0	1,0	0,0	0,0	3,7	0,0	1,3	0,3	

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo o motivo da presença

No que respeita aos motivos apresentados pelos residentes estrangeiros em geral, a década de 1990 teve duas fases distintas. A primeira metade da década de 1990 ficou marcada pela concessão de autorizações de trabalho devido a razões laborais. Esta situação foi menos evidente para as mulheres que se dividiam de forma mais equilibrada entre as que pretendiam obter a residência em Itália por motivos laborais e as que apresentavam razões familiares.

A situação foi ligeiramente diferente no caso dos cidadãos comunitários que, apesar de a maioria ter como principal motivo o trabalho, havia também uma parte significativa que tinha outros motivos, como a residência electiva e a família (sobretudo as mulheres).

A maior parte dos cidadãos extra-comunitários dos diferentes continentes de origem apresentou como principal motivo no pedido de autorização de residência o trabalho, com excepção dos cidadãos provenientes da América e da Oceânia. No caso da América, a religião foi um dos motivos relevantes, enquanto no caso da Oceânia houve uma maior dispersão entre os motivos relacionados com o trabalho, a família, a religião e a residência electiva.

Tal como ocorreu em relação ao total dos residentes estrangeiros, o principal motivo das autorizações de residência concedidas a cidadãos chineses na primeira metade da década de 1990 foi o trabalho.

Em relação à segunda metade da década de 1990, o principal motivo da concessão de autorizações de residência a cidadãos estrangeiros em geral passou a ser a família, incluindo os cidadãos chineses, sobretudo no caso das mulheres. Porém, no caso dos cidadãos comunitários continuou a ser o trabalho.

Tabela 28. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o motivo da presença em Itália no ano 1997 (%)

Residentes chineses	Total motivos (N)				Motivo laboral		Motivo familiar		Outro motivo			
	1990-1992	1993-1995	1996	1997	1990-1992	1993-1995	1996	1997	1990-1992	1993-1995	1996	1997
Residentes chineses	4.374	16.775	1.348	1.973	72,3	85,6	30,7	26,2	26,7	13,8	63,9	62,7
Total residentes estrangeiros	173.792	328.580	57.290	81.372	72,6	73,7	34,0	27,2	18,9	18,8	41,9	39,0
Residentes comunitários	13.637	31.332	11.831	15.684	43,0	57,4	57,1	50,9	32,5	16,6	13,8	9,7
Residentes extra-comunitários	160.155	297.248	45.459	65.688	75,1	75,4	28,0	21,5	17,7	19,1	49,2	46,0
Europa	44.777	113.662	16.917	26.279	71,8	77,5	39,4	28,9	18,1	17,1	39,6	39,8
Africa	63.810	77.277	9.134	11.615	84,7	76,2	21,3	15,6	12,4	20,1	63,8	63,9
Asia	31.453	65.880	8.524	12.416	76,6	80,8	29,5	22,4	14,0	12,8	42,2	42,0
América	19.864	40.100	10.692	14.960	50,1	59,5	14,7	12,6	39,6	32,6	58,0	47,0
Oceânia	227	307	189	414	12,3	25,1	6,9	8,9	33,5	41,7	30,2	13,8
Apátridas	24	22	3	4	6,7	31,8	33,3	0,0	12,5	18,2	33,3	0,0
Residentes chineses	2.375	9.319	575	904	86,3	92,9	42,8	34,3	12,8	6,4	49,7	51,5
Total residentes estrangeiros	105.287	177.801	21.104	30.010	86,8	87,7	48,1	39,3	6,6	5,9	20,6	21,2
Residentes comunitários	4.519	13.089	5.207	6.955	57,1	66,9	65,6	60,4	13,5	5,5	5,2	3,8
Residentes extra-comunitários	100.768	164.712	15.897	23.055	88,1	89,3	42,3	32,9	6,3	6,0	25,7	26,5
Europa	28.848	66.989	6.399	9.385	85,8	91,1	59,5	46,8	5,3	4,4	13,7	17,5
Africa	49.549	49.098	2.682	3.619	93,0	90,9	33,6	24,9	4,9	5,9	41,8	40,7
Asia	16.184	38.383	3.230	4.848	87,3	90,9	40,1	27,1	6,0	4,5	28,8	30,4
América	6.067	10.109	3.500	5.043	63,2	63,7	20,4	19,0	22,3	21,9	32,7	30,0
Oceânia	106	125	84	158	14,2	31,2	7,1	12,0	19,8	24,0	14,3	9,5
Apátridas	14	8	2	2	71,4	37,5	50,0	0,0	14,3	12,5	0,0	0,0
Residentes chineses	1.999	7.456	773	1.069	55,7	76,4	21,7	19,4	43,3	23,0	74,4	72,2
Total residentes estrangeiros	68.505	150.779	36.186	51.362	50,7	57,2	25,8	20,1	37,7	34,0	54,3	49,3
Residentes comunitários	9.118	18.243	6.624	8.729	36,0	50,5	50,3	43,4	41,9	24,6	20,5	14,5
Residentes extra-comunitários	59.387	132.536	29.562	42.633	52,9	58,1	20,3	15,3	37,1	35,3	61,9	56,5
Europa	15.929	46.673	10.518	16.894	46,4	57,9	27,1	19,0	41,2	35,3	55,3	52,2
Africa	14.261	28.179	6.452	7.996	55,7	50,5	16,2	11,4	38,2	44,9	73,0	74,5
Asia	15.269	27.497	5.294	7.568	65,2	66,6	23,1	19,4	22,5	24,4	50,3	49,4
América	13.797	29.991	7.192	9.917	44,3	58,1	12,0	9,4	47,3	36,3	70,4	55,7
Oceânia	121	182	105	256	10,7	20,9	6,7	7,0	45,5	53,8	42,9	16,4
Apátridas	10	14	1	2	60,0	28,6	0,0	0,0	10,0	21,4	100,0	0,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo a situação laboral

Na década de 1990, os trabalhadores estrangeiros em geral em Itália foram, na sua grande maioria (71,9%), trabalhadores por conta de outrem. Esta situação foi ainda mais acentuada no caso dos trabalhadores comunitários, havendo uma parcela significativa de trabalhadores extra-comunitários que se encontrava à procura de trabalho.

Quanto ao trabalho por conta própria, os trabalhadores chineses destacaram-se por serem os que tinham uma percentagem mais elevada (22,1% em 1997) do que quaisquer outros. Não obstante, embora em termos absolutos não sejam significativos, os trabalhadores comunitários tinham 13,3% de trabalhadores por conta própria e os trabalhadores da Oceânia 19,4%.

Em relação às diferenças entre os trabalhadores e as trabalhadoras, verificou-se haver mais trabalhadoras por conta de outrem do que trabalhadores, com excepção dos trabalhadores do continente europeu e do caso dos trabalhadores chineses em que o número entre ambos os sexos é idêntico. Contudo, há mais trabalhadoras chinesas à procura de trabalho e há mais trabalhadores por conta própria do sexo masculino, se bem que a diferença é de dois pontos percentuais.

Há ainda que referir a percentagem significativa de trabalhadores à procura de trabalho oriundos do continente africano, com maior incidência no caso dos homens, durante a década de 1990.

Tabela 29. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a situação laboral em Itália no ano 1997

	Total	Trabalho por conta de outrem		Trabalho por conta própria		Procura de trabalho		Trabalho ^(a)		
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	
Ambos os sexos										
Trabalhadores chineses	26.943	18.922	70,2	5.942	22,1	2.079	7,7	-	0,0	
Total trabalhadores estrangeiros	660.335	474.499	71,9	40.493	6,1	114.123	17,3	31.220	4,7	
Trabalhadores comunitários	58.586	46.455	79,3	7.786	13,3	4.342	7,4	3	0,0	
Trabalhadores extra-comunitários	601.749	428.044	71,1	32.707	5,4	109.781	18,2	31.217	5,2	
Europa	157.854	104.379	66,1	5.776	3,7	16.935	10,7	30.764	19,5	
África	250.001	166.124	66,4	12.507	5,0	70.944	28,4	426	0,2	
Ásia	140.313	113.883	81,2	10.861	7,7	15.546	11,1	23	0,0	
América	52.863	43.149	81,6	3.398	6,4	6.315	11,9	1	0,0	
Oceânia	510	392	76,9	99	19,4	19	3,7	-	0,0	
Apátridas	208	117	56,3	66	31,7	22	10,6	3	1,4	

(cont.)	Total	Trabalho por conta de outrem		Trabalho por conta própria		Procura de trabalho		Trabalho ^(a)		
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	
Homens										
Trabalhadores chineses	16.988	12.016	70,7	3.894	22,9	1.078	6,3	-	0,0	
Total trabalhadores estrangeiros	453.350	314.990	69,5	31.094	6,9	86.535	19,1	20.731	4,6	
Trabalhadores comunitários	29.220	22.898	78,4	4.986	17,1	1.335	4,6	1	0,0	
Trabalhadores extra-comunitários	453.350	314.990	69,5	31.094	6,9	86.535	19,1	20.731	4,6	
Europa	139.155	97.010	69,7	9.066	6,5	12.494	9,0	20.585	14,8	
África	207.859	135.670	65,3	11.686	5,6	60.377	29,0	126	0,1	
Ásia	87.149	67.485	77,4	8.081	9,3	11.565	13,3	18	0,0	
América	18.772	14.547	77,5	2.142	11,4	2.082	11,1	1	0,0	
Oceânia	256	190	74,2	61	23,8	5	2,0	-	0,0	
Apátridas	159	88	55,3	58	36,5	12	7,5	1	0,6	
Mulheres										
Trabalhadores chineses	9.955	6.906	69,4	2.048	20,6	1.001	10,1	-	0,0	
Total trabalhadores estrangeiros	206.985	159.509	77,1	9.399	4,5	27.588	13,3	10.489	5,1	
Trabalhadores comunitários	29.366	23.557	80,2	2.800	9,5	3.007	10,2	2	0,0	
Trabalhadores extra-comunitários	177.619	135.952	76,5	6.599	3,7	24.581	13,8	10.487	5,9	
Europa	47.919	30.267	63,2	1.696	3,5	5.776	12,1	10.180	21,2	
África	42.142	30.454	72,3	821	1,9	10.567	25,1	300	0,7	
Ásia	53.164	46.398	87,3	2.780	5,2	3.981	7,5	5	0,0	
América	34.091	28.602	83,9	1.256	3,7	4.233	12,4	-	0,0	
Oceânia	254	202	79,5	38	15,0	14	5,5	-	0,0	
Apátridas	49	29	59,2	8	16,3	10	20,4	2	4,1	

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

A 1ª década do século XXI

Entre os anos 2000 e 2007, a concessão de autorizações de residência a cidadãos estrangeiros continuou a tendência de crescimento positivo que vinha a ocorrer desde as duas décadas anteriores, com exceção para o ano 2007 em que se registou um crescimento negativo que, na realidade, não correspondeu à saída de residentes estrangeiros de Itália mas sim deveu-se a uma alteração administrativa resultante da entrada em vigor do Decreto Legislativo N°30 de 6 de Fevereiro de 2007 e da adopção da Directiva 2004/38/CE. A partir de então, os cidadãos comunitários deixam de ser incluídos nos dados estatísticos relativos ao *stock* de residentes com título de residência por se passar a aplicar em Itália o direito à livre circulação e residência de cidadãos dos vinte e sete Estados Membros.

Do ano 2000 até 2007 o total dos residentes estrangeiros registou um crescimento de 49,5%, com uma variação absoluta de 683.378, tendo passado de 1.340.655 residentes estrangeiros em 2000 para 2.063.127 em 2007.

O ano 2003 foi aquele em que houve um aumento mais acentuado do número de residentes estrangeiros, reflectindo os valores dos residentes extra-comunitários. Mais uma vez, o aumento exponencial do número de residentes estrangeiros está directamente relacionado com a realização de um processo de regularização extraordinário.

Tabela 30. Estrangeiros com autorização de residência em Itália, 1999-2007

	Total residentes estrangeiros	Crescimento (%)	Residentes comunitários	Crescimento (%)	Residentes extra-comunitários	Crescimento (%)
1999	1.340.655		145.863		1.194.792	
2000	1.379.749	2,9	146.165	0,2	1.233.584	3,2
2001	1.448.392	5,0	145.549	-0,4	1.302.843	5,6
2002	1.503.286	3,8	150.866	3,7	1.352.420	3,8
2003	2.227.567	48,2	148.194	-1,8	2.079.373	53,8
2004	2.245.548	0,8	239.192	61,4	2.006.356	-3,5
2005	2.286.024	1,8	233.867	-2,2	2.052.157	2,3
2006	2.414.972	5,6	537.922	130,0	1.877.050	-8,5
2007*	2.063.127	-14,6			2.063.127	9,9

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Nota:

* Os dados estatísticos relativos ao ano 2007 já não incluem os cidadãos comunitários.

A origem dos estrangeiros

Os residentes comunitários, apesar de terem tido um crescimento de 268,0% entre 2000 e 2007, em 2003 não tiveram um crescimento positivo. Os anos 2004 e 2006 foram aqueles em que se registaram crescimentos acentuados de residentes comunitários, 72,1% e 109,6% respectivamente, coincidindo com a entrada primeiro da Polónia e depois da Roménia e Bulgária na União Europeia.

Ao longo da década, 2003 foi o ano em que o grupo dos extra-comunitários mais cresceu. Deste, as origens que mais cresceram foram a europeia (87,0%), a americana (42,1%), a asiática (35,3%) – que teve como principal responsável a chinesa (64,0%) – e a africana (31,8%).

Tabela 31. Residentes extra-comunitários segundo o continente de origem em Itália, 2000-2007

	Total residentes extra-comunitários	Europa		África		Ásia		América		Oceânia	
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2000	1.233.584	414.423	33,6	388.327	31,5	145.343	11,8	162.790	13,2	2.430	0,2
2001	1.302.843	450.695	34,6	401.050	30,8	278.003	21,3	169.972	13,0	2.547	0,2
2002	1.352.420	488.700	36,1	401.442	29,7	281.131	20,8	177.852	13,2	2.680	0,2
2003	2.079.373	913.761	43,9	529.163	25,4	380.490	18,3	252.685	12,2	2.657	0,1
2004	2.006.356	843.759	42,1	524.810	26,2	385.172	19,2	249.285	12,4	2.729	0,1
2005	2.052.157	881.532	43,0	535.930	26,1	395.608	19,3	236.451	11,5	2.370	0,1
2006	1.877.050	636.251	33,9	570.799	30,4	419.964	22,4	247.640	13,2	2.101	0,1
2007	2.063.127	715.019	34,7	607.141	29,4	474.272	23,0	264.293	12,8	2.103	0,1

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Das dezasseis nacionalidades mais representativas dos residentes estrangeiros em Itália em 2007, a romena e a polaca são as únicas do grupo de residentes de países comunitários, sendo que a primeira é a nacionalidade mais numerosa em Itália. Quanto às outras, cinco são do continente europeu – Albânia, Ucrânia, Macedónia, Moldávia, Sérvia e Montenegro –, quatro de África – Marrocos, Tunísia, Egipto e Senegal –, duas são da América Latina – Equador e Peru – e três do continente asiático – China, Filipinas, Índia.

Quanto aos residentes chineses em particular, apesar de não se ter verificado um crescimento tão elevado como na década anterior, o número de residentes chineses registou um crescimento de 129,3% entre 2000 e 2007. Em comparação com os restantes grupos, foi a nacionalidade que teve um crescimento mais elevado. No ano 2003, ano em que se realizou mais um processo de regularização extraordinário, registou-se o maior crescimento (53,5%). Foram regularizados 33.950 chineses, dos quais 21.122 eram homens e 12.828 mulheres. Em 2007, a nacionalidade chinesa era a quarta nacionalidade mais representativa no total dos residentes estrangeiros em Itália.

Tabela 32. Residentes chineses em Itália, 1999-2007

Ano	N	Crescimento (%)
1999	56.660	
2000	60.143	7,0
2001	61.452	5,4
2002	64.010	5,8
2003	104.952	53,5
2004	106.750	3,2
2005	114.165	8,9
2006	122.364	9,4
2007	137.912	14,8

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Perante a situação de desemprego e de falta de oportunidades na China, muitos cidadãos optaram pela emigração, mesmo sem estarem inseridos numa rede migratória, viajando sozinhos e geralmente com visto de turismo, acabando por permanecer em Itália finda a validade do visto (OIM & Ministerio dell'Interno, 2008). Entre 2000 e 2007, dos 8.015.565 vistos⁶ concedidos a cidadãos estrangeiros, 6% (477.587) correspondem a cidadãos de nacionalidade chinesa.

Tabela 33. Vistos concedidos por Itália a cidadãos chineses, 2000-2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Cidadãos chineses	38.371	40.077	36.216	29.742	64.934	64.840	83.648	119.759	477.587
Total estrangeiros	1.008.971	947.085	853.535	874.874	887.327	969.846	1.095.408	1.378.519	8.015.565

Fonte: ISMU - Fondazione Iniziative e Studisulla Multietnicità, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo o sexo

Entre 2000 e 2007, o número de residentes estrangeiros do sexo masculino foi decrescendo, chegando-se ao ano 2006 com uma vantagem ligeira do número de mulheres, mas em 2007 o número de homens superou o das mulheres, com uma diferença percentual de 3,2%.

⁶ Os vistos são concedidos pela missão diplomática ou delegação consular de Itália no país de solicitação por um período máximo de noventa dias e para diversos fins (turismo, negócios, adopção, assistência médica, diplomacia, familiar, competição desportiva, trabalho autónomo e dependente, motivos religiosos, missões voluntárias, residência electiva, estudo, trânsito, entre outros).

Em relação ao grupo dos residentes comunitários, as mulheres foram sempre em número superior aos homens.

Já no grupo dos extra-comunitários, passou-se exactamente o contrário e ao longo da década essa diferença foi sendo reduzida. Quanto aos diferentes continentes de origem, houve diferenças assinaláveis: a Europa teve mais mulheres a partir de 2002; África teve sempre mais homens e a diferença é de cerca de dois para um; a Ásia teve mais homens do que mulheres com uma diferença ligeira; a América teve muito mais mulheres, mais do dobro; as mulheres provenientes da Oceânia também foram sempre em maior número em relação aos homens.

Tabela 34. Residentes estrangeiros segundo o sexo em Itália, 2000-2007 (%)

	Residentes chineses		Total residentes estrangeiros		Residentes comunitários		Residentes extra-comunitários		Europa	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2000	54,5	45,5	54,1	45,9	40,4	59,6	55,7	44,3	53,4	46,6
2001	53,1	46,9	52,8	47,2	40,2	59,8	54,2	45,8	51,2	48,8
2002	52,3	47,7	51,7	48,3	40,2	59,8	53,0	47,0	49,4	50,6
2003	55,4	44,6	51,7	48,3	39,8	60,2	52,5	47,5	46,2	53,8
2004	54,7	45,3	50,8	49,2	35,8	64,2	52,6	47,4	47,5	52,5
2005	53,9	46,1	50,1	49,9	35,2	64,8	51,8	48,2	46,2	53,8
2006	52,9	47,1	49,6	50,4	41,0	59,0	52,1	47,9	45,8	54,2
2007*	52,0	48,0	51,6	48,4			51,6	48,4	44,8	55,2
	África		Ásia		América		Oceânia		Apátridas	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
2000	69,0	31,0	54,8	45,2	31,2	68,8	44,7	55,3	64,6	35,4
2001	67,6	32,4	53,9	46,1	31,4	68,6	45,3	54,7	64,2	35,8
2002	66,5	33,5	53,1	46,9	32,0	68,0	44,9	55,1	62,9	37,1
2003	69,2	30,8	57,5	42,5	33,0	67,0	44,0	56,0	62,4	37,6
2004	67,5	32,5	56,4	43,6	32,8	67,2	43,2	56,8	61,9	38,1
2005	66,2	33,8	55,8	44,2	33,2	66,8	39,7	60,3	54,9	45,1
2006	65,1	34,9	55,1	44,9	33,5	66,5	39,6	60,4	55,3	44,7
2007	64,4	35,6	55,7	44,3	33,6	66,4	41,3	58,7	55,2	44,8

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Quanto aos residentes chineses, o número de homens foi sempre superior ao número de mulheres entre 2000 e 2007, correspondendo a mais de metade. O ano 2002 foi aquele em que se registou uma diferença menor entre ambos os sexos.

Os residentes chineses do sexo masculino registaram um crescimento de 130,6%, enquanto as mulheres cresceram 159,0% entre 2000 e 2007. O ano 2003 foi o que registou os crescimentos mais elevados, tendo sido o dos homens o grupo que mais cresceu.

Tabela 35. Crescimento dos residentes chineses segundo o sexo em Itália, 1999-2000 (%)

	Residentes chineses					
	Ambos os sexos (N)	Crescimento	Homens	Crescimento	Mulheres	Crescimento
1999	56.660		31.118		25.542	
2000	60.143	6,1	32.802	5,4	27.341	7,0
2001	61.452	2,2	32.627	-0,5	28.825	5,4
2002	64.010	4,2	33.500	2,7	30.510	5,8
2003	104.952	64,0	58.104	73,4	46.848	53,5
2004	106.750	1,7	58.391	0,5	48.359	3,2
2005	114.165	6,9	61.491	5,3	52.674	8,9
2006	122.364	7,2	64.729	5,3	57.635	9,4
2007	137.912	12,7	71.761	10,9	66.151	14,8

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo a idade

Entre 2000 e 2007, a grande maioria da população estrangeira em Itália era jovem, havendo 2/3 de residentes estrangeiros entre os 18 e os 44 anos, em continuidade com o que havia ocorrido na década anterior, embora se tenha registado uma redução na maioria que era de 80,1% em 1997. Ao longo da década, assistiu-se a uma maior dispersão entre as diferentes idades, ao mesmo tempo que o número de indivíduos com 65 e mais anos baixou para metade.

Embora continue a haver diferenças que distinguem o grupo dos residentes comunitários do grupo dos extra-comunitários, na segunda metade da década essas diferenças foram sendo atenuadas. Isto deveu-se ao facto de os residentes comunitários, tradicionalmente mais velhos, passarem a contar com um número maior de indivíduos jovens, o que acabou por provocar uma redução da representatividade dos indivíduos a partir dos 55 anos, com especial incidência na faixa etária dos 65 e mais anos que, no início da década, contava com 18,4% e em 2006 passou para 5,8%. Obviamente que esta situação esteve relacionada com a já mencionada alteração da composição das origens dos residentes comunitários resultante dos vários alargamentos da União Europeia.

Quanto ao grupo dos residentes extra-comunitários, este não registou grandes alterações ao longo da década de 2000. Houve um ligeiro aumento do número de indivíduos entre os 40 e os 54 anos e um decréscimo no caso dos indivíduos com 65 e mais anos de 3,5% para 1,9%, entre as duas metades da década.

Tabela 36. Residentes estrangeiros segundo a idade em Itália em 2001 e 2006 (%)

	Total residentes estrangeiros		Residentes comunitários		Residentes extra-comunitários	
	2001	2005	2001	2006	2001	2006
0-17 anos	4,2	4,5	0,8	1,3	4,5	4,9
18-24 anos	12,3	12,3	9,0	8,9	12,7	12,7
25-29 anos	15,8	16,4	11,9	16,7	16,2	16,4
30-34 anos	18,5	17,8	13,2	17,4	19,1	17,9
35-39 anos	16,3	16,3	13,7	14,6	16,6	16,5
40-44 anos	11,4	12,2	10,1	12,0	11,6	12,2
45-49 anos	7,2	8,6	6,7	9,1	7,2	8,5
40-54 anos	4,4	5,2	5,5	6,5	4,2	5,0
55-59 anos	2,8	2,9	5,3	4,6	2,5	2,7
60-64 anos	2,2	1,5	5,4	3,0	1,8	1,3
65 e mais anos	5,0	2,3	18,4	5,8	3,5	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Em relação às várias origens por continente dos residentes extra-comunitários, verificaram-se algumas diferenças entre elas: os residentes da Europa estão maioritariamente entre os 18 e os 44 anos mas a faixa 45-54 anos tem tido maior representatividade ao longo da década; a maioria dos residentes de África, à semelhança dos residentes da Ásia e da América, tem entre 25 e 39 anos, tendo seguido a tendência de aumento para os 44 anos; em relação aos residentes da América e da Oceânia a significativa representatividade dos indivíduos com 65 e mais anos tem vindo a diminuir.

No caso dos residentes chineses em particular, em relação à década anterior verifica-se uma situação idêntica sem alterações relevantes. Continuou a haver um número mais elevado de indivíduos entre os 18 e os 44 anos (apesar de ter passado de 85,5% em 1997 para 82,0% em 2001 e 80,2% em 2007) e de outro número significativo de indivíduos até aos 17 anos cuja representatividade numérica chegou mesmo a aumentar nos anos 2001-2002 e 2005-2006, valor este superior ao de qualquer outro grupo analisado. Os indivíduos com mais de 54 anos continuaram a ser muito poucos.

Tabela 37. Residentes chineses segundo a idade em Itália, 2000-2007 (%)

	Total (N)	0-17 anos	18-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60-64 anos	65 e mais anos
2000	60.143	6,5	19,9	19,3	17,8	15,7	9,3	5,5	2,4	1,1	1,0	1,4
2001	61.452	7,9	18,4	18,7	17,5	16,4	8,9	6,0	2,5	1,2	0,9	1,6
2002	64.010	7,8	16,5	18,1	17,8	16,1	9,9	6,5	2,9	1,4	1,0	1,9
2003	104.952	5,5	16,9	19,5	19,0	16,9	10,8	5,9	2,4	1,1	0,7	1,3
2004	106.750	6,5	15,0	18,7	18,5	17,0	12,0	6,1	2,8	1,3	0,8	1,4
2005	114.165	7,9	14,7	16,3	18,1	16,7	13,2	6,4	3,2	1,4	0,8	1,3
2006	122.364	6,6	14,8	15,7	18,0	16,8	14,5	6,4	3,7	1,5		0,2
2007	137.912	5,6	17,2	15,4	17,5	16,5	13,6	6,9	3,8	1,6	0,8	1,1

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo o estado civil

Na década de 1990, o total dos residentes estrangeiros em Itália dividiu-se entre indivíduos solteiros e casados em partes praticamente iguais. No entanto, logo no início da década de 2000 houve um aumento do número de residentes estrangeiros casados face aos solteiros. Esta tendência manteve-se no decurso dos anos seguintes. Porém, no caso dos homens, a situação não se alterou logo no início da década mas em 2005 já se verificou isso mesmo. No caso das mulheres, estas foram sempre maioritariamente casadas entre 2000 e 2007.

Quanto aos residentes comunitários, é de assinalar a particularidade de, em 2001, o número de homens casados ser superior ao número de homens solteiros mas, a meio da década, esse valor diminuiu, deixando de haver grandes diferenças entre casados e solteiros. No início da década havia mais mulheres solteiras e em 2006 havia mais casadas.

No grupo de residentes extra-comunitários, o número de casados é superior ao número de solteiros, sobretudo no caso das mulheres.

Tendo em conta os vários continentes de origem, os residentes solteiros provenientes de África, no início da década, eram em maior número, ao contrário de todas as outras origens. No entanto, ao longo da década foi aumentando o número de africanos casados.

Tabela 38. Residentes estrangeiros segundo o estado civil em Itália em 2001 e 2006 (%)

	Total residentes estrangeiros		Residentes comunitários		Residentes extra-comunitários	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Ambos os sexos						
Solteiros	43,6	42,5	52,5	44,9	42,6	42,5
Casados	50,3	54,1	39,4	49,9	51,6	54,1
Outro	2,7	3,4	5,1	5,1	2,5	3,4
Não identificado	3,3	0,0	3,0	0,1	3,4	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens						
Solteiros	48,9	48,5	54,4	48,0	48,4	48,7
Casados	46,6	50,4	38,6	49,8	47,2	50,6
Outro	1,0	1,0	3,6	2,1	0,8	0,7
Não identificado	3,6	0,0	3,4	0,1	3,6	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres						
Solteiros	37,6	36,5	51,2	42,7	35,7	36,5
Casados	54,6	57,7	39,9	49,9	56,7	57,7
Outro	4,7	5,8	6,1	7,2	4,5	5,8
Não identificado	3,1	0,1	2,8	0,1	3,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Do conjunto dos residentes chineses, os casados continuaram a ser em maior número entre 2000 e 2007, apesar de ter havido uma diminuição dessa representatividade. A diferença entre casados e solteiros foi sendo maior nas mulheres do que nos homens.

Tabela 39. Residentes chineses segundo o estado civil em Itália, 2000-2007 (%)

	Total (N)	Solteiro	Casado	Outro	Não identificado
2000					
Ambos os sexos	60.143	42,8	56,3	0,9	-
Homens	32.802	47,1	52,5	0,4	-
Mulheres	27.341	37,7	60,8	1,5	-
2001					
Ambos os sexos	61.452	40,7	55,7	1,0	2,6
Homens	32.627	44,6	52,0	0,5	2,9
Mulheres	28.825	36,3	59,9	1,5	2,3
2002					
Ambos os sexos	64.010	40,2	56,8	1,0	2,0
Homens	33.500	44,1	53,2	0,5	2,2
Mulheres	30.510	35,9	60,8	1,5	1,8
2003					
Ambos os sexos	104.952	46,1	52,7	0,8	0,4
Homens	58.104	50,3	48,9	0,4	0,4
Mulheres	46.848	40,9	57,5	1,2	0,4

(cont.)	Total (N)	Solteiro	Casado	Outro	Não identificado
2004					
Ambos os sexos	106.750	45,2	53,8	0,8	0,2
Homens	58.391	49,6	49,8	0,4	0,2
Mulheres	48.359	39,9	58,5	1,4	0,2
2005					
Ambos os sexos	114.165	43,6	55,4	0,9	0,0
Homens	61.491	47,9	51,7	0,4	0,0
Mulheres	52.674	38,7	59,9	1,4	0,0
2006					
Ambos os sexos	122.364	43,5	55,6	0,9	0,0
Homens	64.729	47,8	51,7	0,4	0,0
Mulheres	57.635	38,7	60,0	1,3	0,0
2007					
Ambos os sexos	137.912	44,6	54,9	0,5	-
Homens	71.761	48,3	51,5	0,2	-
Mulheres	66.151	40,6	58,6	0,8	-

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

A localização geográfica dos estrangeiros

A região noroeste de Itália é aquela que tem contado com o maior número de residentes estrangeiros, chegando mesmo a aumentar entre 2000 e 2007, enquanto o Nordeste que tinha menos residentes no início da década passou a estar em segunda posição, em detrimento da descida verificada no Centro. No Sul e Ilhas continuou a tendência de redução da presença de residentes estrangeiros iniciada nos anos 1990.

Na análise em separado dos residentes comunitários e dos residentes extra-comunitários há diferenças que merecem ser assinaladas.

Os residentes comunitários continuaram a estar mais concentrados no Centro, depois no Noroeste e em terceiro lugar no Nordeste. A sua presença no Sul e nas Ilhas também tem sido pouco significativa.

O conjunto dos residentes extra-comunitários permaneceu em maior grau de concentração no Noroeste entre 2000 e 2007. Para além disso, o Centro passou a ter menos residentes extra-comunitários do que o Nordeste, a partir do início da segunda metade da década de 2000. As distintas origens contribuíram de forma diferente para esta nova situação. Comum a todas elas, com excepção de África que tinha como principal localização o Noroeste, foi o facto de a primeira região de maior concentração deixar de ser o Centro e passar a ser o Noroeste e o facto de a presença no Sul e Ilhas ser menor.

Tabela 40. Residentes estrangeiros segundo a região geográfica em Itália, em 2001 e 2006 (%)

	Itália (N)		Noroeste		Nordeste		Centro		Sul		Ilhas	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Total residentes estrangeiros	1.379.749	2.414.972	32,1	35,1	23,7	28,0	29,9	26,7	9,9	7,0	4,4	3,2
Residentes comunitários	146.165	537.922	33,4	30,5	21,9	25,7	35,4	35,5	6,0	5,6	3,4	2,7
Residentes extra-comunitários	1.233.584	1.877.050	32,0	36,4	23,9	28,6	29,3	24,2	10,3	7,4	4,5	3,4
Europa	414.423	636.251	25,5	28,1	29,3	34,5	31,5	26,2	11,5	9,9	2,2	1,4
África	388.327	570.799	38,4	41,3	25,6	29,9	19,2	16,6	10,0	6,7	6,7	5,5
Ásia	265.040	419.964	32,3	35,2	16,8	24,9	38,0	29,5	8,0	6,1	4,9	4,4
América	162.790	247.640	32,7	48,5	17,9	17,0	33,2	27,2	12,0	5,3	4,1	1,9
Oceânia	2.430	2.101	20,8	27,0	14,4	18,8	49,1	41,8	9,9	8,2	5,8	4,2
Apátridas	574	295	35,4	25,1	28,6	34,9	27,9	32,9	5,1	4,4	3,1	2,7

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Quanto aos residentes chineses, houve uma alteração em relação ao que se passou nos anos 1990. Se antes os residentes chineses estiveram praticamente em igual proporção no Noroeste e Centro, onde se encontrava a maioria, no início da década de 2000 passaram a estar em maior número no Centro. Porém, nos dois anos seguintes, o Noroeste passou a ser a principal região dos residentes chineses. Até 2007, a maior concentração dos residentes chineses foi alternando entre o Noroeste e o Centro. O Nordeste foi sempre a terceira região com o maior número de residentes chineses. No Sul, a percentagem de residentes chineses foi de 7,6% em 2000, tendo tido valores mais elevados nos anos seguintes mas a partir de 2006 passou a ter valores mais baixos do que no início da década. Ao contrário dos outros grupos analisados, a percentagem de residentes chineses nas Ilhas seguiu a tendência de crescimento.

Tabela 41. Residentes chineses segundo a localização geográfica em Itália, 2000-2007

	Itália (N)	Noroeste		Nordeste		Centro		Sul		Ilhas	
		(N)	%	(N)	%	(N)	%	(N)	%	(N)	%
2000	60.143	19.865	33	11.768	19,6	22.929	38,1	4.567	7,6	1.014	1,7
2001	61.452	20.785	33,8	13.709	22,3	19.743	32,1	5.996	9,8	1.219	2,0
2002	64.010	21.541	33,7	14.995	23,4	20.638	32,2	5.580	8,7	1.256	2,0
2003	104.952	31.858	30,4	24.803	23,6	35.882	34,2	9.942	9,5	2.467	2,4
2004	106.750	30.656	28,7	27.305	25,6	35.360	33,1	10.313	9,7	3.116	2,9
2005	114.165	34.425	30,2	31.752	27,8	33.937	29,7	10.776	9,4	3.275	2,9
2006	122.364	36.803	30,1	32.525	26,6	40.424	33,0	8.570	7,0	1.014	3,3
2007	137.912	40.117	29,1	37.945	27,5	46.150	33,5	9.443	6,8	1.219	3,1

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Se olharmos para dentro das cinco regiões e tomarmos em consideração as regiões administrativas (*vide* Tabela 42), confirma-se a tendência de maior concentração dos residentes estrangeiros no Noroeste e Nordeste italianos, apesar de o aumento na região administrativa da Toscana (Centro). No Noroeste, Lombardia continua a ser a região administrativa com a maior concentração de residentes estrangeiros (mas também a nível nacional), enquanto no Nordeste tem havido praticamente o mesmo número de residentes estrangeiros, quer em Emília-Romagna e em Veneto. Esta distribuição reflecte a situação dos residentes extra-comunitários, ao passo que os residentes comunitários estão presentes em maior número na região administrativa da Lombardia (Noroeste) e em Lazio (Centro), não obstante ter havido uma redução da representatividade entre 2000 e 2007.

Tabela 42. Residentes estrangeiros segundo a localização geográfica por região administrativa em Itália, em 2001 e 2006 (%)

Itália (N)	Nordeste					Centro					Sul					Ilhas	
	Piemonte	Liguria	Lombardia	Valle d'Aosta	Emilia-Romagna	Friuli-V. Alto-Trentino-Nordeste	Lazio	Abruzzo	Marche	Toscana	Umbria	Puglia	Basilicata	Calabria	Campania		Molise

2001																		
Total residentes estrangeiros	1 448,392	7,0	2,3	22,9	0,2	9,7	3,0	2,5	9,9	16,7	1,3	3,1	7,2	2,0	2,1	0,2	1,0	4,3
Residentes comunitários	1 455,549	5,8	3,8	23,1	0,4	6,1	2,5	6,3	5,9	24,4	0,9	2,4	7,4	2,2	1,3	0,1	0,5	3,1
Residentes extra-comunitários	1 302,843	7,1	2,1	22,9	0,2	10,1	3,1	2,1	10,3	15,9	1,4	3,2	7,1	2,0	2,2	0,2	1,1	4,4
Europa	450,695	8,0	2,0	16,0	0,1	9,4	5,2	3,4	12,1	15,1	2,5	4,5	8,5	2,9	3,6	0,4	1,0	2,8
África	401,050	9,1	2,0	27,2	0,3	13,8	1,2	1,5	11,5	9,1	0,8	3,0	4,7	1,7	1,8	0,2	1,5	4,0
Ásia	278,003	3,4	1,2	28,4	0,0	8,9	1,1	1,2	8,1	22,5	0,7	2,1	8,9	1,1	1,3	0,1	0,9	4,8
América	169,972	6,1	4,6	21,9	0,2	5,1	4,9	1,3	6,9	22,6	1,2	2,1	6,3	1,8	0,8	0,1	0,5	8,8
Oceânia	2,547	4,4	2,0	15,0	0,2	3,9	3,8	1,5	5,7	35,4	2,1	1,1	7,7	3,2	1,8	0,5	1,8	3,7
Apátridas	576	7,3	3,5	23,6	0,0	5,9	8,0	8,9	6,1	19,4	0,5	1,9	5,6	1,4	1,4	0,2	0,0	3,0
2006																		
Total residentes estrangeiros	2 414,972	7,9	2,7	24,2	0,2	11,0	3,0	2,4	11,6	11,4	1,6	3,3	8,5	2,0	1,8	0,2	1,1	3,7
Residentes comunitários	537,922	10,3	2,0	18,0	0,2	8,3	3,2	3,6	10,7	19,8	1,8	2,9	8,8	2,2	1,2	0,3	1,0	2,8
Residentes extra-comunitários	1 877,050	7,2	2,9	26,0	0,2	11,8	3,0	2,0	11,8	9,0	1,5	3,3	8,4	1,9	1,9	0,2	1,2	4,0
Europa	636,251	7,3	2,6	18,1	0,1	12,1	4,9	3,2	14,2	6,7	2,6	4,4	9,7	2,8	3,0	0,3	1,2	5,2
África	570,799	9,7	2,2	29,1	0,3	14,8	1,8	1,5	11,9	5,5	0,9	3,0	5,6	1,6	1,8	0,2	1,6	2,9
Ásia	419,964	3,8	1,4	29,9	0,0	10,9	1,5	1,3	11,1	13,4	1,1	3,0	11,1	0,9	1,2	0,2	1,0	3,6
América	247,640	7,5	8,2	32,7	0,2	5,7	3,0	1,4	6,9	15,0	1,2	2,1	7,0	2,0	0,8	0,1	0,4	3,8
Oceânia	2,101	5,4	2,7	18,8	0,1	5,6	3,5	1,3	8,3	24,3	2,2	1,8	10,8	2,8	1,1	0,2	1,8	4,8
Apátridas	295	9,2	1,7	13,9	0,3	11,5	10,2	3,7	9,5	18,3	1,0	2,7	10,5	0,3	2,4	0,0	1,0	1,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Quanto aos residentes chineses em particular, as regiões administrativas que continuaram a ter concentrações mais elevadas são Lombardia (Noroeste), Toscana (Centro), Veneto e Emília-Romagna (Nordeste). Não obstante, as duas primeiras sofreram uma redução na presença de residente estrangeiros, enquanto nas duas últimas houve um aumento. Para além destas, Marche (Centro) passou a ser mais procurada pelos residentes chineses entre 2000 e 2007, enquanto Lazio (também no Centro) viu o número de residentes chineses decrescer.

Esta distribuição geográfica está relacionada, por um lado, com a localização dos centros industriais e, por outro, pela procura de novas oportunidades laborais, nomeadamente de negócios, onde a oferta à partida seria menor.

Tabela 43. Residentes chineses segundo a localização geográfica por região administrativa em Itália, 2000-2007 (%)

Itália	Noroeste				Nordeste				Centro		
	Piemonte	Liguria	Lombardia	Valle d'Aosta	Emilia-Romagna	Friuli-V. Giulia	Trentino-Alto Adige	Veneto	Lazio	Abruzzo	
2000	60.143	5,2	1,6	26,1	0,1	8,1	1,8	0,6	9,1	10,2	1,1
2001	61.452	6,0	1,5	26,2	0,1	9,8	1,7	0,8	10,0	10,2	1,2
2002	64.010	6,3	1,6	25,7	0,1	10,2	1,8	0,7	10,7	9,8	1,4
2003	104.952	5,5	1,6	23,2	0,1	10,7	1,4	0,6	11,1	7,8	1,8
2004	106.750	5,6	1,4	21,6	0,1	11,5	1,4	0,6	12,1	7,1	2,2
2005	114.165	5,8	1,3	22,9	0,1	12,2	1,5	0,8	13,4	7,1	2,0
2006	122.364	6,2	1,5	22,3	0,1	11,4	1,6	0,8	12,9	6,2	2,2
2007	137.912	6,4	1,6	21,0	0,1	11,6	1,7	0,8	13,4	7,2	2,2

	Centro			Sul					Ilhas	
	Marche	Toscana	Umbria	Puglia	Basilicata	Calabria	Campania	Molise	Sicília	Sardenha
2000	1,3	26,0	0,6	1,2	0,1	0,2	5,0	0,0	1,0	0,7
2001	2,0	19,3	0,6	1,4	0,1	0,3	6,8	0,1	1,2	0,8
2002	2,2	19,6	0,7	1,4	0,1	0,3	5,4	0,1	1,1	0,8
2003	2,7	23,1	0,6	1,3	0,2	0,6	5,5	0,0	1,5	0,8
2004	3,5	21,9	0,6	1,3	0,3	0,7	5,1	0,1	1,8	1,1
2005	4,3	17,6	0,7	1,3	0,3	0,7	5,0	0,1	1,8	1,0
2006	4,0	19,9	0,7	1,6	0,4	0,9	3,9	0,1	2,3	1,0
2007	4,0	19,2	0,8	1,6	0,3	0,8	4,0	0,1	1,9	1,1

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo o motivo da presença

Durante a década anterior, houve uma diferença entre as duas metades da década no que respeita ao principal motivo da presença dos residentes estrangeiros em Itália,

tendo sido primeiro o trabalho e em segundo a família. De 2000 a 2007, o principal motivo voltou a ser o trabalho.

Desta forma, apesar de ter havido algumas oscilações ao longo da década, o trabalho tem sido o principal motivo, seguido da família. A residência electiva e a religião foram o terceiro motivo, seguido do estudo.

É de referir que no caso dos residentes comunitários o motivo relacionado com a residência electiva é bastante significativo no início da década de 2000 mas foi deixando de o ser no decurso dos anos seguintes, mais uma vez devido à circunstância de a composição das origens dos residentes comunitários ter sofrido alterações, acabando os residentes comunitários, sobretudo ingleses, alemães e franceses que haviam escolhido Itália por motivos ligados ao ócio, por ficar diluídos no conjunto dos residentes comunitários.

Tabela 44. Residentes estrangeiros segundo motivo da presença em Itália, em 2001 e 2006 (%)

	Total (N)	Trabalho	Família	Religião	Residência electiva	Estudo	Asilo	Pedido asilo	Turismo	Outro
2001										
Total residentes estrangeiros	1.448.392	58,1	29,1	3,8	3,8	2,3	0,4	0,5	0,3	2,1
Residentes comunitários	145.549	42,4	21,8	8,9	22,5	4,3	0,0	0,0	0,1	0,2
Residentes extra-comunitários	1.302.843	59,8	29,9	3,2	1,7	2,1	0,4	0,6	0,4	2,3
Europa	450.695	55,0	32,6	1,5	2,7	2,4	0,6	0,7	0,6	4,4
África	401.050	71,2	24,3	1,5	0,4	0,9	0,4	0,4	0,0	0,9
Ásia	278.003	65,4	24,5	4,7	0,5	2,8	0,6	0,8	0,1	0,7
América	169.972	37,2	45,0	9,1	3,2	2,7	0,1	0,1	0,7	2,5
Oceânia	2.547	19,6	32,7	20,7	17,4	7,9	0,0	0,0	1,5	1,8
Apátridas	576	17,9	17,5	3,8	53,8	0,3	4,3	0,2	0,0	2,1
2006										
Total residentes estrangeiros	2.414.972	60,6	31,6	1,3	1,9	2,1	0,4	0,3	1,8	
Residentes comunitários	537.922	62,8	26,9	1,6	5,9	1,5	0,0	0,1		1,2
Residentes extra-comunitários	1.877.050	59,9	33,0	1,3	0,7	2,3	0,4	0,4		2,0
Europa	636.251	58,1	35,5	0,1	1,0	2,5	0,4	0,6		1,6
África	570.799	64,1	29,9	0,8	0,4	1,1	0,6	0,4		2,7
Ásia	419.964	65,0	27,7	2,3	0,3	3,0	0,5	0,3		1,0
América	247.640	46,8	42,3	3,3	1,2	3,4	0,1	0,0		2,9
Oceânia	2.101	17,2	49,4	9,7	11,4	9,3	0,0	0,0		3,0
Apátridas	295	28,5	28,5	2,0	14,9	1,0	4,1	0,0		21,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

À semelhança do que aconteceu com o total dos estrangeiros, o principal motivo apresentado pelos residentes chineses aquando do pedido de Autorização de Residência

também voltou a ser o trabalho na década de 2000. Não obstante, sofreu várias oscilações ao longo do tempo: em 2002 este motivo sofreu um decréscimo, tendo logo em 2003 aumentado para 75,3%, valor mais elevado da década, diminuindo depois para chegar a 2007 com 71,0%. O motivo família foi o segundo motivo mais importante, seguido do estudo em terceiro lugar, tendo este aumentado de forma significativa a partir de 2005. Em relação à distinção entre homens e mulheres, a percentagem relativa ao motivo laboral nos homens tem sido superior quando comparado com as mulheres, sempre à volta dos 80,0% nos homens e cerca de 60% nas mulheres. Relativamente ao motivo estudo, este tem sido superior no caso das mulheres.

Tabela 45. Residentes chineses segundo o motivo da presença em Itália, 2000-2007 (%)

	Total (N)	Trabalho	Família	Religião	Residência		
					electiva	Estudo	Outro
2000							
Ambos os sexos	61.452	68,0	29,9	0,2	0,1	0,8	0,9
Homens	32.627	79,2	19,4	0,2	0,1	0,8	0,3
Mulheres	28.825	55,3	41,9	0,2	0,1	0,7	1,7
2001							
Ambos os sexos	61.452	68,0	29,9	0,2	0,1	0,8	0,9
Homens	32.627	79,2	19,4	0,2	0,1	0,8	0,3
Mulheres	28.825	55,3	41,9	0,2	0,1	0,7	1,7
2002							
Ambos os sexos	64.010	64,9	33,5	0,2	0,1	0,8	0,5
Homens	33.500	76,7	22,1	0,2	0,1	0,7	0,2
Mulheres	30.510	52,0	46,0	0,2	0,1	0,9	0,8
2003							
Ambos os sexos	104.952	75,3	23,6	0,1	0,1	0,5	0,2
Homens	58.104	84,3	14,8	0,1	0,1	0,4	0,2
Mulheres	46.848	64,1	34,6	0,2	0,1	0,7	0,3
2004							
Ambos os sexos	106.750	72,5	26,3	0,2	0,1	0,7	0,3
Homens	58.391	81,9	17,1	0,2	0,1	0,6	0,2
Mulheres	48.359	61,1	37,4	0,2	0,1	0,7	0,4
2005							
Ambos os sexos	114.165	70,1	27,7	0,1	0,1	1,5	0,5
Homens	61.491	80,2	18,1	0,1	0,1	1,3	0,2
Mulheres	52.674	58,4	38,8	0,1	0,1	1,7	0,8
2006							
Ambos os sexos	122.364	69,3	27,7	0,1	0,1	2,2	0,7
Homens	64.729	79,9	17,7	0,1	0,1	2,0	0,2
Mulheres	57.635	57,3	38,9	0,1	0,1	2,4	1,2
2007							
Ambos os sexos	137.912	71,0	24,7	0,1	0,1	3,0	1,2
Homens	71.761	81,3	15,4	0,1	0,1	2,7	0,5
Mulheres	66.151	59,8	34,8	0,1	0,0	3,3	2,0

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Estrangeiros segundo a situação laboral

A grande maioria (cerca de 80%) dos residentes estrangeiros, entre 2000 e 2007, correspondia a trabalhadores por conta de outrem. No caso dos residentes comunitários, esse valor foi ainda maior do que para os residentes extra-comunitários. Houve sempre mais mulheres do que homens a trabalhar por conta de outrem.

Relativamente ao trabalho autónomo, este foi sendo pouco representativo, tanto no total dos residentes estrangeiros, como no grupo dos comunitários ou dos extra-comunitários.

A procura de trabalho foi diminuindo ao longo da década em relação ao total dos residentes estrangeiros. Este tem sido menos elevado para os residentes comunitários do que para os extra-comunitários, apesar de a tendência ter sido de aumento. África é a origem com o valor mais elevado. A procura de trabalho é menor nas mulheres residentes extra-comunitárias, devido aos valores baixos das mulheres cuja origem é a Ásia e a Oceânia.

Tabela 46. Trabalhadores estrangeiros segundo a situação laboral em Itália em 2001 e 2006 (%)

	Total (N)		Trabalho por conta de outrem		Trabalho por conta própria		Procura de trabalho	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Ambos os sexos								
Total residentes estrangeiros	840.966	1.463.058	81,4	84,6	12,4	12,6	6,2	2,8
Residentes comunitários	61.676	338.071	79,3	85,8	11,5	8,9	9,3	5,2
Residentes extra-comunitários	779.290	1.124.987	81,6	84,2	12,5	13,7	5,9	2,1
Europa	247.905	369.913	86,1	88,5	9,2	9,7	4,7	1,8
África	285.620	365.948	76,9	79,3	15,5	18,2	7,6	2,5
Ásia	181.863	272.848	82,2	82,8	12,6	15,6	5,2	1,6
América	63.300	115.833	83,1	89,6	11,7	7,8	5,1	2,5
Oceânia	499	361	59,7	61,8	39,3	36,8	1,0	1,4
Apátridas	103	84	59,2	54,8	29,1	33,3	11,7	11,9
Homens								
Total residentes estrangeiros	585.551	932.596	80,2	81,9	14,1	15,8	5,7	2,3
Residentes comunitários	29.733	171.934	79,3	84,6	14,1	11,8	6,5	3,7
Residentes extra-comunitários	585.470	932.540	80,2	81,9	14,1	15,8	5,7	2,3
Europa	206.166	393.090	85,6	84,6	10,1	12,8	4,3	2,5
África	238.664	308.577	76,2	78,3	16,7	19,4	7,1	2,3
Ásia	117.594	187.185	79,7	81,6	14,9	16,7	5,5	1,6
América	22.773	43.489	77,0	84,3	18,4	12,7	4,5	2,9
Oceânia	273	199	53,1	60,8	46,5	37,2	0,4	2,0
Apátridas	81	56	56,8	55,4	30,9	37,5	12,3	7,1

(cont.)	Total (N)		Trabalho por conta de outrem		Trabalho por conta própria		Procura de trabalho	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Mulheres								
Total residentes estrangeiros	255.415	530.462	84,1	89,3	8,7	7,0	7,3	3,7
Residentes comunitários	31.943	166.137	79,2	87,1	9,0	6,0	11,8	6,9
Residentes extra-comunitários	223.472	364.325	84,8	90,3	8,6	7,5	6,6	2,3
Europa	71.472	148.757	84,7	94,2	8,5	3,9	6,8	2,0
África	46.956	57.371	80,8	84,6	9,3	11,5	9,9	3,9
Ásia	64.269	85.663	86,8	85,2	8,6	13,2	4,7	1,6
América	40.527	72.344	86,6	92,8	7,9	4,9	5,5	2,3
Oceânia	226	162	67,7	63,0	30,5	36,4	1,8	0,6
Apátridas	22	28	68,2	53,6	22,7	25,0	9,1	21,4

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Na continuação do que aconteceu na década de 1990, a maioria dos trabalhadores chineses em Itália continuou a exercer funções como trabalhador por conta de outrem. Nos anos 2003 e 2004 houve mesmo um aumento, chegando a representar 75,4% do total dos trabalhadores chineses. Esta situação foi ainda mais vincada no caso das mulheres.

O trabalho por conta própria representava $\frac{1}{4}$ dos residentes chineses em 2000, valores muito mais elevados do que qualquer dos outros grupos, sendo que a diferença é ainda maior no caso das mulheres. Foi aumentando nos dois anos seguintes, mas em 2003 teve uma queda acentuada, passando para $\frac{1}{5}$, coincidindo com a nova vaga de emigração chinesa para Itália e para o Sul da Europa em geral. Depois a tendência foi para aumentar até 2007, onde atingiu 29,1%. Houve sempre mais homens mas a diferença em relação às mulheres foi-se encurtando.

Quanto aos residentes chineses à procura de trabalho, houve uma descida entre 2000 e 2007, acabando estes por não serem significativos (1,1%). Entre 2000 e 2002 o número de mulheres à procura de trabalho foi superior, mas a partir de 2003 houve uma igualdade com os homens.

Tabela 47. Trabalhadores chineses segundo a situação laboral em Itália, 2000-2007 (%)

	Total (N)	Trabalho por conta de outrem	Trabalho por conta própria	Procura de trabalho
2000				
Ambos os sexos	43.799	68,4	24,9	6,7
Homens	27.234	67,9	26,6	5,5
Mulheres	16.565	69,3	22,1	8,6
2001				
Ambos os sexos	41.796	66,5	27,4	6,0
Homens	25.851	65,9	29,0	5,1
Mulheres	15.945	67,6	24,9	7,5
2002				
Ambos os sexos	41.796	66,5	27,4	6,0
Homens	25.851	65,9	29,0	5,1
Mulheres	15.945	67,6	24,9	7,5
2003				
Ambos os sexos	79.038	75,4	20,5	4,1
Homens	49.005	74,2	21,6	4,2
Mulheres	30.033	77,3	18,5	4,1
2004				
Ambos os sexos	77.350	75,4	23,1	1,5
Homens	47.811	74,5	24,3	1,2
Mulheres	29.539	77,0	21,2	1,9
2005				
Ambos os sexos	80.084	70,7	27,8	1,5
Homens	49.311	69,8	28,9	1,3
Mulheres	30.773	72,1	26,0	1,9
2006				
Ambos os sexos	84.749	68,2	30,5	1,4
Homens	51.710	67,1	31,7	1,2
Mulheres	33.039	69,9	28,4	1,6
2007				
Ambos os sexos	97.890	69,7	29,1	1,1
Homens	58.330	68,4	30,6	1,0
Mulheres	39.560	71,8	26,9	1,3

Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

O empreendedorismo imigrante

Em Itália, as empresas cujos titulares são cidadãos extra-comunitários representam cerca de 4% do total das empresas existentes a meio da primeira década do século XXI. Quanto às nacionalidades mais representativas, a marroquina está em primeiro lugar, a chinesa em segundo, a albanesa em terceiro, seguida da romena e da senegalesa. (Spinner, 2006)

O sector económico no qual a presença de empresários extra-comunitários é mais significativa é o comércio (42%), a construção (28%) e a actividade industrial (11%).

Há também uma especialização sectorial consoante as nacionalidades. Assim, os marroquinos e os senegaleses desenvolvem actividades comerciais; os albaneses e os romenos estão mais ligados à construção; os chineses estão presentes sobretudo no comércio (46,5%) e na indústria (44,5%), onde desenvolvem actividades ligadas à confecção de vestuário e a artigos em pele (malas, calçado).

Quanto à localização geográfica dos empreendedores imigrantes, esta está directamente relacionada com os sectores de actividade em que cada uma das origens se dedica. Desta forma, é forte a presença de marroquinos no Norte, no Sul e na ilha Sicília, onde desenvolvem actividade comercial. Nas regiões administrativas de Emília-Romagna, Toscana e Lombardia estão empreendedores albaneses com empresas de construção, enquanto os empreendedores romenos estão mais presentes em Piemonte, Lombardia, Veneto e Lazio. Os empreendedores chineses da indústria estão em maior número na Toscana (Centro), depois em Emília-Romagna (Nordeste), Lombardia (Noroeste) e Veneto (Nordeste). No comércio, os empreendedores chineses, apesar da concentração no Centro e Norte, estão mais dispersos por todo o território, com particular presença nas Ilhas.

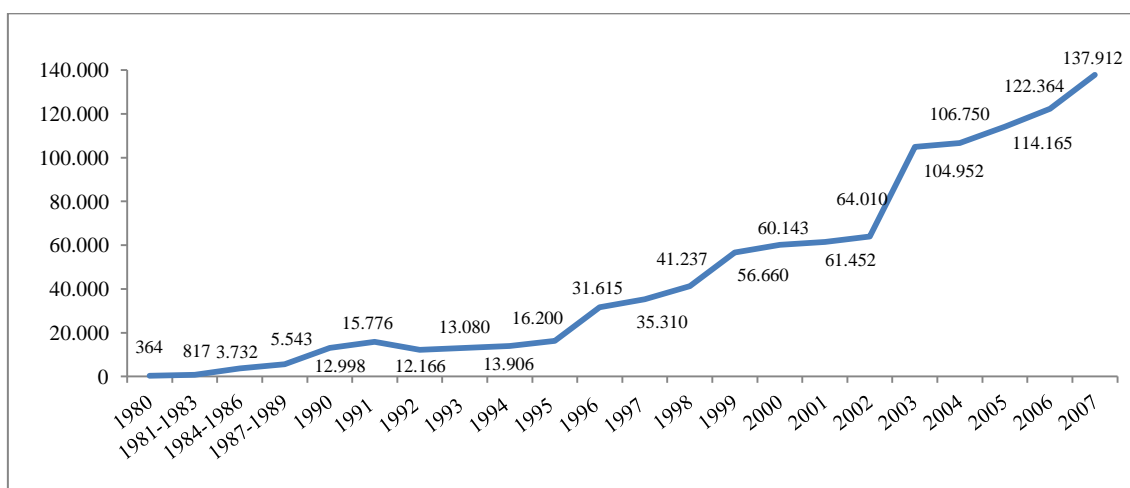
Figura 8. Regiões administrativas de Itália



II.2.1.1. Notas conclusivas

Itália, país de imigração desde a década de 1970, passou a contar com uma presença significativa de imigrantes chineses a partir do meio da década de 1990, tendo-se tornado a quarta nacionalidade mais representativa em 2007. É importante referir que os anos em que se registaram aumentos mais elevados coincidem com anos em que foram realizadas amnistias, o que nos leva a constatar que a presença de imigrantes chineses em situação legal irregular em Itália tem sido constante e de dimensões consideráveis.

Gráfico 7. Evolução dos residentes chineses em Itália entre 1980 e 2007



Fonte: ISTAT-Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do *Ministero dell' Interno* de Itália (elaboração da autora)

Do conjunto dos aspectos analisados, que correspondem maioritariamente aos dados estatísticos oficiais disponíveis, quando comparada com as restantes origens de imigrantes presentes em Itália, a imigração chinesa, não obstante ter acompanhado a tendência de crescimento da presença de residentes estrangeiros verificada nas últimas décadas em Itália, apresenta características particulares, sobretudo no que respeita ao aspecto laboral.

Logo na década de 1980, a imigração chinesa, embora muito pouco significativa em termos quantitativos, distinguiu-se pela circunstância de a sua grande maioria (80%)

ter como principal motivo para a solicitação de autorização de residência o trabalho, ao passo que para os restantes estrangeiros a família era outro motivo igualmente invocado.

A maioria dos residentes estrangeiros trabalhadores não-qualificados exercia actividade na indústria, na construção e também na agricultura, o que fez com que estivessem concentrados geograficamente num pequeno número de províncias e bastante presentes na região Sul.

Por sua vez, os imigrantes chineses, os poucos que residiam em Itália na década de 1980, encontravam-se a trabalhar em negócios co-étnicos quase todos na restauração, em restaurantes de comida chinesa, uns como proprietários e outros como trabalhadores, e dispersos pelo território.

Já na década de 1990, aquando do aumento exponencial da presença de residentes estrangeiros em Itália, os residentes chineses acompanharam também esta tendência de crescimento. O número de homens foi sendo maior do que o das mulheres mas estas foram-se tornando cada vez mais representativas, sobretudo por causa do aumento das mulheres africanas, americanas e asiáticas, incluindo chinesas.

Em relação às idades, os residentes chineses eram mais novos do que os restantes residentes estrangeiros (principalmente quando comparados com os residentes comunitários), sendo que havia mais crianças chinesas do que de outras origens e o oposto no caso de indivíduos com 55 e mais anos.

No que respeita ao estado civil, enquanto havia mais residentes chineses casados do que solteiros, os restantes residentes estrangeiros eram tanto casados como solteiros. Porém, verificou-se que os africanos eram em maior número casados e que havia mais residentes europeus casados.

A mudança geográfica do total dos residentes estrangeiros de Sul para Norte foi acompanhada pelos residentes chineses.

O trabalho foi o principal motivo dos pedidos de autorização de residência dos estrangeiros em geral e dos chineses em particular em Itália na primeira metade da década de 1990 e na segunda metade foi visível o recurso à reunificação familiar, passando o motivo família a ser o principal.

Finalmente, em relação à situação laboral, apesar de a maioria dos residentes estrangeiros estar a trabalhar por conta de outrem, havia uma percentagem muito significativa de trabalhadores chineses por conta própria.

Na primeira década do século XXI, a imigração chinesa continuou a acompanhar a tendência de aumento geral de residentes estrangeiros em Itália, continuando também a ser marcada por características particulares, se bem que em menor número.

Quanto à diferença entre o número de homens e mulheres estrangeiros a residir em Itália, a presença masculina continuou a ser maior do que na década anterior, acompanhando os residentes chineses esta tendência.

Em relação às idades, os residentes chineses são mais jovens do que os restantes residentes estrangeiros, apesar de estes terem passado a ter menos indivíduos com 65 e mais anos (que eram sobretudo residentes comunitários), continuando a ter uma representatividade mais alta no que respeita às crianças (0-17 anos) e mais baixa nos indivíduos com 55 e mais anos.

Não obstante o principal motivo invocado nos pedidos de autorização de residência efectuados durante a década de 2000 ter vindo a ser o trabalho para todas as origens dos residentes estrangeiros de um modo geral, a família e o estudo têm sido relevantes também, sobretudo no caso das mulheres chinesas.

Uma diferença assinalável entre os residentes estrangeiros em geral e os residentes chineses tem a ver com a distribuição geográfica. Enquanto os residentes estrangeiros estão mais concentrados no Norte (mais no Noroeste e depois no Nordeste), os residentes chineses estão mais dispersos por todo o território italiano. A sua presença é mais notada no Norte e no Centro e também nas Ilhas.

Claro está que a localização geográfica está relacionada com a actividade laboral, estando a maioria dos estrangeiros localizada nas regiões onde se encontram os grandes centros industriais, tanto no caso dos chineses como das restantes origens. Porém, os residentes chineses estão mais dispersos por todo o território, com especial presença nas Ilhas, uma vez que bastantes se encontram a exercer actividades ligadas à hotelaria e à restauração, assim como ao comércio, seguindo assim a estratégia empresarial de maior dispersão por zonas em que, à partida, a presença de chineses é menor e onde o número de oportunidades de negócio e trabalho são maiores.

A situação laboral dos residentes estrangeiros em geral continuou a ser na década de 2000 predominada por trabalhadores por conta de outrem, tendo chegado mesmo a aumentar.

Relativamente aos trabalhadores autónomos, é nestes que há uma diferença significativa entre os trabalhadores chineses e os trabalhadores das restantes origens, independentemente de serem comunitários ou extra-comunitários. Cerca de 30%

do total dos trabalhadores chineses em Itália têm correspondido a trabalhadores por conta própria, com excepção para o período 2003-2004 em que se registou a chegada de uma nova vaga de migrantes chineses que fez aumentar o número de trabalhadores por conta de outrem.

Por último, relativamente aos empreendedores extra-comunitários em Itália que representam 4% do total das empresas existentes, as nacionalidades mais representativas são a marroquina, a chinesa, a albanesa, a romena e a senegalesa e investem mais no comércio (42%), na construção (28%) e na indústria (11%). Verifica-se uma segmentação tendo em conta a variável nacionalidade, sendo que os marroquinos e os senegaleses desenvolvem actividades comerciais; os albaneses e os romenos estão mais ligados à construção; os chineses estão presentes no comércio (46,5%) e na indústria (44,5%), onde desenvolvem actividades ligadas à confecção de vestuário e a artigos em pele (malas, calçado).

Na análise da evolução ocorrida a partir da última década do século XX verifica-se que houve alterações na caracterização da imigração chinesa em Itália ao longo do tempo.

Segundo o sexo, os residentes chineses continuam a ser em maior número do sexo masculino mas pouco mais de metade. A tendência tem sido de uma diferença cada vez menor entre sexos, apesar de ter havido um aumento do número de homens no ano 2003. Não obstante continuarem a ser indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 44 anos, tem havido uma maior dispersão etária até aos 59 anos e um acentuado aumento de jovens dos 0-17 anos. Os residentes chineses com mais de 60 anos continuam a ser muito poucos.

Outra situação que tem vindo a sofrer alterações diz respeito ao estado civil, uma vez que o número de residentes chineses solteiros tem crescido de forma gradual.

O motivo invocado, tanto por homens como por mulheres, para terem permissão legal para residirem em Itália prende-se cada vez mais com o trabalho, com particular destaque para o ano 2003.

Também até esse ano se registou um aumento de trabalhadores por conta de outrem, mas posteriormente voltou a decrescer, ficando contudo a rondar os 70% do total de trabalhadores chineses. Porém, o número de trabalhadores por conta própria é muito significativo, apesar das oscilações que tem sofrido ao longo da década, com uma queda considerável no ano 2003, mas com aumentos sucessivos desde então,

acabando por representar cerca de 30% (97.890) do total dos trabalhadores chineses em Itália em 2007.

Quanto aos sectores em que os empreendedores chineses estão mais presentes, desde a década de 1990 que a sua presença no sector industrial (44,5%) tem sido crescente, ficando praticamente equiparada com o sector comercial (46,5%).

Estando estas actividades empresariais directamente implicadas na distribuição geográfica, tem-se verificado uma presença cada vez maior no Nordeste, embora o Noroeste e o Centro sejam as regiões de maior concentração, não obstante as oscilações que têm ocorrido. Para além disso, tem sido significativo o aumento do número de residentes chineses nas Ilhas, estando este facto relacionado com a expansão da actividade comercial ligada à hotelaria e restauração.

II.2.2. A imigração chinesa em Espanha

Na presente secção é feita a análise da imigração chinesa em Espanha enquadrada na análise da imigração em geral. Para tal, procede-se à evolução da imigração chinesa em Espanha, assim como à sua caracterização nas distintas fases da imigração, com particular destaque para a última década do século XX e para a primeira década do século XXI.

Optou-se pela utilização de duas fontes estatísticas oficiais, uma vez que não há uma única fonte que compile toda a informação relativa à população residente estrangeira em Espanha. Porém, os dados estatísticos *Observatorio Permanente de la Inmigración* da *Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración* de Espanha abrangem um vasto conjunto de informação estatística relativa às diferentes categorias – residentes, trabalhadores e estudantes – a partir da segunda metade da década de 1980 que abrange vários indicadores tais como nacionalidade, sexo, idade, localização geográfica, regime de residência, concessão de nacionalidade espanhola, dependência laboral e sector de actividade. Apesar de oferecerem uma informação bastante completa, os dados desta fonte não incluem informação estatística que permita analisar o fenómeno da iniciativa empresarial de estrangeiros em Espanha. Os dados que existem são referentes a trabalhadores por conta própria e não é necessariamente verdade que todos estes são empresários/empregadores. Apesar do trabalho por conta própria e no regime especial de autónomo poderem ser um indicador de actividade empresarial, por vezes estão ocultadas realidades como a dos ‘falsos autónomos’ ou mesmo de trabalhadores que, embora estejam inscritos como ‘por conta própria’, trabalham como assalariados para empregadores. Para além disso, os trabalhadores por conta própria podem trabalhar de modo independente ou ter assalariados a seu cargo.

De modo a colmatar esta falta, para a temática relativa ao empreendedorismo estrangeiro recorreu-se aos dados estatísticos do *Observatorio GEM (Global Entrepreneurship Monitor)* de Espanha.

Para além das fontes estatísticas, foram utilizadas fontes secundárias que incluem estudos sobre a temática da presença de residentes estrangeiros em geral e residentes chineses em particular, de modo a colmatar outras lacunas deixadas pela falta de informação estatística oficial disponível.

Antecedentes históricos

Espanha contou com a presença de imigrantes desde sempre (sobretudo de europeus), presença que não foi suficiente em termos de volume para ser considerado país de imigração mas que não deixou de ser relevante para o desenvolvimento do país.

Na Espanha da época pré-industrial, o comércio cresceu de forma exponencial em consonância com as modificações ocorridas no interior das sociedades europeias feudais, com maior relevância para as alterações respeitantes (i) ao aumento populacional, (ii) ao crescimento das cidades e (iii) ao desenvolvimento de manufacturas. Nesse contexto, há registos datados dos finais do século XV relativos à presença de mercadores, homens de negócios e trabalhadores menos qualificados estrangeiros, presença essa que acabou por ser marcante para vários sectores da economia espanhola.

Com respeito aos profissionais qualificados e empresários que acabaram por fazer parte do processo de desenvolvimento industrial espanhol, sobretudo do siderúrgico e do têxtil, ainda no século XV chegaram mercadores genoveses, toscanos e lombardos a Valência e a várias cidades da região da Andaluzia, assim como mercadores genoveses a Barcelona; houve mercadores ingleses que se estabeleceram na cidade de Bilbao no início do século XVII ou em Cádiz desde meados desse mesmo século; comerciantes italianos em Alicante e Cartagena no século XVIII; mercadores e marinheiros malteses em Cádiz e noutras cidades andaluzas e levantinas ou em Guipúzcoa no século XVIII; comerciantes irlandeses em Cádiz durante todo o século XVIII; homens de negócios irlandeses e malteses em Málaga no século XIX (Roel & Lopo, 2004).

A presença dos mercadores e homens de negócios imigrantes de diversas origens contribuiu assim para o desenvolvimento da vida económica em Espanha, sobretudo na periferia marítima, contribuiu também para o florescimento do negócio gaditano e de novas actividades industriais nos portos de Levante e do Sul do país, no surgimento da seda valenciana ou da metalurgia de Málaga.

Houve outras presenças de imigrantes não menos importantes, essas mais massivas, compostas por profissionais menos qualificados,

«(...) a saber criados de servicio, pastores, jornaleros e colonos agrícolas franceses establecidos en la Cataluña rural o el valle del Ebro; temporeros portugueses asentados en las faenas agrarias del bajo Guadalquivir; artesanos sederos genoveses e tejedores de medias en los talleres de la sedería valenciana y toledana; marineros, navegantes, carpinteros y calafateros italianos en Cádiz y en otros puertos de Andalucía y de Levante; cocineros, confiteros e chocolateros italianos en Cádiz y en otras ciudades andaluzas; cafeteros e fabricantes de fideos italianos asimismo en Cádiz y en las ciudades de Levante; sastres, zapateros e sombrereros italianos en Valencia y más tarde en Madrid; aguadores, caldereros e latoneros franceses en las ciudades y villas de Aragón; horneros de tahona también franceses en las ciudades castellanas; alarifes e sombrereros portugueses en pueblos de Extremadura; porcentajes importantes de portugueses de toda condición en Sevilla y en otras ciudades andaluzas; mesoneros o mandaderos irlandeses también en las ciudades andaluzas; ‘maquinistas’ ingleses (obreros metalúrgicos en general) en el primer ensayo de industria siderúrgica realizado tempranamente en Málaga.» (Roel & Lopo, 2004: 10)

No caso dos imigrantes chineses em particular, o primeiro fluxo importante que chegou a Espanha aconteceu nas décadas de 1920 e 1930. Era constituído só por homens e a sua principal actividade económica foi a venda ambulante. No contexto do primeiro conflito mundial, a França havia procedido à contratação de 200 mil trabalha-dores chineses, originários sobretudo da província de Zhejiang, para trabalhos relacionados com a guerra, tais como em fábricas de pólvora ou na escavação de trincheiras, por exemplo. Finda a guerra, muitos indivíduos regressaram à China, outros optaram por ficar em França e outros ainda escolheram migrar para outros países europeus, como um grupo pequeno de chineses de Qingtiang (província de Zhejiang), que optou por se dirigir a Espanha. Nos anos 1930, durante a guerra civil espanhola, muitos imigrantes chineses optaram por regressar à China mas outros houve que optaram por participar na defesa do governo da República (Nieto, 2007: 33). Mais tarde, chegou a Espanha outro grupo de imigrantes chineses, composto por vendedores ambulantes originários de Zhejiang e que percorriam toda a Europa. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, estes comerciantes chineses passaram a investir no sector da restauração, abrindo restaurantes de comida chinesa, o que fez com que surgissem mais migrantes chineses vindos de outros países europeus, onde já desenvolviam o mesmo tipo de actividade.

Não obstante o desenvolvimento das referidas actividades industriais, Espanha chegou ao início do século XX como um país eminentemente agrícola e com um

processo de transição demográfica em curso que se prolongaria praticamente por um século (1890-1990) devido à interrupção causada pela Guerra Civil. Durante este dilatado processo, manteve-se um crescimento populacional acima da capacidade de criação de postos de trabalho num sistema produtivo que até princípios dos anos 50 do século XX se manteve com um grau de industrialização muito baixo. Este excedente de força de trabalho fez com que muitos espanhóis tivessem optado por emigrar. Assim, por razões económicas, até ao início da década de 1970, Espanha continuou a ser um país predominantemente de emigrantes¹. Foi somente a partir desta altura que Espanha mudou a sua posição dentro dos sistemas de migrações internacionais. Tal como ocorreu em geral nos países do Sul da Europa, em Espanha a imigração como fenómeno quantitativamente significativo teve lugar a partir das últimas décadas do século XX, momento em que se passou a registar um constante saldo migratório positivo.

As fases da imigração em Espanha

Espanha como país de imigração tem três fases distintas.

Uma primeira fase até 1985, em que os imigrantes eram maioritariamente europeus de países agora membros da União Europeia e da América Latina, e tinham sobretudo motivações políticas e não tanto económicas.

Uma segunda fase, compreendida entre 1986 e 1999, altura em que Espanha passou a ser considerada como país de acolhimento de fluxos migratórios e em que começou a ser registado um saldo migratório positivo. Foi neste período que a imigração começou a aumentar de forma significativa em termos de volume, mas também em termos de diversidade de origens.

¹ Entre 1850 e 1950 emigraram cerca de 3,5 milhões de espanhóis, sobretudo para o continente americano. Destes, grande parte deles foi para a Argentina (1,5 milhões) e outros foram para Cuba, Brasil e Uruguai. A emigração para o norte de África também foi representativa, tendo ido cerca de 94 mil espanhóis para a Argélia nos finais do século XIX. No início do século XX, no período em que Marrocos foi um protectorado espanhol (1916-1919), existiam lá cerca de 250 mil espanhóis. Ainda no início do século XX, os fluxos de emigração espanhola sofreram alterações, tanto em termos de volume como de países de destino. Durante este século, dos 6 mil espanhóis que emigraram até 1930, 80 por cento dirigiram-se para o continente americano; entre 1950 e 1970, 74 por cento foram para países do norte da Europa. Depois disso, na altura da crise petrolífera de 1973, o volume da emigração começou a diminuir e deu-se a inversão dos fluxos migratórios espanhóis (Ortega-Pérez, 2003).

A terceira fase iniciada a partir do ano 2000, período em que o número de imigrantes aumentou exponencialmente, impulsionado pelo aumento dos fluxos migratórios que existiam até então como também de muitas outras novas origens.

Far-se-á uma abordagem à evolução destas três fases, focando, de forma mais pormenorizada, as duas últimas que correspondem à viragem do século XX para o século XXI.

A primeira fase da imigração: De meados da década de 1960 até 1985

Até ao princípio dos anos 60 do século XX, a entrada de imigrantes em Espanha era de facto quantitativamente insignificante. Foi no decorrer da década de 1960 que se deu o aumento do número total de residentes estrangeiros, chegando-se a um máximo de 13 mil no ano de 1967. Esta situação ficou a dever-se sobretudo à presença de imigrantes oriundos de países europeus mais desenvolvidos do que Espanha e também à presença de imigrantes oriundos da América Latina.

O fluxo de imigrantes europeus membros da CEE não tinha, de um modo geral, uma motivação económica mas sim sobretudo ligada ao ócio, tornando-se Espanha num destino procurado para tempos de lazer.

Nos anos 1970, o turismo residencial em Espanha, caracterizado pela compra de imóveis para viver períodos de lazer em zonas geográficas específicas, tomou relevo no turismo hoteleiro espanhol iniciado nos anos 1960. Os promotores espanhóis e estrangeiros viram as possibilidades que este mercado podia trazer e impulsionaram uma estratégia de *marketing* conjunta: em Espanha optou-se por dirigir os recursos destinados à construção imobiliária das zonas costeiras preferidas pelo turismo: Costa Brava, Málaga, Alicante, Ilhas Canárias e Baleares; no exterior foi empreendida uma política de vendas que tendeu a concentrar as ofertas por país, de modo que em vez de se tentar otimizar os recursos e o controlo dos custos, preferiu-se optar por realizar a campanha de venda de cada urbanização num só país, produzindo, por conseguinte, altas concentrações de residentes da mesma nacionalidade em cada urbanização. Muitos destes indivíduos, depois de se reformarem nos seus países de origem, acabaram por fixar residência permanente nestas casas que antes eram as suas segundas habitações. Houve outros que, terminadas as suas vidas laborais activas, optaram por viver de forma permanente em Espanha adquirindo um bem imóvel que passou a ser a sua residência

principal. No caso deste fluxo específico de imigrantes, é bem notório que a motivação não é de cariz económico mas sim orientada por padrões de consumo.

Desde os anos 1970 que ao fluxo de europeus reformados esteve associada a chegada de europeus activos, sobretudo vinculados ao sector turístico. Foi assim que durante os anos 1980 se incrementou a imigração laboral proveniente de países europeus pertencentes à Comunidade Europeia, surgindo um novo fluxo de trabalhadores que acompanhava o fluxo de capital, ao ritmo do forte investimento estrangeiro que Espanha recebeu durante essa década.

No fluxo laboral europeu iniciado na década de 1970 são distinguíveis dois grupos principais: os empresários e os assalariados. Um primeiro grupo composto sobretudo por pequenos e médios empresários do sector dos serviços, tais como restauração, bares, discotecas, *pubs*, estabelecimentos atractivos principalmente para clientes da sua própria nacionalidade; e o grupo de assalariados, temporários ou permanentes, composto sobretudo por dirigentes, profissionais e técnicos qualificados de empresas multinacionais que se foram implementando em Espanha.

Estes dois fluxos migratórios europeus – de lazer e laboral –, provenientes de países da Comunidade Europeia, foram a principal componente do crescimento da população estrangeira residente em Espanha até à primeira metade da década de 1980. Entre 1975 e 1985, o aumento do número de estrangeiros residentes teve uma média moderada de 2,2% ao ano e os residentes estrangeiros oriundos de países membros da CEE representavam mais de metade do total da população estrangeira residente.

Tabela 48. Residentes estrangeiros em Espanha, 1975-1985

Ano	Total residentes estrangeiros	Residentes países membros da CEE		Residentes de outros países	
		N	%	N	%
1975	165.289	92.562	56,0	72.727	44,0
1976	157.973	88.465	56,0	69.508	44,0
1977	161.451	90.413	56,0	71.038	44,0
1978	158.349	88.675	56,0	69.674	44,0
1979	173.043	96.904	56,0	76.139	44,0
1980	182.045	101.945	56,0	80.100	44,0
1981	200.535	112.300	56,0	88.235	44,0
1982	206.760	115.786	56,0	90.974	44,0
1983	218.244	122.217	56,0	96.027	44,0
1984	226.470	126.823	56,0	99.647	44,0
1985	241.971	135.504	56,0	106.467	44,0

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Nessa época, o fluxo proveniente de países da América Latina para Espanha era composto sobretudo por exilados, fruto da situação de instabilidade socioeconómica e política que se vivia nos seus países de origem. Muitos fugiam de regimes ditatoriais e outros haviam sido expulsos. Logo em 1960, após a revolução cubana, aumentou a presença de exilados cubanos, em 1965 foi a presença de venezuelanos que aumentou e ao longo da segunda metade da década de 1960 chegaram muitos exilados vindos da Argentina, Colômbia, Peru e Chile.

Entre 1975 e 1985 o fluxo proveniente de países da América Latina manteve-se. Explicado pelas afinidades linguística e cultural, neste período continuou a ser fundamentalmente motivado por razões políticas e não tanto económicas.

Quanto aos imigrantes oriundos da Ásia e de África, nesta altura ainda representavam menos de 10% do total dos residentes estrangeiros em Espanha.

Tabela 49. Evolução da população estrangeira residente segundo o continente de origem em Espanha, 1975-1985

Ano	Total estrangeiros residentes	Residentes países membros CEE	Outros residentes estrangeiros					Apátridas e desconhecidos	
			Total outros residentes estrangeiros	Europa	América	África	Ásia		Oceânia
1975	165.289	92.562	72.727	10.140	48.142	3.232	9.399	440	1.380
1976	157.973	88.465	69.508	10.981	44.615	3.091	9.206	424	1.191
1977	161.451	90.413	71.038	12.016	45.284	3.034	9.060	433	1.211
1978	158.349	88.675	69.674	13.826	42.840	2.908	4.485	449	1.166
1979	173.043	96.904	76.139	13.835	46.569	3.530	10.489	473	1.243
1980	182.045	101.945	80.100	16.427	46.701	4.067	11.419	518	968
1981	200.535	112.300	88.235	20.625	47.597	5.013	13.554	595	891
1982	206.760	115.786	90.974	23.401	46.285	5.405	14.389	627	867
1983	218.244	122.217	96.027	25.772	46.603	5.982	15.987	689	994
1984	226.470	126.823	99.647	22.121	50.344	7.668	17.767	715	1.032
1985	241.971	135.504	106.467	22.622	54.067	8.529	19.451	748	1.040

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

No que respeita à presença de imigrantes chineses em Espanha em particular, foi a partir de 1961, ano em que se registaram 167 residentes chineses, que o seu número começou a aumentar. A década 1980 sugere a consolidação desse crescimento, passando-se de 677 em 1980 para 1.598 em 1985. Situação resultante da saturação dos mercados noutros países europeus e do desenvolvimento económico de Espanha, país que passou a estar posicionada entre os países desenvolvidos.

Também as transformações modernizadoras na China produziram incentivos à emigração chinesa. A incipiente incorporação de relações de mercado numa economia planificada motivou fenómenos sociais relacionados com o entusiasmo em ganhar dinheiro e fazer uso das novas oportunidades emergentes em espaços económicos privados, matéria já anteriormente abordada². Neste contexto, deu-se a revitalização da emigração chinesa proveniente das regiões de Qingtian e Wenzhou (província de Zhejiang) para o exterior e nomeadamente para Espanha.

Quanto à localização geográfica dos residentes chineses no período compreendido entre 1961 e 1985, é relevante referir que Madrid foi sempre a Comunidade Autónoma em que se encontrou o maior número de residentes chineses tendo havido uma maior distribuição pelas outras cinco principais Comunidades Autónomas mais representativas nesse período – Catalunha, Comunidade Valenciana, Andaluzia, Canárias e Castela-Leão.

Tabela 50. Residentes chineses segundo a Comunidade Autónoma em Espanha, 1961-1985

	Espanha	Catalunha	Madrid	C. Valenciana	Andaluzia	Canárias	Castela-Leão
1961	167	27	86	20	5	-	3
1970	424	73	195	16	44	51	20
1980	677	151	214	28	48	148	11
1985	1.598	174	472	278	156	241	46

Fonte: Sáiz López (2005a), com base em dados estatísticos do INE – *Instituto Nacional de Estadística* de Espanha e *Anuario de migraciones*

Paralelamente ao aumento do número de residentes estrangeiros existentes em Espanha nesse período, houve uma diminuição do número de emigrantes espanhóis. Essa alteração esteve relacionada com o crescimento industrial espanhol e o intenso e contínuo desenvolvimento do sector dos serviços que se fez sentir a partir dos anos 1960, permitindo um forte crescimento da capacidade de consumo do mercado interno e consolidação da sua situação dentro do contexto europeu como um dos destinos preferidos para todo o tipo de ócio, tanto do ponto de vista do turismo sazonal, como da perspectiva de lugar de residência privilegiado pelo clima e *habitat* natural, como

² Vide II.1.

já referido. Foi assim que o aumento do nível de vida gerado por estes processos e o esgotamento das fontes de população rural que alimentavam a emigração retiraram Espanha do conjunto dos principais países de emigração. A partir de 1973, com a crise petrolífera, assistiu-se ao retorno de muito emigrantes, estimando-se que tenham retornado 650 mil desde 1975 (Colectivo IOE, 2003: 62) e a emigração espanhola deixou de ser significativa. Também o restabelecimento da democracia contribuiu para um relativo equilíbrio nos saldos migratórios que se prolongou até meados da década de 1990, altura em que os saldos migratórios anuais passaram a ser constantemente positivos.

O desenvolvimento económico espanhol na década de 1980 provocou um aumento do nível de vida, uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e criou uma necessidade de mão-de-obra não qualificada, nomeadamente nos sectores da construção, agricultura e serviços. Todas estas alterações funcionaram como factores de atracção de imigração. Para além destes factores, outras situações que começaram a ocorrer nesse período contribuíram também para que Espanha se tivesse tornado num país receptor de imigração: (1) é precisamente nessa altura que países tradicionalmente receptores de imigrantes, tais como a Alemanha, a Suíça e a França, deixam de ter programas específicos para ‘trabalhadores convidados’ e começam a restringir a entrada de estrangeiros; (2) Espanha evolui politicamente saindo de um regime autoritário; (3) as existentes relações históricas e económicas entre as duas margens do Mediterrâneo e a proximidade geográfica; (4) os problemas económicos dos países de origem da imigração; (5) com a adesão de Espanha à Comunidade Europeia em 1986 o país passou a ser uma porta de entrada para a Europa.

Foi então num contexto de inserção no sistema internacional e de evolução económica que a partir das duas últimas décadas do século XX Espanha passou a atrair cada vez mais imigrantes e de um leque de diferentes origens cada vez maior, situação esta que se intensificou na última década do século XX e se estendeu ao longo da primeira década do século XXI, como veremos nas duas fases seguintes da imigração em Espanha.

A segunda fase da imigração em Espanha: Da segunda metade da década de 1980 ao final da década de 1990

Os dados estatísticos disponíveis referentes a estrangeiros em Espanha, neste período de tempo, permitem analisar as diferentes categorias – residentes (origens, sexo, idade, localização geográfica, regime de residência e concessão de nacionalidade espanhola), trabalhadores (origens, sexo, idade, dependência laboral, sector de actividade) e estudantes (origens, sexo, idade).

- Residentes

Foi num contexto de prosperidade económica e estabilidade política que entre 1986 e 1999 se deu a segunda etapa da imigração em Espanha, período a partir do qual passou de país de emigração para país com um constante saldo migratório positivo.

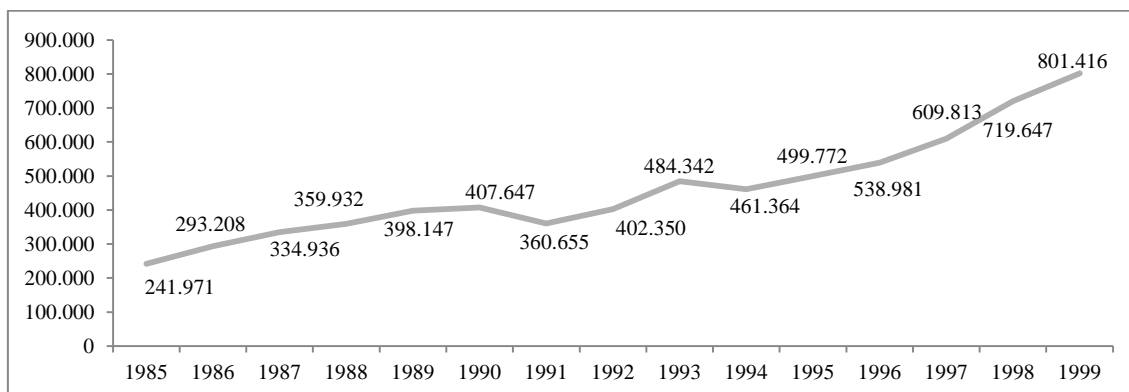
O aumento da presença de residentes estrangeiros que começou a sentir-se a partir da segunda metade da década de 1980 cresceu de forma acentuada ao longo da década de 1990, tanto em termos numéricos como em relação à diversidade de origens, de ocupações laborais e também de distribuição geográfica.

Nesse período temporal (1986-1999), o crescimento do número total de residentes estrangeiros foi de 173,3%, tendo-se registado a presença de mais 508.121 mil novos residentes estrangeiros.

Não obstante o aumento do número total de residentes estrangeiros ter tido início ainda na década de 1980, só a partir do final da década seguinte é que a sua presença se tornou significativa em termos de volume em relação ao total da população residente, aumentando de 0,05% para 1,4%, ganhando assim a imigração uma relevância considerável no desenvolvimento geral do país e em particular em termos demográficos e económicos.

Foi a partir do ano de 1993 que o aumento do número de estrangeiros residentes, sobretudo provenientes de países terceiros, cresceu de forma exponencial, tendo-se registado nesse ano um aumento de 20,4%. Em 1998 deu-se outro aumento significativo, na ordem dos 18%, como se pode verificar através da curva de crescimento do gráfico que se segue.

Gráfico 8. Evolução do número de residentes estrangeiros em Espanha, 1986-1999



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

A referida evolução que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1980 foi acompanhada de medidas legislativas que foram sendo tomadas em matéria relativa à presença de estrangeiros. Uma circunstância que traduz precisamente a pouca relevância da presença de estrangeiros em Espanha até 1985 é a não existência de legislação específica para estrangeiros. Somente nesse ano foi promulgada a Lei Orgânica 7/1985 de 1 de Julho sobre os direitos e liberdades dos estrangeiros em Espanha – *Lei de Extranjería*. A lei centrava-se nos estrangeiros que se encontravam em território espanhol que aos seus olhos eram vistos como trabalhadores temporários. Era uma legislação muito restritiva para cidadãos estrangeiros que pretendessem adquirir uma autorização legal para residir e/ou trabalhar em Espanha, o que acabou por contribuir para o aumento do número de imigrantes indocumentados.

No período em análise (1986-1999), verifica-se que os anos em que foram registados crescimentos mais acentuados coincidem com a realização de processos de regularização extraordinária. De modo a contrariar a tendência de crescimento da imigração irregular, no ano de 1986 o Governo deu início a um processo extraordinário que permitiu a legalização de cerca de 23 mil imigrantes. Porém, muitos mais permaneceram indocumentados, como foi evidente no processo extraordinário de legalização seguinte. Foi assim que, em 1991, cerca de 110 mil imigrantes indocumentados legalizaram a sua situação.

Uma outra medida governamental que acompanhou a evolução da imigração foi a implementação do sistema de quotas (fixação anual de entrada de um contingente

de trabalhadores) em 1993-95 e 1997-99. O sistema visava canalizar os fluxos de trabalhadores imigrantes para sectores da economia onde houvesse carências de mão-de-obra. Contudo, o que acabou por acontecer foi que estes postos de trabalho foram preenchidos por imigrantes que já se encontravam no território e que se encontravam igualmente indocumentados, tendo aproveitado esta oportunidade para se legalizarem. Esta medida acabou por ser, em paralelo com o sistema de licença de trabalho, com os programas de regularização e com o estabelecimento de acordos bilaterais com os países de origem da imigração, uma forma de combater a falta de mão-de-obra em sectores da economia em que a mão-de-obra nacional escasseava, como no caso dos sectores da construção e da agricultura.

A Lei Orgânica 7/1985 foi sofrendo alterações pontuais mas só em 1996 é que foram introduzidas alterações de fundo. A criação da categoria de residente permanente e a inclusão da reunificação familiar foram outras das novidades acrescentadas. A partir dessa data, a imigração passou a ser considerada como um fenómeno estrutural e os imigrantes passaram a ter mais direitos, como seja o acesso à saúde, à educação ou ao apoio judicial.

A origem dos residentes

Tendo em conta a distinção entre os residentes estrangeiros da União Europeia e os residentes estrangeiros nacionais de países terceiros, verificou-se que a principal contribuição para o aumento exponencial do número de estrangeiros a residir em território espanhol no período entre 1986 e 1999 foi dos cidadãos extra-comunitários.

Em 1986 registou-se uma inversão na representatividade dos dois grupos, passando os residentes extra-comunitários a representar cerca de dois terços do universo dos residentes estrangeiros em Espanha. Esta tendência foi crescente ao longo dos anos, tendo aumentado em 1999 para três quartos do universo dos residentes estrangeiros.

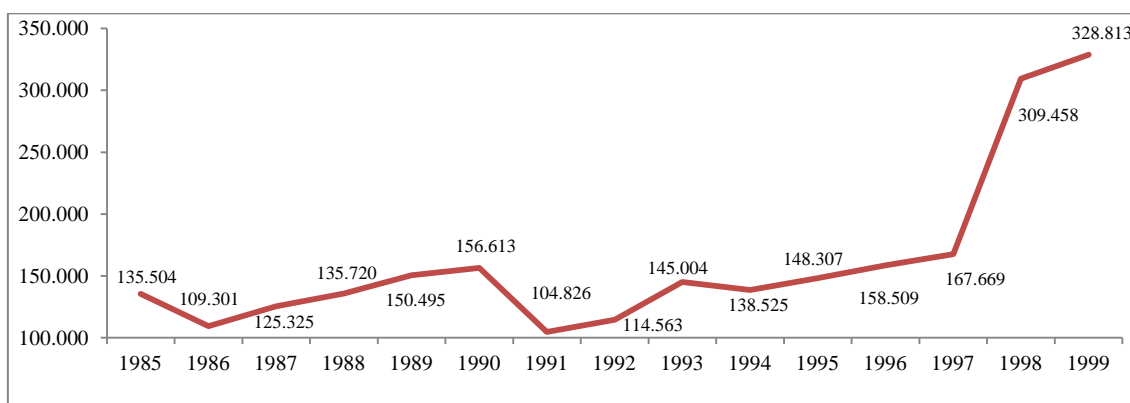
Tabela 51. Residentes estrangeiros em Espanha, 1986-1999

Ano	Total residentes estrangeiros	Residentes comunitários		Residentes extra-comunitários		Apátridas e desconhecidos
	N	N	%	N	%	N
1985	241.971	135.504	59,0	106.467	44,0	0
1986	293.208	109.301	37,3	182.834	62,4	1.073
1987	334.936	125.325	37,4	208.400	62,2	1.211
1988	359.932	135.720	37,7	222.951	61,9	1.261
1989	398.147	150.495	37,8	246.262	61,9	1.390
1990	407.647	156.613	38,4	250.040	61,3	994
1991	360.655	104.826	29,1	254.865	70,7	964
1992	402.350	114.563	28,5	286.862	71,3	925
1993	484.342	145.004	29,9	339.324	70,1	14
1994	461.364	138.525	30,0	322.825	70,0	14
1995	499.772	148.307	29,7	351.130	70,3	335
1996	538.981	158.509	29,4	379.253	70,4	1.219
1997	609.813	167.669	27,5	441.188	72,3	956
1998	719.647	309.458	43,0	409.229	56,9	960
1999	801.329	328.813	41,0	471.730	58,9	786

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Neste período temporal (1986-1999), apesar da inversão de representatividade entre o grupo de residentes estrangeiros provenientes de países da UE e o grupo de residentes de países terceiros, o número absoluto de residentes oriundos de países membros da UE em Espanha, contrariamente ao que aconteceu à maioria dos países membros, continuou a ter uma percentagem muito significativa de residentes estrangeiros provenientes de países da União Europeia, assim como o seu número teve um crescimento contínuo. Grã-Bretanha, Alemanha, França e Portugal eram as origens mais representativas, correspondendo à maioria.

Gráfico 9. Residentes estrangeiros provenientes de países da União Europeia em Espanha, 1986-1999



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

No que respeita às alterações ocorridas quanto às origens dos fluxos imigratórios na segunda fase da imigração em Espanha (1986-1999), elas foram influenciadas por outras alterações, estas conjunturais, que atingiram tanto a Espanha como o resto do mundo, e que fizeram com que surgissem duas novas importantes vagas de imigrantes provenientes de países menos desenvolvidos, e não membros da Comunidade Europeia, que procuravam melhorar o seu nível de vida e das suas famílias: um fluxo proveniente de África – em especial de Marrocos – e outro da América Latina. De um modo geral, esta imigração era composta principalmente por adultos em idade activa à procura de trabalho.

Em relação ao fluxo proveniente de Marrocos, torna-se útil enquadrá-lo nas condições internas do país de origem para melhor ser compreendido. Depois de uma etapa de forte crescimento económico nos anos 1960 e 1970 propiciada por uma boa cotação internacional dos hidrocarbonetos e dos fosfatos, Marrocos, como outros países do sul do Mediterrâneo, entrou numa forte recessão quando os preços desses produtos caíram. Aquando do período de crescimento, a procura interna tinha aumentado de forma significativa, gerando um progressivo aumento das importações, o qual, sendo superior às exportações, ajudou a uma progressiva deterioração da balança de pagamentos. Consequentemente, foi uma situação propícia ao crescimento da dívida externa. Como saída dessa situação negativa, as autoridades marroquinas, com as receitas do Fundo Monetário Internacional, implementaram programas de ajuste para

desacelerar a economia e reduzir as importações, programas esses que passaram pela redução das despesas públicas, pela eliminação de rigidez nos preços e nos salários, pelo fomento do sector privado e pela diminuição do emprego público. Acontece que estas medidas tiveram, a curto prazo, uma série de consequências directas no nível de vida da população, uma vez que provocaram a redução do investimento interno, o aumento do desemprego e a redução do consumo privado. Perante esta situação de recessão, muitas famílias marroquinas recorreram à emigração numa tentativa de melhorar o seu nível de vida que se havia deteriorado, indo, nomeadamente, para Espanha, país europeu que se encontrava geograficamente mais próximo, estando o trajecto facilitado pelo estreito de Gibraltar.

A imigração marroquina foi assim a principal responsável pelo crescimento do número de residentes estrangeiros em Espanha provenientes do continente africano entre 1986 e 1999, na ordem dos 1.400%, tendo-se passado de 14.135 para 212.964 residentes estrangeiros africanos. Se em 1975 este continente representava somente 2% do total dos estrangeiros residentes e em 1986 5%, em 1999 passou a representar 27%.

Para além deste fluxo, foi a partir dos finais dos anos 1980 que muitos latino-americanos, desta vez motivados por razões económicas, chegaram a Espanha para trabalhar. Assim, no início dos anos 1990, os latino-americanos mais representativos eram originários da Argentina (29,2%), Peru, Venezuela e República Dominicana (cerca de 10% cada), entre eles um número considerável de profissionais de classe média. A meio da década de 1990, deu-se uma alteração em termos de representatividade, passando as nacionalidades peruana e a dominicana a serem as mais numerosas (16,5% e 16,4% do total de imigrantes latino-americanos, respectivamente), com uma maioria de mulheres a executar trabalhos domésticos. O número de residentes estrangeiros de nacionalidade argentina passou a ser menor, fruto do aumento de naturalizações ocorridas³, baixando para cerca de 15,4% em termos de representatividade do total de imigrantes latino-americanos. Já no final da década de 1990, as duas nacionalidades latino-americanas mais representativas em Espanha passaram a ser a equatoriana e a colombiana (respectivamente 29,8% e 17,2% do total de residentes extra-comunitários). Embora, em termos percentuais, os peruanos e os dominicanos tenham menor representatividade, em termos absolutos não houve diminuição.

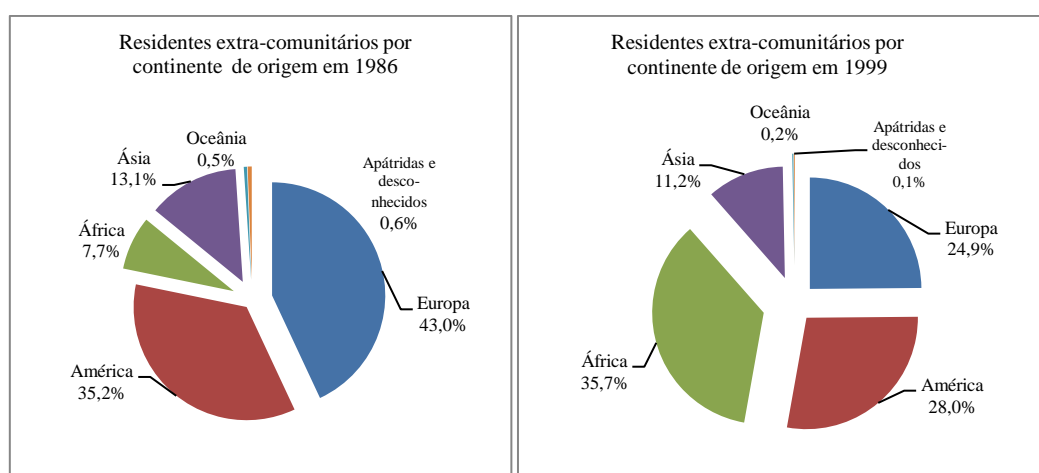
³ No ano 1996 foram naturalizados 1.387 argentinos e 1.150 peruanos (respectivamente 16,4% e 13,6% do total de naturalizações concedidas).

Estes anos de grande aumento de imigração latino-americana em Espanha coincidiram com uma fase de prosperidade do ramo da construção civil, tendo muitos imigrantes (homens) encontrado trabalho nesse sector do mercado de trabalho, assim como também nos serviços domésticos (mulheres).

A segunda metade da década de 1980 e a década de 1990 foi de facto um período marcado pela imigração norte-africana e latino-americana. Não obstante, a imigração oriunda do continente europeu (países não-comunitários) sobretudo de países do Leste da Europa, aumentou em termos relativos ao longo do período em análise mas quando comparada com o total dos residentes estrangeiros e mesmo com o total dos residentes extra-comunitários a sua representação percentual diminuiu, passando de 27% e 43% respectivamente em 1986 para 19% e 25% em 1999.

Quanto ao fluxo migratório originário do continente asiático, apesar de ter aumentado em termos relativos, passando de cerca de 24 mil residentes asiáticos em 1986 para mais de 66 mil em 1999, a sua representatividade continuou muito pouco significativa quando comparada com as restantes origens dos fluxos migratórios, chegando mesmo a ter uma redução, se bem que ligeira, quando comparada com o universo dos residentes extra-comunitários.

Gráficos 10 e 11. Residentes extra-comunitários por continente de origem em Espanha, nos anos 1986 e 1999



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

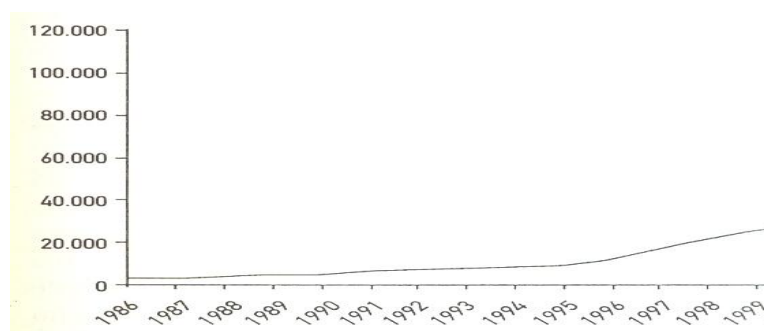
Tabela 52. Residentes estrangeiros segundo o continente de origem em Espanha, 1986-1999

Ano	Total residentes estrangeiros	Total residentes comunitários	Residentes extra-comunitários					Apátridas e desconhecidos	
			Total residentes extra-comunitários	Europa	América	África	Ásia		Oceânia
1986	293.208	109.301	182.834	79.149	64.698	14.135	24.007	845	1.073
1987	334.936	125.325	208.400	90.753	71.615	18.543	26.544	945	1.211
1988	359.932	135.720	222.951	98.280	75.292	20.068	28.282	1.029	1.261
1989	398.147	150.495	246.262	108.979	83.397	23.712	28.938	1.236	1.390
1990	407.647	156.613	250.040	113.409	80.558	25.854	29.116	1.103	994
1991	360.655	104.826	254.865	75.909	83.151	63.054	31.976	775	964
1992	402.350	114.563	286.862	82.959	94.818	73.223	35.113	749	925
1993	484.342	145.004	339.324	105.003	110.356	85.345	37.749	871	14
1994	461.364	138.525	322.825	100.312	103.325	82.607	35.742	839	14
1995	499.772	148.307	351.130	107.395	108.932	95.718	38.352	733	335
1996	538.981	158.509	379.253	114.782	121.263	98.813	43.466	929	1.219
1997	609.813	167.669	441.188	121.415	126.959	142.816	49.110	888	956
1998	719.647	309.458	409.484	20.763	147.190	179.487	61.021	1.023	695
1999	801.329	328.813	471.817	24.161	166.709	213.012	66.922	1.013	699

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Dentro do grupo dos residentes do continente asiático, o crescimento da nacionalidade chinesa começou na segunda metade da década de 1980 mas foi a partir do início da década de 1990 que esse crescimento se consolidou.

Gráfico 12. Evolução dos residentes chineses em Espanha, 1986-1999



Fonte: Nieto (2007), com base em dados do *Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales* de Espanha (adaptação da autora)

Segundo os dados disponíveis, em 1991 o número total de residentes chineses em Espanha era de 6.482, sendo que em 1999 passou a ser de 24.693. Tem um crescimento de 281% nesses oito anos. Foi na segunda metade da década que se deu o crescimento exponencial do número de residentes chineses, com particular destaque

para o crescimento de 45,7% registado no ano de 1997. De facto, foi no final do século XX que a imigração chinesa em Espanha começou a crescer em termos absolutos, não obstante continuar a representar somente 5,1% do total dos residentes extra-comunitários e 3,2% do universo dos residentes estrangeiros.

Tabela 53. Crescimento do número de residentes chineses em Espanha, 1991-1999

Ano	Residentes chineses N	Crescimento %
1991	6.482	
1992	6.783	4,6
1993	7.750	14,3
1994	8.119	4,8
1995	9.158	12,8
1996	10.816	18,1
1997	15.754	45,7
1998	20.690	31,3
1999	24.693	19,3

Fonte: Beltrán Antolín & Saíz Lopez (2001), com base nos dados do *Anuario de migraciones e Ministerio de Interior* de Espanha (elaboração da autora)

Este fluxo de migrantes chineses para Espanha vindo directamente da China resultou do, já referido, contexto de reformas económicas iniciadas por Deng Xiaoping que encerraram inúmeras indústrias e minas e ao conseqüente aumento do desemprego e às também referidas transformações sociais ligadas à vontade de ganhar dinheiro, mas para além dessas, das condições favoráveis à instalação de imigrantes em Espanha, fruto da flexibilidade legislativa relativa a estrangeiros (realização frequente de amnistias) e às numerosas oportunidades de desenvolvimento de actividades na economia informal. Perante este conjunto de factores de repulsão e atracção, foram revitalizadas as redes migratórias de cidadãos chineses provenientes sobretudo da província de Zhejiang e que proporcionaram condições para a emigração de milhares de indivíduos. Não obstante muitas das vezes a saída da China ter sido feita de forma irregular, houve outro número considerável de indivíduos que chegou a Espanha com visto legal e que acabou por ficar depois de terminada a sua validade. Esta realidade contribuiu directamente para o aumento do número de residentes chineses no ano 1997, resultado da amnistia realizada no ano anterior, na qual milhares de cidadãos em situação irregular tiveram oportunidade de regularizar a sua situação.

Os residentes segundo o sexo

No fim da segunda fase da imigração em Espanha, tanto o universo dos residentes estrangeiros, como o grupo dos residentes estrangeiros de países comunitários, o grupo dos residentes estrangeiros de países extra-comunitários ou o grupo dos residentes chineses tinham em comum o facto de o número de homens ser constantemente superior ao número de mulheres, com excepção para o ano de 1997 no caso dos residentes de países comunitários em que o número de mulheres era, se bem que ligeiramente, superior ao número de homens.

Tabela 54. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 1997-1999

	Residentes chineses			Total residentes estrangeiros			Residentes comunitários			Residentes extra-comunitários		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Homens	8.151	10.902	13.001	301.261	359.899	408.772	125.604	150.611	163.858	175.657	209.288	244.914
Mulheres	6.641	8.861	11.223	282.544	334.612	375.078	125.642	149.212	157.406	156.902	185.400	217.672
Não consta	962	927	469	26.008	25.136	17.479	9.353	9.635	7.549	16.655	16.501	9.930
Total	15.754	20.690	24.693	609.813	719.647	801.329	260.599	309.458	328.813	349.214	409.484	472.516

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Não obstante a superioridade numérica do grupo dos homens, é relevante verificar que, apesar de muito ligeiro, o crescimento do número de mulheres residentes chinesas (69,0%) foi mais elevado que o crescimento dos homens (59,5%), diminuindo assim a diferença numérica entre sexos dos residentes chineses.

Esta situação veio comprovar que, nesta altura, a decisão de migrar, independentemente de ser tomada em família, passava pela emigração do homem, solteiro ou casado, que saía da sua terra natal para ir trabalhar para outro país. Muitas vezes, mais tarde, a mulher e filhos juntavam-se a ele.

Os residentes segundo a idade

Na distribuição do universo dos residentes estrangeiros em termos de idade no final da década de 1990, a faixa etária mais representativa era a dos 25-44 anos, representando entre 48% e 50% do total (1997-1999). O mesmo se passou quanto ao

grupo dos residentes de países comunitários, ao grupo dos residentes de países terceiros e também em relação ao grupo dos residentes chineses.

As faixas etárias 45-64 anos e 65 e mais anos do universo dos residentes estrangeiros, com respectivamente 19% e 9% do total em 1999, reflectiam a discrepância existente entre o grupo dos residentes comunitários e o grupo dos residentes de países extra-comunitários. No caso dos residentes comunitários, estas duas faixas etárias representavam 45% do total, enquanto para o grupo dos residentes extra-comunitários representavam somente 18% do total. No caso particular dos residentes chineses, a faixa etária 45-64 anos representava 11% e a faixa etária 65 e mais anos tinha somente 2,5% do total dos residentes chineses em 1999.

No que respeita ao peso relativo dos grupos etários mais jovens, os residentes chineses menores de 16 anos e o grupo dos residentes extra-comunitários representam 16% e 15%, respectivamente. Já no caso dos residentes comunitários, esta representação não passava dos 6%.

Quanto às faixas etárias que tiveram os maiores crescimentos no final da década de 1990 (1997-1999), há bastantes diferenças entre os distintos grupos. Se se olhar para os dados estatísticos relativos ao universo dos residentes estrangeiros, verifica-se que no final da década de 1990 as faixas etárias que mais cresceram foram as dos 3-5 anos, dos 16-24 anos, dos 0-2 anos e dos 6-15 anos, por esta ordem. Desagregando os dados por grupo de residentes comunitários e residentes extra-comunitários, verifica-se que, para além do grupo dos residentes comunitários ter tido um crescimento mais moderado, os maiores crescimentos foram os das faixas etárias dos 25 anos aos 65 e mais anos. No caso dos residentes extra-comunitários, os crescimentos foram mais acentuados e situaram-se nas faixas etárias mais jovens, dos 0 aos 24 anos. Em relação ao grupo dos residentes chineses, é relevante verificar que os maiores crescimentos, muito acentuados, referem-se às faixas etárias dos 16-24 anos, dos 3-5 anos e dos 65 e mais anos. Embora esta última faixa seja muito pouco representativa em termos absolutos, teve um crescimento muito acentuado que pode estar relacionado com a circunstância de o número de crianças também ter aumentado de forma considerável, o que eventualmente fez com que os progenitores fizessem uso do instrumento do reagrupamento familiar para poderem ‘chamar’ os seus pais de modo a contarem com a sua ajuda para cuidarem dos seus filhos.

No final da década de 1990, o grupo dos residentes chineses acompanhou a tendência da grande maioria dos residentes extra-comunitários que estava estritamente em idade activa (16-64 anos), assim como 20% eram jovens e apenas uma minoria tinha mais de 65 anos. O mesmo não acontecia com o grupo dos residentes comunitários cuja maioria se encontrava entre os 25 anos e os 65 e mais anos.

Tabela 55. Residentes chineses segundo a idade em Espanha, 1997-1999

Faixa Etária	1997		1998		1999		Crescimento 1997-1999
	N	%	N	%	N	%	
0-2 anos	401	2,5	461	2,2	505	2,0	25,9
3-5 anos	409	2,6	571	2,8	770	3,1	88,3
6-15 anos	1.819	11,5	2.230	10,8	2.791	11,3	53,4
16- 18 anos	755	4,8	1.112	5,4	1.380	5,6	82,8
19-24 anos	1.973	12,5	2.964	14,3	3.864	15,6	95,8
25-44 anos	8.345	53,0	10.621	51,3	12.017	48,7	44
45-64 anos	1.720	10,9	2.288	11,1	2.755	11,2	60,2
65 e mais anos	332	2,1	443	2,1	611	2,5	84
Total	15.754	100,0	20.690	100,0	24.693	100,0	56,7

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Tabela 56. Residentes estrangeiros segundo a idade em Espanha, 1999 (%)

Faixa etária	Total residentes estrangeiros	Residentes comunitários	Residentes extra-comunitários	Apátridas e desconhecidos
0-2 anos	1,6	0,4	2,3	2,6
3-5 anos	2,1	1,1	2,7	2,4
6-15 anos	8,0	4,7	10,1	6,6
16-18 anos	3,1	1,9	3,9	2,9
19- 24 anos	9,0	6,2	10,8	5,0
25- 44 anos	47,9	40,8	52,5	45,6
45- 64 anos	19,2	28,0	13,6	13,4
65 e mais anos	9,1	16,8	4,2	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

A localização geográfica dos residentes

Quanto à localização geográfica dos residentes estrangeiros por Comunidade Autónoma, na última década do século XXI, não há diferenças significativas quando se trata do universo dos residentes estrangeiros, dos residentes comunitários, dos extra-

-comunitários e mesmo dos residentes chineses, apesar de terem representatividades numéricas distintas uns dos outros.

Entre 1996 e 1999⁴, sem distinção de grupos, na sua grande maioria, os estrangeiros continuavam a estar concentrados no litoral do país e nos grandes centros urbanos, com maior incidência em cinco comunidades autónomas em particular: Madrid, Catalunha, Andaluzia, Comunidade Valenciana e Canárias. Assim, em 1999, a distribuição fez-se da seguinte forma: Catalunha 22,9% (183.736), Madrid 19,8% (158.885), Andaluzia 13,6% (109.129), Comunidade Valenciana 10,1% (80.594), Canárias 8,5% (68.347).

Não obstante a constante concentração ao longo desse período nessas cinco comunidades autónomas, é de salientar o aumento da dispersão dos residentes estrangeiros por todas as comunidades autónomas.

A única característica diferenciadora dos distintos grupos diz respeito ao grupo dos residentes comunitários que, para além das cinco comunidades autónomas comuns a todos, também estavam muito presentes nas Baleares.

Apesar da relevância da informação relativa à distribuição geográfica dos residentes estrangeiros por comunidade autónoma, a análise por província demonstra diferenças entre os diferentes grupos. As províncias mais representativas não são comuns a todos eles nem pela mesma ordem de grandeza.

Na distribuição geográfica do total dos residentes estrangeiros em Espanha por províncias⁵, verifica-se que, em 1999, as dez províncias com mais residentes estrangeiros em geral eram Madrid (19,8%), Barcelona (16,1%), Málaga (6,6%), Alicante (6,5%), Baleares (4,9%), Tenerife (4,4%), Las Palmas (4,1%), Gerona (3,9%), Valência (2,5%), Almería (2,3%), Tarragona (2,0%) e Múrcia (2,0%), correspondendo a 75% (600.997) do total dos residentes estrangeiros (801.329).

Ao restringir-se a análise ao grupo dos residentes de países comunitários, verifica-se que, em 1999, estes cidadãos encontravam-se menos concentrados nos grandes centros urbanos – Madrid e Barcelona – e mais dispersos por todo o território, sendo

⁴ Período temporal em que existem dados estatísticos disponíveis por nacionalidade e localização geográfica.

⁵ A província é a unidade de análise preferível à Comunidade Autónoma uma vez que algumas destas apresentam grandes discrepâncias numéricas a nível provincial.

que as oito províncias em que estavam mais presentes eram: Madrid (12,4%), Alicante (11,5%), Málaga (11,5%), Barcelona (9,8%), Baleares (9,0%), Tenerife (7,7%), Las Palmas (5,3%), Valência (2,7%) e Gerona (2,5%). A localização geográfica deste grupo corrobora a descrição feita anteriormente relativa ao seu principal tipo de migração que não era uma migração puramente económica mas sim sobretudo ligada ao lazer.

O grupo de residentes de países extra-comunitários que representava 74,3% do universo dos estrangeiros em Espanha no ano de 1999, encontrava-se sobretudo mais concentrado nas províncias de Madrid (24,0%) e Barcelona (20,8%). Gerona (4,9%), Las Palmas (3,4%), Málaga (3,4%), Alicante (3,3%), Tenerife (2,3%), Baleares (2,2%) e Tarragona (2,2%) eram as outras sete províncias onde se localizavam mais residentes de países terceiros, sendo que os restantes 33,5% estariam dispersos pelas restantes províncias.

Situação idêntica era a dos residentes chineses. Praticamente metade residia em Madrid (26,5%) e Barcelona (22,8%). As outras sete províncias mais representativas eram Alicante (5,2%), Valência (4,4%), Málaga (3,8%), Las Palmas (3,0%), Tenerife (2,6%) e Saragoça (2,4%).

Residentes segundo o regime de residência⁶ e concessões de nacionalidade espanhola

Do universo de residentes estrangeiros em Espanha no ano de 1999 (801.329), 61,0% (489.126) eram residentes de países terceiros mas somente 47,8% (382.955) é que se encontravam sob o Regime Geral. Portanto, 13,2% (64.565) dos residentes extra-comunitários estavam enquadrados no Regime Comunitário. No caso específico dos residentes chineses, a quase totalidade (96,5%) estava enquadrada no Regime Geral.

⁶ Segundo a lei espanhola, considera-se residente estrangeiro aquele que possui um título que o habilita a residir em Espanha. Entre eles, há que distinguir os residentes em Regime Geral que devem obter a correspondente autorização de residência e os residentes do Regime Comunitário que são documentados com um cartão de residência. O Regime Comunitário aplica-se aos nacionais dos países membros da União Europeia, assim como aos nacionais do Espaço Económico Europeu que não pertencem à União Europeia, assim como aos familiares de todos eles e aos familiares de espanhóis.

Tabela 57. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o regime de residência em Espanha, 1995-1999

	Residentes chineses					Total residentes estrangeiros				
	Reg.Geral		Reg. Comunit.		Total	Reg.Geral		Reg. Comunit.		Total
	N	%	N	%	N	N	%	N	%	N
1995	8.665	94,6	493	5,4	9.158	205.047	41,0	294.726	59,0	499.773
1996	10.296	95,2	520	4,8	10.816	219.657	40,8	319.327	59,2	538.984
1997	15.232	96,7	522	3,3	15.754	277.255	45,5	332.558	54,5	609.813
1998	20.033	96,8	657	3,2	20.690	338.720	47,1	380.927	52,9	719.647
1999	23.820	96,5	873	3,5	24.693	382.955	47,8	418.374	52,2	801.329

	Residentes comunitários					Residentes extra-comunitários				
	Reg.Geral		Reg. Comunit.		Total	Reg.Geral		Reg. Comunit.		Total
	N	%	N	%	N	N	%	N	%	N
1995	16.937	7,2	218.673	92,8	235.610	188.110	71,2	76.053	28,8	264.163
1996	12.363	4,9	239.556	95,1	251.919	207.294	72,2	79.771	27,8	287.065
1997	6.925	2,7	253.674	97,3	260.599	270.330	77,4	78.884	22,6	349.214
1998	5.661	1,9	289.598	98,1	295.259	333.059	78,5	91.329	21,5	424.388
1999	-	-	312.203	100,0	312.203	382.955	78,3	106.171	21,7	489.126

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

A falta de correspondência entre os residentes nacionais de países terceiros e os estrangeiros enquadrados no Regime Geral está relacionada com o facto de parte deles estar sob o regime comunitário, através da aquisição de nacionalidade espanhola⁷ ou pelo matrimónio com cidadãos espanhóis.

Em relação às naturalizações de residentes estrangeiros durante a década de 1990, enquanto o número relativo ao grupo de residentes de países comunitários teve uma

⁷ Em Espanha, o Código Civil (arts. 17 a 26) estabelece quem é espanhol de origem e quem pode adquirir a nacionalidade espanhola. Para além das crianças nascidas de pais ou mãe espanhóis, é espanhol de origem os nascidos em Espanha de pais estrangeiros ou de filiação desconhecida (nos casos estabelecidos pelo art. 17 o Código Civil). A aquisição de nacionalidade espanhola pode realizar-se por posse de estado (art. 18), por adopção (art. 19), por opção (art. 20), por carta de natureza (art. 21) ou por residência (art. 22).

Dez anos é a regra geral; cinco anos para os que têm estatuto de refugiados; Dois anos para os nacionais de países ibero-americanos, de Andorra, das Filipinas, Guiné Equatorial, Portugal ou pertencentes à comunidade sefardita; Um ano para (a) os nascidos em território espanhol; (b) os que ainda não exerceram a faculdade de optar; (c) os que estão sujeitos legalmente à tutela, guarda ou acolhimento de um cidadão ou instituição espanhóis durante dois anos consecutivos, incluindo se continuaram nesta situação no momento do pedido; (d) aquele que no momento do pedido estiver casado há um ano com um cidadão ou cidadã espanhóis e não estiverem separados legalmente ou de facto; (e) o viúvo ou viúva de espanhol ou espanhola se à morte do cônjuge não existia separação legal ou de facto; (f) o nascido fora de Espanha filho de pai ou mãe, avô ou avó que originalmente foram espanhóis.

tendência decrescente, sendo sempre os portugueses o grupo mais numeroso, as concessões de nacionalidade espanhola aumentaram no caso dos residentes de países extra-comunitários. Havia uma predominância clara e crescente de naturalizações de latino-americanos (5,3% do total em 1996, 6,0 % em 1997 e 7,9% em 1999), com maior destaque para os originários da Argentina, República Dominicana e Peru. As naturalizações de africanos (quase exclusivamente marroquinos) foram baixas, o mesmo acontecendo com os asiáticos (a maioria refere-se a filipinos). Os residentes chineses que adquiriram nacionalidade espanhola durante o final da década de 1990 foram de facto muito poucos, rondando 1% do total dos residentes chineses por ano. Isto leva-nos a constatar que a maioria dos residentes chineses sob o Regime Comunitário deve esse facto ao casamento com cidadãos espanhóis, o que acompanha a tendência dos restantes residentes extra-comunitários.

Tabela 58. Residentes chineses em Regime Comunitário e naturalizações de residentes chineses em Espanha, 1995-1999

	Regime Comunitário	Naturalizações
1995	493	74
1996	520	109
1997	522	180
1998	657	203
1999	873	302

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

É necessário ter cuidado na abordagem da aquisição de nacionalidade pela via do matrimónio para não parecer que todos ou a maioria dos estrangeiros estavam dispostos a casar com um/uma espanhol/espanhola, o que não deve ser tomado como verdadeiro.

De acordo com a análise de exogamia matrimonial desenvolvida por Pajares (1998)⁸, havia uma percentagem significativa de casamentos mistos em Espanha, assim como uma maior preferência por determinadas origens (América e os países europeus não membros da UE) em detrimento de países africanos e asiáticos. Estas diferenças a nível geral são esclarecidas em certa medida ao analisarem-se as preferências do ‘mercado matrimonial’, de acordo com o sexo dos contraentes. Especificamente,

⁸ Trata-se de considerar que as pessoas de países não pertencentes à UE, mas que, contudo, têm uma autorização de Residência Comunitária, estão relacionadas (via casamento) com um espanhol ou espanhola.

a proporção de mulheres provenientes de países extra-comunitários no Regime Comunitário que estão casadas com um espanhol, é particularmente significativa no caso das brasileiras, colombianas, cubanas, dominicanas e cabo-verdianas, ficando assim salientada a preferência dos espanhóis por mulheres latino-americanas. Mas no caso das espanholas, no entanto, havia uma maior preferência para os casamentos com paquistaneses, iranianos, gambianos e senegaleses.

Estes dados vão ao encontro da realidade, uma vez que a imigração com maior presença feminina é a proveniente de países latino-americanos, o que significa que a probabilidade de uma latino-americana casar com um espanhol é muito maior do que uma latino-americana casar-se com um espanhol, mas o oposto é verdadeiro em relação àqueles grupos de estrangeiros que são caracterizados por uma forte presença do sexo masculino. Provavelmente, também influenciada por outros factores como a língua e até mesmo culturais e religiosos relativos ao casamento que sancionam de forma diferente o casamento entre pessoas de religião diferente consoante o sexo, mas os dados sugerem um elevado nível de casamento mistos na década de 1990 numa sociedade na qual vinte anos antes a presença de estrangeiros era em termos de volume muito pouco relevante.

Em Espanha, cerca de 8.000 espanhóis por ano casaram-se com estrangeiros, o que representa cerca de metade do total de casamentos mistos, sendo a outra metade de estrangeiros com estrangeiros. Uma vez que o número anual de casamentos celebrados em Espanha foi de 200.688 em 1995 e de 194.084 em 1996, pode-se estimar que os casamentos mistos representam cerca de 10% dos casamentos cada ano. Os casamentos mistos em que um cônjuge é espanhol podem ser estimados em 4% do número total de casamentos em cada ano.

- Trabalhadores

Os dados estatísticos do *Observatorio Permanente de la Inmigración* referem-se a trabalhadores que necessitam de obter um título de *permiso de trabajo*, o que exclui à partida os trabalhadores comunitários. Deste modo, os dados disponíveis (1995-1999) permitem fazer uma caracterização laboral dos residentes extra-comunitários e em particular dos residentes chineses.

Trabalhadores versus residentes

O ano 1996 marcou a subida acentuada da presença de estrangeiros em geral em Espanha e sobretudo de estrangeiros provenientes de países extra-comunitários. Foi realizado mais um processo de legalização extraordinária para fazer face ao grande número de imigrantes que se encontrava indocumentado.

Nesse ano, mais de metade (58%) dos residentes extra-comunitários eram trabalhadores com *permiso de trabajo*, sendo África o continente mais representado, com 71,4% dos seus residentes como trabalhadores com autorização para trabalhar. Não obstante o continente asiático ter tido uma percentagem relativamente baixa de trabalhadores (36,4%), os chineses contrariavam essa realidade, contando com 75,9% de residentes trabalhadores.

Embora tivesse havido uma evolução crescente do número de residentes até ao fim da década de 1990 (com excepção para o ano de 1997 que contou com uma ligeira descida do número total de residentes extra-comunitários), a evolução do número de trabalhadores face ao número de residentes sofreu oscilações permanentes (anuais). Em 1997 subiu para 64,5% – subida esta suportada pelo aumento do número de residentes latino-americanos e asiáticos e consequentemente de trabalhadores latino-americanos e asiáticos –, em 1998 baixou para um número próximo ao do ano de 1996 (58,2%) e em 1999 sofreu uma queda mais acentuada, chegando-se assim ao fim da década de 1990 e à viragem do século com uma taxa de 40,8% de trabalhadores extra-comunitários sobre os residentes extra-comunitários.

Tabela 59. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários *versus* residentes chineses/residentes extra-comunitários segundo o continente de origem em Espanha, 1995-1999

		Cidadãos Chineses	Cidadãos extra-comunitários						
			Total extra-comunitários	Europa	América Central e do Sul	América do Norte	África	Ásia	Oceânia
1995	Residentes	9.158	351.151	107.395	92.260	16.358	95.718	38.352	733
	Trabalhadores	6.203	139.038	7.004	43.499	2.447	65.223	20.613	121
1996	Residentes	10.816	379.275	114.782	104.049	17.219	98.813	43.466	929
	Trabalhadores	8.205	166.490	8.018	30.231	1.573	70.579	15.808	73
1997	Residentes	15.754	441.208	121.415	70.817	7.902	142.816	49.110	888
	Trabalhadores	9.252	178.747	9.785	53.082	2.464	86.876	26.202	137
1998	Residentes	20.690	527.332	138.582	82.132	9.350	179.487	61.021	1.023
	Trabalhadores	11.933	197.074	11.606	57.886	2.348	95.719	29.191	137
1999	Residentes	24.693	595.797	148.327	149.609	17.100	212.964	66.736	1.013
	Trabalhadores	12.394	199.753	12.644	55.681	2.180	100.768	28.177	120

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em relação à evolução da taxa de trabalhadores chineses sobre os residentes chineses, verificou-se que esta não acompanhou a tendência geral de crescimento e teve, desde 1996, uma descida, chegando-se ao ano de 1999 com um valor de 50,2%. Esta situação esteve provavelmente relacionada com o aumento do número de crianças que se verificou nesse período, muito provavelmente com o recurso ao reagrupamento familiar, com a aquisição de nacionalidade espanhola e consequente dispensa de *permiso de trabajo*. Por outro lado, esta situação está porventura também relacionada com a circunstância de haver cidadãos chineses que não estão oficialmente declarados como trabalhadores mas que se encontram a trabalhar.

Tabela 60. Taxa de trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários sobre residentes chineses/extra-comunitários em Espanha, 1995-1999

	1995	1996	1997	1998	1999
Trabalhadores chineses	67,7	75,9	58,7	57,7	50,2
Total trabalhadores extra-comunitários	38,0	58,0	64,5	58,2	40,8
Europa	33,0	36,2	36,5	38,2	30,6
América Central e do Sul	24,6	29,0	75,0	70,5	37,2
América do Norte	9,7	9,3	31,2	25,1	12,7
África	59,9	71,4	67,5	58,6	47,3
Ásia	30,9	36,4	62,2	55,5	42,5
Oceânia	11,4	7,9	35,1	29,1	11,8

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

A origem dos trabalhadores

Mais de metade do total dos trabalhadores extra-comunitários com *permiso de trabajo* em 1995, tendo esse valor baixado até 1999 para cerca de metade, corresponde a trabalhadores africanos, sobretudo à nacionalidade marroquina. Porém, ao longo deste período, os trabalhadores africanos foram perdendo representatividade face ao aumento do número de trabalhadores latino-americanos e asiáticos. Quanto ao aumento de trabalhadores asiáticos, este deveu-se sobretudo ao aumento dos trabalhadores chineses.

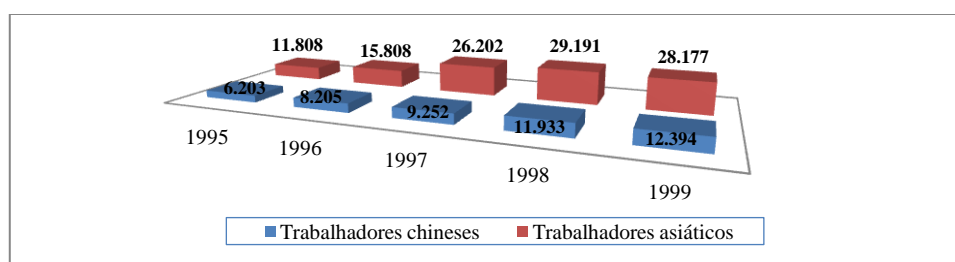
Ainda em relação aos trabalhadores chineses, é importante referir que a percentagem de trabalhadores chineses sobre o total de trabalhadores extra-comunitários foi sendo muito mais elevada do que a percentagem de residentes chineses sobre o total de residentes extra-comunitários.

Tabela 61. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo continente de origem em Espanha, 1995-1999

	Trabalhadores chineses		Total trabalhadores extra-comunitários	Trabalhadores extra-comunitários													
				Europa		América Central e do Sul		América do Norte		África		Ásia		Oceânia		Apátridas	
				N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1995	6.203	6,2	139.038	7.004	7,0	43.499	43,4	2.447	2,4	65.223	65,0	20.613	20,6	121	0,1	87	0,1
1996	8.205	4,9	166.490	8.392	5,0	52.369	31,5	2.423	1,5	78.383	47,1	24.640	14,8	73	0,1	125	0,1
1997	9.252	5,2	178.747	9.785	5,5	53.082	29,7	2.464	1,4	86.876	48,6	26.202	14,7	137	0,1	201	0,1
1998	11.933	6,1	197.074	11.606	5,9	57.886	29,4	2.348	1,2	95.719	48,6	29.191	14,8	137	0,1	187	0,1
1999	12.394	6,2	199.753	12.644	6,3	55.681	27,9	2180	1,1	100.768	50,4	28.177	14,1	120	0,1	183	0,1

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Gráfico 13. Trabalhadores chineses/ trabalhadores asiáticos em Espanha na segunda metade da década de 1990



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración -Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo o sexo

Na segunda metade da década de 1990, tal como aconteceu com a categoria dos residentes extra-comunitários, os trabalhadores extra-comunitários, incluindo os trabalhadores chineses, caracterizavam-se por serem maioritariamente homens, não tendo sido registada uma alteração ao longo do período. Porém, o número de trabalhadoras extra-comunitárias aumentou ligeiramente até 1998 e depois caiu em 1999, representando 34,7% do total.

Tendo em conta os vários continentes de origem, observam-se algumas diferenças consideráveis. Embora, em todo eles, com excepção da América Latina, os homens predominarem, uns têm maior percentagem do que outros. Dos trabalhadores oriundos da Europa, da América do Norte, da Ásia e da Oceânia, 3/5 são homens, enquanto mais de 4/5 dos trabalhadores do continente africano são homens. No caso da América Latina, as representatividades são exactamente opostas (*vide* Tabela 62).

Quanto ao caso específico dos trabalhadores chineses, houve um aumento de trabalhadoras ao longo do período, passando de 28,2% em 1995 para 36,7% em 1999.

Tabela 62. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo o sexo em Espanha, 1995-1998

	Homens					Mulheres				
	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999
Trabalhadores chineses	71,8	69,3	68,3	64,9	63,3	28,2	30,7	31,7	35,1	36,7
Total trabalhadores extra-comunitários	66,8	65,5	65,4	63,8	65,3	33,2	34,5	34,6	36,2	34,7
Europa	69,9	65,7	64,7	61,4	61,5	30,1	34,3	35,3	38,6	38,5
África	85,2	84,2	83,6	82,9	82,7	14,8	15,8	16,4	17,1	17,3
América do Norte	62,6	61,7	61,9	62,2	60,5	37,4	38,3	38,1	37,8	39,5
América Central e do Sul	40,4	38,9	37,0	33,7	36,2	59,6	61,1	63,0	66,3	63,8
Ásia	63,6	62,6	62,8	62,0	62,1	36,4	37,4	37,2	38,0	37,9
Oceânia	60,3	60,3	62,0	64,2	66,7	39,7	39,7	38,0	35,8	33,3

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo a idade

A faixa etária mais representativa dos trabalhadores extra-comunitários foi, sem dúvida, a dos 25 aos 54 anos, com mais de 80% do total de trabalhadores extra-

-comunitários, o mesmo acontecendo com os trabalhadores chineses. Eram assim caracterizados como uma mão-de-obra adulta não necessariamente muito jovem.

Tabela 63. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo a idade em Espanha, 1995

	1995									
	Total	16-19 anos		20-24 anos		25-54 anos		55 e mais anos		
	N	N	%	N	%	N	%	N	%	
Trabalhadores chineses	6.203	219	3,5	886	14,3	4.997	80,6	101	1,6	
Total trabalhadores extra-comunitários	139.038	2.184	1,6	13.769	9,9	119.057	85,6	4.028	2,9	
Europa	7.004	55	0,8	721	10,3	5.991	85,5	237	3,4	
África	65.223	885	1,4	6.054	9,3	56.566	86,7	1.718	2,6	
América do Norte	2.447	1	0,0	131	5,4	2.088	85,3	227	9,3	
América Central e do Sul	43.499	676	1,6	4.648	10,7	37.038	85,1	1.137	2,6	
Ásia	20.613	567	2,8	2.207	10,7	17.150	83,2	689	3,3	
Oceânia	121	0	0,0	0	0,0	112	92,6	9	7,4	

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo o sector de actividade

Foi no sector agrário que mais cresceu o número de trabalhadores extra-comunitários durante os últimos cinco anos da década de 1990, tendo sido os trabalhadores africanos os que mais contribuíram para esse aumento.

Nos sectores da indústria e da construção, a subida não foi tão acentuada e aqui também a presença africana foi a mais representativa.

Quanto ao sector dos serviços, a evolução foi mais inconstante, apesar de ter tido um crescimento de 31%. Neste sector, a predominância era de trabalhadores africanos (marroquinos), latino-americanos e asiáticos.

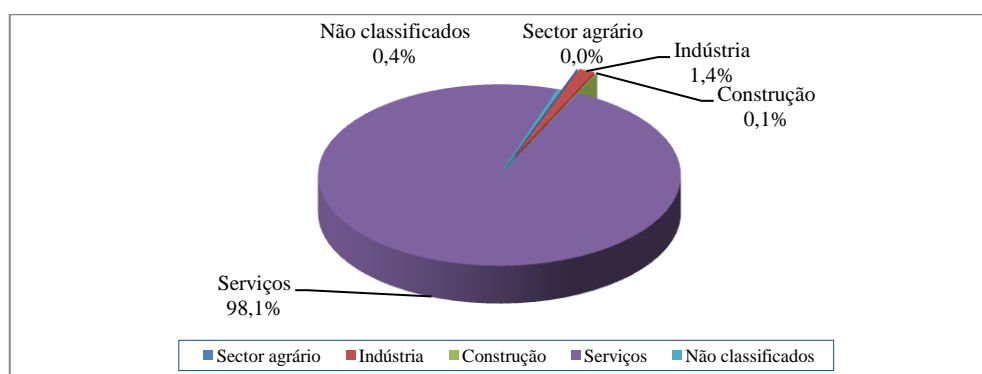
Quanto aos chineses, estes encontravam-se, na sua quase totalidade (98,1%), concentrados no sector dos serviços.

Tabela 64. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo o sector de actividade em Espanha, 1995

	Total N	Sector agrário N %		Sectores não agrários									
				Total		Indústria		Construção		Serviços		Não classificados	
				N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Trabalhadores chineses	6.203	2	0,0	6.201	100,0	89	1,4	5	0,1	6.083	98,1	24	0,4
Total trabalhadores extra-comunitários	139.038	986	0,7	119.267	85,8	10.320	7,4	12.822	9,2	89.245	64,2	6.880	4,9
Europa	7.004	393	5,6	6.801	97,1	707	10,1	1.355	19,3	4.492	64,1	247	3,5
África	65.223	13	0,0	46.235	70,9	6.019	9,2	9.336	14,3	25.097	38,5	5.783	8,9
América do Norte	2.447	18	0,7	2.429	99,3	395	16,1	32	1,3	1.947	79,6	55	2,2
América Central e do Sul	43.499	378	0,9	43.121	99,1	2.349	5,4	1.884	4,3	38.346	88,2	542	1,2
Ásia	20.613	177	0,9	20.436	99,1	830	4,0	200	1,0	19.161	93,0	245	1,2
Oceânia	121	2	1,7	119	98,3	13	10,7	2	1,7	101	83,5	3	2,5

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Gráfico 14. Trabalhadores chineses segundo sector de actividade em Espanha, 1995



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo a dependência laboral

Na segunda metade da década de 1990, a grande maioria dos trabalhadores extra-comunitários encontrava-se a trabalhar por conta de outrem. Esta foi uma tendência crescente entre 1995 e 1999, ficando nos 90,8%. Por continente de origem, verifica-se que de, um modo geral, todas as origens acompanharam a mesma tendência. Por sua vez, os trabalhadores chineses, embora partilhassem a mesma tendência, tinham uma percentagem de trabalhadores por conta própria muito superior quando comparado com os outros trabalhadores extra-comunitários, sendo que estes correspondiam a cerca de 2/5 do total de trabalhadores chineses ao serviço, com excepção para o ano 1998

em que o número de trabalhadores por conta de outrem aumentou cerca de oito pontos percentuais.

Tabela 65. Trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários segundo a dependência laboral em Espanha, 1995-1999

	Total trabalhadores					Trabalhadores por conta de outrem					Trabalhadores por conta própria				
	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999	1995	1996	1997	1998	1999
Trabalhadores chineses	6.203	8.205	9.252	11.933	12.394	58,6	61,8	63,5	71,4	63,3	41,4	38,2	36,5	28,6	36,7
Total trabalhadores extra-comunitários	139.038	166.490	178.747	197.074	199.753	86,3	87,2	87,9	89,6	90,8	13,7	12,8	12,1	10,4	9,2
Europa	7.004	8.392	9.785	11.606	12.644	89,1	87,6	88,3	90,6	91,6	10,9	12,4	11,7	9,4	8,4
África	65.223	78.383	86.876	95.719	100.768	87,4	88,5	89,2	90,4	91,6	12,6	11,5	10,8	9,6	8,4
América do Norte	2.447	2.423	2.464	2.348	2.180	79,5	77,4	78,5	79,4	81,1	20,5	22,6	21,5	20,6	18,9
América Central e do Sul	43.499	52.369	53.082	57.886	55.681	90,2	91,1	91,9	93,8	94,8	9,8	8,9	8,1	6,2	5,2
Ásia	20.613	24.640	26.202	29.191	28.177	74,8	75,8	76,4	79,6	80,5	25,2	24,2	23,6	20,4	19,5
Oceânia	121	121	137	137	120	65,3	66,9	67,9	70,8	75,8	34,7	33,1	32,1	29,2	24,2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Tabela 66. Taxa de crescimento dos trabalhadores chineses/trabalhadores extra-comunitários por conta própria em Espanha, 1995-1999

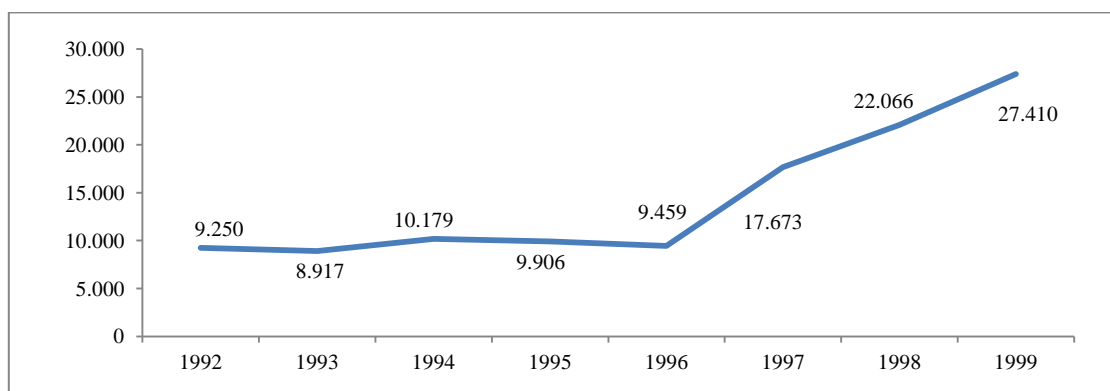
	Trabalhadores por conta própria	Crescimento 1995-1999 (%)
Trabalhadores chineses		76,8
Total trabalhadores extra-comunitários		264,6
Europa		540,7
África		112,1
América do Norte		71,5
América Central e do Sul		731,0
Ásia		105,7
Oceânia		-4,8

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

- Estudantes⁹

O número de estudantes estrangeiros que procurou Espanha durante a década de 1990 teve um aumento mais acentuado a partir de 1997 pela razão de a representação dos estudantes de países comunitários ser praticamente inexistente, optou-se por tratar somente os estudantes nacionais de países terceiros.

Gráfico 15. Evolução do número de estudantes estrangeiros em Espanha, 1992-1999



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Quanto às origens dos estudantes estrangeiros, por razões óbvias, mais de metade dos estudantes eram provenientes de países latino-americanos, mas também do norte de África (sobretudo de Marrocos) e da Ásia. Do grupo dos asiáticos, os chineses não eram de todo os mais representativos mas sim os filipinos e japoneses, apesar de o crescimento que se começou a verificar a partir de 1997, acompanhando assim o aumento geral da presença de imigrantes chineses em Espanha.

⁹ Consideram-se estudantes os estrangeiros cuja chegada a Espanha tem por objectivo a realização de estudos, ou a realização de trabalhos de investigação, ou a formação em centros públicos/privados reconhecidos oficialmente e aos quais foi concedida uma *Autorización de Estancia por Estudios*. A legislação aplicável aos estrangeiros com este tipo de autorização é a Lei Orgânica 4/2000, de 11 de Janeiro, sobre direitos e liberdades dos estrangeiros em Espanha.

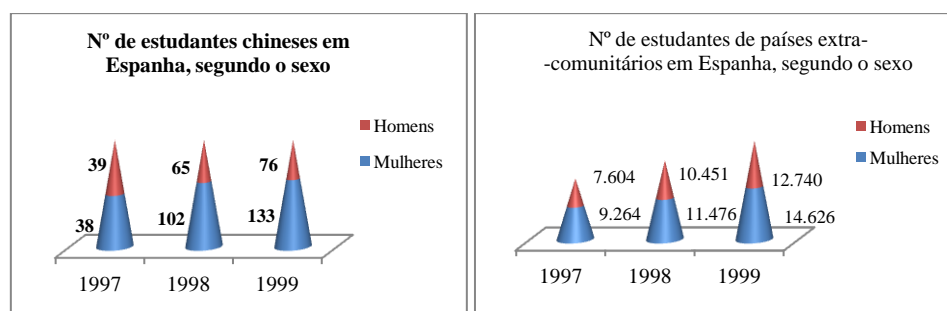
Tabela 67. Estudantes chineses/estudantes estrangeiros segundo o continente de origem em Espanha, 1992-1999

	Ano							
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Estudantes chineses					50	78	167	209
Total estudantes estrangeiros	9.250	8.917	10.179	9.906	9.479	17.673	22.076	27.413
Estudantes comunitários					20	24	10	3
Estudantes extra-comunitários	9.250	8.917	10.179	9.906	9.459	17.649	22.066	27.410
Europa	538	2.014	240	223	256	838	1.093	1.497
América	5.518	5.297	6.070	6.811	6.753	10.908	13.331	17.478
América Latina					4.162	862	8.842	12.265
África	1.931	997	2.333	1.640	1.409	3.873	5.163	5.709
Norte de África					815	2.747	3.742	4.076
Ásia	1.235	587	1.196	1.182	1.009	1.978	2.418	2.640
Oceânia	13	15	12	31	21	43	40	75
Apátridas e desconhecidos	15	7	328	19	11	9	21	11

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Ao contrário do que acontece com o total de extra-comunitários e de chineses quando se trata de residentes, no caso dos estudantes, há mais mulheres que homens em ambos os casos. No caso concreto dos estudantes chineses, essa diferença foi-se acentuando ainda mais nos dois últimos anos da década de 1990.

Gráficos 16 e 17. Número de estudantes chineses/estudantes extra-comunitários segundo o sexo em Espanha, 1997-1999



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Quanto às idades, a faixa etária que mais teve permissão legal para estudar em Espanha, tanto no total dos estudantes extra-comunitários como nos estudantes chineses em particular foi a mesma: dos 25 aos 44 anos, seguida da faixa etária dos 19 aos 24 anos.

Tabela 68. Estudantes chineses/estudantes extra-comunitários segundo a idade em Espanha, 1997-1999

Faixa Etária	Estudantes chineses			Estudantes extra-comunitários		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
0-2 anos	1	0	1	203	251	326
3-5 anos		0	0	228	261	385
6-15 anos	1	3	9	755	1.024	1.271
16-18 anos	3	3	1	781	1.422	1.438
19-24 anos	9	40	50	6.642	8.373	10.426
25-44 anos	59	112	143	8.602	10.214	12.878
45-64 anos	5	8	4	445	473	636
65 e mais anos		1	1	17	48	47
Total	78	167	209	17.673	22.066	27.407

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración* de Espanha (elaboração da autora)

A terceira fase da imigração em Espanha: a partir da 1ª década do século XXI

Os dados estatísticos referentes à presença de estrangeiros em Espanha na década de 2000 permitem fazer uma análise relativa a: residentes (segundo origem, sexo, idade, localização geográfica, regime de residência, concessão de nacionalidade espanhola, tipo de autorização), trabalhadores (segundo origem, sexo, idade, nível de estudos, sector de actividade, grupo de ocupação, tempo do trabalho, modalidade e duração do contrato, dimensão da empresa, dependência laboral, requerentes de emprego), estudantes (segundo origem, sexo, idade, localização geográfica) e concessão de vistos.

- Residentes

No final do ano 2000, a população residente estrangeira em Espanha alcançava o total de 895.720 pessoas, tendo tido um crescimento de 11,8% face ao último ano do século XX. Em conformidade, a taxa de residentes estrangeiros por cada mil residentes em Espanha também aumentou, ficando situada nos 22,3%.

Ao longo da década de 2000, o crescimento acentuado de estrangeiros ocorrido nos dois últimos anos da década anterior continuou de forma mais acentuada, com maior incidência nos anos 2005 e 2008.

A origem dos residentes

Em relação aos continentes de origem dos residentes extra-comunitários com maior aumento de volume na viragem do século XX para o século XXI, o continente africano continuou a ser o que registou um crescimento maior, com cerca de 23% (48.373 indivíduos), cuja nacionalidade mais representativa foi, sem dúvida, a marroquina com 76,4% do total de imigrantes africanos e que cresceu 23,4% entre 1999 e 2000.

Não obstante, o continente americano também teve um crescimento considerável de quase 20% (33.255 indivíduos), provocado pelo aumento do número de cidadãos equatorianos (139%) e colombianos (81%).

A Ásia, continente que ficou na terceira posição, cresceu 7% (4.675 indivíduos) face ao ano de 1999. A China continuou a ser a principal responsável desse crescimento, representando 86% da imigração asiática, tendo o grupo de residentes chineses aumentado 16,2% (4.017 indivíduos) na viragem de século.

A Europa, pelo contrário, teve uma descida, registando um crescimento de apenas 2,2%, correspondendo a uma variação absoluta de 7.881 indivíduos.

Do ano 1999 para o ano 2000, os residentes comunitários foram os responsáveis pelo crescimento do número total de estrangeiros, com 68,8% de crescimento, ao passo que os extra-comunitários chegaram mesmo a diminuir (-7,7%).

Ao longo da década de 2000, a evolução dos residentes comunitários foi mais constante, com excepção dos anos 2004-2005 e 2007-2008, em que houve dois aumentos muito acentuados. O crescimento dos residentes extra-comunitários, apesar de sempre positivo, foi muito inconstante, fruto dos processos extraordinários de legalização realizados nos anos 2000, 2001 e 2005.

Entre os anos 2000 e 2008, o total dos residentes estrangeiros cresceu 399,4%, os residentes comunitários 419% e os residentes extra-comunitários 387%.

Tabela 69. Residentes estrangeiros em Espanha, 1999-2008

	Total residentes estrangeiros	Crescimento (%)	Residentes comunitários			Residentes extra-comunitários			Apátridas e não consta		
			N	%	Crescimento (%)	N	%	Crescimento (%)	N	%	Crescimento (%)
1999	801.329		328.813	41,0		471.817	58,9		699	0,1	
2000	895.720	11,8	345.722	38,6	68,8	549.998	61,4	-7,7	1.017	0,1	45,5
2001	1.109.060	23,8	389.879	35,2	12,8	719.181	64,8	30,8	1.095	0,1	7,7
2002	1.324.001	19,4	438.729	33,1	12,5	885.272	66,9	23,1	1.019	0,1	-6,9
2003	1.647.011	24,4	517.313	31,4	17,9	1.129.698	68,6	27,6	1.028	0,1	0,9
2004	1.977.291	20,1	614.491	31,1	18,8	1.362.800	68,9	20,6	1.049	0,1	2,0
2005	2.738.932	38,5	817.747	29,9	33,1	1.921.185	70,1	41,0	1.101	0,0	5,0
2006	3.021.808	10,3	932.503	30,9	14,0	2.089.305	69,1	8,8	1.147	0,0	4,2
2007	3.979.014	31,7	1.546.309	38,9	65,8	2.432.705	61,1	16,4	1.130	0,0	-1,5
2008	4.473.499	12,4	1.794.229	40,1	16,0	2.679.270	59,9	10,1	7.588	0,2	571,5

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Quanto à representatividade dos residentes comunitários e dos residentes extra-comunitários dentro do grupo do total dos residentes estrangeiros, embora na década de 2000 continuassem a existir mais residentes extra-comunitários do que comunitários, houve um aumento do grupo dos comunitários no ano 2000 e nos anos 2007-2008, resultado da entrada na União Europeia da Polónia, Roménia e Bulgária na UE, respectivamente.

Durante a década de 2000, dos continentes de origem dos residentes extra-comunitários, a Europa foi o continente que teve o maior crescimento (759,9%), seguida da América Latina com 621,2%. Depois, já com alguma distância, estão a Ásia e África, com crescimentos de 272,9% e 252,9%, respectivamente. Para o crescimento da Ásia, a China foi a principal responsável, com um crescimento de 382,9%.

Os anos em que se registaram maiores crescimentos foram, para o grupo dos países extra-comunitários, entre 2000 e 2005 e também 2007, sendo que o ano em que se registou o maior crescimento foi 2005, com 41%. Por continente também, com excepção da América Latina que foi em 2001 que se registou o crescimento maior (53,4%) e a América do Norte em 2007 (6,3%).

Tabela 70. Residentes extra-comunitários segundo o continente de origem em Espanha, 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Residentes chineses	28.710	36.161	45.837	56.119	71.928	85.745	99.526	119.859	138.558
Residentes extra-comunitários	549.998	719.181	885.272	1.129.698	1.362.800	1.921.185	2.089.305	2.432.705	2.679.270
Europa	15.302	23.738	32.722	43.915	54.333	89.815	97.322	116.066	130.374
África	261.385	304.149	366.518	432.662	498.507	649.251	709.174	841.211	922.635
América Latina	184.944	283.778	364.569	514.485	649.122	986.178	1.064.916	1.215.351	1.333.886
América do Norte	15.020	15.020	15.774	16.163	16.964	17.052	18.109	19.256	20.272
Ásia	72.445	91.552	104.665	121.455	142.762	177.423	197.965	238.770	270.210
Oceânia	902	944	1.024	1.018	1.112	1.466	1.819	2.051	1.839

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em termos de valores absolutos, o conjunto dos residentes provenientes de países terceiros passou de 549.998 em 2000 para 2.679.270 em 2008, registando-se uma exponencial variação absoluta de 2.129.272 indivíduos. Não obstante o contributo de todos os continentes de origem, a América Latina foi responsável por metade desse valor. África também passou a ter cerca de 1 milhão de residentes em Espanha.

No caso particular dos residentes chineses, o seu número foi multiplicado por cinco entre 2000 e 2008 (de 28.710 para 138.558), equiparando-se a Espanha a outros países europeus, como o Reino Unido, a França, a Alemanha, destinos tradicionais dos emigrantes chineses, e a Itália que em 2007 contava com 137.912 residentes chineses.

Tabela 71. Variação absoluta dos residentes chineses e extra-comunitários em Espanha, 2000-2008

	2000	2008	variação absoluta
Residentes chineses	28.710	138.558	109.848
Residentes extra-comunitários	549.998	2.679.270	2.129.272
Europa	15.302	130.374	115.072
África	261.385	922.635	661.250
América Latina	184.944	1.333.886	1.148.942
América do Norte	15.020	20.272	5.252
Ásia	72.445	270.210	197.765

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

No que respeita à evolução da representatividade dos continentes no grupo dos residentes extra-comunitários ao longo da década de 2000, há que referir algumas alterações. Entre 2000 e 2002, os africanos foram os mais representativos (47,7%), seguidos dos latino-americanos (33,7%). Porém, a diferença entre eles foi-se reduzindo e em 2003, mudam de posições, passando os latino-americanos a ser a origem mais representativa, situação que se prolongou até 2008. Quanto aos asiáticos, mantiveram sempre a terceira posição, com uma representatividade que oscilou entre os 13,2% e os 9,2%, chegando ao ano 2008 com o valor de 10,1%. No caso concreto dos residentes chineses, a sua representatividade, ao longo da década de 2000 rondou os 5%.

Tabela 72. Representatividade dos continentes de origem dos residentes chineses/ residentes extra-comunitários em Espanha (2000-2008)

	2000		2001		2002		2003		2004	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Residentes chineses	28.710	5,2	36.161	5,0	45.837	5,2	56.119	5,0	71.928	5,3
Residentes extra-comunitários	549.998	100,0	719.181	100,0	885.272	100,0	1.129.698	100,0	1.362.800	100,0
Europa	15.302	2,8	23.738	3,3	32.722	3,7	43.915	3,9	54.333	4,0
África	261.385	47,5	304.149	42,3	366.518	41,4	432.662	38,3	498.507	36,6
América Latina	184.944	33,6	283.778	39,5	364.569	41,2	514.485	45,5	649.122	47,6
América do Norte	15.020	2,7	15.020	2,1	15.774	1,8	16.163	1,4	16.964	1,2
Ásia	72.445	13,2	91.552	12,7	104.665	11,8	121.455	10,8	142.762	10,5
Oceânia	902	0,2	944	0,1	1.024	0,1	1.018	0,1	1.112	0,1
	2005		2006		2007		2008			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Residentes chineses	85.745	4,5	99.526	4,8	119.859	4,9	138.558	5,2		
Residentes extra-comunitários	1.921.185	100,0	2.089.305	100,0	2.432.705	100,0	2.679.270	100,0		
Europa	89.815	4,7	97.322	4,7	116.066	4,8	130.374	4,9		
África	649.251	33,8	709.174	33,9	841.211	34,6	922.635	34,4		
América Latina	986.178	51,3	1.064.916	51,0	1.215.351	50,0	1.333.886	49,8		
América do Norte	17.052	0,9	18.109	0,9	19.256	0,8	20.272	0,8		
Ásia	177.423	9,2	197.965	9,5	238.770	9,8	270.210	10,1		
Oceânia	1.466	0,1	1.819	0,1	2.051	0,1	1.839	0,1		

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

O crescimento do número de residentes chineses acompanhou o crescimento tanto dos estrangeiros em geral como dos extra-comunitários, com maior incidência em 2001-2004 e 2007.

Tabela 73. Evolução do número de residentes chineses em Espanha, 1999- 2008

	Residentes chineses (N)	Crescimento (%)
1999	24.693	
2000	28.710	16,3
2001	36.161	26,0
2002	45.837	26,8
2003	56.119	22,4
2004	71.928	28,2
2005	85.745	19,2
2006	99.526	16,1
2007	119.859	20,4
2008	138.558	15,6

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Durante a primeira metade da década de 2000 surgiu um novo fluxo migratório de migrantes chineses proveniente directamente das grandes cidades da região noroeste da China – Heilongjiang, Liaoning e Jilin –, fruto da reconversão das empresas estatais levada a cabo pelo governo chinês. É composto por cidadãos com habilitações médias e superiores, sobretudo directores e técnicos de empresas que viram na emigração a oportunidade de fugirem da situação de desemprego e de falta de oportunidades na China. Este novo fluxo veio atribuir novas características à imigração chinesa em Espanha e alargar o seu leque de regiões de origem.

Desta forma, temos a seguinte nova composição da imigração chinesa em Espanha. A grande maioria dos residentes chineses em Espanha continua a ser proveniente da província de Zhejiang mas também de Fujian (se bem que em muito menor representatividade), regiões chinesas estas de tradição emigratória. Esta é uma emigração rural com nível educativo básico primário e secundário mas também de analfabetos. Para além destes fluxos rurais provenientes do Sudeste, há outros de população urbana proveniente sobretudo de cidades como Beijing, Tianjin, Guangdong, Hong Kong, Jiansu, Sichuan, Anhui. A acrescentar a estes, se bem que numericamente pouco representativo, surgiu então o fluxo proveniente do Noroeste, região que foi nos anos 1950 a principal região de indústria pesada chinesa. Esta emigração chinesa é muitas vezes associada a redes de tráfico de pessoas.

Residentes segundo o sexo

Em continuidade com o que aconteceu na década anterior, o número de residentes estrangeiros do sexo masculino continua a ser superior ao número de mulheres. A diferença não é grande quando se refere ao universo dos estrangeiros mas é maior se se trata do grupo dos residentes extra-comunitários.

Tabela 74. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ambos os sexos (N)									
Residentes chineses	35.922	45.692	56.024	71.883	85.730	99.522	119.856	138.495	35.922
Total residentes estrangeiros	1.100.861	1.318.648	1.643.484	1.975.087	2.737.817	3.021.194	3.978.582	4.466.968	1.100.861
Residentes comunitários	385.887	436.027	515.503	613.275	817.144	932.271	1.546.200	1.793.773	385.887
Residentes extra-comunitários	714.028	881.791	1.127.147	1.360.939	1.919.745	2.087.963	2.431.398	2.669.930	714.028
Europa	22.568	31.659	42.858	53.265	88.705	96.172	114.935	122.798	22.568
África	302.063	365.190	431.762	498.029	649.050	709.038	841.082	921.502	302.063
América Latina	282.538	363.855	514.118	648.931	986.101	1.064.881	1.215.323	1.333.572	282.538
América do Norte	14.892	15.707	16.120	16.936	17.035	18.103	19.251	20.223	14.892
Ásia	91.033	104.362	121.276	142.667	177.389	197.951	238.757	270.003	91.033
Oceânia	934	1.018	1.013	1.111	1.465	1.818	2.050	1.832	934
Homens (%)									
Residentes chineses	56,1	55,9	56,1	55,8	54,9	55,5	55,2	54,4	54,0
Total residentes estrangeiros	53,9	55,0	55,2	55,0	54,1	54,3	54,2	54,3	53,9
Residentes comunitários	51,7	52,7	53,1	53,6	53,7	54,0	54,2	54,8	54,5
Residentes extra-comunitários	55,3	56,3	56,2	55,6	54,2	54,5	54,1	54,0	53,5
Europa	47,1	48,6	49,9	48,1	46,5	45,1	44,7	44,8	44,0
África	68,5	69,2	68,7	67,5	65,5	67,6	66,5	65,1	63,9
América Latina	37,5	42,3	43,4	45,5	45,4	45,7	45,8	46,4	46,3
América do Norte	51,1	50,7	51,6	51,7	51,2	50,7	51,0	50,9	50,6
Ásia	55,9	59,9	59,6	59,5	57,9	60,5	59,8	58,9	57,8
Oceânia	50,8	53,1	53,3	53,1	53,6	55,0	56,1	56,3	55,2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Quanto à evolução da população estrangeira em Espanha segundo o sexo, esta não foi igualmente idêntica para homens e mulheres.

Relativamente aos homens, o número e evolução de residentes comunitários e de africanos masculinos foi muito semelhante até 2006, para depois se afastar

significativamente em 2007 devido ao grande aumento do número de residentes comunitários masculinos. Por seu lado, os residentes latino-americanos do sexo masculino também começaram a aumentar e desde 2005 passaram a superar o número de africanos.

As mulheres apresentam uma situação distinta. As residentes latino-americanas ocuparam a primeira posição desde o ano 2002 até 2006, tendo passado para segundo lugar em 2007, muito próximas das mulheres residentes comunitárias.

Tanto no conjunto dos residentes estrangeiros, como no grupo dos residentes comunitários, extra-comunitários e dos residentes chineses, o crescimento das mulheres foi superior ao dos homens.

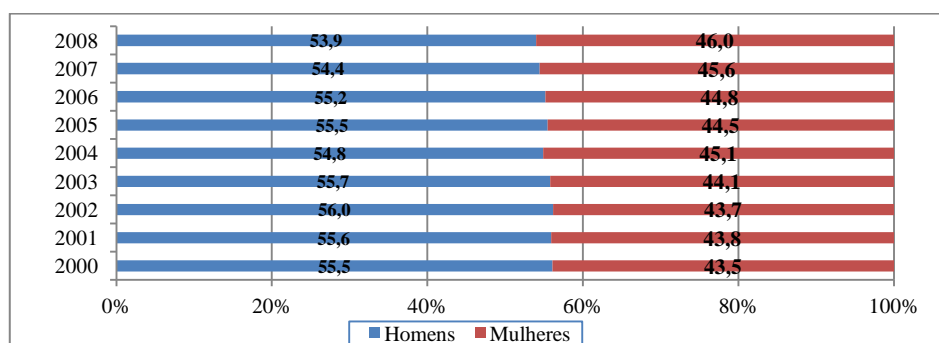
Tabela 75. Taxa de crescimento do número de residentes chineses/residentes estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 2000-2008

	Residentes Chineses	Total residentes estrangeiros	Residentes comunitários	Residentes extra-comunitários
Ambos os sexos	382,6	399,4	419,0	391,3
Homens	368,7	404,6	456,6	374,6
Mulheres	410,6	405,4	395,7	412,0

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

No início da década, os homens chineses representavam 55,5% do total de residentes chineses em Espanha, mas ao longo da década esta distância foi sendo encurtada, chegando-se ao ano 2008 com as mulheres a representarem 46,0%.

Gráfico 18. Residentes chineses segundo o sexo em Espanha, 2000-2008 (%)



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Residentes segundo a idade

Na distribuição do universo dos residentes estrangeiros em termos de idade durante a primeira década do século XXI, a maioria encontra-se entre os 16 e os 64 anos, passando-se o mesmo com o grupo dos residentes de países comunitários, o grupo dos residentes de países terceiros e também em relação ao grupo dos residentes chineses.

A faixa etária dos 65 e mais anos do universo dos residentes estrangeiros que já na década anterior reflectia a discrepância existente entre o grupo dos residentes comunitários e o grupo dos residentes de países extra-comunitários, na década de 2000 continuou sem alterações. No caso particular dos residentes chineses, a faixa etária dos 65 e mais anos continuou a ter uma representação muito insignificante, não excedendo os 2% do total dos residentes chineses.

Tabela 76. Residentes chineses/residentes estrangeiros segundo a idade em Espanha, 2000-2008 (%)

Faixa etária	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Residentes chineses									
0-15 anos	14,3	13,3	14,0	15,7	17,9	16,9	18,2	19,9	21,1
16-64 anos	83,7	84,8	84,2	82,4	80,3	81,3	80,1	78,4	77,2
65 e mais anos	2,0	1,9	1,8	1,9	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total residentes estrangeiros									
0-15 anos	11,4	10,4	11,2	12,2	13,6	11,4	12,5	12,7	13,1
16-64 anos	81,1	83,0	82,6	82,2	81,0	84,2	82,8	83,3	83,0
65 e mais anos	7,5	6,5	6,1	5,6	5,4	4,4	4,6	4,0	3,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Residentes comunitários									
0-15 anos	6,2	6,2	6,4	6,5	6,4	6,1	6,0	7,2	7,8
16-64 anos	77,8	77,7	77,2	77,1	77,6	78,0	78,2	85,2	85,1
65 e mais anos	16,0	16,1	16,4	16,4	16,0	15,8	15,8	7,7	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Residentes extra-comunitários									
0-15 anos	14,1	12,1	13,1	14,1	16,0	12,8	14,4	16,1	16,7
16-64 anos	82,8	85,3	84,6	83,8	82,1	85,8	84,1	82,2	81,5
65 e mais anos	3,1	2,6	2,3	2,1	1,8	1,4	1,5	1,7	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

No que respeita ao peso relativo dos mais jovens (0-15 anos), ao longo da década de 2000 este aumentou em todos os grupos, com maior incidência no caso dos residentes chineses que aumentou de 14% em 2000 para 21% em 2008.

Assim, de um modo geral, verifica-se um ligeiro aumento do peso dos residentes estrangeiros da faixa etária 0-15 anos e um decréscimo dos mais velhos, o que tem contribuído para o rejuvenescimento da população residente em Espanha, com a chegada de pessoas mais jovens e com o nascimento em Espanha de filhos de estrangeiros. No grupo dos residentes extra-comunitários, os provenientes de África e da Ásia são os que mais contribuem para esta situação. Como se pode verificar através dos dados relativos ao lugar de nascimento, tem sido crescente o número de filhos de chineses a nascer em Espanha.

Tabela 77. Residentes chineses segundo o local de nascimento em Espanha, 2005-2008

	Total N	Local de nascimento								
		Espanha		País da sua nacionalidade		Outro país do seu continente		Outro continente		Não consta N
		N	%	N	%	N	%	N	%	
2005	85.745	8.371	9,8	76.993	89,8	138	0,2	240	0,3	3
2006	99.526	11.075	11,1	87.952	88,4	206	0,2	290	0,3	3
2007	119.859	14.860	12,4	104.465	87,2	174	0,1	358	0,3	2
2008	138.558	19.009	13,7	118.942	85,8	191	0,1	414	0,3	2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

A localização geográfica dos residentes

Quanto à distribuição dos residentes estrangeiros em Espanha na década de 2000, verifica-se que a tendência de maior dispersão que já tinha tido lugar na década anterior continuou mas de forma mais acentuada. Embora as comunidades autónomas mais representativas na década de 1990 sejam as mesmas no início da década de 2000, ao longo da década os residentes estrangeiros começaram a instalar-se mais na Múrcia, provocando uma alteração no conjunto das comunidades autónomas com mais residentes estrangeiros.

Tabela 78. As cinco Comunidades Autónomas espanholas com maior incidência de residentes estrangeiros em Espanha, nos anos 2000 e 2008

Total de residentes estrangeiros				Residentes comunitários				Residentes extra-comunitários			
2000	%	2008	%	2000	%	2008	%	2000	%	2008	%
Catalunha	24,0	Catalunha	27,0	Andaluzia	18,0	C. Valenciana	17,0	Catalunha	28,7	Catalunha	27,0
Madrid	18,2	Madrid	19,1	Canárias	16,6	Andaluzia	15,9	Madrid	21,4	Madrid	19,1
Andaluzia	14,8	C. Valenciana	10,2	Extremadura	10,6	Catalunha	13,9	Andaluzia	13,1	C. Valenciana	10,2
C. Valenciana	9,7	Andaluzia	10,0	Baleares	10,6	Canárias	5,7	C. Valenciana	7,5	Andaluzia	10,0
Canárias	8,7	Múrcia	5,6	C. Valenciana	10,0	C. La Mancha	5,5	Canárias	6,1	Múrcia	5,6
Baleares	5,1	Canárias	4,5	Cantábria	6,4	Castilha-Leão	4,9	Múrcia	3,2	Canárias	4,5
Total	80,5	Total	76,4	Total	69,2	Total	62,9	Total	80,0	Total	76,4

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Para além disso, houve diferenças significativas quanto à concentração dos residentes comunitários mas também dos residentes extra-comunitários, passando cada um dos grupos a ter maior presença em diferentes comunidades autónomas. No grupo das comunidades autónomas com maior concentração de residentes comunitários passaram a estar presentes Castela-La Mancha e Castela-Leão, sendo que as Canárias e as Baleares, destinos tradicionais dos residentes comunitários, deixaram de o ser. Até então, uma grande parte dos fluxos migratórios provenientes de países da UE estava relacionada com o lazer (como já tivemos ocasião de abordar anteriormente) e daí a forte concentração em zonas mais turísticas. Depois, com os alargamentos da UE aos países da Europa Centro-Oriental durante a década de 2000, deu-se uma alteração na composição do grupo de residentes comunitários, contando com cada vez mais migrantes económicos, o que acabou por contribuir para uma maior dispersão por todo o país e criando novas concentrações em comunidades autónomas com maior actividade económica.

As comunidades autónomas onde o número de residentes estrangeiros mais cresceu na década de 2000 são: Catalunha, Madrid, Comunidade Valenciana e Andaluzia e as quatro comunidades com mais crescimentos absolutos são Madrid, Barcelona, Alicante e Valência. Sem dúvida, em termos relativos, a comunidade onde o número de residentes estrangeiros mais aumentou foi Castela-La Mancha, seguida de Aragão, La Rioja e Murcia.

Quanto à localização dos residentes chineses em particular, não há diferenças relativamente à concentração nas cinco principais comunidades autónomas que já existia na década de 1990, sendo elas: Catalunha, Madrid, C. Valenciana, Andaluzia

e Canárias. Porém, houve uma maior dispersão por todas as comunidades autónomas, correspondendo a uma menor concentração nas principais comunidades autónomas.

Tabela 79. Distribuição geográfica dos residentes chineses segundo a Comunidade Autónoma em Espanha, 2000-2008 (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Andaluzia	10,1	8,8	9,3	8,9	8,2	8,2	8,8	9,1	9,1
Aragão	2,3	2,0	2,2	2,0	2,6	2,9	3,1	3,1	3,6
Astúrias	0,6	0,5	0,5	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,7
Baleares	1,9	1,4	2,3	2,9	3,0	3,3	3,2	3,3	3,3
Canárias	6,3	6,1	5,8	6,5	5,9	6,3	5,9	5,8	5,4
Cantábria	0,6	0,5	0,6	0,8	0,9	0,6	0,6	0,5	0,5
Castela-La Mancha	1,4	1,2	1,1	1,1	1,4	1,6	2,0	2,1	2,2
Castela-Leão	2,5	2,8	3,0	2,1	2,6	2,4	2,5	2,4	2,3
Catalunha	29,8	33,0	32,5	31,5	31,9	30,5	29,5	32,0	31,3
Com. Valenciana	12,7	8,6	10,2	9,7	9,8	10,2	10,4	9,9	9,2
Estremadura	1,3	1,0	0,9	0,9	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6
Galiza	1,6	1,3	1,2	1,2	1,1	1,2	1,3	1,4	1,4
Madrid	23,5	28,6	25,3	27,7	26,5	25,8	25,8	23,6	24,8
Múrcia	1,6	1,4	1,8	1,5	1,8	1,7	1,9	1,9	1,9
Navarra	0,7	0,3	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4
País Basco	2,6	2,0	2,2	2,0	2,2	2,6	2,6	2,5	2,6
La Rioja	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Ceuta	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Melilla	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não consta	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

As províncias com um crescimento relativo mais acentuado de residentes chineses são Albacate, Cuenca e Ávila e Ciudad Real. Em Tenerife, Ourense e Cáceres, o crescimento, apesar de mais moderado, duplicou.

Na primeira metade da década de 2000 houve uma tendência para maior concentração nos dois principais centros urbanos. A partir de 2005 começou a decrescer, chegando-se ao ano 2008 com 50,5% dos residentes chineses localizados em Madrid e Barcelona. Houve assim uma maior dispersão pelas restantes províncias. Para além de Madrid e Barcelona, as províncias mais escolhidas pelos residentes chineses foram Alicante, Valência, Las Palmas, Málaga e Baleares. A diferença com a década de 1999 incide nas duas últimas províncias que antes eram Tenerife e Saragoça.

Tabela 80. As cinco províncias com maior incidência de residentes chineses em Espanha, nos anos 2000 e 2008

2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	2008	%
Barcelona	25,8	Barcelona	29,1	Barcelona	27,9	Madrid	27,7	Madrid	26,5	Madrid	25,8	Madrid	25,8	Barcelona	26,2	Barcelona	25,7
Madrid	23,5	Madrid	28,6	Madrid	25,3	Barcelona	27,1	Barcelona	26,3	Barcelona	25,1	Barcelona	24,4	Madrid	23,6	Madrid	24,8
Alicante	5,9	Alicante	4,2	Alicante	4,7	Valência	4,6	Valência	4,5	Valência	4,7	Alicante	4,9	Valência	4,6	Valência	4,2
Valência	5,8	Palmas	4,1	Valência	4,7	Alicante	4,3	Alicante	4,3	Alicante	4,7	Valência	4,6	Alicante	4,3	Alicante	4,1
Las Palmas	3,9	Valência	3,5	Málaga	3,8	Palmas	4,1	Palmas	3,8	Palmas	4,1	Palmas	3,6	Málaga	3,8	Málaga	3,4
Málaga	3,4	Málaga	3,0	Palmas	3,4	Málaga	3,4	Málaga	3,3	Baleares	3,3	Baleares	3,5	Palmas	3,5	Baleares	3,2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Residentes segundo o regime de residência

Estando o regime de residência correlacionado com a nacionalidade do estrangeiro, para a maioria dos continentes de origem, o Regime Geral é a regra. Deste modo, a percentagem que representa este regime entre os nacionais da América Latina, África, Europa e Ásia continua a ser sempre superior a 80%. Para o caso da América do Norte e da Oceânia, onde predomina o Regime Geral, essa percentagem está muito próxima do Regime Comunitário, indicando assim que quase metade dos nacionais, destes continentes, residentes em Espanha corresponde a familiares de espanhóis e/ou de outros cidadãos da União Europeia.

No grupo dos residentes dos países comunitários, apesar de formalmente todos os cidadãos pertencerem ao Regime Comunitário, na estatística existe uma percentagem de estrangeiros no Regime Geral em 2007 que se trata de romenos e búlgaros. Isto deve-se à circunstância de, à data da adesão destes países à União Europeia, haver um número de nacionais com cartão de residência de Regime Geral, e que, à data da conclusão da estatística não tinham solicitado ou não se lhes tinha expedido o seu correspondente certificado de registo do Regime Comunitário.

O aumento de residentes estrangeiros em 2007, que alcança 31,7%, foi muito maior para o regime comunitário devido principalmente à incorporação da Roménia e da Bulgária na UE em 1 de Janeiro de 2007. Deste modo, a estes dois países se deve o incremento do Regime Comunitário e os 48% de aumento total de estrangeiros nesse ano. Por seu lado, o Regime Geral só cresceu 12,7%.

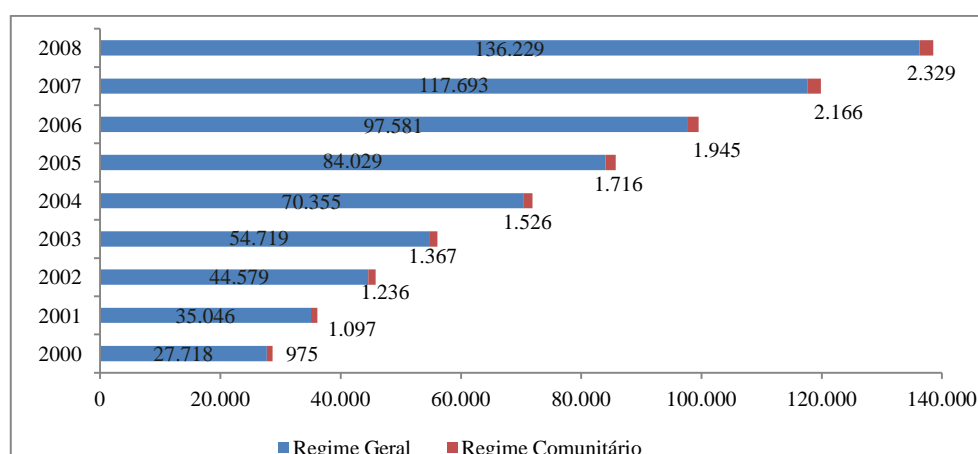
Tabela 81. Residentes estrangeiros segundo o regime de residência em Espanha, 2000-2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total residentes estrangeiros									
Total	895.720	1.109.060	1.324.001	1.647.011	1.977.291	2.738.932	3.021.808	3.979.014	4.473.499
Regime Geral	475.846	659.179	826.956	1.074.895	1.305.041	1.958.091	2.092.095	2.134.426	2.341.052
Regime Comunitário	419.874	449.881	497.045	572.116	672.250	780.841	929.713	1.844.588	2.132.447
Residentes comunitários									
Total	306.203	325.558	355.611	438.256	498.875	569.284	932.503	1.546.309	1.794.229
Regime Geral	0	47	0	20.404	17.345	15.294	262.892	0	0
Regime Comunitário	306.203	325.511	355.611	417.852	481.530	553.990	669.611	1.546.309	1.794.229
Residentes extra-comunitários									
Total	588.500	782.454	967.371	1.207.727	1.477.367	2.168.547	2.088.158	2.431.575	2.671.682
Regime Geral	475.095	658.339	826.165	1.053.699	1.286.872	1.941.917	1828277	2133493	2335450
Regime Comunitário	113.405	124.115	141.206	154.028	190.495	226.630	259.881	298.082	336.232

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Quanto aos residentes chineses em particular, a tendência de aumento do número de residentes chineses em regime geral registada na segunda metade da década de 1990 continuou ao longo da década seguinte, fruto das grandes vagas imigratórias recentes, havendo 98,3% de residentes chineses em regime geral no ano 2008.

Gráfico 19. Residentes chineses segundo o regime de residência em Espanha, 2000-2008



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Concessão de nacionalidade espanhola

Neste item é tratada a aquisição de nacionalidade espanhola por residência em Espanha, sendo a via mais comum para os estrangeiros. Para a aquisição de nacionalidade por residência é necessário ter residido em Espanha de forma legal, contínua e imediatamente anterior ao pedido durante um prazo de dez, cinco, dois ou um ano, consoante os casos.

No período entre 2001 e 2007 foi concedida a nacionalidade espanhola por residência a 364.592 estrangeiros. Passou-se de 16.743 concessões em 2001 para 84.170 em 2008, registando-se um crescimento de mais de 400%. O ano 2006 registou a maior variação absoluta (19.510) e também percentual (45,55%).

Quanto ao lugar de nascimento, a quase totalidade dos estrangeiros que obteve nacionalidade espanhola nasceu no país da sua nacionalidade de origem.

O aumento das concessões de nacionalidade neste período deve-se sobretudo aos cidadãos extra-comunitários. Dentro deste grupo, os originários de países latino-americanos são os mais numerosos (sobretudo equatorianos e colombianos), seguidos dos africanos (marroquinos), dos asiáticos (chineses) e dos europeus não-comunitários. No caso dos cidadãos comunitários, os portugueses são os mais representativos.

A concessão de nacionalidade espanhola tem sido concedida mais a homens do que a mulheres. A evolução de crescimento de ambos os sexos seguiu a mesma tendência, com uma única diferença de maior peso de homens africanos naturalizados face à maior proporção de concessões de nacionalidade a mulheres de origem latino-americana.

O maior número de concessões de nacionalidade por residência atribuído tanto aos residentes estrangeiros em geral como aos residentes chineses foi realizado nas comunidades autónomas de Madrid, Catalunha, Comunidade Valenciana, Andaluzia, e Canárias, representando as comunidades de Madrid e Catalunha cerca de 55% do total.

Quanto aos motivos do total das concessões concedidas, houve alterações entre 2004 e 2008. Para os três primeiros anos, o principal motivo de concessão de nacionalidade foi a residência de dois anos. Em 2005-2006, passou a ser a residência de dez anos.

No caso dos chineses, não houve alteração da ordem de grandeza dos distintos motivos. Assim, a residência de dez anos foi sempre o principal motivo, o nascimento em Espanha o segundo, o matrimónio com um/a espanhol/a o terceiro e a residência de dois anos a quarta, esta praticamente residual.

Tabela 82. Concessões de nacionalidade espanhola a cidadãos chineses segundo o motivo, 2004-2008

	Total	2 anos de residência	10 anos de residência	Nascidos em Espanha	Matrimónio com espanhol/a	Outro motivo	Não consta
2004	318	1	223	69	16	3	6
2005	493	2	401	48	33	2	7
2006	413	4	311	52	37	4	5
2007	347	0	228	83	33	1	2
2008	459	3	316	104	34	0	2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em relação ao total das concessões de nacionalidade espanhola a residentes estrangeiros e residentes chineses que foram realizadas entre 2004 e 2008, as duas faixas etárias mais representativas eram as 35-44 anos e 25-34 anos.

Tabela 83. Concessões de nacionalidade espanhola a cidadãos chineses, 2004-2008

	Total	0-4 anos	5-14 anos	15-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	65 e mais anos	Não consta	
2004	Cidadãos chineses	318	7	55	29	69	94	44	16	4	-
	Total concessões	38.335	1.060	1.983	2.324	11.339	13.353	5.974	1.722	571	9
2005	Cidadãos chineses	493	5	33	36	112	174	112	20	1	0
	Total concessões	42.829	934	1.995	2.589	13.362	14.669	6.653	2.021	577	29
2006	Cidadãos chineses	413	9	34	38	94	134	83	18	3	0
	Total concessões	62.339	1.191	2.868	4.135	20.316	20.921	9.537	2.590	751	30
2007	Cidadãos chineses	347	20	48	38	78	93	63	7	0	0
	Total concessões	71.810	1.450	4.134	5.637	21.560	23.602	11.243	3.225	925	34
2008	Cidadãos chineses	459	17	66	60	88	138	67	23	0	0
	Total concessões	84.170	1.971	4.918	7.463	24.852	26.861	13.056	3.900	1.081	68

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Residentes segundo o tipo de autorização

Os estrangeiros do regime geral com autorização de residência podem encontrar-se em situação de residência temporária ou de residência permanente.

O número de autorizações de residência em regime geral no final de 2002 era de 826.956, das quais 211.296 (25,5%) correspondiam a autorizações permanentes e 615.660 (74,5%) temporárias. Porém, ao longo da década de 2000 houve um aumento das autorizações permanentes que resultou do facto de os residentes estrangeiros terem optado por ficar em Espanha. Assim, no final de 2008, o número de autorizações de residência em Regime Geral era de 2.341.052, das quais 969.048 (41,4%) correspondiam a autorizações permanentes e 1.372.004 (58,6%) temporárias.

Existem diferenças entre as várias origens dos residentes extra-comunitários que estão relacionadas com o tempo de permanência em Espanha. Assim sendo, faz sentido que 23% dos residentes originários da América Latina e 32% dos europeus não-comunitários incluídos no Regime Geral dispusessem de autorizações de residência permanente. Esta proporção é de 55% entre os africanos e de 54% entre os norte-americanos. Por nacionalidade, o número maior de autorizações permanentes corresponde aos nacionais de Marrocos, com 41% do total de autorizações permanentes, seguidos dos equatorianos, dos colombianos e dos chineses com 30,9% em 2002.

Ao longo da década, o número de autorizações permanentes de residentes chineses tem vindo a aumentar de forma gradual, chegando-se a 2008 com cerca de metade dos residentes chineses com autorizações de tipo permanente em Espanha, o que sugere que grande parte destes tem optado por permanecer no país. Por outro lado, confirma-se a entrada (ou a regularização) de muitos cidadãos chineses na primeira metade da década.

Tabela 84. Residentes chineses segundo o tipo de autorização de residência em Espanha, 2002-2008 (%)

	Total (N)	Temporal: Inicial	Temporal: 1ª Renovação	Temporal: 2ª Renovação	Temporal: Outro tipo	Permanente
2002	44.579	27,10	12,4	29,3	0,3	30,9
2003	54.719	18,53	30,6	16,3	0,2	34,4
2004	70.355	23,24	24,8	14,2	0,6	37,2
2005	84.015	25,49	19,4	19,2	0,6	35,2
2006	97.581	13,38	29,9	14,4	0,3	42,1
2007	117.693	12,61	26,1	13,9	0,6	46,8
2008	136.229	12,69	17,4	20,2	1,9	47,7

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

- Trabalhadores

Os dados referentes a trabalhadores activos estrangeiros na década de 2000 têm por base o registo obrigatório de todos os contratos laborais celebrados no prazo de dez dias após a sua assinatura junto da *Oficina Pública de Empleo* (com excepção dos dados relativos a trabalhadores estrangeiros segundo a dependência laboral que têm por base os dados dos estrangeiros inscritos na Segurança Social, os únicos dados disponíveis). Contrariamente ao que sucedeu na análise dos trabalhadores activos na década de 1999 em que os dados disponíveis referiam-se a trabalhadores estrangeiros com *permiso de trabajo*, logo eram somente os nacionais de países terceiros, os dados da década de 2000 permitem a análise dos trabalhadores activos estrangeiros desagregados em comunitários e extra-comunitários.

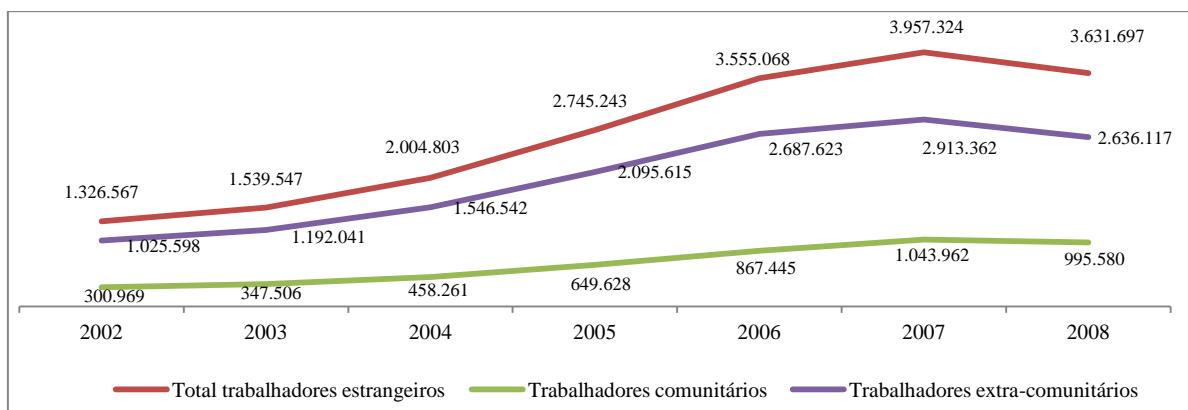
A origem dos trabalhadores

O crescimento do número de trabalhadores estrangeiros durante a década de 2000 continuou a tendência positiva que vinha a acontecer desde a década anterior mas agora de forma mais acentuada. Entre o ano 2002 e o ano 2008, foi registado um crescimento de 173,8%, passando-se de 1.326.567 para 3.631.697 trabalhadores estrangeiros. O grupo dos trabalhadores comunitários, com um crescimento de 230,8%, superou o crescimento dos trabalhadores de países terceiros que foi de 157,0%.

Quanto à representatividade dos trabalhadores comunitários e dos trabalhadores extra-comunitários no conjunto dos trabalhadores estrangeiros, esta tem sido sempre maior para os trabalhadores extra-comunitários, como acontece também no grupo dos residentes estrangeiros. Não obstante, os trabalhadores comunitários foram ganhando terreno em relação aos extra-comunitários entre 2002 e 2008, passando de 22,7% para 27,4% do total dos trabalhadores estrangeiros. A descida começou a fazer-se sentir a partir de 2006, aquando da entrada da Roménia e da Bulgária na UE e consequente passagem desses nacionais do grupo dos trabalhadores extra-comunitários para o dos comunitários.

Desta forma, o total dos trabalhadores estrangeiros reflecte os valores do grupo dos trabalhadores extra-comunitários.

Gráfico 20. Evolução dos trabalhadores estrangeiros contratados em Espanha, 2002-2008



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Dentro do grupo dos trabalhadores extra-comunitários, há grandes diferenças entre as diferentes origens. Os trabalhadores latino-americanos são os mais numerosos, seguidos dos africanos. Juntos, representam mais de 3/5 do total dos trabalhadores estrangeiros, situação que se manteve ao longo da década de 2000.

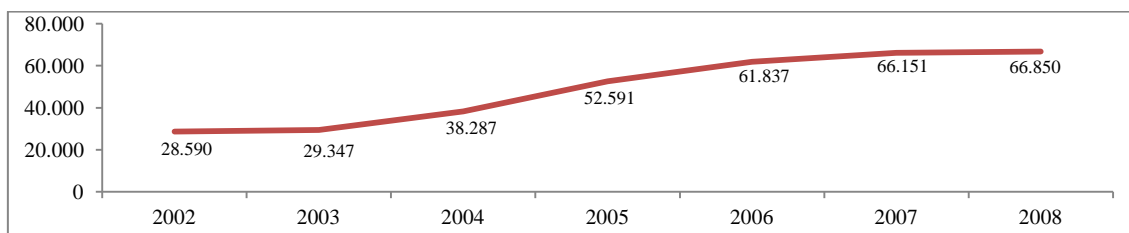
Quanto aos trabalhadores chineses em particular, estes têm vindo a representar cerca de 2% do total dos trabalhadores estrangeiros. O seu crescimento entre 2002 e 2008 foi de 133,8%, sendo que os anos 2004 e 2005 foram aqueles em que se registaram aumentos mais significativos (30,5% e 37,4% respectivamente).

Tabela 85. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros contratados em Espanha, 2002-2008

	Trabalhadores chineses		Total estrangeiros		cidadãos comunitários		Total extra-comunitários		Trabalhadores extra-comunitários											
	N	%	N	%	N	%	N	%	Europa	África	América Latina	América do Norte	Ásia	Oceânia	N	%	N	%		
2002	28.590	2,2	1.326.567	100,0	300.969	22,7	1.025.598	77,3	45.292	3,4	420.422	31,7	475.396	35,8	3.211	0,2	74.061	5,6	2.393	0,2
2003	29.347	1,9	1.539.547	100,0	347.506	22,6	1.192.041	77,4	49.049	3,2	496.049	32,2	558.450	36,3	2.917	0,2	80.567	5,2	2.456	0,2
2004	38.287	1,9	2.004.803	100,0	458.261	22,9	1.546.542	77,1	59.702	3,0	621.592	31,0	750.429	37,4	3.883	0,2	104.916	5,2	3.363	0,2
2005	52.591	1,9	2.745.243	100,0	649.628	23,7	2.095.615	76,3	86.844	3,2	795.779	29,0	1.062.399	38,7	4.437	0,2	137.882	5,0	3.291	0,1
2006	61.837	1,7	3.555.068	100,0	867.445	24,4	2.687.623	75,6	107.583	3,0	1.025.444	28,8	1.361.498	38,3	4.568	0,1	179.236	5,0	3.183	0,1
2007	66.151	1,7	3.957.324	100,0	1.043.962	26,4	2.913.362	73,6	114.179	2,9	1.091.488	27,6	1.506.443	38,1	4.967	0,1	189.028	4,8	3.055	0,1
2008	66.850	1,8	3.631.697	100,0	995.580	27,4	2.636.117	72,6	105.187	2,9	953.348	26,3	1.382.722	38,1	5.057	0,1	184.405	5,1	2.485	0,1

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Gráfico 21. Evolução dos trabalhadores chineses em Espanha, 2002-2008



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo o sexo

No conjunto dos trabalhadores estrangeiros, o crescimento das mulheres foi superior, 232,3% contra 148,1% dos homens. No caso dos trabalhadores chineses, o crescimento entre homens (133,5%) e mulheres (134,5%) foi mais aproximado.

Quanto à representatividade de ambos os sexos, no total dos trabalhadores estrangeiros, os homens representavam 69,5% em 2002 e em 2008 passaram a representar 62,9%. No caso dos trabalhadores chineses, os homens foram sempre mais do que as mulheres e os valores mantiveram-se constantes ao longo desse período, rondando os 70%.

Tabela 86. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo o sexo em Espanha, 2002-2008

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalhadores chineses							
Ambos sexos	28.590	29.347	38.287	52.591	61.837	66.151	66.850
Homens	20.088	20.434	26.331	36.490	43.382	46.449	46.909
Mulheres	8.502	8.913	11.956	16.101	18.455	19.702	19.941
Total trabalhadores estrangeiros							
Ambos sexos	1.326.567	1.539.547	2.004.803	2.745.243	3.555.068	3.957.324	3.631.697
Homens	921.717	1.057.314	1.336.683	1.837.938	2.338.378	2.506.078	2.286.519
Mulheres	404.850	482.233	668.120	907.305	1.216.690	1.451.246	1.345.178
Trabalhadores comunitários							
Ambos sexos	300.969	347.506	458.261	649.628	867.445	1.043.962	995.580
Homens	185.908	212.879	276.521	405.254	535.611	634.406	590.489
Mulheres	115.061	134.627	181.740	244.374	331.834	409.556	405.091
Trabalhadores extra-comunitários							
Ambos sexos	1.025.598	1.192.041	1.546.542	2.095.615	2.687.623	2.913.362	2.636.117
Homens	735.809	844.435	1.060.162	1.432.684	1.802.767	1.871.672	1.696.030
Mulheres	289.789	347.606	486.380	662.931	884.856	1.041.690	940.087

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo a idade

A grande maioria dos trabalhadores estrangeiros e chineses tem entre 20 e 39 anos. Em relação à década anterior, houve um rejuvenescimento. Em 1995, 80% dos trabalhadores extra-comunitários e chineses estavam entre os 25 e os 54 anos. Porém, ao longo da primeira década do século XXI, verificou-se um aumento geral da faixa etária dos 35-54 anos, uma redução da faixa etária dos 16-34 anos no caso dos trabalhadores chineses e dos 20-24 no caso do total dos trabalhadores estrangeiros.

Tabela 87. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a idade em Espanha, 2002-2008

	16-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	60 e mais anos
2002										
Trabalhadores chineses	2,7	16,4	24,4	21,8	15,4	9,9	5,5	2,5	1,0	0,4
Total trabalhadores estrangeiros	5,1	18,9	22,5	17,8	13,3	9,3	6,1	4,1	2,2	0,9
Trabalhadores comunitários	2,4	16,0	24,7	22,5	15,7	10,0	5,4	2,3	0,8	0,3
Trabalhadores extra-comunitários	3,9	20,7	23,0	20,1	16,6	9,5	4,6	1,3	0,3	0,1
2003										
Trabalhadores chineses	2,5	14,6	24,2	22,1	16,0	10,4	6,0	2,8	1,1	0,4
Total trabalhadores estrangeiros	5,1	17,8	22,3	17,8	13,3	9,7	6,5	4,2	2,3	1,0
Trabalhadores comunitários	2,1	14,0	24,5	22,9	16,5	10,5	5,9	2,6	0,9	0,3
Trabalhadores extra-comunitários	2,8	19,7	23,5	19,9	16,1	10,8	5,3	1,4	0,3	0,1
2004										
Trabalhadores chineses	2,6	13,2	23,4	22,2	16,5	10,9	6,3	3,1	1,2	0,4
Total trabalhadores estrangeiros	4,5	17,1	22,6	18,0	13,4	10,1	6,8	4,1	2,3	1,0
Trabalhadores comunitários	2,3	12,5	23,6	23,0	17,1	11,1	6,3	2,9	1,0	0,3
Trabalhadores extra-comunitários	3,2	20,2	22,5	19,3	16,3	10,9	5,4	1,7	0,4	0,1
2005										
Trabalhadores chineses	2,9	13,7	23,4	21,7	16,3	10,7	6,5	3,1	1,2	0,4
Total trabalhadores estrangeiros	4,4	16,8	22,5	17,8	13,5	10,3	7,3	4,1	2,3	1,0
Trabalhadores comunitários	2,7	13,2	23,6	22,3	16,7	10,7	6,4	3,0	1,1	0,3
Trabalhadores extra-comunitários	4,2	21,0	21,2	18,9	16,1	10,8	5,5	1,8	0,5	0,1
2006										
Trabalhadores chineses	2,8	13,4	23,2	21,7	16,4	10,7	6,7	3,3	1,3	0,5
Total trabalhadores estrangeiros	4,4	17,3	22,2	17,5	13,3	10,4	7,4	4,3	2,3	1,0
Trabalhadores comunitários	2,5	12,8	23,3	22,4	16,9	10,8	6,6	3,1	1,2	0,4
Trabalhadores extra-comunitários	3,7	20,3	20,3	18,6	16,4	12,6	5,6	2,0	0,5	0,1
2007										
Trabalhadores chineses	2,9	13,1	22,5	21,6	16,6	10,9	6,9	3,5	1,5	0,5
Total trabalhadores estrangeiros	3,7	16,4	22,4	18,8	14,9	9,9	7,2	4,1	1,8	0,7
Trabalhadores comunitários	2,7	11,9	22,5	22,6	17,2	11,2	6,8	3,3	1,3	0,5
Trabalhadores extra-comunitários	2,9	19,2	20,5	18,6	17,2	12,8	5,7	2,4	0,5	0,1
2008										
Trabalhadores chineses	2,9	12,6	21,4	21,8	16,9	11,5	7,1	3,7	1,5	0,5
Total trabalhadores estrangeiros	3,7	16,3	21,5	19,0	14,6	10,7	7,3	4,3	1,9	0,7
Trabalhadores comunitários	2,5	11,2	21,4	22,9	17,7	11,7	7,0	3,5	1,4	0,5
Trabalhadores extra-comunitários	2,9	17,9	20,2	18,2	17,6	12,8	6,9	2,8	0,6	0,2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo o nível de estudos

Quanto ao nível de estudos dos trabalhadores estrangeiros e chineses, a maioria tem habilitações académicas ao nível do ensino secundário. Em relação à evolução durante a década de 2000, no caso dos estrangeiros em geral houve uma diminuição do número de contratos realizados com trabalhadores com o nível secundário, ao mesmo tempo que houve um aumento ligeiro da representação dos estudos primários e *post-* secundários e um crescimento acentuado dos trabalhadores analfabetos (636,9%). Estas alterações também são válidas no caso concreto dos trabalhadores chineses, com excepção do aumento dos estudos *post-* secundários, valor que não sofreu alteração. O crescimento do número de contratos de trabalhadores chineses analfabetos foi de 857,9% entre 2003 e 2008.

Tabela 88. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros contratados segundo o nível de estudos em Espanha, 2003-2008 (%)

	Analfabetos	Estudos primários	Estudos secundários			Estudos <i>post-</i> secundários			
			Total	Programas de formação profissional	Educação geral	Total	Estudos técnico-profissionais superiores	1º ciclo	2º e 3º ciclos
2003									
Trabalhadores chineses	5,3	13,0	80,9	0,1	79,8	0,8	0,5	0,1	0,2
Total trabalhadores estrangeiros	6,6	14,8	75,8	0,1	75,0	2,7	0,7	0,7	1,4
Trabalhadores comunitários	3,5	12,2	76,6	1,1	75,5	7,7	1,5	2,0	4,1
Trabalhadores extra-comunitários	7,1	15,3	75,7	0,8	74,9	1,9	0,5	0,4	0,9
2004									
Trabalhadores chineses	12,2	15,9	71,1	0,2	69,1	0,6	0,5	0,1	0,2
Total trabalhadores estrangeiros	12,9	14,9	68,7	0,2	66,4	1,7	0,8	0,9	1,7
Trabalhadores comunitários	7,8	12,0	71,7	2,7	69,0	4,0	1,6	2,4	4,6
Trabalhadores extra-comunitários	13,9	15,5	68,1	2,2	65,9	1,3	0,6	0,7	1,2
2005									
Trabalhadores chineses	17,6	17,2	64,4	0,2	62,7	0,9	0,5	0,2	0,2
Total trabalhadores estrangeiros	17,5	16,7	62,5	0,3	59,9	3,3	0,8	0,9	1,6
Trabalhadores comunitários	9,8	12,1	69,1	3,4	65,7	9,0	1,8	2,5	4,7
Trabalhadores extra-comunitários	18,6	17,4	61,5	2,4	59,1	2,5	0,6	0,7	1,2
2006									
Trabalhadores chineses	18,2	16,1	64,4	0,2	62,8	1,2	0,7	0,2	0,4
Total trabalhadores estrangeiros	19,8	17,5	59,5	0,3	57,0	3,3	0,8	0,9	1,6
Trabalhadores comunitários	11,6	12,9	66,9	3,3	63,6	8,6	1,6	2,3	4,6
Trabalhadores extra-comunitários	21,1	18,2	58,3	2,4	55,9	2,4	0,6	0,7	1,1
2007									
Trabalhadores chineses	20,6	16,2	62,1	0,1	60,6	1,1	0,4	0,2	0,5
Total trabalhadores estrangeiros	19,4	16,8	60,3	0,3	57,4	3,4	0,8	0,9	1,7
Trabalhadores comunitários	16,3	14,8	63,3	3,2	60,1	5,6	1,1	1,5	3,0
Trabalhadores extra-comunitários	20,5	17,5	59,3	2,9	56,4	2,7	0,7	0,7	1,3
2008									
Trabalhadores chineses	22,2	18,3	58,6	0,2	57,0	1,0	0,2	0,2	0,6
Total trabalhadores estrangeiros	20,7	15,3	60,1	0,3	57,0	3,8	0,8	1,0	2,0
Trabalhadores comunitários	17,7	13,7	62,6	3,4	59,2	6,0	1,1	1,6	3,3
Trabalhadores extra-comunitários	21,8	16,0	59,2	3,1	56,2	3,0	0,7	0,8	1,5

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo o sector de actividade

Relativamente aos sectores em que os trabalhadores estrangeiros se encontram, houve oscilações consideráveis ao longo da década de 2000. Entre 2002 e 2008, o sector dos serviços foi, sem dúvida, o sector com o maior número de trabalhadores estrangeiros, onde a maioria se encontra. Não obstante ter havido consecutivas subidas e descidas, registou-se um crescimento de 201,9% entre 2002 e 2008. O sector industrial em 2002, 2007 e 2008 foi o quarto sector com mais trabalhadores estrangeiros e entre 2003 e 2006 foi o segundo, tendo sofrido um crescimento de 83,3% entre 2002 e 2008. O sector da construção alternou com o sector industrial em termos de posição. Teve um crescimento de 154,75% entre 2002 e 2008. O sector da agricultura encontrou-se sempre em terceira posição, com uma percentagem entre os 12% e os 18%, apesar de ter havido um crescimento de 144,5% entre 2002 e 2008.

Tabela 89. Trabalhadores estrangeiros segundo o sector de actividade em Espanha, 2002-2008

	Total	Agricultura	Construção	Indústria	Serviços
2002					
Total trabalhadores estrangeiros	1.326.567	224.303	266.273	100.008	735.983
Trabalhadores comunitários	188.279	10.106	19.970	10.282	147.921
Trabalhadores extra-comunitários	1.138.288	214.197	246.303	89.726	588.062
2003					
Total trabalhadores estrangeiros	1.539.547	282.867	103.887	319.645	833.148
Trabalhadores comunitários	221.604	13.781	11.321	28.245	168.257
Trabalhadores extra-comunitários	1.317.943	269.086	92.566	291.400	664.891
2004					
Total trabalhadores estrangeiros	2.004.803	339.384	119.644	415.645	1.130.130
Trabalhadores comunitários	315.543	28.167	15.341	48.337	223.698
Trabalhadores extra-comunitários	1.689.260	311.217	104.303	367.308	906.432
2005					
Total trabalhadores estrangeiros	2.745.243	473.274	159.106	620.733	1.492.130
Trabalhadores comunitários	365.596	27.973	18.096	65.479	254.048
Trabalhadores extra-comunitários	2.379.647	445.301	141.010	555.254	1.238.082
2006					
Total trabalhadores estrangeiros	3.555.068	512.918	192.926	832.585	2.016.639
Trabalhadores comunitários	487.038	42.557	24.389	97.072	323.020
Trabalhadores extra-comunitários	3.068.030	470.361	168.537	735.513	1.693.619
2007					
Total trabalhadores estrangeiros	3.957.324	477.802	901.208	217.411	2.360.903
Trabalhadores comunitários	1.043.962	146.681	245.059	65.998	586.224
Trabalhadores extra-comunitários	2.913.362	331.121	656.149	151.413	1.774.679
2008					
Total trabalhadores estrangeiros	995.580	180.334	186.178	59.617	569.451
Trabalhadores comunitários	2.636.117	368.125	492.141	123.726	1.652.125
Trabalhadores extra-comunitários	66.850	466	12.150	5.857	48.377

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Os trabalhadores chineses têm características particulares que os distinguem do conjunto dos trabalhadores estrangeiros no que respeita aos sectores de actividade.

Embora a grande maioria (cerca de 70%) continuar representada no sector dos serviços, quando se compara com a década de 1990 em que praticamente a totalidade dos trabalhadores chineses se encontrava no sector dos serviços, verifica-se um decréscimo na concentração. Porém, entre 2002 e 2008 registou-se um crescimento de 127,9%.

O sector da construção foi o que sofreu um crescimento mais acentuado de trabalhadores chineses, tanto em relação à década anterior como ao longo da presente década (659,4%), e ocupou a segunda posição, excepto nos anos 2002 e 2006 que alternou de posição com o sector da indústria.

No sector da indústria encontravam-se 5,6% dos trabalhadores chineses no início da década, e em 2008 esse valor mais que triplicou, contando com 18,2% dos trabalhadores. Porém, o crescimento entre 2000 e 2008 foi somente de 6,6%.

O sector agrário, apesar de ter tido um crescimento de 66,4%, esteve sempre em quarto lugar e não é, de facto, onde se encontram os trabalhadores chineses. Em 2002 empregava 280 chineses e em 2008 esse número subiu para 466.

Tabela 90. Trabalhadores chineses segundo o sector de actividade em Espanha, 2002-2008

	Total	Agricultura		Construção		Indústria		Serviços	
	N	N	%	N	%	N	%	N	%
2002	28.590	280	1,0	1.600	5,6	5.492	19,2	21.218	74,2
2003	29.347	370	1,3	4.957	16,9	2.288	7,8	21.732	74,1
2004	38.287	523	1,4	5.762	15,0	3.748	9,8	28.254	73,8
2005	52.591	560	1,1	6.077	11,6	5.877	11,2	40.077	76,2
2006	61.837	425	0,7	6.509	10,5	10.227	16,5	44.676	72,2
2007	66.151	423	0,6	13.969	21,1	6.522	9,9	45.237	68,4
2008	3.631.697	548.459	15,1	678.319	18,7	183.343	5,0	2.221.576	61,2

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración* de Espanha (elaboração da autora)

Dentro do sector dos serviços, onde a maioria dos estrangeiros e os chineses se encontram a exercer actividades laborais, há diferenças significativas entre ambos os grupos no que respeita às secções de actividade. Enquanto para a maioria dos estrangeiros as secções das (1º) actividades imobiliárias e serviços empresariais,

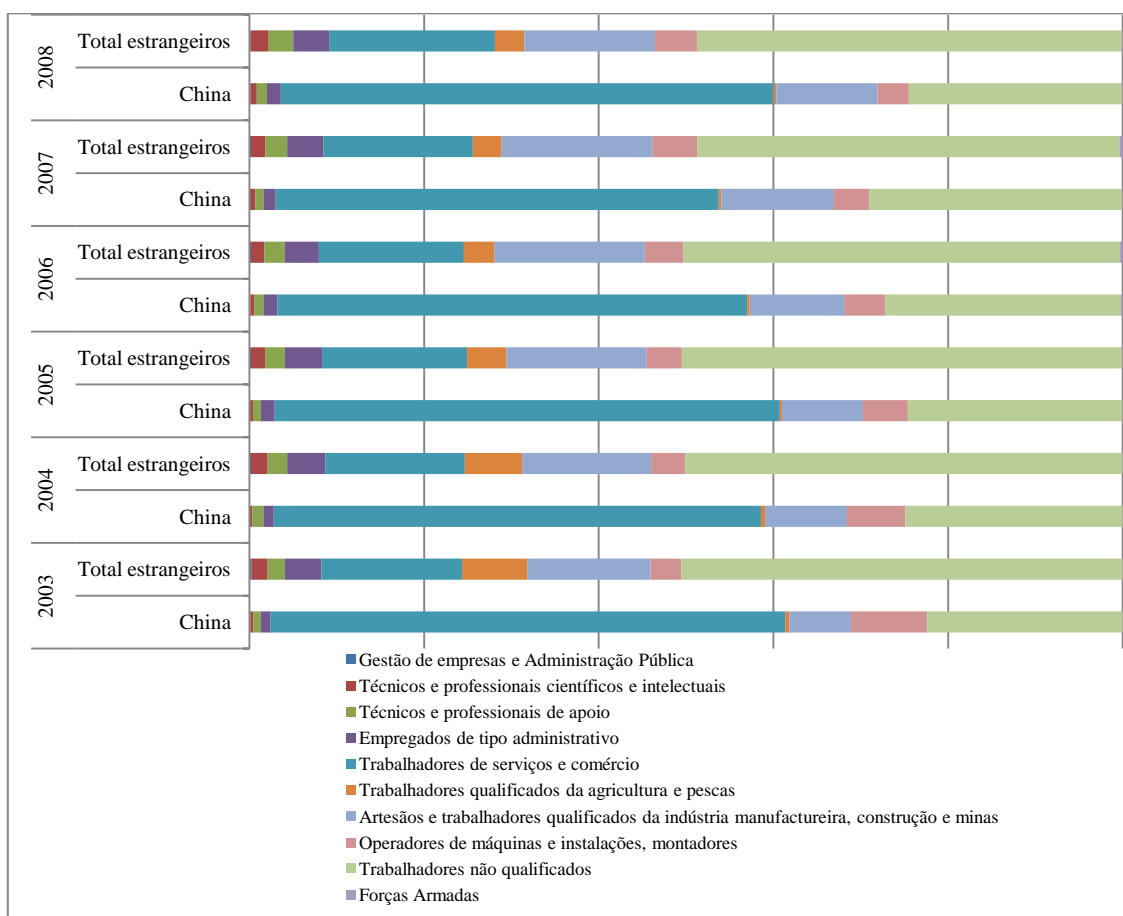
(2º) da hotelaria, (3º) do comércio, reparação veículos e artigos pessoais, (4º) dos transportes e de (5º) outras actividades sociais são as mais representativas, no caso dos trabalhadores chineses a hotelaria é onde se encontra mais de metade (54,4%) do total dos trabalhadores, seguida do comércio, reparação de veículos e artigos pessoais (32,2%) e das actividades imobiliárias e serviços empresariais (10,2%).

Trabalhadores segundo o grupo de ocupação

Em termos de grupo de ocupação, metade dos trabalhadores estrangeiros são trabalhadores não-qualificados. A outra metade divide-se em trabalhadores dos serviços e comércio, artesãos e trabalhadores da agricultura, por esta ordem de grandeza. Esta situação manteve-se sem alterações significativas ao longo da década de 2000.

Os trabalhadores chineses destacam-se do conjunto dos trabalhadores estrangeiros, uma vez que mais de metade corresponde a trabalhadores dos serviços e restauração, ¼ corresponde a trabalhadores não-qualificados, havendo somente uma pequena parcela de artesãos e outra ainda mais pequena de operadores de máquinas. As mulheres encontram-se em maior número nos serviços e comércio e os homens são mais representativos no grupo dos trabalhadores não-qualificados. Não obstante os trabalhadores chineses contarem com mais trabalhadores dos serviços e comércio, ao longo da década de 2000 registou-se uma ligeira descida (menos 6,9% em 2003 e menos 5,5% em 2008). Quanto ao crescimento dos grupos de ocupação dos trabalhadores chineses registados durante a década, temos os trabalhadores dos serviços e comércio com 118%, os trabalhadores não-qualificados com 149%, os artesãos com 276% e os operadores de máquinas com -0,6%.

Gráfico 22. Trabalhadores chineses segundo o grupo de ocupação em Espanha, 2003-2008



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo o tempo do trabalho

A maioria dos trabalhadores estrangeiros caracteriza-se por trabalhar a tempo inteiro ao longo de toda a década de 2000. Porém, a situação dos trabalhadores chineses não é de todo idêntica. Em 2000, somente ¼ dos trabalhadores chineses trabalhava a tempo inteiro. No decorrer do tempo, os valores entre trabalho a tempo inteiro e parcial foram-se aproximando e em 2005 já havia uma igualdade entre ambos que foi superada pelos trabalhadores a tempo inteiro até 2008.

Tabela 91. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo o tempo de trabalho em Espanha, 2002-2008

Trabalhadores chineses				Total trabalhadores estrangeiros			
Total	Tempo inteiro	Tempo parcial	Fixo descontínuo*	Total	Tempo inteiro	Tempo parcial	Fixo descontínuo*
		2002				2002	
26.988	6.959	19.974	55	1.284.069	1.026.363	247.053	10.653
		2003				2003	
29.347	9.837	19.462	48	1.539.547	1.242.339	282.731	14.477
		2004				2004	
38.287	15.929	22.256	102	2.004.803	1.600.073	386.192	18.538
		2005				2005	
52.591	26.769	25.636	186	2.745.243	2.228.502	492.180	24.561
		2006				2006	
61.837	33.019	28.591	227	3.555.068	2.893.621	624.204	37.243
		2007				2007	
66.151	36.881	29.054	216	3.957.324	3.195.072	720.910	41.342
		2008				2008	
66.850	35.518	31.117	215	3.631.697	2.868.537	715.594	47.566
Trabalhadores comunitários				Trabalhadores extra-comunitários			
Total	Tempo inteiro	Tempo parcial	Fixo descontínuo*	Total	Tempo inteiro	Tempo parcial	Fixo descontínuo*
		2002				2002	
179.650	51.889	125.563	2.198	1.104.419	195.164	900.800	8.455
		2003				2003	
221.604	60.095	158.670	2.839	1.317.943	222.636	1.083.669	11.638
		2004				2004	
315.543	79.860	232.250	3.433	1.689.260	306.332	1.367.823	15.105
		2005				2005	
369.226	276.231	88.990	4.005	2.376.017	1.952.271	403.190	20.556
		2006				2006	
484.955	373.222	105.209	6.524	3.070.113	2.520.399	518.995	30.719
		2007				2007	
1.043.962	855.881	176.156	11.925	2.913.362	2.339.191	544.754	29.417
		2008				2008	
995.580	800.663	181.542	13.375	2.636.117	2.067.874	534.052	34.191

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

* Trabalho que não se repete em datas certas dentro do volume normal da actividade da empresa.

Trabalhadores segundo a modalidade do contrato

A quase totalidade dos trabalhadores estrangeiros tem contratos de trabalho temporários, mas ao longo da década a tendência foi decrescente (em 2002 era de 94,1% e em 2008 passou a ser 88,5%). No caso dos trabalhadores chineses a tendência foi idêntica, apesar de essa maioria não ser tão expressiva (71,7% em 2002 e 60,7% em 2008).

Em relação ao crescimento das duas modalidades de contrato, o crescimento dos contratos indefinidos foi maior, tanto para os trabalhadores estrangeiros no seu conjunto como para os trabalhadores chineses em particular, com crescimentos de 430,2% e 224,53% respectivamente.

Nos sectores da agricultura e construção a quase totalidade dos contratos de trabalhadores estrangeiros e chineses corresponde a contratos temporários, no período 2007-2008. No caso do sector da indústria, a situação é idêntica, com maior relevo para os trabalhadores estrangeiros. No sector dos serviços, 2/3 dos contratos são temporários, tanto para os estrangeiros em geral como para os chineses.

Tabela 92. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a modalidade do contrato em Espanha, 2002-2008

	Total	Indefinido	Temporal
2002			
Trabalhadores chineses	28.590	8.099	20.491
Total trabalhadores estrangeiros	1.326.567	78.877	1.247.690
Trabalhadores comunitários	188.279	16.712	171.562
Trabalhadores extra-comunitários	1.138.288	62.165	1.076.128
2003			
Trabalhadores chineses	29.347	10.540	18.807
Total trabalhadores estrangeiros	1.539.547	141.233	1.398.314
Trabalhadores comunitários	248.113	29.735	218.378
Trabalhadores extra-comunitários	1.291.434	111.498	1.179.936
2004			
Trabalhadores chineses	38.287	13.664	24.623
Total trabalhadores estrangeiros	2.004.803	179.493	1.825.310
Trabalhadores comunitários	315.543	36.686	278.857
Trabalhadores extra-comunitários	1.689.260	142.807	1.546.453
2005			
Trabalhadores chineses	52.591	17.560	35.031
Total trabalhadores estrangeiros	2.745.243	237.178	2.508.065
Trabalhadores comunitários	365.596	42.289	323.307
Trabalhadores extra-comunitários	2.379.647	194.889	2.184.758
2006			
Trabalhadores chineses	61.837	22.929	38.908
Total trabalhadores estrangeiros	3.555.068	411.927	3.143.141
Trabalhadores comunitários	484.955	62.921	422.034
Trabalhadores extra-comunitários	3.070.113	349.006	2.721.107
2007			
Trabalhadores chineses	66.151	23.776	42.375
Total trabalhadores estrangeiros	3.957.324	444.979	3.512.345
Trabalhadores comunitários	1.043.962	136.760	907.202
Trabalhadores extra-comunitários	2.913.362	308.219	2.605.143
2008			
Trabalhadores chineses	66.850	26.284	40.566
Total trabalhadores estrangeiros	3.631.697	418.190	3.213.507
Trabalhadores comunitários	995.580	129.691	865.889
Trabalhadores extra-comunitários	2.636.117	288.499	2.347.618

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

No período 2007-2008, nos sectores da agricultura, da construção e da indústria, os trabalhadores estrangeiros em geral e os trabalhadores chineses em particular estão, quase na sua totalidade, a trabalhar a tempo inteiro, com excepção dos trabalhadores chineses na indústria que só 60,6% é que está a tempo inteiro. No caso do sector dos serviços, a situação dos trabalhadores chineses já é distinta dos restantes trabalhadores estrangeiros. Enquanto a grande maioria (cerca de 70%) dos trabalhadores estrangeiros tenha contrato de trabalho a tempo inteiro, a maioria (cerca de 57%) dos trabalhadores chineses tem contrato a tempo parcial.

Trabalhadores segundo a duração do contrato

A maioria dos trabalhadores estrangeiros tem contratos de duração indeterminada (27%) e a tendência verificada ao longo da década é de maior dispersão para contratos com duração até os doze meses. Não se registam diferenças assinaláveis entre os trabalhadores comunitários e os trabalhadores extra-comunitários. No caso concreto dos trabalhadores chineses, há uma concentração elevada nos contratos temporais com duração indeterminada e entre '> 1 mês a <=3 meses' e '> 6 meses a <= 12 meses', se bem que a tendência verificada foi de crescimento dos contratos com períodos temporais mais curtos.

Tabela 93. Trabalho temporário de trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a duração em Espanha, 2003-2008 (%)

	<= 7 dias	De 8 a 15 dias	> 15 dias a <= 1 mês	> 1 mês a <= 3 meses	> 3 meses a <= 6 meses	> 6 meses a <= 12 meses	> 12 meses a <= 18 meses	> 18 meses a <= 24 meses	> 24 meses	Indeterminada	Indefinida
2002											
Trabalhadores chineses	0,5	0,5	1,4	16,3	25,2	13,6	0,3	0,0	0,0	8,6	33,9
Total trabalhadores estrangeiros	7,2	1,8	5,9	23,0	16,5	4,3	0,1	0,1	0,1	27,7	13,46
Trabalhadores comunitários	6,1	2,0	7,2	16,6	11,1	2,9	0,0	0,0	0,0	45,7	8,44
Trabalhadores extra-comunitários	6,2	6,2	7,0	17,5	11,8	3,1	0,1	0,0	0,0	43,1	9,1
2003											
Trabalhadores chineses	0,7	0,3	1,4	15,8	21,2	12,4	0,3	0,1	0,0	11,9	35,9
Total trabalhadores estrangeiros	8,5	2,1	6,0	22,4	15,3	3,5	0,1	0,1	0,1	29,5	12,47
Trabalhadores comunitários	7,6	2,2	6,9	15,2	9,5	2,3	0,0	0,0	0,0	47,6	8,62
Trabalhadores extra-comunitários	7,7	2,2	6,8	16,2	10,3	2,5	0,1	0,0	0,1	45,0	9,2
2004											
Trabalhadores chineses	0,7	0,2	1,8	15,6	19,2	11,9	0,3	0,0	0,0	14,5	35,7
Total trabalhadores estrangeiros	8,4	2,0	5,7	20,2	13,2	3,2	0,1	0,0	0,1	35,3	11,63
Trabalhadores comunitários	9,4	2,3	6,9	14,8	9,0	2,4	0,0	0,0	0,1	46,6	8,45
Trabalhadores extra-comunitários	9,2	2,3	6,7	15,6	9,7	2,5	0,1	0,0	0,1	44,8	9,0
2005											
Trabalhadores chineses	0,7	0,4	1,8	13,8	22,2	13,5	0,3	0,0	0,0	13,8	33,4
Total trabalhadores estrangeiros	9,1	1,9	5,1	18,9	13,8	3,1	0,7	0,1	0,2	36,2	11,57
Trabalhadores comunitários	8,3	2,0	5,5	13,6	14,8	4,0	0,0	0,0	0,1	43,3	8,19
Trabalhadores extra-comunitários	8,4	2,0	5,4	14,3	14,7	3,9	0,1	0,0	0,1	42,4	8,6
2006											
Trabalhadores chineses	1,0	0,3	1,9	14,3	17,8	10,2	0,2	0,1	0,1	17,2	37,1
Total trabalhadores estrangeiros	9,2	1,8	4,9	17,7	12,4	2,6	0,1	0,1	0,2	38,1	12,97
Trabalhadores comunitários	9,8	2,1	5,9	13,5	9,2	2,3	0,1	0,0	0,1	45,6	11,37
Trabalhadores extra-comunitários	9,7	2,0	5,8	14,1	9,6	2,4	0,1	0,0	0,1	44,6	11,6
2007											
Trabalhadores chineses	1,2	0,3	2,2	14,9	16,1	8,8	0,1	0,1	0,1	20,3	35,9
Total trabalhadores estrangeiros	8,5	1,8	4,9	15,5	10,6	3,2	0,1	0,1	0,1	42,2	13,10
Trabalhadores comunitários	11,1	2,3	6,3	13,8	8,2	2,3	0,1	0,0	0,1	45,2	10,58
Trabalhadores extra-comunitários	10,4	2,2	5,9	14,2	8,8	2,6	0,1	0,0	0,1	44,4	11,2
2008											
Trabalhadores chineses	1,2	0,3	1,9	14,8	15,5	9,5	0,1	0,0	0,2	17,1	39,3
Total trabalhadores estrangeiros	9,6	2,1	5,7	14,1	9,5	3,0	0,1	0,1	0,2	42,8	13,03
Trabalhadores comunitários	11,9	2,3	6,4	12,4	7,8	3,0	0,1	0,0	0,2	44,9	10,94
Trabalhadores extra-comunitários	11,3	2,3	6,2	12,9	8,3	3,0	0,1	0,1	0,2	44,3	11,5

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Trabalhadores segundo a dimensão da empresa

Cerca de metade dos trabalhadores estrangeiros exerce actividade em pequenas e médias empresas mas também há uma parte significativa que se encontra em grandes

empresas. No entanto, existe uma diferença significativa em relação aos trabalhadores extra-comunitários que têm 4/5 do total em empresas com 1 a 25 trabalhadores. Esta situação é semelhante ao caso concreto dos trabalhadores chineses que se encontram muito concentrados, cerca de ¾, em empresas que têm até 25 trabalhadores. Porém, esta concentração foi sendo reduzida ao longo da década, se bem que ligeiramente, tendo aumentado o número de trabalhadores chineses sobretudo em empresas de 26 a 500 trabalhadores.

Tabela 94. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo o número de trabalhadores da empresa em Espanha, 2003-2008 (%)

	De 1 a 25	De 26 a 50	De 51 a 100	De 101 a 500	De 501 a 1.000	De 1.001 a 10.000	Mais de 10.000	Não consta
2003								
Trabalhadores chineses	46,0	12,2	10,7	18,8	4,0	6,3	0,0	1,9
Total trabalhadores estrangeiros	52,8	12,5	10,3	16,2	2,4	3,7	0,1	2,0
Trabalhadores comunitários	44,9	12,1	10,7	19,3	4,3	6,7	0,0	1,9
Trabalhadores extra-comunitários	84,6	4,4	2,9	4,4	0,2	0,9	0,0	2,6
2004								
Trabalhadores chineses	44,8	12,1	10,7	19,5	4,2	7,3	0,0	1,4
Total trabalhadores estrangeiros	50,6	12,7	10,8	17,5	2,6	3,9	0,1	1,8
Trabalhadores comunitários	43,8	12,0	10,6	19,9	4,5	7,9	0,0	1,4
Trabalhadores extra-comunitários	80,0	5,2	4,0	5,6	0,4	2,2	0,0	2,7
2005								
Trabalhadores chineses	49,0	11,3	9,6	17,5	4,3	6,8	0,0	1,5
Total trabalhadores estrangeiros	49,6	13,0	11,0	17,7	2,7	4,5	0,1	1,4
Trabalhadores comunitários	48,9	11,0	9,4	17,4	4,5	7,1	0,0	1,6
Trabalhadores extra-comunitários	81,0	4,9	4,0	4,7	0,8	1,9	0,0	2,8
2006								
Trabalhadores chineses	45,2	11,4	9,8	19,7	5,5	7,2		1,2
Total trabalhadores estrangeiros	47,8	13,1	10,8	18,9	3,4	4,6		1,4
Trabalhadores comunitários	44,8	11,2	9,6	19,9	5,8		7,6	1,1
Trabalhadores extra-comunitários	76,6	7,3	4,7	5,9	0,7		2,2	2,6
2007								
Trabalhadores chineses	42,8	11,3	10,3	20,4	6,2	7,8	0,0	1,1
Total trabalhadores estrangeiros	50,8	12,3	10,4	17,2	3,3	4,4	0,0	1,5
Trabalhadores comunitários	40,0	11,0	10,3	21,5	7,2	9,0	0,1	1,0
Trabalhadores extra-comunitários	73,9	8,2	4,8	6,6	1,0	2,9	0,0	2,6
2008								
Trabalhadores chineses	45,0	10,9	10,1	20,5	5,5	6,5	0,0	1,4
Total trabalhadores estrangeiros	52,1	11,9	10,2	17,0	3,2	3,8	0,0	1,8
Trabalhadores comunitários	42,3	10,6	10,1	21,9	6,4	7,5	0,0	1,2
Trabalhadores extra-comunitários	78,5	6,8	4,1	5,4	0,8	1,5	0,0	2,8

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

* Nos dados relativos ao ano 2006 só existe item "Mais de 1.000".

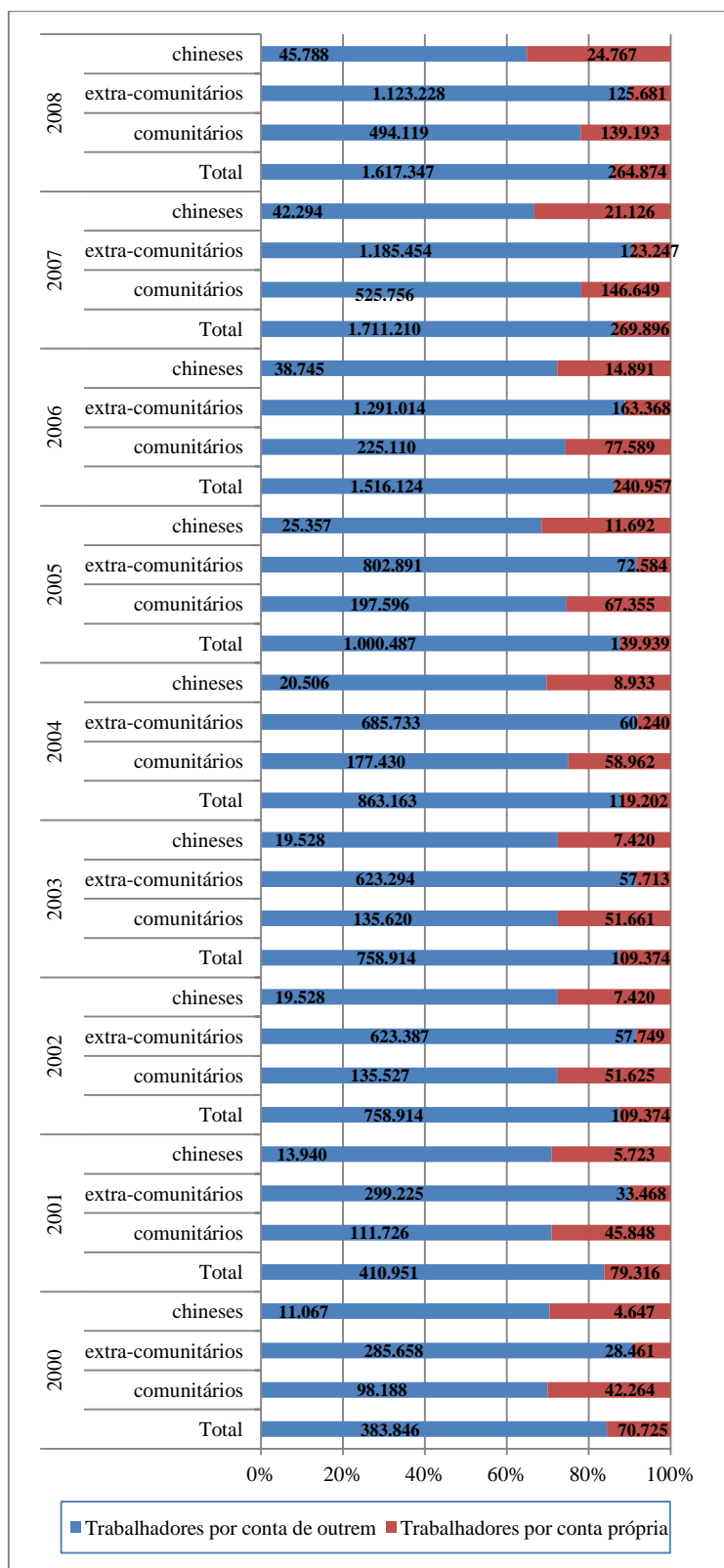
No sector agrário, as empresas com 1 a 25 trabalhadores representam cerca de metade – 52% – do total dos trabalhadores estrangeiros e um pouco mais – 68% – para os trabalhadores chineses. No sector da construção, esses valores são de 61,5% e 59,5% respectivamente. No sector industrial, 47,1% dos trabalhadores estrangeiros e 66,9% dos trabalhadores chineses trabalham em empresas com 1 a 25 trabalhadores. Finalmente, no sector dos serviços, a dispersão é maior no caso do total dos trabalhadores estrangeiros, com 33,4% em empresas com 1 a 25 trabalhadores e 25,6% em empresas com 101 a 500 trabalhadores. Quanto aos trabalhadores chineses no sector dos serviços, a grande maioria, cerca de 80% encontra-se a trabalhar em empresas com 1 a 25 trabalhadores.

Trabalhadores segundo a dependência laboral

Na continuidade do que vinha a acontecer na década anterior, no início da década de 2000 a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros era composta por trabalhadores por conta de outrem, tendo havido mesmo um aumento ligeiro ao longo da década, do qual o grupo dos trabalhadores comunitários é responsável.

Embora tanto os trabalhadores comunitários, como os extra-comunitários ou os chineses tenham mais trabalhadores por conta de outrem do que trabalhadores por conta própria, há algumas diferenças entre os distintos grupos. A quase totalidade dos trabalhadores extra-comunitários (cerca de 90%) tem sido de trabalhadores por conta de outrem, enquanto no grupo dos trabalhadores comunitários a maioria não é tão expressiva, mesmo tendo em conta a tendência de crescimento que se verificou ao longo do tempo. Quanto aos trabalhadores chineses, não obstante estarem em situação idêntica aos trabalhadores comunitários no início da década (rondando os 70%), a partir de 2007 esse valor começou a diminuir de forma mais significativa, chegando-se ao ano 2008 com uma percentagem de 64,9% de trabalhadores por conta de outrem.

Gráfico 23. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a dependência laboral em Espanha, 2000-2008



Fonte: Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha (elaboração da autora)

Quanto à representatividade dos grupos de trabalhadores comunitários e extra-comunitários, há diferenças entre eles, tendo cada um as suas próprias especificidades ao longo da década. Em 2002, do total dos trabalhadores estrangeiros, cerca de 80% correspondia a trabalhadores extra-comunitários. Situação idêntica ocorria relativamente aos trabalhadores por conta de outrem. Porém, do total de trabalhadores por conta própria, havia um maior equilíbrio entre os dois grupos de origem. No entanto, a tendência foi de aumento, tanto do número de trabalhadores por conta de outrem (este mais acentuado), como de trabalhadores por conta própria por parte dos trabalhadores comunitários. O decréscimo do número de trabalhadores por conta própria de países terceiros reflectiu a redução de africanos e europeus.

Tabela 95. Representatividade dos trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros segundo a dependência laboral em Espanha, 2002-2008 (%)

	Trabalhadores chineses	Total estrangeiros	Trabalhadores comunitários	Trabalhadores extra-comunitários							Apátridas e não consta	
				Total	Europa	África	América Latina	América do Norte	Ásia	Oceânia		
2002	Total	3,1	100,0	21,6	78,4	53,1	25,0	34,2	0,6	7,1	0,1	0,1
	Trab. conta de outrem	2,6	100,0	17,9	82,1	66,9	26,9	36,1	0,5	6,5	0,1	0,1
	Trab. por conta própria	6,8	100,0	47,2	52,7	16,7	11,7	21,1	1,2	10,8	0,1	0,1
2003	Total	3,1	100,0	21,6	78,4	52,9	25,0	34,2	0,6	7,1	0,1	0,1
	Trab. conta de outrem	2,6	100,0	17,9	82,1	66,8	26,9	36,1	0,5	6,5	0,1	0,1
	Trab. por conta própria	6,8	100,0	47,2	52,7	16,6	11,7	21,1	1,2	10,8	0,1	0,1
2004	Total	3,0	100,0	24,1	75,9	40,5	24,3	34,4	0,6	6,8	0,1	0,1
	Trab. conta de outrem	2,4	100,0	20,6	79,4	49,7	26,1	36,4	0,5	6,2	0,1	0,1
	Trab. por conta própria	7,5	100,0	49,5	50,4	12,7	11,6	19,8	1,2	11,5	0,1	0,1
2005	Total	3,2	100,0	23,2	76,7	46,8	22,8	35,5	0,5	6,9	0,1	0,1
	Trab. conta de outrem	2,5	100,0	19,7	80,2	57,9	24,4	37,7	0,4	6,2	0,0	0,1
	Trab. por conta própria	8,4	100,0	48,1	51,7	14,5	11,1	20,1	1,1	12,3	0,1	0,2
2006	Total	3,1	100,0	17,2	82,7	89,7	20,3	40,2	0,4	6,4	0,1	0,1
	Trab. conta de outrem	2,6	100,0	14,8	85,1	105,6	21,9	41,3	0,3	5,9	0,0	0,0
	Trab. por conta própria	6,2	100,0	32,2	67,7	43,6	10,4	33,4	0,7	9,1	0,1	0,1
2007	Total	3,2	100,0	33,9	65,9	10,4	18,2	37,2	0,4	6,5	0,0	0,2
	Trab. conta de outrem	2,5	100,0	30,7	69,1	11,4	19,7	39,7	0,3	5,8	0,0	0,2
	Trab. por conta própria	7,8	100,0	54,3	45,4	6,7	8,5	21,6	0,7	10,9	0,1	0,3
2008	Total	3,7	100,0	33,6	66,2	10,4	17,2	37,8	0,4	7,3	0,1	0,2
	Trab. conta de outrem	2,8	100,0	30,6	69,3	11,2	18,7	40,4	0,3	6,4	0,0	0,2
	Trab. por conta própria	9,4	100,0	52,6	47,2	7,3	8,4	21,6	0,7	12,6	0,1	0,3

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em relação aos trabalhadores chineses em particular, há uma situação distinta dos restantes trabalhadores estrangeiros. A representatividade dos trabalhadores chineses por conta própria é superior quando comparada com o total dos trabalhadores

estrangeiros, revelando uma característica particular relativa à iniciativa empresarial privada dos trabalhadores chineses. Esta situação foi-se tornando mais visível nos anos 2007 e 2008, apesar de 2002 e 2003 terem sido anos em que a tendência foi contrária.

Tabela 96. Evolução dos trabalhadores chineses segundo dependência laboral em Espanha, nos anos 2000 e 2008

	Total	Trabalhadores por conta de outrem		Trabalhadores por conta própria	
	N	N	%	N	%
2000	15.714	11.067	70,4	4.647	29,6
2001	20.260	13.940	68,8	5.723	28,2
2002	26.948	19.528	72,5	7.420	27,5
2003	26.948	19.528	72,5	7.420	27,5
2004	29.439	20.506	69,7	8.933	30,3
2005	37.049	25.357	68,4	11.692	31,6
2006	53.636	38.745	72,2	14.891	27,8
2007	63.420	42.294	66,7	21.126	33,3
2008	70.555	45.788	64,9	24.767	35,1

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

O empreendedorismo estrangeiro

De um modo global, a actividade empreendedora¹⁰ dos estrangeiros residentes em Espanha no ano 2005 representa 5,7% do total, tendo aumentado para 11,7% no ano seguinte. Em termos de números absolutos, corresponde a cerca de 88.300 iniciativas empreendedoras de estrangeiros em 2005 e aumentando para 219.900 em 2006, tendo-se registado um crescimento de 105%.

Quanto à contribuição dos empreendedores comunitários e extra-comunitários, verifica-se que a maioria é proveniente de países terceiros. Dos trinta e três países de origem dos empreendedores estrangeiros em Espanha, somente sete correspondem a países membros da União Europeia – França (4,9%), Alemanha (3,4%), Portugal

¹⁰ A medição da actividade empreendedora de estrangeiros em Espanha foi realizada pelo *Observatorio GEM* (Global Entrepreneurship Monitor) e refere-se ao biénio 2005-2006. É um consórcio internacional de investigação sem fins lucrativos que tem como objectivo principal o desenvolvimento de uma investigação rigorosa e de qualidade sobre o fenómeno empreendedor com a maior amplitude territorial possível. Teve início em 1999 com 10 países, tendo-se alargado para 21 em 2000, para 29 em 2001 e em 2009 contava com a participação de 56 países.

(2,0%), Bélgica (1,3%), Irlanda (1,2%), Polónia (0,9%) e Itália (0,9%) e não são de todo os mais empreendedores.

Do grupo dos países de origem extra-comunitários, as nacionalidades mais representativas são sobretudo de países latino-americanos, sendo que a Argentina, Colômbia, Venezuela, Equador representam 41,9% do total dos empreendedores estrangeiros. Os marroquinos (5,8%), os romenos (3,7%), os russos (2,3%) e os chineses (1,9%) são outras das nacionalidades mais marcadas pela iniciativa empresarial.

Tabela 97. Países de origem dos empreendedores estrangeiros em Espanha em 2006

País de origem			País de origem		
		%			%
1	Argentina	13,0	18	Brasil	1,7
2	Colômbia	12,5	19	Bélgica	1,3
3	Venezuela	8,3	20	Irlanda	1,2
4	Equador	7,1	21	Paraguai	1,0
5	Marrocos	5,8	22	Uruguai	1,0
6	Peru	5,1	23	Panamá	1,0
7	França	4,9	24	Polónia	0,9
8	Bolívia	4,3	25	Honduras	0,9
9	Roménia	3,7	26	Paquistão	0,9
10	Rep. Dominicana	3,7	27	Itália	0,9
11	México	3,4	28	E.U.A.	0,8
12	Alemanha	3,4	29	Ucrânia	0,8
13	Rússia	2,3	30	Senegal	0,7
14	Suiça	2,2	31	Palestina	0,7
15	Chile	2,0	32	Japão	0,4
16	Portugal	2,0	33	Cuba	0,2
17	China	1,9	34	Total	100,0

Fonte: *Observatorio GEM Espanha 2006*

Os sectores de actividade onde há mais actividade empresarial estrangeira são os orientados para o consumo. A maioria dos estrangeiros, sobretudo dos comunitários, investe em negócios na hotelaria, consultoria, sector imobiliário, construção, saúde, comércio e educação. De modo particular, os residentes extra-comunitários investem em negócios relacionados com a saúde, cuidados de pessoas, serviços de transporte, serviços de chamadas telefónicas, alimentação, artesanato, entre outros. Não obstante

esta concentração, há algumas diferenças assinaláveis entre autóctones, residentes comunitários e extra-comunitários, relativamente à aposta em outros sectores, como é o caso dos residentes comunitários que têm uma presença significativa no sector transformador, maior do que os próprios autóctones e os extra-comunitários. Por seu lado, o sector extractivo apresenta-se como não atractivo para os empreendedores estrangeiros, sobretudo para os extra-comunitários.

Tabela 98. Sectores de actividade das iniciativas empreendedoras segundo a origem do empreendedor em Espanha em 2006 (%)

Sector de actividade	Autóctones	Residentes comunitários	Residentes extra-comunitários	Total
Extractivo	7,0	2,5	0,0	6,4
Transformador	29,9	32,4	14,0	29,8
Serviços a empresas	24,6	23,5	34,3	24,7
Orientado para o consumo	38,5	41,6	51,7	39,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Observatorio GEM Espanha 2006* (elaboração da autora)

Em relação à motivação que leva ao empreendedorismo, a grande maioria fá-lo por oportunidade. É de realçar o facto de a evolução entre 2005 e 2006 ter ido no sentido de maior acentuação nessa realidade. Porém, registou-se também um ligeiro aumento dos empreendedores comunitários que o são por necessidade.

Tabela 99. Principais motivos dos empreendedores segundo a origem do empreendedor em Espanha em 2005-2006 (%)

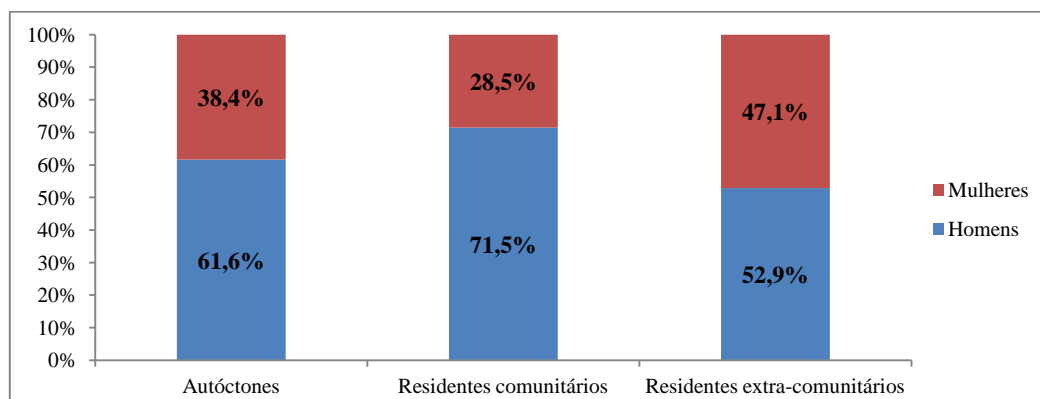
	2005				2006			
	Por oportunidade	Por necessidade	Outro motivo	Total	Por oportunidade	Por necessidade	Outro motivo	Total
Autóctones	83,3	14,1	2,6	100,0	84,3	15,1	0,2	100,0
Residentes comunitários	93,4	6,6	0,0	100,0	78,1	20,9	0,1	100,0
Residentes extra-comunitários	59,1	32,2	9,7	100,0	84,1	15,7	0,6	100,0

Fonte: *Observatorio GEM Espanha 2006* (elaboração da autora)

Os empreendedores em Espanha são de um modo geral mais homens do que mulheres, com menor incidência no caso do grupo dos extra-comunitários em que há

somente uma diferença de 5,8% entre sexos. O grupo dos comunitários é aquele cuja presença feminina é menor.

Gráfico 24. Empreendedores segundo a origem do empreendedor por sexo em Espanha, em 2006 (%)



Fonte: *Observatorio GEM Espanha 2006* (elaboração da autora)

Em relação à idade, os empreendedores extra-comunitários são mais jovens do que os espanhóis e os comunitários que têm uma média de idade muito próxima.

Tabela 100. Empreendedores segundo a origem do empreendedor em Espanha por idade em 2006

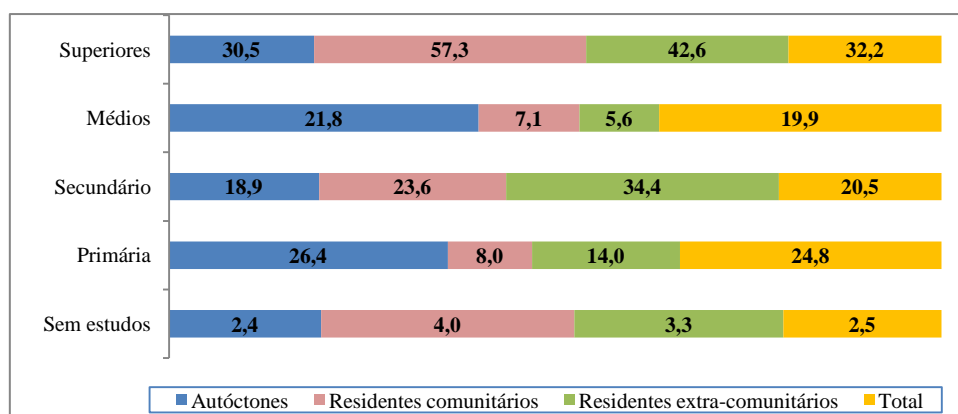
	Média de idade
Autóctones	38
Residentes comunitários	34
Residentes extra-comunitários	40

Fonte: *Observatorio GEM Espanha 2006* (elaboração da autora)

Quanto ao nível de estudos, há mais diferenças entre empreendedores espanhóis e os estrangeiros do que entre comunitários e extra-comunitários. Os espanhóis estão distribuídos de forma mais equilibrada entre os vários graus de ensino, sendo que os mais representativos são os extremos – Superiores 30,5% e Primários 26,4%. No caso do grupo dos empreendedores comunitários, mais de metade (57,3%) possui estudos superiores e há outra porção significativa (23,6%) com estudos secundários. Quanto ao grupo dos extra-comunitários, não há uma concentração tão grande

de empreendedores com estudos superiores, mas é o nível com maior representatividade (42,6%). Há também uma parte significativa com estudos secundários (34,4%) e outra com estudos primários (14,0%).

Gráfico 25. Empreendedores segundo a origem do empreendedor por nível de estudos em Espanha em 2006 (%)



Fonte: *Observatorio GEM Espanha 2006* (elaboração da autora)

Quanto ao caso concreto das actividades económicas empresariais de residentes chineses em Espanha, apesar de não haver uma fonte única oficial¹¹ que compile os dados estatísticos referentes a cidadãos estrangeiros por nacionalidade, existem fontes secundárias, nomeadamente estudos de caso, que nos permitem ter alguma informação sobre a temática em questão.

Deste o início da significativa imigração chinesa na década de 1990 que o principal sector da actividade empresarial dos chineses é o dos serviços. Inicialmente concentrados no negócio de restaurantes de comida chinesa, depressa viram como necessário a procura de novos nichos económicos. Não obstante a sua dispersão por todo o território espanhol, a saturação desse mercado acabou por acontecer a meio da década de 1990, o que os levou a desenvolver outras actividades comerciais, tais como lojas de venda ao público e de retalho de roupa e acessórios e produtos baratos importados da China. Posteriormente, começaram-se a desenvolver empresas de

¹¹ No estudo orientado por Beltrán Antolín & Sáiz López para a Fundació CIDOB, os autores referem isso mesmo em relação aos empresários asiáticos. «El registro de las actividades económicas empresariales de los asiáticos en España se encuentra muy fragmentado. Los datos de diferentes organismos institucionales no coinciden, por lo que es necesario utilizar indicadores indirectos para determinar el volumen de su actividad empresarial.» (2009: 91)

importação-exportação, assim como grandes armazéns de venda a retalho. Para além disso, embora sendo uma participação muito escassa, entraram no sector da indústria e da agricultura, com a aposta em fábricas têxteis de confecção de roupa, em pequenas empresas de queijo de soja e na produção de específicos tipos de legumes desconhecidos em Espanha (Nieto, 2007).

Apesar de os empresários chineses pretenderem vender para a população em geral, o aumento do número de residentes chineses e o seu volume significativo fizeram com que investissem em nichos económicos ligados à venda de produtos étnicos, tais como a comida ou mesmo cabeleireiros, agências de viagem, lojas de Internet e telefonemas internacionais, produtos medicinais chineses, clínicas de medicina chinesa, academias de artes marciais, livrarias, aluguer de vídeos, direccionados para os seus compatriotas. Estes novos negócios estão também dispersos por todo o território espanhol, mas especialmente nas zonas de particular concentração de residentes chineses, como é o caso das cidades de Madrid e Barcelona.

Assim, na primeira metade da década de 2000, segundo Xu Songhua, presidente da *Asociación de Chinos en España*, existiam em Espanha cerca de 10 mil empresas de proprietários chineses residentes, das quais 4 mil são restaurantes de comida chinesa, 3 mil e duzentas lojas de artigos variados ‘todo a cien’, 1.500 estabelecimentos de frutos secos (mercearias/lojas de conveniência), 600 mil lojas de retalho (empresas de importação), 80 supermercados de comida chinesa, 200 fábricas têxteis, e ainda vários cabeleireiros, lojas de informática, etc. (Antolín *et al.*, 2006a: 23).

Em relação à questão do sexo, verifica-se que, contrariamente ao que acontece com as outras nacionalidades estrangeiras e com a população autóctone, há uma elevada presença de mulheres chinesas no grupo dos empresários chineses (Sáiz Lopez, 2005a e 2005b).

Por último, quanto ao nível dos estudos que os empreendedores chineses possuem, estes caracterizam-se por não ser elevados, havendo uma prevalência maior daqueles que possuem estudos ao nível do ensino básico (primário). Porém, a baixa escolaridade dos empreendedores chineses não tem sido motivo impeditivo para o sucesso empresarial.

*Requerentes de emprego*¹²

A primeira década do século XXI tem sido marcada por um forte agravamento da taxa de desemprego nacional em Espanha que atingiu toda a população residente, incluindo os estrangeiros, mas sobretudo os nacionais de países terceiros.

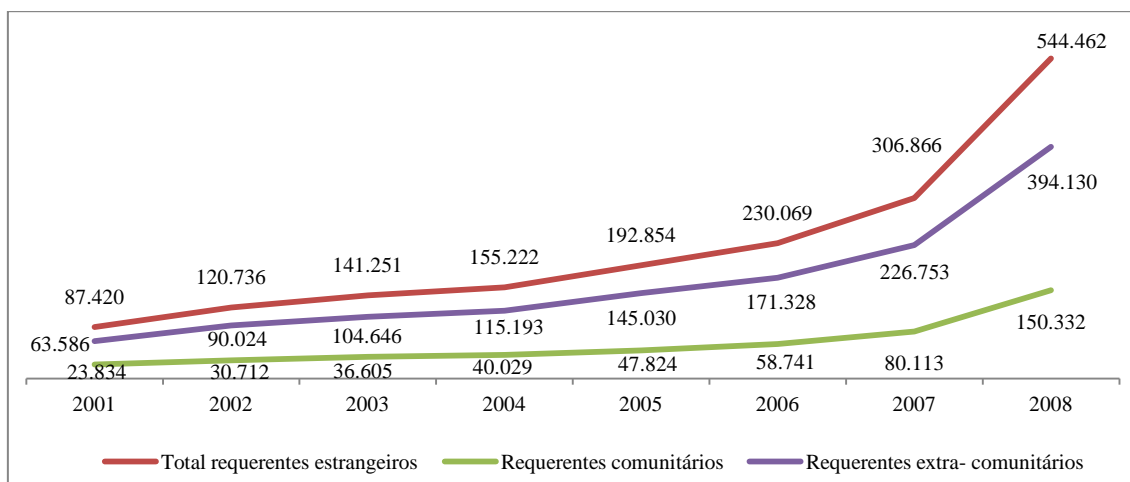
Ao longo de toda a década, o número de requerentes de emprego de estrangeiros extra-comunitários foi sempre muito mais elevado do que dos comunitários, representando 2/3 do total de requerentes de emprego estrangeiros. Porém, houve um ligeiro aumento do número de comunitários. No início da década de 2000, o grupo dos estrangeiros comunitários empregados que pretendiam trocar de emprego correspondia a 23,3% do total dos estrangeiros e passados oito anos, esse valor subiu para 27,5%, resultado da, já referida, alteração da composição do grupo de estrangeiros comunitários com o alargamento à Roménia e à Bulgária.

No conjunto dos requerentes de emprego – *parados* e *no parados* –, o crescimento registado entre 2002 e 2008 foi muito acentuado (522,8%), sobretudo nos dois últimos anos, tanto para o grupo dos estrangeiros comunitários (530,7%), como para o grupo dos extra-comunitários (519,8%).

Quanto aos cidadãos chineses, estes representavam 0,2% do total de requerentes de emprego estrangeiros em 2001, situação que se manteve praticamente inalterada até 2008 (0,3%). Apesar da sua insignificante representatividade, com um crescimento de 852,6%, foi o maior crescimento registado. Em termos de valores absolutos, em 2001 havia 192 trabalhadores chineses requerentes de emprego e em 2008 passou a haver 1.829.

¹² Os dados estatísticos referentes à procura de emprego por parte de cidadãos estrangeiros em Espanha são referentes às solicitações de um posto de trabalho realizados pelos trabalhadores, desempregados ou não, numa *Oficina de Empleo de los Servicios Públicos de Empleo* do Sistema Nacional de Empleo. Os requerentes de emprego são classificados em dois grupos: os requerentes de emprego estrangeiros desempregados (*parados*) e os empregados (*no parados*).

Gráfico 26. Evolução dos requerentes de emprego estrangeiros em Espanha, 2001-2008



Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Tabela 101. Evolução dos requerentes de emprego chineses em Espanha, 2001-2008

	Requerentes chineses	Crescimento
	N	%
2001	192	
2002	275	43,2
2003	334	21,5
2004	434	29,9
2005	542	24,9
2006	664	22,5
2007	920	38,6
2008	1.829	98,8

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Ao longo de toda a década de 2000, os requerentes de emprego estrangeiros do sexo masculino têm sido sempre em maior número do que as mulheres, com exceção do grupo dos estrangeiros comunitários, apesar de essa diferença ter vindo a diminuir.

Tabela 102. Trabalhadores chineses/trabalhadores estrangeiros requerentes de emprego segundo o sexo em Espanha, 2001-2008 (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Homens								
Requerentes chineses	56,8	56,7	54,5	46,3	52,8	51,1	54,5	61,6
Total requerentes estrangeiros	56,8	55,3	54,5	52,8	53,1	52,7	56,7	63,8
Requerentes comunitários	45,3	45,6	46,9	46,4	46,5	46,3	49,8	59,5
Requerentes extra-comunitários	61,1	58,6	57,2	55,1	55,2	54,9	59,1	65,4
Mulheres								
Requerentes chineses	43,2	43,3	45,5	53,7	47,2	48,9	45,5	38,4
Total requerentes estrangeiros	43,2	44,7	45,5	47,2	46,9	47,3	43,3	36,2
Requerentes comunitários	54,7	54,4	53,1	53,6	53,5	53,7	50,2	40,5
Requerentes extra-comunitários	38,9	41,4	42,8	44,9	44,8	45,1	40,9	34,6

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em relação às faixas etárias dos estrangeiros que mais requerem emprego, a faixa etária dos 34-39 anos é a que tem maior representatividade.

Os requerentes de emprego estão maioritariamente no sector dos serviços, seguidos do sector da construção e da indústria, reflectindo o que também se passa em relação à distribuição dos trabalhadores ao serviço, por sector de actividade. No caso concreto dos chineses passa-se o mesmo. Em 2001, a percentagem de requerentes de emprego chineses no sector dos serviços era de 67,2% e foi aumentando, com excepção do ano 2004 que registou uma ligeira descida, fruto do aumento do sector da construção e indústria. Assim, chegou-se ao ano de 2008 com 60,8% referente ao sector dos serviços, 14,4% do sector da construção e 12,8% da indústria.

Os grupos de ocupação dos requerentes de emprego estrangeiros também reflectem o que se passa com a distribuição dos trabalhadores estrangeiros empregados. Assim, a maioria dos trabalhadores estrangeiros que solicitou um novo emprego corresponde a trabalhadores não-qualificados, seguidos dos trabalhadores dos serviços e depois dos artesãos, grupo que começou a aumentar, chegando ao ano 2008 em segunda posição. Quanto aos requerentes chineses, entre 2002 e 2004 a maioria era composta por trabalhadores de serviços de restauração, pessoais, protecção e comércio e a partir de 2005 o grupo dos trabalhadores não-qualificados começou a aumentar.

Chegou-se assim ao 2008 com 38,4% trabalhadores da restauração e comércio e 36,8% trabalhadores não-qualificados.

O tempo de duração da demanda é, na sua maioria, de 3 a 6 meses.

Quanto ao nível de estudos dos requerentes, os estudos secundários são também a maioria. O caso dos requerentes chineses é ligeiramente diferente, tal como acontece com a categoria ‘trabalhadores’ e ‘residentes’, tendo a educação primária ganho maior relevo, sobretudo a partir de 2006. Em 2008 passou para a primeira posição.

No que respeita à localização geográfica, mais uma vez verifica-se que existe uma coincidência entre as comunidades autónomas de maior incidência de residência de estrangeiros e de requerentes de emprego. Assim, Catalunha e Madrid são as que registam maior número de solicitações, com maior acentuação na Catalunha no caso dos requerentes chineses. A partir de 2006, a Andaluzia e C. Valenciana começam a registar aumentos consideráveis. Quanto ao grupo dos comunitários, há uma maior distribuição pela Catalunha, Baleares, Andaluzia, C. Valenciana, Canárias e Madrid. Em 2007 a Andaluzia passou a ser a mais numerosa, enquanto em Castela-La Mancha e Castela-Leão são registadas subidas acentuadas.

Dentro das comunidades autónomas, Madrid e Barcelona são, sem dúvida, as províncias com valores mais elevados. No caso dos requerentes comunitários, as Baleares e Málaga também têm valores elevados. Os requerentes chineses que se encontram sobretudo na província de Barcelona mas também na província de Madrid e nas Baleares são os mais numerosos.

O conjunto dos requerentes de emprego é constituído pela procura de emprego por parte de trabalhadores empregados e desempregados, sendo que a maioria corresponde a pedidos feitos por desempregados. Desta forma, iremos de seguida abordar os dois grupos de forma distinta.

Tabela 103. Requerentes de emprego chineses/requerentes de emprego estrangeiros segundo a situação laboral em Espanha, 2006-2008

	2006			2007			2008		
	Total N	Empregados %	Desempregados %	Total N	Empregados %	Desempregados %	Total N	Empregados %	Desempregados %
Requerentes chineses	664	31,5	68,5	920	40,2	59,8	1.829	25,4	74,6
Total requerentes estrangeiros	230.069	26,0	74,0	306.866	30,9	69,1	544.462	24,5	75,5
Requerentes comunitários	45.460	30,1	69,9	79.674	26,3	73,7	149.768	19,9	80,1
Requerentes extra-comunitários	184.609	25,0	75,0	227.192	32,5	67,5	394.694	26,3	73,7

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Requerentes de emprego desempregados

A década de 2000 tem sido marcada pelo aumento exponencial do número de desempregados em Espanha. O ano 2008 foi aquele em que se registou o aumento mais acentuado da taxa de desempregado nacional, fruto da contracção da actividade económica que se começou a viver no país desde 2005. Em 2001 havia praticamente 2 milhões de desempregados em Espanha, dos quais 4,6% (87.420) eram trabalhadores estrangeiros. Ao longo da década, a situação foi-se agravando, chegando-se ao ano 2008 com mais de 3 milhões de desempregados, dos quais 14% correspondiam a trabalhadores estrangeiros (410.960).

Do conjunto dos requerentes de emprego estrangeiros que se encontram em situação de desemprego, 2/3 são nacionais de países terceiros. Apesar disso, o grupo dos requerentes comunitários teve um crescimento superior.

Embora o crescimento registado no caso dos requerentes chineses tenha sido elevado – 148,0% –, passando de 455 para 1.364 pedidos em apenas dois anos (2006-2008), quando comparado tanto com o total nacional de desempregados como com o total de desempregados estrangeiros, o valor é residual (respectivamente 0,05% e 0,33% em 2008).

Tabela 104. Requerentes de emprego estrangeiros desempregados em Espanha, 2006-2008

	2006	2007	2008	Crescimento 2007-2008 (%)
Requerentes chineses	455	550	1.364	148,0
Total requerentes estrangeiros	170.150	211.964	410.960	93,9
Requerentes comunitários	31.766	58.685	119.936	104,4
Requerentes extra- comunitários	138.384	153.279	291.024	89,9

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

As idades da maioria do conjunto dos requerentes estrangeiros desempregados vão dos 25 aos 39 anos mas a tendência tem sido de crescimento da faixa etária dos 40 aos 44 anos. No caso dos cidadãos comunitários as margens foram sempre essas. Os requerentes chineses caracterizam-se por serem mais velhos, sendo a faixa etária da maioria compreendida entre os 50-54 anos.

Quanto aos sectores de actividade dos requerentes de emprego desempregados estrangeiros, o sector dos serviços corresponde, mais uma vez à maioria, seguido da construção. No caso dos requerentes chineses, o sector dos serviços correspondeu à grande maioria nos anos 2006 e 2007 mas em 2008 regista uma descida, ficando nos 58% e a construção subiu, atingindo os 17%.

Os grupos de ocupação são idênticos aos atrás referidos no caso do conjunto dos requerentes de emprego. Deste modo e por esta ordem, os ‘trabalhadores não-qualificados’, os ‘trabalhadores de serviços de restauração, pessoais, protecção e comércio’ e os ‘artesãos e trabalhadores qualificados da indústria, construção e minas’ correspondem à maioria dos requerentes desempregados estrangeiros em 2006, sejam eles comunitários ou extra-comunitários, e em 2007-2008 os ‘artesãos e trabalhadores qualificados da indústria, construção e minas’ passam para a segunda posição. Os requerentes desempregados chineses em 2006 e 2007 são mais trabalhadores dos serviços e em 2008 passam a ser mais ‘trabalhadores não-qualificados’.

A duração da demanda é menor ou igual a 3 meses para o conjunto dos estrangeiros.

Os estudos dos requerentes desempregados estrangeiros está ao nível dos estudos secundários em 2006-2007 mas em 2008 passa a ser a educação primária o nível da maioria dos requerentes.

Em relação às comunidades autónomas onde são solicitados mais pedidos de procura de emprego por parte de desempregados estrangeiros, estas são a Catalunha, Madrid, C. Valenciana e Andaluzia; no grupo dos comunitários é a Andaluzia, Catalunha, C. Valenciana, Baleares e Madrid; no caso dos chineses, a maioria encontra-se na Catalunha e outra parte significativa nas Baleares e em Madrid.

Dentro das comunidades autónomas, Madrid, Barcelona, Baleares, Alicante são as províncias com mais solicitações de desempregados estrangeiros; Madrid, Baleares, Barcelona, Málaga no caso dos requerentes comunitários; e Barcelona (30,5%), Baleares (14,7) e Madrid (13,8) no caso dos requerentes chineses.

Requerentes de emprego empregados

Não obstante o aumento do número de requerentes de emprego estrangeiros que se encontra a trabalhar ter aumentado durante a década de 2000, continuaram a ser uma pequena parte (1/3) do total de requerentes de emprego estrangeiros.

Houve um aumento mais acentuado das mulheres no caso dos requerentes empregados chineses que não foi acompanhado nem pelos comunitários nem pelos extra-comunitários.

Tabela 105. Requerentes de emprego estrangeiros/chineses empregados segundo o sexo em Espanha, 2005-2008

	2005	2006	2007	2008	Crescimento 2005-2008 (%)
Ambos sexos					
Requerentes chineses empregados	119	209	370	465	290,8
Total requerentes estrangeiros empregados	39.374	59.919	94.902	133.502	239,1
Requerentes comunitários empregados	8.957	13.694	20.989	29.832	233,1
Requerentes extra-comunitários empregados	30.417	46.225	73.913	103.670	240,8
Homens					
Requerentes chineses empregados	72	100	201	265	268,1
Total requerentes estrangeiros empregados	20.730	29.109	50.865	75.823	265,8
Requerentes comunitários empregados	3.916	5.728	9.761	14.915	280,9
Requerentes extra-comunitários empregados	16.814	23.381	41.104	60.908	262,2
Mulheres					
Requerentes chineses empregados	47	109	169	200	325,5
Total requerentes estrangeiros empregados	18.644	30.810	44.037	57.679	209,4
Requerentes comunitários empregados	5.041	7.966	11.228	14.917	195,9
Requerentes extra-comunitários empregados	13.603	22.844	32.809	42.762	214,4

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

As idades dos requerentes de emprego estrangeiros empregados diferem dos desempregados. Neste caso, a faixa etária dos estrangeiros em geral que reflectem os valores dos extra-comunitários é entre os 25 e os 44 anos. Para os comunitários o intervalo é maior, 25-49 anos, e dos chineses em particular tem sido dos 25 aos 44 anos, mas a tendência foi para alargar para idades mais jovens, passando a ser, em 2008, dos 20 aos 44 anos.

O sector de actividade é para os estrangeiros em geral, incluindo chineses, o sector dos serviços, sendo os trabalhadores não-qualificados os mais numerosos, seguidos dos trabalhadores dos serviços e comércio no caso dos estrangeiros em geral. Quanto aos chineses, a situação é a inversa, tal como os comunitários a partir de 2007.

A duração da demanda é menor ou igual a 3 meses para todos.

O nível de estudos dos requerentes estrangeiros em geral e dos chineses em particular são os estudos secundários e a tendência foi de aumento dos estudos primários ao longo da década.

No caso dos requerentes empregados chineses, Catalunha é a comunidade autónoma onde se encontra a maioria. Já no caso dos estrangeiros em geral há uma maior dispersão pelas comunidades autónomas da Catalunha, Madrid e Andaluzia que passou para segunda posição em 2008. Os requerentes de países comunitários estavam em maior número nas Baleares, Catalunha e Andaluzia e C. Valenciana. Em 2008 há uma inversão na ordem de grandeza, passando a ser a seguinte: Andaluzia, Catalunha, C. Valenciana e Baleares.

Segundo a província, os estrangeiros em geral e os chineses que se encontram a trabalhar e que solicitam emprego estão em maior número em Barcelona, Madrid, Baleares e Girona. No caso específico dos comunitários, estão nas províncias das Baleares, Madrid, Barcelona e Valência.

- Estudantes

Na passagem do século XX para o século XXI, o número de nacionais de países terceiros com autorização de estadia para estudos não teve um aumento muito significativo. Ao longo da década de 2000, o crescimento não foi constante,

tendo-se registado várias subidas e descidas. Em 2007 e 2008, houve um crescimento bastante acentuado.

O peso relativo de cada continente de origem variou consideravelmente. No início da década, a percentagem de latino-americanos era de 40%, seguido dos africanos com 23%, dos norte-americanos com 20%, dos asiáticos com 11%, e 3% de europeus de Leste e menos de 1% da Oceânia. Em 2008, os latino-americanos passaram a ser um em cada três nacionais de países terceiros com autorização para estudar, correspondendo as maiores perdas de peso relativo à América do Norte e África.

As nacionalidades que mais cresceram em termos absolutos neste período foram a mexicana, a colombiana, a brasileira, a peruana e a chinesa.

No caso particular dos chineses, houve uma atribuição de autorizações de estadia para estudo com uma tendência crescente mais constante. Se em 2000 os chineses representavam 0,8% do total deste tipo de autorização, em 2008 passaram a representar 6,0%.

Quanto à idade dos estudantes estrangeiros em geral e dos chineses em particular, verifica-se que a partir de 2004 a maioria dos estudantes de países terceiros que escolhem estudar em Espanha tem entre 20 e 30 anos. No início da década, eram mais velhos, entre os 30 e os 39 anos.

Tanto no caso dos estudantes de países terceiros em geral como dos estudantes chineses, há mais mulheres do que homens desde o final da década de 1990 até ao ano 2008.

Tabela 106. Estudantes chineses em Espanha, 1999-2008

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ambos os sexos										
Estudantes chineses	212	244	253	395	647	760	724	908	1.625	2.500
Total estudantes estrangeiros	27.410	28.820	29.410	23.774	30.267	35.769	30.676	33.293	40.132	41.881
Homens										
Estudantes chineses	76	88	94	166	293	343	304	370	686	1.091
Total estudantes estrangeiros	12.740	13.162	13.443	11.381	14.442	16.731	14.490	15.552	18.723	19.249
Mulheres										
Estudantes chineses	136	156	159	229	354	416	420	538	939	1.409
Total estudantes estrangeiros	14.629	15.627	15.940	12.383	15.818	19.028	16.186	17.741	21.409	22.607

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em termos relativos, o crescimento foi superior a 200% entre os nacionais de dezassete países, sendo o crescimento médio de 82%. Entre estes países se destaca, por importância numérica, a China que multiplicou por 9,7 o número de nacionais com autorização de estudos, a República Dominicana, a Bolívia, o Peru, o México e a Colômbia.

Catalunha, Madrid e Comunidade Valenciana são as comunidades autónomas em que o número de estrangeiros com autorização de estadia de estudo mais cresceu, com um crescimento de mais de 80% sobre o total do país. As quatro províncias com maiores aumentos absolutos são Barcelona, Madrid, Valência e Sevilha.

Em termos relativos, La Rioja foi a comunidade em que o número de estrangeiros com autorização de estadia de estudo mais aumentou, seguida da Catalunha, Melilla, Aragão e Ceuta. As províncias com maior crescimento relativo são Segóvia, Ciudad Real, Huesca, Tarragona, Burgos e Huelva.

No caso dos estudantes chineses, a maioria encontra-se nas comunidades autónomas de Catalunha, Madrid, Castilha-Leão, Andaluzia e Aragão.

- Vistos concedidos

O visto é o documento que habilita os cidadãos nacionais de países terceiros a entrar em território espanhol¹³. É concedido pela missão diplomática ou oficina consular de Espanha no país de solicitação em função do tempo previsto de permanência e do motivo alegado na solicitação a nacionais de países terceiros com os quais Espanha não tem acordos.

O visto de estadia habilita o estrangeiro a permanecer no máximo de noventa dias por semestre e não necessita de autorização para residir. Em função do motivo, faz-se a diferenciação entre as estadias de carácter geral (com fins turísticos e similares), os vistos de estadia concedidos a familiares de cidadãos comunitários e os concedidos com finalidade laboral.

¹³ Em relação à exigência de visto, Espanha segue as directivas da União Europeia que elaborou uma lista comum que estabelece quais os países terceiros cujos nacionais estão obrigados a apresentar um visto aquando da sua entrada em qualquer dos Estados Membros (Regulamento (CE) 539/2001 modificado pelo Regulamento (CE) 1932/2006).

O estrangeiro com visto de residência titular de uma autorização de residência ou de uma autorização de estadia por estudos, pode permanecer em Espanha por um período superior a três meses de estadia. Subdivide-se em quatro categorias em função do motivo da solicitação: por reagrupamento familiar, residência sem finalidade laboral, residência e trabalho e de estudos (cursos, trabalhos de investigação ou formação).

Entre 2001 e 2008 foram concedidos 6.801.867 vistos. Passou-se de 737.845 vistos concedidos em 2001 para 1.104.725 em 2008. O ano em que se registou um aumento maior foi 2006, com mais 112.511 visto concedidos em relação ao ano anterior. Nos anos 2002 e 2003 houve uma descida do número de vistos concedidos, sendo que em 2002 se registou o maior decréscimo, com menos 59.477 vistos concedidos.

Quanto ao local em que o visto é concedido, a esmagadora maioria (92-93%) dos vistos concedidos em 2007-2008 foi solicitada no país de origem. Dos restantes, 4-5% são solicitados noutra continente e 3% noutra país do seu continente de origem. No caso dos cidadãos chineses, há uma diferença maior entre os vistos concedidos em outro continente (6-7%) e em outro país do seu continente de origem (menos de 1%).

Os cidadãos de países europeus não-comunitários são os mais representativos, com maior aumento em 2005 (34,31%). África é o segundo continente com mais vistos acumulados. Os vistos concedidos por Oficinas Consulares de países latino-americanos estão em terceiro lugar, sendo 2007 o ano em que se registou um aumento mais acentuado (cerca de 30%).

Por nacionalidade, em termos absolutos foram os russos e os marroquinos os mais representativos. Em termos relativos, os vistos concedidos a paraguaios e bolivianos tiveram crescimentos superiores a 1.500%. Quanto aos vistos concedidos a cidadãos chineses, a tendência foi sempre crescente ao longo da década de 2000, com o maior crescimento em 2004, como se pode verificar na tabela seguinte.

Tabela 107. Vistos concedidos por Espanha a cidadãos chineses, 2001-2008

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Cidadãos chineses	16.011	16.344	17.278	24.581	28.752	31.376	39.469	41.821
Total vistos concedidos	737.845	678.368	673.729	750.859	848.527	961.038	1.046.776	1.104.725

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Quanto aos tipos de visto concedidos entre 2001 e 2008, o mais numeroso é o visto de estadia, superando os 70% do total dos vistos em todos os anos, com excepção de 2004 que foi de 66%.

Os vistos de residência estão em segundo lugar em importância numérica, chegando a alcançar os 30% do total em 2004 e em torno dos 23% nos restantes anos.

Os vistos de trânsito territorial não superam os 4% do total em nenhum dos anos. Por último, o número de vistos de trânsito aeroportuário é inferior a 1% em todos os anos.

Aos estrangeiros em geral entre 2001 e 2008 foram concedidos mais vistos de estadia do que de residência. Aos cidadãos chineses, no início da década eram concedidos mais vistos de estadia mas o número de vistos de residência foi crescendo mais e em 2003 passaram a ser concedidos mais vistos de residência. Porém, em 2005 a situação inverte-se e até 2008 voltam a ser concedidos mais vistos de estadia.

Tabela 108. Tipos de visto concedidos por Espanha a cidadãos chineses/cidadãos estrangeiros, 2001-2008

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Cidadãos chineses								
Trânsito aeroportuário	37	2	0	0	2	1	1	2
Trânsito territorial	315	304	318	523	574	325	307	387
Estadia	8.611	7.994	7.292	9.576	16.935	20.841	24.888	23.836
Residência	7.048	8.044	9.668	14.482	11.241	10.209	14.273	17.596
Total	16.011	16.344	17.278	24.581	28.752	31.376	39.469	41.821
Total vistos concedidos a cidadãos estrangeiros								
Trânsito aeroportuário	384	813	1.095	4.726	5.338	3.501	1.211	1.304
Trânsito territorial	24.866	25.857	23.508	22.098	20.179	20.011	18.927	17.991
Estadia	575.236	519.328	477.533	498.642	626.462	711.246	745.771	797.279
Residência	137.359	132.370	171.593	225.393	196.548	226.280	280.867	288.151
Total	737.845	678.368	673.729	750.859	848.527	961.038	1.046.776	1.104.725

Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

Em 2008, os vistos concedidos a cidadãos chineses representaram cerca de 3% do total de vistos concedidos por Espanha.

A faixa etária mais numerosa no total dos vistos concedidos tanto a estrangeiros em geral (64-65%) como a cidadãos chineses em particular (68-69%) em 2007-2008 foi a dos 16-44 anos, seguida da faixa etária dos 45-64 anos (21-22% e 18-17% respectivamente).

Quanto à diferença entre sexos, verifica-se que, no seu conjunto, as mulheres estão mais representadas nas concessões de vistos. Situação díspar verifica-se com a concessão de vistos a cidadãos chineses que difere em função do tipo de visto concedido. No total são concedidos mais vistos a homens mas porém são mais os vistos por residência concedidos a cidadãs chinesas.

Tabela 109. Vistos concedidos por Espanha a cidadãos chineses segundo o sexo, 2007-2008

	2007					2008				
	Total	Trânsito aeroportuário	Trânsito territorial	Estadia	Residência	Total	Trânsito aeroportuário	Trânsito territorial	Estadia	Residência
Cidadãos chineses										
Ambos os sexos	41.771	1	321	27.010	14.439	43.864	4	390	25.864	17.606
Homens	23.247	1	274	16.412	6.560	24.397	4	335	16.066	7.992
Mulheres	18.524	0	47	10.598	7.879	19.467	0	55	9.798	9.614
Total de estrangeiros										
Ambos os sexos	1.046.776	1.211	18.927	745.771	280.867	1.104.725	1.304	17.991	797.279	288.151
Homens	514.000	764	16.490	358.010	138.736	526.331	875	15.246	381.379	128.831
Mulheres	532.776	447	2.437	387.761	142.131	578.394	429	2.745	415.900	159.320

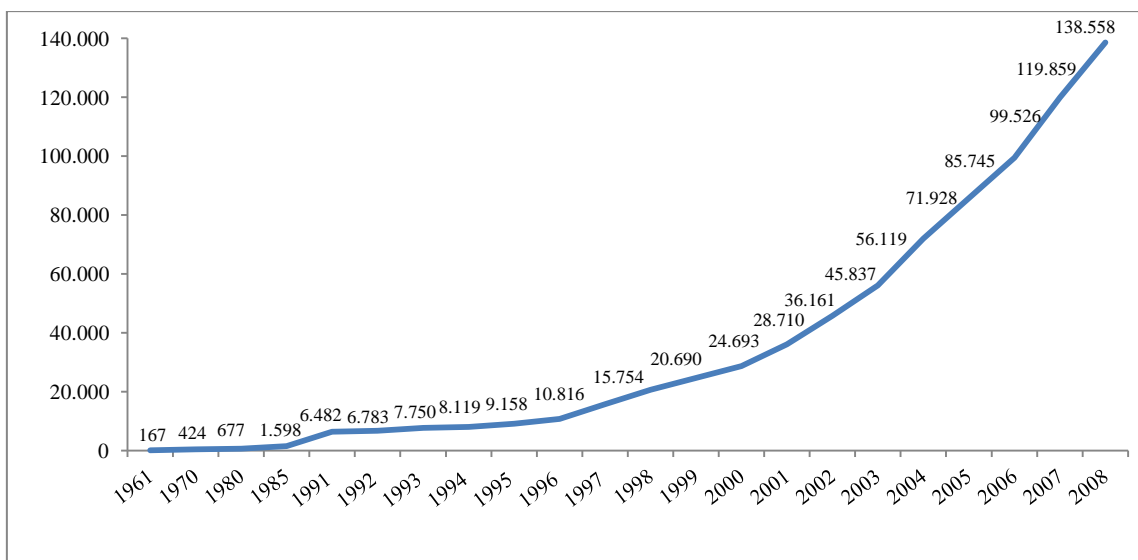
Fonte: *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de Espanha* (elaboração da autora)

O elevado número de vistos concedidos por Espanha a cidadãos estrangeiros em geral e em particular a cidadãos chineses não pode deixar de ser relacionado com o elevado número de cidadãos estrangeiros e chineses que se estima encontrarem-se em situação irregular, realidade que está bem visível nos números de regularizações realizadas nos sucessivos processos de legalização extraordinários que têm vindo a ter lugar desde a década de 1990, como anteriormente já abordado. Muitos cidadãos utilizam a aquisição de um visto como forma de entrada no país, já com ideia de ficarem para além do prazo de validade do visto adquirido.

II.2.2.1. Notas conclusivas

Em Espanha, país de imigração a partir da segunda metade da década de 1980, apesar de se ter contado com a presença de imigrantes chineses desde a década de 1960, foi a partir do final da década de 1990 que os fluxos imigratórios chineses, maioritariamente provenientes da província de Zhejiang, se consolidaram e foram aumentando até à primeira década do século XXI. As regularizações extraordinárias realizadas (1985, 1991, 1996, 2000, 2001, 2005) contribuíram directamente para o aumento do número de residentes estrangeiros em determinados anos e em particular dos chineses, o que demonstra que a presença de imigrantes chineses indocumentados tem sido particularmente significativa.

Gráfico 27. Evolução residentes chineses em Espanha entre 1961 e 2008



Fonte: Sáiz López (2005), com base em dados estatísticos do INE – *Instituto Nacional de Estadística* de Espanha e *Anuario de migraciones* para dados entre 1961 e 1985; *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración* de Espanha para dados entre 1991 e 2008 (elaboração da autora)

Na análise da imigração chinesa enquadrada na caracterização geral da população residente estrangeira em Espanha realizada e que teve por base dados estatísticos oficiais, sobressai um conjunto de aspectos diferenciadores ao longo das diferentes fases da imigração, sobretudo aspectos ligados à actividade laboral.

Logo na primeira fase da imigração em Espanha, período que vai dos anos 1960 até meio da década de 1980, os residentes chineses destacam-se da restante população residente estrangeira. Nessa altura, Espanha contou com a presença de uma imigração oriunda de países europeus mais desenvolvidos que estava ligada ao lazer e uma outra, relacionada com o seu passado colonial, que era composta por exilados latino-americanos. A imigração chinesa proveniente da província de Zhejiang, de cariz económico, era composta por indivíduos a exercer actividade laboral na restauração, concretamente ligados ao negócio de restaurantes de comida chinesa, como proprietários ou como empregados.

Na segunda fase da imigração, entre 1986 e 1999, a população residente estrangeira que teve um aumento exponencial, passou, no seu conjunto, a ter uma motivação económica. Neste contexto, existiram duas novas vagas de migrantes provenientes de países menos desenvolvidos, uma oriunda do norte de África – sobretudo de Marrocos – e outra da América Latina que exerciam actividade laboral sobretudo no sector dos serviços mas também na indústria, construção e agricultura. Já a população residente chinesa estava praticamente toda no sector dos serviços (98,1%), uma parte como empregadores e outra como empregados, ocupada em actividades ligadas à restauração de comida chinesa e ao comércio de produtos (roupa, acessórios de moda, etc.) de baixo preço importados da China. Em relação à idade, não houve diferenças significativas, sendo comum a todos, o facto do grupo etário dos 25-44 anos ser o mais numeroso, se bem que a faixa etária dos 65 e mais anos fosse menor no caso dos residentes chineses. Quanto à localização geográfica por Comunidade Autónoma, também não houve grandes diferenças entre os residentes chineses e os restantes residentes estrangeiros, estando todos mais concentrados nos grandes centros urbanos, no litoral e Canárias. Relativamente ao regime de residência, a maioria, quase totalidade, dos residentes chineses é muito superior à maioria dos residentes extra-comunitários, situação que demonstra haver poucas concessões de nacionalidade espanhola a cidadãos chineses e mais a outras origens, sobretudo a latino-americanos, e poucos matrimónios com cidadãos espanhóis. No que respeita à relação entre residentes e trabalhadores, há uma grande diferença entre o caso dos chineses e das restantes origens. De facto, apesar de ter havido descidas nos anos 1997-1998, durante a segunda metade da década de 1990 o número de residentes

chineses a trabalhar foi superior ao número das restantes origens dos trabalhadores extra-comunitários, com excepção dos africanos. Em termos de sexo e idade dos trabalhadores, a situação entre chineses e o total dos trabalhadores extra-comunitários era semelhante, havendo em ambos uma maior representatividade masculina e uma prevalência de indivíduos entre os 25 e os 54 anos. Os trabalhadores chineses estavam na sua quase totalidade (98,1%) a trabalhar no sector dos serviços, enquanto os restantes trabalhadores extra-comunitários, para além de estarem no sector dos serviços (2/3), também estavam presentes na construção e na indústria, se bem que de forma muito mais reduzida. Praticamente todos os trabalhadores extra-comunitários encontravam-se a trabalhar por conta de outrem, ao passo que 2/5 dos trabalhadores chineses eram trabalhadores por conta própria. Na década de 1990, houve um aumento considerável de estudantes estrangeiros, sobretudo latino-americanos, africanos (marroquinos) e asiáticos (filipinos e japoneses) que optaram por ir estudar para Espanha mas os estudantes chineses eram muito poucos, não tendo acompanhado esse crescimento. Comum a todos foram os factos de, por um lado, haver um número mais elevado de mulheres do que homens e, por outro, de a faixa etária que mais teve permissão para estudar em Espanha ser a dos 24-44 anos.

A primeira década do século XXI em Espanha tem sido marcada por um forte crescimento do conjunto da população residente estrangeira tendo a chinesa acompanhado essa tendência, com um forte contributo de um novo fluxo proveniente do nordeste da China. Em continuidade com o que aconteceu na década anterior, o número de residentes chineses do sexo masculino continua a ser superior ao número de mulheres, acompanhando assim o que acontece com os residentes estrangeiros de um modo geral, com excepção dos residentes de origem latino-americana e europeia (não-comunitários) que continuam a contar com mais mulheres. A mesma situação se passa quanto à idade, sendo que a maioria se encontra entre os 16 e os 64 anos. Porém, há duas diferenças significativas entre os residentes chineses e os residentes comunitários respeitantes aos mais novos e aos mais velhos, uma vez que os residentes chineses têm uma percentagem mais elevada de crianças (0-15 anos) e uma fraca representatividade de indivíduos com mais de 65 anos, exactamente o contrário do que se passa com o grupo dos residentes comunitários. De um modo geral, quanto à distribuição dos residentes estrangeiros na década de 2000, verifica-se que a tendência

de maior dispersão que já vinha a acontecer na década anterior continuou de forma mais vinculada, o mesmo acontecendo com os residentes chineses. Não obstante, as comunidades autónomas de Madrid, Barcelona, C. Valenciana, Andaluzia e Canárias continuam a ser aquelas em que há maior concentração de residentes estrangeiros em geral e em particular de residentes chineses. Relativamente ao regime de residência, também há uma coincidência entre os residentes chineses e os residentes estrangeiros, estando a maioria enquadrada no regime geral. O mesmo tem acontecido no que respeita ao número de concessões de nacionalidade espanhola que tem vindo a aumentar. O principal motivo para todos tem sido a residência (10 anos) e depois o nascimento e não tanto o matrimónio. Ao longo da década, o número de autorizações permanentes de residentes estrangeiros e também de residentes chineses tem vindo a aumentar de forma gradual, o que sugere que grande parte destes tem optado por permanecer no país. Por outro lado, também houve um aumento do número de autorizações temporárias iniciais, o que reflecte a entrada (ou a regularização) de muitos cidadãos estrangeiros. Na primeira década do século XXI, a presença da população estrangeira no mercado de trabalho tem vindo a tornar-se cada vez mais visível e os residentes chineses não são excepção, representando cerca de 2% do total da mão-de-obra estrangeira em Espanha. A grande maioria dos trabalhadores estrangeiros, incluindo chineses, é do sexo masculino. Porém, a tendência tem sido de aumento do número de trabalhadoras estrangeiras mas no caso específico dos trabalhadores chineses isso não se tem verificado, com excepção para os anos 2004-2005 em que houve, se bem que ligeira, um aumento do número de trabalhadoras chinesas. Também a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros e chineses tem entre 20 e 39 anos, tendo-se verificado um rejuvenescimento face à década anterior. Embora a maioria dos trabalhadores estrangeiros tenha habilitações académicas ao nível do ensino secundário, tem sido crescente o número de trabalhadores estrangeiros analfabetos, com estudos primários e com estudos *post-* secundários. Excepto neste último caso, o grupo dos trabalhadores chineses acompanhou a mesma tendência. Quanto aos sectores de actividade, os trabalhadores chineses têm características próprias que os distinguem dos restantes trabalhadores estrangeiros. Os trabalhadores estrangeiros em geral estão maioritariamente no sector dos serviços mas também estão bem representados nos sectores da construção, indústria e em menor proporção na agricultura. Enquanto isso,

os trabalhadores chineses, que na década anterior estavam praticamente todos no sector dos serviços, a maioria ainda continua a estar nos serviços mas passou também a ter uma parte dos seus trabalhadores na indústria, na construção e na agricultura. Dentro do sector dos serviços, onde a maioria dos trabalhadores estrangeiros e dos chineses se encontram a exercer actividades laborais, há diferenças significativas entre ambos os grupos, no que respeita às secções de actividade. Enquanto para a maioria dos estrangeiros as secções das (1º) actividades imobiliárias e serviços empresariais, (2º) da hotelaria, (3º) do comércio, reparação veículos e artigos pessoais, (4º) dos transportes e de (5º) outras actividades sociais são as mais representativas, no caso dos trabalhadores chineses a hotelaria é onde se encontra mais de metade (54,4%) do total dos trabalhadores chineses, seguida do comércio, reparação de veículos e artigos pessoais (32,2%) e das actividades imobiliárias e serviços empresariais (10,2%). No que respeita ao grupo de ocupação, metade dos trabalhadores estrangeiros são trabalhadores não-qualificados. A outra metade divide-se em trabalhadores dos serviços e comércio, artesãos e trabalhadores da agricultura, por esta ordem de grandeza. Os trabalhadores chineses destacam-se do conjunto dos trabalhadores estrangeiros, uma vez que mais de metade corresponde a trabalhadores dos serviços e restauração, $\frac{1}{4}$ corresponde a trabalhadores não-qualificados, havendo somente uma pequena parcela de artesãos e outra ainda mais pequena de operadores de máquinas. A maioria dos trabalhadores estrangeiros caracteriza-se por trabalhar a tempo inteiro ao longo de toda a década de 2000. Porém, a situação dos trabalhadores chineses não é de todo idêntica. Em 2000, somente $\frac{1}{4}$ dos trabalhadores chineses trabalhava a tempo inteiro mas os valores entre trabalho a tempo inteiro e parcial foram-se aproximando e, em 2008, chegou mesmo a haver mais trabalhadores a tempo inteiro do que a tempo parcial. A quase totalidade dos trabalhadores estrangeiros tem contratos de trabalho temporários mas ao longo da década a tendência foi decrescente. No caso dos trabalhadores chineses, a tendência foi idêntica. Enquanto cerca de metade dos trabalhadores estrangeiros exerce actividade em pequenas e médias empresas e há também uma parte significativa que se encontra em grandes empresas, os trabalhadores chineses encontram-se muito concentrados, cerca de $\frac{3}{4}$, em empresas que têm até 25 trabalhadores. Porém, esta concentração foi sendo reduzida ao longo da década, se bem que ligeiramente, tendo aumentado o número de trabalhadores chineses sobretudo em empresas de 26 a 500 trabalhadores.

Na continuidade do que vinha a acontecer na década anterior, no início da década de 2000 a grande maioria dos trabalhadores estrangeiros era composta por trabalhadores por conta de outrem, tendo havido mesmo um aumento ligeiro ao longo da década, do qual o grupo dos trabalhadores comunitários é responsável. Quanto aos trabalhadores chineses, não obstante estarem em situação idêntica aos trabalhadores comunitários no início da década (rondando os 70%), a partir de 2007 esse valor começou a diminuir de forma mais significativa, chegando-se ao ano 2008 com uma percentagem de 64,9% de trabalhadores por conta de outrem. A representatividade dos trabalhadores por conta própria chineses é superior quando comparada com o total dos trabalhadores estrangeiros, revelando uma característica particular relativa à iniciativa empresarial privada dos trabalhadores chineses. Esta situação foi-se tornando mais visível nos anos 2007 e 2008, apesar de 2002 e 2003 terem sido anos em que a tendência foi contrária. A maioria das actividades empreendedoras dos residentes estrangeiros em Espanha é de residentes extra-comunitários e os sectores onde estão mais presentes são aqueles que estão orientados para o consumo, enquanto os residentes chineses apostam mais no sector dos serviços. Porém, tem-se verificado uma maior dispersão na actividade empresarial chinesa, com presença no sector da indústria (confeção de roupa) e agricultura. Outro aspecto diferenciador entre empreendedores estrangeiros e chineses diz respeito ao nível das habilitações académicas. A maioria dos empreendedores estrangeiros em geral possui estudos superiores, enquanto no caso dos empreendedores chineses a prevalência é de estudos primários. No que respeita ao desemprego, os trabalhadores chineses destacam-se do grupo dos trabalhadores estrangeiros em geral, pela positiva, sendo que o seu valor tem sido residual, não chegando a representar 0,5% do total de trabalhadores estrangeiros e menos ainda quando comparado com o total nacional. Não obstante os estudantes chineses representarem uma pequena parcela do total dos estudantes estrangeiros em Espanha, acompanharam a tendência de crescimento. Por último, referindo-nos aos vistos concedidos por Espanha a cidadãos estrangeiros, encontramos uma outra situação em que os cidadãos chineses se destacam do conjunto dos estrangeiros. Apesar de ter havido um aumento mútuo entre 2001 e 2008, o crescimento verificado no caso dos cidadãos chineses foi gradual e constante, enquanto no caso dos cidadãos estrangeiros em geral houve descidas nos anos 2002-2003.

Nas últimas duas décadas, a imigração chinesa em Espanha tem passado por uma evolução que lhe tem vindo a conferir novas características. Falar de imigração chinesa em Espanha na década de 1990 não é o mesmo do que falar de imigração chinesa na primeira década do século XXI, não obstante haver um conjunto de características inalteradas.

Assim, em relação às diferentes regiões de origem dos residentes chineses em Espanha, verifica-se que até à década de 2000, a maioria era proveniente da província de Zhejiang e, em menor número também de Fujian, mas a partir da década de 2000, a acrescentar a estes fluxos, está o significativo fluxo proveniente do nordeste da China que, tendo ele características próprias e dada a sua dimensão, veio contribuir em muito para a nova caracterização da imigração chinesa em Espanha.

De um modo, geral, a presença de imigrantes chineses em Espanha continua a contar com mais homens do que mulheres, apesar de, durante a década de 2000, o crescimento do número de mulheres ter sido superior ao dos homens. Os imigrantes chineses passaram a ser, no seu conjunto, mais jovens, sendo que o número de crianças (0-15 anos) aumentou significativamente, contando com a contribuição do aumento do número de nascimentos de chineses em Espanha entre 2005 e 2008. Os indivíduos com 65 e mais anos continuam a ser pouco representativos, na ordem dos 2% do total de residentes chineses. Quanto aos locais onde se encontram a residir, apesar de continuarem a estar mais concentrados sobretudo nas Comunidades Autónomas de Madrid e Barcelona mas também Andaluzia e Canárias, verifica-se que tem havido uma maior dispersão por todo o território espanhol. Esta realidade vem ao encontro da estratégia empresarial que caracteriza os empreendedores chineses de apostar na dispersão geográfica (e também das áreas de negócio) para aumentar a probabilidade de sucesso empresarial. Em relação ao regime de residência, a maioria dos residentes chineses continua a estar encontrada no regime geral, situação que está relacionada com o aumento do número de imigrantes e com o número reduzido número de concessões de nacionalidade que na realidade não chega a 1% do total das concessões no ano 2008. As autorizações de residência atribuídas a cidadãos chineses têm sido cada vez mais de tipo permanente, sendo que em 2008 havia um equilíbrio entre autorizações permanentes e temporárias.

Quanto ao caso concreto dos residentes chineses que se encontram a trabalhar, verifica-se que em 2008 a diferença entre homens e mulheres voltou a ser muito mais acentuada, contrariando a tendência que vinha a acontecer na década de 1990, voltando a valores de há dez anos atrás, com os homens a terem uma representatividade na ordem dos 70%. Quanto à sua idade, os trabalhadores chineses, acompanhando os residentes estrangeiros em geral, têm, na sua maioria, entre 20 e 39 anos. O nível de estudos dos trabalhadores chineses tem vindo a seguir a tendência de maior representatividade dos trabalhadores analfabetos e com estudos primários, em prejuízo dos trabalhadores chineses com estudos secundários que eram os mais representativos. Não obstante a maior parte dos trabalhadores chineses permanecer no sector dos serviços, houve uma redução da concentração, passando de 98,1% (1997) para cerca de 70,0% na década de 2000. Esta redução resultou do aumento de trabalhadores no sector industrial e da construção, sendo esta uma das mais significativas novas características da imigração chinesa em Espanha. Enquanto na década de 1990 uma parte muito significativa, cerca de 40%, dos trabalhadores chineses se encontrava a trabalhar por conta própria, na década de 2000, não obstante as várias descidas causadas pelas novas vagas imigratórias provenientes da China, os valores de trabalhadores por conta própria ficaram sempre aquém, ficando nos 35% no ano 2008.

Os imigrantes chineses em Espanha caracterizam-se por terem elevados níveis de ocupação no mercado de trabalho, com uma taxa de emprego extremamente elevada, apesar de ter havido um aumento considerável em termos absolutos entre 2006 e 2008 de inscritos como desempregados. Dos residentes chineses que estão inscritos como requerentes de emprego, a maioria corresponde a trabalhadores em situação de desemprego, sobretudo do sector dos serviços, mas cada vez mais da construção e da indústria, situação que se reflecte na categoria dos trabalhadores. Em conformidade, a maioria tem sido composta por trabalhadores dos serviços, mas em 2008 os trabalhadores não-qualificados passaram a ser em maior número. Quanto às suas habilitações académicas estão largamente ao nível dos estudos secundários, não obstante o facto de o número de indivíduos com estudos primários ter vindo a aumentar. Catalunha e Madrid são as comunidades autónomas onde se registam mais requerentes de emprego chineses. Por último, no caso concreto dos requerentes de emprego chineses que se encontram ao serviço é relevante referir que tem havido uma tendência

de crescimento das mulheres, que os pedidos são feitos por indivíduos cada vez mais jovens (20-44 anos) que trabalham no sector dos serviços, principalmente como trabalhadores não-qualificados mas também como trabalhadores dos serviços com níveis de estudo cada vez mais baixos e que se encontram sobretudo na Comunidade Autónoma da Catalunha.

II.2.3. A imigração chinesa em Portugal

Esta secção pretende fazer um enquadramento da imigração chinesa em Portugal dentro do contexto da imigração em geral. Em conformidade, traça-se a evolução que a imigração chinesa tem tido em Portugal na sua não muito grande existência, assim como se procede à sua caracterização ao longo do tempo, com particular destaque para a última década do século XX e primeira década do século XXI.

Para tal, foram utilizadas várias fontes estatísticas oficiais. Optou-se pela utilização dos dados do SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para a caracterização geral (origem, sexo, idade, localização geográfica) porque são os que mais se aproximam da realidade, apesar de não terem dados estatísticos relativos a cidadãos estrangeiros indocumentados. De um modo geral, os dados do SEF são discriminados por nacionalidade, o que permitiu apurar a nacionalidade chinesa. Contudo, até ao ano 2006, o conceito de estrangeiro residente, segundo o SEF, apenas compreendia os estrangeiros titulares de Autorização de Residência. Foi a partir dessa data que os dados do SEF passaram a incluir todos os estrangeiros residentes que fossem titulares de qualquer uma das figuras jurídicas que possibilite a permanência em Portugal – Autorização de Residência, Prorrogação de Autorização de Permanência, prorrogação de Visto de Longa Duração, incluindo vistos de trabalho, de estada temporária e de estudo. Esta situação obrigou a que fosse necessário que procedêssemos à contabilização de todos os tipos de títulos de forma separada para se chegar a um valor mais aproximado da realidade. Porém, não há dados disponíveis nem para todos os anos nem para todas as vertentes existentes, o que prejudicou o apuramento de determinados valores.

É necessário ainda referir que só a partir do ano 2008 é que os dados estatísticos referentes a residentes estrangeiros em Portugal começaram a ser extraídos de uma fonte única, o SIISEF – Sistema Integrado de Informação do SEF que é uma base de dados onde se faz o registo de toda a informação referente à entrada, permanência e afastamento de cidadãos estrangeiros em território português. Até então, os dados não eram administrativos, eram indicativos. Existia a base de dados INESEF (protocolo celebrado entre o SEF e o INE – Instituto Nacional de Estatística em 1999) que continha informação estatística relativa à população estrangeira com estatuto de residente.

A actualização dos *stocks* fazia-se de forma dinâmica, em sede de pedidos de novos títulos de residência e de cessações, sem porém incluir as renovações de títulos. Por essa razão, há com certeza divergências entre os valores apurados antes de 2008.

Para a abordagem da presença dos residentes estrangeiros no mercado de trabalho, utilizaram-se os dados do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social. Porém, os dados estatísticos desta fonte pecam por não fazerem o tratamento segundo a nacionalidade. Desta forma, a lacuna existente relativa à informação estatística sobre a posição e condições dos estrangeiros no mercado de trabalho português não nos permite traçar um perfil, nem mesmo fazer a sua caracterização nos mesmos termos em que é feita para os trabalhadores em geral nos *Quadros de Pessoal*¹, onde são apresentados valores sobre estrutura empresarial, emprego, duração do trabalho, remunerações, que são cruzados com as variáveis (i) que caracterizam os trabalhadores (sexo, grupo etário, habilitações literárias, níveis de qualificação, profissões, antiguidade na empresa) e as (ii) que caracterizam as unidades declarantes (dimensão, actividade económica, localização, natureza jurídica). Não obstante, da informação contida nos *Quadros de Pessoal* do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, faz parte a distinção dos trabalhadores ao serviço por nacionalidade e segundo a situação na profissão. Desta forma, através da informação disponível, foi possível fazer esse apuramento para o período entre os anos 2002 e 2007, com destaque para os trabalhadores chineses. Os dados estatísticos de 2002 foram os primeiros que incluíram a identificação dos trabalhadores estrangeiros por nacionalidade, permitindo assim distinguir entre comunitários e extra-comunitários, mas também apurar os trabalhadores chineses ao serviço.

Finalmente, para o apuramento dos trabalhadores estrangeiros em situação de desemprego recorreu-se aos dados do IIEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Em relação à informação sobre as origens e outras características da imigração chinesa que não estão contempladas na informação estatística disponível recorreu-se a literatura secundária da especialidade. Já há estudos desenvolvidos relativos mais precisamente à vertente empresarial dos residentes chineses em Portugal.

¹ Contudo, na actual configuração dos *Quadros de Pessoal* há uma grande desvantagem que se prende com o facto de não abranger o auto-emprego e o falso auto-emprego, ou seja, cerca de 17% da mão-de-obra actualmente empregada (Fonte: *Inquérito ao Emprego*, 2º trimestre de 2008).

Antecedentes históricos

Portugal, tradicionalmente país de emigração, também passou a ser destino de um número significativo de não-nacionais de diferentes proveniências, tornando-se assim simultaneamente país de imigração.

Em relação à imigração chinesa em particular, esta acompanhou a tendência de crescimento do número total de residentes estrangeiros em Portugal, tendo porém uma representatividade numérica não significante em termos absolutos.

Não obstante os contactos entre portugueses e chineses no contexto dos Descobrimentos, foi na segunda década do século XX que se registou a presença dos primeiros cidadãos chineses em território nacional². Oriundos de Qingtian, província de Zhejiang, um pequeno grupo de imigrantes chineses dedicou-se ao comércio ambulante, sobretudo de gravatas – compravam a matéria-prima, a seda, nos armazéns de revenda e eram eles próprios que procediam à confecção (Nunes, 2009) –, mas também de cintos e acessórios de moda.

«Eram apenas 63 jovens [do sexo masculino] entre os 20 e os 30 anos, a maioria solteiros ou recém-casados, que se fixaram sobretudo em Lisboa e no Porto, espalhando-se os restantes por Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Açores e Madeira. Eram provenientes de Qingtian, donde haviam saído para fugir à pobreza e à guerra. Alguns já tinham estado no Japão onde haviam sido expulsos.» (Liga dos Chineses em Portugal *apud* Rocha-Trindade, Neves & Bongardt, 2006: 71)

Por ser um grupo composto somente por homens, muitos acabaram por casar com mulheres portuguesas e ficaram fixados em Portugal de forma permanente, criando assim um novo 'tipo' de cidadãos portugueses. Foram a primeira geração de chineses em Portugal dos últimos noventa anos e acabaram por se aculturar.

O facto de Portugal não ter participado no segundo conflito mundial contribuiu para o aumento do número de cidadãos chineses em território português, muitos deles fugidos de outros países europeus que se encontravam em guerra. Porém, esta presença foi temporária, uma vez que terminado o conflito, a maioria desses migrantes chineses voltou aos países europeus de onde havia saído.

² Sobre a presença dos primeiros chineses em Portugal *vide* Tomé (1994).

Na década de 1970

Muito embora Portugal tivesse contado sempre com a presença de imigrantes ao longo dos últimos séculos, sobretudo de países africanos que tinham sido colónias portuguesas e do Brasil, foi na segunda metade da década de 1970 que se registou um aumento da imigração em geral, precisamente com a intensificação desses fluxos imigratórios. Em conformidade, a imigração chinesa continuava a crescer, se bem que a uma escala muito menor.

No contexto da descolonização, período temporal que coincidiu com uma nova fase política e socioeconómica em Portugal,

«Como bem sublinha R. Petrella, no período de revolução os portugueses tinham como grandes prioridades de futuro os '3 D': descolonizar, democratizar e desenvolver. Seguindo o raciocínio do mesmo autor "a fase revolucionária não durou muito tempo. Por um lado, porque alguns objectivos foram atingidos de maneira exemplar, como foi o caso da descolonização (o 1º D). Por outro lado, porque as bases elementares necessárias e indispensáveis para os conseguir atingir foram estabelecidas, como é o caso da democratização das instituições do país (2ºD). Enfim, porque os ardores dos primeiros anos tiveram que se esbater face aos constrangimentos e às dificuldades encontradas, de modo particular, no prosseguimento do objectivo do desenvolvimento (3ºD)"» (1990:16 *apud* Meleiro, 2004: 51)

Milhares de cidadãos oriundos das ex-colónias portuguesas no continente africano, sobretudo de Cabo Verde e Angola, deslocaram-se para Portugal a fim de aí se estabelecerem, desde 1975 até ao início da década seguinte³. Porém, esse aumento foi muito pouco significativo em termos quantitativos, correspondendo somente a cerca de 0,3% do total da população residente.

Para além dos nacionais dos países das ex-colónias portuguesas em África também, mas em muito menor número, cidadãos chineses de Cantão (Guangzhou), província de Guangdong, que se haviam instalado em algumas dessas ex-colónias durante o período do Estado Novo e que se dedicavam principalmente a actividades

³ É difícil conhecer o verdadeiro volume do fluxo migratório proveniente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa entre a segunda metade da década de 1970 e inícios da década de 1980, uma vez que não estão contabilizados os luso-angolanos que adquiriram a nacionalidade portuguesa ao abrigo da lei da nacionalidade portuguesa que vigorava na altura – decreto-lei nº308-A/75 de 24 de Junho (Mortágua, 2009a).

comerciais e agrícolas⁴ – principalmente de Moçambique⁵ e em menor número de Angola –, optaram, no início do processo de descolonização, por se mudar para Portugal, Macau e Brasil, sobretudo pela facilidade linguística, de modo definitivo uns e outros houve que optaram por ficar temporariamente em Portugal antes de irem para o Canadá, os E.U.A. ou a Austrália. Para além destes, a invasão de Timor-Leste por parte da Indonésia, onde havia cerca de dez mil migrantes chineses, também teve um efeito semelhante e com uma tendência acentuada para a 'utilização' de Portugal como país de passagem para outras paragens, principalmente para a Austrália (Tomé, 1994:14).

Comum a todos esses cidadãos de origem chinesa chegados a Portugal na década de 1970 foi a trajectória entre o local de origem e o local de destino

Cantão → ex-colónias → Portugal,

e as actividades laborais, uma vez que a maioria se dedicava ao comércio. Porém, também houve migrantes chineses, sobretudo os que vinham de Moçambique, que foram exercer actividade como funcionários bancários, engenheiros ou médicos em Portugal.

Apesar de haver alguns dados quantitativos sobre os migrantes chineses que re-emigraram das ex-colónias portuguesas para Portugal, torna-se difícil contabilizar o total real porque muitos deles antes de saírem das ex-colónias adquiriram a nacionalidade portuguesa, o que acabou por torná-los 'invisíveis' nos dados oficiais referentes a cidadãos estrangeiros.

Na década de 1980

Na década de 1980, a presença de residentes estrangeiros começa a ser significativa, com a maioria deles, cerca de 70%, a ser proveniente de países extra-comunitários. Desta forma, com a vinda de cidadãos de países terceiros sobretudo do continente americano, com maior destaque do Brasil, e do continente asiático – China, Índia e Paquistão –, deu-se uma nova fase da imigração em Portugal.

⁴ Sobre os chineses nas antigas colónias portuguesas *vide* Baptista (2006:128) e Correia (1995:90).

⁵ Em Moçambique a presença de chineses remonta ao final do século XIX. Na altura da descolonização, havia cerca de 7.500 migrantes chineses (Tomé, 1994; Correia, 1995), dos quais 3.500 na cidade de Maputo e 4.000 na Beira (Correia, 1995).

Tabela 110. Residentes estrangeiros em Portugal entre 1980 e 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Total residentes estrangeiros	51.276	54.116	58.448	65.564	73.147	79.296	84.083	89.368	94.477	100.584
Residentes comunitários	14.834	15.998	16.892	18.859	20.133	21.300	23.259	24.706	26.204	27.987
Residentes extra-comunitários	36.442	38.118	41.556	46.705	53.014	57.996	60.824	64.662	68.273	72.597
América	9.542	11.534	13.614	14.812	17.906	19.461	21.635	21.595	22.967	24.666
Europa	477	434	553	616	706	782	871	882	1.057	1.050
África	25.394	24.886	25.835	29.237	31.933	35.238	35.238	38.960	40.497	42.773
Ásia	887	1.091	1.354	1.814	2.216	2.242	2.792	2.903	3.427	3.761
Oceânia	142	173	200	226	253	273	288	322	325	347

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal
(elaboração da autora)

Vários factores contribuíram para a existência destes fluxos migratórios. Em termos internos, Portugal era, à época, um país tradicional de emigração e onde a presença de estrangeiros não era significativa em termos quantitativos. Concludentemente, era um país onde não existiam fortes barreiras à imigração, assim como não existia também um controlo apertado à imigração irregular, ao contrário dos países do centro e norte da Europa. Conjuntamente com a estabilidade política e a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia que proporcionaram condições favoráveis ao desenvolvimento económico do país, estas foram todas elas condições que contribuíram para a fixação de cidadãos estrangeiros em geral, de forma legal e clandestina em Portugal. Por outro lado, nos países de origem dos novos fluxos migratórios para Portugal, surgiram simultaneamente condições político-sociais favoráveis à emigração.

No caso particular da China, a vaga de migração chinesa para Portugal na década de 1980 estava enquadrada na designada *Nova Emigração* chinesa que ocorreu depois da implementação das reformas de Deng Xiaoping, como vimos anteriormente, e que se fez principalmente 'por necessidade'.

Foi neste contexto que, na década de 1980, chegaram cidadãos chineses a Portugal, sobretudo provenientes das regiões de Zhejiang e principalmente das cidades portuárias de Qingtian e Wenzhou, mas também da região de Fujian (regiões tradicionais de emigração). Ocuparam-se em actividades laborais ligadas à restauração e ao pequeno comércio, uns como empresários e outros como trabalhadores por conta de empresários chineses. Para além destes migrantes chineses que vieram directamente da China, outros houve que re-emigraram de vários países europeus (Holanda, França,

Espanha) para Portugal. Estes indivíduos eram auxiliados pelas redes sociais a que pertenciam e eram maioritariamente homens que depois de se estabelecerem mandavam vir para junto deles, as mulheres e eventualmente os filhos.

Em termos de volume, na década de 1980, o número de cidadãos chineses com Autorização de Residência em Portugal cresceu cerca de 353,5%, apesar de ser pouco significativo quando comparado com o total de residentes estrangeiros. Com certeza que o número seria maior se fossem contabilizados (i) os chineses que entretanto obtiveram nacionalidade portuguesa, (ii) aqueles que se encontravam em Portugal de forma irregular, (iii) os provenientes de Hong Kong e Macau e (iv) os detentores de vistos, mas infelizmente não há dados disponíveis para tal apuramento.

Tabela 111. Evolução dos residentes chineses em Portugal, 1980- 1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Crescimento 1980-1989 (%)
Residentes chineses	243	296	356	372	610	785	867	947	1.002	1.102	353,5
Total residentes estrangeiros	50.750	54.414	58.674	67.484	73.365	79.594	86.982	89.778	94.694	101.011	90,0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal
(elaboração da autora)

Do ponto de vista geográfico, os migrantes chineses optaram, ao longo da década de 1980, por se concentrar nos cinco distritos com os mais importantes centros urbanos à época, com especial relevância para Lisboa, e em menor número no Porto, em Faro, em Coimbra e em Aveiro.

Tabela 112. Distribuição geográfica dos residentes chineses segundo o distrito em Portugal na década de 1980

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Aveiro		3	3	5	7	7	6	5	8	21
Beja										
Braga					6	6	8	11	12	4
Bragança										
Castelo Branco	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Coimbra	2	3	4	7	7	7	9	20	20	37
Évora										
Faro	3	4	9	8	13	13	14	26	33	47
Guarda					4	4	4	4	6	5
Leiria				1	1	1	1	2	4	6
Lisboa	205	255	302	312	525	690	758	788	821	862
Portalegre										
Porto	22	22	25	27	32	42	52	66	68	86
Santarém								3	3	5
Setúbal	5	1	1	1	5	5	5	8	8	9
Viana Castelo	1	1	1	1	1	1	1	5	6	5
Vila Real										4
Viseu									4	2
Açores		1	5	3	3	3	3	3	3	1
Madeira	4	5	5	6	5	5	5	5	5	7
Total Nacional	243	296	356	372	610	785	867	947	1.002	1.102

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras *apud* Baptista (2006)

Na década de 1990

As condições internas e externas favoráveis às migrações para Portugal na década de 1980 tiveram o seu maior reflexo na década seguinte. Deste modo, foi a partir do início dos anos 1990 que os fluxos imigratórios se tornaram quantitativamente significativos, tendo-se registado a partir de 1993 um saldo migratório persistentemente positivo.

No contexto da pertença à União Europeia, Portugal continuou a viver uma fase de crescimento económico que proporcionou oportunidades de investimento, tanto a investidores nacionais como estrangeiros, o que acabou por contribuir não só para o aumento do investimento mas também para o aumento da necessidade de mão-de-obra no sector secundário – com particular incidência na construção civil, na restauração e nas limpezas – causada pela falta de capacidade destes segmentos do mercado de trabalho em atrair mão-de-obra nacional, mas também pela emigração e pela situação

de envelhecimento populacional com a inerente diminuição do número de nascimentos. Desta forma, estando criadas condições de *atração*, fez-se sentir o aumento da presença de residentes estrangeiros em Portugal durante a década de 1990, tanto de cidadãos comunitários como extra-comunitários, e em particular de imigrantes chineses, como teremos ocasião de verificar.

Tabela 113. Evolução do número de residentes estrangeiros em Portugal durante a década de 1990

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Total residentes estrangeiros	106.030	111.887	120.198	134.030	153.761	164.505	169.051	171.286	173.613	191.144
Residentes extra-comunitários	76.125	80.465	87.381	97.879	114.983	123.171	125.319	125.243	125.390	138.769
Residentes comunitários	29.905	31.422	32.817	36.151	38.778	41.334	43.732	46.043	48.223	52.375

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

No que respeita aos residentes estrangeiros oriundos de países pertencentes à União Europeia, estes continuaram, de forma gradual, a escolher Portugal para se fixarem, tendo maior representatividade os originários do Reino Unido, Espanha, Alemanha e França. Muitos deles, sobretudo ingleses, alemães e franceses, eram pessoas reformadas e/ou empresários que escolheram Portugal para sua residência principal (e entre estes há também os que optaram por permanecer uma temporada em Portugal e outra no país de origem). Quando comparado com o grupo dos cidadãos extra-comunitários, os cidadãos comunitários representaram, durante a década de 1990, entre 28% e 25% do total dos residentes estrangeiros.

Em relação ao grupo dos cidadãos extra-comunitários, aos imigrantes propriamente dito⁶, o seu volume aumentou de forma considerável na última década do século XX. Não se pode deixar de relacionar o aumento da imigração em Portugal com as alterações legislativas que ocorreram a partir do início da década porque estão necessariamente interligados. No início da década, estimando-se a existência de um número muito significativo de cidadãos de países terceiros em situação irregular, foi realizado um primeiro processo de regularização extraordinário que acabou por tornar visível e confirmar a sua existência, no qual houve 39.166 pedidos. O mesmo

⁶ Como já referido, segundo o Tratado da Comunidade Europeia de 1992, são considerados imigrantes os cidadãos de países terceiros. *Vide* Ferreira, Rato & Mortágua (2004): 26 e Mortágua (2009a): 300.

aconteceu aquando da realização do segundo processo de regularização extraordinário realizado em 1996 e em que foram apresentados 35.082 pedidos.

Quanto ao caso em particular dos cidadãos chineses, no conjunto dos dois processos nos quais os cidadãos originários dos Países de Língua Oficial Portuguesa beneficiaram de tratamento específico⁷, dos 74.248 pedidos de regularização apresentados, 2.960 (4%) corresponderam a pedidos apresentados por cidadãos chineses que se encontravam em situação irregular. Porém, destes, somente 506 (0,7%) chineses conseguiram regularizar a sua situação.

Tabela 114. Pedidos de regularização extraordinária em Portugal, 1992/93 e 1996

País de origem	1992/93		1996		Variação 92/93-96
	N	%	N	%	
Angola	12.525	32,0	9.255	26,4	-26,1
C. Verde	6.778	17,3	6.872	19,6	1,4
G. Bissau	6.877	17,6	5.308	15,1	-22,8
Moçambique	757	1,9	416	1,2	0,5
S. Tomé e Príncipe	1.408	3,6	1.549	4,4	10,0
Brasil	5.346	13,6	2.330	6,6	-56,4
Senegal	1.397	3,6	672	1,9	-51,9
Marrocos	98	0,3	520	1,5	430,6
China	1.352	3,5	1.608	4,6	18,9
Paquistão	286	0,7	1.754	5,0	513,3
Índia	261	0,7	915	2,6	250,6
Bangladesh	139	0,4	752	2,1	441,0
Outros	1.942	5,0	3.803	10,8	95,8
Total	39.166	100,0	35.082	100,0	-10,4

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Em relação à proveniência dos imigrantes que chegaram a Portugal na década de 1990, ao lado do fluxo proveniente dos países africanos de expressão portuguesa, ocorreu uma nova vaga proveniente do Brasil na primeira metade da década. Já no final da década, surgiu uma outra nova vaga de imigrantes de países do leste da Europa, sobretudo da Ucrânia e da Moldávia, resultante da Queda do Muro de Berlim e consequente dissolução da União Soviética. Esta região da Europa estava a passar por um processo de transição a nível político e económico que implicou inevitavelmente uma desorganização social, situação que levou muitos milhares de cidadãos

⁷ Vide Provedor de Justiça (2008).

a procurarem melhores condições de vida noutros países. Foi neste contexto que, pela primeira vez, Portugal recebeu um fluxo migratório quantitativamente relevante de países com os quais não tinha afinidades históricas, culturais ou linguísticas mas que só se tornou visível nos dados oficiais no início da década seguinte. A intensificação da entrada de estrangeiros entre 1999 e 2001, constituída principalmente por cidadãos da Europa do Leste, levou à alteração do então em vigor Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, através do Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, o qual veio permitir a regularização de um grande número de estrangeiros que residiam e trabalhavam ilegalmente em Portugal. Ao longo deste processo, a questão do trabalho foi assumindo um papel cada vez mais central na regulação dos fluxos migratórios e, conseqüentemente, nos posteriores diplomas legais relativos à imigração, os quais têm em comum o facto de subordinarem a aceitação de trabalhadores estrangeiros às necessidades do mercado de trabalho em Portugal⁸.

Embora em termos absolutos não tenha uma representação significativa, a imigração chinesa acompanhou esta tendência crescente da imigração em Portugal durante a década de 1990, tendo registado um crescimento superior como é possível verificar na tabela que se segue.

Tabela 115. Residentes chineses em Portugal na década de 1990

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	Crescimento 1990-1999 (%)
Residentes chineses	1.232	1.354	1.481	1.800	1.979	2.195	2.371	2.403	2.468	2.762	124,2
Total residentes estrangeiros	107.767	113.978	123.612	136.932	157.073	168.316	172.912	175.263	178.137	191.143	77,4

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal
(elaboração da autora)

Quanto às características em particular desta vaga de migrantes chineses, verifica-se que estas são distintas da vaga anterior, resultado das condições conjunturais existentes.

Ao contrário do que aconteceu nos anos 1980, o fluxo proveniente directamente da China já não se fez *por necessidade*, sendo este composto, na sua maioria, por uma

⁸ Este imperativo esteve presente no Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro que alterou o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto e está presente na actual Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

migração de oportunidade. As condições económicas na China melhoraram e os chineses de um modo geral não saíam do país por razões de pobreza, mas sim como uma forma de criação de riqueza. Mesmo do ponto de vista institucional, ao nível do governo central mas também provincial começavam-se a delinear estratégias de internacionalização e de investimento externo, como já anteriormente abordado.

Concretamente aos locais de origem dos migrantes chineses que vieram da China para Portugal na última década do século XX, sobressaem os cidadãos provenientes da província de Zhejiang que, na altura, já começou a beneficiar da forte prosperidade de Xangai, município localizado no seu Extremo Norte, fruto das reformas económicas implementadas em 1990. Wenzhou, uma das cidades onde está localizado um dos mais importantes portos comerciais da província e que é simultaneamente um grande centro industrial, nomeadamente de electromecânica, têxtil, produtos químicos, alimentação e produtos de construção, foi uma das principais cidades de origem dos imigrantes chineses em Portugal na década de 1990.

Para além dos chineses oriundos da província de Zhejiang, também chegaram a Portugal na década de 1990 chineses oriundos de Hong Kong e de Macau. A passagem de soberania para a China trouxe momentos de grande incerteza que provocaram a emigração de milhares de cidadãos chineses, sobretudo de empresários e de quadros qualificados que temeram a eventual não aplicação do modelo 'um país, dois sistemas'. Muitos acabaram por emigrar para o Canadá, E.U.A., Austrália e Europa, sobretudo para a Grã-Bretanha e de forma muito menos expressiva, também escolheram Portugal.

Houve assim alguns cidadãos (poucos) maioritariamente de Hong-Kong, mas também de Macau, que optaram por se fixar na região sul de Portugal, no Algarve. Apesar da razão óbvia que levaria mais cidadãos macaenses a fixarem-se em Portugal, os oriundos de Hong Kong foram mais numerosos (44), situação esta que se explica pelo facto de Hong Kong ter sido a primeira colónia a passar para a administração da China, havendo, por isso, mais receio nesse momento do que na passagem de Macau, uma vez que já havia a referência da experiência com Hong Kong, dois anos antes. Para além disso, provavelmente o número de macaenses em Portugal é mais difícil de apurar porque muitos deles adquiriram a nacionalidade portuguesa⁹. Os cidadãos de Hong

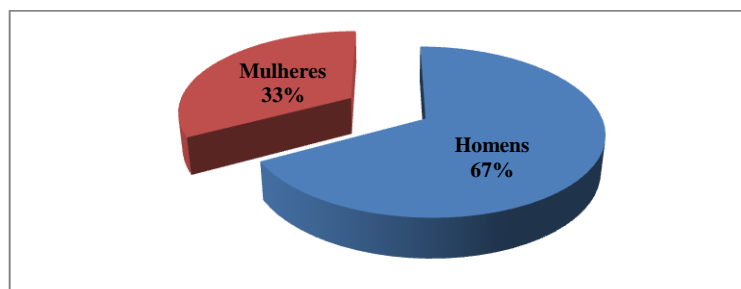
⁹ Entre 1985 e 1996, de acordo com a Conservatória dos Registos Centrais, dos 19.753 indivíduos estrangeiros que adquiriram nacionalidade portuguesa, 5.853 eram chineses, dos quais somente 152 residiam em Portugal; os restantes residiam em Macau. (Oliveira *et al.*, 1999 *apud* Oliveira, 2003a).

Kong que se fixaram no Algarve, maioritariamente empresários, aproveitando a informação e conhecimento de Portugal por parte de Macau e que escolheram Portugal por causa do clima e/ou por considerarem Portugal um país seguro, acabaram por criar empresas de importação-exportação, comércio de vestuário e mobiliários e restauração (Bongardt & Neves, 2007).

Outro fluxo diferente de cidadãos chineses que chegou a Portugal na década de 1990 era proveniente de outros países europeus. Essa re-emigração, composta principalmente por empresários e empregados de negócios de chineses (comércio e restauração), esteve relacionada com a saturação dos mercados da Europa Central e do Norte nos segmentos de mercado onde os chineses se encontravam. Assim, esta vaga composta por cidadãos chineses ligados à área empresarial, incluindo empregadores e empregados, viram Portugal (e a Europa do Sul em geral) como uma oportunidade de negócio. Aproveitando a facilidade de circulação dentro do espaço Schengen, muitos migrantes chineses re-emigraram para Portugal e tendo nalguns casos também, expandido os seus negócios, criando sobretudo microempresas e pequenas empresas de cariz familiar no sector terciário. Houve igualmente migrantes chineses que aproveitaram a realização de processos de legalização extraordinários em Portugal para regularizarem a sua situação, tendo, muitos deles, logo de seguida regressado ao país europeu de onde haviam saído.

Os residentes chineses que viviam em Portugal no início da década de 1990 eram maioritariamente homens, como vinha a acontecer até então. Para além disso, caracterizavam-se também por serem uma população jovem e em idade activa, sendo que a faixa etária 25-34 anos era a mais representativa, seguida da faixa etária dos 15-24 anos. Juntas, representavam cerca de 4/5 do total dos residentes chineses. É ainda relevante referir que a presença de indivíduos com idades entre 55-64 anos era a menos significativa mas os indivíduos com 65 e mais anos representavam 5,8% do total.

Gráfico 28. Residentes chineses segundo o sexo em Portugal no ano 1991 (%)



Fonte: Adaptado de Serviço de Estrangeiros e Fronteiras *apud* Teixeira (1995)

Tabela 116. Residentes chineses segundo a idade e o sexo em Portugal no ano 1991

	0-14		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64		+ 65 anos		Total N
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
HM	37		425		626		40		139		8		79		1.354
H	28	2,7	285	31,4	445	46,2	25	3,0	77	10,3	4	0,6	45	5,8	
M	9		140		181		15		62		4		34		

Fonte: Adaptado de Serviço de Estrangeiros e Fronteiras *apud* Teixeira (1995)

Em relação ao número de residentes chineses que se encontrava a trabalhar, o que se verificou na década de 1990 foi que, apesar de ter havido crescimento do número de trabalhadores chineses, acompanhando assim a tendência de aumento do número de residentes chineses, a taxa de trabalhadores seguiu uma tendência de queda. Esta situação está relacionada com o facto dos residentes chineses terem passado a recorrer mais ao reagrupamento familiar.

Tabela 117. Taxa de trabalhadores chineses sobre residentes chineses em Portugal na década de 1990

	1ª metade da década			2ª metade da década		
	1990	1991	1992	1996	1997	1998
Trabalhadores chineses	795	841	895	1.309	1.293	1.300
Residentes chineses	1.232	1.354	1.481	2.371	2.403	2.468
Taxa de trabalhadores	64,5	62,1	60,4	55,2	53,8	52,7

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Tabela 118. Actividade ocupacional dos imigrantes chineses com autorização de residência em Portugal na década de 1990

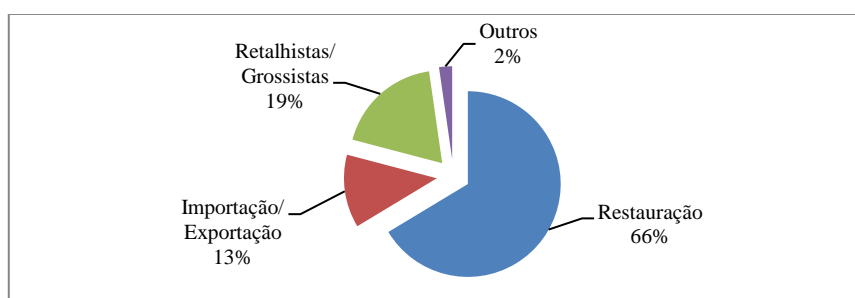
Actividade ocupacional	1ª metade da década			2ª metade da década		
	1990	1991	1992	1996	1997	1998
Empregador	75	92	99	123	122	122
Trabalhador independente				19	23	24
Empregado	720	749	796	1.167	1.148	1.154
Total trabalhadores	795	841	895	1.309	1.293	1.300

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Independentemente da origem dos fluxos migratórios de chineses para Portugal, verifica-se que todos eles têm em comum o sector de actividade, sendo a maioria empresários ou empregados de empresas pertencentes a seus conterrâneos no sector terciário – restauração e comércio (étnicos).

Da análise feita a 220 unidades empresariais de imigrantes chineses em Portugal por Teixeira (1995), constatou-se isso mesmo; que havia uma significativa concentração sobretudo na restauração mas também no comércio de produtos étnicos e em serviços étnicos.

Gráfico 29. Unidades empresariais de empresários chineses distribuídas segundo o sector de actividade em Portugal, 1995 (%)



Fonte: Teixeira, 1995 (elaboração da autora)

Quanto à distribuição geográfica dos imigrantes chineses em Portugal na década de 1990, esta era coincidente com a própria distribuição das unidades empresariais, tendo especial relevo a concentração na Grande Lisboa. Em relação à década anterior, para além dos principais centros urbanos, também Setúbal e Braga passaram a ser duas das sete localizações mais escolhidas pelos imigrantes chineses.

Tabela 119. Distribuição geográfica dos residentes chineses em Portugal na década de 1990

	1990	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Aveiro	37	47	42	80	88	102	113	122	130
Beja									5
Braga	13			15	58	57	67	62	79
Bragança									4
Castelo Branco	1	1	1	8	20	19	9	8	8
Coimbra	40	57	82	89	95	94	96	95	105
Évora									8
Faro	67	91	176	176	184	189	191	197	214
Guarda	8	8	4	4	4	5	5	6	9
Leiria	8	9	10	11	13	15	17	13	23
Lisboa	907	967	1.257	1.334	1.436	1.545	1.561	1.600	1.736
Portalegre									
Porto	116	138	187	208	231	254	252	258	276
Santarém	5	5	5	5	5	6	8	8	15
Setúbal	10	10	15	27	36	43	49	53	90
Viana Castelo	4	3	2	1		6	6	8	8
Vila Real	4	3	1	5	3	2	2	10	10
Viseu	2	5	9	8	12	12	16	15	18
Açores	1	1	2	2	5	5	6	6	7
Madeira	9	9	7	6	5	17	5	7	17
Total Nacional	1.232	1.354	1.800	1.979	2.195	2.371	2.403	2.468	2.762

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras *apud* Baptista (2006)

Na primeira década do século XXI

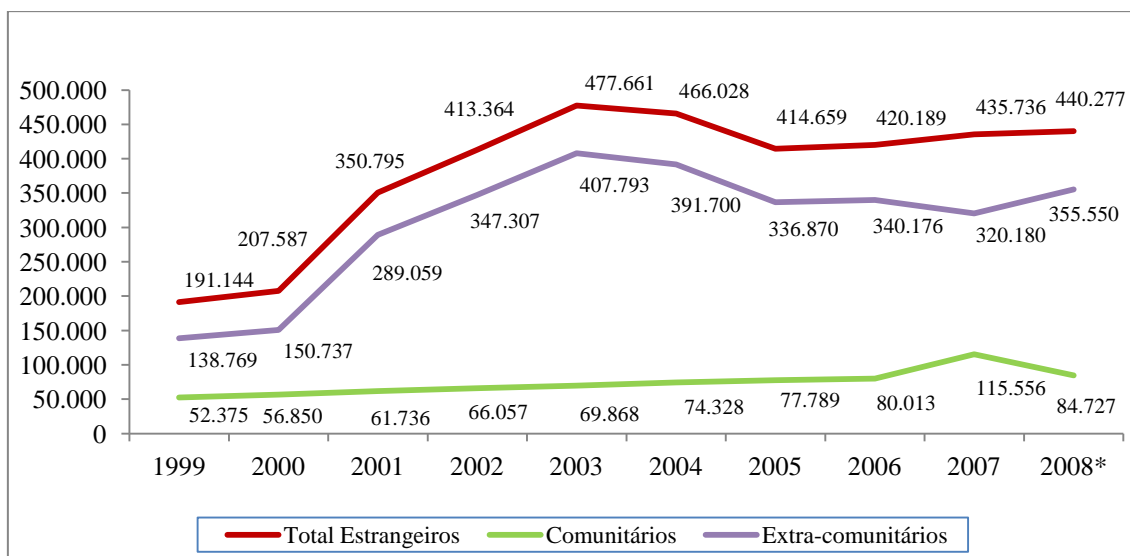
A tendência de crescimento do volume de imigrantes em Portugal que vinha a acontecer de forma constante desde as últimas três décadas do século XX e que continuou na viragem do século XX, intensificou-se consideravelmente na primeira década do século XXI.

Entre 2000 e 2008, a população residente estrangeira teve o crescimento de 112,1%, passando de 191.144 para 440.277 residentes estrangeiros (com uma variação absoluta de 249.133).

O crescimento exponencial da população residente estrangeira ficou a dever-se ao crescimento acentuado do grupo dos residentes nacionais de países terceiros entre os anos 2000 (150.737) e 2003 (407.793), tendo sido 2001 o ano em que se registou

o maior crescimento anual: 91,8%. Porém, os anos que se seguiram foram marcados por descidas (2004-2005) e subidas (2006-2008) do número total de residentes estrangeiros.

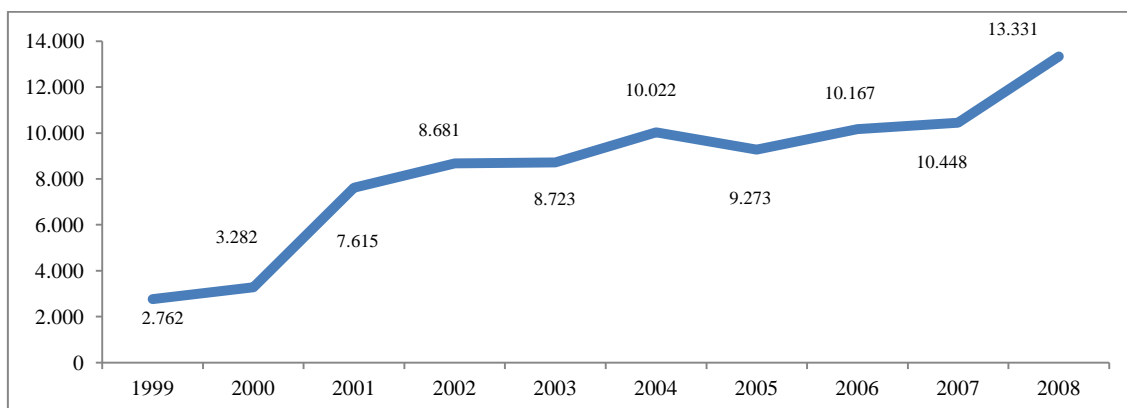
Gráfico 30. Evolução do *stock* dos residentes estrangeiros em Portugal, 1999- 2008



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Em relação à evolução da imigração chinesa em particular, esta manteve a tendência de crescimento que se vinha a verificar desde o seu início no fim da década de 1970, tendo crescido de forma mais acentuada na primeira década do século XXI, com excepção do ano 2005, ano em que se registou uma queda ligeira. Acompanhando a tendência de crescimento do grupo dos cidadãos extra-comunitários, 2001 foi o ano em que o aumento foi mais acentuado, tendo o número de imigrantes chineses mais que duplicado. Em 2008 também se voltou a registar um aumento significativo de 27,6%.

Gráfico 31. Evolução do volume da imigração chinesa em Portugal, 1999-2008



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal
(elaboração da autora)

Nota:

Os valores apresentados para cada ano representam o somatório dos vários tipos de títulos de residência superiores a um ano (dados disponíveis): 1999 – Autorização de Residência; 2000 – Autorização de Residência, concessão de Visto de Longa Duração e Prorrogação de Permanência; 2001-2004 – Autorização de Residência, Autorização de Permanência, concessão de Visto de Longa Duração e Prorrogação de Permanência; 2005-2006 – Autorização de Residência, Autorização e Prorrogação de Permanência, concessão de Visto de Longa Duração; 2007-2008 – Título de Residência, Autorização e Prorrogação de Permanência, concessão de Visto de Longa Duração.

Quanto às naturalizações concedidas a imigrantes chineses em Portugal durante a década de 2000, estas foram muito poucas, embora tenha havido um aumento considerável no 2008 em comparação com os anos anteriores, fruto da entrada em vigor da nova Lei da Nacionalidade¹⁰.

¹⁰ Pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, foram introduzidas alterações à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade) que modificaram substancialmente os regimes da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa. De entre essas alterações destaca-se, pela relevância que assume, o reforço do princípio do *ius soli*. Neste contexto, pela nova lei é atribuída a nacionalidade portuguesa de origem aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento do filho, bem como aos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que se não encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses, desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há, pelo menos, cinco anos.

Por sua vez, no domínio da aquisição da nacionalidade foi consagrado um direito subjectivo à naturalização por parte dos menores nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se, no momento do pedido, um dos progenitores aqui residir legalmente há cinco anos ou se o menor aqui tiver concluído o primeiro ciclo do ensino básico.

De um modo geral, foram simultaneamente diminuídas exigências, tendo sido introduzido, para efeitos de atribuição ou de aquisição da nacionalidade, um novo conceito de residência legal no território português, cuja prova pode ser efectuada através de qualquer título ou visto válido, e não apenas mediante autorização de residência, desde que fique preenchido o requisito do tempo de residência necessário. Por outro lado, nos casos de naturalização de estrangeiro residente legal em território português, deixa de existir a discriminação em função da nacionalidade do país de origem, passando a ser exigido, para todos, seis anos de residência.

Tabela 120. Naturalizações de imigrantes chineses em Portugal concedidas entre 2000 e 2008

		Naturalizações concedidas	
2000	Cidadãos chineses	10	
	Total pedidos		1.143
2001	Cidadãos chineses	4	
	Total pedidos		956
2002	Cidadãos chineses	8	
	Total pedidos		2.476
2003	Cidadãos chineses	13	
	Total pedidos		2.043
2004	Cidadãos chineses	10	
	Total pedidos		1.413
2007	Cidadãos chineses	36	
	Total pedidos		6.020
2008	Cidadãos chineses	351	
	Total pedidos		39.736

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Apresenta-se como relevante fazer uma breve reflexão sobre os factores, externos como internos, que contribuíram para o crescimento acentuado do fluxo imigratório para Portugal registado no início da primeira década do século XXI para se compreender melhor a nova realidade.

Se, por um lado, nos países de origem dos fluxos – sobretudo na Europa de Leste, no Brasil e na China – os factores *push* aumentaram, por outro, as dinâmicas criadas pela integração europeia também contribuíram para a criação de condições favoráveis ao aumento da imigração em Portugal.

Do ponto de vista interno, nesse período ocorreram várias alterações sociodemográficas, empresariais e também legislativas.

Em Portugal vivia-se um período de acentuada falta de mão-de-obra no sector secundário (principalmente na construção civil), nas limpezas e na restauração, resultante da falta de disponibilidade dos trabalhadores portugueses para estes segmentos do mercado de trabalho, mas também causada pela emigração e por uma caracterização demográfica marcada pelo envelhecimento e pela diminuição da natalidade.

Quanto ao sector empresarial, registava-se na altura um aumento da precariedade laboral, concretizando-se este sobretudo na precarização da relação salarial e no aumento do recurso ao *outsourcing* (Ferreira, Lopes & Mortágua, 2009).

Uma parte significativa dos imigrantes chegados a Portugal nessa época encontrava-se em situação irregular, situação que é bem visível aquando da aplicação da Autorização de Permanência¹¹ entre 2001 e 2004, uma figura jurídica que permitiu a regularização de 183.833 indivíduos nacionais de países terceiros durante esse período. Mediante uma proposta ou contrato de trabalho, com a duração de um ano e sendo prorrogável por iguais períodos até ao limite de cinco anos¹², era concedida aos imigrantes indocumentados uma Autorização de Permanência. Decorrido este tempo, ser-lhes-ia facultado o acesso ao Título de Residência¹³.

Neste processo, as novas nacionalidades mais representativas em Portugal estavam entre as quinze primeiras, sendo elas as provenientes de países do leste da Europa e da Ásia (China, Índia e Paquistão). Destacam-se os imigrantes do Leste europeu, tendo-lhes sido emitidas cerca de 101 000 autorizações de permanência, correspondendo a 54,9% de um total de 183.833 concessões, das quais 64.730 concessões (35,2%) foram atribuídas a imigrantes de nacionalidade ucraniana (Mortágua, 2009a). Dos 10.022 imigrantes chineses que se encontravam em situação legal em Portugal em 2004, 3.909 obtiveram esse estatuto através da obtenção de uma Autorização de Permanência.

Não obstante este aumento da população imigrante e apesar de o número de cidadãos com Autorização de Residência ter tido sempre uma tendência crescente, o decréscimo do número total de imigrantes em território nacional registado em 2004 reflectiu a redução de titulares de Autorizações de Permanência que foi consideravelmente inferior quando comparado com o número das concessões anteriormente realizadas, com particular incidência no número de cidadãos provenientes da Europa de Leste.

«Esta situação deveu-se a um conjunto de situações, como o facto de alguns dos seus titulares terem beneficiado de outro tipo de regime previsto na lei, por exemplo, a aquisição do título de residência por dispensa de visto; através do matrimónio com cidadão português

¹¹ Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro que alterou Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto.

¹² Esta figura jurídica foi suspensa após 31 de Novembro de 2001.

¹³ Emissão de títulos de residência ao abrigo do art. 87.º, alínea m), iniciada em Janeiro 2006.

ou da União Europeia; por ter filhos portugueses; por ter adquirido a nacionalidade portuguesa ou pela conversão do seu título de *Autorização de Permanência* em *Autorização de Residência* no ano de 2006. Para além desta ordem de razões, não é de excluir o eventual regresso aos seus países de origem onde, porventura, a actual situação político-económica começa a dar indicação de melhoras, ou de se terem deslocado para outros países da União Europeia (aproveitando a facilidade de circulação dentro da União), indo atrás de melhores oportunidades de trabalho. É importante ter presente que a organização do próximo Campeonato Europeu de Futebol que terá lugar em 2012 é da responsabilidade da Polónia e da Ucrânia, o que provoca a dinamização das economias destes países, em particular do sector das obras públicas e transportes. Este tipo de evento implica necessariamente a melhoria e expansão das infra-estruturas ao nível de estádios, de estradas e rodovias dentro e entre os dois Estados e para tal é necessária, obviamente, mão-de-obra.» (Mortágua, 2009a: 307)

O mesmo decréscimo verificou-se no caso particular dos imigrantes chineses em Portugal que, embora 3.368 tenham adquirido uma Autorização de Permanência em 2001 destes, somente 2.604 solicitaram a prorrogação das mesmas em 2005, levando a supor quanto aos restantes, que uns re-emigraram para outro país europeu e que outros regressaram ao país europeu de onde tinham saído, tendo assim ‘utilizado’ a criação desta nova figura como uma oportunidade para legalizarem a sua situação não necessariamente em Portugal mas sim dentro da União Europeia, como já tinha ocorrido anteriormente aquando dos dois processos de regularização extraordinários realizados na década de 1990.

Tabela 121. Imigrantes chineses em Portugal titulares de Autorização de Permanência, 2001-2005

2001	2002	2003	2004	total	Prorrogações 2005
3.368	500	41		3.909	2.604

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

A origem dos residentes

No início da primeira década do século XXI, o aumento quantitativo do total de estrangeiros ficou a dever-se ao aumento do número de residentes estrangeiros cujas nacionalidades já estavam presentes em Portugal, mas também ao aumento do número de nacionalidades. Assim, o conjunto dos países de origem tornou-se mais vasto, passando a estarem representadas em Portugal mais de 160 nacionalidades.

As nacionalidades mais representativas são todas de países extra-comunitários, com exceção da Roménia a partir do ano 2007, fruto da sua adesão à União Europeia.

Embora o número elevado de nacionalidades presentes em território português, em termos numéricos só as primeiras dez nacionalidades é que são significativamente representativas. Este grupo é composto por nacionalidades provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, do continente americano, de países do leste da Europa e da Ásia. Destas, as três mais representativas foram, ao longo da década, a cabo-verdiana, a brasileira e a ucraniana. Em termos de volume destacam-se das restantes, existindo assim uma grande discrepância numérica entre os extremos, podendo-se mesmo distinguir quatro categorias numéricas, como se pode observar na tabela seguinte: ≥ 50 mil; entre 20-40 mil; entre 10-20 mil; ≤ 10 mil.

Tabela 122. Evolução das dez nacionalidades de países extra-comunitários mais representativas em Portugal, 1999-2006

1999		2000		2001		2002		2003						
1	C. Verde	43.951	1	C. Verde	50.908	1	C. Verde	59.765	1	Brasil	67.780	1	Brasil	76.377
2	Brasil	20.851	2	Brasil	25.515	2	Brasil	52.354	2	C. Verde	66.143	2	Ucrânia	71.777
3	Angola	17.721	3	Angola	24.241	3	Ucrânia	46.561	3	Ucrânia	65.798	3	C. Verde	68.934
4	G. Bissau	14.217	4	G. Bissau	17.447	4	Angola	32.991	4	Angola	38.580	4	Angola**	38.522
5	E. U. A.	7.975	5	E. U. A.	8.725	5	G. Bissau	22.260	5	G. Bissau	25.125	5	G. Bissau*	24.359
6	S. T. Príncipe	4.809	6	S. T. Príncipe	6.470	6	Rep. Moldava	11.262	6	Rep. Moldava	14.342	6	Rep. Moldava	16.462
7	Moçambique	4.502	7	Moçambique	5.675	7	Roménia	9.779	7	Roménia	12.645	7	Roménia*	11.775
8	Venezuela	3.396	8	Venezuela	3.725	8	S. T. Príncipe	9.351	8	S. T. Príncipe	11.931	8	S. T. Príncipe*	9.832
9	China	2.762	9	China	3.389	9	E. U. A.	8.488	9	China	8.978	9	Moçambique*	9.533
10	Canadá	2.008	10	Canadá	2.163	10	China	7.803	10	E. U. A.	8.812	10	China*	9.041
2004		2005		2006		2007		2008						
1	Brasil	79.774	1	Brasil	78.932	1	Brasil	70.692	1	Brasil	66.385	1	Brasil	106.961
2	Ucrânia	73.719	2	C. Verde	70.028	2	C. Verde	66.149	2	C. Verde	63.941	2	Ucrânia	52.494
3	C. Verde	68.857	3	Ucrânia	63.300	3	Ucrânia	44.111	3	Ucrânia	39.515	3	C. Verde	51.353
4	Angola	38.174	4	Angola	37.550	4	Angola	34.237	4	Angola	32.757	4	Angola	27.619
5	G. Bissau	26.149	5	G. Bissau	25.809	5	G. Bissau	24.034	5	G. Bissau	23.738	5	G. Bissau	24.390
6	Rep. Moldava	17.833	6	Rep. Moldava	18.919	6	Rep. Moldava	15.015	6	Rep. Moldava	14.071	6	Rep. Moldava	21.147
7	Roménia	15.146	7	Roménia	14.049	7	Roménia	11.922	7	China	10.746	7	China	13.331
8	S. T. Príncipe	11.537	8	S. T. Príncipe	12.411	8	S. T. Príncipe	11.050	8	S. T. Príncipe	10.629	8	S. T. Príncipe	11.726
9	China	10.321	9	China	10.364	9	China	10.508	9	E. U. A.	8.264	9	Fed. Russa	6.194
10	Fed. Russa	9.423	10	Fed. Russa	7.911	10	E. U. A.	8.264	10	Moçambique	5.681	10	Índia	5.519

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Nota:

Os valores apresentados para cada ano representam o somatório dos vários tipos de títulos que permitem a permanência em Portugal. Somente informação disponível:

1999 – Autorização de residência; 2000 – Autorização de residência, concessão de vistos de longa duração e prorrogação de permanência; 2001-2004 – Autorização de residência, autorização de permanência, concessão de vistos de longa duração e prorrogação de permanência; 2005-2006 – Autorização de residência, autorização e prorrogação de permanência, concessão de vistos de longa duração; 2007-2008 – Título de residência, autorização e prorrogação de permanência, concessão de vistos de longa duração.

* Só titulares de Autorizações de Residência e de Autorizações de Permanência (não existe informação disponível para concessão de vistos de longa duração e prorrogação de permanência).

** Só titulares de Autorizações de Residência e de Autorizações de Permanência prorrogação de permanência (não existe informação disponível para concessão de vistos de longa duração).

Foi então na viragem de século que os imigrantes chineses passaram a estar entre as dez nacionalidades mais representativas em Portugal, apesar de, em termos absolutos, o seu número estar muito longe das cinco primeiras posições. Como já referido, houve um crescimento acentuado no ano 2001, fruto da oportunidade de legalização criada pela figura jurídica da *Autorização de Permanência*, a qual foi aproveitada tanto pelos cidadãos chineses indocumentados que já se encontravam em Portugal há um período de tempo razoável, como por imigrantes chineses recém-chegados que re-emigraram de outros países do centro e norte da Europa com o intuito de aproveitarem esta oportunidade para regularizarem a sua situação dentro da União Europeia, e não necessariamente para ficarem fixados a longo prazo ou mesmo de forma definitiva em Portugal como já tinha acontecido nas duas décadas anteriores.

Relativamente às origens dos residentes chineses em Portugal na primeira década do século XXI, verifica-se que há três origens distintas: (i) os residentes chineses oriundos de Moçambique que chegaram a Portugal na década de 1970; (ii) os residentes chineses oriundos directamente da China, que constitui o grupo dominante cuja maioria é originária da província de Zhejiang (tal como noutros países europeus, em especial na Europa do Sul), cuja imigração se iniciou na década de 1980 com duas vagas distintas; (iii) e os residentes chineses provenientes do triângulo do Sul da China na década de 1990 (Macau, Hong Kong e Taiwan).

Estes três grupos diferenciam-se não apenas pela origem geográfica, mas sobretudo pela língua, pelas referências culturais e pela amplitude da sua rede de contactos internacionais, o que permite concluir que, não obstante os elementos culturais comuns, estes grupos têm identidades diferentes e funcionam de forma separada com um baixo nível de interacção entre si. Por exemplo, existem barreiras culturais e linguísticas entre as comunidades chinesas de Moçambique e da China, uma vez que a primeira fala cantonense e a segunda um dialecto de Zhejiang, bem como a existência de referências culturais distintas que se traduzem num grau diferente de integração na cultura ocidental. Este facto, bem como a concorrência directa em termos

de negócios, explicam a quase ausência de contactos e de parcerias entre as comunidades, apesar do facto de o *know-how* dos empresários chineses de Moçambique sobre o mercado e sobre o contexto cultural português parecer ser à partida uma mais-valia para uma integração com sucesso dos empresários da China.

Residentes segundo o sexo

Em relação à caracterização do universo dos residentes estrangeiros segundo o sexo, os homens apresentam sempre, ao longo dos anos, valores mais elevados. Contudo, a partir de 2004, as diferenças passam a ser menores, tendo-se chegado ao ano 2008 com uma diferença na ordem dos 14 mil. Esta circunstância ficou a dever-se ao reagrupamento familiar¹⁴ por um lado, e ao aumento generalizado da imigração feminina em termos globais, por outro. É de realçar o facto dos nacionais oriundos do continente americano (Brasil) e da Oceânia terem mais mulheres na sua composição, situação completamente oposta à dos asiáticos em geral e dos chineses em particular que continua a ser um grupo que se caracteriza pela predominância da emigração masculina e menor recurso ao reagrupamento familiar, apesar de se ter registado um aumento a partir de 2006. O actual fluxo de imigrantes chineses faz mais uso do reagrupamento familiar e, para além disso, houve também um novo fluxo de cidadãs chinesas, solteiras, vindo directamente de Zhejiang com o apoio de redes informais, que contribui para a diminuição da diferença numérica entre homens e mulheres.

¹⁴ Art. 64º da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

Tabela 123. Residentes chineses segundo o sexo em Portugal, 1999-2008 (%)

		1999	2000	2006	2007	2008
Residentes chineses	Ambos os sexos (N)	2.762	3.282	10.167	10.448	13.331
	Homens	63,1	61,8	57,2	56,4	53,3
	Mulheres	36,9	38,2	42,8	43,6	46,7
Total residentes estrangeiros	Ambos os sexos (N)	191.143	207.587	332.137	435.736	440.277
	Homens	57,6	57,0	54,8	55,1	52,4
	Mulheres	42,4	43,0	45,2	44,9	47,6
Residentes comunitários	Ambos os sexos (N)	52.375	56.850	79.951	115.556	84.727
	Homens	54,0	53,7	52,5	53,4	53,9
	Mulheres	46,0	46,3	47,5	46,6	46,1
Residentes extra-comunitários	Ambos os sexos (N)	138.768	150.737	252.186	320.180	355.550
	Homens	58,9	58,2	55,5	55,7	52,0
	Mulheres	41,1	41,8	44,5	44,3	48,0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Residentes segundo a idade e seu impacto na demografia portuguesa

As populações imigrantes em Portugal são compostas maioritariamente por homens, com idades compreendidas entre os 15 e 64 anos, estando a maioria no grupo etário 15-34 anos, com estreitamento da pirâmide etária nos mais novos e nos mais velhos. No entanto, esta característica é diferente entre nacionalidades, consoante as diferentes fases dos fluxos migratórios. Na realidade, esta situação é muito mais visível nas populações oriundas de fluxos migratórios muito recentes (Europa de Leste), para os quais a razão mais importante que o levou a emigrar é, entre as razões conhecidas, a económica.

Quanto ao caso dos residentes chineses, estão maioritariamente entre os 25 e os 40 anos. No caso das mulheres chinesas, estas são ligeiramente mais novas que os homens e o número de crianças é muito significativo, tendo vindo a crescer ao longo da década. Em 2001 as crianças até aos 4 anos representavam 3,8% do total dos imigrantes chineses e cinco anos depois passaram a representar 12% (é curioso verificar que as crianças do sexo masculino são em maior número), como se pode verificar através da leitura dos dados da tabela seguinte relativa a titulares de Autorização de Residência¹⁵.

¹⁵ Os únicos dados disponíveis são referentes a titulares de Autorização de Residência, ficando assim de fora os titulares de Autorizações de Permanência e outros tipos de visto.

Tabela 124. Residentes chineses segundo a idade em Portugal, 2001-2006 (%)

	Total	0-4 anos	5-9 anos	10-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-69 anos	60-64 anos	65 e mais anos	
2001	Ambos os sexos	3.953	3,8	3,1	5,2	6,8	11,2	17,9	18,1	14,7	8,7	4,5	2,4	1,4	0,8	1,6
	Homens	2.366	4,1	2,6	4,2	6,3	11,2	17,5	18,5	16,2	9,0	4,6	2,4	1,4	0,8	1,0
	Mulheres	1.587	3,3	3,7	6,6	7,6	11,2	18,5	17,5	12,5	8,1	4,2	2,4	1,4	0,8	2,5
2002	Ambos os sexos	4.529	6,2	3,7	5,9	7,1	10,7	16,6	16,9	13,4	8,0	4,3	2,5	1,7	1,1	1,9
	Homens	2.622	5,9	3,4	4,8	6,8	10,7	16,2	17,5	15,1	8,5	4,4	2,4	1,7	1,1	1,4
	Mulheres	1.907	6,5	4,0	7,3	7,4	10,6	17,2	16,0	11,1	7,4	4,1	2,7	1,8	1,2	2,5
2003	Ambos os sexos	4.810	7,8	4,1	5,9	7,2	10,4	16,1	16,3	12,8	7,8	4,1	2,5	1,8	1,3	1,9
	Homens	2.751	7,4	3,7	5,1	6,9	10,3	15,7	17,1	14,4	8,3	4,3	2,3	1,7	1,3	1,4
	Mulheres	2.059	8,3	4,5	7,1	7,5	10,5	16,6	15,2	10,6	7,2	3,8	2,8	1,9	1,4	2,5
2004	Ambos os sexos	5.278	10,4	4,3	5,7	6,7	9,9	15,8	16,2	12,3	7,5	3,8	2,4	1,8	1,3	1,9
	Homens	2.982	9,9	4,1	4,9	6,6	9,6	15,4	17,1	13,8	8,0	4,1	2,2	1,7	1,2	1,4
	Mulheres	2.296	11,1	4,7	6,7	6,9	10,3	16,4	15,1	10,2	7,0	3,5	2,6	1,8	1,3	2,5
2005	Ambos os sexos	5.551	11,8	4,3	5,6	6,5	9,7	15,5	16,1	11,9	7,3	3,7	2,3	1,8	1,3	2,0
	Homens	3.120	11,6	4,2	4,9	6,4	9,3	15,0	16,8	13,4	7,8	4,0	2,1	1,8	1,3	1,6
	Mulheres	2.431	12,1	4,4	6,5	6,6	10,2	16,1	15,3	10,0	6,8	3,4	2,6	1,9	1,4	2,6
2006	Ambos os sexos	8.081	12,1	4,0	5,7	6,7	8,2	15,3	16,0	13,0	8,7	4,1	2,3	1,4	1,1	1,6
	Homens	4.551	11,8	3,9	5,3	6,4	7,8	14,4	16,7	14,1	9,0	4,5	2,4	1,4	0,9	1,3
	Mulheres	3.530	12,3	4,0	6,1	7,0	8,6	16,3	15,0	11,5	8,2	3,7	2,3	1,6	1,2	2,0

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

A contribuição dos imigrantes para o crescimento global da população tem sido significativa ao longo da década, assim como também tem sido importante o seu contributo para a inversão da diminuição da natalidade em Portugal. A forte concentração das mulheres imigrantes em idade reprodutiva (15-49 anos) e os seus elevados níveis de fertilidade que são, em média, superiores a 2,1 crianças por mulher, e bastante mais elevados do que os observados entre os nacionais (1,37), têm sido os principais responsáveis dessa contribuição¹⁶.

O número total de nascimentos de progenitores em que um ou ambos não são portugueses, que representava em 2002 cerca de 10% do total de nascimentos, está a crescer em Portugal. Os africanos (principalmente de Cabo Verde) estão no topo das contribuições para essa tendência. Esta situação está relacionada com a forte concentração de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos), mas também com os elevados níveis de fertilidade entre os imigrantes. De facto, os níveis de fertilidade

¹⁶ Vide Mortágua (2009a).

entre estes são em média superiores a 2,1 crianças por mulher, e bastante mais elevados do que os observados entre os nacionais. No entanto, há que registar algumas diferenças entre as nacionalidades mencionadas: os níveis mais altos de fertilidade foram encontrados em nacionalidades africanas (especialmente Cabo Verde e Guiné-Bissau), na população asiática e romena, e os mais baixos em nacionalidades do continente americano, nomeadamente Brasil, e Moldávia.¹⁷

Residentes segundo a localização geográfica

No que respeita à distribuição geográfica da população imigrante em geral no início do presente milénio, os distritos onde residiam mais imigrantes eram Lisboa, Setúbal, Faro, Porto e Aveiro. Contudo, apesar dos distritos do litoral terem mantido a supremacia, com os titulares de Autorização de Permanência (sobretudo provenientes do Leste europeu e do Brasil), o cenário alterou-se, passando a haver uma dispersão maior. Santarém e Leiria foram os distritos em que o crescimento foi mais acentuado.¹⁸

Quanto aos imigrantes chineses em particular, estes também passaram a estar cada vez mais dispersos por todo o território nacional, incluindo os arquipélagos, função das oportunidades de negócio, já que eles, na sua maioria, estão ligados ao comércio e à restauração. Porém, os distritos em que os imigrantes chineses continuaram a estar mais concentrados são Lisboa, Porto, Faro e Setúbal.

Pelo facto de os imigrantes chineses, na sua maioria, serem empresários ou trabalhadores em negócios de imigrantes chineses, abordaremos com mais detalhe a questão da localização geográfica aquando da abordagem ao mercado de trabalho mais adiante, uma vez que a localização geográfica dos residentes chineses coincide com a localização das unidades empresariais, como já acontecia na década anterior.

¹⁷ Sobre o impacto demográfico dos residentes estrangeiros em Portugal *vide* Valente Rosa *et al.* (2004).

¹⁸ *Vide* Mortágua (2009a).

Tabela 125. Imigrantes chineses segundo o distrito em Portugal, 1999-2008*

Distrito	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aveiro	130	157	176	193	211	241	262	557	541	574
Beja	5	8	12	15	18	18	23	76	82	124
Braga	79	94	122	132	137	168	179	273	327	493
Bragança	4	8	8	11	15	20	25	97	97	144
Castelo Branco	8	18	22	32	35	35	35	87	106	119
Coimbra	105	119	130	141	145	153	156	308	338	389
Évora	8	11	19	28	33	40	40	111	113	202
Faro	214	276	346	402	419	467	490	942	1.069	1.272
Guarda	9	9	9	11	13	20	21	80	96	108
Leiria	23	48	74	78	81	89	94	230	248	428
Lisboa	1.736	1.912	2.163	2.395	2.486	2.693	2.789	4.254	4.304	4.795
Portalegre	0	5	12	18	19	28	29	52	61	112
Porto	276	382	509	626	683	688	725	1.571	1.567	1.740
Santarém	15	25	44	60	69	91	98	270	247	827
Setúbal	90	131	207	280	312	376	416	785	747	1140
Viana Castelo	8	10	18	22	32	41	46	97	97	138
Vila Real	10	14	18	18	26	27	30	79	96	140
Viseu	18	23	29	29	30	33	38	125	141	259
Açores	7	11	13	15	16	20	22	60	70	146
Madeira	17	21	22	23	30	30	33	113	101	181
Total Nacional	2.762	3.282	3.953	4.529	4.810	5.278	5.551	10.157	10.448	13.331

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal
(elaboração da autora)

Nota:

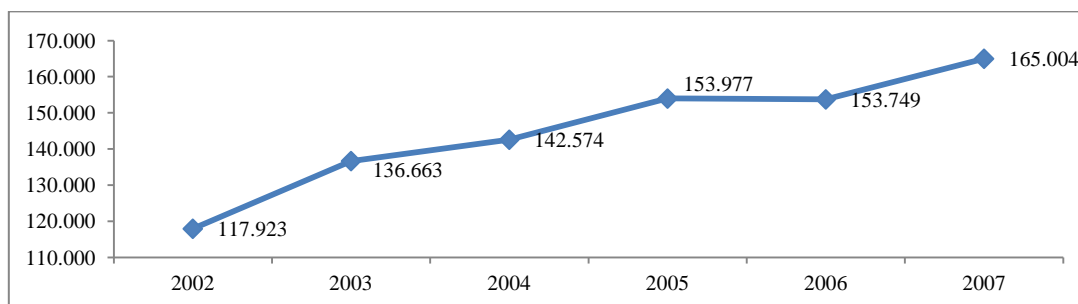
* Dados disponíveis referentes à distribuição por distrito entre 1999-2004 só contemplam titulares de Autorizações de Residência. Os restantes já englobam todos os tipos de título de residência.

- Trabalhadores

Na viragem de século, marcada pelo aumento da presença de residentes estrangeiros em Portugal, houve um crescimento considerável do número de estrangeiros ao serviço como seria expectável, uma vez que essa presença é maioritariamente de cariz económico.

Entre 2002 e 2007 o crescimento foi de 39,9%. Os anos 2003 e 2005 foram os que registaram um crescimento mais acentuado (15,9% e 8% respectivamente), enquanto em 2006 houve uma estagnação, com um crescimento de -0,1%. Em 2007 voltou a existir um aumento significativo (7,3%) (*vide* Gráficos 32 e 33).

Gráfico 32. Crescimento do número total de trabalhadores estrangeiros ao serviço em Portugal, 2002-2007

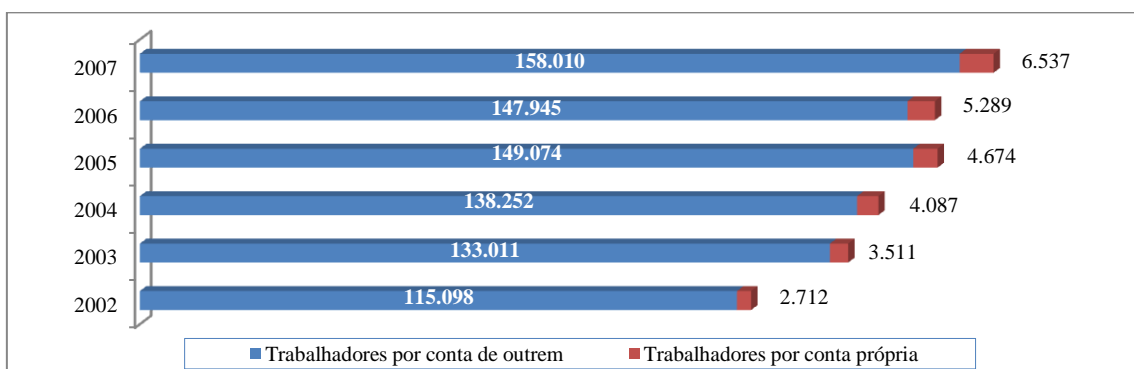


Fonte: «Quadros de Pessoal», Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (elaboração da autora)

Trabalhadores ao serviço segundo a dependência laboral

Quanto à situação de dependência laboral, não houve oscilações significativas ao longo deste período, estando a quase totalidade dos trabalhadores estrangeiros a trabalhar por conta de outrem. Se em 2002 havia 97,6% de trabalhadores por conta de outrem, em 2007 eram 95,8%.

Gráfico 33. Trabalhadores estrangeiros ao serviço segundo a dependência laboral em Portugal, 2002-2007



Fonte: «Quadros de Pessoal», Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (elaboração da autora)

Analisando-se os dados dos estrangeiros ao serviço, tendo em conta a distinção entre cidadãos comunitários e extra-comunitários, verifica-se que, mais uma vez,

o total de estrangeiros reflecte os valores do grupo dos nacionais de países terceiros: cerca de 92%.

No caso específico do grupo dos comunitários, entre 2002 e 2007 houve um aumento de 60,9% (8.858 para 22.936). Sendo a maioria composta por trabalhadores por conta de outrem, registou-se um ligeiro aumento do número de trabalhadores por conta própria até 2006 (de 10,6% para 14,1%), mas em 2007 desceu para 9,8%. Quanto às nacionalidades comunitárias mais representativas, temos a França, Espanha, Alemanha, Reino Unido, tanto em geral como também para os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores por conta de outrem.

Quanto ao crescimento do grupo dos cidadãos extra-comunitários ao serviço entre 2002 e 2007 este foi de 142,3% (109.065 para 142.068), sendo que a maioria corresponde a trabalhadores por conta de outrem. Entre trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta de outrem a diferença foi constante até 2006, porém em 2007 essa diferença aumentou ligeiramente causada pelo aumento de trabalhadores por conta de outrem.

Tabela 126. Trabalhadores estrangeiros ao serviço segundo a dependência laboral em Portugal, 2002-2007 (%)

		Trab. por conta própria	Trab. por conta de outrem	Situação não enquadrável	Total (N)	Crescimento total trabalhadores
2002	Total Trabalhadores estrangeiros	2,3	97,6	0,1	117.923	
	Trabalhadores comunitários	10,6	89,3	0,1	8.858	
	Trabalhadores extra-comunitários	1,6	98,3	0,1	109.065	
2003	Total Trabalhadores estrangeiros	2,6	97,3	0,1	136.663	15,9
	Trabalhadores comunitários	14,5	85,7	0,3	10.440	17,9
	Trabalhadores extra-comunitários	1,6	98,3	0,1	126.169	15,7
2004	Total Trabalhadores estrangeiros	2,9	97,0	0,2	142.574	4,3
	Trabalhadores comunitários	13,9	85,7	0,5	11.576	10,9
	Trabalhadores extra-comunitários	1,9	98,0	0,1	130.998	3,8
2005	Total Trabalhadores estrangeiros	3,0	96,8	0,1	153.977	8,0
	Trabalhadores comunitários	13,4	86,1	0,4	12.967	12,0
	Trabalhadores extra-comunitários	2,1	97,8	0,1	141.010	7,6
2006	Total Trabalhadores estrangeiros	3,4	96,2	0,3	153.749	-0,1
	Trabalhadores comunitários	14,1	85,5	0,4	13.342	2,9
	Trabalhadores extra-comunitários	1,7	97,2	0,3	140.407	-0,4
2007	Total Trabalhadores estrangeiros	4,0	95,8	0,3	165.004	7,3
	Trabalhadores comunitários	9,8	90,0	0,2	22.936	71,9
	Trabalhadores extra-comunitários	3,0	96,7	0,3	142.068	1,2

Fonte: «Quadros de Pessoal», Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (elaboração da autora)

Em relação às nacionalidades mais representativas dos nacionais de países terceiros que se encontram ao serviço na primeira década do século XXI, são elas a ucraniana, a brasileira, a cabo-verdiana, a angolana, a guineense, a moldava e a romena¹⁹. No ano 2006 registou-se uma alteração da representatividade de cada nacionalidade. Os brasileiros tornaram-se os mais numerosos e o número de ucranianos diminuiu de forma acentuada desde 2004, provocando uma diminuição do total dos trabalhadores por conta de outrem. As restantes nacionalidades tiveram um crescimento ligeiro gradual do número de trabalhadores ao serviço, excepto os trabalhadores chineses que tiveram um crescimento de 66,8% entre 2002 e 2007. No caso concreto dos trabalhadores por conta própria, todas as nacionalidades crescem mas o número de brasileiros triplica e o de chineses aumenta de forma ligeiramente acentuada (311 para 528).²⁰

Tabela 127. Imigrantes chineses ao serviço em Portugal, 2002-2007 (%)

	Trab. por conta de outrem	Trab. por conta própria	Situação não enquadrável	Total (N)	Crescimento total trabalhadores
2002	84,0	16,0	0,1	1.944	
2003	85,4	14,2	0,5	2.445	25,8
2004	83,8	15,8	0,4	2.674	9,4
2005	84,6	15,2	0,2	3.091	15,6
2006	81,9	18,0	0,1	2.941	-4,9
2007	80,0	19,5	0,5	3.242	10,2

Fonte: «Quadros de Pessoal», Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal (elaboração da autora)

O empreendedorismo imigrante

Embora a maioria dos nacionais de países terceiros esteja a trabalhar por conta de outrem e em trabalhos menos qualificados, não é de todo de descurar o contributo importante dos empregadores estrangeiros em geral e em particular dos imigrantes chineses que são uma das nacionalidades com mais empregadores para o desenvolvimento económico do país e em especial das zonas urbanas em que se encontram. Têm criado novos postos de trabalho – contribuindo para o emprego nacional ao mesmo

¹⁹ A partir de 2007, a Roménia passou a estar incluída na categoria de cidadãos comunitários.

²⁰ Vide Mortágua (2009a).

tempo que têm um papel importante na chegada de novos (trabalhadores) imigrantes chineses –, ao mesmo tempo que contribuem para o aumento da oferta de bens e serviços, a preços competitivos, o que é favorável ao consumo das classes sociais menos abastadas. Para além disso, os empresários estrangeiros também contribuem para o crescimento económico, uma vez que, parte deles, dependendo da actividade, se abastecem em Portugal, principalmente em fornecedores também eles chineses que se dedicam ao comércio a retalho de produtos que são maioritariamente importados da China.

Esta escolha é resultado de um grupo de vários factores, tais como a própria origem do imigrante e as condições estruturais do país de acolhimento. Perante dificuldades que encontram na sociedade – que vão desde a aquisição de um crédito bancário até às barreiras linguísticas –, os imigrantes empresários apoiam-se na comunidade/família a que pertencem. Consequentemente, acabam por seguir o trajecto de outros compatriotas seus e por apostar no mesmo ramo de actividade.

«Cada origem de imigração polariza um conjunto de atributos que definem a sua estratégia de inserção económica em Portugal. Os chineses, porque apresentam mais dificuldades de inserção na sociedade portuguesa (desconhecimento da língua e das leis), tendem a definir as suas estratégias empresariais pela ligação a oportunidades étnicas (trabalhadores, contactos privilegiados, recursos financeiros, etc.)» (Oliveira, 2003b).

Por seu lado, os indianos definem a sua integração no mercado de trabalho português fazendo uso de recursos pessoais, mais concretamente da família. Esta torna-se um recurso fundamental na aquisição de capitais financeiro e humano para a actividade empresarial, perante as dificuldades no acesso ao crédito bancário.

«Assim, a principal dicotomia entre estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal define-se claramente a partir da importância relativa de recursos pessoais dos investidores e oportunidades étnicas da comunidade a que pertencem.» (Oliveira, 2003a)

Há três populações imigrantes que têm maior propensão para o desenvolvimento de iniciativas empresariais: a chinesa, a indiana e a cabo-verdiana. Correspondem, além disso, a três estratégias empresariais distintas, quer em termos de sectores de actividade, de origem dos trabalhadores, ou mesmo da fonte de capital de investimento. Investem em áreas de negócio distintas, apostando os cabo-verdianos na construção civil,

os indianos no comércio e os chineses na restauração étnica e comércio de produtos *made in China* ou *made in França* e Itália de empresários chineses. Anteriormente, os dois últimos grupos investiam sobretudo em negócios onde não há concorrência portuguesa, mas essa tendência tem vindo a ser atenuada devido à expansão dos negócios de empreendedores chineses, como é o caso do comércio de vestuário e acessórios de moda e também de produtos utilitários de uso doméstico e pessoal a preços competitivos.

As iniciativas empresariais asiáticas são as mais representativas, apresentando uma estrutura de actividade por conta própria com valores muito próximos dos da própria população portuguesa e com os mais altos valores entre os estrangeiros que solicitam estatuto de residente em Portugal para exercerem actividade económica por conta própria. Encontram-se semelhanças com as empresas portuguesas, quer em termos de dimensão, de volume de trabalhadores, de qualificação dos empresários, de recurso a trabalhadores familiares não remunerados, quer em relação à utilização de meios informais de capital de investimento. Em Portugal, de um modo geral, predominam empresas de pequena e média dimensão. Apesar do peso significativo que têm, representam apenas 25,7% do emprego global. Quanto às empresas de origem imigrante, estas representam 81,8%; tendo menos de cinco trabalhadores, cerca de 34% das empresas cabo-verdianas, 30% das chinesas e 68% das indianas.

Em relação à localização geográfica dentro do país, há uma clara concentração dos empresários de origem imigrante na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Os chineses são os que se encontram mais dispersos pelo país, espalhados pelas zonas mais habitadas.

Trabalhadores extra-comunitários ao serviço por sector de actividade

Em relação aos sectores de actividade em que o grupo de nacionais de países terceiros activos se encontra na década de 2000, o estudo realizado por Ferreira, Rato & Mortágua (2004) sobre o impacto da imigração na economia portuguesa, relevou que, apesar de estarem representados em todos os sectores de actividade, estão em maior número nos sectores da Construção Civil, da Hotelaria e Restauração e dos Serviços a empresas.

Tabela 128. Trabalhadores extra-comunitários empregados segundo o sector de actividade em Portugal, 2001 (%)

Sector de actividade	Trabalhadores extra-comunitários por sector	Repartição sectorial dos trabalhadores extra-comunitários
Agricultura/silvicultura e pescas	2,7	2,7
Indústrias	3,1	14
Construção civil	14,8	36,1
Hotelaria e restauração	11,7	12,9
Comércio	1,9	7,8
Serviço a empresas	9,6	15
Outros	2,3	11,6
Total	6,6*	100,0

Fonte: Ferreira, Rato & Mortágua (2004), com base em dados do IDICT – Instituto de Desenvolvimento e Condições do Trabalho e do INE – Inquérito ao emprego 2001 (adaptado pela autora)

* Total da população activa.

Apesar de haver diferenças substanciais em termos de qualificações académicas e profissionais entre as diferentes origens de imigrantes, de um modo geral, encontram-se nos mesmos sectores de actividade. Os nacionais de países terceiros, na sua maioria, trabalham no segmento secundário. Isto pode ser explicado pelo facto de ser uma mão-de-obra menos qualificada²¹ e por haver cada vez mais uma recusa, por parte dos activos nacionais, de aceitar trabalhos no segmento secundário. «Estamos, pois, perante uma imigração predominantemente utilizada no mercado de trabalho como mão-de-obra pouco qualificada e, conseqüentemente, auferindo baixas remunerações.» (Ferreira, Rato & Mortágua, 2004)

Os imigrantes originários dos PALOP, na sua maioria possuidores de baixos níveis de qualificação escolar e profissional, encontram-se a exercer funções na construção civil, no caso dos homens, e em serviços de limpeza industrial e doméstica, no caso das mulheres.

Os imigrantes brasileiros evoluíram de uma fase inicial (correspondente à primeira vaga de imigrantes brasileiros na década de 1980), em que predominavam os empresários e os profissionais altamente qualificados, como sejam os dentistas, jornalistas, especialistas de publicidade e marketing, para uma representação cada vez maior de trabalhadores provenientes de zonas rurais e com baixa escolaridade.

²¹ Em termos profissionais ou então porque não há reconhecimento da sua formação profissional como é o caso de uma parcela significativa dos imigrantes provenientes da Europa de Leste.

Estes exercem em Portugal actividade em trabalhos pouco qualificados da construção civil, no comércio, na hotelaria e na restauração.

Os imigrantes da Europa de Leste (Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia), apesar de muitos deles possuírem qualificações superiores, encontram-se sobretudo nos mesmos sectores dos outros dois grupos, mas também na agricultura e na indústria transformadora.

Os trabalhadores asiáticos – chineses e indianos – estão quase exclusivamente no comércio e restauração de empregadores da sua própria origem.

A quase totalidade do total dos trabalhadores imigrantes (80%) encontra-se em três grupos de profissões: trabalhadores não-qualificados (37%); operários, artífices e similares (31%); pessoal dos serviços e vendedores (12%).

No que diz respeito aos grupos de profissão em que se encontram mais imigrantes activos empregados, uma das situações mais relevantes é a de haver cerca de 14% de ‘trabalhadores não qualificados’ quando se considera o total da população activa empregada, valor esse que sobe para 37% quando se tem em conta o grupo dos imigrantes activos empregados.

Localização geográfica dos trabalhadores

É relevante referir duas situações antagónicas constatadas no que respeita à relação entre a distribuição geográfica dos estrangeiros e a localização da actividade económica. Sendo a população estrangeira maioritariamente de cariz económico, era de esperar que fossem coincidentes mas na realidade não são. Em 2008, o Norte, não obstante ter 36,6% da população activa total, tinha somente 9,5% de estrangeiros (9,5% dos cidadãos da União e 9,6% dos nacionais de países terceiros); no Algarve, a população estrangeira ronda os 16,4% (12,3% de cidadãos da União e 33,7 de nacionais de países terceiros) e a população portuguesa activa 2,9%. Portanto, conclui-se que não é no Norte, caracterizado tradicionalmente como região industrial, que se encontra o maior número de estrangeiros. O Algarve, região que se caracteriza por ter uma actividade turística sazonal, tem presentemente uma forte presença de estrangeiros, sobretudo de nacionais de países terceiros, provavelmente devido ao aumento de actividade no sector da construção e obras públicas. Quanto ao Norte,

a circunstância de se encontrarem menos estrangeiros nesta região provavelmente está relacionada, por um lado, com a reduzida disponibilidade dos empregadores nortenhos em contratar estrangeiros e, por outro, pela maior disponibilidade dos nacionais activos do Norte para trabalharem no segmento secundário, possivelmente por aí existir um nível de vida mais baixo. Contudo, nos últimos anos houve uma alteração da referida situação. Com o aumento de obras de construção civil no Norte – principalmente por causa do *Porto Capital da Cultura* e do EURO 2004 – e a consequente necessidade de mão-de-obra, registou-se um aumento do número de cidadãos de estrangeiros nessa região do país que até então se caracterizava por uma fraca incidência de estrangeiros, em especial de imigrantes brasileiros e angolanos.

Contudo, regista-se uma diferença no peso de cada grupo de profissão nas diferentes regiões (NUTS II). No Norte, o significado dos profissionais não-qualificados é muito inferior quando comparado com as restantes regiões.

«A interpretação que se pode fazer destes resultados é a de que, comparativamente às outras regiões, na região Norte a oferta de trabalhadores nacionais pouco qualificados é ainda suficientemente grande, pelo que a taxa de substituição desses trabalhadores por imigrantes é muito inferior à verificada nas outras regiões. Por outras palavras, os imigrantes têm vindo a ocupar profissões onde existe um *deficit* de oferta por parte dos trabalhadores nacionais. Tal estratégia explica, também, o facto de ser no Alentejo que é mais elevada a percentagem de imigrantes a exercer profissões no âmbito da actividade agrícola.» (Ferreira, Rato & Mortágua, 2004:73)

Trabalhadores desempregados

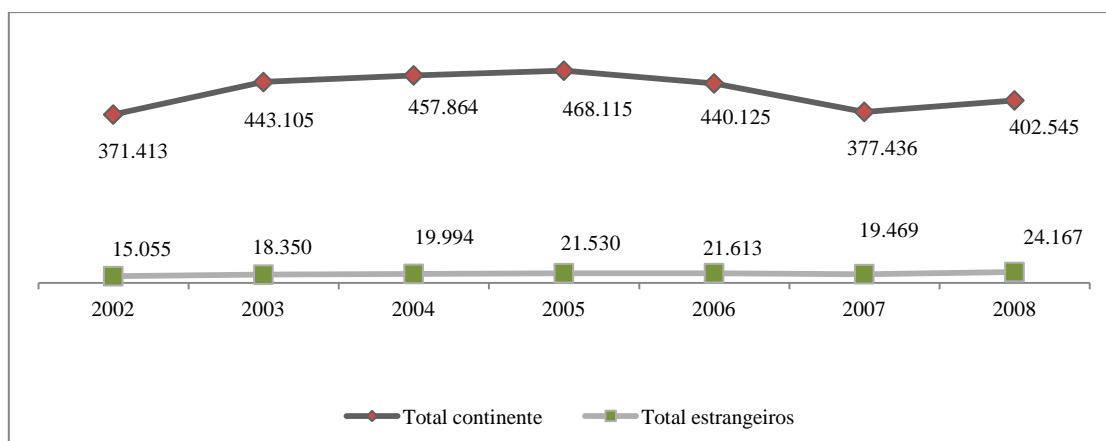
No período compreendido entre 2002 e 2008, o número total de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Continente teve uma tendência crescente até ao ano 2005. Este aumento de desempregados reflectiu a contracção da actividade económica que se começou a viver em Portugal nesse momento, conjugada com as deslocalizações e encerramentos de inúmeras empresas dos mais variados sectores, nomeadamente do sector têxtil. Nos dois anos seguintes verificou-se uma inflexão da evolução crescente do desemprego²². Contudo, em 2008 registou-se um crescimento na

²² Esta diminuição do desemprego a partir do ano 2006 não pode deixar de ser relacionada com o facto de ter sido nesta altura que o controlo e a fiscalização do Instituto de Emprego e Formação Profissional começaram a ter resultados.

ordem dos 7% face ao ano anterior, aumento este relacionado com a actual conjuntura mundial de crise económica e financeira.

Através da análise dos dados estatísticos relativos a desempregados de outras nacionalidades, verifica-se que estes representam uma pequena percentagem, entre 4,0% e 6,0%, do universo dos desempregados, situação esta que se manteve constante entre 2002 e 2008.

Gráfico 34. Evolução do número do universo dos desempregados e do número dos estrangeiros desempregados em Portugal, 2002-2008



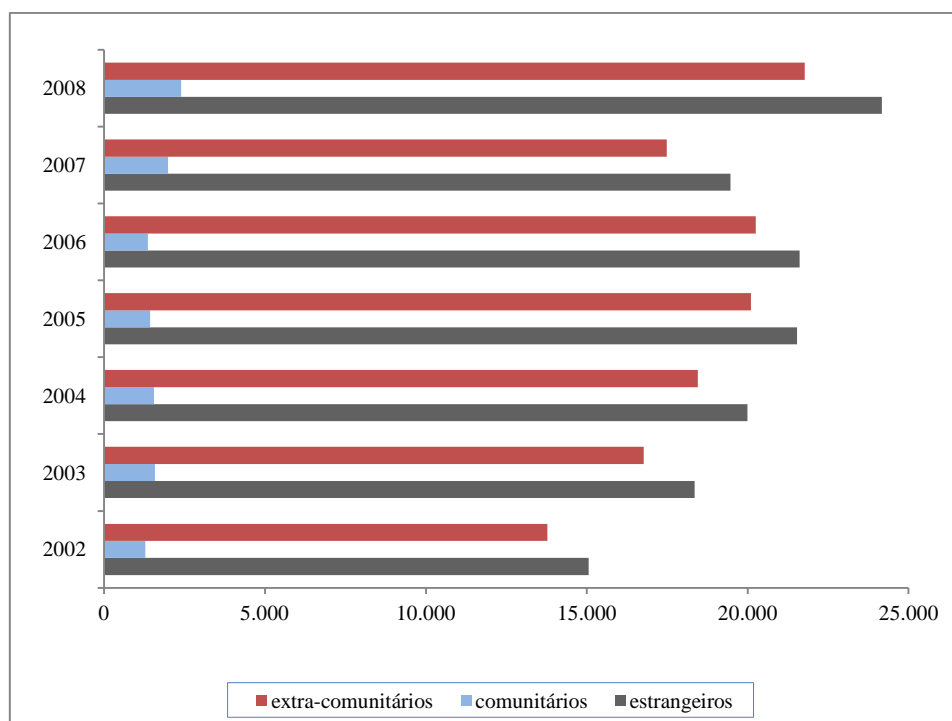
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculos da autora)

Em relação à evolução do número de desempregados estrangeiros entre 2002 e 2008, passou-se de 15.055 mil para 24.167 mil, registando-se assim um crescimento de 60,5%, crescimento que reflecte o aumento do número de desempregados nacionais de países terceiros (*vide* gráfico 34).

Quanto aos cidadãos da União, embora o crescimento tenha sido acentuado, os valores absolutos acabam por não ser significativos. Ao longo dos últimos seis anos, estes nunca representaram mais do que 10% do total dos estrangeiros desempregados, sendo de salientar que este valor só foi atingido em 2007, resultado da entrada da Roménia na União Europeia.

Os nacionais de países terceiros, apesar de em termos percentuais terem tido um crescimento (58,1%) inferior aos comunitários (86,7%), a sua representatividade no universo dos desempregados é constantemente superior.

Gráfico 35. Evolução dos desempregados estrangeiros em Portugal, 2002-2008



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculos da autora)

No que respeita à caracterização do universo dos desempregados segundo o sexo no período em análise, o número de mulheres desempregadas é sempre superior ao número de homens, situação idêntica também para o grupo dos nacionais da União. Porém, o mesmo não acontece com o total dos estrangeiros. Se em 2002 havia mais homens do que mulheres, porém com uma diferença ligeira, ao longo do tempo houve uma evolução que levou a um equilíbrio entre os dois sexos e nos últimos dois anos o número de mulheres desempregadas acabou por superar o número de homens. Esta situação ficou a dever-se ao aumento do número de mulheres nacionais de países terceiros desempregadas que também teve sempre uma diferença menos acentuada, chegando-se ao ano de 2008 com mais mulheres desempregadas do que homens. Este aumento do número de mulheres desempregadas estrangeiras não pode deixar de ser relacionado com o aumento já referido da feminização da imigração e do recurso ao reagrupamento familiar.

Tabela 129. Evolução dos desempregados estrangeiros segundo o sexo em Portugal, 2002-2008 (%)

	Total universo desempregados			Total estrangeiros			Total comunitários			Total extra-comunitários		
	Total (N)	Homens	Mulheres	Total (N)	Homens	Mulheres	Total (N)	Homens	Mulheres	Total (N)	Homens	Mulheres
2002	380.303	41,6	58,4	15.055	52,9	47,1	1.283	40,7	59,3	13.772	54,2	46,1
2003	452.542	43,1	56,9	18.350	52,7	47,3	1.581	45,1	54,9	16.769	53,4	46,6
2004	468.852	43,7	56,3	19.994	52,6	47,4	1.546	43,3	56,7	18.448	53,4	46,6
2005	479.373	43,0	57,0	21.530	51,5	48,5	1.428	43,8	56,2	20.102	52,0	48,0
2006	452.651	42,4	57,6	21.613	49,4	50,6	1.363	40,4	59,6	20.250	50,0	50,0
2007	390.280	40,3	59,7	19.469	43,1	56,9	1.987	57,8	75,9	17.482	43,1	56,9
2008	416.005	43,4	56,6	24.167	48,0	52,0	2.396	45,4	54,6	21.771	48,3	51,7

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculos da autora)

Quanto à distribuição geográfica do total da população desempregada por Portugal Continental, entre 2002 e 2008, verifica-se que as regiões em que há mais desempregados são, em primeiro lugar, a região Norte seguida de Lisboa e Vale do Tejo, do Centro, do Alentejo e por fim do Algarve.

Ao analisar-se o universo dos estrangeiros desempregados, sem fazer distinção entre comunitários e extra-comunitários, constata-se que a grande maioria encontra-se concentrada na região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de haver uma tendência decrescente ao longo da década. Assim, em 2002, 68,6% dos estrangeiros desempregados estavam localizados na Região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto em 2008 esse valor desceu para 59,4%. O Norte foi, até 2006, a segunda região com mais estrangeiros desempregados, situação que se alterou devido ao aumento verificado no Algarve. Quanto à região Centro, embora se tenha registado um aumento significativo do número de residentes estrangeiros, continua na quarta posição, seguida do Alentejo que também registou uma subida ligeira.

Tabela 130. Evolução do desemprego por região em Portugal, 2002-2008 (%)

		Total (N)	Portugal Continental				
			Norte	Centro	Lisboa VT	Alentejo	Algarve
2002	Total desempregados	371.413	40,4	34,9	256,0	15,7	65,2
	Total desempregados estrangeiros	15.055	11,8	7,1	68,6	2,3	10,2
	Desempregados comunitários	1.283	24,5	10,4	39,2	4,3	21,7
	Desempregados extra-comunitários	13.772	10,7	6,8	71,3	2,1	9,2
2003	Total desempregados	443.105	42,4	14,0	34,7	5,4	3,5
	Total desempregados estrangeiros	18.350	13,7	7,3	66,8	2,9	9,3
	Desempregados comunitários	1.581	27,5	11,4	34,3	5,6	21,2
	Desempregados extra-comunitários	16.769	12,4	6,9	69,9	2,7	8,1
2004	Total desempregados	457.864	44,8	14,0	32,8	4,9	3,5
	Total desempregados estrangeiros	19.994	13,1	8,1	64,8	2,9	11,1
	Desempregados comunitários	1.546	26,5	11,8	34,0	5,2	22,4
	Desempregados extra-comunitários	18.448	12,0	7,8	67,4	2,7	10,2
2005	Total desempregados	468.115	46,1	13,8	31,6	5,0	3,4
	Total desempregados estrangeiros	21.530	12,7	8,8	64,4	3,2	10,9
	Desempregados comunitários	1.428	25,0	14,0	33,5	4,7	22,8
	Desempregados extra-comunitários	20.102	11,8	8,4	66,6	3,1	10,0
2006	Total desempregados	440.125	46,3	14,6	30,9	4,7	3,5
	Total desempregados estrangeiros	21.613	12,3	9,3	63,2	3,5	11,7
	Desempregados comunitários	1.363	21,6	16,0	36,1	4,8	21,5
	Desempregados extra-comunitários	20 250	11,7	8,9	65,0	3,4	11,0
2007	Total desempregados	377.436	46,0	15,3	30,4	4,6	3,7
	Total desempregados estrangeiros	19.469	12,7	9,7	61,4	3,3	12,8
	Desempregados comunitários	1.987	17,5	13,4	40,0	7,6	21,5
	Desempregados extra-comunitários	17.482	12,2	9,3	63,8	2,8	11,8
2008	Total desempregados	402.545	45,7	15,6	30,0	4,7	4,1
	Total desempregados estrangeiros	24.167	13,2	10,3	59,4	3,5	13,6
	Desempregados comunitários	2.396	17,9	11,4	38,7	9,0	23,0
	Desempregados extra-comunitários	21.771	12,7	10,1	61,7	2,9	12,5

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculos da autora)

Porém, mais uma vez, torna-se importante apurar qual o impacto de cada um dos grupos – comunitários e extra-comunitários – nesta evolução da distribuição geográfica dos estrangeiros desempregados.

O grupo dos nacionais da União Europeia desempregados teve exactamente a mesma evolução no que respeita à ordem de grandeza das regiões. Apesar disso, quanto à grande concentração numa região – Lisboa e Vale do Tejo – esta já não é uma característica deste grupo. Os comunitários desempregados pautam-se pela maior distribuição entre as regiões, tendo a região de Lisboa e Vale do Tejo uma maioria que não chega aos 40%.

Os nacionais de países terceiros desempregados contribuem em muito para a grande concentração dos estrangeiros desempregados na região de Lisboa e Vale do Tejo, apesar de essa concentração ter vindo a diminuir entre 2002 (71,3%) e 2008

(61,7%). Quanto à evolução nas restantes regiões, o Norte e o Alentejo mantêm-se sem oscilações significativas, sendo que o Algarve e o Centro registam um aumento moderado de desempregados.

O grupo dos cidadãos comunitários sofreu várias alterações significativas, causadas sobretudo pela entrada da Roménia e da Bulgária na UE. Se em 2003 a França, Espanha e Alemanha e Reino Unido eram as nacionalidades com mais desempregados, correspondendo a 77,4% do total dos desempregados comunitários, em 2008, a Roménia, a Espanha, a Bulgária, a França, o Reino Unido e a Alemanha passam a ser as origens mais representativas (com 82% do total desempregados comunitários). No caso particular dos romenos e dos espanhóis, é importante referir que são as mulheres que lideram o grupo dos desempregados, contrariamente ao que acontece com as restantes nacionalidades.

Em todas as regiões os romenos e os búlgaros passaram a ter uma representatividade significativa no grupo dos desempregados comunitários na Região de Lisboa e no Algarve, a Roménia como país de origem tem um lugar de destaque, sendo o mais representativo. No caso particular do Alentejo, os búlgaros e os romenos são os mais representativos.

No que diz respeito à representatividade das nacionalidades de nacionais de países terceiros no universo dos desempregados existem diferenças ao longo do tempo. Se em 2008 as cinco nacionalidades mais representativas de desempregados correspondem exactamente às cinco nacionalidades mais representativas do total da população de nacionais de países terceiros residentes em Portugal – Brasil, Ucrânia, Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau –, em 2002 não se verificava o mesmo. Nesse ano, Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau e Ucrânia eram as cinco origens mais representativas, não correspondendo necessariamente às cinco maiores comunidades de países terceiros presentes em Portugal na altura (Ucrânia, Cabo Verde, Brasil, Angola e Guiné-Bissau).

Quanto à evolução da distribuição geográfica dos desempregados de países terceiros pelas regiões do território nacional nos últimos seis anos (2002-2008), registam-se alterações significativas, com excepção do Norte onde a única diferença foi a substituição da Venezuela por Cabo Verde na quinta posição das origens mais representativas. Na Região de Lisboa e no Alentejo, as nacionalidades mais representativas mantêm-se as mesmas, mas a ordem de grandeza altera-se. No caso

de Lisboa, os desempregados nacionais de países dos PALOP – Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau – eram em maior número em 2002, mas em 2008, o Brasil passa a posicionar-se no primeiro lugar. No caso do Alentejo, os brasileiros e os ucranianos são em maior número, seguidos dos moldavos que ultrapassam os cabo-verdianos. Na região Centro, se antes eram os ucranianos, os brasileiros, os angolanos, os russos e os guineenses que tinham maior representatividade, em 2008 os cabo-verdianos tomam o terceiro lugar. No Algarve, região em que se registou um aumento significativo da presença de nacionais de países terceiros em geral e de brasileiros em particular, esta situação também se reflectiu na classe dos desempregados, estando o Brasil no topo das nacionalidades mais representativas, seguido da Ucrânia, Moldávia, Cabo Verde e Rússia.

Relativamente ao caso dos desempregados chineses em particular, somente no ano 2004 foi feita a primeira inscrição, não tendo havido antes disso nenhum trabalhador de nacionalidade chinesa que se tenha inscrito no Instituto de Emprego e Formação Profissional como desempregado à procura de primeiro ou novo emprego. Entre 2004 e 2008 o total foi aumentando de 1 para 18, porém, continuou a ser um valor residual quando comparado com o total dos desempregados estrangeiros ou com o universo dos desempregados.

Tabela 131. Número de desempregados chineses em Portugal, 2004-2005

	2004	2005	2006	2007	2008
Ambos os sexos	1	6	16	15	18
Homens	1	2	6	5	5
Mulheres	-	4	10	10	13

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Não obstante a ínfima representatividade dos desempregados chineses entre 2004 e 2008, torna-se relevante fazer a caracterização destes indivíduos, uma vez que até agora não existiam e, passando a existir, é relevante seguir a sua evolução.

Segundo o sexo, o número de desempregadas chinesas foi sempre superior ao número de homens (*vide* Tabela 131).

Em relação à idade dos desempregados chineses, o grupo etário que tem sido mais numeroso é entre os 35 anos e os 54 anos. Porém, a tendência tem sido de aumento do número de desempregados chineses mais novos (<25 anos), mas sobretudo de mais velhos (55 e mais anos).

Tabela 132. Desempregados chineses segundo o grupo etário em Portugal, 2004-2008

Grupo etário	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1	6	16	15	18
< 25 anos	-	1	1	4	2
25 - 34 anos	-	1	3	1	3
35 - 54 anos	1	2	9	4	5
55 e mais anos	-	2	3	6	8

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Grande parte dos desempregados chineses não possui habilitações académicas elevadas, sendo os mais numerosos aqueles que possuem habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico, provavelmente serão analfabetos.

Tabela 133. Desempregados chineses segundo a escolaridade em Portugal, 2004-2008

Escolaridade	2004	2005	2006	2007	2008
< 1º Ciclo Ensino Básico	-	3	9	7	7
1º Ciclo Ensino Básico	-	-	-	1	3
2º Ciclo Ensino Básico	1	-	1	2	3
3º Ciclo Ensino Básico	-	1	2	1	1
Secundário	-	1	2	4	2
Superior	-	1	2	-	2
Total	1	6	16	15	18

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Quanto à localização geográfica dos desempregados chineses, a região de Lisboa e Vale do Tejo é a que tem tido o maior número, seguida do Norte, do Algarve e, por fim, do Centro.

Tabela 134. Desempregados chineses segundo a região geográfica em Portugal, 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1	6	16	15	18
Norte	-	1	3	6	3
Centro	-	-	-	-	2
Lisboa e Vale do Tejo	1	5	10	7	10
Algarve	-	-	3	2	3

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Os desempregados chineses têm sido, na sua maioria, trabalhadores à procura de novo emprego, apesar de, em 2007, ter começado a haver também quem procure o primeiro emprego.

Tabela 135. Desempregados chineses segundo a categoria da procura em Portugal, 2004-2008

Categoria da procura	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1	6	16	15	18
Primeiro emprego	-	-	-	2	3
Novo emprego	1	6	16	13	15

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

A maioria dos desempregados chineses está em situação de desemprego há menos de um ano.

Tabela 136. Desempregados chineses segundo o tempo de inscrição em Portugal, 2004-2008

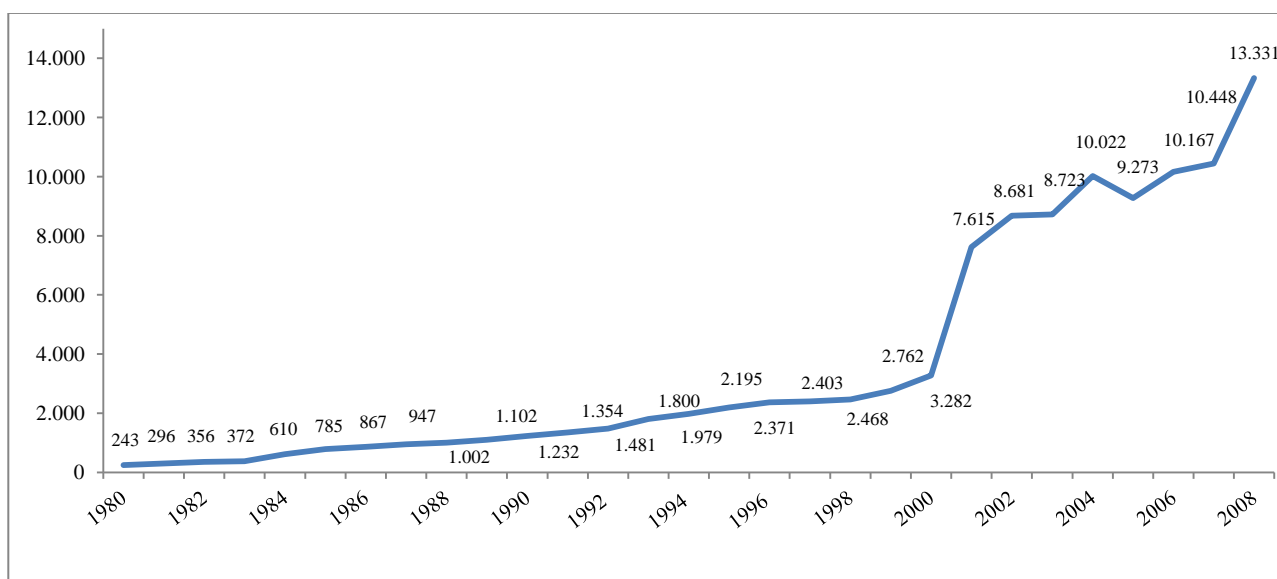
Tempo de inscrição	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1	6	16	15	18
< 12 Meses	1	6	12	10	14
>= 12 Meses	-	-	4	5	4

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

II.2.3.1. Notas conclusivas

Portugal, tradicionalmente país de emigração, nas últimas décadas tornou-se destino de milhares de indivíduos de diferentes origens em busca de uma vida melhor. Não obstante a presença constante de estrangeiros, foi a partir da década de 1970 que o seu volume começou a aumentar de forma significativa. Já na década seguinte, a presença de imigrantes chineses começou a adensar-se e em duas décadas o seu número multiplicou-se por treze, tendo acompanhado a tendência de crescimento da população residente estrangeira, embora não seja significativa quando quantitativamente comparada com as restantes origens.

Gráfico 36. Evolução dos residentes chineses em Portugal entre 1980 e 2008



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autora)

Da análise feita à evolução da imigração chinesa em Portugal que foi enquadrada na moldura da imigração em geral, podemos concluir que a imigração chinesa, não obstante ter acompanhado a tendência de crescimento geral da imigração mas sempre com uma representatividade numérica muito pouco significativa, tem tido ao longo

do tempo características muito próprias que a distinguem das restantes origens, principalmente aquelas relativas ao mercado de trabalho.

Logo desde a década de 1970, período em que Portugal começou a acolher imigrantes, a maioria provenientes de ex-colónias africanas e do Brasil, os residentes chineses destacaram-se por serem uma população sobretudo masculina e com uma forte vertente comercial, estando em exclusivo ocupados em actividades laborais ligadas a negócios de restauração e comércio étnicos, com proprietários e trabalhadores exclusivamente de origem chinesa.

Na década seguinte, período em que o número de residentes estrangeiros duplicou, sobretudo com o grande aumento do fluxo proveniente do Brasil e de outros fluxos da Ásia – China, Índia e Paquistão –, os residentes chineses, agora em maior número, continuaram a trabalhar ou a investir em restaurantes de comida chinesa ou em lojas de pequeno comércio nos grandes centros urbanos, com maior impacto em Lisboa, acompanhando assim a distribuição geográfica dos residentes estrangeiros em geral.

Na década de 1990, período em que o saldo migratório se tornou constantemente positivo, o aumento da população residente estrangeira foi acompanhada pelo aumento do número de residentes chineses, mas, uma vez mais, com valores numéricos mais modestos. Ao contrário da maioria dos residentes estrangeiros que trabalhava por conta de outrem, sobretudo nos sectores da construção e serviços, os residentes chineses continuavam ligados a negócios de proprietários chineses, como patrões ou funcionários na restauração étnica e no pequeno comércio.

Foi na década de 2000 que se deu um aumento exponencial da população residente estrangeira em Portugal de um número cada vez maior de origens diferentes e que os residentes chineses passaram a estar no grupo das dez nacionalidades mais representativas, apesar de, em termos absolutos, estarem muito longe das cinco primeiras posições. Em relação à caracterização do universo dos residentes estrangeiros segundo o sexo, os homens têm sido em maior número ao longo da presente década, mas a tendência tem sido de aumento generalizado da imigração feminina desde 2004, situação que não tem sido tão evidente no caso dos residentes chineses que só viram no ano 2006 o número de mulheres aumentar de forma muito ligeira. Quanto à idade, em relação ao total dos residentes estrangeiros, os residentes chineses caracterizam-se por ter uma média de idade mais jovem. No que concerne à contribuição para

o crescimento global da população residente em Portugal, os residentes chineses têm acompanhado os residentes extra-comunitários, com níveis de fertilidade elevados e com uma forte representatividade do número de crianças até aos 4 anos. A maior dispersão verificada na presente década com os novos fluxos imigratórios também inclui os residentes chineses que se encontram espalhados por todo o território português. Outra situação de coincidência entre residentes estrangeiros em geral e residentes chineses diz respeito ao aumento do número de concessões de nacionalidade atribuídas pelo Estado português, apesar de os residentes chineses representarem somente 0,9% do total das naturalizações. Como era expectável, o número de trabalhadores estrangeiros ao serviço tem vindo a crescer ao longo da década, sendo que, a quase totalidade, corresponde a trabalhadores por conta de outrem. Apesar de esta tendência de crescimento incluir os trabalhadores chineses, a representatividade dos trabalhadores chineses por conta de outrem não é tão grande, destacando-se assim das restantes nacionalidades. De um modo geral, o grupo dos trabalhadores por conta própria tem vindo a aumentar, fruto do aumento da representatividade de todas as nacionalidades, com particular destaque para os brasileiros que viram o seu número triplicar.

Em relação aos sectores de actividade, de um modo geral, os trabalhadores imigrantes encontram-se em maior número na construção civil, na indústria e nos serviços, mas no caso dos trabalhadores chineses, estes estão concentrados no sector dos serviços, na restauração e comércio de negócios étnicos. Por último, referindo o que acontece quanto aos trabalhadores estrangeiros que estão em situação de desemprego, apesar da taxa de desemprego ter vindo a aumentar consideravelmente, o número de desempregados estrangeiros, embora acompanhando a tendência de crescimento, é pouco representativo, não ultrapassando os 6%. Acontece que o número de desempregados chineses é ainda menos significativo em comparação, sendo que só no ano 2004 é que se registou o primeiro trabalhador chinês inscrito como desempregado. Tem havido um aumento mas em 2008 o número total é de 18. Ao longo da década, o número de desempregadas estrangeiras tem vindo a aumentar, o que acabou por fazer com que o número de homens acabasse por ser inferior. No caso dos chineses desempregados, há também um número superior de mulheres. Quanto à localização

geográfica dos desempregados estrangeiros, há uma clara concentração de todos na região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo os desempregados chineses.

Tendo em consideração as características, que foram analisadas, dos residentes chineses em Portugal desde o início da sua presença, podemos concluir que, não obstante ter havido uma evolução geral, não houve alterações substanciais. Relativamente às origens, as proveniências dos diferentes fluxos migratórios chineses para Portugal que ocorreram ao longo das últimas décadas estão directamente relacionadas com os contextos das distintas épocas em que ocorreram. Desta forma, está presente um grupo oriundo residentes chineses que previamente havia emigrado para as ex-colónias portuguesas em África, sobretudo Moçambique, e que na altura da descolonização optaram por se fixar em Portugal. Um segundo grupo de residentes chineses que saíram directamente da sua terra natal na China, em maior número da província de Zhejiang mas também da província de Fujian, e que iniciaram um fluxo migratório para Portugal desde a década de 1980. Para além destes, também há um outro grupo de residentes chineses que re-emigraram de outros países europeus para Portugal a partir da década de 1990, fruto da saturação do mercado da restauração de comida chinesa, mas que originalmente são de Zhejiang. Por último, há um outro conjunto de residentes chineses que vieram directamente de Macau, Hong Kong e Taiwan na década de 1990. Em resumo, na primeira década do século XXI, os imigrantes chineses em Portugal não podem ser caracterizados como pertencentes a um grupo homogéneo. Não obstante os elementos culturais comuns a todos, há quatro subgrupos que se distinguem principalmente pela região de origem e conseqüentemente pela língua ou dialecto que utilizam, visto as regiões da China não praticarem todas necessariamente os mesmos, e pelos motivos que os levaram a emigrar. Esta circunstância está relacionada com o contexto socioeconómico no momento em que eles decidiram emigrar para Portugal. A partir da década de 1990, a migração chinesa para Portugal deixou de ser uma migração *por necessidade* e passou a ser uma migração *de oportunidade*. Outra evolução que se tem verificado, embora a maioria dos residentes chineses seja do sexo masculino, diz respeito ao aumento do número de mulheres nos anos mais recentes, conseqüência do novo fluxo de mulheres solteiras que vem directamente de Zhejiang com o apoio de redes sociais. Numa população que é

marcadamente jovem, em que a faixa etária dos 20-39 anos é a mais representativa e há muito poucos indivíduos com mais de 55 anos, o número de crianças até aos 4 anos tem igualmente vindo a aumentar de forma considerável, chegando a 2006 com uma representatividade de 12%. Relativamente à localização geográfica ao longo das últimas três décadas, apesar dos residentes chineses continuarem mais concentrados nos grandes centros urbanos, com maior destaque para Lisboa, tem-se verificado uma cada vez maior dispersão por todo o território português, incluindo as Ilhas. Por fim, quanto à presença no mercado laboral português, cerca de 4/5 dos trabalhadores chineses trabalham por conta de outrem e a maioria continua a desenvolver actividades relacionadas com o comércio e a restauração, uns como empreendedores e outros como trabalhadores de pequenas ou médias empresas de contrêneos seus. Os imigrantes chineses caracterizam-se por ser uma das três nacionalidades de países terceiros mais empreendedoras em Portugal, juntamente com a indiana e a cabo-verdiana. Outra característica particular dos trabalhadores chineses é o facto de não haver praticamente indivíduos em situação de desemprego. Entre 2004 e 2008, estavam inscritos como tal somente 18 chineses, sendo que quase todos estão à procura de novo emprego há menos de um ano e caracterizam-se por terem um número mais elevado de mulheres do que homens, terem maioritariamente idades entre os 35-54 anos, com um nível de habilitações académicas muito baixo ou não inexistente e localizam-se principalmente na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

III PARTE

Incorporação dos migrantes chineses nas sociedades de acolhimento no sul da Europa

III.1. A influência do sistema de valores chinês nos emigrantes chineses

III.1.1. O sistema de valores chinês

III.1.1.1. O sistema de valores chinês e os chineses emigrados

III.1.2. O papel central da família

III.1.3. A importância de *Guanxi*

III.2. Os negócios como denominador comum dos emigrantes chineses

III.2.1. Antecedentes históricos

III.2.2. As famílias de negócios chinesas

III.3. Modos de Incorporação dos migrantes chineses no Sul da Europa

III.3.1. No(s) mercado(s) de trabalho

III.3.2. A relevância das redes sociais e do capital social

III.3.3. As práticas e relações transnacionais

III. 4. Os negócios dos emigrantes chineses e o Desenvolvimento

III.4.1. A sustentabilidade do Desenvolvimento

III.1. A influência do sistema de valores chinês nos emigrantes chineses

III.1.1. O sistema de valores chinês

Independentemente do grau de influência exógena de outros padrões culturais, o actual sistema de valores chinês é um conjunto de princípios e práticas originários sobretudo do confucionismo mas também do taoísmo, do budismo importado, de crenças primitivas em espíritos da antiguidade e de influências ocidentais, que se vai transformando ao longo do tempo, fruto das circunstâncias e dos contextos. É um processo durável porém evolutivo, constantemente sujeito a elementos variáveis ao longo do tempo e do espaço, o que faz com que os valores não sejam estáticos, mudem como muda a economia, a política, ou a sociedade. Tal como afirmou Yang Kuo-Shu, um estudioso de Taiwan que pesquisou exaustivamente sobre sistemas de valores, podemos afirmar que os valores são multifacetados, porque a sociedade e a cultura são um enorme sistema de entidades em que existem múltiplas características e diversos grupos culturais.

Genericamente, os chineses têm uma dependência relativamente à tradição muito vinculada, tendendo a ver as suas vidas no contexto da enorme extensão da civilização chinesa, facto este que pode ser considerado como um traço cultural. Desde há milhares de anos que organizaram o universo, a natureza, a vida e a humanidade como um sistema baseado numa ética e moral universal. Até ao presente, o sistema de valores chinês tem conduzido o comportamento dos chineses, e de forma vinculada o dos que estão emigrados, não obstante os constantes elementos variáveis que influenciam a sua evolução ao longo do tempo e do espaço. Como afirma Hari Bedi, autor do livro *Understanding the Asian society at large*, referindo-se aos asiáticos em geral, «Modern life continues to be judged by old values, creating a complexity of behaviour in Asians that foreign colleagues often find baffling.» (*apud* Chen, 2001: 4)

Portanto, não é de estranhar que haja diferenças, mas também semelhanças, entre os chineses que se encontram na China e os chineses emigrados, consoante o seu enquadramento específico. Para além disso, também há diferenças dentro do grupo dos

emigrados, uma vez que os contextos socioeconómicos, políticos, culturais e ambientais e as suas vivências são também eles diversificados. Não obstante, há um conjunto de princípios e práticas comuns tanto entre os emigrantes chineses de um modo geral, como também entre estes e os chineses que permanecem na China, sobretudo os mais velhos, como veremos ao longo desta abordagem.

Muitos escritores têm tomado o confucionismo como sendo o sistema de valores chinês. Na verdade, o Confucionismo é o protagonista do sistema de valores chinês mas tem convivido com outras influências, como já referido. Por tal, não podemos atribuir todas as ‘virtudes’ que fazem parte do sistema de valores chinês – boas ou más – à tradição confuciana. Alguns dos valores comumente concebidos como confucianos, na realidade são resultantes da influência das doutrinas budista e taoísta. Portanto, é mais correcto e preciso afirmar que os valores tradicionais do confucionismo, não obstante terem o protagonismo, tanto em termos quantitativos como qualitativos, são um dos componentes do sistema de valores chinês, não se caindo assim no erro de sermos demasiado generalistas.

Para contribuir para a clarificação deste protagonismo e ao mesmo tempo identificar as origens das influências do sistema de valores chinês, faremos de seguida uma breve referência aos três principais componentes: Budismo, Taoísmo e Confucionismo – que serão abordados por esta ordem, deixando para o fim o Confucionismo que será abordado de forma mais detalhada, dado o seu protagonismo.

A influência do *Budismo*¹ na China apareceu no início do primeiro milénio depois de Cristo, século II, sendo esta atribuída ao imperador Ming da dinastia Han. Porém, só nos séculos V e VI, com o apoio das dinastias Wei e Tang, respectivamente, é que se espalha por toda a China.

De acordo com a doutrina budista, a reencarnação funciona como suporte para as condições de vida e o trabalho árduo; o sofrimento e outros males são o caminho para uma vida melhor após a morte; a mente e as acções podem ser puras; as boas acções dos indivíduos são geradoras de reacções igualmente boas nesta vida ou numa outra encarnação, o que origina o chamado *karma positivo* e o mesmo acontece com as más

¹ O Budismo é uma religião e filosofia não-teísta. É baseado nos ensinamentos do indiano Siddhartha Gautama, conhecido por Buda, que viveu no nordeste da Índia entre os séculos VI e IV antes de Cristo, período marcado por alterações sociais, políticas e económicas no país.

acções que originam o *karma negativo*. Somente com o karma livre de todo o negativismo será possível atingir o estado do nirvana – o fim do sofrimento trazido pela existência cíclica.

Para além disso, o Budismo, sendo uma religião sem Deus ou Mestre, fornece a base da conduta aos indivíduos e estes são livres de escolher o seu caminho. Cada um tem a sua própria estratégia individual e as suas próprias crenças, ao mesmo tempo que tem a liberdade de acção, promovendo assim o senso de empreendedorismo.

A *doutrina taoísta*² ensina a ver as coisas de forma positiva e a aceitar o inevitável, o que permite lidar melhor com as dificuldades e estar ciente de que ‘a roda está sempre a girar’. A pessoa sábia aceita mudanças inevitáveis da vida. Aconselha o equilíbrio, a simplicidade, a espontaneidade, a tranquilidade, a satisfação pessoal e a limitação da actividade e do desejo como forma de alcançar a harmonia.

Em tempos de prosperidade, o indivíduo deve estar calmo e cauteloso e em momentos de crise, optimista, oportunista e corajoso. A palavra crise é composta por dois caracteres. Um representa o perigo, o outro, oportunidade. Isso pode ser a explicação da atitude de descontração perante um súbito infortúnio: não há que esperar nenhuma ajuda, todos devem cuidar de si e ‘o sol fará finalmente a sua reparação’. A crise deve ser tratada com serenidade, de modo a não se fornecer um solo fértil para o ressentimento.

O princípio básico de que a vida é regida por dois elementos (dualismo), o yin (força negativa) e o yang (força positiva) que se opõem e complementam através do terceiro elemento, o Tao, que é a força convergente e conciliadora é defendido pelo taoísmo.

Figura 9. Símbolo de ying e yang



² O taoísmo é uma escola de pensamento da filosofia chinesa que surgiu no século VI a.C. durante o Período dos Estados Guerreiros e que se baseia sobretudo no livro *Tao Te Ching* da autoria de Lao Tse, mas também nos escritos de Chuang Tse e de Lieh Tzu. Lao Tse foi contemporâneo de Confúcio, a quem fez diversas visitas.

Nenhum dos dois é mais importante ou melhor que o outro, na verdade, um não pode existir sem o outro, uma vez que são elementos do todo. Neste sentido, a vida não é superior à morte, nem a construção sobre a destruição, nem o prazer sobre o sofrimento, nem a afirmação sobre a negação.

Todas as coisas e todos os indivíduos são interdependentes estão a ser constantemente redefinidos pela alteração das circunstâncias.

O indivíduo deve viver em harmonia com a natureza por meio do Tao (caminho), a ideia de uma grande harmonia cósmica e a única fonte do universo. É a fonte cósmica primária da qual provém a criação. É o princípio de todos, a raiz do Céu e da Terra, a mãe de todas as coisas.

Segundo a doutrina taoísta, um sistema para ser harmonioso tem de ter conseguido um equilíbrio entre as tendências divergentes. O entendimento chinês de equilíbrio não é estático, mas sim dinâmico, o que exige constantes reajustes e adaptações. Lao Tzu consagrou a água como um símbolo de flexibilidade e adaptabilidade: porque o ambiente em si está em constante fluxo, e qualquer mudança exige um reajuste do sistema, flexibilidade e abertura a mudanças são consideradas virtudes extremamente importantes. Em conformidade, os chineses buscam a harmonia e o equilíbrio em todos os aspectos das suas vidas.

Por último, resta referir que a doutrina taoísta defende a ideia de que os indivíduos não necessitam de nenhuma orientação centralizada, uma vez que as espécies naturais seguem caminhos apropriados a elas e os seres humanos, sendo uma espécie natural, devem seguir por processos de aquisição de diferentes normas e orientações da sociedade. É possível viver em paz sem ser necessário unificar todas as formas naturais de ser.

O *Confucionismo* é um *ethos* moral, filosófico e religioso baseado nos *Ensinamentos de Confúcio* e posteriormente de seus discípulos, principalmente de Mencius.

Referir-mo-nos aos *Ensinamentos de Confúcio* não é necessariamente o mesmo que Confucionismo, portanto não se deve utilizá-los como sinónimos (situação que ocorre com muita frequência). Como tal, muitos dos valores fundamentais originais

de Confúcio são manifestados de forma diferente na sua essência e profundidade. Para melhor se compreender a evolução ocorrida, abordaremos ambos de forma separada.

Confúcio foi filósofo e o principal moralista e teórico político da China. Nasceu numa família nobre mas empobrecida, durante a Dinastia Zhou Oriental. Viveu entre 551 a.C. e 479 a.C. no norte da China, em Qufu, no pequeno reino de Lu situado na península de Shandong. A sua doutrina teve uma influência muito forte na China e em toda a Ásia Oriental, tornando-se a doutrina oficial do império chinês durante a Dinastia Han (séculos III a.C. – III d.C.), tendo o imperador Han Ocidental Wudi também ordenado a selecção dos clássicos confucionistas como a base da educação. Foi a partir dessa altura que o pensamento de Confúcio começou a assumir verdadeira importância na China.

Na sua época, há mais de 2.500 anos, vivia-se na China um período de guerra e de crises internas que destruíram o Norte durante 500 anos e que só terminaram com a unificação da China levada a cabo pelo seu primeiro imperador, Qin Shi Huangdi, da dinastia Han. Naquela altura, a China encontrava-se dividida em dezenas de pequenos e grandes estados feudais que lutavam entre si pela supremacia sobre todos os reinos e tribos do norte da China e Confúcio tentou legar a essas dezenas de povos diferentes que falavam línguas chinesas, uma moral universalista. Segundo Confúcio, a resolução para aquela situação de caos e de grande sofrimento dos indivíduos implicava a busca da harmonia social por intermédio de uma moral política e social. Foi nesse contexto e segundo esse princípio que desenvolveu o seu pensamento.

Preocupou-se em conceber e em ensinar regras práticas de conduta que permitissem melhorar os indivíduos. Isso conseguir-se-ia através da aceitação individual das cinco relações sociais que Confúcio considerava como primordiais: governante-ministro; pai-filho; irmão mais velho-irmão mais novo; marido-mulher; amigo-amigo. Estas cinco relações que defendia constituir o núcleo da sociedade humana, proporcionavam aos indivíduos a base da moral, ordenando e estabilizando a sociedade de alto a baixo, através da obediência filial.

Considerava que o exemplo de moral devia vir de cima, pelo que este devia partir dos reis da China e da elite reinante e ser seguido pelos súbditos do Estado. Como os indivíduos são definidos de forma interdependente (não se pode ser filho sem haver pai,

ou rei sem súbdito), essas relações tecem nos indivíduos um desenvolvimento harmonioso. A essas relações sucedem-se os cinco princípios: de lealdade ao país, de respeito pelos líderes, de apego ao trabalho, de amor ao conhecimento e de entrega à causa do bem do Estado.

Havendo moral, na medida em que se todos os cidadãos a tivessem, não seria necessária a existência de governos que punissem, pelo que a sua intervenção judicial se reduziria ao mínimo. Portanto, para Confúcio a moralidade é que importava e desvalorizava a jurisprudência.

Confúcio ensinou o valor do poder e acreditava que a solidez da lealdade familiar, o culto aos ancestrais, o respeito pelos mais velhos e a unidade familiar formavam a base de um bom governo. Num dos seus ditados, conhecido como ‘Regra de Ouro’, ele declara que um homem deve praticar o que prega, mas também deve pregar o que pratica.

De acordo com Confúcio, uma vida boa e obediente só poderia surgir numa sociedade bem disciplinada que valoriza a respeitabilidade, o dever, a moralidade e o serviço público. Para tal, o indivíduo deve ser um ser social activo, a que não deve faltar uma certa liberdade artística que segundo Confúcio é essencial para a construção do carácter.

A harmonia equilibrada é o que recomenda a filosofia de Confúcio para a obtenção de prosperidade: «se o equilíbrio e a harmonia são atingidos», Confúcio escreve em *O Livro do Meio*, «o céu e a terra estarão nos seus lugares, e todas as coisas crescerão». Para obter a harmonia, os indivíduos devem subordinar-se ao bem da família e aderir ao espírito do «caminho do meio».

Para além disso, afirma que o indivíduo não deve fazer aos outros o que não gostaria que lhe fizessem. Contra o individualismo, apela à convivência harmoniosa. As pessoas têm de desenvolver a sua benevolência instintiva, a sua capacidade instintiva de se colocarem no lugar do outro. Esta era a primeira tarefa educacional para Confúcio. O que nos torna humanos não é só estarmos vivos. A nossa humanidade depende da comunidade, da reciprocidade humana.

Como já referido, no século III a.C., os *Ensinamentos de Confúcio* passaram a ser a base da educação formal, tendo Confúcio sido o primeiro educador privado. Tinha como função treinar jovens homens para servir o governo e a sua maior convicção

era que a preparação essencial para esse serviço devia ser a formação de carácter: o verdadeiro aprendizado era o aprendizado moral e a sociedade deve ser orientada pela meritocracia baseada em tal aprendizagem. (So & Walker, 2006:97)

As suas opiniões difundiram-se pela China através dos seus discípulos e muitas pessoas aprenderam com os seus sábios ensinamentos. Dos seguidores de Confúcio, o século I a.C. encontrou em Mencius e em Xun Zi um grande desenvolvimento e expansão na sociedade. Esses dois autores originais buscaram compreender o Confucionismo dentro de uma perspectiva naturalista, recorrente nas forças que actuavam na sociedade em seus respectivos períodos de vida. Mencius conseguiu uma boa repercussão popular pela sua abordagem otimista da vida, mas as classes altas da sociedade viram em Xun Zi uma explicação razoável para as suas dúvidas.

Mencius acreditava na importância da educação para rectificar a boa natureza humana que teria sido depravada em função dos conflitos e das necessidades impostas pela vida. O ser humano possuiria a capacidade de desenvolver um espírito de ajuda mútua de modo a evitar os conflitos interpessoais inerentes à existência humana.

Já Xun Zi acreditava na natureza perversa do indivíduo, derivada dos mesmos instintos de preservação dos animais. Talvez pensando nos rituais propostos para a sociedade, e pela necessidade de ordem, tal como no fundamento das lendas chinesas de fundação e na influência da lei, Xun Zi via no interior do indivíduo uma inteligência capaz de articular meios pelos quais poderia evitar a sua condição natural de forma arbitrária, mas que para isso haveria de ter criado uma escala de valores delimitadores da acção humana.

O Confucionismo, tal como já referido, é um *ethos* moral, filosófico e religioso baseado nos *Ensinamentos de Confúcio* e posteriormente de seus discípulos, principalmente de Mencius, que foi evoluindo ao longo dos últimos dois milénios e o qual acabou por ser influenciado por outras doutrinas, sobretudo do taoísmo mas também do budismo. Apesar de os valores confucianos estarem mais fracos, muitas das suas características continuam a existir no princípio do século XXI, tendo tido assim uma continuidade histórica impressionante.

Já na antiguidade o confucionismo atingiu um pleno sucesso, com um profundo impacto na estrutura social e quotidiana da sociedade chinesa. A valorização da família,

da educação, da disciplina, da ordem, da integridade, da modéstia, da benevolência, da consciência e da responsabilidade ética e política e do trabalho foram integrados pelo confucionismo de maneira definitiva na vida da civilização chinesa da antiguidade aos dias de hoje.

A perspectiva da família como instituição, a importância da coesão familiar e os laços familiares são fulcrais. Há um alto nível de reciprocidade e de ajuda no interior das famílias em casos de adversidades, o que desencorajaria, por exemplo, o não pagamento de dívidas. Essa reciprocidade estende-se para além da família até à comunidade, sendo a norma de todos os níveis de interacção social. Em conformidade, a orientação confuciana relativa a relações pessoais fortes compreende duas virtudes cruciais: a humanidade/bondade e a correcção/justeza. A ajuda em momentos de dificuldade tem um impacto duradouro e gera reciprocidade no futuro.

A dependência, a hierarquia e a solidariedade familiar e do clã ressaltam a importância de valores como o relacionamento interpessoal baseado na confiança e na ética, a importância da família, um profundo respeito pela hierarquia dos mais velhos (por exemplo, um professor será considerado por seus alunos quase como um ‘Deus vivo’, porque ele representa o conhecimento, autoridade, e, portanto, o cumprimento) e a necessidade de haver harmonia dentro do clã.

O preceito de que

«(...) os deveres do filho para com os pais deveriam ser transferidos para o soberano; os deveres fraternais para com o irmão mais velho deveriam transformar-se em deferência para com os mais velhos; e o seu bom comportamento no seio da família deveria ser transposto para a sua actividade como funcionário do Governo» (Santos, 2002:75),

reflete, por um lado, a importância das relações de hierarquia dentro do contexto familiar e, por outro lado, a articulação intrínseca e fundamental entre os planos familiar e político.

Não obstante tais valores persistirem, não há qualquer tipo de dúvida que o confucionismo tem vindo a evoluir ao longo do tempo, o que implica também perder alguns valores.

A essência humanista e o espírito democrático do confucionismo Pré-Dinastia Qin (221 a.C-206 a.C.), ou seja, antes da Unificação, foram significativamente perdidos nos

últimos tempos. A piedade filial afastou-se da condição bidireccional do ‘pai bondoso, filho fiel’ para a filiação unidireccional sacrificial. Tornou-se estreitamente ligada à política, de modo que acabou por se tornar em algo como ‘o vassalo não pode mas morre quando o governante assim o desejar, como também o filho, segundo o desejo do pai’. Assim, evidentemente que quando ele ainda é designado confucionismo, já não é o antigo e clássico confucionismo (Yin, 2003).

Foi por volta de 110 a.C., durante o período da dinastia Han do Oriente (140-87 a.C.), que o Confucionismo foi formalmente adoptado pelo imperador Wu como ideologia nacional, numa tentativa de tentar reforçar o poder central. Enfatizava os deveres dos oficiais do Estado, os grandes burocratas do sistema imperial, a servirem com lealdade incondicional. Ao longo da História da China, foi adoptado por vários imperadores.

Não havendo dúvidas acerca da influência profunda que o Confucionismo tem tido na civilização chinesa, orientando o comportamento social e os deveres do indivíduo em relação à sociedade, tem influenciado áreas como a governação e a educação. Relativamente à educação em particular, tornou-se o núcleo de ensino secular direccionando o desenvolvimento da consciência social e cultural chinesa (fortalecida pela sua superioridade e legitimidade como a filosofia oficial). Para além disso, fazia parte dos exames da administração pública imperial, de selecção de potenciais oficiais de Estado. Dessa forma, os membros da elite educada tornaram-se membros oficiais do Estado por intermédio da aprovação em exames oficiais do Estado baseados nos clássicos confucionistas, o que lhes permitia exercer o poder de acordo com as premissas confucionistas.

A China foi basicamente um Estado agrário desde a sua unificação no século 221 a.C. até ao início do século XX. Portanto, a economia agrícola da China sempre movimentou uma grande parte da população chinesa para a terra e as suas contrições, e durante dois mil anos apenas conseguiu sustentar a população agrícola da China aos níveis de subsistência mínimos. A sua sobrevivência tornava-se particularmente precária em anos de fome, devido a secas, cheias ou guerras, quando uma grande parte da enorme população chinesa enfrentava o risco do flagelo da fome a uma escala continental. O que é importante salientar aqui é que estes desastres ecológicos e sociais predisponham os camponeses da China a aceitar o legado confucionista quase como um

contentamento elusivo ou uma verdade absoluta, visto que a ‘Teoria Confucionista’ encoraja ao restringimento de um mesmo grupo, que seria na maior parte dos casos, a família.

Mais tarde, após o estabelecimento da República Popular da China em 1949, num primeiro momento, os líderes políticos que dirigiram esforços para mudar a sociedade chinesa foram vistos com bons olhos pela sociedade. Apesar de as mudanças na sociedade chinesa terem sido menores e menos consistentes do que as inicialmente proclamadas pelos porta-vozes oficiais, durante a Revolução Cultural (1949-1977), o Partido Comunista, sob o pensamento de Maozedong, procurou mudar alguns aspectos tradicionais, como a posse da terra e a educação rural, enquanto conservavam outros, como a estrutura familiar.

Neste período, o legado confucionista que caracterizava a sociedade chinesa foi considerado um remanescente do feudalismo e foi responsabilizado pelo atraso da China. Na época, este argumento foi convincente por causa das experiências amargas do povo chinês ao longo do século anterior e até à vitória comunista em 1949 durante o qual o povo chinês sofreu duas agressões externas e uma guerra civil. Depois de 1949, a desconfiança mútua que se desenvolveu dentro da sociedade chinesa, durante os vários movimentos políticos, quando os indivíduos foram incentivados a trair os seus familiares e amigos, divulgando as suas ‘irregularidades’, terá também contribuído para o enfraquecimento dos laços que segundo a doutrina confuciana eram considerados vitais para a ordem social.

É interessante notar que quando Deng Xiaoping tentou reformar a economia da China no início dos anos 1980, a primeira política que teve um efeito grande na produtividade foi a subcontratação da unidade familiar. Deng parecia entender que a família era a maior unidade de cooperação que poderia ser mobilizada sem quaisquer melhorias no sistema legal, exactamente porque esta unidade não necessita da sanção da lei para assegurar a cooperação. Nesta altura, a sociedade chinesa encontrava-se a atravessar uma fase de transição em questões de desenvolvimento social, político, cultural e económico. As manifestações estudantis na praça Tiananmen em Junho de 1988 espelharam exactamente essa realidade, cujo principal objectivo era expor o espírito de protesto face a uma estrutura social e política que aos olhos dos estudantes e de grande parte da população chinesa já não era construtiva.

Com o Presidente Jiang Zemin (1993-2003), contrariamente aos valores tradicionais da sociedade chinesa e do legado confucionista, o governo incentivou o consumo individual dos chineses, através da ideia de ‘consumidores modernos e sofisticados’, como estratégia para ligar a economia interna à economia global. Porém, paralelamente e de forma aparentemente contraditória, o presidente fazia referências regulares ao confucionismo, tendo mesmo chegado a participar de uma conferência internacional sobre o confucionismo, em Pequim, no início dos anos 1990. Para além disso, no ‘Dia do Povo’ no ano 1996, o governo publicou um artigo, apelando à clara compreensão do confucionismo, defendendo que este fornece «many precious business philosophies for the development of a market economy». (Chen, 2001:4)

Apesar de os dois presidentes anteriores terem ‘retomado’ o legado confucionista e os valores tradicionais, foi com o actual presidente, Hu Jintao, que tal se verificou de modo mais acentuado e como forma de ‘salvação’ da situação actual em que a sociedade chinesa se encontra na primeira década do século XXI, profundamente marcada por um forte consumismo por parte dos chineses urbanos. Liu (1999) afirma que as novas gerações das grandes cidades não apenas consomem bens, como os devoram. Perante alterações sociais e económicas sem precedentes, o governo está a recuperar e a incentivar a retoma das considerações morais e práticas confucianas por parte dos chineses.

O actual discurso oficial do governo do presidente Hu Jintao passa pela criação de condições que conduzam a uma sociedade harmoniosa socialista na China moderna, retomando as raízes antigas. Uma vez que não pode existir harmonia³ (bem-estar social) sem equilíbrio (igualdade e justiça sociais), é preciso trabalhar no sentido de acabar com os problemas actuais, como as desigualdades acentuadas entre indivíduos, a corrupção, o consumo desenfreado nas zonas urbanas e os graves problemas ambientais, de modo a caminhar-se para um desenvolvimento sustentável até ao ano 2020. Existe a convicção política de que é possível atingir esta meta através da autodisciplina, de valores morais elevados, da ordem social, em vez de leis restritivas e do sistema penal.

³ A harmonia significa evitar o conflito. Se a religião ocidental pensa o mundo através da disjunção na qual Deus (bem) vence o Diabo (mal), na filosofia oriental essas forças não entram em conflito nem se sobrepõem uma à outra, mas sim equilibram-se. O equilíbrio e a moderação estão interligados, portanto, qualquer tipo de excesso é maléfico. O presente é vivido tendo em conta o futuro. Para se viver equilibradamente, o tempo futuro não pode ser uma incógnita: deve ser um lugar seguro. Nessa lógica, poupar e não esbanjar são actos necessários. (Pinheiro-Machado, 2007)

Por último, segundo o Governo, o uso da força é para ser evitado e aplicado apenas como último recurso.

III.1.1.1. O sistema de valores chinês e os chineses emigrados

No século XXI, não obstante a existência dos actuais problemas referidos, o sistema de valores chinês faz parte da cultura tradicional das famílias, dos departamentos de Estado mas também dos chineses que se encontram no exterior.

Para os emigrantes chineses a sua conduta baseada no sistema de valores chinês que tem como valores principais a moral, a família, a pedagogia, o equilíbrio, o estudo, a disciplina, o trabalho e a consciência política, é um factor importante. O sistema de valores chinês oferece uma caracterização comum aos chineses que se encontram no exterior, como o trabalho árduo, o respeito por aprender, a harmonia e o apego à família.

Na vida dos chineses no exterior, o sistema de valores chinês também não é uma doutrina estática e uniforme, nem uma verdade absoluta, é por eles adaptado conforme a conveniência e usado como base moral para justificar, por exemplo, o trabalho árduo, o não-consumo e a poupança. Estes conseguem-se tendo por base a moral, a família, a ordem, o equilíbrio e a harmonia, noções que caracterizam o *ser* chinês. Não esbanjar, viver sem excessos e moderadamente significa equilíbrio e isso trará harmonia, esta sempre compartilhada ao nível familiar. Poupar é sempre em nome de um projecto futuro, de um modo geral em nome dos filhos e da sua educação, o que lhes permitirá ascenderem social e profissionalmente. Se a poupança em nome das novas gerações é uma característica comum dos migrantes de um modo geral, a visão de futuro e a harmonia estão ainda mais vincados no caso dos chineses emigrados.

A devoção ao trabalho, enquanto prática norteadora de vida e sinónimo de virtude espiritual, pressupõe uma conduta de vida submetida ao autocontrolo, à privação de prazeres mundanos e à imposição de uma jornada de trabalho árduo. De um modo geral, os emigrantes chineses, embora não vejam o desperdício de tempo como negativo, também concebem como condenáveis os actos de despender dinheiro e tempo em lazer.

A ideia do dever do indivíduo em relação ao trabalho, da obrigação a que ele se auto-impõe perante a actividade profissional graças à submissão de conduta de vida consciente, juntamente com a abdicação do lazer e do ócio, serão decisivos para o seu sucesso. Este facto está directamente relacionado com a ideia de que o trabalho expressa a obrigação e a dignidade humanas. «‘A day without work is a day which does not deserve rest’, was a common axiom which encouraged diligence and industry.» (Chan & Chiang, 1994:96)

De acordo com os resultados de vários estudos realizados com migrantes chineses em diversos países de acolhimento, para eles o trabalho é *tudo*, correspondendo ao sentido da vida, à esfera social englobante na qual se desenrola boa parte da sociabilidade e da socialização.

O sistema de valores chinês advoga que um indivíduo que é capaz de se gerir a si mesmo também será capaz de gerir a sua família, o seu país e, eventualmente, o mundo inteiro. Quer isto dizer que as habilidades necessárias para todos esses cargos de direcção são fundamentalmente os mesmos. De uma perspectiva empresarial, o crescimento individual deverá conduzir a um maior sucesso para a empresa e, portanto, uma empresa bem gerida começa com uma família bem gerida. Esse tipo de pensamento significa que os indivíduos chineses vão procurar traços comuns nas suas relações sociais, pessoais e profissionais. Segundo os padrões chineses, sucesso significa responder a todas as expectativas de todos esses papéis, sendo aqui bem visível a perspectiva holística em duas vertentes. Por um lado, o indivíduo é composto por um todo em que não há divisão da vida pessoal e profissional e, por outro, o indivíduo está inserido num ‘colectivo’ e somente assim é que se realiza, e não de forma puramente individualista. Tradicionalmente, a sociedade chinesa é uma sociedade marcada pelo colectivismo.

Assim como o *feng shui* busca um relacionamento harmonioso entre os objectos inanimados, no caso concreto das empresas de emigrantes chineses, estas proporcionam a harmonia e o equilíbrio nas relações sociais e económicas. Os chineses acreditam que todas as coisas no universo (o indivíduo, a família, o negócio, a nação) contêm tendências concorrentes que devem ser equilibradas: uma tendência integrativa no todo maior. Isto explica o porquê das empresas chinesas considerarem de importância vital evitar a perturbação da harmonia. Como exemplo, temos o caso concreto dos

empresários migrantes chineses nos países do sul da Europa, entre os quais existe uma colaboração e concorrência saudáveis, ao invés de haver competição que é algo considerado desequilibrado e desarmonizador e conseqüentemente prejudicial para todos.

Na organização e nas práticas de gestão das empresas dos emigrantes chineses os valores culturais chineses estão bem visíveis mesmo após décadas de desenvolvimento. Há, por parte dos empresários migrantes chineses espalhados pelo mundo, a preocupação de preservar um conjunto de valores tradicionais. A valorização do trabalho árduo, aliado a um não-consumo de bens supérfluos e uma vida de autocontrolo são características presentes nos emigrantes chineses que contribuem para os resultados positivos nos negócios. Em relação à gestão dos recursos humanos identifica-se nas empresas chinesas o humanismo, a cortesia, a magnanimidade, a boa fé, a diligência e a benevolência (Bary, 1960). Na prática, isto traduz-se no desenvolvimento de uma relação amigável, cordial, respeitosa e tolerante entre os empregadores e os empregados das empresas.

Em conformidade com a tradição histórica e cultural chinesa, também ao nível dos negócios, a família é a centro da organização chinesa, não existindo uma rígida separação entre eles. «Because China was largely an agrarian state, the family unit, through its capacity to amass and share limited resources, provided a measure of protection against the perils of subsistence living.» (Redding, 1990 *apud* Chen, 2001:21)

Apesar de uma parte significativa dos migrantes chineses manter relações e práticas transnacionais de cariz económico e social com o país de origem, a evolução da China e a actual sociedade chinesa fazem com que *ser chinês* no exterior não seja o mesmo quando comparado com os valores e a conduta dos seus conterrâneos. Nesse sentido, quando eles deixaram a terra natal, não se havia iniciado o florescimento do consumo em diversas partes da China. Antes da emigração, tiveram uma vida de privação e conheceram bem a pobreza. Acontece que a emigração chinesa mais recente, da primeira década do século XXI, já é diferente. Muitos já conheceram o consumismo na China, o que os torna necessariamente diferentes das migrações anteriores. É uma migração marcadamente mais urbana e não tem necessariamente

a mesma conduta nem as mesmas características dos chineses que emigraram antes da década de 2000. Não obstante serem também maioritariamente trabalhadores, distinguem-se pela utilização dos rendimentos obtidos para adquirir bens de consumo, ao invés de enviarem remessas para os familiares ou de pouparem para um dia regressarem à China.

Não obstante esta nova vaga de emigração chinesa ter características diferentes das vagas anteriores, a maioria dos migrantes chineses ainda vive e tem sucesso num mundo de tradições e de moral que pratica e é no centro deste universo de tradições que o sistema de valores chinês continua a existir de forma vincada nos emigrantes chineses.

Por último, faremos referência a um elemento crucial directamente relacionado com o sistema de valores chinês que é a sua visão holística do tempo: uma perspectiva de longo prazo que permite que os eventos sejam contextualizados num todo maior e uma evidenciação das ligações em vez dos momentos isolados. A concepção tradicional chinesa do aniversário ilustra bem essa visão: no momento do nascimento, um bebé chinês já é considerado como tendo um ano de idade, porque o tempo que passou no útero deve ser incluído na idade do indivíduo. Esta forma expansiva da contagem do tempo é subtilmente relacionada com uma sensibilidade holística, baseada nas relações. Desta forma, a idade, um componente da identidade do indivíduo, começa no ponto de ligação com a mãe – a concepção –, em vez de separação – o parto (Chen, 2001).

Esta visão holística chinesa do tempo resulta em parte da longa tradição agrícola do país, e o facto de, até à Revolução de 1911 a China ter usado oficialmente o calendário solar/lunar para medir o tempo. Na verdade, este calendário tradicional ainda está em uso, não obstante o calendário gregoriano ser o oficial. Diferentemente do calendário gregoriano, que conta um ano numa sequência de infinitivo, o calendário tradicional chinês mede o tempo em ciclos de sessenta anos. Essa noção de que o tempo se repete foi reforçada na China pelos ensinamentos budistas da reencarnação, segundo os quais se pode alcançar sempre na próxima vida o que não foi alcançado nesta, e onde o lastro de uma existência passada pode vir a ter sobre a presente.

A partir desta perspectiva, os eventos não se seguem uns aos outros de modo progressivo; um não leva ao outro de forma linear. Pelo contrário, os eventos acontecem de forma cíclica e portanto nada se perde, ganha ou ultrapassa, apenas é repetido:

o sucesso e o fracasso ocupam a parte superior e inferior do mesmo ciclo; o passado está sempre presente, e o presente é tudo o que tem vindo a acontecer; não importa o quão longe está o futuro; não importa quão pequenos são os resultados das acções no presente. De facto, na língua chinesa não há caracteres para expressar o passado e o futuro. As três dimensões do tempo estão sempre lá e só podem ser distinguidas através do contexto. Civilizações que consideram o tempo de forma cíclica, elástico e aberto também tendem a ser mais voltadas para a vida do colectivo, enfatizando o desenvolvimento ou a preservação de relações ao longo do cumprimento da tarefa.

Os chineses, com base na sua filosofia de vida, olham para o tempo como um processo eterno. O arroz vai crescer por temporadas, não por minutos, o sol vai nascer dia após dia. O que realmente importa é como a vida pode ser natural e agradável a cada dia. Se o indivíduo está sempre pressionado pelo tempo, onde está a qualidade de vida? O olhar chinês sobre cada experiência é feito como se cada uma fosse única e diferente. Um sapo numa pétala de lótus é um momento belo no tempo para contemplar e meditar, algo que não deve ser perdido. De acordo com os valores culturais chineses, a maior recompensa da vida é o enriquecimento espiritual e a serenidade recebida pela contemplação da beleza da vida (Xing, 1995). O tempo é valioso quando é utilizado para atingir essa recompensa máxima humana, o tempo é flexível e reprodutível, independentemente de nos dias de hoje a vida (e os negócios em particular) ir ‘num sentido contrário’.

Com esta abordagem sobre o sistema de valores chinês e a sua evolução ao longo dos dois últimos milénios, é-nos possível constatar que este continua a ser uma fonte de confiança e orgulho para os chineses. Tudo indica que continuará a ter um papel fundamental para a civilização chinesa, incluindo os chineses que se encontram emigrados, influenciando-a, sendo a base do *mundo* chinês, do *ser* chinês.

As intenções governamentais vão nesse sentido, tendo-se assistido recentemente à retoma de valores tradicionais como forma de contrariar a tendência consumista e individualista que a sociedade chinesa urbana tomou na última década, assim como da degradação ambiental associada ao *boom* económico, de modo a conseguir-se um desenvolvimento sustentável.

III.1.2. O papel central da família

A família tem tido um papel essencial como pilar central da sociedade chinesa.

Devido à vastidão do território chinês, a onipotência dos seus imperadores e da ausência de sistemas social e jurídico, a família surge como indispensável para assegurar a sobrevivência dos seus membros, como uma forma de organização e de protecção social, substituindo o *Estado Social*.

Embora a família não seja o único local de educação, é, no entanto, o ponto de partida: o berço da cultura. É o principal local de socialização da criança, o primeiro lugar onde são gravados os primeiros conhecimentos. Na sua organização interna, todos os filhos têm uma posição de paridade.

É ensinado à criança a ter lealdade para com os seus parentes. Irá sempre aos eventos de família, mesmo quando lhe desagrade. Vai aprender a evitar o confronto directo. As suas ideias e opiniões serão inspiradas nas do grupo. A criança observa o papel dos seus pais, seus irmãos e irmãs. Esses papéis reflectem os valores vigentes na sociedade. O pai deve ser rigoroso e dominante (longas horas de trabalho para ganhar dinheiro suficiente para alimentar a família, a ser obedecido e respeitado por seus filhos, etc.), tendo sempre presente o bem-estar da família. O incessante esforço para expandir a riqueza da família e glorificar os seus antepassados faz com que o indivíduo trabalhe de forma diligente e viva de modo frugal para a família.

A família chinesa tem uma dupla dimensão, física e metafísica. O indivíduo existe fisicamente e apenas sobrevive com laços familiares. O sentimento individual funde-se com o espírito de família. Isto é especialmente verdadeiro na China, onde o colectivo é considerado mais forte e importante do que a soma dos seus indivíduos, prevalecendo o colectivismo sobre o individualismo. A tomada de iniciativas pessoais é fortemente desencorajada e ao invés é incentivada a interdependência. É fundamental preservar a 'face' da família junto de estranhos.

O respeito pelos mais velhos é uma virtude fundamental. As crianças devem obedecer aos pais, os mais jovens aos mais velhos, os empregados aos empregadores, os funcionários públicos aos seus superiores, etc. Este modelo permeia todo o contacto

humano e faz com que as pessoas dependam umas das outras. Tudo isto é também ensinado na escola, aprendendo a criança que a pertença ao grupo é mais importante do que ele individualmente.

Os interesses da família são fundamentais e têm precedência sobre os da sociedade (que é uma razão pela qual eles tendem a se envolver na política). Quando um indivíduo tem um problema, essa situação afecta toda a família e por extensão o clã. Tudo é feito para manter a harmonia. Para a sociedade chinesa, a harmonia na família é um dos valores máximos a alcançar no decurso da vida.

Na ausência de leis, as regras informais permitem que os membros sejam os próprios a arbitrar. As estruturas e as tradições garantem a harmonia nas comunidades. A família é regulada pela tradição, mas também por laços e interesses comerciais, sendo que a família tem as suas próprias regras.

Dentro da família típica chinesa, os indivíduos são normalmente designados pelo seu papel na família, em vez de seu nome pessoal. A designação da posição ocupada dentro da hierarquia familiar é como um sinal de respeito e torna explícito o *status* da pessoa em relação aos restantes membros da família. Para além disso, cria uma expectativa maior nos indivíduos esperando-se da parte deles um apoio maior.

A família e a linhagem (extensão directa imediata da família) como elemento dominante na vida do indivíduo tem-se manifestado por si como modelo nas diversas áreas da vida social. Os papéis sociais começam na família e continuam para as restantes relações sociais, espalhando-se assim a influência simbólica da família em todas as relações sociais e, neste sentido, a amizade é preterida pela fraternidade como um sentimento colectivo.

Os títulos de família também podem ser usados dentro do contexto social mais amplo. O imperador era chamado imperador-pai; os subordinados são designados por subordinado-filho; os oficiais do governo, governadores de determinada localidade são os oficiais-pai/mãe, enquanto os governados são designados indivíduo-filho; os professores, em especial os de artes e ofícios e artes marciais, professor-pai; os amigos são irmãos no caso de serem de idades semelhantes e primos se forem de idades muito díspares (So & Walker, 2006). No bairro, por exemplo, o idoso pode ser respeitosamente tratado por avô. Também nos negócios uma compreensão da aplicação

generalizada das relações de família chinesa é altamente relevante, como veremos mais adiante.

No caso particular do indivíduo que se torna emigrante, fá-lo não de forma individual, livre ou sem ligações à estrutura familiar e social, à tradição, à história e à cultura, mas sim «under the ancestors' shadow» (Chan & Chiang, 1994).

A decisão de emigrar por si só não é pessoal mas sim familiar. É em família que se decide quem emigra, para onde e de que forma. A família trata de arranjar dinheiro para a viagem, o emigrante junta-se a outros familiares e conhecidos num determinado país de acolhimento que por sua vez o apoiam na sua incorporação. As suas obrigações familiares não deixam de existir com o acto de emigrar. Fá-lo para melhorar as condições de vida da família. Quando começa a auferir rendimentos, envia remessas para a família que se encontra na China, cumprindo assim os seus deveres filiais.

A sua estratégia é feita no contexto familiar, portanto, o seu sucesso ou o seu insucesso são também da família. Em conformidade, a protecção e promoção do nome da família são a maior prioridade. Esta situação funciona como um modo eficaz de controlo social e simultaneamente de motivação. Mais uma vez, detecta-se aqui uma nítida valorização do colectivo sobre o individual.

A auto-ajuda é evidente entre os membros de uma família. Ninguém deixa um irmão, primo ou sobrinho em perigo. No estrangeiro, esta atitude estende-se amplamente para os amigos e compatriotas. As crianças experimentam cedo este sentimento colectivo. Eles sabem que devem desempenhar o seu papel de acordo com as ligações familiares.

Relativamente à aposta num negócio, esta também é uma decisão familiar e para além disso conta com os membros da família (alargada) para a sua realização. São a fonte de recursos humanos e monetários do negócio. Mesmo em momentos de expansão empresarial, continuam a contar com os membros da família na gestão.

Para os migrantes chineses, a família está omnipresente. A família é uma fonte de apoio social e emocional. Por isso, continuam a desenvolver negócios de cariz familiar. Os membros da família são a mão-de-obra mais barata, prontamente disponível e confiável, pelo menos na fase inicial do negócio.

Limitado pela disponibilidade de crédito, bem como as competências linguísticas e culturais num contexto novo, famílias, clãs e associações do migrante tornam-se o apoio para as actividades de criação de riqueza. No início dos negócios, os membros da família são os principais patrocinadores, seguidos dos amigos. Segundo Wang Gungwu, o migrante «(...) could not have started in business without some degree of family backing or without belonging to a family or an adopted family business network, including artificial brotherhoods operating as members under family discipline» (1990: 15).

A acumulação de riqueza é um critério para a glória individual e familiar. A riqueza é também uma fonte de energia, bem como a auto-estima e *status* do indivíduo. Este está, portanto, disposto a trabalhar arduamente e ainda assim conservar o optimismo e a dinâmica. Este grande sentimento de realização tornou-se num forte espírito empreendedor, o que provocou significativos êxitos económicos para muitos negócios de famílias chinesas. Sendo a família o coração do negócio, o conflito aberto pode comprometer a riqueza da família. Portanto, é preciso que haja harmonia. Uma família destruída é um perigo para lidar com incertezas e contratempos, significa menos potenciais parceiros e também a perda de prestígio para os seus membros é prejudicial para os negócios. Como diz um provérbio chinês, com harmonia na família, os negócios serão prósperos.

Sendo muitos dos negócios chineses, negócios familiares, o comportamento tipo familiar é natural para os chineses na maioria das suas relações de negócios. É considerado adequado e desejável que os parceiros de negócios tenham interesse na família um do outro, sendo que uma das melhores maneiras de demonstrar sinceridade e estabelecer vínculo pessoal faz-se através do estabelecimento de relações também com a família do parceiro de negócios. (Chen, 2001)

As relações de negócios para além da família devem ser consideradas como uma extensão das relações familiares. Como já mencionado, para os chineses não existe uma separação clara entre a vida profissional e a vida pessoal.

O modelo de organização social chinês favorece a transformação de relações secundárias em primárias, através do estabelecimento de relações paternalistas marcadas pela reciprocidade, confiança e lealdade mútuas, o que é positivo para os negócios, expandindo assim a família e desta forma propiciando recursos humanos e monetários

necessários ao crescimento e expansão dos negócios. As relações de negócios para além da família devem ser consideradas como uma extensão das relações familiares. Para tal, há que haver confiança entre os parceiros que estão vinculados por obrigações pessoais. Quando as relações de negócios têm de se articular com não-parentes, os empresários chineses rapidamente «familiarizam» as relações. Os empresários vêem os seus negócios como uma árvore genealógica cujo crescimento necessita de ser continuamente alimentado (Chan & Chiang 1994). O «familismo empresarial» (Wong, 1990) coloca a família como uma unidade na concorrência económica, uma dinâmica cultural ainda forte e flexível.

Os trabalhadores são tratados e designados como membros da família.

«Family titles such as aunt or uncle are often used to address non-family members in the business organization. A young Chinese man working at his first job in a traditional Chinese business will often call his elder supervisor ‘uncle’, especially if the older man is a mentor figure. A female worker in the organization, more experienced and a few years senior to the young man, will be addressed as ‘elder sister’. Younger colleagues entering the organization will be called ‘younger brother’. By using family titles to name their colleagues, Chinese employees shape their business relations in terms of the well-known conventions and roles of the family and social structure.» (Chen, 2001: 77)

Familiarizar as relações sociais com os trabalhadores é uma forma de criar lealdade com os trabalhadores. Apela aos seus valores culturais e às suas emoções (cultura) para obter a sua fidelidade. As obrigações «familiares» facilitam a confiança e reciprocidade mútua. É uma estratégia de relações interpessoais e de trabalho muito útil para os empresários que assim exploram os recursos culturais e sociais. São dados bónus e prémios de incentivo aos trabalhadores, de modo a vinculá-los e motivá-los. Um empresário de sucesso, ao contrário da crença popular, não hesita em ajudar os seus trabalhadores a prosperar, por vezes chegando mesmo a ajudá-los na criação de um negócio próprio.

III.1.3. A importância de *Guanxi*

Guanxi não tem tradução directa, o que tem criado muita confusão relativamente ao seu preciso significado. A tradução convencional de ‘relações/ligações’ só toca num aspecto do seu significado. *Guanxi* consiste em relações mas mais especificamente em relações que são definidas pela reciprocidade, confiança e obrigação mútuas e, idealmente, suportadas por um sentimento de boa vontade e afecto pessoal.

Conhecer as origens de *guanxi* é uma grande ajuda na compreensão do seu funcionamento, assim como para perceber a sociedade e a cultura chinesas contemporâneas.

O conceito de *guanxi* tem raízes na China antiga em que os costumes sociais de reciprocidade e de outros modos de intercâmbio social foram utilizados para construir e manter relacionamentos interpessoais na sociedade. Este sistema foi desenvolvido numa sociedade agrária, onde as pessoas trocavam favores com os familiares, vizinhos, amigos e amigos de amigos.

Desde os tempos mais antigos até ao presente século XXI, o sistema de valores chinês tem inculcado a ideia de que o valor cultural da reciprocidade é importante nas relações humanas. Em conformidade, a concepção chinesa de indivíduo baseia-se nas relações com outras pessoas, portanto, a ênfase está nas interacções pessoais. Segundo o legado confucionista, a importância dada às relações pessoais reflecte-se na apresentação das cinco relações cardinais: Afecto entre filha e filho; rectidão entre governante e súbditos; distinção entre homem e mulher; ordem entre irmãos e confiança entre amigos (King, 1991).

Não surpreendentemente, *guanxi* ‘forte’ ocorre com os membros da família imediata e alargada, mas também pode haver *guanxi* entre indivíduos que compartilham ou compartilharam uma experiência profunda e significativa – antigos amigos e colegas, colegas de trabalho, indivíduos do mesmo local de origem, falantes do mesmo dialecto, relações aluno-professor, superior-subordinado – e ainda com outros indivíduos com os quais exista um interesse comum. Neste último caso, para que seja estabelecida, os indivíduos, antes de serem parceiros, tornam-se amigos e este processo não tem

em conta o tempo, nem agenda marcada, demorando o tempo que for preciso. Mais uma vez, sobressai o facto de não haver um limite entre a vida pessoal e a profissional.

Guanxi baseia-se na reciprocidade mútua, estende-se a todas as áreas da vida social do indivíduo e estabelece-se para atingir determinado objectivo. Neste sentido, não é sensato estabelecer guanxi com muitos indivíduos, mas sim com um número limitado mas eficiente (Chan & Tong, 2000), uma vez que isso implicaria, mais cedo ou mais tarde, a retribuição de muitos favores, criando-se uma situação de débito complexa. Há neste sistema uma ênfase nos códigos não-escritos e na honra. Aquando de um favor, não fica estabelecido o prazo para a sua retribuição mas sabe-se que esta será maior e terá lugar algures no futuro, em prejuízo de se ‘perder a face’ e ser excluído socialmente.

Como afirmou uma migrante chinesa que vive em Inglaterra, a sociedade chinesa «(...) não se baseia no poder da rainha, nós tampouco confiamos a fé à força de Deus... O que nós temos e cremos, portanto, é em guanxi». (Pinheiro-Machado, 2011: 2)

No caso dos emigrantes chineses em geral, guanxi tem-lhes proporcionado uma rede de segurança nas sociedades de acolhimento, onde, embora sejam cidadãos, são tratados como ‘o outro’ e, nalguns casos, vistos com desconfiança.

O estabelecimento de *guanxi* é uma das principais características dos chineses e em particular dos empresários emigrados (ou não), contribuindo para o desenvolvimento dos seus negócios. Em geral, preferem fazer negócios com indivíduos que conhecem, ou com os amigos dos amigos, ou com quem partilham o local de origem ou o dialecto, dedicando uma quantidade substancial de tempo e energia para estabelecer relações respeitáveis antes de iniciarem negócios em conjunto. Os negócios passam pela confiança e esta deve ser cultivada.

Nos negócios, guanxi são relações que se estabelecem entre as pessoas e não entre as empresas, e que têm um papel primordial, proporcionando oportunidades de negócio e parcerias, facilitando a realização dos negócios, nomeadamente reduzindo os custos de transacção, ao mesmo tempo que protegem cada membro da rede dos efeitos negativos de factores exógenos. Podem significar o sucesso ou o fracasso do empresário.

Não existem regras específicas que dividem a condução dos negócios dos assuntos pessoais. Um relacionamento de negócios de sucesso entre empresas chinesas começa com o estabelecimento de um vínculo pessoal entre os gestores principais

das empresas e baseia-se em seguida na manutenção cuidadosa destes vínculos pessoais. Porém, o estabelecimento de relações pessoais (em vez de relações institucionais) pode criar problemas para a empresa, no momento em que um dirigente deixe de fazer parte dela, uma vez que a rede de relações não passará para o seu substituto.

Para os empresários chineses, as relações pessoais que se estabelecem entre eles têm força de lei, sendo consideradas mais valiosas do que os direitos e deveres estipulados em contratos escritos. Os negócios são baseados em momentos de convívio, entre ‘bebidas e comidas’, e os contratos escritos são desvalorizados, fruto de uma sociedade composta por indivíduos que acreditam mais no relacionamento do que na força da lei.

Outro benefício de guanxi para os negócios igualmente importante é a protecção que oferece às ameaças e incerteza. Em alguns casos a protecção legal até pode existir, mas não a garantia da aplicação uniforme da Lei. O Primeiro-Ministro de Singapura entre 1959 e 1990 afirmou que os chineses emigrados usam guanxi no seu país de origem para compensar a falta do Estado de Direito e a transparência nas regras e regulamentos. Nesse ambiente de negócios nebulosos, falar a mesma língua e partilhar laços culturais é uma parte vital para qualquer negócio.

Perante as evidências, não há dúvidas que a existência de guanxi contribui de forma significativa para o sucesso dos empresários chineses e os locais onde eles trabalham. Referindo o caso das Filipinas estudado por Omohundro (1983), constata-se que os empresários chineses mais bem sucedidos são aqueles que fazem mais uso das suas relações sociais nos seus negócios. Grande parte do comportamento diário do empresário chinês está na construção e manutenção da sua rede pessoal de confiança com os outros. «I have to personally make sure that the factory and the marketing offices in China have good guanxi with the local governments. For this matter, you cannot rely on other people», disse um empresário que entrou no estudo feito por Tsang (2002) sobre as empresas familiares chinesas em Singapura.

III.2. Os negócios como denominador comum dos emigrantes chineses

III.2.1. Antecedentes históricos

Uma sociedade de pequenos proprietários agrários tem marcado a China desde há séculos. A família possui os seus meios de produção e utiliza a sua própria força de trabalho na exploração familiar com o objectivo tanto de subsistir como de prosperar, convertendo-se assim numa espécie de empresa. Evidentemente, nem todas o eram nem podiam ser pelas desigualdades socioeconómicas e pelos processos históricos de acumulação de bens que se sucediam ciclicamente. Para além da divisão em partes iguais no momento da herança ter vindo a impedir que os grandes patrimónios perdurassem durante muitas gerações, o Estado, quando considerava a concentração dos recursos económicos em poucas mãos alcançava níveis de extrema desigualdade e injustiça, acabava expropriando, confiscando e realizando reformas agrárias devolvendo a propriedade dos meios de produção ao maior número possível de famílias. Deste modo, não só se realizaram periodicamente reformas agrárias ao longo da história da China, mas também o Estado colocou limites à acumulação comercial (Wong, 1999), obrigando os comerciantes ricos a reciclarem a sua riqueza económica através do investimento na educação dos descendentes com vista à expansão da elite política, devido ao desprestígio da sua classe social – os comerciantes –, constituindo o estrato social e ocupacional mais baixo segundo o sistema de valores chinês.

De modo a contornar esta situação de expropriação, os membros ricos das linhagens desenvolveram estratégias que passavam pela criação de propriedades corporativas de linhagem – terra em honra dos antepassados que ficava isenta do mecanismo redistributivo da herança e cujos benefícios se utilizavam para financiar o culto dos antepassados da linhagem – sendo seus administradores quem tinha em definitivo o poder económico local e explorava os seus próprios parentes pobres arrendando-lhes as ‘terras públicas’ dos antepassados (Ebrey, 1991 e Watson, 1985 *apud* Beltrán, 2006)

Perante os condicionantes ao empreendedorismo na China que existiram durante séculos, é compreensível que as empresas privadas sejam recentes na China.

Depois do período da Revolução Cultural (1949-1977), os negócios das famílias deixaram de ser proibidos e reapareceram. Com a política de ‘porta aberta’ introduzida em 1979, reemergiram junto com o aumento substancial das empresas privadas. A iniciativa privada deixava de ser perseguida e passou a ser fomentada na China socialista. O primeiro passo foi a devolução da gestão da produção agrária às famílias – sistemas de responsabilidade familiar. As famílias voltavam a ser donas do seu destino e estão disponíveis para maximizar os seus recursos e a força de trabalho (Zhou, 1998).

Nesse contexto, surgiu uma nova vaga de empresários chineses, primeiro nas classes mais baixas. Muitos eram jovens que voltaram às cidades depois de terem sido deportados para regiões remotas durante a Revolução Cultural. Na falta de uma educação formal, eles foram rotulados de ‘geração perdida’ (Li, 2000). Com as suas próprias origens e de seus pais, decorrentes em grande parte dos camponeses, esses pequenos empresários formaram a primeira geração de empresários. Com baixas habilitações educacionais e profissionais, «tudo o que eles tiveram foi coragem» (Sallaf, 2001) e espírito de iniciativa.

No início de 1988, surgiram as pequenas empresas de escala na construção, produção e sector dos transportes, seguido pelo sector de serviços profissionais. Estas empresas têm vínculos estreitos com empresas estatais e órgãos do governo local. Alguns destes empresários anteriormente trabalharam em empresas de capitais estaduais ou *Joint Ventures*, onde ganharam conhecimentos técnicos e outros relativos às necessidades do mercado.

Na viragem do século XX para o século XXI, apesar das empresas familiares representarem 1/3 dos negócios privados na China, começaram a tornar-se proeminentes. Assim, tornaram-se menos comuns e os empresários criam as empresas baseadas em redes com os seus prévios empregadores e colegas de profissão. Cada vez mais, as empresas privadas têm ligações transnacionais.

Os negócios dos emigrantes chineses

No presente, há um número crescente de indivíduos que optam por migrar para melhorar o seu nível de vida mas que, ao invés de optarem por um trabalho por conta de outrem, arriscam na criação de um trabalho por conta própria e no empreendedorismo.

Na maioria das economias avançadas o número de trabalhadores por conta própria entre os migrantes demonstra o notável aumento durante os anos 1990, mesmo em países como a Holanda e a Alemanha no caso da Europa, que não têm um clima empresarial. Neste aspecto, os países do sul da Europa têm mais semelhanças com o norte da América. Em todos estes destinos, o emprego por conta própria e o empreendedorismo têm sido relevantes na incorporação dos imigrantes.

A tendência dos migrantes chineses para o comércio, empreendedorismo e trabalho por conta própria (Li, 2007) não é nova. Há séculos que os chineses têm vindo a fazer negócios e os migrantes chineses a estabelecer negócios por todo o mundo. Os primeiros migrantes internacionais chineses foram comerciantes que se estabeleceram no sudeste asiático. Já no século X, os comerciantes chineses exploraram as oportunidades na costa do Oceano Índico e começaram a emigrar para a região do Estreito de Malaca e a Península Malaia. Porém, o governo imperial da dinastia Sung (960-1279) nunca viu com bons olhos o comércio marítimo e a emigração.

Foi durante a dinastia Ming (1368-1644) que se deu um forte incremento da actividade comercial dos migrantes chineses que se dirigiam para o sudeste asiático, principalmente provenientes da região sudeste da China. A fraqueza do governo central de Beijing, a redução da actividade japonesa na região que deixou os chineses sem outros concorrentes e a feroz rivalidade entre holandeses e espanhóis, que deu espaço de manobra aos corsários chineses, foram as principais condições para essa realidade.

No entanto, os milhões de chineses que emigraram nos últimos dois séculos não eram, na sua maioria, comerciantes ou homens de negócios. Eram sobretudo trabalhadores por conta de outrem à procura de um futuro melhor. Porém, foi uma parte dessa mão-de-obra que acabou por estabelecer empresas próprias com base familiar. Foi assim que com pequenos negócios, os migrantes chineses no sudeste asiático e numa grande parte das ilhas do pacífico, com o passar do tempo, chegaram a dominar sectores económicos e a acumular um grande capital. No fim do século XVIII, princípio

do século XIX, o mesmo sucedeu na América do Norte, existindo na época um considerável número de migrantes chineses que possuíam o seu negócio próprio, pequeno e de base familiar, fornecendo serviços de lavanderia à sociedade em geral ou com mercearias e restaurantes de comida chinesa dirigidos aos indivíduos co-étnicos, sendo que a maioria dos negócios estava localizada na *Chinatown*. Em todos estes distintos locais de acolhimento, a aposta nos negócios aconteceu como estratégia para contornar situações de discriminação e exclusão na qual viviam, ambiente esse hostil e que dificultava a obtenção de trabalho. Mais tarde, já no século XX, a diversificação dos negócios dos migrantes chineses começou a aumentar e alargou-se ao sector industrial.

No caso concreto do sul da Europa há uma certa heterogeneidade em relação aos migrantes que trabalham por conta própria, fruto da diversificação de grupos de migrantes, uns mais propensos a iniciativas empresariais do que outros, mas também devido ao enquadramento socioeconómico, legal e institucional da sociedade de acolhimento. O número de cidadãos não-comunitários que se tornam trabalhadores por conta própria tem vindo a aumentar e os migrantes chineses têm contribuído muito para esse aumento. É sem dúvida a nacionalidade mais empreendedora. Os negócios dos migrantes chineses não são uma forma de sobrevivência face a um contexto de recepção desfavorável e hostil mas sim uma primeira escolha, considerada como uma boa oportunidade para melhorarem o nível de vida da sua família. Os primeiros negócios de migrantes chineses foram na venda ambulante e depois na restauração de comida chinesa. Posteriormente, desenvolveram a venda a grosso, e actividades no sector industrial, sobretudo no sector têxtil e do vestuário. Mais propensos à mobilidade geográfica iam (e continuam a ir) atrás das oportunidades que surgiam noutros locais, tendo em conta a vantagem da dispersão dos migrantes chineses para benefício do sucesso dos negócios de todos.

De um modo geral, os emigrantes chineses partilham o desejo de se tornarem seus próprios patrões e são conhecidos por isso. Há um provérbio chinês que vai nesse sentido: "É melhor ser a cabeça de um galo que a cauda de um boi". No mesmo sentido, uma regra de ouro para o empreendedorismo chinês é que um indivíduo mais velho (às vezes antigo empregador) é obrigado a ajudar um indivíduo mais novo a estabelecer o seu próprio negócio, se este tiver provado ser suficientemente empreendedor (Yeung & Olds, 2000).

III.2.2. As famílias de negócios chinesas

Primeiro que tudo, e concordando com Chen (2001), parece-nos importante referir que a designação ‘família de empresários’ é mais correcta em oposição a ‘empresa familiar’ para as empresas de chineses, uma vez que é a família e não a empresa/negócio que é o *focus*. Para além disso, compreende um conjunto de empresas ligadas e interdependentes entre si. No entanto, utilizaremos também o termo ‘empresa familiar’ para facilitar a análise que contempla a comparação com outras e que é a designação comumente utilizada no Ocidente.

Muitos negócios chineses são negócios iniciados no seio da família, e o comportamento tipo familiar é natural para os chineses na maioria das suas relações de negócios. Isto também acontece, se bem que de forma mais vincada, nas empresas dos emigrantes chineses, incluindo os que se encontram no sul da Europa. Segundo Redding (1990), este tipo de organização empresarial é uma forma de os emigrantes chineses se protegerem de ameaças externas.

Em conformidade com a tradição histórica e cultural chinesa, a vida familiar é central para a sociedade chinesa. Também a nível dos negócios, a família é a centro da organização chinesa, não existindo uma separação entre eles. Porque os chineses não desenham uma linha entre os seus negócios e a vida social, considera-se adequado – e desejável – que os parceiros de negócios se interessem pelas famílias dos seus parceiros. Uma das melhores maneiras de demonstrar sinceridade e da manutenção de *guanxi* é fazer esforço para conhecer as famílias dos parceiros.

O negócio da família serve duas funções – como provedor para o fundador e (quase sempre) para os seus membros da família nuclear e como empregador dos membros da sua família mais alargada.

Apesar de no século XXI a dimensão das empresas de emigrantes chineses ser variável, havendo claras diferenças entre os países tradicionais de destino da emigração chinesa e os mais recentes – como é o caso dos países do sul da Europa – existe uma preponderância das pequenas e médias empresas de tipo familiar, dependentes da mão-de-obra familiar e co-étnica – que têm uma estrutura extremamente simples e flexível

que permite responder de forma célere e efectiva a mudanças conjunturais face à forte e crescente turbulência das ordens económica e financeira internacionais. Para além da estrutura organizacional simples, também a pequena dimensão permite, através da dispersão geográfica e da diversificação sectorial dos negócios, uma rápida reacção a condições adversas. Em situação de crise ou de insucesso, rapidamente mudam de ramo empresarial, procurando investir em segmentos que considerem mais vantajosos e com perspectivas de sucesso.

Nas empresas das famílias chinesas a família é proprietária e exerce o pleno controlo de gestão. A liderança costuma ficar a cargo do patriarca ou matriarca, o qual deu início ao negócio familiar, ou dos seus descendentes directos, e é quem tem a última palavra nas decisões mais importantes. Os membros da família formam a equipa do núcleo de gestão e tomam as decisões mais importantes relativas ao negócio, com pouca (ou nenhuma) participação dos subordinados. A tomada de decisões estratégicas é normalmente um assunto de família baseada em razões familiares e feita de modo informal, normalmente num ambiente familiar, como sejam jantares de família.

Os restantes membros da família ocupam posições-chave na empresa ou estão em empresas subsidiárias. Há o cuidado, por parte destes, de não fazerem concorrência directa aos seus familiares, o que simultaneamente também faz com que haja uma diversificação do risco dentro do conjunto das empresas da família.

Sendo a família a unidade básica da sociedade e a harmonia nos negócios ser muito importante, os empresários precisam de aprender a equilibrar os interesses dos negócios e os da família e para tal integram valores culturais relativos à família na gestão dos negócios (Yin, 2003).

Desta forma, os valores culturais chineses são frequentemente vistos como importantes factores na organização e gestão das empresas. Há um conjunto de características baseadas em valores culturais chineses: a confiança e a lealdade, a hierarquia clara, a obrigação vertical recíproca, a autocracia benevolente, a liderança paternalista, a forte ênfase no colectivismo, a autoridade e o controlo extremamente centralizados. As empresas não têm uma estrutura piramidal de chefia, como acontece na maioria das empresas ocidentais, o que faz com que mesmo as chefias de nível mais baixo reportem directamente ao líder da empresa (isto no caso de médias e grandes empresas, obviamente).

O humanismo tem sido identificado como um valor importante da boa gestão (de Bary, 1960) das empresas das famílias chinesas que favorece a relação entre empregadores e empregados. De acordo com o sistema de valores chinês, o humanismo implica cortesia, magnanimidade, boa fé, diligência e bondade.

A prática do paternalismo reforça a ênfase do ‘familismo’ e regula as relações. A base do ‘familismo’ chinês é reforçada pelos valores morais e obrigações demonstrados pelo líder paternalista. Coloca-os como guardiões e promotores de bem-estar dos subordinados. Em grande medida, as empresas chinesas também proporcionam um emprego para a vida aos seus empregados. Na medida em que os subordinados não cometam falhas graves, o líder chinês normalmente não faz despedimentos apenas com base no desempenho insatisfatório (Yin, 2003). Para além disso, a ênfase colocada no valor do ‘familismo’ e na obrigação moral resulta no recrutamento de membros da família para as empresas chinesas em particular aquelas de pequena dimensão (Chong, 1987; Redding, 1982).

Adoptando práticas de gestão caracterizadas pelo nepotismo, benevolência e paternalismo, os negócios das famílias chinesas criam «(...) a work environment which matches the expectations of employees from the same culture» (Redding, 1994: 3). Apesar de não haver regras explícitas, os líderes chineses têm uma elevada expectativa na boa conduta dos subordinados como a obediência, lealdade e confiança.

O trabalho em família faz com que as informações circulem com mais rapidez e lealdade, as desavenças sejam mais facilmente contornadas e o lucro fique concentrado no âmbito da mesma unidade.

Para tal, contribui o facto de, por causa do papel central da família no mundo dos negócios chineses, existir um grau significativo de sigilo de determinadas informações dentro da família. O empresário chinês controla todas as informações. Confiança e informação relevante são consideradas muito importantes para o sucesso empresarial e, portanto, normalmente só aos membros da família é que são concedidos direitos exclusivos de tais informações. A quantidade de informações prestadas depende do grau de confiança que o líder atribui aos seus subordinados como indivíduo e não como trabalhador. Torna-se um importante mecanismo para proteger a família e a empresa contra ameaças externas. Isso resulta numa forte cooperação dentro das famílias e redes e da competição entre grupos de diferentes negócios e redes.

A ideologia da gestão, o funcionamento em rede e a forma de sucessão do negócio são três das principais características que distinguem as empresas familiares chinesas das restantes empresas familiares. Os herdeiros legítimos são os filhos do proprietário, que têm direitos iguais de herança. (Tsang, 2002) Isto está de acordo com a própria organização interna da família chinesa, em que todos os filhos têm uma posição de igualdade. Desta forma, os filhos partilham o negócio da família, no caso de ser somente um, ou geralmente, o conjunto dos negócios da família, criando-se assim uma maior dispersão dos filhos pelos diferentes negócios da família mas que continuam a funcionar em grupo.

Quanto ao financiamento do negócio, este faz-se com recursos financeiros co-étnicos, não havendo, em regra, necessidade de recorrer a fontes externas. A maioria das vezes, é baseado em poupanças da família ou então em empréstimos feitos por outros co-étnicos. Outras formas de obter o capital inicial consistem na organização de associações de crédito ou no estabelecimento de associações de investimento com diversos parceiros capitalistas que funcionam como accionistas na nova empresa, repartindo os benefícios de acordo com as suas contribuições iniciais e a sua implicação no trabalho do mesmo (Beltrán Antolín, 2006). Os empréstimos são feitos sem qualquer tipo de interesse, seguindo a lógica dos acordos informais, alimentando, desta forma, o sentido de reciprocidade entre os migrantes chineses. Assim, os empresários chineses contornam eventuais obstáculos na sociedade de acolhimento, relativos à obtenção de apoio financeiro e ao acesso a crédito bancário, que podiam fazer com que não apostassem nos negócios.

O empresário chinês mantém um olho no horizonte distante, sempre prestando muita atenção ao passado e ao presente. A habilidade de ver eventos futuros é fundamental, pois fornece à organização uma perspectiva ampla. Sendo futurista, o líder chinês é bom a identificar e a explorar oportunidades de negócio. De facto, na mente do empresário chinês, ele vê o negócio como um império que seus filhos irão eventualmente herdar (Redding, 1982). Com base nesse raciocínio, o empresário chinês normalmente reinveste os seus lucros (Yin, 2003).

III.3. Modos de incorporação dos migrantes chineses no sul da Europa

Da exaustiva leitura que foi feita relativa à presença de migrantes chineses em vários países de todos os continentes, podemos afirmar que não há um modelo de incorporação dos migrantes chineses comum a todos os países de acolhimento, registando-se significativas diferenças, apesar de haver características comuns.

Como já referido na I Parte, o modo como os migrantes se incorporam num determinado espaço social, que é desde logo complexo, multifacetado e dinâmico, resulta de um conjunto vasto de variáveis. Estas incluem a influência da macroestrutura política, económica, social e institucional dos países de destino em geral e das especificidades dos contextos locais de fixação em particular, estas muitas vezes acabando por ter mais influência que as próprias políticas nacionais, passando pelo sistema político local, os preconceitos existentes e as atitudes e formas de acolhimento (boa recepção, indiferente, ou contestada), e também pelos efeitos da evolução temporal e das respectivas conjunturas, até às não menos importantes características dos fluxos migratórios e seus migrantes, assim como, e muito importante, da sua história. O processo de incorporação vai sofrendo uma evolução, função das alterações nas condicionantes que vão ocorrendo, não sendo de todo um processo estático.

Desta forma, ao analisar-se a presença de migrantes chineses em determinados contextos, verifica-se que a ‘soma’ dos vários elementos leva a resultados diferentes, se bem que nalguns casos não muito díspares, como é o caso dos países do sul da Europa – Itália, Espanha e Portugal. Nalguns casos, através de um processo de mobilidade social crescente, tenderam a diluir-se na sociedade de acolhimento, noutros houve preservação das suas características étnicas não sendo relegados para uma situação de exploração e inferioridade no mercado de trabalho, noutros de auto-exclusão, de vivência em comunidade fechada – traço característico dos migrantes chineses no sul da Europa.

Quanto às referidas características comuns dos migrantes chineses de um modo geral, podemos apontar a sua grande capacidade de adaptação em terras estrangeiras, o sistema de valores chinês que trazem junto com eles (como a capacidade de suportar

privações, trabalhando arduamente em condições extremamente duras), a atitude de aproveitar as oportunidades existentes e a tomada de risco (Yin, 2003).

«The fact is that the Chinese, wherever they go, are easily influenced by their environment. They adapt to new circumstances and thus become very different from other groups living elsewhere.» [Interview with Wang Gungwu in *Asian Affairs* (n.d.)]

Parece-nos necessário fazer uma breve referência às condições existentes aquando da migração chinesa para o sul da Europa que funcionaram como factores de atracção e, para além disso, que, sem dúvida, influenciaram e continuam a influenciar o modo como os migrantes chineses se incorporam e estão incorporados.

A estabilidade política, o rápido crescimento económico, o desenvolvimento de mercados laborais com significativos sectores irregulares, a fraqueza dos mecanismos de controlo de imigração, a facilidade de regularização e a não inexistência de concorrência foram os principais factores para que desde a década de 1980 Itália, Espanha e Portugal se tornassem atractivos para os migrantes chineses.

No caso particular dos países do Sul da Europa, pode-se afirmar que, como acontece a nível europeu, não há uma comunidade chinesa, mas sim várias. É mais correcto dizer-se que se encontram vários sub-grupos com características próprias que os diferenciam uns dos outros e que vivem de forma independente. Os membros de cada sub-grupo partilham atributos semelhantes da cultura mais ampla, juntamente com elementos particulares do sub-grupo, logo têm características que os distinguem uns dos outros. Por exemplo, a identidade dos migrantes chineses oriundos das províncias de Zhejiang e Fujian e do noroeste da China (as origens presentes no sul da Europa) são distintas entre si, apesar de partilharem um conjunto de características e valores comuns à cultura chinesa milenar.

Existe, de alguma forma, uma certa falta de coesão e visibilidade das comunidades chinesas na Europa.

Quando os migrantes chineses, num determinado local, apenas convivem com outros chineses, isso não implica necessariamente a existência de uma forte coesão do grupo como um todo: pode o grupo ser constituído por uma grande variedade

de grupos mais pequenos, que mantêm pouco contacto entre si. Parece, pois, fazer sentido traçar uma distinção entre o facto de um grupo ser fechado e a sua coesão: no exemplo dado, os migrantes chineses formariam um grupo fechado, mas pouco coeso. Porém, quando são chamados pelos poderes político, económico ou social a interagir, fazem-no como se de uma comunidade unificada se tratasse (Pieke, 1998).

Diz-se que «a invisibilidade ou a falta de coesão da comunidade chinesa na Europa é somente um fenómeno transitório, resultado de condições de ‘fronteira’ que prevalecem na Europa» (Costa, 2002: 687), mas porém, este facto não pode deixar de ser relacionado com a história específica da migração chinesa para os diferentes países de acolhimento. Como exemplo, os migrantes chineses que foram para a América eram trabalhadores indiferenciados e os que vieram para o sul da Europa estão relacionados com o comércio – empregadores e empregados. Logo à partida, o facto de virem de regiões de origem diferentes e o momento da migração ser também ele distinto, assim como as condições do país de acolhimento aquando da chegada, são aspectos centrais nesta diferenciação.

Não se regista, no sul da Europa, um relacionamento espontâneo e aprofundado entre migrantes chineses e os autóctones, nem com os restantes estrangeiros, não obstante os italianos, espanhóis e portugueses, desde sempre, terem sido muito receptivos a esse marcador cultural que é a cozinha chinesa. Os migrantes chineses vivem como que ‘invisíveis’. A restante população residente pouco dá por eles, sendo que o principal contacto entre eles faz-se através da interacção comercial. A imagem que a população autóctone tem dos migrantes chineses é positiva, não obstante a sua evidente separação e isolamento. São considerados como muito discretos, trabalhadores e não são vistos como um problema.

Os chineses vivem fechados no seu espaço económico, familiar, e as relações sociais que têm são na sua maioria com indivíduos co-étnicos, de preferência com quem têm alguma afinidade, seja ela familiar, relacionada com o seu local de origem ou o dialecto. Mesmo com migrantes chineses de outras regiões, por norma, não estabelecem guanxi. Preferem estabelecer guanxi com migrantes chineses com quem partilham afinidades apesar de estes estarem estabelecidos em outros países a estabelecerem guanxi com migrantes chineses que se encontram no mesmo país de acolhimento mas com quem não têm afinidades.

Em consequência quer da sua concentração em sectores económicos específicos, quer ainda da importância das suas redes pessoais para arranjar trabalho e alojamento, vivem de forma quase autónoma e frequentemente fechados e separados da restante população residente. O facto de funcionarem em rede contribui claramente para esse fechamento que é típico de uma situação de economia étnica. Mas será que viver de forma separada é uma estratégia consciente e propositada? Há duas justificações possíveis para essa situação. A primeira tem a ver com o carácter provisório que os migrantes chineses no sul da Europa atribuem à migração, em que o objectivo de angariar dinheiro e posteriormente regressar ao país de origem está claramente presente. A segunda relaciona-se com a falta de domínio da língua do país de acolhimento que leva a um afastamento social. Para além disso, não nos podemos esquecer que o isolamento da China face aos outros países até ao século XIX reforçou a especificidade relativa ao fechamento, sendo assim um traço cultural dos chineses.

Por vezes, associa-se o fechamento e isolamento dos migrantes chineses às condições hostis e discriminatórias existentes no local de acolhimento, quando se está a abordar o modo como eles se incorporam. Como exemplos, temos o caso da Tailândia e da Guiana onde permaneceram muito menos como um grupo separado do que na Indonésia e na Jamaica onde existiam ambientes verdadeiramente hostis. Genericamente, no sul da Europa, não existe um ambiente hostil relativamente aos migrantes chineses, com excepção de algumas tensões verificadas nas regiões norte e centro de Itália onde se verifica uma certa tensão no caso dos empresários chineses da indústria de vestuário e acessórios em couro por estes fazerem concorrência aos empresários nativos e representarem uma ‘ameaça’ aos seus negócios. Portanto, no caso concreto do sul da Europa, um contexto de recepção hostil das sociedades de acolhimento não se apresenta como causa da pouca interacção e das diferenças acentuadas com a restante população.

A circunstância de os migrantes chineses delimitarem o seu território de intervenção económica e protegem-se no espaço da sua privacidade familiar e co-étnica, de estarem economicamente activos num nicho, de não haver na maioria dos casos concorrência directa com a restante população residente e de em termos habitacionais também não haver concorrência, contribui para uma co-existência não conflituosa. Portanto, a posição socioeconómica dos migrantes chineses que está relacionada com a actividade económica e laboral dos chineses nos países de acolhimento e a grande

diferenciação socioeconómica relativamente à restante população residente são positivas e contribuem para não haver concorrência e conseqüentemente hostilidades e conflitos, contribuindo para uma imagem positiva dos migrantes chineses. O mesmo não acontece com certos fluxos imigratórios que muitas vezes são acusados de estarem a ‘roubar’ os postos de trabalho dos autóctones e de engrossarem os números do desemprego – situação mais acentuada em Itália e em Espanha do que em Portugal.

A estratégia dos migrantes chineses está inserida numa lógica de pertença a redes sociais que lhes permite serem autónomos em relação ao país de destino em termos económicos, laborais e habitacionais, sem recorrerem às instituições do país de acolhimento, situação esta que não deixa de contribuir para o seu fechamento. As redes sociais têm assim um papel crucial para os migrantes chineses que se apoiam nelas, desde a própria decisão de emigrar, para que destino e muitas vezes proporcionando o capital monetário necessário para a viagem. A ocupação laboral e o alojamento são obtidos através das redes sociais, assim como a obtenção de informações necessárias. Para os empresários chineses em particular, as redes sociais proporcionam condições para a obtenção de capital, assim como de informações relativas aos negócios a desenvolver, sobre eventuais fornecedores, empregados co-étnicos, entre outros.

A maioria dos migrantes chineses mais recentes beneficia da presença anterior de conterrâneos seus, presença essa que ‘amortece’ o impacto da emigração e também do contacto com uma sociedade diferente, sobretudo superando as dificuldades em falar a língua do país de acolhimento. Também ajuda na superação de constrangimentos económicos iniciais. Portanto, estas redes e os migrantes mais antigos acabam por definir as estratégias dos novos migrantes, uma vez que estes são encaminhados para determinados países de acolhimento e para determinadas ocupações laborais ou mesmo negócios, estando simultaneamente a constranger a mobilidade para outras áreas diferentes daquelas em que estão a trabalhar.

No caso concreto do empreendedorismo, os empresários migrantes chineses já estabelecidos no sul da Europa são muito importantes para os recém-chegados, funcionando como bons exemplos a seguir. Uma vez não inseridos nas redes sociais, o seu sucesso não seria certamente possível, pelo menos da mesma forma. O capital social à sua disposição é de facto uma mais-valia e proporciona uma vantagem face

à concorrência. Essa pertença proporciona-lhes condições vantajosas em relação a outros migrantes e mesmo à população autóctone.

No entanto, desde o final dos anos 1990, com o novo fluxo migratório chinês proveniente da região Noroeste, esta situação de benefício da presença de migrantes chineses já estabelecidos não se pode dizer que seja para a totalidade dos migrantes chineses recém-chegados porque, este novo fluxo tem características próprias, o que o distingue dos outros. Os migrantes do noroeste da China não vêm inseridos em redes que à partida lhes proporcionam trabalho, habitação e apoio monetário no momento da chegada e, apesar de serem todos chineses, apesar da etnicidade, são vistos com desconfiança pelos restantes fluxos provenientes sobretudo da província de Zhejiang mas também de Fujian (*vide* II.1.2). Nesta situação, sobressai a importância do local de origem. A província de origem e o dialecto nativo continuam a ser as principais influências nas relações interpessoais, laborais e empresariais dos migrantes chineses no sul da Europa.

Apesar da existência destas dificuldades que se colocam aos novos migrantes chineses do Nordeste, eles dispõem de um leque de oportunidades oferecidas pelos co-étnicos, como seja o trabalho abundante na indústria, como também da vantagem do uso da língua mandarim em detrimento dos dialectos chineses falados no Sul da China de onde é originária a maioria dos migrantes chineses no sul da Europa, e de indivíduos com habilitações académicas mais elevadas, assim como de estudantes. Os migrantes chineses de Zhejiang e Fujian são sobretudo de zonas rurais e os do Nordeste de zonas urbanas.

Relativamente à educação, verifica-se que os filhos dos migrantes chineses frequentam o ensino oficial e paralelamente têm aulas de mandarim que são organizadas pelos migrantes chineses. Quanto às habilitações académicas, a grande maioria dos migrantes chineses que se encontra no sul da Europa tem estudos ao nível do secundário, verificando-se nos últimos anos um aumento do número de migrantes chineses com o ensino primário e mesmo analfabetos (*vide* II.2).

Quanto ao alojamento, os migrantes chineses no sul da Europa seguem uma estratégia que favorece a proximidade da habitação em relação ao local de trabalho. Para o efeito, o alojamento fica localizado, geralmente, nas imediações do local de trabalho, seja um restaurante, loja ou fábrica, modelo idêntico ao que se encontra nas

empresas privadas na China. O alojamento é providenciado pelo patrão que paga as respectivas rendas e alberga os empregados. A própria implantação dispersa dos restaurantes chineses requer dispersão residencial, pelo que a competição com os restantes residentes a nível habitacional é menos visível. De um modo geral, os migrantes chineses procuram habitar perto dos seus locais de trabalho, o que favorece esta situação, uma vez que os negócios encontram-se sobretudo em zonas comerciais, geralmente pouco procuradas para residir. Noutros países da Europa, estando mais concentrados em determinados bairros das cidades, concorrem com os autóctones pela habitação e pela utilização dos recursos do bairro, tal como resulta da investigação feita ao bairro de Haarlem na Holanda por Vermeulen (2001).

No que respeita ao uso das línguas oficiais dos países de acolhimento, verifica-se uma elevada resistência, havendo um reduzido conhecimento do italiano, espanhol ou português e uma fraca procura de formação nessa área. Devido ao fechamento social em que vivem, para além da linguagem necessária ao desenvolvimento do seu trabalho, como seja no comércio ou na restauração, têm e sentem pouca necessidade de um conhecimento aprofundado das línguas dos países que os acolhem, apesar de ultimamente haver cada vez mais imigrantes chineses a falar a italiano, espanhol e português.

A língua, através dos dialectos orais ou da escrita, é um dos mais importantes instrumentos de coesão dos chineses no exterior, como já referido. A diversidade e heterogeneidade do uso dos dialectos chineses para a comunicação varia de acordo com o país de residência, diferenças geracionais e contexto socioeconómico. No caso do sul da Europa, como os migrantes chineses são provenientes de um número reduzido de províncias de origem, não há uma grande variedade de dialectos. Contudo, os migrantes chineses, por norma, relacionam-se sobretudo com quem partilham o mesmo dialecto. Esta situação não é específica do sul da Europa nem desta época. Já há dois séculos atrás, por exemplo, a maioria dos migrantes chineses em Singapura composta de camponeses, artesãos e pequenos comerciantes das províncias de Guangdong e Fujian, bem como da ilha de Hainan (Chiew 2002; Freedman 1967), falavam dialectos como hokkien, teochew, cantonês, hainan, hakka entre outros e só se relacionavam com indivíduos do mesmo grupo dialectal (Chan, 2006).

Não obstante, o uso do mandarim, da língua oficial chinesa, é-lhes útil no relacionamento com outros chineses que utilizam no país de acolhimento diferentes dialectos mas também com os chineses que vivem na China, sendo esta uma vantagem dos chineses do Nordeste. Pode ser usada como uma língua de trabalho não só para a comunicação mas é também muito útil no desenvolvimento de negócios e de redes. Desta forma, o uso de um dialecto comum (entre certos grupos de empresários) e da língua oficial pode melhorar a construção de redes quando o custo de informação de aprendizagem da língua é relativamente baixo. Isto reforça o porquê de muitos migrantes chineses no sul da Europa colocarem tanto esforço na protecção da educação chinesa. Se a língua chinesa é considerada capital social, pode servir como meio de troca para benefícios para além das trocas culturais.

Outra característica particular dos migrantes chineses no sul da Europa tem a ver com o facto de praticamente não celebrarem casamento com indivíduos da restante população residente. A maioria está casada com co-étnicos e os restantes estão solteiros. Para os migrantes chineses, o casamento com co-étnicos e, de preferência, entre pessoas de uma mesma rede de relações, ajuda os migrantes chineses a serem bem sucedidos no cumprimento dos seus objectivos que passam pela poupança através do trabalho árduo. No caso concreto dos empresários, o desenvolvimento dos negócios, nos circuitos de informação e lealdade, casamentos com indivíduos de outras etnias são vistos como elementos desestabilizadores. No testemunho de um migrante chinês entrevistado por Pinheiro-Machado (2007), a possibilidade de casamento com uma mulher que não fosse chinesa era por ele vista como alguém com outros hábitos, outras formas de lidar com o dinheiro e com outras práticas de consumo, o que é por ele considerado como uma ameaça ao sucesso.

III.3.1. No(s) mercado(s) de trabalho

Apesar do recente crescimento económico registado na República Popular da China, resultante da política ‘um país, dois sistemas’, na década de 1990 ainda existiam razões para os indivíduos procurarem outros países, fosse por necessidade –

desenvolvimento económico ainda restrito às zonas urbanas e costeiras –, fosse para arranjar melhores oportunidades de iniciar uma actividade empresarial – caso de grande parte dos chineses que se encontra no sul da Europa.

A migração chinesa para o sul da Europa é maioritariamente económica e está necessariamente relacionada com a sua actividade laboral ligada ao comércio e restauração. Os migrantes chineses não estão dependentes do mercado de trabalho nacional, mas sim das oportunidades existentes no seu seio. Portanto, a situação concreta dos migrantes chineses em Itália, Espanha e Portugal deve-se à própria evolução dos negócios por ele desenvolvidos. Até mesmo o reagrupamento familiar está relacionado com o trabalho; juntam-se para trabalhar na economia étnica ou para ajudar no(s) negócio(s) da família.

Ao contrário da restante população imigrante no sul da Europa, os migrantes chineses não começam por fazer trabalho de substituição nos designados *bad jobs* indesejados pelos autóctones. Para além disso, os migrantes chineses no Sul da Europa contrastam com a restante população residente, incluindo os migrantes de outras origens, que trabalha ou trabalhou como assalariada para empregadores que são maioritariamente autóctones. Estes trabalham em negócios dirigidos por co-étnicos. Não obstante, em Itália e em Espanha, associados à mais recente vaga de migrantes chineses, já existem casos em que não se encontram a trabalhar nos negócios de chineses como veremos mais adiante e como foi possível verificar na II Parte (*vide* II.2.1 e II.2.2.).

Também é comum os migrantes chineses diferenciarem-se dos restantes migrantes em todos os países de acolhimento, não obstante haver, em todos eles, migrantes de outras origens que também se dedicam à empresarialidade, característica que marca a imigração chinesa.

A escolha do ramo de actividade em que os migrantes chineses se encontram está directamente relacionada com a sua origem. Trabalhar como empregados para empresários migrantes chineses ou iniciar o seu próprio negócio na economia étnica mas servindo o mercado nacional são as formas mais comuns como os migrantes chineses começam as suas novas vidas nos países do sul da Europa. O mesmo não acontece em outros países para onde migraram milhares de chineses, como é o caso dos E.U.A. e do Canadá onde os empresários migrantes chineses também investem

em negócios como lavandarias e agências de turismo, para além dos negócios étnicos. Esta realidade não pode ser dissociada da região de origem dos empresários migrantes chineses. Mais uma vez se verifica que os migrantes chineses da província de Zhejiang, origem da maioria dos migrantes chineses no sul da Europa, se dedicam a actividades laborais e empresariais relacionadas com o comércio de artigos produzidos sobretudo na sua região de origem, da indústria têxtil e da produção de outros artigos utilitários de consumo baratos, assim como da produção de artigos em couro.

A venda ambulante como nicho económico central no sul da Europa foi a primeira actividade laboral servindo os mercados nacionais que foi evoluindo até ser substituída pelos restaurantes de comida chinesa numa segunda fase. Foram-se expandindo para a venda a retalho de roupa e produtos baratos não-étnicos fabricados na China, não só a nível nacional mas também europeu. Alguns deles investiram no negócio de importação-exportação e na venda a grosso. Outros passaram a investir no sector industrial dos têxteis, produtos em couro (sapatos, roupa e acessórios), ambos associados à sua região de origem, e outras pequenas indústrias de produtos de conveniência/consumo. A disponibilidade de mão-de-obra barata, juntamente com a mobilização eficaz dos fundos de capital, permitem aos empresários que o investimento em actividades de industrialização seja uma realidade. Nalguns casos passam do comércio para a indústria e noutros entram directamente no sector industrial, com a experiência já adquirida no país de origem onde têm negócios similares – é o caso dos chineses de Wenzhou, província de Zhejiang.

Assim, actualmente, os empresários migrantes chineses encontram-se no sector dos serviços, estando a maioria na restauração – esta sofreu uma mudança de estratégia causada pela saturação do mercado de restaurantes de comida chinesa que passou pela reconversão em restaurantes de comida japonesa por esta estar ‘na moda’ e ter grande sucesso no resto da Europa –, na venda a retalho e grossista de artigos de pronto-a-vestir e de artigos utilitários baratos, mas também na indústria. Esta realidade acabou por fazer com que houvesse uma segmentação étnica no trabalho por conta própria, situação que já acontecia com o trabalho por conta de outrem. No início do século XXI, os negócios dos migrantes chineses no sul da Europa dependem de frequentes contactos com a China e com outros países de acolhimento onde se encontram outros migrantes chineses e com os quais partilham as mesmas redes.

Também é de referir uma nova actividade empresarial que se tem vindo a verificar em Espanha que é o trespasse de pequenos negócios, especialmente bares tradicionais, que perante a falta de substituição geracional e a expectativa de encerramento, optam por cedê-los a novos proprietários chineses que não alteram com marcadores étnicos os negócios, trocando unicamente os trabalhadores (Beltrán Antolín, 2006) nacionais por trabalhadores co-étnicos.

Ainda que a maioria dos migrantes chineses esteja ligada à actividade comercial e industrial, existem também profissionais qualificados – advogados, tradutores, contabilistas – que oferecem serviços especializados e são muito úteis à maioria dos empresários chineses que assim se pode concentrar nas suas competências essenciais.

Não obstante esta situação de trabalho na economia étnica caracterizar a maioria dos migrantes chineses, a maioria como empregados e outros como empregadores, a partir da viragem do século XX para o século XXI, o novo fluxo migratório proveniente do nordeste da China, sobretudo para Espanha e Itália, uma vez que em Portugal o seu número é (ainda) insignificante, tem características próprias que o distingue dos restantes. Estes migrantes chineses têm um nível educacional mais elevado, vêm de zonas urbanas, têm experiência de trabalho em fábricas, não vêm inseridos em redes sociais e não se encontram a trabalhar para os migrantes chineses mais antigos que são provenientes sobretudo de Zhejiang mas também de Fujian. Excepto no caso das fábricas de chineses, procuram trabalho nos mercados laborais nacionais, na indústria no caso de Itália e em Espanha na construção, indústria e hotelaria. A acrescentar a este fluxo migratório, alguns chineses das regiões de origem tradicionais que continuam a deslocar-se para o sul da Europa estão a procurar também trabalho no mercado laboral espanhol, situação resultante do excesso de oferta de mão-de-obra face à procura e necessidade dos negócios dos migrantes chineses.

Comparados com outros migrantes, os migrantes chineses têm maior propensão para serem trabalhadores por conta de outrem. Apesar da desvalorização da actividade comercial na China, há um grande número de migrantes chineses trabalhadores por conta própria no sul da Europa. O seu aumento, verificado desde a última década do século XX, coincide com o desenvolvimento económico da China em geral e em particular com o aumento da produção industrial na China.

É um facto que os migrantes chineses têm uma forte propensão para o trabalho por conta própria e para a actividade empresarial. Porém, não são só as características culturais/étnicas que contribuem para isso. Há várias razões que explicam a opção dos migrantes chineses pelo trabalho por conta própria, como motivos económicos e psicológicos – lucro, propensão para o risco, espírito aventureiro, acesso a informação e conhecimento e desejo de inovação. As características situacionais, tais como a sua estratégia, desvantagens encontradas, como ambientes hostis, o nível de rendimentos, o contexto de recepção, tais como políticas governamentais (exclusão, passivas ou encorajadoras), o enquadramento legal, as condições do mercado de trabalho, influenciam a iniciativa empresarial dos migrantes chineses. Assim, os migrantes chineses estão perante um conjunto de factores positivos e negativos que determinam o modo como se incorporam. Portanto, os resultados são inevitavelmente plurais. Acontece que em Itália, Espanha e Portugal a incorporação no mercado de trabalho dos migrantes chineses tem características muito semelhantes, devido ao facto de haver coincidência entre várias características situacionais, o que leva a resultados não necessariamente iguais mas idênticos, sobretudo entre Itália e Espanha.

Não obstante o risco associado ao trabalho por conta própria, este proporciona independência e satisfação pessoal. Os migrantes chineses estão dispostos a correr esse risco para conseguirem melhorar o nível de vida da sua família.

No caso dos migrantes chineses no sul da Europa, ao contrário do que acontece noutros contextos, não são dificuldades de acesso ao mercado de trabalho do país de acolhimento, tais como desemprego, discriminação – como na América do Norte em que uma elevada propensão para o trabalho por conta própria por parte dos migrantes chineses ficou a dever-se à discriminação de que eram alvos nas primeiras décadas do século XX –, crises económicas, acesso difícil a *good jobs* que os leva a arriscar num emprego por conta própria mas sim por considerarem-no como uma oportunidade.

O típico percurso laboral dos migrantes chineses tem grandes semelhanças nos três mercados de trabalho em questão. Primeiro, vem um indivíduo, sobretudo homem e casado, que começa a trabalhar na economia étnica, nos negócios que os seus conterrâneos haviam anteriormente iniciado: na restauração, comércio ou indústria. Depois de conseguir ter algumas poupanças, fruto de uma vida frugal sem consumos supérfluos e com trabalho árduo de longas horas, chama a sua mulher que também vem

para trabalhar. Esta vem para trabalhar também para um patrão étnico ou vem para que seja iniciado um negócio próprio, com a experiência adquirida no trabalho por conta de outrem, com o esforço de vários membros da família e amigos e com eventuais empréstimos étnicos. Mais tarde, quando já têm condições económicas que consideram suficientes, mandam vir os filhos, em idade para trabalhar ou ainda crianças que ficaram na terra natal ao cuidado dos avós e estes, em alguns casos, também vêm para cuidar das crianças. Posteriormente, com o sucesso da empresa familiar e o pagamento das eventuais dívidas, o capital disponível é utilizado para a expansão e diversificação dos negócios mas há uma parte que é investido na educação dos filhos.

Perante a caracterização da estratégia empresarial chinesa, conclui-se que são um exemplo de *spin-off* em que os empresários que criam novas empresas, de um modo geral, trabalharam anteriormente numa outra empresa de membros do seu grupo étnico e são por eles apoiados. Muitas das vezes pertencem à mesma família. Este apoio é muito importante para o sucesso do negócio e permite, de forma eficaz, ultrapassar o défice cultural e técnico, a falta de experiência global na actividade e no sector, a falta de apoio institucional e, muitas vezes, a falta de ajuda financeira. (Ferreira & Mortágua, 2005)

Para além destes empresários migrantes chineses que previamente passaram por um período de trabalho por conta de patrões étnicos, há também um outro tipo de empresários que inicia a sua actividade empresarial desde a chegada à sociedade de acolhimento no sul da Europa, uns vindos directamente da China – empresários grossistas/exportadores bem sucedidos ou fabricantes na China – outros empresários chineses que reemigraram, sobretudo de países europeus. Os argumentos principais são a procura de mais oportunidades de negócios e evitar a concorrência noutros mercados.

Por ser difícil obter visto ou autorização de residência nos países europeus, os empresários chineses tendem a escolher países onde seja mais fácil, como tem sido o caso dos países do sul da Europa onde desde a década de 1980 se têm registado vários processos extraordinários de regularização. Assim, muitos empresários chineses escolheram o sul da Europa como o primeiro passo para entrar no mercado europeu e outros que já se encontravam na Europa apressaram-se para o Sul e aí estabeleceram os seus negócios com vista à obtenção de autorização legal de residência, ficando assim regularizados dentro da União Europeia. Como já referido, estes fluxos migratórios chineses para o sul da Europa estão enquadrados tanto nos movimentos

migratórios inter-continentais como nos intra-europeus; por um lado, por registar-se um aumento do volume do fluxo migratório directo da República Popular da China e por outro, pelo facto de os migrantes chineses se deslocarem de Norte para Sul dentro da Europa, tendo a livre circulação dentro do espaço Schengen vindo a facilitar os negócios dos migrantes chineses.

Embora as políticas de imigração nos países do sul da Europa tenham tido muita influência na presença de empresários migrantes chineses, aquelas não têm favorecido a entrada de capital estrangeiro nem a actividade empresarial migrante mas não foi por isso que eles deixaram de estabelecer negócios.

Apesar dos processos de regularização ajudarem a emergir a mão-de-obra dependente, em situação irregular, num dado momento, como passo prévio e necessário para o trabalho autónomo, a irregularidade jurídica não tem sido impedimento para o investimento de capital e gestão de uma empresa. Muitas vezes os migrantes chineses recorrem a pessoas que cumpram os requisitos necessários como titulares da propriedade de um negócio e que emprestam o seu nome enquanto o investidor-empresário regulariza a sua situação jurídico-administrativa perante a legislação vigente.

As altas taxas de trabalho por conta própria sugerem que este é muito relevante em geral e também para os migrantes. Esta situação está sem dúvida relacionada com a grande parcela de informalidade das economias. O sector informal relativamente significante funciona como atracção de imigração, sendo visto como uma oportunidade. Para além disso, também existem evidentes semelhanças entre a economia informal e os negócios étnicos: empresas familiares, redes sociais, utilização de trabalhadores indocumentados nas empresas de pequena dimensão e baixos níveis de conflito entre empregadores e empregados. Também em relação à estrutura das empresas chinesas pode dizer-se que esta partilha semelhanças com as empresas em geral no sul da Europa. A maioria das empresas de migrantes chineses são de pequena e média dimensão e a vertente familiar é uma constante. Esta característica não é diferente das restantes empresas que, em grande parte, são de pequena e média dimensão e para as quais as relações familiares têm um peso considerável e um papel muito activo, tanto no processo da sua criação como no seu desenvolvimento.

A expansão económica no sul da Europa e as oportunidades disponíveis em vários nichos de mercado parecem ter levado ao aumento do empreendedorismo chinês. Apesar dos negócios dos chineses também sofrerem com a actual crise económica, havendo menor poder de compra, beneficiam com ela uma vez que a procura de produtos mais baratos tem sido crescente porque agora conta com aqueles que até então não o fazia.

Outras razões pelas quais muitos empresários chineses estão estabelecidos nos países do sul da Europa passam pela existência de um grande mercado de procura, boa ligação aos países vizinhos, grau de concorrência baixo e existência de redes sociais.

A aposta dos migrantes chineses na actividade empresarial não pode deixar de ser associada à solidariedade étnica, nomeadamente os recursos monetários disponíveis, tudo isto inserido numa lógica de redes sociais. Por vezes, o apoio do grupo étnico pode-se apresentar como um possível constrangimento das expectativas de desenvolvimento de uma actividade por conta própria. Contudo, sem este apoio co-étnico o migrante chinês dificilmente conseguiria optar pela via do trabalho por conta própria.

Dentro dos nichos económicos chineses existe uma hierarquia de negócios cuja gradação se estabelece basicamente em função do capital inicial de investimento e da mobilização do capital que requer a empresa para realizar as suas operações. A posição mais baixa da escala é ocupada pelas fábricas de confecção, seguem as lojas de produtos utilitários, sapatarias e outro tipo de actividades comerciais a retalho, depois os restaurantes de comida chinesa – a posição tradicionalmente denominada como ‘aristocracia’ pelo prestígio que implicava a sua propriedade. Acima dos restaurantes encontram-se os armazéns de venda a retalho que só são superados pelas empresas grandes de importação/exportação e também pelas empresas imobiliárias. (Beltrán Antolín, 2006)

O capital necessário para o início do negócio inclui as despesas com o arrendamento do espaço, o equipamento necessário, a compra de mercadorias – apesar de muitas vezes só serem pagas após a venda – a outros empresários chineses (sobretudo da mesma província de origem), no país onde o empresário se encontra incorporado ou num dos outros países do sul da Europa, em outros países europeus, principalmente em França, e na China. No caso de negócios de pequena dimensão,

muitas vezes os empresários abastecem-se junto de conterrâneos seus no sul da Europa e França, uma vez que é menos dispendioso do que comprar directamente da China.

Este capital financeiro necessário para o início da actividade empresarial é obtido através das suas poupanças ou das poupanças de amigos e da família que fazem um empréstimo. No caso do percurso típico dos empresários chineses no sul da Europa, o habitual é que o capital se acumule graças ao esforço de vários membros da família mediante o trabalho assalariado durante um considerável período de tempo. Portanto, normalmente trabalham vários anos para co-étnicos antes de iniciarem a aventura empresarial. Porém, nem sempre é assim. Muitas vezes, os migrantes chineses recorrem aos indivíduos que fazem parte das suas redes sociais, a fim de lhes disponibilizarem recursos monetários. Desta forma, ao contrário do que normalmente acontece com os migrantes em geral, no caso dos migrantes chineses a dificuldade no acesso ao crédito não se apresenta como um obstáculo ao empreendedorismo.

A obtenção de capital pode ser conseguido directamente de um determinado indivíduo mas normalmente passa por um conjunto de indivíduos que se associa para esse fim, entre os quais tem necessariamente de existir confiança. Desta forma, vários indivíduos emprestam dinheiro para que determinado indivíduo possa disponibilizar de capital para iniciar o seu negócio. Uma dessas formas é designada de ‘crédito rotativo’ que consiste na contribuição de vários indivíduos para a constituição do valor monetário necessário. Este mecanismo é repetido de forma contínua em igual número de ‘associados’, até que todos tenham oportunidade de usufruir desse mecanismo.

«O crédito rotativo consiste, segundo os nossos entrevistados, na reunião de um conjunto de ‘sócios’, que têm de ser sempre os mesmos, e em que nenhum pode ‘falhar’. Estes ‘sócios’ que, vamos admitir, sejam 10, colocam sobre a mesa 100 contos cada um, o que perfaz um total de 1000 contos. Todos eles propõem uma taxa de juro que pretendem pagar à colectividade pelos 1000 contos; quem der a taxa de juro maior leva nesse mês o dinheiro, tendo de pagar somente a respectiva taxa sobre 100 contos a cada um dos restantes 9 elementos. Se admitirmos que a taxa de juro foi de 10% então ele terá de pagar a cada um dos outros 10 contos, num total de noventa contos. Este elemento só poderá novamente requisitar dinheiro passados 10 meses, momento a partir do qual tudo recomeça. Terá, também, de pagar o jantar dessa noite a todos os ‘associados’. A vantagem deste ‘crédito rotativo’ é a possibilidade de, com um investimento reduzido, poder dispor de uma quantia mais avultada para fazer frente a qualquer necessidade urgente.» (Costa, 2002: 677)

Os sistemas de crédito chineses podem abranger os familiares e amigos que estão no mesmo país de acolhimento, os que se encontram a residir noutros países de acolhimento mas também os que estão na China, estando aqui evidente a solidariedade étnica existente e o cumprimento da reciprocidade numa lógica transnacional.

É um mecanismo que garante, salvo raras exceções, o pagamento das dívidas, caso contrário, o infractor teria graves problemas no relacionamento com co-étnicos. Como afirmou um empresário chinês no estudo realizado por Gonçalves (2001),

«Isso não é uma dívida mas sim um código. É um código entre este povo. [...] Porque isto é uma espécie de código, como eu falei, e como alguém fez um favor e como esse favor não é devolvido os que têm conhecimento do caso podem, na comunidade, condenar estes factos. E se depois uma pessoa é condenada dentro da comunidade é uma pessoa muito mal vista (...) Perde a face.»

Os co-étnicos também representam uma clientela para o negócio apesar de os empresários chineses não pretenderem dirigir-se só a clientes co-étnicos mas preferencialmente ao mercado nacional.

Quando os comerciantes migrantes chineses acumulam mais recursos, aproveitam os recursos das redes às quais pertencem e constroem redes de negócios mais amplas e reúnem bastante experiências e informações de mercado, antes de gradualmente deslocarem-se para actividades industriais e de produção, por iniciativa própria ou em parcerias com os membros da família ou parentes (Yin, 2003).

O mercado étnico assente em redes que proporcionam informações e contactos, quer com o local de origem quer com migrantes chineses em outros países, são fonte de mão-de-obra e de fornecedores. Desta forma, as redes sociais tornam-se de facto imprescindíveis para os empresários migrantes chineses no Sul da Europa. O guanxi que existe entre os indivíduos permite-lhes desenvolverem os seus negócios em colaboração uns com os outros e não se vêem como concorrentes. O bom funcionamento das redes e o elevado nível de cooperação existente no seu seio contribuem para o sucesso das empresas. O facto de serem provenientes da mesma localidade implica por si só cooperação. Trabalham em cooperação e não em concorrência. Esta é considerada prejudicial para todos. Isso é evidente na estratégia concertada de dispersão. Quantos mais são, mais dispersos estão. A informação relativa a fornecedores, assim como

a formação de grupos ocasionais para ir buscar mercadoria em conjunto aos fornecedores num camião T.I.R. (Gonçalves, 2001), juntando assim esforços para poupar. Mais uma vez, é visível a importância que os migrantes chineses atribuem à harmonia, neste caso nos negócios.

A importância dos valores sociais ou a atitude empresarial, família chegada e ligações de confiança permite aos migrantes chineses competirem com sucesso nos negócios. A tradição étnica e familiar parecem ter um grande impacto no empreendedorismo.

Segundo Wang (1990), circunstâncias históricas, políticas, sociais e culturais, criaram uma próspera «overseas Chinese merchant culture» que sustenta e motiva os comerciantes que na hierarquia social tradicional chinesa, eram desprezados. No entanto, fora da China, a classe comerciante tem articulado um conjunto de valores que não nega o sistema de valores chinês tradicionalmente defendido pela classe letrada. Neste contexto, a família é considerada a unidade central da competição económica, crê-se na frugalidade, honestidade, lealdade, confiança e no trabalho árduo e organizam-se em torno da defesa, protecção, bem-estar e filantropia para defender os seus interesses comuns.

Os empresários migrantes chineses preferem trabalhar com co-étnicos, de preferência da mesma família, clã, localidade de origem ou dialecto, por várias razões. Consideram que trabalhando com pessoas com quem partilham uma afinidade assegura-lhes lealdade, confiança e dedicação e ajuda a criar uma relação paternalista entre trabalhadores e patrão, o que contribui para que haja harmonia na empresa que por sua vez é necessária para que haja estabilidade e sucesso. A lealdade e a confiança são premiadas, em detrimento do desempenho e dos resultados. Para além disso, facilita a comunicação interna.

O factor étnico é realmente muito importante para o sucesso e facilitação dos negócios. A utilização de mão-de-obra co-étnica e sobretudo familiar faz com que o dinheiro auferido (em muitos casos inferior ao valor da contribuição) pelos trabalhadores seja somente uma parte do salário. O alojamento e a alimentação ficam a cargo dos empregadores. Esta situação faz com que os custos com o negócio sejam mais baixos e desta forma todos contribuem para uma progressão no sucesso dos

negócios que é vista como benéfica para todos. Aqui está bem visível o conceito de colectivismo muito presente na cultura chinesa dos migrantes.

Apesar da implantação dos negócios estar assegurada através de uma rede de contactos co-étnicos e estar sustentada por uma mão-de-obra quase exclusivamente familiar, mais recentemente tem-se assistido no comércio à contratação de trabalhadores não co-étnicos, como estratégia para contornar o problema associado à fraca aprendizagem da língua do país de acolhimento e facilitar a comunicação com a clientela.

A partir das suas actividades comerciais consolidadas, os empresários migrantes chineses diversificam as áreas de investimento, de modo a reduzir o risco.

Nesse sentido, os empresários migrantes chineses optam também por investimentos em diversos países. Assim, em caso de uma eventual adversidade, em vez de optarem pela reestruturação do negócio, optam por desviar os investimentos para outras áreas de negócios ou para outras economias em alta conjuntura. (Luk & Fong, 2007) Esta rápida resposta a eventuais adversidades externas é possível devido à eficácia das redes de migrantes chineses.

O sucesso (ou insucesso) dos migrantes chineses não depende somente das suas motivações, das suas capacidades e dos recursos que trazem consigo. O sucesso dos negócios dos empresários migrantes chineses nos países de acolhimento fica a dever-se a um conjunto de factores que se interligam e que variam consoante o tempo e o espaço. Um deles tem a ver com o facto de terem a sua própria ordem, através da criação de uma cadeia de organizações informais, tais como sociedades de ajuda mútua em cada local de fixação que apoiam os recém-chegados, nomeadamente através de apoio monetário, e de redes que suportam e desenvolvem os seus interesses. É um facto que o processo de globalização dos seus negócios esteja directamente relacionado com a flexibilidade e maleabilidade das suas redes de negócios transnacionais. Este sucesso fez com que, hoje em dia, os negócios de empresários chineses espalhados por todo o mundo já tenham um papel muito importante numa economia (cada vez mais) global. Também, esse sucesso tem, tanto para a China como para os países de acolhimento, um valor inestimável que não é de todo descurado pela China e que deve ser mais bem aproveitado pelos países de acolhimento.

O sucesso das empresas de migrantes chineses é claramente evidente. Contudo, não obstante as vantagens que o modelo empresarial chinês tem, também tem desvantagens. Esta organização empresarial muito própria pode, muitas vezes, não ter os resultados esperados, uma vez que nem sempre os membros da família são as pessoas indicadas, em termos profissionais, para as posições que ocupam. Nascer e fazer parte de determinada família não é garantia de sucesso profissional. Outros aspectos menos positivos são a centralização do poder decisório e a resistência à inovação. (Mortágua, 2008)

III.3.2. A relevância das redes sociais e do capital social

Uma característica muito vincada dos migrantes chineses diz respeito ao funcionamento em rede que tem as suas raízes nos tempos mais remotos em que a emigração chinesa começou, no primeiro destino que foi o sudeste asiático. Como anteriormente abordado, já os primeiros emigrantes chineses que chegaram ao sudeste asiático viviam relacionados uns com os outros, desenvolvendo a sua vida de forma interligada (*vide* II.1). Essa prática foi ela própria ‘exportada’ juntamente com os emigrantes chineses. Os comerciantes tradicionais estavam incorporados em redes de negócios em vez de trabalharem individualmente. Os comerciantes foram sempre reconhecidos como fazendo parte de um grupo mais alargado – uma coligação comercial. O reconhecimento social dos comerciantes nas dinastias Ming (1368-1644) e Qing (1644-1912) foi baseado no seu local de origem, ou em que negócio é que estavam, e não tanto em quem eles eram de modo individual.

«Merchants from *Jin* region of China (Shanxi) would be *Jin* merchants and were embedded in the *Jin* merchants’ networks; and merchants who traded tea would be tea merchants and were embedded in the tea traders’ networks.» (Chung, 2005: 300)

Como parte de um grupo, era esperado que os comerciantes fossem cooperantes e não competitivos entre si. Regras e regulamentos eram definidos por associações que

eram formadas por comerciantes da mesma região e por comerciantes que tinham o mesmo negócio. Grande concordância era esperada e necessária como uma forma de garantir a estabilidade do comércio particular. Não importava o quão bem sucedidos eram os comerciantes, deviam ser subordinados e obedecer à rede à qual pertenciam. Desta forma, as redes ampliavam as oportunidades de negócio e por outro e mais importante, estabilizavam os negócios. Ajudando a maximizar a utilização das oportunidades, também promoviam a cooperação entre aqueles que estavam ligados.

Embora tenha aspectos menos positivos, no início do século XXI as redes sociais continuam a ter um papel primordial para os migrantes chineses que chegam ao sul da Europa. A própria incerteza associada à condição de migrante faz com que os migrantes tendam a reforçar os laços sociais com indivíduos co-étnicos.

As redes sociais contribuem para a forma como os migrantes chineses se incorporam nos países de acolhimento e também para a perpetuação da sua consciência identitária muito própria, sendo que todos os chineses têm uma abordagem chinesa dos factos humanos, espirituais e materiais. A estratégia dos migrantes chineses está inserida numa lógica de pertença a redes sociais que lhes permite serem autónomos em termos económicos, laborais e habitacionais, sem recorrerem às instituições do país de acolhimento. É dentro das redes que os indivíduos circulam, tanto ao nível de empregos, como de formação de negócios, no novo local de acolhimento. As redes sociais são fundamentais para a circulação de bens e serviços, bem como fonte de informação contínua, intercâmbio e divulgação.

Logo no momento da chegada, perante as inerentes dificuldades iniciais, concretamente na obtenção de trabalho e de alojamento, assim como na obtenção de informações necessárias, os migrantes chineses mais antigos solucionam de forma fácil esse problema, encaminhando-os para locais e ocupações específicas, começando o migrante a trabalhar numa empresa co-étnica e a alojar-se, num primeiro momento, numa habitação de co-étnicos. Desta forma, os migrantes chineses recém-chegados beneficiam da presença de conterrâneos seus, tornando menos difícil o próprio impacto da emigração e também o contacto com uma sociedade diferente, sobretudo superando as dificuldades em falar a língua do país de acolhimento. Também ajuda na superação de constrangimentos económicos iniciais. Porém, ao definirem as estratégias dos novos migrantes, uma vez que estes são encaminhados para determinados locais e para

determinadas ocupações laborais ou mesmo negócios, as redes constroem a mobilidade para outras áreas diferentes.

Verifica-se então uma forte concentração dos migrantes chineses em determinados sectores económicos – restauração e comércio – mas também, essa concentração, faz com que os migrantes recém-chegados não tenham de passar pelo desemprego numa fase inicial. Os casos de desemprego no seio dos migrantes chineses no Sul da Europa são praticamente inexistentes, o que vem contrariar a tendência nacional e da imigração em geral, registada nos últimos anos, apesar de em Espanha se ter começado a registar um aumento do número de desempregados chineses, fruto do fluxo imigratório proveniente do nordeste da China.

É necessário acrescentar que esta situação se coloca para os migrantes chineses oriundos dos tradicionais locais de origem dos que se encontram no sul da Europa – Zhejiang e Fujian –, e não para o mais recente fluxo de migrantes chineses oriundos do Nordeste que, dada a sua ‘tenra idade’, não incorpora (ainda) redes. Estes novos migrantes chineses são, muitas vezes, confrontados com hostilidade por parte dos migrantes chineses que se encontram instalados há mais tempo e que os olham com desconfiança. Consequentemente, ao contrário do que acontece com os migrantes chineses oriundos das regiões de origem tradicionais para o sul da Europa, deparam-se com o desafio de encontrar trabalho e alojamento numa terra estrangeira.

É nas redes sociais que as relações baseadas no local de origem, parentesco e dialecto são úteis na criação de guanxi. Desta forma, as afinidades culturais podem ser facilitadoras do processo de desenvolvimento das redes.

A importância da confiança e da reciprocidade mútua na rede são imprescindíveis para que o oportunismo seja evitado e para que se promova o bem geral da rede. Ninguém numa teia de relacionamentos chinesa é insignificante, e não prestar atenção a um membro – até mesmo alguém que não se conheça pessoalmente – pode implicar riscos de desestabilização da rede social como um todo (Chen, 2001). Apesar dos contactos cara-a-cara serem muito valorizados, só pelo facto de estarem ligados a determinadas redes, existe confiança entre co-étnicos que não se conhecem pessoalmente. Isto fica a dever-se ao elevado grau de experiência e especialização dos seus membros e à sua cultura baseada no sistema de valores chinês. O elemento confiança desenvolve-se naturalmente, protegendo cada membro da rede dos efeitos

negativos de factores exógenos. A reciprocidade existente entre os indivíduos faz com que uma vez criadas, as redes tendem a acompanhar os indivíduos ao longo da sua vida.

As redes ajudam a gerar e enriquecer o capital social entre os migrantes chineses. O capital social só é acessível dentro e através das redes, contrariamente ao capital físico (ferramentas, tecnologia) e humano (educação, habilidades), por exemplo, que são, essencialmente, propriedade dos indivíduos. Através do capital social, as extensas redes reforçam as suas ligações de modo a capacitar o seu nível de influência. Num mundo marcado pela globalização, a formação do seu capital social sobressai.

Provavelmente devido ao bom funcionamento das redes sociais e do valor central da família para os migrantes chineses no sul da Europa e as suas características próprias, a participação em associações não tem grande expressão e estas têm pouca relevância, contrariamente ao que acontece, por exemplo, na América do Norte e no Sudeste Asiático.

Antes de abordarmos a importância das redes sociais para o empreendedorismo chinês, torna-se necessário fazer uma ressalva. Sendo que para os chineses não existe uma separação clara entre a vida profissional e a vida pessoal, o que faz com que seja necessário desenvolver *guanxi* antes de se começar a desenvolver parcerias profissionais e empresariais, não se torna necessário nem faz muito sentido usar a designação ‘rede de negócios’ ou ‘redes de empresas’. É mais correcto utilizar a designação ‘rede’ ou ‘rede social’ que é uma estrutura que por si só abarca todas as relações baseadas no parentesco, clã, local de origem, dialecto, cultura, e outros denominadores comuns entre indivíduos com vista a interesses comuns, incluindo aspectos económicos.

Nos últimos anos, vários investigadores têm destacado a importância das redes sociais no sucesso dos negócios de migrantes chineses em diversos países.⁴

Quando comparados com outros migrantes ou com os autóctones, os empresários migrantes chineses no sul da Europa contam com um conjunto de recursos – capital humano, financeiro, social e cultural – e de normas e valores culturais que os diferencia. Para além dos recursos, há também uma diferenciação nas suas actividades, não havendo concorrência directa, com excepção para o caso da produção de artigos de vestuário, sapatos e acessórios em couro em Itália.

⁴ Vide Chen (2000), Faist (2000), Kiong & Kee (1998), Peng (2000), Perkins (2000), Salaff & Wong (2006).

Os empresários migrantes chineses já estabelecidos no sul da Europa são muito importantes para os recém-chegados, funcionando como bons exemplos a seguir, facto que fica a dever-se ao seu bom desempenho. Uma vez não inseridos nas redes sociais, o seu sucesso não seria certamente possível. O capital social à sua disposição é de facto indiscutivelmente valioso, representa uma mais-valia, podendo ser transformado em capital financeiro. Apresenta-se como um factor de sucesso. Essa pertença proporciona-lhes condições vantajosas em relação a outros migrantes e mesmo à população autóctone.

As redes que sustentam os empresários migrantes chineses permitem-lhes a implantação de um negócio com relativa facilidade e rapidez. Têm um papel activo no processo de criação de um negócio próprio na informação de oportunidades de negócio e acesso aos mercados, como fornecedoras de recursos, através da concessão de empréstimos monetários, do *know-how* necessário para o início da actividade (tornando o risco de investimento menor), na obtenção de mão-de-obra co-étnica trabalhadora e disciplinada (disposta a trabalhar por salários mais baixos e mais horas), da oferta de informação nomeadamente de contactos de fornecedores e de associações empresariais.

Contribuindo para uma gestão estável e consistente, o alto nível de reciprocidade e ajuda existentes nas redes podem ser vitais para capacitar o empresário para eventuais adversidades. Sendo que as empresas de migrantes chineses funcionam em rede e estão necessariamente interligadas, o risco de uma má decisão seria prejudicial a todos. Portanto, há a clara consciência por parte dos empresários que o sucesso do 'outro' é benéfico em termos colectivos. Esta forma de 'capital social' torna-se a competência principal da empresa e a distinta vantagem competitiva levando ao alto desempenho. (Luo & Chen, 1997).

As redes sociais são importantes no desenvolvimento de iniciativas empresariais mas ao mesmo tempo também podem levar ao constrangimento da escolha do sector a investir. Provavelmente se existissem apoios e incentivos institucionais nos países de acolhimento aos migrantes que pretendem iniciar uma actividade empresarial, esta segmentação étnica do mercado de trabalho não seria tão acentuada.

Dentro das redes, os empresários migrantes chineses manufacturam, transportam, distribuem e vendem os produtos aos compradores, que tanto podem ser o cliente final

como comerciantes que depois revendem. Até chegarem ao cliente final, os produtos passam por uma rede de indivíduos todos chineses, desde a sua origem.

Outra vantagem inerente ao apoio das redes é o facto de, através delas, os empresários estarem muito menos dependentes das oportunidades do mercado de trabalho autóctone e por isso menos vulneráveis às flutuações económicas, tendo em conta que conseguem empreender e, assim, acumular capital mais rapidamente.

Através destas redes, os empresários chineses penetram inteligentemente nos mercados do sul da Europa, mobilizando capital e mão-de-obra e ocupando os nichos de mercado mais lucrativos. Operando num grau significativo dentro das suas próprias redes, conseguem minimizar os custos de transacção, como sejam os custos com a aquisição de informação, com a realização de contratos, com a gestão de eventuais conflitos a nível contratual e processos judiciais, ter acesso ao crédito comercial e reduzir o risco.

Na base destes recursos que permitem e estimulam o progressivo aparecimento de negócios de migrantes chineses em Itália, Espanha e Portugal, podemos encontrar redes sociais onde existe uma forte solidariedade étnica, e onde a rectidão e a confiança são determinantes, e funcionam como mobilizadoras de recursos, garantindo o sucesso de todos os indivíduos. Também, a existência de extensas redes de circulação de informação, de lealdade e de confiança mútua surge como um trunfo para o desenvolvimento empresarial.

Ao contrário da cultura ocidental de negócios baseada na transacção, os negócios de empresários chineses são baseados na relação inter-pessoal. No contexto dos negócios chineses, as relações entre pessoas são uma forma de capital social, própria dos homens de negócios e associada às empresas que eles dirigem. Enquanto no Ocidente um homem de negócios bem sucedido é designado de ‘rico’, no contexto chinês é descrito como ‘bem relacionado’. Este fenómeno levou o *The Economist* a descrever guanxi como «the chief asset» da maioria das empresas chinesas (Chen, 2001:45).

Não existem regras específicas que dividam a condução dos negócios dos assuntos pessoais. Um relacionamento de negócios de sucesso entre empresas chinesas começa com o estabelecimento de um vínculo pessoal entre os gestores principais das empresas e baseia-se em seguida na manutenção cuidadosa destes vínculos pessoais.

Porém, o estabelecimento de relações pessoais (em vez de relações institucionais) pode criar problemas para a empresa, no momento em que um dirigente deixe de fazer parte dela, uma vez que a rede de relações não passará para o seu substituto.

Nos negócios, *guanxi* são relações que se estabelecem entre as pessoas e não entre as empresas e que têm um papel primordial, proporcionando oportunidades de negócio e parcerias, facilitando a realização dos negócios, nomeadamente reduzindo os custos de transacção, ao mesmo tempo que protegem cada membro da rede dos efeitos negativos de factores exógenos. Podem significar o sucesso ou o fracasso do empresário.

III.3.3. As práticas e relações transnacionais

De acordo com o que se apurou na I Parte (*vide* I.5), estudos mostram que alguns grupos de migrantes se envolvem em actividades de redes transnacionais mais do que outros, que alguns migrantes não participam de tais actividades em todos os grupos, e que existem grandes variações na forma e intensidade das actividades transnacionais em todos os grupos étnicos.⁵ Acontece que os migrantes chineses espalhados pelo mundo são, sem dúvida, dos que mais desenvolvem relações e práticas transnacionais.

A dinâmica proporcionada pela globalização em conjunto com as alterações político-económicas verificadas na China, fizeram com que a partir dos anos 1980 houvesse alterações às práticas e relações transnacionais que os migrantes chineses já tinham e também têm tido um papel muito importante como facilitadoras do surgimento de novas. De modo particular, a emigração chinesa tem-se caracterizado pelo não abandono completo dos laços com a China, não obstante as dificuldades existentes até às reformas de Deng Xiaoping em 1978 e das políticas dos países de destino, através de visitas, contactos telefónicos e ligações de negócios.

Passou-se a poder manter fortes ligações com o país de origem, ao nível económico, como político, social ou cultural. Se bem que não seja a maioria, muitos migrantes chineses passaram a optar por desenvolver determinadas actividades no país de acolhimento, ao mesmo tempo que mantêm ligações regulares e duráveis com o país

⁵ *Vide* Bagwell (2006), Dodd & Patra (2002), Ghosh & Wang (2003), Hiebert & Ley (2003), Nolin (2004), Stiles & Galbraith (2003), Wong & Ng (2002).

de origem e outros que para além destas também mantêm ligações com migrantes chineses que se encontram noutros países de acolhimento.

As redes de cariz transnacional são de crucial importância para os migrantes chineses que se apoiam nelas, desde a própria decisão de emigrar, para que destino e muitas vezes proporcionando o capital monetário necessário para a viagem.

Diferentes tipos de práticas e relações transnacionais abrangem um vasto leque de actividades diversificadas, como sejam as visitas ao país de origem; manutenção de redes sociais com a família, amigos e parceiros no país de origem, facilitando a adaptação e incorporação dos recém-chegados co-étnicos no país de acolhimento (através do envio de remessas, informações e outros recursos para potenciais e conhecidos emigrantes), fornecendo apoio financeiro; obtendo e disseminando informação; recrutando mão-de-obra co-étnica.

No presente, as práticas e relações transnacionais dos migrantes chineses em geral e em particular dos empresários têm implicações importantes no desenvolvimento tanto do país de origem como nos países de acolhimento. Em primeiro lugar, este ‘estilo de vida’ tem necessariamente implicações no modo como os migrantes chineses se incorporam nas respectivas sociedades de acolhimento. Presentemente, muitos dos migrantes chineses no sul da Europa já não se incorporam de forma permanente. Os que mantêm relações e práticas transnacionais são cada vez mais representativos. Estão inseridos em redes que incluem co-étnicos na China e outros que estão estabelecidos noutros países, onde se deslocam frequentemente, por motivos sociais, culturais, políticos ou culturais. Com a transferência de conhecimentos, investimento e recursos, e com o papel que podem desempenhar como edificadores de pontes, com o seu conhecimento da cultura chinesa, do mercado do país de destino e de ambas as línguas, indiscutivelmente contribuem para o desenvolvimento económico tanto da China como dos países em que se encontram incorporados.

Com a globalização, muitos empresários migrantes chineses passaram a transnacionalizar os seus negócios. Alguns dos que investiam na restauração étnica ou em pequenas lojas de produtos utilitários e vestuário expandiram os seus negócios ou passaram a investir em empresas de produção e distribuição, apostando em força em sectores de manufactura e venda a retalho.

O empreendedorismo chinês de cariz transnacional no sul da Europa está crescendo rapidamente com o fluxo de migrantes e a ascensão da China na economia global. Redes que cruzam fronteiras e a facilidade de comunicação e de deslocação permitem aos empresários migrantes chineses mobilizar recursos em vários locais e manter relações e práticas transnacionais.

No desenvolvimento da sua actividade comercial, o empresário chinês mantém relações com a China, com outras empresas chinesas que se encontram na Europa e com outros empresários no Sul da Europa. Este elevado nível de internacionalização permite o conhecimento de outros mercados, ao mesmo tempo que ajuda na realização de parcerias.

No caso concreto dos empresários chineses que escolheram o sul da Europa para se instalarem, a origem dos produtos que são comercializados por eles são, na sua maioria, provenientes da China, e em particular das suas regiões de origem, o que por si só não demonstra a existência de relações e práticas (económicas) transnacionais. Apesar dos negócios dos empresários chineses no Sul da Europa dependerem de contactos e parceiros nos seus países de origem e entre países da Europa, muitos não estabelecem directamente relações comerciais com a China. Só alguns o fazem porque em muitos casos não compensa fazê-lo e a maioria usufrui disso. Uma outra parte dos artigos que comercializam é produzida sobretudo em Itália e Espanha mas também em França em fábricas de empresários chineses, como é o caso específico das roupas, acessórios e artigos em couro.

Inevitavelmente, os empresários transnacionais dependem de redes mais extensas e diversificadas e com mais recursos também. Ao mesmo tempo, estas redes permitem-lhes descobrirem novas oportunidades e possibilita-os de combinarem recursos de forma empreendedora.

Os empresários migrantes chineses no Sul da Europa, à semelhança de muitos outros que se encontram em todos os continentes, começam a expandir a sua actividade investindo na China, muitas vezes criando fábricas de produtos, de forma individual ou em parceria com empresários locais, produtos esses que depois são por si comercializados, ou então investindo em diferentes sectores de modo a diversificarem o risco, nomeadamente no sector imobiliário. Os três objectivos principais do investimento na China passam (i) pela atracção pelo enorme mercado doméstico e pela

esperança de que, um dia, os seus produtos possam captar uma parte significativa do mercado, (ii) pela vontade de quererem estabelecer uma presença comercial e portanto ganhar posições estratégicas *vis-a-vis* com os concorrentes e ainda (iii) de tirar vantagem do baixo custo da mão-de-obra na China. Claro está que estes investimentos são possíveis e estão facilitados com a atitude estatal incentivadora que proporciona um conjunto de vantagens. «Estas vantagens traduzem-se em condições mais favoráveis de acesso ao crédito local, ao acesso a terrenos para construção a preços mais baixos e a simplificação e redução da burocracia nos processos administrativos de aprovação» (Neves & Rocha-Trindade, 2008), ao financiamento inicial gratuito, aos subsídios ao arrendamento, às garantias de empréstimos e aos investimentos directos.

III.4. Os negócios dos emigrantes chineses e o Desenvolvimento

Olhando para os últimos dois mil anos, verifica-se que sempre existiu uma constante conexão entre o desenvolvimento da China e o comércio, com particular destaque para os emigrantes chineses. Já durante a Dinastia Tang (618-907 d.C.), época em que o império chinês era o Estado mais rico e avançado do mundo, o comércio marítimo dos emigrantes encontrava-se em próspero desenvolvimento, estando este associado à produção de produtos tropicais, tais como a madeira e produtos manufacturados como a porcelana, os esmaltes, os têxteis, os esmaltes e a laca. No século XII, o comércio chinês dominava a designada região de Nanyang (do Sul da China ao Sudeste asiático). Até ao século XX, apesar de ter havido dinastias que promoveram o desenvolvimento do comércio marítimo dos emigrantes, houve outras que não viam com bons olhos o comércio marítimo e a emigração, tendo estes sido proibidos por diversas vezes mas tais proibições não acabaram com a sua existência.

À designada *nova* emigração chinesa que começou nos anos 1980 tem sido atribuída pelas autoridades chinesas uma importância fundamental, sobretudo nos últimos vinte anos com Jiang Zemin e com Hu Jintao. Nesta era de globalização, a emigração chinesa passou a fazer parte da agenda política e a ser considerada na formulação e implementação das políticas governamentais, nomeadamente na gestão

das relações internacionais, passando assim a constituir um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do país, a ser um instrumento de Desenvolvimento, representando um papel importante em termos económicos, como também na tecnologia e inovação. A exploração dos recursos da emigração chinesa passou a ser um projecto nacional chinês (Chen & Wellman, 2007).

Surgiu assim uma alteração quanto à contribuição que os emigrantes chineses podem dar à China. O até então *slogan* oficial de ‘retornar para servir o país’ foi substituído por ‘servir o país’, independentemente de haver ou não um retorno físico permanente e definitivo à China. Através de uma diferente ponderação atribuída ao elemento territorial, esta nova orientação expande grandemente os horizontes e os espaços dos emigrantes.

Reconhecendo o inestimável valor dos emigrantes chineses para a China, as autoridades chinesas, tanto a nível central como local, começam a apoiá-los: a saída do país passa a estar mais facilitada, a dupla cidadania passa a ser uma possibilidade, os emigrantes chineses de etnia chinesa que pretendam investir na China adquirem privilégios especiais; são promovidos programas que incentivam o regresso de estudantes chineses que estão no exterior ou mesmo de visitas destes à China numa tentativa de manter relações com eles; é administrada formação aos que pretendem ir para o exterior; é disponibilizada oferta de sistemas de crédito com condições mais favoráveis.

Os emigrantes chineses passaram a ser considerados importantes para o aumento do *know-how* tecnológico, para o conhecimento das práticas internacionais nas mais variadas áreas e como fornecedores de informação de contactos. Neste sentido, as relações e práticas transnacionais e as migrações circulares são cada vez mais fomentadas pelo próprio governo central e pelos governos regionais.

No que respeita à transmissão de conhecimentos em concreto, cerca de 3.000 emigrantes chineses académicos visitaram vários institutos de investigação e agências governamentais em Fujian para fazerem apresentações ou como consultores durante os últimos anos da década de 1990. Para além disso, nas 56 zonas industriais existentes no início do século XXI, criadas na China para atrair estudantes e cientistas chineses no exterior, trabalham cerca de 4.100 retornados (Zhoukan *apud* Liu, 2001).

Com a intenção de manter uma relação de proximidade com os seus emigrantes, o governo da China incentivou o aparecimento de ‘pontes’ que fizessem ligação entre eles e a sua pátria a diferentes níveis e em todos os cantos do mundo. Neste contexto, surgiram inúmeras organizações que compreendem as mais diversas associações e redes de chineses nos países de residência. Desta forma, o Governo da China pretendeu fazer com que houvesse unidade entre as organizações de emigrantes chineses, ao mesmo tempo que os interesses dos emigrantes chineses se encontram mais protegidos e os recém-chegados podem contar com apoio na chegada ao local de destino. Por outro lado, esta ‘organização’ também facilita a comunicação tanto com a China como com os países de destino. Um exemplo concreto é o caso da *European Association of Chinese Organizations* fundada no ano de 1992 e que resultou da vontade de 21 associações chinesas existentes em 10 países europeus. Oito anos mais tarde, o número de associações chegou a 100 e o número de países duplicou. O Programa *Returned Overseas Students Industry Parks* é um exemplo de um incentivo governamental ao apoio do retorno de estudantes chineses à China. O Governo atribui financiamentos a parques industriais com vista a estes empregarem estudantes que retornam ao país. De acordo com a opinião de Xiang (2005), ligações e associações criadas por emigrantes chineses profissionais são indispensáveis para a construção de redes e, especialmente, para a sua manutenção e é graças a essas redes que o Estado tem vindo a desenvolver programas de apoio formal.

A China está entre os primeiros países a ter uma política governamental destinada a atrair cientistas de alto nível que tenham emigrado, especialmente naquelas áreas relacionadas com a alta tecnologia. Para além dos diversos programas estaduais já referidos que oferecem incentivos e facilidades para os cientistas que regressam ao país, a China tem como prioridade na agenda nacional avultados investimentos na área da investigação e desenvolvimento para desenvolver universidades, infra-estruturas urbanas, o mercado doméstico e para estabelecer diversos tipos de zonas industriais e parques tecnológicos como incentivos ao retorno.

Entre as principais medidas relativas à ligação dos emigrantes chineses com a China, está o facto de Embaixadas e Consulados da China terem um departamento específico para apoiar a organização de associações de profissionais e estudantes, para desenvolver políticas para retornados, para melhorar a divulgação de informações sobre

a China e a comunicação entre universidades e agências nacionais de retornados, nomeadamente através da promoção de projectos de incentivo à migração circular.

Não obstante, a importância dada aos ‘novos’ contributos, os principais contributos dos emigrantes chineses (desde 1978) para a China continuam a ser feitos sobretudo através de remessas monetárias e de investimento directo estrangeiro. Apesar de não haver dados estatísticos relativos ao volume das remessas monetárias (uma vez que grande parte não segue os canais oficiais), sabe-se que as remessas monetárias continuam a ter um forte impacto a nível nacional mas sobretudo a nível local porque são normalmente aplicadas a este nível, o que faz com que algumas regiões chinesas com altas taxas de emigração sejam mais desenvolvidas do que outras, como é o caso de Fujian e Guangdong. Porém, também são mais dependentes das remessas. Dos 30 a 40 milhões de chineses que se estimava viverem no exterior em 2004, a OCDE (2006) calcula que os investimentos por eles realizados na China correspondiam a cerca de 45 por cento do total do Investimento Directo Estrangeiro do país. De forma não surpreendente, sucessivos governos chineses criaram incentivos para investimento capital em selectivas áreas empresariais.

Este investimento por parte dos emigrantes chineses na China tem sido facilitado pelas redes sociais e empresariais que proporcionam diversas informações que são cruciais para o sucesso, tais como as oportunidades económicas locais, potenciais parceiros de negócio, o mercado local, as políticas económicas domésticas, entre outras. Segundo o estudo realizado por Tong (2003), no início do século XXI no sudeste asiático, existem fortes evidências de que as redes étnicas chinesas podem ter um impacto positivo sobre o Investimento Directo Estrangeiro, nomeadamente de forma bilateral.

Este investimento reflecte sem dúvida a lealdade dos emigrantes chineses para com o seu país de origem. Muitos estão agora a fazer mais do que a alimentar e a vestir os seus familiares. As universidades continuam a ter uma significativa e crescente parcela do orçamento de famílias de ex-alunos chineses no exterior, e um terço das construções no campus universitário são suportadas por empresários chineses no exterior. Há variados exemplos disso. Huang Xiulang era natural de Shenhu, um pequeno porto na costa, em Jinjiang County, Quanzhou, um importante local

de emigração. Fez fortuna nas Filipinas e por volta de 1899, regressou à China e abriu um estabelecimento comercial e um banco em Xiamen. Para além disso, pagou a reparação de estradas e a reconstrução do salão principal de família na sua aldeia natal; doou fundos para a recuperação das magníficas torres de pedra do mosteiro de Kaiyuan em Quanzhou e participou nos últimos esforços da dinastia Qing para a construção do caminho-de-ferro em Fujian (Szonyi, 2007). Nos anos 1990, o *Grupo Salim* doou cerca de 100 milhões de dólares para a construção de hospitais, escolas e portos na província de Fujian, o local de nascimento do seu patriarca, Liem Sioe Liong, que deixou a China nos anos 1930 para trabalhar na quinta de amendoins do seu tio nos EUA. Li Ka-Shing, conhecido por ser um homem rico em Hong Kong, com uma fortuna pessoal estimada em 10 biliões de dólares, doou de uma só vez os fundos para a construção da Universidade Shantou na sua cidade-natal (Chen, 2001).

Os emigrantes chineses também começaram a ter um papel fundamental enquanto canais de informação e de disponibilização de inteligência económica sobre mercados, facilitação de fluxos comerciais e como elementos de ligação a redes de conhecimento. Um exemplo paradigmático é a forma como a China tem mobilizado os emigrantes chineses, cujo contributo é decisivo para compreender o sucesso da economia chinesa e da sua integração na economia global.

O empreendedorismo dos emigrantes chineses tem sido crescente e representa um papel importante na economia, sobretudo como fonte de transferências financeiras e de investimento para o país de origem mas também nos países de destino. A maior rede de emigrantes no mundo é de chineses, abrange um conjunto de redes interligadas – locais, regionais e nacionais – e é sem dúvida o caso exemplificativo por excelência desta situação. Na maior parte dos casos, os empreendedores chineses são empresários com negócios no(s) país(es) de destino que se abastecem na China, em muitos casos em empresas próprias.

Para além disso, têm um papel importante para os países de acolhimento que tem a ver com a prosperidade económica e o desenvolvimento da economia. Através de iniciativas empresariais, surge a possibilidade de haver mobilidade sócio-profissional, cresce o número de postos de trabalho – contribuindo, assim, para o combate ao desemprego e para o aumento da população activa – e, para além disso, aumenta a oferta de bens e serviços a preços competitivos. É, ao mesmo tempo, uma técnica de

revitalização e de reactivação de determinadas áreas geográficas, nomeadamente através da criação de oportunidades de trabalho e do renascimento de determinados mercados locais abandonados⁶.

Há ainda um conjunto de novas actividades económicas relacionadas com a emigração chinesa que vêm sendo desenvolvidas na China. Neste, estão incluídos novos modos de empreendedorismo migrante em que o papel dos emigrantes na facilitação do comércio internacional é cada vez mais valorizado. A criação de fábricas de produtos para venda aos emigrantes chineses no exterior, de escritórios de advocacia e agências de viagens especializadas ou o 'turismo dos emigrantes' no país de origem, de cibercafés, filmes e programas de televisão para distribuição e consumo no exterior, de empresas especializadas na exportação de alimentos e medicamentos tradicionais são novas actividades económicas resultantes da emigração.

São também frequentes os programas de formação e aconselhamento empresarial que a China proporciona aos seus emigrantes para ajudá-los a desenvolver as competências empresariais de negócio necessárias a um envolvimento bem sucedido em actividades comerciais e de investimento na própria China. Todo este acompanhamento vem contribuir para fortalecer e estreitar as relações com os nacionais que se encontram no exterior.

Há ainda uma questão que é relevante abordar que tem a ver com o facto de a China ter um mercado doméstico vasto, favorável às outras economias do mundo, nomeadamente as europeias. Transformou-se num importante destinatário de exportações com um mercado de consumo gigantesco e de potenciais parcerias comerciais que serão privilegiadas pela existência de práticas e relações transnacionais. Para além disso, na China existem condições muito atractivas ao investimento estrangeiro, como os benefícios fiscais e aduaneiros nas Zonas Económicas Especiais e a oferta de uma mão-de-obra de baixo custo e disciplinada.

Os emigrantes chineses que se encontram espalhados pelo mundo, e particularmente os que se encontram no sul da Europa, representam um papel

⁶ Em Portugal, é o caso do Martim Moniz, zona da cidade de Lisboa que durante largos decénios foi remetida à letargia do abandono (Marques, 2002) e o caso da Rua do Cimo da Vila, junto à Estação de São Bento no Porto, onde os empresários imigrantes chineses contribuíram para a reconfiguração da imagem de exclusão da área, destino anteriormente privilegiado de “pensões baratas, tabernas e bares de alterne”. Em Espanha, é o caso de zonas comerciais no centro das cidades de Madrid e Barcelona.

importante na criação de parcerias comerciais com a China, uma vez que existem claras dificuldades no acesso ao mercado chinês por parte dos empresários estrangeiros, sobretudo dos ocidentais. Os emigrantes chineses encontram-se numa posição privilegiada ao possuírem o conhecimento sobre a cultura empresarial chinesa e o mercado chinês, por terem ligações com instituições formais chinesas e por fazerem parte de redes sociais, profissionais e empresariais que lhes dão acesso a múltiplos contactos. Para isso, é imprescindível que se criem relações de lealdade, confiança e reciprocidade – *guanxi* – entre os empresários chineses e os estrangeiros.

As redes sociais representam um papel crucial na transferência de diferentes formas de capital. As redes chinesas em Silicon Valley são capazes de atingir um grande número de chineses no estrangeiro que mantêm fortes vínculos com o seu país de origem. O facto de a China colocar a tónica no desenvolvimento de *joint ventures*, juntamente com políticas de emigração mais liberais, pode ajudar a reforçar o desenvolvimento das redes, o nível geral de confiança e também poderia aumentar a reputação das empresas chinesas.

III.4.1. A sustentabilidade do Desenvolvimento

A sustentabilidade do desenvolvimento da China e a sua transição para um país aberto, estável e próspero é muito importante a nível global, tanto do ponto de vista económico, político, social ou ambiental. O rápido crescimento económico da China, resultado da reforma económica iniciada em 1978 por Deng Xiaoping, trouxe mudanças substanciais para o contexto social e ambiental. A China é o maior emissor de substâncias que levam à destruição do ozono e é o segundo maior importador de madeira tropical de regiões florestais. Três quartos do consumo da energia da China dependem do carvão, a principal causa da poluição do ar, das emissões de carbono e da chuva ácida. Há uma grande procura energética e de outros recursos naturais. Existem graves problemas com os recursos hídricos devido à grande necessidade de utilização e à poluição da água. Em termos socioeconómicos, apesar do crescimento da China ter provocado um aumento dos rendimentos e de ter tido um importante

impacto na redução da pobreza⁷, contribuindo assim de modo significativo para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio⁸, contudo, provocou consideráveis disparidades. Em termos regionais, as províncias costeiras beneficiaram mais do que as províncias do interior do país e cresceram as desigualdades entre as áreas urbanas e as rurais. Apareceram novas formas de pobreza urbana, consequência da migração de milhões de pessoas do meio rural para o urbano que não conseguiram encontrar trabalho e que não beneficiam de protecção social.

Outro problema recente, verificado nos últimos dez anos, está relacionado com o facto de, sobretudo nas grandes cidades, se ter registado um consumismo de bens desenfreado directamente relacionado com o aumento dos rendimentos individuais e a grandiosa oferta de produtos nacionais. Em plena época de *boom* de produção industrial, durante a década de 1990, o governo fomentou o consumo individual. Era preciso arranjar formas de escoar as produções nacionais. Acontece que associado a este novo contexto económico, têm surgido alterações sociais e culturais que presenteiramente se tornam preocupantes, mesmo para o próprio governo chinês. Este, nos últimos anos, tem procurado repescar alguns princípios impregnados de moralidade do sistema de valores chinês de modo a inverter esta tendência. Neste momento, há a noção clara de que não existe desenvolvimento sustentado sem haver equilíbrio entre todos os aspectos da vida. Para tal, há que enfrentar os problemas actuais e resolvê-los.

O Desenvolvimento Sustentável e a parceria União Europeia-China

Embora ainda haja muito para fazer em termos de desenvolvimento sustentável, é necessário reconhecer que a China tem feito progressos no âmbito das reformas social, económica e ambiental.

⁷ De acordo com as estimativas das Nações Unidas, o número de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia passou de 490 milhões em 1990 para 88 milhões em 2002.

⁸ «China is considered to be on track to achieve most of its Millennium Development Goals (MDGs) by 2015, and is the world's largest single contributor to global progress on MDG's. Progress has been impressive across a range of social development indicators such as child mortality, illiteracy and life expectancy. MDG targets that may require some attention have been identified by the UN in the areas of gender equality (achieve equal access to primary and secondary education for girls and boys by 2005); combating disease (halt and reverse the spread of AIDS/HIV and have the prevalence of TB by 2015); and the environment (implement national strategies for sustainable development by 2005 to reverse the loss of environmental resources by 2015). China's commitment to achieving the MDGs is nevertheless strong, and MDG targets that are not presently on track are receiving attention.» (United Nations, 2005).

Com o propósito de contribuir para uma China com uma sociedade harmoniosa em que a prosperidade seja partilhada por todos, onde o crescimento económico não seja o foco central da sociedade e que esteja em equilíbrio com a coesão social e a protecção ambiental, a União Europeia tem desenvolvido em parceria com a China programas e projectos de cooperação em várias áreas que estão inseridos no programa de apoio à reforma económica e social da China e da cooperação U.E./China para o desenvolvimento. Estes vão desde as questões ambientais – monitorização climática, estratégias de adaptação e mitigação, gestão de sistemas energéticos sustentáveis, células combustíveis e dos transportes urbanos não poluentes – a questões relacionadas com a reforma da segurança social, a sociedade de informação ou com a educação: *EU-China Information Society Project, Managers and Exchange and Training Programme, EU-China Social Security Reform Project e Erasmus Mundus China Window Project.*

Tendo em conta o tamanho e importância da economia e do mercado chineses, das suas necessidades energéticas e das más práticas de desenvolvimento sustentável, é do interesse do mundo em geral que a China se torne num consumidor responsável, num produtor de energia e que dê ênfase às questões sociais. Outro facto que não se pode descurar é o da Europa e da América do Norte serem os maiores importadores dos produtos chineses, cuja produção tem sido feita em condições que levam ao prejuízo do desenvolvimento sustentável. Para inverter essa situação que já tem três décadas, e com a cooperação europeia e internacional, a China precisa de promover a eficiência energética, desenvolver tecnologias mais limpas, investir na diversificação das fontes energéticas, proteger os recursos naturais e valorizar os aspectos sociais de modo a atingir uma sociedade coesa. O seu actual modo de desenvolvimento é insustentável.

Como se viu, o Desenvolvimento Sustentável é o principal desafio do século XXI, em torno do qual todos (academia, governos, empresários e sociedade civil) se devem comprometer, a fim de se valorizar a conciliação de três mundos que muito se tem ignorado: o económico, o ambiental e o social. A longo prazo, não haverá desenvolvimento possível se não for economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente tolerável. Como Confúcio disse, ‘Se um homem não pensa no que está distante, ele irá encontrar tristeza’.

O estabelecimento formal das relações diplomáticas entre a Comissão Europeia (C.E.) e a China deu-se em Maio de 1975. Os dez anos seguintes foram marcados por um desenvolvimento rápido e fértil dessa cooperação. Depois seguiu-se um período em que houve um retrocesso – resultante das sanções aplicadas pela C.E. à China – que só terminou no início dos anos 90, fruto do esforço feito por ambas as partes. Em 1995, a C.E. adopta o primeiro documento estratégico «A Long Term Policy for China-Europe Relations», o qual foi seguido por quatro outros documentos: «Building a Comprehensive Partnership with China» (1998); «EU Strategy towards China: Implementation of the 1998 Communication and Future Steps for a more Effective EU Policy» (2001); «A maturing partnership: shared interests and challenges in EU-China relations» (2003); «EU-China: Closer Partners, growing responsibilities» and a policy paper on trade and investment (2006). Para além destes, o Conselho elaborou o documento de trabalho «Competition and Partnership» onde é feito o balanço das relações da U.E. com a China, num contexto em que a China se apresenta como uma potência económica e política global e em que aponta a vontade da U.E. em intensificar o seu compromisso com a China, através de uma estratégia que passa pelo (1) apoio à transição da China para uma sociedade pluralista; (2) Pela promoção do desenvolvimento sustentável; (3) Pela melhoria das relações económicas e comerciais; (4) Pelo reforço da cooperação bilateral; (5) Pela promoção da cooperação regional e internacional (Comissão Europeia, 2006).

Da iniciativa da China, foi redigido, em 2003 (ano em que a U.E. e a China se tornaram parceiros estratégicos), um documento – *China's EU Policy Paper* – que trata das relações entre ambos.

Presentemente, estão a ser empreendidas negociações que foram iniciadas em 2007 e que devem resultar na actualização do Acordo de Comércio e Cooperação original de 1985.

Parceiros estratégicos desde 2003, a U.E. e a China são ambos protagonistas globais e, como tal, têm responsabilidade e interesse em trabalhar juntos nos principais desafios de hoje, promovendo o desenvolvimento sustentável, paz e prosperidade, para o benefício de todos. Assim, assegurar uma estreita cooperação internacional em questões como a energia, o ambiente e as alterações climáticas, no respeito pelos

padrões sociais internacionais, assistência ao desenvolvimento, bem como questões macroeconómicas mais amplas é muito importante.

O reconhecimento do referido é a Resposta Estratégica da Comissão Europeia 2007-2013 que propõe três áreas de intervenção⁹ que pretendem (1) facilitar e ampliar as relações bilaterais nas áreas de comércio, trocas comerciais e desenvolvimento social e económico, (2) auxiliar a China nos seus esforços para abordar as preocupações globais sobre mudança do clima, o ambiente e a energia, e (3) fornecer suporte para o processo de reforma interna da China em áreas de interesse comum em que a experiência da U.E. pode proporcionar valor acrescentado (European Commission, 2006).

O papel das empresas para o Desenvolvimento Sustentável

Ao nível empresarial, a Responsabilidade Social das Empresas pode ser considerada como a operacionalização do Desenvolvimento Sustentável. Historicamente, o empresariado tem-se focado no aspecto financeiro; contudo, durante os últimos vinte anos, a consciência global sobre a necessidade de avaliar todo o espectro de valor corporativo tem crescido dramaticamente, e ‘o retorno total’ sobre o capital – económico, social ou ambiental – estão sendo seguidos com maior regularidade. Com base neste princípio, as empresas devem ter três objectivos principais: a prosperidade económica, a qualidade ambiental e a coesão social (*triple bottom line*). Cada um deles apresenta desafios para soluções inovadoras, mas também para oportunidades. Ao integrarem na sua organização preocupações sociais e ambientais, as empresas estão a contribuir, de forma voluntária, para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo, ao mesmo tempo que isso lhes proporciona vantagens directas e indirectas. Internamente, procura-se integrar na gestão dos recursos humanos a preocupação com a aprendizagem ao longo da vida e as práticas de recrutamento não-discriminatórias, saúde e segurança no trabalho, adaptação à mudança e a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais, tentando produzir menos resíduos o que leva a uma melhor utilização da matéria-prima. A nível externo, se, por um lado, há uma maior preocupação com as comunidades locais, os parceiros

⁹ Comércio, desenvolvimento económico e social; Ambiente, energia e alterações climáticas; Desenvolvimento de Recursos Humanos, Governança e Capacitação.

comerciais, fornecedores, sindicatos e consumidores, por outro, há a preocupação com o respeito dos direitos humanos e os impactos ambientais gerais, contribuindo tudo isto para a valorização da imagem da empresa.

É crescente a consciência da importância das empresas enquanto agentes da mudança de mentalidades e de estratégias de acção no sentido do desenvolvimento sustentável sem que para isso tenham de se desviar da sua função fundamental: a criação de mais-valias. Em geral, por parte dos empresários já começa a haver a compreensão de que um comportamento socialmente responsável pode ser benéfico, percebendo que a associação entre os conceitos de competitividade e responsabilidade social nas mais diversas áreas dentro das empresas traz vantagens. O caso da *inovação* aplicada ao desenvolvimento de novos produtos, serviços e negócios, assim como novos modelos de gestão empresarial, é uma das áreas em que esse *casamento* se torna vantajoso. O investimento em desenvolvimento técnico e formação contínua dos trabalhadores é outro exemplo de “responsabilidade vantajosa”: há benefício dos interesses económicos da empresa e ao mesmo tempo contribui-se, tanto para o envelhecimento activo da população, como para o aumento das qualificações da mão-de-obra. O *investimento* em novas tecnologias ecológicas inovadoras contribui para um uso mais racional dos recursos naturais, promovendo a redução de custos, ao mesmo tempo que contribui para a redução dos níveis de poluição. De igual modo, a promoção da *coesão social* por parte das empresas nos locais onde operam são benéficas tanto para a sociedade em que estão inseridas como para os seus negócios.

Considerando a Comissão Europeia que a Responsabilidade Social das Empresas é a contribuição das empresas para o Desenvolvimento Sustentável, em 2001, apresentou o Livro Verde – ‘Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas’, onde afirma que este interesse da União Europeia pela Responsabilidade Social das Empresas vai ao encontro do objectivo definido na Estratégia de Lisboa de a U.E. ‘tornar-se na economia baseada no conhecimento, mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social’¹⁰. De acordo com isto, independentemente da dimensão da empresa, a Comissão Europeia incentivou

¹⁰ Esta actuação da C.E. está em consonância com as iniciativas da ONU da OIT e da OCDE: «UN Global Compact», 2000; «Tripartite Declaration on Multinational Enterprises and Social Policy», OIT, 1998, «Guidelines for Multinational Enterprises», OECD, 2000.

as empresas a assumirem um maior compromisso com a Responsabilidade Social das Empresas que pretendia que fosse para além do cumprimento das obrigações legais. Em Março de 2006, apoiou a criação da Aliança Europeia para Responsabilidade Social das Empresas¹¹.

Outro facto que espelha esta crescente valorização da Responsabilidade Social das Empresas é o número elevado de organizações que têm sido criadas nessa área, tanto nível europeu como internacional.¹²

Em relação à situação da Responsabilidade Social das Empresas na China, tanto nas empresas estatais como nas privadas, enquanto o governo chinês tem feito esforços para incentivar uma conduta empresarial responsável¹³, muitas empresas chinesas estão ainda pouco conscientes do que implica a Responsabilidade Social das Empresas e não se organizam para promovê-la. É necessário que as empresas chinesas façam investimentos e adaptações que tenham em conta o desenvolvimento sustentável.

Contudo, ao mesmo tempo que o governo tenta encorajar a Responsabilidade Social das Empresas, ele precisa também de regular o mercado para promover um ambiente de concorrência leal. Não podemos deixar de olhar para a evolução do crescimento económico dos últimos trinta anos para perceber porque é que o tecido empresarial chinês ainda presta pouca atenção à Responsabilidade Social das Empresas. O rápido crescimento económico chinês tem sido suportado por pesados custos sociais e ambientais, e também por custos humanos em termos de perdas de vida. Grosso modo, foi feito através da vantagem competitiva baseada numa mão-de-obra com baixos salários e em condições de trabalho precárias, como é exemplo disso os dez mil trabalhadores chineses que morrem por ano vítimas de envenenamento com amianto nos

¹¹ Com esta «Aliança Europeia para a Responsabilidade Social das Empresas» a Comissão Europeia tem como objectivo incentivar uma maior aceitação da Responsabilidade Social das Empresas entre as empresas europeias e aumentar o apoio e o reconhecimento pela Responsabilidade Social das Empresas como um contributo para o desenvolvimento sustentável e a Estratégia para o Crescimento e o Emprego.

¹² Exemplos: Copenhagen Centre (<http://www.copenhagencentre.org>); Business Partners for Development (<http://bpdweb.org>); CERES (<http://www.ceres.org>); International Institute for Sustainable Development (www.iisd.ca); Tomorrow: Sustainable Business Toolkit (www.tomorrow-web.com); Sustainable Business.com (www.sustainablebusiness.com); WorldCSR (<http://csreurope.org>); Social Venture Network (SBN) Europe; European Foundation for Quality Management (<http://efqm.org>); Business Impact Taskforce (<http://business-impact.org>); Conference Board.org; International Business Leaders Forum (<http://www.csrforum.com>); The World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) (<http://wbcscd.ch>); Business Social Compliance Initiative (<http://www.bs-ci-eu.com>).

¹³ Como é o caso do 'China Business Council for Sustainable Development' (CBCSD), fundado em Outubro de 2003 pelo Ministério dos Assuntos Cívicos da China. O CBCSD juntamente com as empresas estrangeiras são os principais promotores do Desenvolvimento Sustentável na China.

seus locais de trabalho ou os milhões que trabalham 60-70 horas por semana (apesar do limite máximo legal de 40 horas semanais) por menos de um salário mínimo do país¹⁴ e pela degradação ambiental. Por muito boa vontade que haja para resolver a situação, é necessário tempo para que as alterações comportamentais das empresas se generalizem.

Desde 2005, o Governo chinês tem dado indicações de que reconhece a necessidade de acatar práticas empresariais responsáveis como um ponto central da sua estratégia de competitividade. Tem havido uma aceleração de reformas que sugere (1) maior ênfase na capacidade de construção, (2) maior envolvimento e liderança das instituições públicas chinesas, e (3) uma confiança crescente em modelos colaborativos. Também se tem verificado um envolvimento do governo chinês nas importantes iniciativas globais, como é o caso do «Global Compact» da ONU, esforços para implementar padrões ISO 26000 de responsabilidade social, a entrega, no ano 2006, de vinte relatórios sobre Responsabilidade Social das Empresas de empresas chinesas (AccountAbility, 2007). Apesar de perante a lei chinesa os empresários serem obrigados a providenciar condições de trabalho seguras para os trabalhadores, o cumprimento dos regulamentos é muito pobre, as inspeções são pontuais e a corrupção frequente. «One way to understand China's poor performance in Corporate Social Responsibility is that the country is in transition» (Zheng, 2006).

A visão da China relativa à Responsabilidade Social das Empresas é uma visão única que tem vindo a desenvolver-se de uma forma que conjuga perspectivas locais e debates globais, estando o seu amadurecimento a ser baseado nas várias experiências de empresas ocidentais na China, empresas crescendo na própria China, empresas chinesas no exterior, e na opinião dos consumidores e dos oficiais governamentais chineses. É uma visão que converge as perspectivas chinesas e internacionais e que não passa simplesmente pela aplicação do ‘modelo ocidental’, o que na realidade não faria sentido, uma vez que os contextos socioeconómico, político, histórico e cultural – nomeadamente a influência do ‘sistema de valores chinês’ – têm necessariamente de ser considerados.

¹⁴ Na China, cada província e município é que determina o salário mínimo. Em Pequim e Xangai, as principais cidades do país, o salário mínimo é de 800 yuan (cerca de 90 euros) e 960 yuan (110 euros), respectivamente.

CONCLUSÃO

A presente tese que agora se conclui teve como propósito estudar o recente fluxo de imigrantes chineses para os países do Sul da Europa Itália, Espanha e Portugal, na viragem do século XX para o século XXI, período que marca precisamente o início de alterações nestas imigrações.

Não obstante haver registos da presença de migrantes chineses no Sul da Europa desde o início do século XX, foi a partir da década de 1980 que, de facto, se deu o começo de um fluxo exponencial, fazendo este parte da designada *Nova Emigração* chinesa e que se mantém contínuo até à primeira década do século XXI, sendo que a viragem do século XX para o século XXI foi, sem dúvida, o período em que mais se intensificou, acompanhando o crescimento generalizado da imigração.

O aumento do número de migrantes chineses no Sul da Europa aconteceu na precisa altura em que Itália, Espanha e Portugal começaram a receber um crescente número de migrantes internacionais que passou pela primeira vez a superar o número de saídas de cidadãos nacionais. Para tal, houve um conjunto de factores, internos e externos – as consequências económicas das crises petrolíferas da década de 1970 e os ‘melhoramentos’ internos –, que, conjugados entre eles, acabaram por ser responsáveis por esta nova realidade, funcionando como factores de atracção de imigração.

Quanto às eventuais semelhanças ou diferenças entre a imigração chinesa em Itália, Espanha e Portugal, primeiro que tudo é necessário referir que comum é o facto de a imigração chinesa ter características próprias e diferenciadoras que a distingue dos restantes fluxos migratórios oriundos das mais diversas origens. Não obstante ter acompanhado a tendência de crescimento da presença de residentes estrangeiros verificadas nas últimas décadas, apresenta características particulares, sobretudo no que respeita à forma como se incorporam nas sociedades de destino. Não obstante, em geral, a imigração no sul da Europa ser predominantemente laboral, no caso dos imigrantes chineses essa situação é ainda mais vincada, sendo o trabalho o principal motivo apresentado na solicitação de autorização de residência, enquanto para os restantes imigrantes o motivo familiar é igualmente invocado. Ao contrário da maioria dos imigrantes que se encontra a exercer actividade na indústria, construção e agricultura

como trabalhadores não-qualificados, a maioria dos imigrantes chineses encontra-se a trabalhar em negócios co-étnicos na restauração, comércio e importação-exportação, mas também na indústria no caso de Itália e Espanha. De um modo geral, os imigrantes chineses no sul da Europa caracterizam-se por terem elevados níveis de ocupação no mercado de trabalho, com uma taxa de emprego extremamente elevada. Embora o número de estrangeiros em situação de desemprego não seja elevado em termos relativos, os imigrantes chineses são os que têm menos representatividade quando comparados com os restantes imigrantes. Isto deve-se precisamente à circunstância de trabalharem, na sua maioria, em negócios étnicos. Não obstante, o fluxo proveniente do nordeste da China, imigrantes que também se encontram no sector da indústria nacional no caso de Itália e na indústria, construção e hotelaria nacionais no caso de Espanha, como trabalhadores não-qualificados, veio alterar esta situação, contribuindo, se bem que de forma muito reduzida, para o aumento da taxa de desemprego nacional. Em Portugal, como não há praticamente imigrantes chineses do Nordeste, praticamente a totalidade trabalha em negócios de co-étnicos e a presença de chineses no número de desempregados é meramente residual.

A actividade económica e laboral dos migrantes chineses nos países de acolhimento e a grande diferenciação socioeconómica relativamente à restante população residente são positivas e contribuem para que não haja concorrência laboral e consequentemente hostilidades e conflitos, o que contribui para que os imigrantes chineses tenham uma imagem positiva. O mesmo não acontece com certos fluxos migratórios que muitas vezes são acusados de estarem a ‘roubar’ os postos de trabalho dos autóctones e de engrossarem os números do desemprego – realidade esta mais acentuada em Itália e Espanha do que em Portugal. No entanto, apesar de ser excepcional, verifica-se uma situação de alguma tensão em Itália, concretamente nas regiões Norte e Centro onde os empresários nativos acusam os empresários chineses da indústria de vestuário e acessórios em couro de lhes fazerem concorrência e representarem uma ‘ameaça’ aos seus negócios.

Outra diferença assinalável entre os restantes imigrantes e os imigrantes chineses tem a ver com a distribuição geográfica que, por sua vez, está directamente relacionada com a actividade laboral. Devido a esta estar ligada sobretudo à restauração e comércio e por terem uma estratégia empresarial concertada de dispersão, aumentando as

oportunidades e diminuindo a concorrência, os imigrantes chineses encontram-se por todo o território, apesar da concentração nos principais centros urbanos, sobretudo em Portugal e Espanha, e nas zonas industriais no norte e centro de Itália. Em conformidade, ainda que a maioria dos imigrantes chineses esteja a trabalhar por conta de outrem, há um número elevado de trabalhadores por conta própria quando comparado com os restantes imigrantes. Sem dúvida que a imigração chinesa é fortemente marcada pela iniciativa empresarial, sendo uma das mais representativas. Relativamente ao sexo e à idade dos imigrantes chineses, tem havido uma evolução semelhante entre os três países. A imigração feminina tem vindo a aumentar, sendo que pouco mais de metade são homens e a tendência tem sido de uma diferença numérica entre sexos cada vez menor. Para além disso, continua a ser uma população jovem, mais do que os restantes estrangeiros, com um crescente número de crianças e com uma constante representatividade muito insignificante de pessoas mais velhas.

Dadas as características particulares da imigração chinesa e em particular das relacionadas com a actividade laboral, certamente que esta grande distinção dos imigrantes chineses relativamente aos restantes imigrantes continuará a verificar-se no futuro, ainda que provavelmente deixe de ser tão acentuada, no caso de a recente vaga de imigrantes chineses continuar a chegar ao sul da Europa contribuindo para o atenuar dessas diferenças. Este é um estudo que se apresenta como linha de investigação futura.

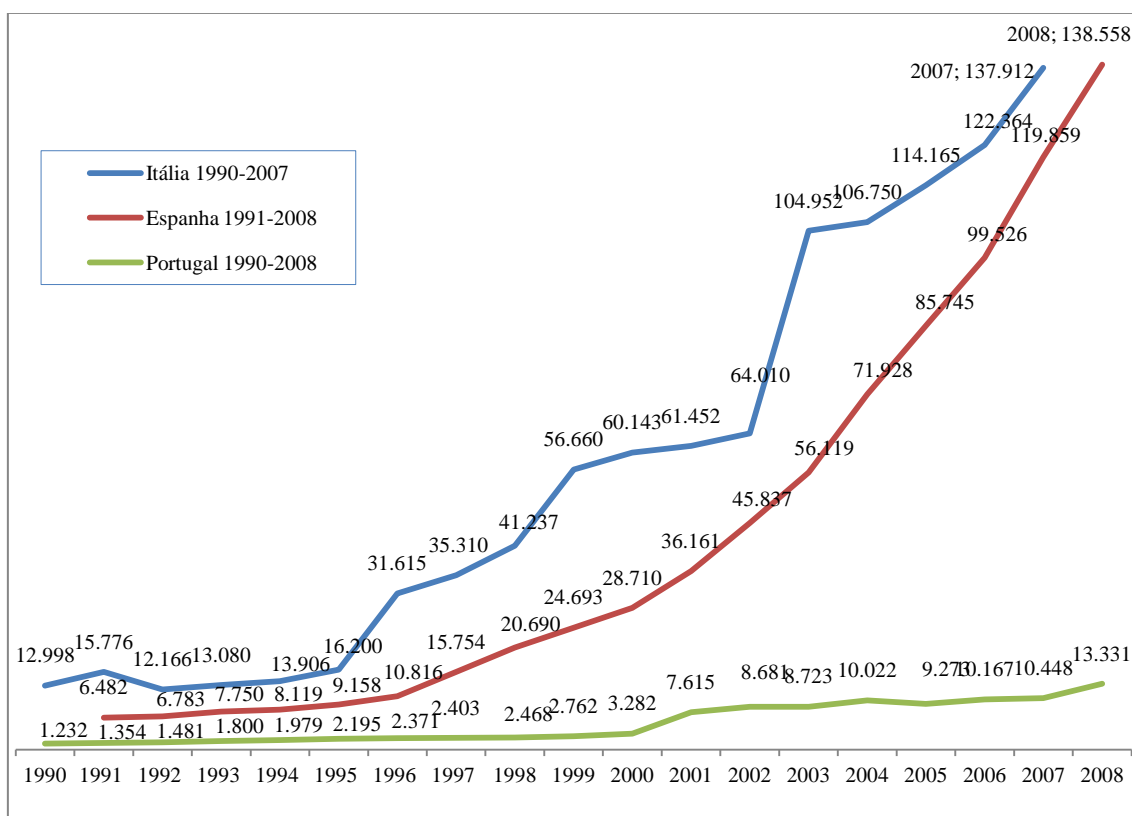
No que respeita às semelhanças da imigração chinesa em Itália, Espanha e Portugal, verifica-se uma semelhança maior entre Itália e Espanha. Portugal diferencia-se mais, situação relacionada com dois aspectos centrais: as regiões de origem e o volume dos migrantes chineses.

Relativamente às regiões de origem dos imigrantes chineses, enquanto em Portugal a maioria dos imigrantes chineses continua a ser proveniente de Zhejiang e Fujian, Itália e Espanha contam ainda, para além destes, com o recente fluxo de migrantes chineses provenientes do nordeste da China. Não obstante a importância deste novo fluxo, a maioria dos imigrantes chineses nos três países continua a ser proveniente, principalmente da província de Zhejiang e da província de Fujian.

Em termos de representação numérica, Itália e Espanha partilham de situações idênticas, enquanto em Portugal há uma presença muito mais reduzida. Apesar de,

na década de 1980, a diferença numérica entre os três países não ter sido tão acentuada, a partir da segunda metade da década de 1990 o crescimento do número de residentes chineses em Itália e Espanha foi exponencial (*vide* gráfico 37 que se segue). O crescimento reflectiu o aumento dos já existentes fluxos provenientes das províncias de Zhejiang e de Fujian e no caso de Espanha e Itália também de Fujian, mas foi igualmente contributo do surgimento de um novo fluxo proveniente do nordeste da China, respectivamente a partir da década de 1990 e do início da década de 2000. Em 2007, Itália contava com a presença de 137.912 residentes chineses, Espanha com 119.859 e Portugal somente com 10.448. Porém, apesar de serem uma das nacionalidades mais numerosas, quando enquadrados no total da população residente nacional, a sua representatividade é insignificante, sendo de 0,2%, 0,3% e 0,1% em Itália (59.131.287), Espanha (45.283.259) e Portugal (10.617.575) respectivamente.

Gráfico 37. Evolução dos residentes chineses em Itália, Espanha e Portugal, 1990-2008



Fonte: ISTAT – Instituto Nazionale di Statistica, com base em dados do Ministerio dell’Interno de Itália; *Observatorio Permanente de la Inmigración – Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración* de Espanha; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Ministério da Administração Interna de Portugal (elaboração da autor)

Perante as várias regiões de origem dos migrantes chineses e tendo em conta que a diversidade existente num país tão vasto quanto a China, no caso particular dos países do Sul da Europa não se pode falar numa comunidade chinesa porque isso também não acontece a nível nacional, nem em Itália, nem em Espanha ou em Portugal. Antes, pode-se afirmar, como acontece a nível europeu, que não há uma comunidade chinesa, mas sim várias. É mais correcto dizer-se que se encontram vários sub-grupos com características próprias que os diferenciam uns dos outros e que vivem de forma independente. Os membros de cada sub-grupo partilham atributos semelhantes da cultura mais ampla, juntamente com elementos particulares do sub-grupo, logo têm características que os distinguem uns dos outros. A identidade dos migrantes chineses oriundos das províncias de Zhejiang e Fujian e do nordeste da China (as origens presentes no sul da Europa) são distintas entre si, apesar de partilharem um conjunto de características e valores comum à cultura chinesa milenar.

Não há dúvida que com a vaga de migrantes chineses na viragem do século XX para o século XXI para o Sul da Europa, a imigração chinesa ganhou novas características. Logo à partida, o facto de virem de regiões de origem diferentes e as condições do momento da migração serem também elas distintas, assim como as condições do país de acolhimento aquando da chegada, são aspectos centrais nesta diferenciação. Há de facto uma distinção entre os imigrantes mais antigos, aqueles que chegaram antes desse período, e os mais recentes, tanto com aqueles que são provenientes da mesma região de origem, como com os provenientes do Nordeste.

Quanto aos recentes imigrantes das regiões tradicionais que têm chegado ao sul da Europa, Zhejiang e Fujian, apesar de migrarem inseridos em redes sociais que os apoiam à chegada, pela circunstância de terem uma experiência de vida diferente daquela que os seus conterrâneos tiveram, fruto das alterações socioeconómicas que se começaram a fazer sentir na viragem do último século na China (passando de uma sociedade composta maioritariamente por indivíduos que trabalhavam para a família e que se regia por um determinado sistema de valores, para uma sociedade onde há uma pluralidade de atitudes), muitos trabalham para poderem consumir de forma individual, exactamente o oposto dos chineses das vagas migratórias anteriores que trabalham com o intuito de poupar e criar riqueza em benefício da família. Esta nova realidade está

bem patente nas demonstrações de riqueza que fazem, nomeadamente na compra de automóveis caros ou nas verbas avultadas que gastam em casamentos.

Relativamente aos migrantes chineses oriundos do nordeste da China, denota-se um comportamento semelhante. Estes têm um nível educacional mais elevado, vêm de zonas urbanas e têm experiência de trabalho em fábricas. Para além disso, não migram inseridos em redes sociais, uma vez que é uma migração muito recente que ainda não teve tempo suficiente para desenvolver tais redes, o que acaba por ter uma consequência directa na forma de incorporação nas sociedades de destino – neste caso de Itália e Espanha, uma vez que este fluxo (ainda?) não se dirigiu a Portugal. Os imigrantes chineses do Nordeste são vistos pelos outros imigrantes chineses com desconfiança, situação esta que faz com que estes imigrantes muitas vezes não consigam obter trabalho nos já existentes negócios de imigrantes chineses e, assim, vêm-se obrigados a procurar trabalho no mercado de trabalho nacional, na indústria no caso de Itália e em Espanha na construção, indústria e hotelaria. Embora a existência destas dificuldades que se colocam aos novos migrantes chineses do Nordeste, eles dispõem de um leque de oportunidades oferecidas pelos co-étnicos, como seja o trabalho abundante na indústria, como também da vantagem do uso da língua mandarim em detrimento dos dialectos chineses falados no Sul da China de onde é originária a maioria dos migrantes chineses no sul da Europa, e de indivíduos com habilitações académicas mais elevadas, assim como de estudantes. Os migrantes chineses de Zhejiang e Fujian são sobretudo de zonas rurais e os do Nordeste de zonas urbanas.

Resultante do novo fluxo de migrantes chineses do nordeste da China, a inserção dos imigrantes chineses nos mercados de trabalho passou a comportar diferenças consideráveis sobretudo na primeira década do século XXI. Na década anterior, trabalhar como empregados para empresários migrantes chineses ou iniciar o seu próprio negócio na economia étnica mas servindo o mercado nacional eram as formas mais comuns como os migrantes chineses começam as suas novas vidas nos países do sul da Europa. De um modo geral, os trabalhadores chineses encontravam-se no sector dos serviços – restauração étnica e comércio de produtos produzidos na China – e eram trabalhadores por conta de outrem, apesar da significativa representatividade dos trabalhadores por conta própria. Assim, na década de 2000, em primeiro lugar, não há uma coincidência quanto aos sectores de actividade nos três países. Enquanto em

Portugal os trabalhadores chineses continuam a laborar no sector dos serviços, concretamente no comércio e na restauração de proprietários chineses, em Espanha cerca de 70% trabalha no sector dos serviços – restauração e comércio étnicos – e os restantes trabalhadores chineses estão nos sectores da indústria e da construção, e em Itália os trabalhadores chineses estão mais presentes na indústria e nos serviços – comércio. Em segundo lugar, apesar de a maioria dos trabalhadores chineses corresponder a trabalhadores por conta de outrem nos três países, em Portugal essa maioria é maior (4/5) do que em Espanha e Itália, sendo que Itália é o país que conta com o maior número de trabalhadores por conta própria (35%), facto que está directamente relacionado com as oportunidades e facilidades existentes no país.

Torna-se evidente que a escolha do ramo de actividade em que os migrantes chineses se encontram está directamente relacionada com a sua região de origem. Mais uma vez se verifica que os migrantes chineses da província de Zhejiang, origem da maioria dos migrantes chineses no sul da Europa mas também de Fujian, se dedicam a actividades laborais e empresariais relacionadas com o comércio de artigos produzidos sobretudo na sua região de origem, da indústria têxtil e da produção de outros artigos utilitários de consumo baratos, assim como da produção de artigos em couro. Não obstante, alguns chineses das tradicionais regiões de origem também estão a procurar trabalho no mercado laboral espanhol, situação resultante do excesso de oferta de mão-de-obra face à procura e necessidade dos negócios dos migrantes chineses.

Podemos concluir que, no sul da Europa, há um percurso laboral característico da imigração chinesa (percurso este que não deixa de ter reflexo na forma como estes se incorporam de um modo geral), e que passou pelas seguintes etapas: primeiro, os imigrantes chineses, uns como empregados, outros como empregadores, começaram pela restauração étnica, numa segunda etapa, fruto da saturação do mercado, investiram no comércio de produtos utilitários baratos produzidos na China, posteriormente começaram a produzir produtos investindo na indústria e numa quarta etapa, iniciou-se a procura de trabalho na indústria e construção civil de empresários não chineses. Porém, até à primeira década do século XXI, estas quatro etapas só se verificaram em Itália e Espanha, onde o crescimento do volume da imigração chinesa foi exponencial nas duas últimas décadas, encontrando-se Portugal na segunda etapa. Resta saber se o percurso será o mesmo, o que neste momento não é previsível, estando dependente

do aumento do número de imigrantes chineses, assim como do facto de os migrantes chineses do Nordeste começarem a escolher Portugal como destino. Também estará dependente das variáveis que irão surgindo, tanto ao nível do país de acolhimento, como ao nível europeu, e ainda do país natal. Este é assim mais um estudo que a presente tese abre caminho para futuras investigações.

Quanto ao caso dos empresários migrantes chineses em particular, verifica-se que, actualmente, estes se encontram no sector dos serviços, estando a maioria na restauração – esta sofreu uma mudança de estratégia causada pela saturação do mercado de restaurantes de comida chinesa que passou pela reconversão em restaurantes de comida japonesa por esta estar ‘na moda’ e ter grande sucesso no resto da Europa –, na venda a retalho e grossista de artigos de pronto-a-vestir e de artigos utilitários baratos, mas também na indústria. Esta realidade acabou por fazer com que houvesse uma segmentação étnica no trabalho por conta própria, situação que já acontecia com o trabalho por conta de outrem.

Perante as características da estratégia empresarial chinesa, conclui-se que são um exemplo de *spin-off* em que os empresários que criam novas empresas, de um modo geral, trabalharam anteriormente numa outra empresa de membros do seu grupo étnico e são por eles apoiados. Muitas das vezes pertencem à mesma família. Este apoio é muito importante para o sucesso do negócio e permite, de forma eficaz, ultrapassar o défice cultural e técnico, a falta de experiência global na actividade e no sector, a falta de apoio institucional e, muitas vezes, a falta de recursos financeiros.

Para além destes empresários migrantes chineses que previamente passaram por um período de trabalho por conta de patrões étnicos, há também um outro tipo de empresários que inicia a sua actividade empresarial desde a chegada à sociedade de acolhimento no sul da Europa, uns vindos directamente da China – empresários grossistas/exportadores bem sucedidos ou fabricantes na China – outros empresários chineses que reemigraram sobretudo de países europeus. Os argumentos principais são a procura de mais oportunidades de negócios e o evitar da concorrência noutros mercados. Por ser difícil obter visto ou autorização de residência nos países do norte e do centro da Europa, os empresários chineses tendem a escolher países onde isso seja mais fácil, como tem sido o caso dos países do sul da Europa, onde, desde a década de 1980, se têm realizado vários processos extraordinários de regularização. Assim,

muitos empresários chineses escolheram o sul da Europa como o primeiro passo para entrar no mercado europeu e outros que já se encontravam na Europa apressaram-se para o Sul e aí estabeleceram os seus negócios com vista à obtenção de autorização legal de residência, ficando assim regularizados dentro da União Europeia.

A estabilidade política, o rápido crescimento económico, o desenvolvimento de mercados laborais com significativos sectores irregulares, a fraqueza dos mecanismos de controlo de imigração, a facilidade de regularização e a não inexistência de concorrência foram os principais factores para que, desde a década de 1980, Itália, Espanha e Portugal se tornassem atractivos para os imigrantes empresários chineses. Outras razões pelas quais muitos empresários chineses estão estabelecidos nos países do sul da Europa passam pela existência de um grande mercado de procura, uma boa ligação aos países vizinhos, a livre circulação dentro do espaço Schengen, um grau de concorrência baixo e a existência de redes sociais.

É igualmente relevante verificar que também existem evidentes semelhanças entre a economia informal nacional e os negócios étnicos: empresas familiares, redes sociais, utilização de trabalhadores indocumentados nas empresas de pequena dimensão e baixos níveis de conflito entre empregadores e empregados. Também em relação à estrutura das empresas chinesas pode dizer-se que esta partilha semelhanças com as empresas em geral no sul da Europa. A maioria das empresas de migrantes chineses são de pequena e média dimensão e a vertente familiar é uma constante.

É por mais evidente que a situação laboral dos migrantes chineses em Itália, Espanha e Portugal continua a dever-se à própria evolução dos negócios por eles desenvolvidos. Desta forma, os migrantes chineses não estão dependentes do mercado de trabalho nacional, mas sim das oportunidades existentes no seu seio. Até mesmo o reagrupamento familiar está relacionado com a situação laboral; juntam-se para trabalhar na economia étnica ou para ajudar no(s) negócio(s) da família. No seu caso, os negócios não são uma forma de sobrevivência face a um contexto de recepção desfavorável e hostil, como foi o caso de muitos migrantes chineses na América do Norte, mas sim uma primeira escolha, considerada como uma boa oportunidade para melhorarem o nível de vida da sua família. Mais propensos à mobilidade geográfica, continuam a ir atrás de oportunidades que surjam noutros locais, tendo em conta a vantagem da dispersão dos migrantes chineses para benefício do sucesso

dos negócios de todos. Quanto ao financiamento do negócio, este faz-se com recursos financeiros co-étnicos, não havendo, em regra, necessidade de recorrer a fontes externas. A maioria dos negócios é baseada em poupanças da família ou então em empréstimos feitos por outros co-étnicos. Raramente há recurso a instituições bancárias nacionais.

O empreendedorismo chinês de cariz transnacional no sul da Europa está crescendo rapidamente com o fluxo de migrantes e a ascensão da China na economia global. Redes que cruzam fronteiras e a facilidade de comunicação e de deslocação permitem aos empresários migrantes chineses mobilizar recursos em vários locais e manter práticas e relações transnacionais. No desenvolvimento da sua actividade comercial, o empresário chinês mantém ligações com a China, com outras empresas chinesas que se encontram na Europa e com outros empresários no Sul da Europa. Este elevado nível de internacionalização permite o conhecimento de outros mercados, ao mesmo tempo que ajuda na realização de parcerias co-étnicas.

No entanto, no caso concreto dos empresários chineses que escolheram o sul da Europa para se instalarem, a origem dos produtos que são comercializados por eles são, na sua maioria, provenientes da China, e em particular das suas regiões de origem, o que por si só não demonstra a existência de práticas e relações (económicas) transnacionais. Não obstante os negócios dos empresários chineses no Sul da Europa dependerem de contactos e parceiros nos seus países de origem e entre países da Europa, muitos não estabelecem directamente relações comerciais com a China. Só alguns o fazem porque em muitos casos não compensa fazê-lo e a maioria usufrui dessas existentes. Uma outra parte dos artigos que comercializam é produzida sobretudo em Itália e Espanha mas também em França em fábricas de empresários chineses, como é o caso específico das roupas, acessórios e artigos em couro.

No presente, as práticas e relações transnacionais dos migrantes chineses em geral e em particular dos empresários têm implicações importantes no desenvolvimento tanto do país de origem como nos países de acolhimento. Em primeiro lugar, este ‘estilo de vida’ tem necessariamente implicações no modo como os migrantes chineses se incorporam nas respectivas sociedades de acolhimento. Presentemente, muitos dos migrantes chineses no sul da Europa já não se incorporam de forma permanente. Os que mantêm práticas e relações transnacionais são cada vez mais representativos.

Estão inseridos em redes que incluem co-étnicos na China e outros que estão estabelecidos noutros países, onde se deslocam frequentemente, por motivos sociais, culturais, políticos ou culturais. Com a transferência de conhecimentos, investimentos e recursos, e com o papel que podem desempenhar como edificadores de pontes, com o seu conhecimento da cultura chinesa, do mercado do país de destino e de ambas as línguas, indiscutivelmente podem contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável tanto da China como dos países onde se encontram incorporados.

Tendo em conta que as migrações internacionais com práticas e relações transnacionais são as mais desejadas em termos de coesão social, harmonia, paz e desenvolvimento sustentável e que os migrantes chineses espalhados pelo mundo são, sem dúvida, os que mais desenvolvem práticas e relações transnacionais, é relevante que seja feito um estudo que acompanhe a evolução desta nova dinâmica, de modo a verificar se há um alastramento da mesma para a generalidade dos imigrantes chineses, tanto da vaga mais recente como das anteriores, ou se ficará consignada sobretudo à vertente económica.

O modo como os migrantes se incorporam num determinado espaço social, que é desde logo complexo, multifacetado e dinâmico, resulta de um conjunto vasto de variáveis. Estas incluem a influência da macroestrutura política, económica, social e institucional dos países de destino em geral e das especificidades dos contextos locais de fixação em particular, estas muitas vezes acabando por ter mais influência que as próprias políticas nacionais, passando pelo sistema político local, os preconceitos existentes e as atitudes e formas de acolhimento (boa recepção, indiferente, ou contestada), e também pelos efeitos da evolução temporal e das respectivas conjunturas, até às não menos importantes características dos fluxos migratórios e seus migrantes, assim como, e muito importante, da sua história. O processo de incorporação vai sofrendo uma evolução, função das alterações nas condicionantes que vão ocorrendo, não sendo de todo um processo estático.

Da exaustiva leitura que foi feita relativa à presença de migrantes chineses em vários países de todos os continentes durante a presente tese, podemos afirmar que não há um modelo de incorporação dos migrantes chineses comum a todos os países de acolhimento, registando-se significativas diferenças, apesar de haver características

comuns. Desta forma, ao analisar-se a presença de migrantes chineses em determinados contextos, verifica-se que a ‘soma’ dos vários elementos leva a resultados diferentes, se bem que nalguns casos não muito díspares, como é o caso dos países do sul da Europa Itália, Espanha e Portugal. Nalguns casos, através de um processo de mobilidade social crescente, tenderam a diluir-se na sociedade de acolhimento, noutros houve preservação das suas características étnicas não sendo relegados para uma situação de exploração e inferioridade no mercado de trabalho, noutros de auto-exclusão, de vivência em comunidade fechada – traço característico dos migrantes chineses no sul da Europa.

Perante a análise da forma como os imigrantes chineses se incorporam nos países do sul da Europa, chega-se à conclusão que eles têm uma forma específica, muito própria, de o fazerem. É, por assim dizer, uma característica dos imigrantes chineses. A sua grande capacidade de adaptação em terras estrangeiras, o sistema de valores chinês que trazem junto com eles (como a capacidade de suportar privações, trabalhando arduamente em condições extremamente duras), a atitude de aproveitar as oportunidades existentes e a tomada de risco, são características marcantes dos migrantes chineses que inevitavelmente influenciam a forma como se incorporam.

Genericamente, os chineses têm uma dependência relativamente à tradição muito vincada, tendendo a ver as suas vidas no contexto da enorme extensão da civilização chinesa, facto este que pode ser considerado como um traço cultural. Desde há milhares de anos que organizaram o universo, a natureza, a vida e a humanidade como um sistema baseado numa ética e moral universais. Até ao presente, o sistema de valores chinês tem conduzido o comportamento dos chineses e de forma vincada o comportamento dos que estão emigrados, não obstante os constantes elementos variáveis que influenciam a sua evolução ao longo do tempo e do espaço. No século XXI, apesar da existência dos actuais problemas sociais com que a China se depara, o sistema de valores chinês faz parte da cultura tradicional das famílias, dos departamentos de Estado mas também dos chineses que se encontram no exterior. Para os emigrantes chineses a sua conduta baseada no sistema de valores chinês que tem como valores principais a moral, a família, a pedagogia, o equilíbrio, o estudo, a disciplina, o trabalho e a consciência política, é um factor importante. O sistema de valores chinês oferece uma caracterização comum aos chineses que se encontram no exterior, como o trabalho árduo, o respeito por aprender, a harmonia e o apego

à família. Continua a ser uma fonte de confiança e orgulho para os chineses e tudo indica que continuará a ter um papel fundamental para a civilização chinesa, incluindo os chineses que se encontram emigrados, influenciando-a, sendo a base do *mundo chinês*, do *ser chinês*.

Não é de estranhar que haja diferenças, mas também semelhanças, entre os chineses que se encontram na China e os chineses emigrados, consoante o seu enquadramento específico. Para além disso, também há diferenças dentro do grupo dos emigrados, uma vez que os contextos socioeconómicos, políticos, culturais e ambientais e as suas vivências são também eles diversificados. Porém, há um conjunto de princípios e práticas comuns tanto entre os emigrantes chineses de um modo geral, como também entre estes e os chineses que permanecem na China, sobretudo os mais velhos.

Ainda que a recente vaga de emigração chinesa que começou na última década do século XX tenha características diferentes das vagas anteriores, a maioria dos migrantes chineses continua a viver e a ter sucesso num mundo de tradições e de moral que pratica e é no centro deste universo de tradições que o sistema de valores chinês continua a existir de forma vincada nos emigrantes chineses.

Embora todos os diversos fluxos imigratórios para o sul da Europa tenham particularidades concretas, os imigrantes chineses são os que mais se diferenciam dos restantes. Não podemos deixar de salientar a circunstância de grande parte dos restantes imigrantes que se encontram nos países do sul da Europa terem com as sociedades de acolhimento um passado colonial comum, correspondendo a antigas colónias.

Não se regista, no sul da Europa, um relacionamento espontâneo e aprofundado entre migrantes chineses e os autóctones, nem com os restantes estrangeiros, não obstante os italianos, espanhóis e portugueses, desde sempre, terem sido muito receptivos a esse marcador cultural que é a cozinha chinesa. Os migrantes chineses vivem como que ‘invisíveis’. A restante população residente pouco dá por eles, sendo que o principal contacto se faz através da interacção comercial. A imagem que a população autóctone tem dos migrantes chineses é positiva, apesar da sua evidente separação e isolamento. São considerados como muito discretos, trabalhadores e não são vistos como um problema. O facto de os migrantes chineses delimitarem o seu território de intervenção económica e se protegem no espaço da sua privacidade familiar

e co-étnica, de estarem economicamente activos num nicho, de não haver na maioria dos casos concorrência directa com a restante população residente e de em termos habitacionais também não haver concorrência, contribui para uma co-existência não conflituosa.

De um modo geral, os migrantes chineses no sul da Europa vivem fechados no seu espaço económico, familiar, e as relações sociais que estabelecem são, na sua maioria, com indivíduos co-étnicos, de preferência com quem têm alguma afinidade, seja ela familiar, relacionada com o seu local de origem ou o dialecto. Porém, esta situação de pouca interacção e das diferenças acentuadas com a restante população não se ficou a dever à existência de um contexto de recepção hostil das sociedades de acolhimento. A circunstância de funcionarem em rede contribui claramente para esse fechamento que é típico de uma situação de economia étnica. A estratégia dos migrantes chineses está inserida numa lógica de pertença a redes sociais que lhes permite serem autónomos em relação ao país de destino em termos económicos, laborais e habitacionais, sem recorrerem às instituições do país de acolhimento, situação esta que não deixa de contribuir para o seu fechamento. Verifica-se assim que as redes sociais e o capital social não têm somente aspectos positivos. Apesar disso, no início do século XXI as redes sociais continuam a ter um papel primordial para os migrantes chineses que chegam ao sul da Europa. A própria incerteza associada à condição de migrante faz com que os migrantes tendam a reforçar os laços sociais com indivíduos co-étnicos.

Quanto ao alojamento, os migrantes chineses no sul da Europa seguem uma estratégia que favorece a proximidade da habitação em relação ao local de trabalho. Para o efeito, o alojamento fica localizado, geralmente, nas imediações do local de trabalho, seja um restaurante, loja ou fábrica, modelo idêntico ao que se encontra nas empresas privadas na China. O alojamento é providenciado pelo patrão que paga as respectivas rendas e alberga os empregados.

Outra consequência e evidência do fechamento dos migrantes chineses no sul da Europa tem a ver com o facto de estes praticamente não celebrarem casamento com indivíduos da restante população residente. A maioria está casada com co-étnicos e os restantes estão solteiros. Para os migrantes chineses, pelo menos os mais antigos, o casamento com co-étnicos e, de preferência, entre pessoas de uma mesma rede

de relações, ajuda-os a serem bem sucedidos no cumprimento dos seus objectivos que passam pela poupança através do trabalho árduo.

Relativamente à educação, verifica-se que os filhos dos migrantes chineses frequentam o ensino oficial e paralelamente têm aulas de mandarim que são organizadas pelos migrantes chineses. Quanto às habilitações académicas, a grande maioria dos migrantes chineses que se encontra no sul da Europa tem estudos ao nível do secundário, verificando-se nos últimos anos um aumento do número de migrantes chineses com o ensino primário e mesmo analfabetos.

No que respeita ao uso das línguas oficiais dos países de acolhimento, verifica-se uma elevada resistência, havendo um reduzido conhecimento do italiano, espanhol ou português e uma fraca procura de formação nessa área. Devido ao fechamento social em que vivem, para além da linguagem necessária ao desenvolvimento do seu trabalho, como seja no comércio ou na restauração, têm e sentem pouca necessidade de um conhecimento aprofundado das línguas dos países que os acolhem, embora ultimamente haja cada vez mais imigrantes chineses a falar a italiano, espanhol e português.

A língua, através dos dialectos orais ou da escrita, é um dos mais importantes instrumentos de coesão dos chineses no exterior. A diversidade e heterogeneidade do uso dos dialectos chineses para a comunicação varia de acordo com o país de residência, diferenças geracionais e contexto socioeconómico. No caso do sul da Europa, como os migrantes chineses são provenientes de um número reduzido de províncias de origem, não há uma grande variedade de dialectos. Contudo, os migrantes chineses, por norma, relacionam-se sobretudo com quem partilham o mesmo dialecto. Esta situação não é específica do sul da Europa nem desta época, igualmente sucedendo noutras paragens. Não obstante, o uso do mandarim, da língua oficial chinesa, é-lhes útil no relacionamento com outros chineses que utilizam no país de acolhimento diferentes dialectos mas também com os chineses que vivem na China, sendo esta uma vantagem dos chineses do Nordeste. Pode ser usada como uma língua de trabalho não só para a comunicação mas é também muito útil no desenvolvimento de negócios e de redes. Desta forma, o uso de um dialecto comum (entre certos grupos de empresários) e da língua oficial pode melhorar a construção de redes quando o custo de informação de aprendizagem da língua é relativamente baixo. Isto reforça a razão pela qual muitos migrantes chineses no sul da Europa colocam tanto esforço na protecção da educação

chinesa. Se a língua chinesa é considerada capital social, pode servir como meio de troca para benefícios para além das trocas culturais.

Mas será que viver de forma separada e ‘invisível’ é uma estratégia consciente e propositada? Há duas justificações possíveis para essa situação. A primeira tem a ver com o carácter provisório que os migrantes chineses no sul da Europa atribuem à migração, em que o objectivo de angariar dinheiro e posteriormente regressar ao país de origem está claramente presente. A segunda relaciona-se com a falta de domínio da língua do país de acolhimento que leva a um afastamento social. Para além disso, não nos podemos esquecer que o isolamento da China face aos outros países até ao século XIX reforçou a especificidade relativa ao fechamento, sendo assim um traço cultural dos chineses. Visto estarmos perante uma imigração relativamente recente, só com o passar de mais algum tempo é que se poderá apurar se estamos perante uma situação transitória ou não.

No entanto, desde o final dos anos 1990, com o novo fluxo migratório chinês proveniente da região Noroeste, a situação de benefício da presença de migrantes chineses já estabelecidos não se pode dizer que seja para a totalidade dos migrantes chineses recém-chegados porque as características próprias deste novo fluxo imigratório chinês distingue-o dos restantes. Os migrantes do noroeste da China não vêm inseridos em redes que à partida lhes proporcionam trabalho, habitação e apoio monetário no momento da chegada e, apesar de serem todos chineses, são vistos com desconfiança pelos restantes fluxos provenientes sobretudo da província de Zhejiang mas também de Fujian. Nesta situação, sobressai a importância da província de origem e do dialecto nativo que continuam a ser as principais influências nas relações interpessoais, laborais e empresariais da maioria dos migrantes chineses no sul da Europa. Porém, perante esta nova realidade, resta saber se o sub-grupo de imigrantes chineses do Nordeste terá uma maior abertura e proximidade com a restante população residente, seja com autóctones ou com outros estrangeiros. Mas a verificação desta situação só poderá ser feita daqui a algum tempo, visto ser um fluxo imigratório extremamente recente.

Por fim, de seguida será feita uma abordagem ao papel dos imigrantes chineses que se encontram no sul da Europa para a construção de sociedades verdadeiramente *simbióticas*.

O aumento e a mudança de composição das migrações internacionais, sejam elas voluntárias ou forçadas, vieram acelerar as alterações na relação entre os indivíduos no espaço social (partilhem estes a mesma cultura ou não). O contacto frequente entre indivíduos de culturas diferentes, assim como as interligações e interdependências crescentes entre si, espalharam-se praticamente a todos os Estados. O tempo em que o indivíduo, de um modo geral, via o 'outro' do lado de lá da fronteira já se encontra distante e o espaço social passou a contar com a presença de um leque mais vasto de diferentes 'outros'. Cada vez mais, é necessário enfatizar-se a importância do contacto com culturas diferentes para o enriquecimento do indivíduo e das diferentes sociedades, indo-se, desta forma, ao encontro dos novos elementos que caracterizam as sociedades do século XXI. Para tal, é preciso partilhar um conjunto de princípios, medidas e directrizes de cariz intercultural prioritário e 'obrigatório' para todos.

Uma Sociedade culturalmente mais diversificada na qual vivemos obriga a alterações sociais de modo a desenvolverem-se novas formas de convivência, assim como a alterações ao nível institucional que acompanhem esta nova realidade social. Surge assim a necessidade, não só por parte do Estado mas também do indivíduo, de desenvolver competências interculturais e capacidades de adaptação a diferentes cenários sociais, fruto da presença constante, e não meramente pontual, de diferentes culturas. Para mudar o rumo desta convivência que se verifica extremamente conflituosa e perigosa em termos sociais, há que mudar do *paradigma da superioridade cultural* para o *paradigma da igualdade cultural*, em que a cooperação, o consenso e a tolerância são conceitos práticos indispensáveis ao equilíbrio das sociedades.

Desta forma, perante uma sociedade cada vez mais diversificada e dinâmica, torna-se indispensável contribuir para a construção de uma relação harmoniosa entre indivíduos com culturas diferentes. Iniciativas que compreendam a diversidade cultural e que favoreçam a participação de todos os cidadãos contribuem inevitavelmente, permitindo a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz, para um ambiente social harmonioso. É aqui que os imigrantes chineses têm também um papel importante a desempenhar, adaptando um comportamento que vá nesse sentido. Porém, há ainda um longo caminho a percorrer, desde logo pela razão de se estar perante indivíduos que vivem muito fechados sobre si próprios e que passam quase despercebidos à restante população. É fundamental que igualmente adoptem a perspectiva intercultural que se

baseia na procura do conhecimento cruzado entre as várias culturas presentes na sociedade e também no respeito mútuo entre elas e sujeita a códigos e sistemas de leis. Para tal, também é necessário que haja vontade para interagir e dialogar intra- e entre- culturas de modo a proporcionar-se simultaneamente um maior e melhor conhecimento de si e dos outros. Pela relevância que o sistema de valores chinês tem na condução do comportamento dos chineses, incluindo dos migrantes, e em particular da visão holística que partilham relativamente à percepção da realidade que passa pela não fragmentação, ou seja, que as partes encontram-se no ‘todo’ e que todas são igualmente importantes, não podendo existir umas sem as outras, e que todos os fenómenos estão interligados e interpenetram-se de forma global, crê-se que compreenderão sem grande dificuldade que todos têm a ganhar com a existência de um processo relacional híbrido entre indivíduos culturalmente distintos e que este deve estar relacionado com o conceito de simbiose e de interculturalidade. Havendo uma comunhão entre estes três conceitos, conseguir-se-ia acompanhar da melhor forma a evolução da composição das sociedades que são cada vez mais diversificadas. Desta forma, todos estariam a contribuir para a existência de um processo interactivo harmonioso entre pessoas de diferentes culturas, no qual existe, de facto, igualdade entre as partes, reconhecimento de ganho mútuo na convivência com outras culturas diferentes e em que a competição é substituída pela cooperação e articulação, sem haver contudo pretensão de obter uma cultura homogénea.

Com a presente tese pretendeu-se ter contribuído para o despertar do interesse pelo estudo mais objectivo da história das migrações internacionais chinesas para o sul da Europa, assim como suscitar um diálogo entre as historiografias chinesa por um lado, e portuguesa, espanhola e italiana por outro, do qual resulta uma visão mais clara da realidade. Em conformidade com esta pretensão, estão as novas linhas de investigação futuras para posteriores trabalhos sobre a imigração chinesa no sul da Europa apresentadas ao longo da conclusão.

BIBLIOGRAFIA

- ABEYASEKERE, Susan (1983), «Slaves in Batavia: Insights from a Slave Register», in REID, Anthony (Ed.), *Slavery, Bondage, and Dependency in Southeast Asia*, St. Martin's Press, New York: 286-314
- ABRAMI, Valerio Terra (2005), «Le rilevazioni demografiche correnti dell'Istat su immigrazione e presenza straniera regolare», in *Convegno L'immigrazione straniera in Italia e il ruolo della statistica*, 15-16 dicembre, Roma, Istat: 85-100
- ABREU, Alexandre (2009), *As migrações internacionais e o desenvolvimento dos países de origem*, ACIDI, Coleção TESES, 28, Lisboa
- ACCOUNTABILITY (2007), *National Responsible Competitiveness 2007 – Chinese Edition*. Disponível em: <http://www.accountability.org/images/content/0/8/086/National%20Responsible%20Competitiveness%202007%20%281%29.pdf>
- ACTIS, Walter (2009), «Reacções latino-americanas à adopção da Directiva de Retorno», in PADILLA, Beatriz & XAVIER, Maria (Org.), *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, n.º 5, ACIDI, Lisboa, Outubro: 63-86
- ALBROW, Martin (1998), *Frames and Transformations in Transnational Studies*, School of Sociology & Social Policy, WPTC- 98-02
- AMARO, Ana Maria (1998), *O mundo chinês: um longo diálogo entre culturas*, Vols. I e II, ISCSP, Lisboa
- AMMENDOLA, Carmelita F., et al. (Eds.) (2004), *The impact of immigration on Italy's society*, Italian National Contact Point within EMN-European Migration Network, Rome
- ANDAYA, Barbara Watson (1997), «Adapting to Political and Economic Change: Palembang in the late Eighteenth and early Nineteenth Centuries», in REID, Anthony (Ed.), *The Last Stand of Asian Autonomies: Responses to Modernity in the Diverse States of Southeast Asia and Korea, 1750-1900*, London McMillan Press, London: 187-215
- ANDERSON, Bridget (2001), «Multiple Transnacionalism: Space, the State and Human Relations», University of Warwick, WPTC-01-15, paper presented at Workshop on *Transnational Migration: Comparative Perspectives*, June 30-July 1, Princeton University. Disponível em: <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/Anderson.pdf>
- ANG, Ien (2003), «City versus nation-state? – Valuing local dynamics in Sydney, conference presented at plenary session 4.2 – Multiple dimensions of integration and diversity policies, 8ª Conferência Internacional do Projecto Metropolis International, Viena, 15-19 de Setembro. Acedido em 17-01-2008: www.metropolis2003.at/en/Ang.pdf

- ANGULO, Mónica Ibáñez (2008), «De la Identidad Nacional a la Ciudadanía Transnacional: Procesos Migratorios y Espacios Transnacionales», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- APAP, Joanna (2002), «Extending Citizenship Rights to Third Country Nationals. The Correlation between Migration and Integration: a sample from South Europe», in FONSECA, Maria Lucinda *et al.* (Eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Luso-American Foundation, Lisbon: 33-52
- ASHFORD, Nicholas A. (2004), «Sustainable Development and Globalization: New Challenges and Opportunities for Work Organization» in NOVA-KALTSOUNI, Christina & KASSOTADIS, Michael (Eds.), *Promoting New Forms of Work Organization and Other cooperative Arrangements for Competitiveness and Employability*, National and Kapodistrian University of Athens: 50-61
- ASIAN AFFAIRS (n.d.), *Asian Affairs Interview with Wang Gungwu: Diaspora, a much abused word*. Acedido em 18-05-2009: <http://www.asianaffairs.com/Diasporas/wanggungwu.html>
- BAGANHA, Maria Ioanna, MARQUES, José Carlos & FONSECA, Graça Maria da (2000), *Is an Ethclass emerging in Europe? The Portuguese case*, Fundação Luso-Americana, Lisboa
- BAGWELL, Susan (2006), «UK Vietnamese businesses: cultural influences and intracultural differences», *Environment and Planning C: Government and Policy*, 24(1): 51-69
- BALÁN, Jorge (1973), «Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico comparativa», *Estudos Cebrap*, São Paulo, (5): 7-79
- _ (1979), *Urbanización regional y producción agraria en Argentina: Un análisis comparativo*, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, Buenos Aires
- BALDWIN-EDWARDS, Martin (2002), *Southern European Labour Markets and Immigration: A Structural and Functional Analysis*, MMO Working Paper, No.5, November
- _ (2004), «Mediterranean Migrations: regionalism versus Globalization», *FINISTERRA – Revista Portuguesa de Geografia*, Volume XXXIX, Núm.77: 9-20
- BALOGH, Robert (2010), *Immigrants on the Italian political agenda 1990-2007*. Disponível em: <http://www.generacio2020.hu/cikkek/55>
- BANCO MUNDIAL (2005), *Remittances: Transaction Costs, Determinants, and Informal Flows*, Policy Research Working Paper, No. 3704, September
- BAPTISTA, João Afonso (2006), *Os Chineses – Percursos migratórios e estratégias de implementação em Portugal*, Autonomia 27, Azeitão
- BARBAGLI, Marzio & COLOMBO, Asher (2001), *Omosessuali moderni. Gay e lesbiche in Italia*, Il Mulino, Bologna

- BARRETO, António (Org.) (2005), *Globalização e Migrações*, Coleção Estudos e Investigações, 38, Imprensa de Ciências Sociais
- BARTOLO, Giuseppe de (2007), «Immigration in Italy: The Great Emergency», paper presented at *Population Association of America 2007 Annual Meeting*, New York, March 29-31
- BARY, William Theodore de (1960), *Sources of Chinese tradition*, vol.2, Columbia University Press, New York
- BASCH, Linda, GLICK-SCHILLER, Nina & SZANTON-BLANC, Christina (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*, Gordon & Breach, Basel
- _ (2008), «'Transnational Projects: A New Perspective' and 'Theoretical Premises'», in KHAGRAM, Sanjeev & LEVITT, Peggy (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- BAUBÖCK, Rainer (2003), «Towards a political theory of migrant transnationalism», *International Migration Review*, vol. 37, No. 3:700-723
- _ (2008), *The across borders: the growing salience of transnationalism and diaspora politics*, IMISCOE Policy Brief, n°13, October
- BECK, Ulrich (2000), *What is Globalization?*, Polity Press, Oxford
- BELLO, Massimo di (n.d.), *La devianza degli immigrati. Il ruolo delle organizzazioni criminali*, Dipartimento di Teoria e Storia del Diritto, Università di Firenze. Acedido a 10-03-2008 em: <http://www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/devianza/dibello/index.htm>
- BELTRÁN ANTOLÍN, Joaquín (2000), «La empresa familiar. Trabajo, redes sociales y familia en el colectivo chino», *OFRIM / Suplementos*, 6: 129-153
- _ (2003), *Los ocho inmortales cruzan el mar. Chinos en Extremo Occidente*, Edicions Bellaterra, Barcelona
- _ (2004), «Las comunidades chinas en España y sus actividades económicas», *Economía Exterior*, 30: 153-160
- _ (2005), «Chinese entrepreneurship in Spain: The seeds of Chinatown», in SPAAN, Ernst, HILLMANN, Felicitas & NAERSSSEN, Ton van (Eds.), *Asian migrants and European labour markets. Patterns and processes of immigrant labour market insertion in Europe*, Routledge, London
- _ (2006), *Transnacionalismo asiático. Globalización e internacionalización de la economía Española*, Fundación CIDOB. Disponible em: <http://www.fti.uab.es/interasia/documents/BeltranTransnacionalismo%20asitico.%20Globalizacin%20e%20internacionalizacin%20de%20la%20economia%20espaola.pdf>
- BELTRÁN ANTOLÍN, Joaquín & SÁIZ LOPEZ, Amelia (2001), *Comunidades Asiáticas en España*, Fundació CIDOB, Madrid
- _ (2003), «Trabajadores y empresarios chinos en Cataluña», comunicación presentada en lo *IV Congrés CATALA de Sociologia*, Reus

- _ (2007), «Sortir des niches ethniques: Les chinois au sein et en marge du marché du travail espagnol», in ROULLEAU-BERGER, Laurence (Éd.), *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*, Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, Chapitre IX: 207-228
- BELTRÁN ANTOLÍN, Joaquín, *et al.* (2006a), *Población y actividades económicas de las comunidades asiáticas en España*, Red de Investigación sobre Comunidades Asiáticas en España (RICA), Programa Asia, Fundació CIDOB
- _ (2006b), *Las Diásporas de Asia Oriental en Europa Occidental*, Fundació CIDOB
- BERG, Hendrik Van den (2004), *The International Economics*, McGraw-Hill, New York
- BERND, Zilá (n.d.), «Híbrido», CEIA, Carlos (Coord.), *E-Dicionário de Termos Literários*, ISBN: 989-20-0088-9. Acedido em 19-02-2008: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/H/hibrido.htm>
- BIAO, Xiang (2005), *Promoting Knowledge Exchange through Diaspora Networks (The Case of People's Republic of China)*, ESRC Centre on Migration, Policy and Society (COMPAS), University of Oxford, United Kingdom
- _ (2008), «A Ritual Economy of 'Talent': China and Overseas Chinese Professionals», Working Paper No. 60, COMPAS, University of Oxford, London
- BLANGIARDO, Gian Carlo & TANTURRI, Maria Letizia (2006), «La presenza straniera in Italia», in BLANGIARDO, Gian Carlo & FARINA, Patrizia (Eds.), *Il Mezzogiorno dopo la grande regolarizzazione. Immagini e problematiche dell'immigrazione*, Vol. 3, Franco Angeli, Milano: 23-51
- BLYTHE, Wilfred (1969), *The Impact of Chinese Secret Societies in Malaya: A historical Study*, Oxford University Press, London
- BÖHNING, W. R. (1984), *Studies in International Labour Migration*, MacMillan, Hong Kong
- BOLT, Paul J. (1996) «Looking to the diaspora: the overseas Chinese and China's economic development, 1978–1994», *Diaspora*, 5 (3), Winter: 647-495
- _ (2000), *China and Southeast Asia's Ethnic Chinese: State and Diaspora in Contemporary Asia*, Praeger Publishers, Westport
- BONGARDT, Annette & NEVES, Miguel Santos (2005), *A Comunidade Empresarial Chinesa em Portugal: Estratégia de negócio e Internacionalização*, Working paper G/nº11/2005, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro
- _ (2006), *The Role of Overseas Chinese in Europe in making China Global: The Case of Portugal*, Cadernos INA, Oeiras
- BORJAS, George J. (1989), «Economic Theory and International Migration», *International Migration Review*, Fall: 457-485
- BOURNE, Randolph (1916), «Trans-National America», *Atlantic Monthly* 117: 86-97

- BRAZIEL, Jana Evans & MANNUR, Anita (Eds.) (2007), *Theorizing Diaspora*, Blackwell Publishing
- BRETTELL, Caroline B. & HOLLIFIELD, James F. (Eds.) (2008), *Migration Theory: Talking across Disciplines*, Second Edition, Routledge, New York & London
- BRUBAKER, Rogers (2001), «The Return of Assimilation?», *Ethnic and Racial Studies*, 24 (4)
- CACHÓN, Lorenzo (2007), «Diez notas sobre inmigración en España 2006», in *Vanguardia dossier*, 22: 68-74
- CALADO, Jaime (n.d.), *Simbiose Perspectiva histórica*. Acedido em 19-10-2009: jaimecalado.planetaclix.pt/evolucao/simbioseperspectiva.doc
- CALDERA, Alejandro Serrano (n.d.), *Breves reflexões sobre a cultura*. Acedido em 19-10-2009: http://www.planetagora.org/portugues/tema1_suj3_texto.html
- CANALES, Alejandro & ZLOLNISKI, Christian (2000), «Comunidades Transnacionales y Migración en la Era de la Globalización», comunicación presentada en lo Simposio *Migración Internacional en las Américas*, San José, Costa Rica, 4 al 6 de Septiembre: 221-252
- CANCLINI, Néstor (2001), *Culturas Híbridas*. Editora USP, São Paulo
- CANDAU, Vera Maria (2001), *Multiculturalismo e Direitos Humanos*, acedido em 20-10-2009: www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/multiculturalismo.htm
- CANUTO, João (2005), «A Dinâmica do Confucionismo na Sociedade Moderna Chinesa», in AMARO, Ana Maria & MARTINS, Dora (Coord.), *Estudos sobre a China VII*, Volume I, ISCSP, Lisboa: 307-327
- CAPARÀ, Núria Roca i (2008), «Famílias transnacionales e identidades flexibles», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsGEDIME.files.wordpress.com/2008/02/tc-nuria-roca.pdf>
- CARATTI, Pietro & LO CASCIO, Gabriella (2006), *Sustainable Development Policies in Europe*, Fondazione Eni Enrico Mattei, Milan
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo (1979), «Post Scriptum», in *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley: University of California Press
- CARITAS/MIGRANTES, *Dossier Statistico Immigrazione*, vários anos: 1991-2005
- CARLING, Jørgen (2008), «The human dynamics of migrant transnationalism», *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 31 No. 8 November: 1452-1477
- CARREIRO, Maria João (2007), *Dinâmicas transnacionais protagonizadas por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal*, CIES e-Working Paper nº 26/2007
- CASTELLS, Manuel (1980), *The economic crisis and American society*, Princeton University Press, New Jersey

- _ (1996), *The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture*, Vol. I, Blackwell, Cambridge, USA & Oxford, UK
- CASTLES, Stephen (2000), *International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues*, UNESCO
- _ (2005), *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios – dos trabalhadores convidados às migrações globais*, Fim de Século, Lisboa
- CASTLES, Stephen & MILLER, Mark J. (2009), *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, Fourth Edition, Macmillan, London
- _ (2009), *The Age of Migration, International Population Movements in the Modern World*, 4th ed. rev., Palgrave Macmillan
- CASTRO, Fátima Velez de (2008), *A Europa do outro – a imigração em Portugal no início do século XXI: estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*, Coleção Teses, nº 16, ACIDI, Lisboa
- CASTRO, Isabel (2006), *Problemática qualitativa e quantitativa do ‘capital social’: uma exploração*, Socius WP nº3/2006
- CECCAGNO, Antonella (2002), «The Chinese Diaspora in Italy: Language/s and Identity/ies» in *Papers from the XIII EACS Conference*, Torino
- _ (2003a), «Les nouveaux migrants chinois en Italie: installations productives entre ethnicité et mondialisation», *Migrations Sociétés*, nº89: 135-150
- _ (2003b), «New Chinese migrants in Italy», *International Migration*, nr. 41 (3): 187-213
- _ (2004), «Changing Times: Recent Trends in the Relationship between Chinese Businesses and the Local Market in Italy», in TAMBURELLO, Giusi (Ed.), *L'invenzione della Cina*, Congedo, Lecce: 375-397
- _ (2005a), «The Economic Crisis and the Ban on Imports: The Chinese in Italy at a Crossroads», paper presented at *Fifth Conference of the International Society for the Study of Chinese Overseas*, Copenhagen, May
- _ (2005b), «Goodbye Dreams of Glory: the Economic Crisis Reaches the Chinese in Italy», in *Estudos sobre a China VII*, Lisboa: 737-765
- _ (2007), «Compressing Personal Time: Ethnicity and Gender within a Chinese Niche in Italy», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, Vol.33 N° 4: 635-654
- CHAN, Brenda (2006), «Virtual Communities and Chinese National Identity», *Journal of Chinese Overseas*, Volume 2, Number 1, May: 1-32
- CHAN, Kwong Bun & CHIANG, Claire (1994), *Stepping Out: The Making of Chinese Entrepreneurs*, Prentice Hall, Singapore
- CHAN, Kwok Bun & TONG, Chee Kiong (2000), «Singaporean Chinese Doing Business in China», in: CHAN, Kwok Bun, *Chinese business networks. State, Economy and Culture*, Prentice Hall, Singapore: 71-85
- CHAREST, Eric A. (2007), *Using the social capital of nationals abroad as a strategy for development in the IT sector*, ILO, DP nr.172, Geneva

- CHEE-BENG, Tang (Ed.) (2007), *Chinese Transnational Networks*, Routledge, London & New York
- CHEE-BENG, Tang, STOREY, Colin & ZIMMERMAN, Julia (Eds.) (2007), *Migration Overseas: Migration, Research and Documentation*, The Chinese University Press, Hong Kong
- CHEN, Ming-Jer (2001), *Inside Chinese business: a guide for managers worldwide*, Harvard Business School Press, Boston, Massachusetts
- CHEN, Wenhong & WELLMAN, Barry (2007), *Doing Business at Home and Away Policy Implications of Chinese-Canadian Entrepreneurship*, University of Toronto, Asia Pacific Foundation of Canada, April
- CHEN, Xiangming (2000), «Both glue and lubricant: Transnational ethnic social capital as a source of Asia-Pacific subregionalism», *Policy Sciences*, 33(3-4): 269-287
- CHEUNG, Gordon C. K. (2004), «Chinese Diaspora as a Virtual Nation: Interactive Roles between Economic and Social Capital», *Political Studies*, Vol. 52: 664-684
- CHIEW, Seen Kong (2002), «Chinese Singaporeans: Three decades of Progress and Changes», in SURYADINATA, Leo (Ed.), *Ethnic Chinese in Singapore and Malaysia: A Dialogue between Tradition and Modernity*, Singapore, Times Academia Press: 1-10
- CHIN, Ko-lin (1999), *Smuggled Chinese: Clandestine Immigration to the United States*, Temple University Press, Philadelphia
- CHONG, Li Choy (1987) History and Managerial Culture in Singapore: Pragmatism, Openness and Paternalism, *Asia Pacific Journal of Management*, 4, 3, May: 133-143
- CHRISTIANSEN, Flemming (2003), *Chinatown, Europe: an exploration of overseas Chinese identity in the 1990s*, Routledge-Curzon, UK
- CHUNG, Wai-keung (2000), «Institutional Transformation and the Creation of Chinese Entrepreneurial Networks», Paper presented for the Corfu pre-conference of the Session X: «Diaspora Entrepreneurial Networks, C. 1000-2000», 13th International Economic History Congress, Buenos Aires
- _ (2005), «Western Corporate Forms and the Social Origin of Chinese Diaspora Entrepreneurial Networks», in *Diaspora Entrepreneurial Networks, Four Centuries of History*, MCCABE, Ina Baghdiantz, HARLAFTIS, Gelina & MINOGLU, Ioanna Pepelasis (Ed.), Berg Publishers, Oxford, April: 287-311
- CID, Margarita Barañano (2008), «La reconfiguración multiescalar de la vida social: la perspectiva del transnacionalismo. Dos ejemplos de aplicación de esta perspectiva», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- CÓ, João Ribeiro Butiam (2007), *Os 'limites' da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas*, Socius Working Paper nº4, ISEG/UTL

- COHEN, Robin & KENNEDY, Paul (1998), *Transnational social movements: an assessment*, Department of Sociology, University of Warwick, WPTC-98-10
- COLECTIVO IOE (2003), *Inmigración y ciudadanía. España en el contexto de las migraciones internacionales*, Editorial Fundamentos, Madrid
- COLEMAN, James S. (1988), «Social capital in the Creation of Human Capital», *American Journal of Sociology*, 94: 95-120
- COLLYER, Michael (2005), «Citizens without Borders”?: Discussions of Transnationalism and Forced Migrants», *Ninth Conference of the International Association for the Study of Forced Migration*, São Paulo, Brazil, January 2005
- COLOMBO, Asher & SCIORTINO, Giuseppe (2004), «Italian immigration: the origins, nature and evolution of Italy’s migratory systems», *Journal of Modern Italian Studies*, 9(1): 49-70
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2005), *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- COMUNE DI PRATO, *Pratomigranti.it*: <http://www.comune.prato.it/immigra/>
- COMUNIDADES EUROPEIAS (2004), *Manual de Integração para decisores políticos e profissionais*, Bruxelas
- CORKILL, David (2001), «Economic migrants and the labour market in Spain and Portugal», *Ethnic and Racial Studies*, Vol.24, No.5, September: 828-844
- CHENG, Anne (2006), *Conversações de Confúcio*, Colecção Iluminações, Editorial Estampa, Lisboa
- CORNELIUS, Wayne A., ESPENSHADE, Thomas J. & SALEHYAN, Idean (2001), *International migration of the highly skilled. Demand, supply, and development consequences in sending and receiving countries*, UC-San Diego, Center for Comparative Immigration Studies
- CORNELIUS, Wayne A. & KEMPER, Robert (1978), *Latin American Urban Research*, Volume 6. 1., Sage Publication, London
- CORTESE, Antonio (2004), «La presenza straniera in Europa e in Italia: un’analisi quantitativa», *Economia Italiana*, N°3: 597-615
- CORREIA, Manuel (1995), «O adeus chinês a Moçambique», *Macau*, Agosto
- COSTA, Francisco Lima da (2002), «O contributo das associações para a imigração: o caso da comunidade chinesa em Portugal», *Revista da Administração Pública de Macau*, Número 56 (2º de 2002), Volume XV, Junho, Macau: 667-692
- COURRIER INTERNACIONAL (2006), «Chineses no Mundo», 62, 9-15 de Junho
- CROSS, Gary (1983), *Immigrant Workers in Industrial France: The Making of a New Laboring Class*, Temple University Press, Philadelphia

- CUBILLO, Andrés Tornos (Ed.) (2003), *Los inmigrantes y el mundo del trabajo*, Publicaciones de la Universidad Pontificia Comillas, Madrid
- DAN, Yu (2009), *Os Ensinamentos de Confúcio – A sabedoria antiga no mundo actual*, Editorial Presença, Barcarena
- DESIDÉRIO, Emilda de Jesus (2006), *Migração Internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do programa estudante – convênio de graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro*, Dissertação de Mestrado, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro
- DINERMAN, Ina R. (1978), «Patterns of adaptation among households of U.S. - Bound migrants from Michoacán, Mexico», *International Migration Review*, V.XII, n.4
- DINIS, Anabela & USSMAN, Ana Maria (2006), «Empresarialidade e empresário: Revisão da literatura», *Comportamento Organizacional e Gestão*, Vol.12, Nº1: 95-114
- DODD, Sara, & PATRA, E. (2002), «National differences in entrepreneurial networking», *Entrepreneurship and Regional Development*, 14: 117-134
- DUARA (1997), «Nationalists among Transnationals: Overseas Chinese and the Idea of China, 1900-1911», in ONG, Aihwa & NONINI, Donald (Eds.), *Ungrounded Empires: The Cultural Politics of Modern Chinese Transnationalism*, Routledge, New York
- EMBER, Melvin, EMBER, Carol R. & SKOGGARD, Ian (2005), *Encyclopedia of Diasporas*, Springer, New York
- ELKINGTON, John & HARTINGAN, Pamela (2008), *The power of unreasonable people: how social entrepreneurs create markets that change the world*, Harvard Business Press, Boston Massachusetts
- EPSTEIN, Gil S. & GANG, Ira N. (2004), *Ethnic Network and International Trade*, IZA Discussion Paper No. 1232. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=574064>
- ESPÍRITO SANTO, Ricardo (2009), *A questão da securitização da imigração chinesa em Portugal no quadro da União Europeia*, Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, FEUC, Coimbra. Acedido em 22-05-2010: https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/11912/1/Relat%C3%B3rio_Mestrado_Ricardo_Esp%C3%ADrito_Santo.pdf
- EUROPEAN COMMISSION (1995), *A Long term policy for China-Europe Relations*, Brussels
- _ (1998), *Building a Comprehensive Partnership with China*, Brussels
- _ (2001a), *A Sustainable Europe for a better World: A European Union Strategy for Sustainable Development*, Brussels
- _ (2001b), *Green Paper Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility*, Brussels
- _ (2001c), *EU Strategy towards China: Implementation of the 1998 Communication and Future Steps for a more Effective EU Policy*, Brussels

- _ (2002), *Towards a global partnership for sustainable development*, Brussels
 - _ (2003), *A maturing partnership: shared interests and challenges in EU-China relations*
 - _ (2006a), *China Country Strategy paper 2007-2003*
 - _ (2006b), *EU-China: Closer Partners, growing responsibilities*
 - _ (2007a), *Progress report on the Sustainable development Strategy*, Brussels
 - _ (2007b), *Measuring progress towards a more sustainable Europe*, Eurostat statistical books, Luxembourg
- EUROPEAN MIGRATION NETWORK (2003), *The evolution of Italian immigration policy*, Report, UE
- EUROPEAN UNIVERSITY INSTITUTE (2008), *Conference on diaspora and transnationalism*, 10-11 April, Florence
- EWING, Michael & WINDISCH, Lydia (2007), «Corporate Social Responsibility in China», paper presented in *Anzpac Conference*, University of Otago, New Zealand
- FAIST, Thomas (1997a), «The Crucial Meso-Level», in HAMMAR, Tomas *et al.* (Eds.), *International Migration, Immobility and Development. Multidisciplinary Perspectives*, Berg, Oxford & New York: 187-218
- _ (1997b), «From Common Questions to Common Concepts», in HAMMAR, Tomas *et al.* (Eds.), *International Migration, Immobility and Development. Multidisciplinary Perspectives*, Berg, Oxford & New York: 247-276
 - _ (1998), *International Migration and Transnational Social Spaces: Their evolution, significance and future prospects*, Institut für Interkulturelle und Internationale Studien, Arbeitspapier Nr. 9/98, Universität Bremen
 - _ (2000a), *The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces*, Oxford University Press, Clarendon Press, Oxford, New York
 - _ (2000b), «Transnationalization in international migration: implications for the study of citizenship and culture», *Ethnic and Racial Studies*, 23, 2 March: 189-222
 - _ (2001), «Dual Citizenship as Overlapping Membership», *Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations*, 3/01, November
 - _ (2004), «The border-crossing expansion of social space: concepts, questions and topics», in FAIST, Thomas & OZVEREN, Eyup (Eds.), *Transnational Social Spaces, Agents, Networks and Institutions*, Ashgate
 - _ (2007a), «Transnationalisation and Development (s): Towards a North-South Perspective», *Migration Letters*, Volume 4, N°2: October: 183-199. Disponible em: www.migrationletters.com
 - _ (2007b), *Transstate Social Spaces and Development: Exploring the Changing balance between Communities, Status and Markets*, DP/169/2007, International Institute for Labour Studies, Geneva

- _ (2010), «Transnationalism and the Persistence of Homeland Ties», in KIVISTO, Peter & FAIST, Thomas (Eds.), *Beyond a Border: The Causes and Consequences of Contemporary Immigration*, Pine Forge Press, Thousand Oaks, California
- FAIST, Thomas & OZVEREN, Eyuep (Eds.) (2004), *Transnational social spaces: agents, networks and institutions*, Ashgate, England & USA
- FAZITO, Dimitri (2002), «A Análise de Redes Sociais (ARS) e a migração: mito e realidade», trabalho apresentado no *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 4-8 Novembro
- FERNANDES, António Teixeira (1995), «Etnicização e racização no processo de exclusão social», *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras do Porto, nº5: 7-67
- FERREIRA, Eduardo de Sousa & Rato, Helena (2000), *Economia e Imigrantes: Contribuição dos Imigrantes para a Economia Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras
- FERREIRA, Eduardo de Sousa & MORTÁGUA, Maria João (2005), «Discoverers of the West or the Asian Art of Commerce in Portugal», in *La création d'entreprises innovantes et les expériences de spin-off universitaires dans l'Europe élargie, Actes de la XI Conférence Internationale du Réseau PGV*, Università degli Studi di Perugia, Perugia, Italia: p.160-165
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, LOPES, Carlos M. & MORTÁGUA, Maria João (2009), *A Diáspora Angolana em Portugal: Caminhos de Retorno*, Editora Príncipe, Cascais
- FERREIRA, Eduardo de Sousa, RATO, Helena & MORTÁGUA, Maria João (2004), *Viagens de Ulisses: efeitos da imigração na economia portuguesa*, ACIME, Lisboa
- _ (2005), *Novos Caminhos da Europa: A Imigração de Leste*, Celta Editora, Oeiras
- FIELD, John (2007), *Social Capital*, Routledge, London & New York
- FIGUEIREDO, Joana Miranda (2005), *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento – realidades compatíveis no contexto europeu?*, Coleção Teses, 3, ACIDI, Lisboa
- FITZGERALD, David (2002), *Rethinking the 'Local' and 'Transnational': Cross-Border Politics and Hometown Networks in an Immigrant Union*, The Center for Comparative Immigration Studies University of California, Los Angeles, Working Paper 58, August
- FONER, Nancy (2005), *In a New Land: A Comparative View of Immigration*, New York University Press, New York
- FONG, Eric & LUK, Chiu (2007), *Chinese Ethnic Business Global and local perspectives*, Routledge, London & New York
- FONSECA, Maria Lucinda et al. (Eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Luso-American Foundation, Lisbon
- FONTAINE, François (2004), *Do workers really benefit from their social networks?*, IZA DP No.1282

- FORAY, Johan (n.d.), «Les Méthodes de Management de la Diaspora Chinoise», *Mémoire de fin d'études. Niveau Maîtrise Ingénierie Commerciale*. Disponível em: <http://france.chine.free.fr/diaspora/MemoireDiaspora.doc>
- FOURON, Georges & GLICK-SCHILLER, Nina (2001), «All in the Family: Gender, Transnational Migration, and the Nation-State», *Identities: Global Studies in Culture and Power* 7: 539-582
- FREEDMAN, Maurice (1967), *Rites and Duties, or Chinese Marriage: An inaugural lecture*, G. Bell and Sons, London
- FUKUYAMA, Francis (1999), *Social capital and civil society*, International Monetary Fund, October
- GABRIELLI, Domenico, STROZZA, Salvatore & TODISCO, Enrico (2009), *Country Report Italy*, PROMINSTAT (Promoting Comparative Quantitative Research in the Field of Migration and integration in Europe), April, UE
- GAMLEN, Alan (2006), *Diaspora Engagement Policies: What are they, and what kinds of states use them?*, COMPAS-Centre on Migration, Policy and Society, WP-06-32, University of Oxford
- _ (2008), *Why Engage Diasporas?*, Working Paper 08-63, COMPAS, University of Oxford
- GAO, Jia (2009), «The Diasporisation of Contemporary Overseas Chinese: From Alienation to an Alternative Way of Life», in FERNANDEZ, Jane (Ed.), *Diasporas: Critical and Inter-disciplinary Perspectives*, Inter-Disciplinary Press, Oxford, United Kingdom
- GAO, Yun & POISSON, Véronique (2005), *Le trafic et l'exploitation des immigrants chinois en France*, International Labour Office, Geneva
- GARCÍA, Maria Begoña (2004), «Ingleses e Irlandeses en España», in *La inmigración en España*, Actas del Coloquio Cátedra UNESCO 226 sobre Migraciones, Santiago de Compostela, 6-7 Noviembre de 2003, Universidad de Compostela publicaciones
- GARRIDO, Ángeles Arjona & OLMOS, Juan Carlos Checa (2006), «Economía Étnica. Teorías, conceptos y nuevos avances», *Revista Internacional de Sociología*, Vol. LXIV, nº45, Septiembre-Diciembre: 117-143
- GCIM – GLOBAL COMMISSION ON INTERNATIONAL MIGRATION (2005), *As migrações num mundo interligado: Novas linhas de acção*, tradução e publicação da edição portuguesa pela Fundação Calouste Gulbenkian, Outubro
- GEIGER, Pedro P. (2000), «Migrações internacionais e transnacionalismo na atualidade», *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, Jan./Dez. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol17_n1e2_2000/vol17_n1e2_2000_115pv_213_216.pdf
- GELBRAS, Vilia (2002), «Chinese Migration and Chinese Ethnic Communities in Russia», in IONTSEV, Vladimir (Ed.), *World in the Mirror of International*

Migration, Scientific Series International Migration of Population: Russia and the Contemporary World, MAX Press: 18-33

GEP/MTSS – GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO/MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL DE PORTUGAL, «Quadros de Pessoal», de vários anos: 2000, 2002-2007. Disponível em: <http://www.gep.mtss.gov.pt/destaques/oa2010qp.php>

GEORGE, Pierre (1985), «Géopolitique des minorités», PUF, Col. "Que sais-je?", n.2189, Paris

GEORGES, Eugenia (1992), «Gender, Class and Migration on the Dominican Republic Womens Experience, in GLICK-SCHILLER, Nina, BASCH, Linda & BLANC-SZANTON, Cristina (1992), *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*, New York Academy of Science, New York

GHOSH, Sutama, & WANG, Lu (2003), «Transnationalism and Identity. A Tale of Two Faces and Multiple Lives», *The Canadian Geographer*, 47(3): 269-282

GIBNEY, Matthew J. & HANSEN, Randall (Eds.) (2005), *Immigration and Asylum: From 1900 to the Present*, (3 Volume set), ABC-CLIO Ltd., San Francisco

GILCHRIST, Alison (2009), *The well-connected community – A network approach to community development*, second edition, The Policy Press, Bristol

GLICK-SCHILLER, Nina (1999), «Transmigrants and Nation-States: Something Old and Something New in the U.S. Immigrant Experience» in HIRSCHMANN, Charles, KASINITZ, Philip & DEWIND, Josh (Eds.), *The Handbook of International Migration*, The Russell Sage Foundation, New York: 94-119

_ (2000), «Building a Transnational Perspective on Migration» in *Transnational Migration: Comparative Theory and Research Perspectives-An informal workshop*, Oxford, England

GLICK-SCHILLER, Nina & FAIST, Thomas (Eds.) (2010), *Migration, Development and Transnationalization – a critical stance*, Critical Interventions: A Forum for social Analysis, Volume 12, Berghahn Books, New York & Oxford

GLICK-SCHILLER, Nina & FOURON, Georges E. (1999), «Terrains of Blood and Nation: Haitian Transnational Social Fields», *Ethnic and Racial Studies*, 22: 340-366

_ (2007), «Transnational lives and national identities: The identity politics of Haitian immigrants» in SMITH, Michael Peter & GUARNIZO, Luis Eduardo (Eds.), *Transnationalism from below*, Volume 6, Series Comparative Urban and Community Research, Transaction Publishers, New Brunswick e London

GLICK-SCHILLER, Nina & LEVITT, Peggy (2006), *Haven't We Heard This Somewhere Before? A Substantive View of Transnational Migration Studies by Way of a Reply to Waldinger and Fitzgerald*, Working Paper #06-01, Center for Migration and Development, Princeton University, January

- GLICK-SCHILLER, Nina, BASCH, Linda & BLANC-SZANTON, Cristina (1992), *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered*, New York Academy of Science, New York
- _ (1995), «From Immigrant to transmigrant: theorizing», *Anthropological Quarterly*, 68 (1): 48-63
- GLICK-SCHILLER, Nina, FOURON, Georges & GOLDRING, Luin (2007), «The power of status in transnational social fields» in SMITH, Michael Peter & GUARNIZO, Luis Eduardo (Eds.), *Transnationalism from below*, Volume 6, Series Comparative Urban and Community Research, Transaction Publishers, New Brunswick e London
- «Glocal», in: WIKIPEDIA, 2010
- GÓIS, Pedro Manuel (2004), *A construção secular de uma identidade transnacional: a cabo-verdiana do (ou no) mundo cabo-verdiano*, Projecto de tese de Doutoramento apresentado na especialidade de Sociologia da Cultura da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- GOLD, Steven J. (2005), «Migrant Networks: A summary and critique of relational approaches to international migration», in ROMERO, Mary & MARGOLIS, Eric (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden MA, Blackwell: 257-285
- GOLDEN, Seán (2003), «Modernidad versus postmodernidad en China. El debate entre los 'valores asiáticos' y los 'valores universales'», *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, núm.63: 9-32
- GOLDRING, Luin (1998), «The power of status in transnational social spaces.», in GUARNIZO, Eduardo L. & SMITH, Michael P. (Eds.), *Transnationalism from below*, Transaction Press, New Brunswick, New Jersey: 165-195
- GOLDSTONE, Jack A. (1997), «A Tsunami on the Horizon? The Potential for International Migration from the People's Republic of China», in SMITH, Paul J. (Ed.), *Human Smuggling: Chinese Migrant Trafficking and the Challenge to America's Immigration Tradition*, Washington D.C., The Center for Strategic and International Studies: 48-75
- GOLINI, Antonio & STROZZA, Salvatore (1998), «Immigration and Foreign People in Six Italian Metropolitan Areas», *Studi Emigracione/Migration Studies*, 35, (129): 65-86
- GONÇALVES, José Mapril (2001), *Os chineses no Martim Moniz: oportunidades e redes sociais*, Socinova WP 19
- GOWRICHARN, Ruben (2004), «Diaspora and Transnationalism in Plural Societies», Keynote Speech Delivered at the *International Conference on Diaspora and Transnationalism in Plural Societies*, organized by the Anton de Kom University of Suriname on 26-29 February
- GRANET, Marcel (1997), *O Pensamento Chinês*, Contraponto Editora, Rio de Janeiro
- GRAY, John (2000), *Falso Amanhecer*, Gradiva, Lisboa

- GREAME, Johanson, SMYTH, Russell, & FRENCH, Rebecca (Eds.) (2009), *Living Outside the Walls: The Chinese in Prato*, Cambridge Scholars Press, Cambridge
- GREVE, Arent & SALAFF Janet W. (2007), «Social network Approach to Understand the Ethnic Economy: A Theoretical Discourse», *Geojournal*, Volume 64, Number 1: 7-16
- GRILLO, Ralph (2001), *Transnational Migration and Multiculturalism in Europe*, WPTC-01-08, School of African & Asian Studies (AFRAS)/Centre for the Comparative Study of Culture, Development & the Environment (CDE), University of Sussex
- GRILLO, Ralph, RICCIO, Bruno & SALIH, Ruba (2000), *Here or there? Contrasting experiences of transnationalism: Moroccans and Senegaleses in Italy*, Centre for the Comparative Study of Culture, Development and the Environment, Sussex University, Brighton (United Kingdom). Disponível em: <http://www.sussex.ac.uk/Units/CDE/Level2/Research/booklet.pdf>
- GROOTAERT, Christianan (1998), *Social Capital: the missing link?*, The World Bank, April
- GROOTAERT, Christianan *et al.* (2003), *Questionário Integrado para Medir capital Social*, Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social, 23 de Junho
- GU, Zhibin (2005), *'Made in China': O maior palco da globalização no século XXI*, Centro Atlântico, Portugal
- GUARNIZO, Luis E. (1994), «*Los Dominicanyorks: The Making of a Binational Society*», *The Annals of the American Academy of Social and Political Science*, vol. 533, May: 70-86
- _ (2000), «Notes on Transnationalism», in *Transnational Migration: Comparative Theory and Research Perspectives – An informal workshop*, Oxford, England
- GUARNIZO, Luis E. & SMITH, Michael P. (1998), «The Locations of Transnationalism» in SMITH, Michael P. & GUARNIZO, Luis E., *Transnational from Below*, Transaction Books, New Brunswick, New Jersey: 3-34
- GUARNIZO, Luis E., PORTES, Alejandro & HALLER, William (2003), «Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political action among contemporary migrants», *American Journal of Sociology*, Volume 108, nº6 (May): 1211-1248
- GUERASSIMOFF-PINA, Carine (2003), «La Chine et les nouveaux migrants chinois en Europe, introduction au dossier spécial», *Migrations-Société*, vol.15, nº86: 21-28
- _ (2006), «Gender and Migration Networks: New Approaches to Research on Chinese Migration to France and Europe», *Journal of Chinese Overseas*, nº2, 1: 134-145
- GUILHERME, Manuela, GLASER, Evelyne & MÉNDEZ-GARCIA, María del Carmen (2010), *The Intercultural Dynamics of Multicultural Working*, Languages for Intercultural Communication and Education, 19, Multilingual Matters, Bristol
- GUO, Shihao & DEVORETZ, DON J. (2006), *Chinese Immigrants in Vancouver: Quo Vadis?*, IZA DP No. 2340, September

- GUNGWU, Wang (2000), *The Chinese Overseas – From Earthbound China to the Quest for Autonomy*, Harvard University Press, London
- HAMMAR, Tomas *et al.* (Eds.) (1997), *International Migration, Immobility and Development. Multidisciplinary Perspectives*, Berg, Oxford & New York
- HANNERZ, Ulf (2002), *Flows, Boundaries and Hybrids: Keywords in Transnational Anthropology*, Dept. of Social Anthropology, Stockholm University, WPTC-2K-02
- HARDING, Harry (1993), «The Concept of 'Greater China': Themes, Variations and Reservations», *The China Quarterly*, n°136: 660-695
- HARIM, Karim H. (1999), *From Ethnic Media to Global Media: Transnational Communication Networks Among Diasporic Communities*, International Comparative Research Group, Strategic Research and Analysis, Canadian Heritage, WPTC-99-02
- HEAR, Nicholas Van (1998), *New Diasporas. The mass exodus, dispersal and regrouping of migrant communities*, UCL Press, London
- HELD, David *et al.* (1999), *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Stanford University Press, Stanford, United States
- HIEBERT, D., & LEY, D. (2003), «Assimilation, cultural pluralism and social exclusion among ethnocultural groups in Vancouver», *Urban Geography*, 24(1): 16-44
- HOLZMANN, Robert & POUGET, Yann (2010), *Towards an Objective-driven System of Smart Labor Migration Management*, IZA Policy paper No. 20, November
- HORST, Cindy (2002), *Transnational Dialogues: Developing Ways to do Research in a Diasporic Community*, University of Amsterdam, June
- HORTA, Ana Paula Beja (2002), *Transnational Networks and the Local Politics of Migrant Grassroots organizing in Post-Colonial Portugal*, WPTC-02-03, Universidade Aberta/CEMRI
- HUGO, Graeme (2003), *Migration and Development: A Perspective from Asia*, IOM Migration Research Series
- HUNTINGTON, Samuel P. (1996), *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa
- IDOS – Italian National Contact Point within EMN-European Migration Network (ed.) (2004), *The impact of immigration on Italy's society*, Rome
- IEFP – INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, «Estatísticas Mensais» de vários anos: 2003-2008, Ministério do Trabalho de Portugal. Disponível em: <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ InformacaoMensal/Paginas/ Home.aspx>
- _ «Relatórios anuais» de vários anos: 2003-2008. Disponível em: <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/RelatoriosAnuais/Paginas/ Home.aspx>
- ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (2001), *Migration of Highly Skilled Persons from Developing Countries: Impact and Policy Responses. Synthesis*

- Report*, International Migration Papers (IMP-44). Acedido em 22-08-2010:
<http://mirror/public/english/protection/migrant/publ/imp-list.htm>
- IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (2008), *World Migration 2008, Managing Labour Mobility in the Evolving global Economy*
- _(n.d.), Migração-Tipologias, em: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/pid/522>
- IOM & MINISTERO DELL'INTERNO (2008), *Analisi di elaborazione dati sull'immigrazione cinese*, Ministero dell'Interno, Roma
- «Incorporação», in DICIONÁRIO PORTO EDITORA, 2008
- «Integração», in DICIONÁRIO FARLEX, 2010
- «Integração», in INFOPÉDIA, Porto Editora, 2003-2009. Acedido em 28-10-2009:
<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/integração>
- «Integrar», in INFOPÉDIA, Porto Editora, 2003-2009. Acedido em 28-10-2009:
<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/integrar>
- ISOIRD, Carlos Fernandez (2008), *Towards a Social Innovation Methodology*, Social Innovation. Disponível em: <http://www.socialinnovationexchange.org/node/297>
- ISMU – FONDAZIONE INIZIATIVE E STUDI SULLA MULTIETNICITÀ, *Statistica – Banca Data Nazionale*
- ISTAT – ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA DE ITÁLIA, *La presenza stranieri in Italia*, Relatórios estatísticos de vários anos: 1998-2007
- ITZIGSOHN, José *et al.* (1999), «Mapping Dominican Transnationalism: Narrow and Broad Transnational Practices», *Ethnic and Racial Studies*, 22: 316-339
- JACKSON, John A. (1991), *Migrações*, Escher, Lisboa
- JANSEN, Clifford J. (1969), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press
- JEANTET, Thierry (2008), «A economia social – uma alternativa ao capitalismo», *Le Monde Diplomatique*, Lisboa
- JIMÉNEZ, Cecilia Inés (2008), «Aportaciones de la teoría de la práctica a la construcción del campo social transnacional», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- JORGENSEN, Martin Bak (2008), *Transnationalising Civil Society?: Theoretical and Empirical Reflections on how to Transnationalise Citizenship*, COMPAS-Centre on Migration, Policy and Society, WP-08-62, University of Oxford
- KAHANEC, Martin & ZIMMERMANN, Klaus F. (2010), *A Policy Agenda for Diversity and Minority Integration*, IZA Policy Paper No. 21, December
- KASAL, Russell (1999), «Revisiting Assimilation: The Rise, Fall, and Reappraisal of a Concept in American Ethnic History», in YETMAN, Norman R. (Ed.), *Majority and Minority: The Dynamics of Race and Ethnicity in American Life*, 6th ed., Allyn & Bacon, Boston: 285-311

- KASTORYANO, Riva (1998), *Transnational Participation and citizenship, Immigrants in the European Union*, WPTC-98-12
- _ (2001), *El alcance del transnacionalismo*, Centro de Investigación y estudios internacionales, Paris
- KEARNEY, Michael (2008), «The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism», in KHAGRAM, Sanjeev & LEVITT, Peggy (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- KENNEDY, Paul & ROUDOMETOF, Victor (2001), *Communities Across Borders under Globalising Conditions: New Immigrants and Transnational Cultures*, WPTC-01-17
- KHAGRAM, Sanjeev (2006), «Possible future architectures of global governance: A transnational perspective/prospective», *Global Governance*, 12: 97-117
- KHAGRAM, Sanjeev & LEVITT, Peggy (Eds.) (2008a), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- _ (2008b), «Constructing Transnational Studies» in KHAGRAM, Sanjeev e LEVITT, Peggy (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- KHONDKER, Habibul Haque (2004), «Glocalization as Globalization: Evolution of a Sociological Concept», *Bangladesh e-Journal of Sociology*, Vol.1, No. 2, July
- KING, A. Y. (1991), «Kuan-hsi and network building: A sociological interpretation», *Daedalus*, 120 (2): 63-84
- KIONG, Tong Chee & KEE, Yong Pit (1998), «Guanxi bases, xinyong and Chinese business networks», *The British Journal of Sociology*, 49(1): 75-96
- KIVISTO, Peter & FAIST, Thomas (2009), *Beyond a Border. The Causes and Consequences of Contemporary Immigration*, Sage Publications Inc., USA
- KLAUS, Nielsen (2003), *Social Capital and Innovation Policy*, Research paper no. 10/03, Network institutional Theory
- KOFF, Harlan (2003), «A Comparative evaluation», in KOFF, Harlan (Ed.), *Migrant Integration in European Cities*, Ethnobarometer, Second Report, Rome: 9-37
- KOOPMANS, Ruud & STATHAM, Paul (2001), «How national citizenship shapes Transnacionalism: A comparative analysis of migrant claims-making in Germany, Great Britain and the Netherlands», in JOPPKE, Christian & MORAVSKA, Ewa (Eds.), *Integrating Immigrants in Liberal Nation-States: From Postnational to Transnational*, University of California Press, Berkeley
- KOSER, Khalid (2008a), «Dimensions and Dynamics of Contemporary International Migration», Paper prepared for the conference on *Workers without borders: Rethinking economic migration*, Maastricht Graduate School of Governance, 18 March
- _ (2008b), «Why Migrant Smuggling Pays», *International Migration* 46(2): 3-26

- KRITZ, Mary M. & ZLOTNIK, Hania (1992), «Global interactions: migration systems, processes and policies», in KRITZ, Mary M., LIM, Lin Lean & ZLOTNIK, Hania (Eds.) *International migration systems, a global approach*, Clarendon Press, Oxford, UK: 1-15
- KRITZ, Mary M., KEELY, Charles B. & TOMASI, Silvano M. (1981), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International population Movements*, Center for Migration Studies, New York
- KRITZ, Mary M., LIM, Lin Lean & ZLOTNIK, Hania (Eds.), *International migration systems, a global approach*, Clarendon Press, Oxford, UK
- KUHN, Philip A. (2006), «Why China Historians Should Study the Chinese Diaspora, and Vice-versa», *Journal of Chinese Overseas* 2, 2, November: 163-172
- _ (2008), *Chinese among others: emigration in modern times*, Rowman & Littlefield Publishers, Inc, Maryland
- KUZNETSOV, Yevgeny (2006), *Diaspora Networks and the International Migration of Skills. How Countries can draw on their talent abroad*, The World Bank, Washington
- KWONG, Peter (2007), *Chinese Migration Goes Global*, Yale Global Online Magazine. Acedido em 03-04-2010: <http://yaleglobal.yale.edu>
- LA SPINA, Encarnación (2008), «La familia transnacional como factor de transformaciones socioeconómicas, políticas y jurídicas», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- LAFIN, Jing Li & VUTTA-ABHAI, Phruti (2006), *Chinese are coming! The Development of sales offices and Distribution Cluster by Chinese SMEs in Europe*, Master Thesis within International Logistics and Supply Chain Management , Internationella Handelshögskolan, Jönköping, Sweden
- LANDOLT, Patricia (2000), *The Causes and Consequences of Transnational Migration: Salvadorans in Los Angeles and Washington D.C.*, Ph.D. dissertation, Department of Sociology, The Johns Hopkins University, USA
- _ (2001), «Salvadoran Economic Transnationalism: Embedded Strategies for Household Maintenance, Immigrant Incorporation, and Entrepreneurial Expansion», *Global Networks: A Journal of Transnational Affairs*, 1(3): 217-241
- LANIADO, Ruthy Nadia & MILANI, Carlos R.S. (2006), «Transnational Social Movements in a Globalizing World: A Methodological approach based on the analysis of the World Social Forum», delivered at the Workshop *Transnationalisation of Solidarities and Women Movements*, Political Science Department, Université de Montréal, 27-28 April
- LARIN, Alexander G., (1998) «Chinese in Russia. An Historical Perspective», in BENTON, Gregor, PIEKE, Frank N. (Ed.), *The Chinese in Europe*, Macmillan Press, London

- LENDERS, Mary (1995), «From inclusion to exclusion: refugees and immigrants in Italy between 1861 and 1943», *Immigrants & Minorities*, 14(2): 115-38
- LEVITT, Peggy (2000), *Transnational Migration and Development – A Case of Two for the Price of One?*, Working Paper, Center for Migration and Development, Princeton University
- _ (2001a), *The Transnational Villagers*, University of California Press, Berkeley & Los Angeles
- _ (2001b) «Transnational migration: taking stock and future directions», *Global Networks: A Journal of Transnational Affairs*, Volume 1, July: 195-216
- _ (2004), *Transnational Migrants: When 'Home' Means More Than One Country*, Migration Information Source, October. Disponible em: <http://www.migrationinformation.org>
- _ (2006), «Transnational Migration: Conceptual and Policy Challenges», in TAMAS, Kristof & PALME, Joakim (Eds.), *Globalizing Migration Regimes: New challenges to Transnational Cooperation*, Ashgate, UK, pp. 23-36
- _ (2009), «Roots and Routes: Understanding the lives of the second generation transnationally», *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 35, 7: 1225-1242
- LEVITT, Peggy & DEHESA, Rafael de la (2003), «Transnational migration and the redefinition of the state: Variations and explanations», *Ethnic and Racial Studies*, Vol.26, July: 587-611
- LEVITT, Peggy & GLICK-SCHILLER, Nina (2004), «Conceptualizing simultaneity: A transnational social field perspective on society», *International Migration Review*, 38 (145) Fall: 595-629
- LEVITT, Peggy & JAWORSKY, Bernardette N. (2007), «Transnational Migration Studies: Past Developments and Future Trends», *Annual Review of Sociology*, 33: 129-156
- LEVITT, Peggy & Sorenson, Ninna Nyberg (2004), «Global Migration Perspectives: The transnational turn in migration studies», in *Global Migration Perspectives*, No. 6. Global Commission on International Migration, October
- LI, Cheng (2000), «'Credentialism' versus 'Entrepreneurism'», in CHAN, Kwok Bun, *Chinese business networks. State, Economy and Culture*, Prentice Hall, Singapore: 86-111
- LI, Minghuan (2004), «Myths of creation and the creation of myths: interrogating Chinese diaspora (1)», *Chinese America: History and Perspectives*, Gale, Cengage Learning
- LI, Peter S. (2007), «Business owners and workers: Class locations of Chinese in Canada», in FONG, Eric & LUK, Chiu, *Chinese Ethnic Business Global and local perspectives*, Routledge, London & New York
- LIGHT, Ivan (2007), «Economías Étnicas» in BELTRÁN, Joaquín, OSO, Laura & RIBAS, Natalia, (ed.), *Empresariado Étnico en España*, Ministerio de Trabajo y Asuntos

Sociales y Fundació CIDOB, Madrid: 41-69. Disponível em: www.cidob.org/es/content/download/4578/46009/file/03_light.pdf

- LIU, Hong (1999), «Organized Chinese Transnationalism and the Institutionalization of Business Networks: The Singapore Chinese Chamber of Commerce and Industry as a Case Analysis», *Southeast Asian Studies*, Vol.37, No. 3, December: 391-416
- _ (2001), «Social Capital and Business Networking: A Case Study of Modern Chinese Transnationalism», *Southeast Asian Studies*, Vol.39, No.3, December
- _ (2005), «New Migrants and the Revival of Overseas Chinese Nationalism», *Journal of Contemporary China*, 14(43), May: 291-316
- LOPES, Juarez R. B. (1973), «Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural», *Estudos Cebrap*, no. 6, out/dez: 129-42
- LOWELL, B. Lindsay (2002a), *Policy Responses to the International Mobility of Skilled Labor*, International Migration Papers (IMP-45). Acedido em 22-08-2010: <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp45.pdf>
- _ (2002b), *Some Developmental Effects of the International Migration of Highly Skilled Persons*, International Migration Papers (IMP-46). Acedido em 22-08-2010: <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp46.pdf>
- LU, Hong (1999), «Organized Chinese Transnationalism and the Institutionalization of Business Networks: The Singapore Chinese Chamber of Commerce and Industry as a Case Analysis», *Southeast Asian Studies*, Vol. 37, No.3, December
- LUCAS, Robert E. B. (1981), «International Migration: Economic causes, consequences and evaluation», in KRITZ, Mary M., KEELY, Charles B. & TOMASI, Silvano (Eds.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*, Center for Migration Studies, New York: 84-109
- LUK, Chiu & FONG, Eric (2007), «Conclusion», in FONG, Eric & LUK, Chiu, *Chinese Ethnic Business Global and local perspectives*, Routledge, London & New York
- LUO & CHEN (1997), «Does Guanxi Influence Firm Performance?», *Asia Pacific Journal of Management* 14, 1-16
- MA MUNG, Emmanuel (2000), *La diaspora chinoise. Géographie d'une migration*, Orphys, Paris: 145
- MAALOUF, Amin (2009), *As identidades assassinas*, Difel, Lisboa
- MACHADO, Fernando Luís (2007), «Pierre Bourdieu e o estudo da identidade nacional», in PINTO, José Madureira & PEREIRA, Virgílio Borges (Orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Capítulo 15, Edições Afrontamento, Porto: 247-262
- MAHLER, Sarah J. (2001), «Transnational Relationships: The Struggle To Communicate Across Borders», *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 7: 583-619
- _ (2007), «Theoretical and Empirical Contributions Toward a research Agenda for Transnationalism» in SMITH, Michael Peter & GUARNIZO, Luis Eduardo (Eds.),

Transnationalism from below, Volume 6, Series Comparative Urban and Community Research, Transaction Publishers, New Brunswick & London

- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2001), *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação*, Tese de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa (policopiado)
- _ (2002), «O transnacionalismo dos migrantes e a cooperação descentralizada: aspectos prometedores de uma internacionalização desenvolvida a partir da base», síntese comunicação apresentada na conferência *A Europa, o desafio e o espaço de liberdade, segurança e justiça*, Lisboa, CCB, 18 de Outubro
- MARGULIS, Lynn (1998), *The Symbiotic Planet: A New Look at Evolution*, Basic Books, New York
- MARQUES, Rui (2005), *Uma mesa com lugar para Todos – para uma visão humanista da Imigração*, Instituto Padre António Vieira, Lisboa
- MASSEY, Doreen (1994), *Space, Place and Gender*, University Of Minnesota Press
- MASSEY, Douglas (2002), «A Synthetic Theory of International Migration» in IONTSEV, Vladimir (Ed.), *World in the Mirror of International Migration*, Scientific Series International Migration of Population: Russia and the Contemporary World, MAX Press: 142-152
- MASSEY, Douglas *et al.* (1998), *World in Motion: International Migration at the End of the Millenium*, Oxford University Press, New York
- MATORY, J. Lorand (1999), *Jeje: repensando nações e transnacionalismo*, Scielo
- MATOS, Cristina (1993), *Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais*, Nº 5/93, Working Paper SOCIUS. Acedido em 12-12-2008: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp935.pdf>
- MAU, Steffen, MEWES, JAN & ZIMMERMANN, Ann (2008), «Cosmopolitan attitudes through transnational social practices?», *Global Networks*, 8, 1: 1-24
- MAWHINNEY, Mark (2005), *Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico*, Edições Loyola, São Paulo
- MEISSNER, Werner (2003), «China's relations With Europe: Less Than Strategic», *DAXIYANGGUO: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, nº3: 29-42
- MELEIRO, Maria Bernardete (2004), *Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa. Um estudo de caso no concelho de Barcelos*, dissertação de Mestrado, Universidade do Minho
- MENDOZA, Cristóbal (2003), *Labour Immigration in Europe : African Employment in Iberian Labour Markets*, Research in Migration Ethnic relations Series, Ashgate, England & USA
- MEYER, Jean-Baptiste (2001), «Network approach versus brain drain: Lessons from the diaspora», *International Migration*, 39: 91-108
- «Migração», in INFOPÉDIA, Porto Editora, 2003-2009. Acedido em 28-10-2009: [http://www.infopedia.pt/\\$migracao](http://www.infopedia.pt/$migracao)

- MIGRATION NEWS (2002), «China: Migrants, Economy», vol.9, N° 11, November.
Disponível em: http://migration.ucdavis.edu/mn/more.php?id=2856_0_3_0
- MINISTERIO DELL'INTERNO (2007), *1° Rapporto sugli immigrati in Italia*, Roma
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2003),
China's EU Policy Paper
- MIRANDA, Adelina (2007), «Le commerce chinois: Conflits et adaptations au sein de la structure socio-économique napolitaine», in ROULLEAU-BERGER, Laurence (Éd.), *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*, Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, Chapitre VII: 161-178
- MOHAN, Giles, & KALE, Dinar (2007), *The invisible hand of South-South globalization: Chinese migrants in Africa*, A Report for the Rockefeller Foundation prepared by The Development Policy and Practice Department, The Open University, Milton Keynes, UK
- MOREIRA, Adriano (1999), *Nacionalismo, internacionalismo e transnacionalismo*, in MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª ed., Almedina, Porto: 487-489
- MORGAN, Glenn (1999), «Transnational Communities and business systems», *Global Networks*, Vol. 1: 113-130
- MORTAGUA, Maria João (2008), «The success of transnational Chinese entrepreneurs in Southern Europe», in *La compétitivité des entreprises, des territoires et des Etats d'Europe. Conséquences pour le développement et la cohésion de l'U.E., Actes de la XIV Conférence Internationale du Réseau PGV*, Vol. 1, Wydawnictwo Akademii Ekonomicznej w Poznaniu, Poznan: 264-274
- _ (2009a), «Os Estrangeiros em Portugal: Cidadãos da União versus Nacionais de Países Terceiros», in *Investigação e Prática em Economia*, FERREIRA, Eduardo de Sousa, OLIVEIRA, José Paulo & MORTÁGUA, Maria João (Coords.), Príncipia Editora, Cascais: 229-338
- _ (2009b), «The EU-China Strategic Partnership and the Challenges of Sustainable Development», in *Les défis du développement durable: politiques industrielles et commerciales dans l'Union Européenne*, Actes de la XV Conférence Internationale du Réseau PGV, Bratislava: 459-468
- _ (2010), «The beginning of XXI century and the Social Issue. The role of Social Innovation», in *La Crise Mondiale et les perspective de reprise dans l'Union Européenne*, Actes de la XVI Conférence Scientifique Internationale du Réseau PGV, Prague
- MOSES, Jonathon W. (2006), *International Migration: globalization's last frontier*, Zed Books, Thailand, Canada, India, Malasya, South Africa & USA
- MULGAN, Geoff (2009), «After Capitalism», *Prospect*, April
- _ (2006), «The Process of Social Innovation», *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, spring, acedido em 14-03-2009: www.mitpress.mit.edu/innovations

- MUNGELLO, David. E. (1943), *The great encounter of China and the West, 1500-1800*, Rowman & Littlefield Publishers, USA
- MUNIZ, Jerônimo Oliveira (2002), *Um ensaio sobre as causas e características da migração*. Acedido em 21-02-2007: http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf
- MURRAY, Robin (2009), *Crisis and the new social economy*, NESTA, UK
- NADALÍ, Débora Betrisey (2007), «Migración, comercio mayorista chino y etnicidad», *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, núm.78: 77-95
- NARAYAN, Deepa (1997), *Cents and Sociability - Household Income and Social Capital in rural Tanzania*, Lant Pritchett, The World Bank, July
- NELL, Liza M. (2004), «Conceptualising the Emergence of Immigrants' Transnational Communities», *Migration Letters*, 1 (1): 50-56, October
- NEVES, Miguel Santos & ROCHA-TRINDADE, Beatriz (2008), «As diásporas e a globalização – a comunidade de negócios chinesa em Portugal e a integração da China na economia global», *Revista Migrações – Número Temático Empreendedorismo Imigrante*, Outubro, n.º 3, ACIDI, Lisboa: 165-189
- NG, Kwee Choo (1968), *Chinese in London*, Oxford University Press, London
- NIELSEN, Klaus (2003), *Social Capital and Innovation Policy*, Research paper no. 10/03, Network Institutional Theory
- NIETO, Gladys (1996), *La representación simbólica de las diferencias en el interior de los grupos migratorios: el caso de la comunidad china en España*, Informe para la Dirección General de Migraciones, Madrid
- _ (2002) «Inmigración china en España: Análisis comparado con otros países europeos», in FANJUL, Enrique & MOLERO, José (Coords.), *Asia, una nueva frontera para España*, Editorial Complutense, Madrid: 67-85
- _ (2003), «La inmigración china en España: Definiciones y actuaciones sobre integración social», *Revista CIDOB d'afers internacionals*, No. 63: 167-189
- _ (2007), *La inmigración china en España. Una comunidad ligada a su nación*, Catarata, Madrid
- NOIRIEL, Gérard (1988), *Le creuset français: Histoire de l'immigration XIX-XX siècles*, Paris, Seuil
- NOLIN, C. (2004), «Spatializing the Immobility of Guatemalan Transnationalism in Canada», *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies*, 29 (57/58): 267-288
- NUNES, Maria Fátima (2009), *Imagens das migrações: Chineses na Área Metropolitana do Porto. Do ciclo da seda à era digital*, tese de doutoramento, Universidade Aberta
- NYÍRI, Pál & BREIDENBACH, Joana (Eds.) (2005), *China Inside Out – Contemporary Chinese Nationalism and Transnationalism*, Central European University Press, Budapest

- OBSERVATORIO PERMANENTE DE LA INMIGRACIÓN, Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración, Ministerio Trabajo e Inmigración, Gobierno de España, *Anuario Estadístico de Inmigración*, vários anos: 1996-2009
- OBSERVATORIO GEM – Global Entrepreneurship Monitor, *Espanha 2006*
- ODERTH, Reidar (2002), *An Introduction to the Study of Human Migration. An Interdisciplinary Perspective*, iUniverse, USA
- OECD (2005), «Trends and Recent Developments in Foreign Direct Investment», in *International Investment Perspectives 2006 Edition*. Acedido em 22-08-2008: <http://www.oecd.org/dataoecd/37/39/32230032.pdf>
- _ (2008), *Sustainable Development: Linking Economy, society, environment*
- OLINTO, António (2001), *Confúcio e o Caminho do Meio*, Editora Bluhm, Rio de Janeiro
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2000), *Chineses em Portugal: Comunidade ou Comunidades?*, SOCINOVA Working Paper 18
- _ (2002), «Chinese in Portugal. An Immigration Cartography», in LUSO-AMERICAN FOUNDATION, *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Lisboa
- _ (2003a), *Empresários de origem imigrante: estratégias de inserção económica em Portugal*, Tese de Mestrado, texto policopiado Universidade Nova de Lisboa
- _ (2003b), *Immigrants' Entrepreneurial Opportunities: The case of the Chinese in Portugal*, Fondazione Eni Enrico Mattei Note di Lavoro. Disponível em: <http://www.feem.it/web/attiv/wp.html>
- _ (2004), «Estratégias Empresariais de Origem Imigrante em Portugal. Oportunidades étnicas e estruturais e recursos pessoais», *Sociologia*, Maio, no.45: 71-98
- _ (2005), *Empresários de origem imigrante: Estratégias de inserção económica em Portugal*, ACIME, Lisboa
- _ (2008), «Diver-cidades empresariais em Portugal: padrões de incidência territorial de empresários imigrantes», in PEIXOTO, João (Org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, Abril, n.º 2, ACIDI, Lisboa: 95-120
- _ (2010), «La actividad empresarial china en Portugal ¿Estrategias étnicas tradicionales?», *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, núm.92, diciembre: 223-242
- OLIVEIRA, Catarina Reis & COSTA, Francisco Lima (2008), «'Being Your Own Boss': Entrepreneurship as a Lever for Migration?», in FONSECA, Maria Lucinda (Ed.), *Cities in Movement: Migrants and Urban Change*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa
- OLIVEIRA, Gerson de Souza (2008), «O Trabalhador Migrante para a cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema /São Paulo», *Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital*, 10-13 de Outubro, UFG/Catalão/GO

- OMOHUNDRO, John Thomas (1983), «Social Network and Business Success for the Philippine Chinese», in LIM, Linda & GOSLING, Peter (Eds.), *The Chinese in South East Asia: Ethnicity and Economic Activity*, Vol. 1, Maruzen Asia, Singapore: 65-85
- ONG, Aihwa (1992), «Limits to cultural accumulation: chinese capitalists on the american pacific Rim», in GLICK-SCHILLER, Nina, BASCH, Linda & SZANTON-BLANC, Cristina, *Towards a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity, and Nationalism Reconsidered*, Annals of the NY Academy of Sciences, 645, New York: 125-143
- _ (2008), «'Flexible Citizenship: The Cultural logics of transnationality' and 'Afterword: An Anthropology of Transnationality'», in KHAGRAM, Sanjeev & LEVITT (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- ONG, Aihwa & NONINI, Donald (1992), *The Cultural Politics of Modern Chinese Transnationalism*, Routledge, New York & London
- ONU (2005), *China's progress towards the Millenium Development Goal*, October
- ORDAZ, Raquel Guzmán (2008), «La migración femenina en los escenarios transnacionales. Practicas de una ciudadanía generizada», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- ORTEGA-PÉREZ, Nieves (2003), *Spain: Forging an Immigration Policy*, Migration Information Source, Washington D.C. Acedido em 12-12-04: <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=97>
- OSTERGAARD-NIELSEN, Eva (2001a), «Transnational political practices and the receiving state: Turks and Kurds in Germany and the Netherlands» in *Global Networks*, Vol.1, no.3 (Julho): 261-282
- (2001b), «The Politics of Migrants' Transnational Political Practices», *The International Migration Review*, 37, October 1: 760-786
- _ (Ed.) (2003a), *International Migration and Sending Countries*, Palgrave Macmillan, Great Britain
- _ (2003b), «Continuities and Changes in Sending Country Perceptions, Policies and Transnational Relations with Nationals Abroad», in OSTERGAARD-NIELSEN, Eva (2003) TSAGAROUSIANOU, Roza (2004), *Rethinking the concept of diaspora: mobility, connectivity and communication in a globalised world*, Westminster papers in Communication and Culture, Vol. 1 (1): 52-66, University of Westminster, London
- PADILLA, Beatriz (2005), *Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: Solidariedade étnica o empatia étnica?*, Socius Working Papers, nº2/2005, ISEG, Universidade Técnica de Lisboa
- PAN, Lynn (ed.) (1999), *The Encyclopedia of the Chinese Overseas*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts

- PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (2003), «Policy considerations for Immigrant Integration», *Migration Information Source*, Migration Policy Institute, Washington, October 1. Acedido em 19-02-2008: <http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=171>
- _ (2008) (Coord.), *A Europa e os seus Imigrantes no século XXI*, Fundação Luso-Americana, Lisboa
- PAPADEMETRIOU, Demetrios G. & MEYERS, Deborah Waller (2001), «Overview, Context and a Vision for the Future», in PAPADEMETRIOU, Demetrios G. & MEYERS, Deborah Waller (Org.), *Caught in the middle. Border Communities in an era of Globalization*, MPI, Washington (DC): 1
- PARRA, José Francisco (2008), «Democracia y migración: La exclusión política de los ‘transmigrantes denizens’», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- PATRÍCIO, Carlos (2005), «Globalização e espaços de referência identitária», *Finisterra*, XI, 79: 223-236
- PAYET, Jean-Paul (2005), «A escola e a modernidade: o risco da etnicidade, o desafio da pluralidade», *Análise Social*, vol. XL (176): 681-694, acedido em 14-11-2009: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n176/n176a12.pdf>
- PEIXOTO, João (2004), *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas*, Nº11/2004, Socius Working Papers. Acedido a 05-04-2008: <http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>
- PENG, Dajin (2000), «Ethnic Chinese business networks and the Asia-Pacific economic integration», *Journal of Asian and African Studies*, 35: 229-250
- PENNINX, Rinus (2003), «Integration: the Role of Communities, Institutions, and The State», *Migration Information Source*, Migration Policy Institute, Washington. Acedido em 02-05-2008: <http://www.migrationinformation.org/Feature/%20print.cfm?ID=168>
- PEREIRA, Francisco Correia (2007), *Associativismo migrante e participação cívica dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de Leste na área metropolitana de Lisboa*, Dissertação de mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Lisboa, Fevereiro
- PETRAS, Elizabeth McLean (1981), «The global labor market in the modern world-economy», in KRITZ, Mary M. et al., (Eds.), *Global trends in migration – theory and research on international population movements*, Center for migration studies, New York: 44-63
- PIEKE, Frank N. (1998), «Introduction» in BENTON, Gregor & PIEKE, Frank N. (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke: 1-17
- _ (2004), «Chinese Globalization and Migration to Europe», The Center for Comparative Immigration Studies, University of California, Working Paper 94, March

- PIEKE, Frank N. *et al.* (2004), *Transnational Chinese: Fujianese migrants in Europe*, Stanford University Press, California
- PIEROBON, Juliane Estela (2006), *A Comunicação em Contextos Interculturais: A Excelência das Relações Públicas em Organizações Multinacionais*, Universidade Estadual Paulista, Bauru
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2007), «A ética confucionista e o espírito do capitalismo»: Narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar», *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul./dez.: 145-174
- PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração. Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Celta Editora, Oeiras
- PNUD (2000), *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano*, Junho
- POROS, Maritsa (2001), «The role of migrant networks in linking local labor markets: The case of Asian Indian migration to New York & London», in *Global Networks*, 1(3): 243-59
- PORTES, Alejandro (1978), «Migration and Underdevelopment», *Politics and society* 8:1-48
- _ (1995), «Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A conceptual overview», in PORTES, Alejandro (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration*, Russell Sage Foundation, New York: 1-41
- _ (1997a), «Immigration theory for a new century: Some problems and opportunities», *International Migration Review*, 31: 799-825
- _ (1997b), *Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities*, WPTC-98-01, Princeton University, September
- _ (1998) «Social capital: Its origins and applications in modern sociology», *Annual Review of Sociology*, 24: 1-24
- _ (1999a), «Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities», in HIRSCHMANN, Charles, KASINITZ, Philip & DEWIND, Josh (Eds.), *The Handbook of International Migration*, The Russell Sage Foundation, New York: 21-33
- _ (1999b), *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Celta Editora, Oeiras
- _ (2000), «Capital Social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea», *Sociologia, problemas e práticas*, nº33, Setembro: 133-158
- _ (2001), «The debates and significance of immigrant Transnationalism», in *Global Networks 1*: 181-93
- _ (2006a), *Estudos sobre as migrações Contemporâneas: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Fim de Século, Lisboa
- _ (2006b), «Transnationalism: Novel Perspective or Novel Phenomenon?», *Points of Migration*, Center for Migration and Development, Princeton University, August

- _ (2008), «Migration and social Change: Some conceptual reflections», keynote address to the conference on *Theorizing key migration debates*, Oxford University, July 1
- PORTES, Alejandro & BROWNING, Harley L. (1976), *Current Perspective on Latin American Urban Research*, Institute of Latin American Studies, University of Texas, Austin
- PORTES, Alejandro & MANNING, Robert D. (1999), «O enclave imigrante. Teorias e exemplos empíricos», in PORTES, Alejandro, *Migrações Internacionais: origens, tipos e modos de incorporação*, Celta Editora, Oeiras
- PORTES, Alejandro & WALTON, John (1981), *Labor, Class and the International System*, Academic Press, London
- PORTES, Alejandro & ZHOU, Min (1993), «The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants», *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530(1): 74-96
- PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis & HALLER, William (2002), «Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigrant Economic Adaptation», *American Sociological Review*, 67(April): 278-298
- _ (2003), «Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants», *American Journal of Sociology*, 108 (May): 1211-1248
- PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis & LANDOLT, Patricia (1999), «The study of Transnationalism: pitfalls and promise of an emergent research field», *Ethnic and Racial Studies*, Volume 22, Number 2, March: 217-37
- _ (2008), «The Study of Transnationalism: Pitfalls and Promise of an Emergent Research Field», in KHAGRAM, Sanjeev & LEVITT, Peggy (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- POSTON, Dudley L., Jr. & YU, Mei-Yu (1990), «The Distribution of the Overseas Chinese in the Contemporary World», *International Migration Review*, Vol. 24, No. 3 (Autumn): 480-508
- POZO, Pau Serra del (2008) «Territorios étnicos urbanos y negocios étnicos», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- PRÉMIO JEAN MONNET (2005), *Integração europeia: o transnacionalismo*. Acedido em 19-02-2008: www.uc.pt/fduc/pdfs/jean_monnet/premio1.pdf
- PRIES, Ludger (2001), *New Transnational Social Spaces*, Routledge, London
- _ (2002), «The Spatial Spanning of the Social. Transnationalism as a challenge and a chance for social sciences», paper presented at the *International Workshop Transnationalism: New Configurations of the Social and the Space*, Ruhr-Universität Bochum, 6th-7th September

- _ (2006), *Transnational Migration: New Challenges for Nation States and New Opportunities for Regional and Global Development*, Center for International Relations, Poland, Reports & Analyses 1/06, Poland
- PROVEDOR DE JUSTIÇA (2008), *Relatórios Sociais*, Lisboa
- PURCEL, Victor (1965), *The Chinese in Southeast Asia*, Oxford University Press, London
- PUTMAN, Robert (1993), «The Prosperous Community, Social Capital and Public Life», *The American Prospect*, vol. 4, no. 13, March 21: 35-42
- _ (2000), *Bowling Alone. The collapse and revival of American community*, Simon and Schuster, New York
- RATO, Helena (2007), *Necessita-se, urgentemente, de uma teoria económica*, in Amadeu Paiva (Ed.), *Sob o Signo de Hórus – Homenagem a Eduardo de Sousa Ferreira*, Edições Colibri, Lisboa: 159-169
- _ (2010), «Crise e Democracia – Resolução da crise e aprofundamento da democracia», in *Investigação e Prática em Economia*, FERREIRA, Eduardo de Sousa, OLIVEIRA, José Paulo & MORTÁGUA, Maria João (Coords.), Príncípa Editora, Cascais: 175-194
- RAUCH, James E. & HAMILTON, Gary G. (2001), «Networks and Markets: Concepts for Bridging Disciplines», in RAUCH, James E. & CASELLA, Alessandra (Eds.), *Networks and Markets*, Russell Sage Foundation, New York
- REDDING, S. Gordon (1982), «Cultural effects on the marketing process in Southwest Asia», *Journal of Market Research Society*, 2: 98-114
- _ (1993), *The Spirit of Chinese Capitalism*, Berlin & New York, Walter de Gruyter
- REID, Anthony (Ed.) (1996), *Sojourners and Settlers: Histories of Southeast Asia and the Chinese*, University of Hawaii Press, Honolulu
- ROBERTSON, Roland (1992), *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Publications Ltd, London
- REVUE HOMMES & MIGRATIONS (2004), *Réseaux sociaux en migration* n°1250, Julho-Agosto
- REYNERI, Emílio (2007), *Immigration in Italy: Trends and Perspectives*, IOM
- REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida (2000), *Transnacionalismo e Etnicidade, a construção simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)*, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Brasil
- RIANO, Yvonne & RICHTER, Marina (2008), «Cuáles podrían ser enfoques conceptuales apropiados para el estudio de las practicas transnacionales de los migrantes. El potencial de las perspectivas de ‘espacio social transnacional’ y de la ‘interseccionalidad de clase, etnicidad y género», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.files.wordpress.com/2008/02/tc-riano-y-richter.pdf>

- RISEE-KAPPEN, Thomas (2008), «Bringing Transnational Relations Back In: Introduction», in KHAGRAM, Sanjeev & LEVITT (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London: 459-473
- RINDOKS, Aimee, PENNIX, Rinus & RATH, Jan (2006), *Gaining from migration: What works in networks? Examining economically related benefits accrues from greater economic linkages, migration processes, and diasporas*, IMISCOE WP
- ROCHA-TRINDADE, Beatriz, (Org.) (2009), *Migrações, Permanências e Diversidades*, Edições Afrontamento
- ROCHA-TRINDADE, Beatriz, NEVES, Miguel Santos & BONGARDT, Anne (2006), *A comunidade de negócios chinesa em Portugal, Catalizadores da Integração da China na Economia Global*, INA, Oeiras
- RODRIGUES, Irene (2007), «Género e Migração: estratégias de inserção das mulheres chinesas em Lisboa», *Revista de Estudos Chineses*, Volume I, 2: 29-40
- ROEL, Eiras Antonio & LOPO, Domingo L. González (2004), «Prefácio», in *La inmigración en España*, Actas del Coloquio Cátedra UNESCO 226 sobre Migraciones, Santiago de Compostela, 6-7 Noviembre de 2003, Universidade de Compostela publicacions
- ROGERS, Ali (2002), *A European Space for Transnationalism?*, School of Geography, Oxford University, WPTC-2K-07
- ROUDOMETOF, Victor (2005), «Transnationalism, Cosmopolitanism and Glocalization», *Current Sociology*, Vol.53 (1), Sage Publications, January: 113-135. Disponível em: <http://csi.sagepub.com/cgi/content/abstract/53/1/113>
- ROULLEAU-BERGER, Laurence (Éd.) (2007), *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*, Presses Universitaires du Mirail, Toulouse
- RYAN, Jan (2007), «Globalization and Migration in the 21st Century: looking back in the future», *Forum on Public Policy: A Journal of the Oxford Round Table*, March 22:517-586
- SÁIZ LÓPEZ, Amelia (2005a), «Migración China en España. Características generales», *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.68: 151-163
- _ (2005b), «Mujeres empresarias chinas en un contexto migratorio. Adaptación y continuidad», in CHECA Y OLMOS, Francisco (Eds.), *Mujeres en camino. El fenómeno de la migración femenina en España*, Icaria, Barcelona: 55-83
- _ (2008), «Familia, empresa y transnacionalismo: el caso de las empresarias asiáticas en España», comunicación presentada en lo Simposio *Nuevos Retos del Transnacionalismo en el Estudio de las Migraciones*, Barcelona, 14-15 Fevereiro. Disponível em: <http://docsgedime.wordpress.com/>
- SALAFF, Janet, GREVE, Arent & WONG, Siu-Lun (2001), «Professionals from China: Entrepreneurship and social resources in a strange land», *Asia Pacific Migration Review*, 10(1): 9-34

- _ (2006), «Business social networks and immigrant entrepreneurs from China», in FONG, Eric & LUK, Chiu, *Chinese Ethnic Business Global and local perspectives*, Routledge, New York: 99-119
- SALT, John (1987), «Contemporary Trends in International Migration Study», *International Migration* 25:241-51
- _ (1989), «A Comparative Overview of International Trends and Types, 1950-80», *International Migration Review* 23(3): 431-456
- SAMARANI, Guido & SCARPARI, Maurizio (Eds.) (2009), *La Cina. III. Verso la modernità*, Einaudi, Torino
- SANTOS, Boaventura Sousa (2005), *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Conteúdo: V. 1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*, Cortez, São Paulo
- SANTOS, Maria Clara Moreira Taborda de Almeida (2003), *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: análise do ano 2003*, Coleção Teses, nº 14, ACIDI, Lisboa
- SANTOS, Victor Marques (2002), «Valores, Identidade Cultural e Desenvolvimento: A China e os ‘Valores Asiáticos’», *DAXIYANGGUO: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, nº2: 67-87
- SAPP, Jan, (1994), *Evolution By Association A History of Simbiosis*, Oxford University Press, New York
- SAPP, John, CARRAPIÇO, Francisco & ZOLOTONOSOV, Mikhail (2002), «Symbiogenesis: The Hidden Face of Constantin Merezhkowsky», *History and Philosophy of the Life Sciences*, 24: 421-449
- SASAKI, Elisa Massae & ASSIS, Gláucia de Oliveira (2000), *Teorias das Migrações Internacionais*, comunicação apresentada no XII Encontro Nacional da ABEP 2000, Caxambu, Outubro
- SASSEN-KOOB, Saskia (1980), «The Internationalization of the Labor Force», *Studies in Comparative International Development* 15(3): 3-25
- SASSEN, Saskia (1988), *The mobility of labour and capital: A study in international investment and labor flow*, Cambridge University Press, UK
- SAXENIAN, Anna Lee (2005), «From Brain Drain to Brain Circulation: Transnational Communities and Regional Upgrading in India and China», *Studies in Comparative International Development*, Nr. 40, 2, June: 35-61
- SCHAIN, Martin A. (2004), «The Politics of Multiculturalism in France and the United States», *Conference on Transatlantic Tensions: From Conflicts of Interests to Conflict of Values?* CERJ/Paris, February 2-3
- SCIENCES HUMAINES (2007), *Dossier Comment les diasporas changent le monde*, nº173, Julho
- SCHUERKENS, Ulrike (2005), «Transnational Migrations and Social Transformations: A Theoretical Perspective», *Current Sociology*, vol. 53, no.4, June: 535-553

- SCHULTZ, Theodoro (1973), *O capital humano*, Zahar, Rio de Janeiro
- SEF – SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS, Ministério da Administração Interna, Governo de Portugal, «Estatísticas», vários anos: 1999-2009. Disponível em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/page.aspx/estatisticas/index.aspx?id_linha=4224&menu_position=4142#0
- _ «Relatório Estatístico Anual», vários anos: 2000-2009. Disponível em: <http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/page.aspx>
- SHAMBAUGH, David (Ed.) (1995), *Greater China: The next Superpower?*, Oxford University Press, UK
- SILVEIRA, André F. (2001), *As Zonas Económicas Especiais, as Regiões Administrativas Especiais e Taiwan no seio da Grande China*, CIARI
- «Simbiose», in DICIONÁRIO AURÉLIO, 2010
- «Simbiose», in WIKIPEDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE, Wikimedia Foundation, Florida. Acedido em: 19-11-2009: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Simbiose&oldid=25081901>
- SINGER, Paul I. (1973), «Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo» in SINGER, Paul I., *Economia Política e Urbanização*, Editora Brasiliense, São Paulo, Cap. 2: 29-60
- SINN, Elizabeth & CANGBAI, Wang (2003), «Moving Continuum: Migration, Remigration and the Layering of Identities», Paper presented at the *Subethnicity in the Chinese Diaspora Conference*, University of Toronto, 12-13 September
- SKELDON, Ronald (2000), *Myths and realities of Chinese Irregular Migration*, IOM
- _ (2008), «Migration and Development», paper presented at the Seminar *People on the move: International Migration and Development*, Club de Madrid, Santander, Espanha, 18-19 August
- SKLAIR, Leslie (1998), «Transnational Practices and the Analysis of the Global System», Seminar delivered for the *Transnational Communities Programme Seminar Series*, May
- SMITH, Michael Peter & GUARNIZO, Luis Eduardo (Eds.) (2007), *Transnationalism from below*, Series Comparative Urban and Community Research, Volume 6, Transaction Publishers, New Brunswick & London
- SMITH, Robert C. (2001), «Comparing Local Level Swedish and Mexican Transnational Life: An Essay in Historical Retrieval» in PRIES, Ludger, *New Transnational Social Spaces*, Routledge, London: 37-58
- _ (2007), «Transnational Localities: Community, Technology and the Politics of Membership within the Context of Mexico and U.S. Migration», in SMITH, Michael P. & GUARNIZO, Luis E. (Eds.), *Transnationalism from Below*, Transaction, New Brunswick, New Jersey: 196-238
- SO, Ying Lun & WALKER, Anthony (2006), *Explaining guanxi: the Chinese business network*, Routledge, New York

- SOBRAL, José Manuel (2007), «Pierre Bourdieu e o estudo da identidade nacional», in PINTO, José Madureira & PEREIRA, Virgílio Borges (Orgs.), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, Capítulo 14, Edições Afrontamento, Porto: 225-246
- SÖKEFELD, Martin (2006), «Mobilizing in transnational space: a social movement approach to the formation of diaspora», *Global Networks*, 6 (3), 265-284
- SPINNER REPORT AZIONE 3 (2006), *I cinesi e gli altri. L'imprenditoria extracomunitaria in Italia*, www.spinner.it
- STALKER, Peter (2000), *Workers without Frontiers: The Impact of Globalisation on International Migration*; OIT, Geneva
- STARES, Paul (1996), *Global Habit: The Drug Problem in a Borderless World*, Brookings Institution, Washington
- STARK, Oded (1991), *The Migration of Labour*, Basil Blackwell, London
- STEFONI, Carolina (2004), *Inmigrantes Transnacionales: La formación de comunidades e la transformación en ciudadanos*, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Chile. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/chile/flacso/artstef.pdf>
- STRAUBHAAR, Thomas (2000), *International Mobility of the Highly Skilled: Brain Gain, Brain Drain or Brain Exchange*, HWWA Discussion Paper 88
- STRAUBHAAR, Thomas & WOLBURG, Martin (1998), *Brain Drain and Brain Gain in Europe*, Mimeo
- SULL, Donald com WANG, Yong (2007), *Sucesso Made in China – o que os gestores ocidentais podem aprender com os empreendedores chineses*, Editorial Presença, Lisboa
- SZONY, Michael A. (2007), «Transnationalism and the Overseas Chinese in the early twentieth century, in FONG, Eric & LUK, Chiu, *Chinese Ethnic Business Global and local perspectives*, Routledge, New York
- TAMAS, Kristof & PALME, Joakim (Eds.) (2007a), *Globalizing Migration Regimes: New challenges to Transnational Cooperation*, Ashgate, England & USA
- TAMAS, Kristof & PALME, Joakim (2007b), «Transnational Approaches to Reforming Migration Regimes», in TAMAS, Kristof & PALME, Joakim (Eds.), *Globalizing Migration Regimes: New challenges to Transnational Cooperation*, Ashgate, England & USA: 3-19
- TEIXEIRA, Ana Cristina (1995), *Diáspora e Cultura Empresarial: Os empresários da comunidade chinesa em Portugal*, Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa
- THE YOUNG FOUNDATION (2009), *Fixing the Future, Innovating more effective responses to recession*, February

- THOMAS, William & ZNANIECKI, Florian [1918-1920] (1996), *The Polish Peasant in Europe and America: A Classic Work in Immigration History*, University of Illinois Press, USA
- THUNO, Mette (1999), «Moving Stones from China to Europe: The Dynamics of Emigration from Zhejiang to Europe» in PIEKE, Frank N. & MALLEE, Hein (Eds.), *Internal and International Migration: Chinese Perspectives*, Richmond: Curzon Press: 159-180
- _ (2000), «The Chinese Family and Economic Achievement: the Case of Chinese Migrants in Denmark», in SEE, Teresita Ang (Ed.), *Intercultural Relations, Cultural Transformation, and Identity: The Ethnic Chinese*, Kaisa Heritage Center, Manila: 67-88
- _ (2007), *Beyond Chinatown: new Chinese migration and the global expansion of China*, NIAS Press, Copenhagen
- TOMÉ, Eduardo (1994), «Odisseia dos Chineses em Portugal», *Macau*, II Série, 24, Janeiro
- TONG, Benson (2003), *The Chinese American*, University Press of Colorado
- TONG, Sarah Y. (2003), «Ethnic Chinese Networking in Cross-border Investment: The Impact of Economic and Institutional Development», *Review of Development Economics*, Vol. 9, 4, November: 563-580
- TOURAINÉ, Alain (1998), *Iguais e Diferentes - Poderemos Viver Juntos?*, Instituto Piaget, Lisboa
- TRABULO, Márcia (1998), *Cultura Empresarial na Diáspora. Comunidades chinesas e indianas no comércio e restauração da cidade do Porto*, dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, Porto
- TRIANDAFYLIDOU, Anna & GROPAS, Ruby (Eds.) (2007), *European Immigration: a sourcebook*, Ashgate, England & USA
- TSANG, Eric W. K. (2002), «Learning from overseas venturing experience: the case of Chinese family business», *Journal of Business Venturing*, vol. 17, Issue 1: 21-40
- TSU, Jing (2006), «Extinction and Adventures on the Chinese Diasporic Frontier», *Journal of Chinese Overseas*, 2, 2 (November): 247-268
- UGT – UNION GENERAL DE TRABAJADORES (2002), *Estadísticas sobre trabajadores inmigrantes en situación regular*, Madrid
- UNDESA – UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (2006), *Trends in Total Migrant Stock: the 2005 Revision*, February
- UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2007), «TOKTEN Programme – Transfer of Knowledge Through Expatriate Nationals». Acedido em 04-03-2010: <http://www.unv.org/en/what-we-do/countries/viet-nam/doc/tokten-channels-global-expertise.htm>
- _ (2009), *Human Development Report 2009: Overcoming barriers: Human mobility and development*, New York

- UNESCO (2002), *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Acedido em 19-05-2009: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>
- UNITED NATIONS (2005), *China's progress towards the Millenium Development Goal*
- URRY, John (2000), *Sociology Beyond Societies*, Routledge, London
- VALENTE ROSA, Maria João, SEABRA, Hugo de & SANTOS, Tiago (2003), *Contributos dos 'imigrantes' na demografia portuguesa: O papel das populações de nacionalidade estrangeira*, ACIME, Lisboa
- VAN HEAR, Nicholas (1998), *New Diasporas*, UCL Press Limited, UK
- VANCEA, Mihaela (2005), «Immigrant Transnationalism. A new analytical perspective on Political Transnationalism», Comunicación presentada en lo VII Congreso Español de Ciencia Política y de la Administración: Democracia y Buen Gobierno, Madrid, Setiembre 21- 23
- VASTA, Ellie (2004), *Informal Employment and Immigrant Networks: A Review Paper*, COMPAS-Centre on Migration, Policy and Society, WP-04-02, University of Oxford
- VENDITTO, Bruno & CARUSO, Immacolata (2007), *Immigration in Italy: An overview*, MPRA-Munich Personal RePEc Archive paper N°11820, Muenchen. Disponível em: <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/11820/>
- VENTURA, Artur da Conceição (2009), «Perspectivas sobre a mediação sócio-cultural na gestão das identidades», *Antroposmoderno*. Acedido em 19-05-2009: http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=1224
- VENTURINI, Alessandra & DEL BOCA, Daniela (2003), *Italian Migration*, IZA Discussion Paper N°938, Bonn
- VENTURINI, Alessandra & VILLOSIO, Claudia (2002), *Are Immigrants Competing with Natives in the Italian Labour Markets? The Employment Effect*, IZA DP No. 467, April
- _ (2004), *Labour Market Effects of Immigration: an Empirical analysis based on Italian Data*, ILO, Geneva
- VERMEULEN, Hans (2001), «Imigração, integração e a dimensão política da cultura», in *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*, Colibri, Lisboa
- VERMEULEN, Hans (2001), *Imigração, Integração e a dimensão política da cultura*, Edições Colibri, Lisboa
- VERTOVEC, Steven (1999), «Conceiving and Researching Transnationalism», *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 22, N°2
- _ (2000), *Rethinking remittances*, Oxford: ESRC Transnational Communities Programme Working Paper WPTC-2K-1. Acedido em 24-07-2009: www.transcomm.ox.ac.uk
- _ (2001), *Transnational Social Formations: Towards conceptual cross-fertilization*, WPTC-01-16, University of Oxford

- _ (2001), *Transnational Challenges to the 'New' Multiculturalism*, WPTC-01-06, University of Oxford
- _ (2002), «Transnational Networks and Skilled Labour Migration», paper presented at the *Conference Ladenburger Diskurs Migration*, Gottlieb Daimler-und Karl Benz-Siftung
- _ (2004), *Trends and Impacts of Migrant Transnationalism*, Centre on Migration, Policy and Society, Working Paper n° 3, University of Oxford
- _ (2005), *The Political Importance of Diasporas*, Migration Policy Institute, June 1
- _ (2006), *Diasporas good? Diasporas bad?*, COMPAS-Centre on Migration, Policy and Society, WP-06-41, University of Oxford
- VERTOVEC, Steven & COHEN, Robin (Eds.) (2002), *Conceiving Cosmopolitanism: Theory, Context and Practice*, Oxford University Press, USA
- VILHENA, Daniela Vono de (2006), *Vinculación de los emigrados latinoamericanos y caribeños con su país de origen: transnacionalismo y políticas públicas*, Serie población y desarrollo n°71, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población de la CEPAL, Santiago de Chile, Diciembre
- VILLA, Rafael A. D. (1999), *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*, Editora Annablume/Fapesp, São Paulo
- VITORINO, António (Coord.) (2007), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? – Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração 2007*, Princípia Editora, Estoril
- _ (Coord.) (2008), *Imigração: Oportunidade ou Ameaça? – A Habitação e a Saúde na Integração dos Imigrantes: Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração 2008*, Princípia Editora, Cascais
- WAH, Sheh Seow (2001), «Chinese Cultural values and their Implication to Chinese Management», *Singapore Management Review*, July
- WAHLBECK, Östen (1998), «Transnationalism and Diasporas: The Kurdish example», paper presented at the *International Sociological Association XIV World Congress of Sociology*, July 26 – August 1, Montreal
- WALLERSTEIN, Immanuel (1979), «Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation within the Capitalist World-Economy», in *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press: 66-94
- _ (1986), *Das moderne Weltsystem*. Frankfurt, Syndikat
- WALTON, John (1975), «Internal colonialism: problems of definition and measurement», in CORNELIUS, Wayne & TRUEBLOOD, Felicity (Eds.), *Urbanization and inequality: the political economy of urban and rural development in Latin America*, Beverly Hills, Sage: 29-50
- WANG, Gungwu (1990), *The culture of Chinese merchants*, Joint Centre for Asia Pacific Studies, University of Toronto - York University, North York, Ontario
- _ (2004), «The Fourth Rise of China: Cultural Implications», *China: An International Journal*, 2, 2 (Sept.): 311-322

- WHITE, Paul (1999), «Minority residential histories in the city: context, process and outcome», in *Proceedings, Metropolis International Workshop 1998*, Luso-American Foundation for the Development, Lisbon: 155-186
- _ (2002), «Migration and Mediterranean Urban Societies: policy contexts and outcomes», in FONSECA, Maria Lucinda *et al.* (Eds.), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*, Fundação Luso-Americana, Lisboa: 13-29
- WILLIAMS, Phil & SAVONA, Ernesto U. (Eds.) (1996), «The United Nations and Transnational Organized Crime», Special Issue *Transnational Organized Crime*, vol. 1, No. 3
- WIMMER, Andreas (2007), *How (not) to think about ethnicity in immigrant societies: A boundary making perspective*, COMPAS-Centre on Migration, Policy and Society, WP-07-44, University of Oxford
- WIMMER, Andreas & GLICK-SCHILLER, Nina (2008), «Methodological nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology», in KHAGRAM, Sanjeav & LEVITT, Peggy (Eds.), *The Transnational Studies Reader: Intersections and Innovations*, Routledge, New York & London
- WINTER, Elke (2007), «How does the nation become pluralist?», *Ethnicities*, Vol.7 (4), Sage Publications: 483-515. Disponível em: <http://etn.sagepub.com/cgi/content/abstract/7/4/483>
- WOLF, Margery (1968), *The house of Lim: A study of a Chinese farm family*, Appleton Century Crofts, New York
- WONG, Bin (1999), «The Political Economy of Agrarian Empire and its Modern Legacy», in BROOK, Timothy & BLUE, Gregory (Eds.), *China and Historical Capitalism. Genealogies of Sinological Knowledge*, Cambridge University Press: 210-245
- WONG, Lloyd L., & NG, Michele (2002), «The emergence of small transnational enterprise in Vancouver: the case of Chinese entrepreneur immigrants», *International Journal of Urban and Regional Research*, 26(3): 508-530
- WONG, Siu Lun (1988), *Emigrant Entrepreneurs: Shanghai Industrialists in Hong Kong*, New York, Oxford University Press
- XING, Fan (1995), «The Chinese Cultural System: Implications for Cross-Cultural Management», *SAM Advanced Management Journal*, Vol. 60: 14-20
- YANG, Philip (2006), «Transnationalism as a New Mode of Immigrant Labor Market Incorporation: Preliminary Evidence from Chinese Transnational Migrants», *Journal of Chinese Overseas* 2, 2 (November): 173-192
- YEUNG, Henry Wai-chung (2004), «Researching Hybridity in Social and Economic geography. The Case of 'Chinese' Business Networks», A keynote Paper Presented at the *Annual Meeting of Finnish Geographers*, Joensuu, Finland, 11-13 November

- YEUNG, Henry Wai-chung & OLDS, Kris (2000), «Globalizing Chinese business firms: where are they coming from, where are they heading?», in YEUNG, Henry Wai-chung & OLDS, Kris (Eds.), *The Globalisation of Chinese Business Firms*, London, Macmillan: 1-28
- YEUNG, Henry Wai-chung & SOH, Tse Min (2000), «Corporate Governance and the Global reach of Chinese Family Firms in Singapore», paper presented at the Conference on *Corporate Governance and restructuring in East Asia*, the Institute of Economic Research, Seoul National University, South Korea, 25 August
- YIN, Lee Cheuk (2003), «Do Traditional Values Still Exist in Modern Chinese Societies?», *Asia Europe Journal* 1(1): 43-59
- YUN, Gao (2004), *Chinese Migrants and Forced Labour in Europe*, International Labour Office, Geneva
- ZADEC, Simon & MACGILLIVRAY, Alex (2007), «RSC com características chinesas: Desbravando um caminho», in Fundação Dom Cabral (Org.), *O estado da competitividade responsável*, AccountAbility
- ZHENG, Yongnian (2006), *Why China Lacks the Right Environment for Corporate Social Responsibility*, China Policy Institute, University of Nottingham
- ZHOU, Kate Xiao (1998), *El poder del pueblo*, Barcelona, Edicions Bellaterra
- ZHOU, Min (2006), «The Chinese Diaspora and International Migration», *Social Transformations in Chinese Societies*, 1 (1), Koninklijke Brill NV, Leiden, Netherlands: 161-190
- ZHUANG, Guotu (2000), «The case of Jinjiang in South China: the introduction to a current research project on Qiaoxiang overseas relations», in HUANG, Cen *et al.* (Eds.), *New Studies on Chinese Overseas and China*, International Institute for Asian Studies, Leiden: 239-249
- ZINCONI, Giovanna (2006), *Italian immigrants and immigration policy-making: Structures, actors and practices*, IMISCOE Working Paper, Amsterdam
- ZINCONI, Giovanna & CAPONIO, Tiziana (2006), *Immigrant and immigration policy-making: The case of Italy*, IMISCOE Working Paper: Country report, Amsterdam